



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

MARLINDA MELO PATRÍCIO

**PROJETOS DA CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA (CDB):  
ANÁLISES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO BRASIL E PERU**

Belém, PA  
2017

MARLINDA MELO PATRÍCIO

**PROJETOS DA CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA (CDB):  
ANÁLISES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO BRASIL E PERU**

Tese apresentada como requisito parcial ao Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Ph.D. Ligia T. L. Simonian.

Belém, PA  
2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

---

Patricio, Marlinda Melo

Projetos da convenção sobre diversidade biológica (CDB): análises das políticas públicas do Brasil e Peru Marlinda Melo Patricio; Orientadora, Ligia T. L. Simonian. - 2017.

388 f.: il.; 29 cm

Inclui bibliografias

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2018.

1. Biodiversidade – Brasil. 2. Biodiversidade – Peru. 3. Políticas públicas – Populações - Brasil. 4. Políticas públicas – Populações Peru. 5. Sustentabilidade – Brasil. I. Simonian, Ligia T. L., Orientadora. II. Título.

---

CDD 21. ed. 333.950981

Elaborada por  
Rosângela Caldas Mourão  
CRB-2/888

MARLINDA MELO PATRÍCIO

**PROJETOS DA CONVENÇÃO SOBRE DIVERSIDADE BIOLÓGICA (CDB):  
ANÁLISES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DO BRASIL E PERU**

Tese apresentada como requisito parcial ao Doutorado no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará.

Orientadora: Ph.D. Ligia T. L. Simonian.

**Comissão Examinadora**

Dra. Lígia T. Lopes Simonian  
Orientadora - PPGDSTU/NAEA/UFPA

Dr. Hisakhana Corbin  
Examinador interno - PPGDSTU-NAEA/UFPA

Dra. Marcela Vecchione  
Examinadora interna-PPGDSTU/NAEA/UFPA)

Dra. Denise Machado Cardoso  
Examinadora externa - PPGSA/UFPA)

Dr. Roberto Pezo  
Examinador externo - PPG en Biología/UNAP, Iquitos)

Dra. Nádia Magalhães da Silva Freitas  
Suplente -PPGECM/UFPA

Resultado: \_\_\_\_\_



Aos meus pais que me trouxeram ao mundo obrigada.

À minha família Gilberto S. Patrício, dedicado companheiro, amor de sempre; Michel S.M. Patrício, Geovanne M. Patrício, que pedi a Deus, que acompanham esta saga e deram apoio incondicional; Jacklene R. Patrício, Luciana K. Amaral que aumentaram nosso pequeno núcleo familiar trazendo a maior riqueza para completar esta família, Giovanna e Lucas. Muito obrigada pelo amor, cumplicidade e acreditarem que é possível minha eterna gratidão.

À professora Eneida Corrêa de Assis amiga de sempre. Quantas vezes conversamos sobre a necessidade de dar este passo (*in Memoriam*).

À minha colega de doutorado, com quem discuti os trabalhos em sala de aula Stella Pessoa (*in Memoriam*).

Às minhas queridas irmãs que acompanharam todo o processo e se angustiaram com minhas angustias, ajudaram e vibraram quando conseguia avançar etapas, muito obrigada.

Somam-se a elas as sobrinhas dedicadas, Manoela e Mayara, que me acompanham, obrigada.

## AGRADECIMENTOS

Todos que chegam a este momento dizem que não é tarefa fácil, e não é mesmo! Agradecer a todos ou a tudo que fez parte do tempo que se levou para construir este estudo é uma bênção. Dar graças às pessoas que estão presentes, as que foram chamadas por Ele, mas acima de tudo, aos invisíveis que fazem parte de minhas crenças. Agradecer à ajuda nas diferentes culturas a energia grandiosa que rege o universo e o planeta terra - Gaia ou Geia; reconhecer em Deus, Allah, Krishna e Pacha Mama ou mãe terra a saúde, o equilíbrio, a paciência, a grande vontade de seguir, muitas vezes abalada pelo cansaço. Obrigada!

É possível deixar de mencionar alguém, mesmo que se anote tudo durante os anos de estudo. Mas é imprescindível fazer um elogio à paciência, tranquilidade nas conversas e determinação da orientadora desta tese, a Professora Lígia Terezinha Lopes Simonian. Sua atenção e dedicação sobre a pesquisa e o resultado mostra o cuidado com o trabalho e a atenção na orientação. Seus ensinamentos agradeço.

Ao Professor Roberto Pezo, chefe do Departamento de Ecologia da Universidade da Amazônia Peruana (UNAP), tutor no Peru. Sua atenção e disponibilidade em todos os momentos necessários foram de dedicação, incansável em oferecer todo o apoio e orientação para que a pesquisa na Reserva Nacional Alpahuayo-Mishana (RNAM) acontecesse. Agradeço seu empenho. Agradeço a sua assistente Ermérita Tirado, que com toda simpatia e conhecimento do local me acompanhou até Ninahumy, início da jornada para adentrar na reserva. Agradeço a todos os professores do departamento de Ecologia que me ajudaram nas diversas vezes que precisei ir lá.

Ao PPGDSTU/NAEA com os docentes da turma de 2013 obrigada, pois me fizeram sentir o gostinho de como é bom voltar ao “banco da escola”, que nunca é demais. A turma que compartilhou comigo os trabalhos, as apreensões, discussões sobre os temas relativos as disciplinas, obrigada.

Especialmente a minha amiga Dra. Roberta Moura menina estudiosa, profissional promissora amizade que extrapolou a sala e oportunizou trocar ideias sobre nossas teses. A professora doutora Larissa, colega de turma, obrigada pelas palavras de estímulo. As mestras Adria e Debora obrigada pelas trocas de conhecimento e informação e muitas risadas.

Agradeço ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação (CNPq) pela bolsa de estudo. A pesquisa no Peru realizei com meus próprios recursos.

Certamente esta pesquisa edificou-se com a participação das informações obtidas das lideranças comunitária e de associações das reservas, onde se realizou os *survey* no Brasil e

Peru. No Brasil, em especial ao senhor Pedro Ramos e Joaquim Belo do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS).

No alto Cajari Maria Viana, Antônio Pedro, Ozaney, Raimundo, Adamor, Regilina, Sebastião (Sabá), Marinilce, Joselma, Adanilce, Manuel e Socorro. No médio e baixo Cajari senhor Vitoriano (Caianã), Calixto, Francisco, Manoel Domingos, Josivaldo, José Laércio, Nazário quanta sabedoria estas pessoas têm sobre o lugar que vivem.

Em Iquitos na Biblioteca Especializada Esquela de Post Grado da UNAP “José Torres Vasquez” agradeço ao senhor Fermim Macedo que atendeu sem medir esforços a tudo que procurava. Na Biblioteca da Amazônia Peruana agradeço a Marly Salas Zambrano que cuidou para que os livros e teses que haviam restado após a inundação, resultado das chuvas de março, no inverno amazônico, tivessem condições de ser manuseados. Pouco foi possível aproveitar no que se referia aos temas relativos a RNAM.

No Serviço Nacional do SERNANP agradeço aos senhores Carlos Fernando Rivera, chefe da Reserva Nacional Allpahuayo Mishana e Walter Herrera Carmona, especialista na Reserva Nacional Pacaya Samiria a atenção e disponibilidade para facilitar esta pesquisa em seu país.

Agradeço o apoio dos guarda-parques dentro da Reserva Alpahuayo Mishana: Jeder Pizango Murieta, Benjamin Ramirez Floros, Germán López Loayaza (Posto de Vigilância Yarana); Niesser Pinedo Tapullima, Miguel Angel Chuquipiondo Peña, Edgar Tango Rodrigues (Posto de Vigilância Irapay), que percorreram todos os lugares por terra e água e acompanharam a todas as entrevistas nas comunidades da reserva Alpahuayo Mishana.

Na comunidade de San Martin agradeço a Alex Lomas, presidente, Hitler Pezo, agente comunitário, Rafael Donhes, Rafael Aijo, Casisclay Pezo Jesús. Na comunidade Mishana Alicia Piñha, vice-presidente do comitê de gestão da comunidade, Abdias presidente e Jairo Ramires Piñha;

Na área de amortecimento nas comunidades de Ninarumy, Wilder Torres Noriega, Agente Municipal; Llanchama, Julio Sanches. Tenente governador; San Juan de Raya, José Pizango Magallanes, Frank Jesús Pizango Magalhanes; El Dorado, Vilma Reyna Arévalo, agente municipal, Miguel Angel Rojas Montalván; comunidade 13 Febrero, Iris Moura, presidente da Associação de Professores do Ensino Primário e Secundário (APAFA).

Por fim, todos são merecedores de meu agradecimento respeito e admiração pelo trabalho que realizam nestes lugares.

A Amazônia é assim:  
Um presente vivendo cultura antiga,  
E florescendo com influências  
De um futuro, que só passa.  
Ainda chegou aqui.  
Essa terra é distante,  
Mas é também o espelho dos encantos,  
De toda existência canto,  
Que o mundo hoje tem.  
E assim vivemos todos.  
Vendo, falando, sorrindo, chorando.  
Quase sentindo!  
Achando sem perceber  
A solidão é tanta,  
Que quando se toca,  
Se espanta  
De um futuro ainda não chegou aqui  
(Socorro Damasceno, 1998).

Puede el aleteo de una mariposa en Brasil producir un tornado en Texas?  
(Teoría del caos. “El efecto mariposa”  
(Edward Lorenz, 1963)

“O curso da mãe natureza não é ser recurso”  
(Chefe Arvol, Dakota ou Lakota, 2017).

## RESUMO

Projetos da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB): Análises das Políticas Públicas do Brasil e Peru é o título desta tese. A mesma trata sobre dois projetos aprovados pelo *Global Environment Facility* (GEF) denominados Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Biodiversidade Brasileira (PROBIO) e Estratégia e Plano de Ação para a Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica no Peru (Plano de Estratégia e Ação do Peru). Os dois foram desenvolvidos pelos Ministérios do Meio Ambiente dos dois países em parceria com instituições públicas regionais e organismos não governamentais. O objetivo primou por suas análises, com foco nos processos de decisão e nos impactos que reverberam sobre as populações tradicionais. Para averiguação, os Planos de Utilização das Áreas de Proteção das Nações Unidas (APNU) Reserva Extrativista do Rio Cajari, no Brasil e a Reserva Nacional Allpahuayo Mishana, no Peru foram analisados. Diante disso, as hipóteses são que os idealizadores dos empreendimentos consideram que a opinião das populações tradicionais em nada contribui, que as mesmas impedem o “desenvolvimento” da sociedade, ou ainda, não querem gastar tempo com a articulação e participação. Estas constatações podem levar a submissão das populações às regras exógenas de convívio na região, que inibem, por exemplo, as atividades econômicas tradicionalmente realizadas, como a proibição da retirada de qualquer bem da natureza para uso comercial. Às disputas políticas nas organizações e as expectativas criadas e não atendidas são outras teorias verificadas. Para tal, o estado da arte sobre política pública, biodiversidade e sustentabilidade foi construído. A metodologia que possibilitou o caminho para pensar foi a interdisciplinaridade apoiada pela análise de conteúdo e a comparação, uma combinação de condições possíveis de serem examinadas a fundo. Os resultados mostram escassa participação das comunidades tradicionais e acentuada presença das decisões pelas instituições governamentais. Tanto os projetos deixam evidências quanto nas reservas visitadas a prática que implica em diferentes impactos. Conclusão, o fato fragiliza as comunidades tradicionais política e economicamente e as reservas ficam sob constante desafio de permanecerem como unidade territorial a ser conservada. A tese está dividida em capítulo 1 Introdução, onde o objetivo, objeto do estudo, problemas, hipóteses, justificativa, metodologia são apresentados. No capítulo 2, o marco teórico conceitual está organizado analiticamente sobre as categorias políticas, política pública, política pública ambiental, biodiversidade, populações tradicionais, sustentabilidade, processo de tomada de decisão e impacto. Nos capítulos 3 e 4 trabalha-se com a história ambiental brasileira e peruana e as políticas públicas ambientais implementadas nestes países. No capítulo 5 o PROBIO é descrito e analisado, assim como o projeto de utilização da reserva extrativista do rio Cajari, Amapá. O mesmo é feito com a Estratégia e Plano de Ação do Peru, bem como o Plano Mestre da reserva nacional Allpahuayo Mishana, Loreto. No capítulo 6 apresenta a análise de conteúdo dos projetos constante no capítulo anterior, bem como a avaliação comparativa. E por fim, no capítulo 7 a conclusão traz a verificação de que as populações tradicionais ficam ausente do processo decisório de acordo com diferentes situações e que isto impacta suas vidas nos resultados e na consolidação do processo de decisão sociocultural, política e econômica.

**Palavras-chave:** Políticas públicas. Biodiversidade. Populações tradicionais. Sustentabilidade. Tomada de decisão. Impacto.

## ABSTRACT

Projects of the Convention on Biological Diversity (CBD): Analyzes of the Public Policies of Brazil and Peru is the title of this thesis. It deals with two projects approved by the Global Environment Facility (GEF) called the Project for the Conservation and Sustainable Use of Brazilian Biodiversity (PROBIO) and the Strategy and Plan of Action for the Conservation and Sustainable Use of Biological Diversity in Peru (Strategy and Action Plan from Peru). The two were developed by the Ministries of the Environment of the two countries in partnership with regional public institutions and non-governmental organizations. The objective was based on the analysis, focusing on the decision processes and the impacts that reverberate on the traditional populations. The United Nations Protection Areas Utilization Plans (UNPA) Extractive Reserve of the Cajari River in Brazil and the Allpahuayo Mishana National Reserve in Peru were analyzed. In view of this, the hypotheses are that the idealizers of the enterprises consider that the opinion of the traditional populations does not contribute anything, that they prevent the "development" of the society, or even, do not want to spend time with the articulation and participation. These findings may lead to the submission of populations to the exogenous rules of living in the region, which inhibit, for example, traditional economic activities such as the prohibition of the withdrawal of any good from nature for commercial use. Political theories in organizations and expectations created and missed are other theories. To this end, the state of the art on public policy, biodiversity and sustainability has been built. The methodology that enabled the way to think was interdisciplinarity supported by content analysis and comparison, a combination of conditions that could be examined in depth. The results show little participation of the traditional communities and the presence of decisions by governmental institutions. Both the projects leave evidence and in the reservations visited the practice that implies in different impacts. Conclusion, the fact weakens the traditional communities politically and economically and the reserves are under constant challenge to remain as territorial unit to be conserved. The thesis is divided in chapter 1 Introduction, where the objective, object of the study, problems, hypotheses, justification, methodology are presented. In chapter 2, the conceptual framework is organized analytically on the political categories, public policy, environmental public policy, biodiversity, traditional populations, sustainability, decision making and impact. In chapters 3 and 4 we work on the Brazilian and Peruvian environmental history and the environmental public policies implemented in these countries. In chapter 5 the PROBIO is described and analyzed, as well as the project to use the extractive reserve of the river Cajari, Amapá. The same is done with the Strategy and Plan of Action of Peru, as well as the Master Plan of the national reserve Allpahuayo Mishana, Loreto. Chapter 6 presents the analysis of project content in the previous chapter, as well as comparative evaluation. Finally, in chapter 7, the conclusion shows that traditional populations are absent from the decision-making process according to different situations and that this impacts their lives on the results and consolidation of the socio-cultural, political and economic decision-making process.

**Keywords:** Public policies. Biodiversity. Traditional populations. Sustainability. Decision making. Impact.

## RESUMEN

Proyectos de la Convención sobre Diversidad Biológica (CDB): Análisis de las Políticas Públicas de Brasil y Perú es el título de esta tesis. La misma trata sobre dos proyectos aprobados por el Global Environment Facility (GEF) denominados Proyecto de Conservación y Uso Sostenible de la Biodiversidad Brasileña (PROBIO) y Estrategia y Plan de Acción para la Conservación y Utilización Sostenible de la Diversidad Biológica en Perú (Plan de Estrategia y Acción Del Perú). Los dos fueron desarrollados por los Ministerios de Medio Ambiente de los dos países en asociación con instituciones públicas regionales y organismos no gubernamentales. El objetivo primó por sus análisis, con foco en los procesos de decisión y en los impactos que reverberan sobre las poblaciones tradicionales. Para la investigación, los Planes de Utilización de las Áreas de Protección de las Naciones Unidas (APNU) Reserva Extractiva del Río Cajari, en Brasil y la Reserva Nacional Allpahuayo Mishana, en el Perú, fueron analizados. Por lo tanto, las hipótesis son que los idealizadores de los emprendimientos consideran que la opinión de las poblaciones tradicionales en nada contribuye, que las mismas impiden el "desarrollo" de la sociedad, o aún, no quieren pasar tiempo con la articulación y la participación. Estas constataciones pueden llevar a la sumisión de las poblaciones a las reglas exógenas de convivencia en la región, que inhiben, por ejemplo, las actividades económicas tradicionalmente realizadas, como la prohibición de la retirada de cualquier bien de la naturaleza para uso comercial. A las disputas políticas en las organizaciones y las expectativas creadas y no atendidas son otras teorías verificadas. Para ello, el estado del arte sobre política pública, biodiversidad y sostenibilidad fue construido. La metodología que posibilitó el camino para pensar fue la interdisciplinariedad apoyada por el análisis de contenido y la comparación, una combinación de condiciones posibles de ser examinadas a fondo. Los resultados muestran escasa participación de las comunidades tradicionales y acentuada presencia de las decisiones por las instituciones gubernamentales. Tanto los proyectos dejan evidencias como en las reservas visitadas la práctica que implica en diferentes impactos. Conclusión, el hecho fragiliza a las comunidades tradicionales política y económicamente y las reservas quedan en constante desafío de permanecer como unidad territorial a ser conservada. La tesis está dividida en el capítulo 1 Introducción, donde el objetivo, objeto del estudio, problemas, hipótesis, justificación, metodología se presentan. En el capítulo 2, el marco teórico conceptual está organizado analíticamente sobre las categorías políticas, política pública, política pública ambiental, biodiversidad, poblaciones tradicionales, sostenibilidad, proceso de toma de decisión e impacto. En los capítulos 3 y 4 se trabaja con la historia ambiental brasileña y peruana y las políticas públicas ambientales implementadas en estos países. En el capítulo 5 el PROBIO se describe y analiza, así como el proyecto de utilización de la reserva extractivista del río Cajari, Amapá. Lo mismo se hace con la Estrategia y Plan de Acción de Perú, así como el Plan Maestro de la reserva nacional Allpahuayo Mishana, Loreto. En el capítulo 6 presenta el análisis de contenido de los proyectos que figura en el capítulo anterior, así como la evaluación comparativa. Por último, en el capítulo 7 la conclusión trae la verificación de que las poblaciones tradicionales quedan ausentes del proceso decisorio de acuerdo con diferentes situaciones y que esto impacta sus vidas en los resultados y en la consolidación del proceso de decisión sociocultural, política y económica.

**Palabras clave:** Políticas públicas. Biodiversidad. Poblaciones tradicionales. Sostenibilidad. Toma de decisiones. Impacto.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Organograma 1-	Esquema para a análise de conteúdo	34
Mapa 1-	A América do Sul, o estado do Amapá e o departamento de Loreto, Peru	46
Mapa 2-	O Brasil na América do Sul	116
Imagem 1-	Parlamentares da oposição protestam contra as MP 756 e 758	135
Mapa 3-	Planos em execução de lotes de petróleo e oleodutos no departamento de Loreto	161
Esquema 1-	Passos para a elaboração do PNB	201
Esquema 2-	Sistema de Gestão do Plano de Ação para implementação	206
Mapa 4-	Propostas de turismo para a RNAM e seu entorno	313
Esquema 3-	Configuração das Relações Interinstitucionais Nacionais e Internacionais no Peru	239
Imagem 2-	Amostra da população de castanhais	301
Mapa 4-	Proposta de turismos para a RNAM e seu entorno	313
Mapa 5-	RERC, Área de Amortecimento e os projetos que a envolvem	317



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Universo geral do estudo	51
Figura 2-	Sistema de análise da Política Pública Ambiental (PPA)	69
Figura 3-	Localização das fronteiras do Peru com outros países	146
Figura 4-	Divisão do Peru em ecorregiões	147
Figura 5-	Trecho do Oleoduto Norperuano	155
Figura 6-	Marca Peru	172
Figura 7-	Biomassas do Brasil	213
Figura 8-	Pontos focais espalhados pelos departamentos para elaboração da ENPB	244
Figura 9	Cartaz ilustrativo do Caminho do Biocircuito da CIA	314
Figura 10-	Depósito de lixo na RNAM km 35.8	322

## LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1-	Veículo destruído na área de amortecimento da RNAM	165
Fotografia 2-	Pichação em muro de parque construído pela Vale em Sechura Peru	168
Fotografia 3-	Imagem parcial da Estrada Macapá – Jarí e Água Branca do Cajari	234
Fotografia 4-	Imagem das ruas da comunidade Conceição do Muriacá	235
Fotografia 5-	Imagem da Comunidade de San Martin as margens do rio Nanay dentro da reserva	254
Fotografia 6-	Imagem da comunidade Llanchama na área de amortecimento da reserva	256
Fotografia 7-	Tanque para criação de alevino desativado	303
Fotografia 8-	Água consumida na comunidade de San Martin	305

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Modelo de elaboração da política pública na perspectiva do ciclo político	68
Quadro 2-	Legislação ambiental brasileira	136
Quadro 3-	Síntese das políticas públicas ambientais em nível nacional	139
Quadro 4-	As políticas públicas ambientais amapaenses	143
Quadro 5-	Legislação ambiental peruana selecionada	174
Quadro 6-	Políticas públicas ambientais em nível nacional	177
Quadro 7-	Políticas públicas para Loreto	188
Quadro 8-	Relação dos subprojetos PROBIO I	215
Quadro 9-	Constatações sobre a condição de vida das populações e da conservação dos recursos naturais da RERC	237
Quadro 10-	Constatações sobre a condição de vida das populações e da conservação dos recursos naturais da RNAM	260
Quadro 11-	Identificação da unidade de análise e da unidade de registro do projeto brasileiro	263
Quadro 12-	Identificação das unidades de contexto e de registro do Peru	264
Quadro 13-	Setores que tomam decisões no PROBIO	266
Quadro 14-	Setores que tomam decisões Estratégia e Plano de Ação do Peru	273
Quadro 15-	Programas da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)	307
Quadro 16-	Amostra de pontos de interesse das reservas	309
Quadro 17-	Análise Qualitativa Comparativa	323
Quadro 18-	Recomendações	338

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-	Quantidade de recursos utilizados pelas regiões	221
Gráfico 2-	Temas abordados nos subprojetos do PROBIO	222
Gráfico 3-	Instituições que enviaram projetos para o PROBIO	223
Gráfico 4-	Zoneamento da RERC entre os municípios	232
Gráfico 5-	Zonificação da RNAM em zonas	259
Gráfico 6-	Desmatamento recente na Pan-Amazônia (em km <sup>2</sup> )	319

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AANU	Assembleia Ambiental das Nações Unidas
ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ACIOBIO	Associação de Trabalhadores em Produtos da Cadeia Produtiva dos Médios e Baixos Rios Cajari e Muriacá
ACODECOSPAT	Asociacion Cocama de Desarrollo y Conservacion San Pablo de Tipishca
AECI	Agencia Española de Cooperación Internacional
AMAC	Associação das Mulheres Agroextrativistas do Alto Cajari
AMBAC	Associação das Mulheres do Baixo Cajari
AMOBIO	Associação de Mulheres
ANA	Agência Nacional das Águas
ANP	Áreas Naturais Protegidas
APECO	Asociación Peruana para la Conservación de la Naturaleza
APNU	Área de Preservação das Nações Unidas
APP	Áreas de Preservação Permanente
APS	Atenção Primária em Saúde
AQC	Análise Qualitativa Comparativa
ARPA	Programa de Áreas Protegidas da Amazônia
ASTEX-CA	Associação dos Trabalhadores do Alto Cajari
ASSCAJARI	Associação dos Moradores Agroextrativistas do Cajari
AISAPS	Avaliação de Impacto Social em Áreas Protegidas
BEI	Banco Europeu de Investimentos
BDT	Tropical Data Base
BIOMAZ	Proyecto Diversidad Biológica de la Amazonía Peruana
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAF	Corporação Andina de Fomento
CAISAN	Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional
CAPEBRAS	Câmara de Comércio Peru - Brasil
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCCN	Coordenadora de Comunidades de la Cuenca del Nanay
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CE	Conselhos Estaduais
CEBDS	Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável
CEMA	Coordenadoria Estadual do Meio Ambiente
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPPAC	Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental
CI	Conservation International
CIA	Centro de Investimento Allpahuayo
CIDA	Agência de Desenvolvimento Internacional
CIISC	Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis
CINDES	Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento
CIT	Comissão Intergestores Tripartite
CLPI	Consulta Livre, Prévia e Informada
CMP	Comitê de Mujeres Campesinas
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNDH	Coordenadora Nacional de Direitos Humanos
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros

CNDB	Comisión Nacional de Diversidad Biológica
CNUMADH	Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano
CNMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CNPCT	Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura
CNPT	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sóciobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais
COARIN	Coordenadora das Organizações Agrárias da Rodovia Iquitos-Nauta
COICAP	Coordenadora Agroforestal Indígena y Campesina del Peru
CONABIO	Comissão Nacional da Biodiversidade
CONADIB	Comissão Nacional de Diversidade Biológica
CONAM	Consejo Nacional del Ambiente
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONCYTEC	Consejo Nacional de Ciencia, Tecnología e Innovación Tecnológica
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COOPERALCA	Cooperativa Mista dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Alto Cajari
COPS	Conferências das Partes
COPAPMA	Comité de Productores Agrarios de la Provincia de Maynas
CERI	Centro de Pesquisa e Inovação do Ensino
CRM	Comitês Regionais e Municipais
CT	Ciência e Tecnologia
CTARL	Conselho Transitório Regional de Loreto
DAR	Direito Ambiente e Recursos Naturais
DCBIO	Diretoria de Conservação da Biodiversidade
DETRAP	Departamento de Transporte do Amapá
DNPM	Departamento Nacional de Prospecção Mineral
EFAP	Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EIP	Empresa Indústrias do Peru
ENBPA	Estratégias Nacionais de Biodiversidade e Planos de Ação
ENC	Estratégia Nacional para a Conservação
ENDB	Estratégia Nacional da Diversidade Biológica
EPA	Environmental Protection Agency
EPACUSDBP	Estratégia e Plano de Ação para a Conservação e Utilização Sustentável
EPA-US	Environmental Protection Agency
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente
FERMA	Fundo Especial de Recursos para o Meio Ambiente
FGI	Futures Group International
FMI	Fundo Monetário Internacional
FMMA	Fundo Mundial para o Meio Ambiente
FONCODES	Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento Social
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
FAT	Fundação André Tosello
GEF	Global Environment Facility
GEE	Gases do Efeito Estufa
GIFE	Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
GOREL	Governo Regional de Loreto
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade

ICSU	Conselho Internacional para a Ciência
IDB	Banco Interamericano de Desenvolvimento
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDRC	Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento Internacional
IEB	Instituto de Estudos Brasileiros
IGFA	Agências de Financiamento para Pesquisa em Mudanças Globais
IGP	Instituto Geofísico do Peru
IIAP	Instituto de Investigaciones de la Amazonía Peruana
IISD	International Institute for Sustainable Development
IIDS	Instituto Internacional de Desenvolvimento Sustentável
IIRSA	Iniciativa de Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana
INEI	Instituto Nacional de Estatística e Informática
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
INPA	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia
INIA	Instituto Nacional de Innovación Agraria
INRENA	Instituto Nacional de Recursos Naturales
IPAE	Instituto Peruano de Administración de Empresas
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
IRM	Instituto de Recurso Mundial
ISA	Instituto Socioambiental
ISSC	Conselho Internacional de Ciências Sociais
IUCN	International Union for Conservation of Nature
KPMG	International survey of corporate responsibility reporting
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário
MIGA	Multilateral Investment Guarantee Agenc
MIN	Ministérios da Integração Nacional
MINC	Ministério da Cultura
MINE	Ministério de Energia e Minas
MIPE	Mercado Industrial Peruano
MMA	Ministério do Meio Ambiente brasileiro
MME	Ministério de Minas e Energia
MRTA	Movimento Revolucionário Tupac Amaru
MT	Ministério dos Transportes
MP	Medidas Provisórias
MP	Ministério do Planejamento
MPF	Ministério Público Federal
MINAM	Ministerio del Ambiente
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
OCDE	Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico
OCMAL	Observatório de Conflitos Mineiros da América Latina
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OEFA	Organismo de Avaliação e Fiscalização Ambiental
OMM	Organização Meteorológica Mundial
ONP	Oleoduto Norperuano
ONG	Organização Não Governamental
ONGEI	Oficina Nacional do Governo de Eletrônica e Tecnologia da Informação
ONU	Organização das Nações Unidas
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OTAE	Órgão Técnico de Administração Especial
OTCA	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica

PA	Parlamento Amazônico
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAMA	Programa de Adequação e Manejo Ambiental
PAN-BIO	Plano de Ação para a Implementação da Política Nacional da Biodiversidade
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PDSA	Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá
PEAP	Plano Estratégico de Áreas Protegidas
PEGA	Programa Estadual de Gestão Ambiental
PNA	Política Nacional do Ambiente
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNAF	Plan Nacional de Acción Florestal
PNAP	Plano Nacional de Áreas Protegidas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PNB	Política Nacional da Biodiversidade
PND	Planos Nacionais de Desenvolvimento
PNMA	Programa Nacional de Meio Ambiente
PPA	Sistema de análise da Política Pública Ambiental
PPCDAM	Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
PPPA	Programas de Política Pública Ambiental
PPTAL	Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
PROBIO	Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Biodiversidade Brasileira.
PRONAA	Programa Nacional de Assistência Alimentícia
PRONABIO	Programa Nacional de Diversidade Biológica
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
PT	Partido dos Trabalhadores
QCA	Qualitative Comparative Analyses
RAISG	Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada
RB	Rede Mundial de Reservas da Biosfera
RCA	Rede de Cooperação Alternativa
RENCA	Reserva Nacional de Cobre e seus Associados
RERC	Reserva Extrativista Rio Cajari
RFT	Rain Forest Trust Fund
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RNAM	Reserva Nacional Allpahuayo-Mishana
RNP	Rede Nacional de Pesquisa
RREE	Ministerio de Relaciones Exteriores del Perú
RSC	Responsabilidade Social Corporativa
SBF	Secretaria de Biodiversidade e Floresta
SEMA	Secretaria de Meio Ambiente
SENACE	Serviço Nacional de Certificação Ambiental
SENANHI	Serviço Nacional de Meteorologia e Hidrologia do Peru
SFC	Secretaria Federal de Controle
SI	Smithsonian Institute
SIFAM	Sistema Integrado de Fiscalização Ambiental
SIG	Sistema de Informação Geográfica
SINANPE	Plan Director del Sistema Nacional de Áreas Naturales Protegidas por el Estado
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia



SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SIVAM	Sistema de Vigilância da Amazônia
SLAP	Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras
SNMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SNIP	Sistema Nacional de Investimento Público
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPDA	Sociedade Peruana de Direito Ambiental
SPIE	Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TI	Tecnologia da Informação
TCU	Tribunal de Contas da União
TNC	The Nature Conservancy
TR	Tribunais Regionais
TS	Tribunais Superiores
UNU	Universidade das Nações Unidas
UC	Unidades de Conservação
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UNALM	Universidad Nacional Agraria La Molina
UNEP	Programa Ambiental das Nações Unidas
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFCCC	Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima
UNIC	Centro de Informações das Nações Unidas Rio de Janeiro
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UNT	Universidad Nacional de Trujillo
UNU	Universidade das Nações Unidas
USAID	United States Agency for International Development
WBCSD	World Business Council for Sustainable Development
WRI	World Resources Institute
WWF	World Wildlife Fund
ZEE	Zonificação Ecológica Econômica

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	23
<b>1.1</b>	<b>Problematização</b>	28
<b>1.2</b>	<b>Metodologia</b>	30
1.2.1	Métodos e técnicas	34
1.2.2	Meios para a coleta de dados	37
1.2.3	Local do estudo	45
<b>2</b>	<b>MARCO TEÓRICO E CONCEITUAL: POLÍTICAS PÚBLICAS, BIODIVERSIDADE, POPULAÇÕES TRADICIONAIS E SUSTENTABILIDADE</b>	50
<b>2.1</b>	<b>Construção do universo geral de estudo</b>	51
<b>2.2</b>	<b>Política e política pública</b>	52
2.2.1	Políticas públicas ambientais no Brasil e no Peru a partir da CDB	79
<b>2.3</b>	<b>Biodiversidade e populações tradicionais</b>	81
<b>2.4</b>	<b>Sustentabilidade</b>	88
2.4.1	Sustentabilidade, governo e a iniciativa privada	104
<b>3</b>	<b>HISTÓRIA AMBIENTAL BRASILEIRA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS</b>	115
<b>3.1</b>	<b>A história ambiental amapaense e as políticas públicas ambientais</b>	140
<b>4</b>	<b>HISTÓRIA AMBIENTAL PERUANA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS</b>	146
<b>4.1</b>	<b>A história ambiental e as políticas públicas loretananas.</b>	179
<b>5</b>	<b>O PROJETO DE CONSERVAÇÃO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE BRASILEIRA (PROBIO) E A ESTRATÉGIA E PLANO DE AÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA NO PERU (ESTRATÉGIA E PLANO DE AÇÃO DO PERU)</b>	191
<b>5.1</b>	<b>O Contexto da CDB.</b>	192
<b>5.2</b>	<b>Caminhos para a elaboração da Política Nacional da Biodiversidade (PNB), Decreto no 4.339, de 22 de agosto de 2002, institui princípios e diretrizes para sua implementação</b>	200
<b>5.3</b>	<b>O Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Biodiversidade Brasileira (PROBIO) – <i>National Biodiversity Project (PROBIO) GEF Project ID 58</i></b>	207
5.3.1	O estado do Amapá, os resultados e a consolidação da RERC	224
<b>5.4</b>	<b>Caminhos para a elaboração da Estratégia Nacional da Diversidade Biológica no Peru (ENDB) Decreto Supremo nº102-2001-PCM, de 5 de setembro de 2001, conforme estabelecido no número 8 do Artigo 118º da Constituição Política do Peru.</b>	238

<b>5.5</b>	<b>Estratégia e Plano de Ação para a Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica no Peru (Estratégia e Plano de Ação do Peru). Strategy and Action Plan for the Conservation and Sustainable use of Biological Diversity in Peru (GEF Project ID 247)</b>	242
5.5.1	O Departamento de Loreto, os resultados e a consolidação da RNAM	249
<b>6</b>	<b>ANÁLISE DE CONTEÚDO COMO FERRAMENTA DE LEITURA PROFUNDA DOS PROJETOS PROBIO E ESTRATÉGIA E PLANO DE AÇÃO DO PERU</b>	262
<b>6.1</b>	<b>Explorar as habilidades dos projetos quanto a suas flexibilidades nos processos decisórios e potencial para impactar</b>	265
6.1.1	Exame sobre as capacidades do PROBIO	265
6.1.2	Exame sobre a capacidade do projeto Estratégia e Plano de Ação do Peru	273
<b>6.2</b>	<b>O Plano de Utilização e a ação das comunidades tradicionais em relação à biodiversidade e a sustentabilidade na RERC</b>	279
<b>6.3</b>	<b>Regras para Utilização e a ação das comunidades tradicionais em relação à biodiversidade e a sustentabilidade na RNAM</b>	284
<b>6.4</b>	<b>Análise e comparação: as comunidades tradicionais e as reservas, biodiversidade e sustentabilidade</b>	291
<b>7</b>	<b>CONCLUSÕES</b>	326
	<b>REFERÊNCIAS</b>	336
	<b>ANEXOS</b>	382
	<b>ANEXO A- Projeto Brasileiro</b>	383
	<b>ANEXO B- Projeto Peruano</b>	385

## 1 INTRODUÇÃO

Nesta tese discute-se sobre o Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Biodiversidade Brasileira (PROBIO) e a Estratégia e Plano de Ação para a Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica no Peru (Plano de Estratégia e Ação do Peru<sup>1</sup>). Para se chegar a este ponto, levou-se um longo tempo pessoal, que hoje se vê como um processo de maturação intelectual. Isso permite fazer o exame dos projetos a considerar o período em que a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) ocorreu, 1992, e os desdobramentos desses projetos até 2016.

A Conferência da Terra foi palco de debates, em que estiveram presentes aproximadamente 190 países, dos quais 175 assinaram a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e 168 a ratificaram, incluindo o Brasil e o Peru. A busca do conhecimento sobre biodiversidade, desenvolvimento e sustentabilidade das populações tradicionais<sup>2</sup> foi tema presente. Desde esse evento até a atualidade, passaram-se 24 anos, em que a questão sobre biodiversidade, clima, energia, efeito estufa, dentre outros, tem exigido esforços dos líderes das nações para se reunir e discutir os caminhos que devem ser tomados pelos países.

Os projetos são o resultado de políticas públicas ambientais elaboradas a partir de um conjunto de decisões de Estado tomadas em prol do meio ambiente e da relação que o homem estabeleceu com esse ao longo de três séculos. Os mesmos foram preparados no âmbito das instituições governamentais brasileira e peruana num contexto ideológico (PASSOS, 2006) de defesa do meio ambiente em busca do desenvolvimento sustentável (CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE, 1972), como da necessidade de um ponto de vista e de princípios comuns para inspirar e guiar os povos do mundo na preservação e na melhoria do meio ambiente.

Neste sentido, a sustentabilidade das populações tradicionais na Pan-Amazônia e a degradação ambiental sempre estiveram na pauta, desde as primícias desta região. Vale lembrar que a sustentabilidade foi posta à prova, com maior amplitude após a chegada da empresa colonizadora portuguesa e espanhola (CAVAJAL [1954-1542] 1941; ACUÑA, 1941; SERRANO, 2004; SANTOS, 1988; PERU, 2016), sobre a qual se produziu documentação

---

<sup>1</sup>O projeto não apresenta sigla, por isso para melhor referência usa-se apenas Estratégia e Plano de Ação do Peru. A redução do título não traz prejuízo ao todo. Assim, será desta maneira que se mencionará o projeto do Peru ao longo deste estudo.

<sup>2</sup>Utiliza-se também o termo comunidades tradicionais, porque se entende ficar mais próximo do grupo de pessoas com as quais se trabalhou.

rica da biota dessa região. Tais documentos ajudaram a entusiasmar os interesses e o conhecimento necessário para a exploração da riqueza local.

Desde o século XVII a subtração de madeira, fauna terrestre, aérea e aquática ocorreu gradativamente, principalmente, na bacia do rio Amazonas (FURTADO et al., 2002). No estuário do rio, ambiente de transição entre esse e o mar, suporta a influência das marés e apresenta fortes gradientes ambientais, a pesca predatória do pirarucu (*Arapaima gigas Cuv.*), a coleta dos ovos de tartaruga (*Podocnemis expansa Schw.*) e de tracajá (*Podocnemis unifilis Trosh*) para produção da manteiga foi requintadamente utilizada pelas autoridades portuguesas.

Mesmo com a independência, a exploração dos recursos naturais seguiu seu curso. Florence ([1825-1829] 1977) documentou a extração do óleo de pacu da família dos *Caracideos*<sup>3</sup>, assim como o desperdício e a eliminação do pescado que não lhes interessava. A pesca do jacaré (*Melanosuchos niger* (Spix)) e a destruição destes animais foram documentadas por Crevaux (1883) e, também onças (*Panthera [Jaguaris]*). Muito se tem escrito sobre esta perda da biodiversidade na Pan-Amazônia.

Outros tipos de exploração foi a madeireira, como o acapu – nome popular de árvore da família das Fabáceas, ex-Leguminosas (*Vouacapoua americana*), que ocorreu em pontos diversos dos nove países que fazem parte da Amazônia<sup>4</sup>. O plantio de cacauais (*Theobroma cacao* Mart.), para a produção de chocolate artesanal, sob a direção dos jesuítas foi proeminente. No século XVII havia a administração da floresta para obtenção de benefícios econômicos, sociais e ambientais, e os mecanismos de sustentação do ecossistema era algo que não se considerava.

A exploração dos castanhais (*Bertholletia excelsa*)<sup>5</sup>, popularmente conhecida como castanha-do-brasil, castanha-do-acre, castanha-do-pará, noz amazônica, noz boliviana, tocari e

---

<sup>3</sup>Devido pertencer a várias espécies, o pacu possui os seguintes nomes científicos: *Mylossoma spp.*, *Myleus spp.*, *Metynnis spp.*, e *Myloplus spp.*

<sup>4</sup>O Brasil, possui 60% da floresta, seguido pelo Peru, com 13%, e com partes menores na Colômbia, na Venezuela, no Equador, na Bolívia, na Guiana, no Suriname e na Guiana Francesa. Os estados no Brasil ou departamentos nas quatro nações vizinhas do Brasil têm o nome de *Amazonas* por isso. A Amazônia representa mais da metade das florestas tropicais remanescentes no planeta e compreende a maior biodiversidade em uma floresta tropical no mundo. É um dos seis grandes biomas brasileiros.

<sup>5</sup>Apesar do seu nome em inglês, *Brazil nut*, o seu maior exportador não é o Brasil e sim a Bolívia, onde são chamadas de *almendras*, ou ainda “noz amazônica” e “noz boliviana”. Isto se deve à drástica diminuição da espécie no Brasil, devido ao desmatamento. O nome em português se refere ao Pará, cuja extensão no período colonial incluía toda a Amazônia brasileira. Os acreanos - por serem os maiores produtores nacionais de castanha-referem-se a elas como “castanhas-do-acre”. Alguns nomes indígenas são *juvia*, na região do rio Orinoco e em outras regiões do Brasil. Embora sejam classificados pelos cozinheiros como uma castanha, os botanistas consideram a *Bertholletia excelsa* como uma semente, e não uma castanha, já que, nas castanhas e nozes, a casca se divide em metades, com a carne separando-se da casca.

tururi foi amplamente explorada somado a borracha e a madeira. Na Amazônia a extração de produtos nativos da biodiversidade – “drogas do sertão,” borracha, madeira, castanha, metais preciosos, cacau, entre outros, sempre foi uma atividade constante na história e atravessou os *booms* econômicos.

Os minuciosos levantamentos realizados no início do século já mostravam a preocupação da República em elaborar propostas em torno dos potenciais econômicos da região, a exemplo do cacau nativo na área do baixo rio Tocantins (HUBER, 1906; SANJAD, 2010b). O desconhecimento da realidade local, o planejamento inadequado e a ausência de retorno imediato, possivelmente, fizeram com que o interesse dos investidores saltasse para outro tipo de atividade, como o extrativismo pesqueiro e do açaí (*Euterpe oleraceae* Mart.). Mas não pararam por aí as tentativas de investimento tanto do Estado quanto da iniciativa privada.

Em meados do século XX já se mencionava a destruição da floresta e com ela a fauna. O comércio de peles e couro cresceu a ponto de se ter a extinção de mamíferos, peixes, aves e anfíbios em todo o bioma amazônico (REDFORD; ROBINSON, 1991; REDFORD, 1997). Mas os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) I e II, os quais nas décadas de 1960, 1970 e 1980 reviraram a Amazônia (HÉBETTE, 1991; LENÁ; OLIVEIRA, 1991; HERNANDES; MAGALHÃES, 2011) construíram estradas, hidroelétricas, fomentaram a pecuária, a exploração mecanizada de madeira e a mineração. Tais atividades trouxeram o conflito fundiário, o trabalho escravo, o massacre, a criminalidade e a impunidade.

Certamente, estes acontecimentos foram denunciados e documentados por ONG nacionais e internacionais, jornais, revistas e, com isso a comunidade internacional, defensora dos direitos humanos e ambientais, se movimentou no sentido de frear as ações predadoras. Nesta agitação muitas áreas foram protegidas e, com isso, legislações foram criadas e as existentes modernizadas pelos organismos responsáveis pelas questões ambientais em nível mundial. Neste sentido, os países adotaram categorias com regras que se ajustavam às suas realidades.

Os programas e projetos de políticas públicas ambientais aplicados à região inevitavelmente atuaram sobre as populações tradicionais e a sobrevivência destas pessoas. Decisões foram tomadas em todas as esferas – municipal estadual e nacional – tanto na dimensão do sistema sociocultural e político quanto no subsistema técnico-científico. Em todo passo dado houve tomada de decisão para o atendimento da agenda governamental. Fato comum ocorre quando o ementário político está sendo construído pelo governo.

Neste sentido, Lévi-Strauss (1962, p. 26) menciona que “enquanto as maneiras de ser ou de agir de certos homens forem problemas para outros, haverá lugar para uma reflexão sobre essas diferenças que, de forma sempre renovada, continuará a ser o domínio da antropologia”. Isso ajuda a pensar nas diferentes posições políticas que envolvem projetos de políticas públicas do governo. Neste caso reflete-se sobre as políticas ambientais.

Examina-se a política pública na observância da qual a empiria e a prática políticas e inter-relacionam nas ações institucionais, bem como o processo e o conteúdo político, os quais são carregados de ideologias (FREY, 2000). A política pública organizada como sistema assegura a relação entre a formulação, os resultados e o ambiente. Enquanto interage com subsistemas são relativamente estáveis, devido haver a articulação dos acontecimentos internos e externos (EASTONE, 1965). Neste sentido, Sabatier e Jenkins-Smith (1993) refletem sobre os fatores culturais, como crenças, valores e ideias na elaboração das políticas públicas, que necessitam ser consideradas.).

Na política pública ambiental assegura-se de categorias relacionais, como sustentabilidade, biodiversidade e populações tradicionais. A sustentabilidade compreendida como um discurso ambiental tem na globalização, na tecnologia da informação e na genética em geral forte influência na cultura da sociedade (APPADURAI, 2002; REDCLIFT, 2002). Portanto, como discurso, pode ser apropriada por diferentes atores sociais e institucionais público e privado.

A biodiversidade hoje assegura o entendimento que se construiu abrindo espaços nas fronteiras disciplinares, como biologia, ecologia social e compreendê-la como processo em constante modificação da natureza, das relações socioculturais e das populações tradicionais que vivem nos ecossistemas (GOMEZ-POMPA; KAUS, 1992; ESCOBAR, 1999; DIEGUES et al., 2001). Na Pan-Amazônia as populações tradicionais estão historicamente relacionadas com movimentos para a formação de reservas extrativistas e a regularização das mesmas (SILVA; SIMONIAN, 2015), assim como informa Viana (2008) sobre o exercício na elaboração de políticas públicas.

No contexto histórico das políticas ambientais em nível de Estado, buscou-se o momento que se considerou mais profícuo na proliferação de projetos, o qual tivesse sido significativo a ponto de suas aplicações chegarem aos lugares mais distantes. O evento sobre a Conferência da Terra (Rio-92<sup>6</sup>) demandou uma série de planos, programas e projetos, com

---

<sup>6</sup>Este não deve ser o único ou o principal evento, certamente houve outros, porém ele tem maior envergadura e marcou as diretrizes quanto aos cuidados sobre o meio ambiente e o futuro do planeta. Deu-se origem a muitos

isso se tornou o mais adequado. Os planejamentos se desdobraram em vários outros criando subprojetos aplicados por instituições públicas e privadas. Os governos se voltaram para dar conta de atender o que foi acordado na conferência.

Conheceu-se o PROBIO quando se teve acesso a seus subprojetos e aplicados em alguns estados da região Norte do Brasil. A Estratégia e Plano de Ação do Peru buscou-se por curiosidade, visto encontrar alguma semelhança com o que ocorria no bioma Amazônia brasileiro. Os dois projetos são fruto de situações históricas, com semelhanças e diferenças, as quais permitirão análise com substâncias para se conhecer o que foram estes planejamentos e suas aplicações.

O critério de seleção que se utilizou foi terem sido os primeiros projetos<sup>7</sup> aprovados em 1996/97 no início dos acordos da CDB e ajustados os convênios entre as agências financiadoras, *Global Environment Facility* (GEF), em atenção ao artigo 6º da CDB. No Brasil foram 53 projetos e no Peru 41 projetos aprovados, dentre os quais se selecionou PROBIO-GEF 58-e a Estratégia e Plano de Ação do Peru-GEF 247, para estudo. Os projetos variaram em tempo de execução devido aos desdobramentos, e, além disso, passam por atualizações e programações com novas metas a serem atingidas, especialmente devido às reuniões das Conferências das Partes (COP).

Os projetos tiveram como norte as três diretrizes defendidas pela CDB: a) Conservação da diversidade biológica; b) Utilização sustentável de seus componentes; e c) Repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos, as quais deveriam ser seguidas pelos projetos. Os resultados dos projetos e as experiências vivenciadas têm servido para dar subsídios a outros planos, nos diferentes biomas destes países. A ação da CDB foi, provavelmente, inovadora, particularmente para os países que possuem grande diversidade biológica e sociocultural, como Brasil e Peru.

Os projetos desencadearam subprojetos, porque temáticas foram surgindo de acordo com o desenrolar das pesquisas. Os temas foram elencados e apresentados em editais que chamaram instituições governamentais e não governamentais, as quais desenvolveram temas

---

projetos, em que as relações entre políticas públicas, biodiversidade, populações tradicionais e sustentabilidade estão no bojo das tratativas em nível mundial.

<sup>7</sup>Existe uma hierarquia fundamental sobre o assunto. O plano é formado por diretrizes mais amplas, onde se podem encontrar os princípios e as finalidades para a ação, o mesmo traz como orientação: a ideologia que embasará os programas e os projetos. Portanto, os planos estão na base da hierarquia, os outros dois – programas e projetos – deverão ser elaborados segundo suas premissas. Então, programas e projetos devem responder aos possíveis porquês levantados. Os programas, por sua vez, estão numa segunda instância, afunilam os planos, devem definir e traçar o perfil do sujeito que se envolverá com o trabalho, comportamento, postura administrativa, diagnosticar a situação, elaborar as ações e medidas que deverão ser tomadas. Os programas se referem às áreas restritas de atuação. Aqui se pode identificar qual será o objeto da ação. Os projetos é que dizem como serão executadas as atividades relativas aos programas e planos.



em diferentes biomas no Brasil. Entretanto, houve casos em que os projetos não concorreram a editais, construídos independentes diante da urgência das realidades locais. Os mesmos foram financiados por instituições públicas e privadas financeiras, organizadas a partir da estrutura montada pelas determinações da CDB nos países.

No caso peruano, os projetos seguiram das diretrizes da CDB para a construção de suas metas nacionais na perspectiva de desenvolver planos regionais e departamentais. Contudo, usam-se os intentos locais, como exemplo, para verificar se tais diretrizes alcançaram os mais distantes também se analisa. Os Planos de Utilização da Reserva Extrativista do Rio Cajari (1996) e o Plano Mestre da Reserva Allpahuayo-Mishana (2004) são os documentos que se considera para ver se estão de acordo com as diretrizes da CDB. As duas reservas foram regularizadas para garantir a conservação da biodiversidade e as melhorias para as populações tradicionais envolvidas nas decisões tomadas.

Diante disso, o estudo pode contribuir quando se pensa na perspectiva utilizada para a análise dos projetos. A sociedade científica, os mentores de projetos institucionais, as agências financiadoras e outros podem considerar os resultados relevantes em apreciações desta natureza. Outra possibilidade de contribuição pode ser vista pelo contexto latino-americano de abertura política e de consolidação das democracias quando os países buscam desenvolver projetos com vistas ao desenvolvimento.

Os conhecimentos existentes nas áreas das ciências humanas, naturais e formais serão utilizados quando se transita por conceitos de políticas públicas, sustentabilidade, biodiversidade e populações tradicionais. Com base na metodologia da interdisciplinaridade, busca-se procedimento geral que ajude na construção de linguagem comum para se trabalhar nas fronteiras disciplinares. As fronteiras são o local onde a análise de conteúdo fornecerá suporte de conhecimento sobre os projetos e a experiência exibida nas entrevistas.

## **1.1 Problematização**

A análise do PROBIO e a Estratégia e Plano de Ação do Peru em nível nacional, também o Plano de Utilização da Reserva Extrativista do Rio Cajari (1996) e o Plano Mestre da Reserva Allpahuayo-Mishana (2004) em nível local, são tomados como objetivo elementar. Os projetos suscitaram questionamentos como: (i) as populações tradicionais participam do processo de decisão para a implementação dos projetos? (ii) a decisão ou a ausência de decisão é fator preponderante para que as ações dos projetos provoquem impacto

socioeconômico e ambiental? Esses são pontos, que deverão ser respondidos ao longo do estudo.

Algumas hipóteses foram levantadas na busca de compreender a situação. Dentre as mais relevantes: (a) os idealizadores dos projetos entendem que a opinião das populações tradicionais em nada contribui; (b) têm a ideia que as mesmas impedem o “desenvolvimento” da sociedade, ou ainda, (c) os governantes podem ver na consulta, para tomada de decisão, tempo que não têm, devido envolver articulação e participação. (d) a ausência de planejamento é um impeditivo; (e) ou mesmo, “ondas” de decisões, que envolvem muitos países, são tomadas e não alcançam a base da sociedade.

Outras hipóteses referem-se aos impactos que estas populações sofrem, como: (f) a aplicação dos projetos leva a submissão das populações às regras exógenas de convívio na região, que inibem, em especial, as atividades econômicas tradicionalmente realizadas, como a proibição da retirada de qualquer bem da natureza para uso comercial em pequena escala. Outro (g) se refere às disputas políticas nas organizações e as expectativas criadas e não atendidas.

De acordo com os projetos selecionados para estudo, questionamentos ficam evidentes diante da ausência de clareza sobre a consulta prévia às populações tradicionais, tanto da aplicação dos programas e projetos quanto de suas consequências. Diante disso, toma-se como objeto de estudo as categorias “decisão” e “impacto”, no cerne do processo que envolve os projetos, assim como no conteúdo das entrevistas realizadas. Com esse procedimento, acredita-se obter resultados que esclareçam as dúvidas levantadas nesta pesquisa.

Veja-se que decisão na gramática é substantivo feminino, que significa ação ou efeito de decidir; determinação, segundo os dicionários de português. Nas ciências humanas é entendida como processo decisório de construção política e social. É percebida também como processo de análise e escolha, mas também, como atividade exercida por pessoas que necessitam de informações, de dados confiáveis para decidir, tomar decisão. Estas são percepções básicas.

Nas ciências formais a teoria da decisão é uma subárea do conhecimento. Como uma área interdisciplinaridade estudo, com definições que relacionam Filosofia, Matemática e Estatística, é aplicável a quase todos os ramos da ciência, como Engenharia e principalmente à Psicologia do Consumidor – baseados em perspectivas cognitivo-comportamentais, ou seja, pensamento e conduta.

No que se refere a impacto, a gramática diz que é um adjetivo e substantivo masculino que significa choque, embate. Vem do latim tardio *impactus*; o impacto é o choque de um

objeto contra algo, também é a marca ou as sequelas deixadas por esse mesmo choque. É hábito usar-se o conceito para fazer alusão aos efeitos colaterais, que uma determinada exploração ou pressão econômica ambiental tem sobre o meio natural e sobre as pessoas.

Impacto é um conceito que vem da Ciência Física e é definido como a distância perpendicular entre o vetor velocidade de um projétil e o centro do objeto do qual está se aproximando. É frequentemente citado em Física Nuclear e em Mecânica Clássica quando se referindo as órbitas dos corpos celestes. A noção de impacto no campo da Ciência Ambiental, por outro lado, diz respeito ao efeito causado pela atividade humana sobre o meio ambiente (JAMES, 1999; MUNKRES, 2000). Neste sentido, da mesma maneira que decisão, o impacto será tratado como resultado da atividade e ação humana. As duas categorias aparentemente distintas têm muito em comum e se complementam.

Feito isso, se tratará dos procedimentos metodológicos que se achou melhor para o desenvolvimento deste estudo.

## **1.2 Metodologia**

A discussão epistemológica sobre metodologia discutida por Minayo (2007, p. 44) trata a questão como o “caminho do pensamento” que o tema ou o objeto de investigação requer. Ou seja, o pesquisador precisa mostrar como procedeu na pesquisa, como a pensou. A abrangência e a concomitância ajudam a defini-la. Para tal, a apresentação adequada e justificada dos métodos, técnicas e dos instrumentos operativos, que foram utilizados são fundamentais. Assim, deve deixar clara a “criatividade do pesquisador”, ou seja, sua marca pessoal e específica ao articular teoria e métodos, para mostrar a resposta às indagações feitas na tese.

Diante disso, buscou-se como paradigma da ciência moderna (SANTOS, 1988; ALVARENGA, SOMMERMAN, ALVAREZ, 2005) a interdisciplinaridade, a qual se fortaleceu na segunda metade do século XX. O encontro que se configurou no 1º Seminário Internacional sobre a Interdisciplinaridade e a Disciplinaridade realizado em Nice, 1970 organizado pelo Centro de Pesquisa e Inovação do Ensino (CERI) e pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), patrocinado pelo Ministério de Educação da França, é um marco.

Diante dos avanços das Ciências Naturais, a Biologia e a Física Quântica na vanguarda mostraram a urgência das trocas de saberes entre as disciplinas, bem como a adoção de nova relação entre sujeito observador e objeto observado. A importância da reciprocidade aparece

como fundamental para que essa maneira de análise se concretize. A complexidade das situações, as quais surgem num contexto de globalização e multiculturalismo, exige exames apropriados que deem conta das novas circunstâncias.

Neste sentido, a expansão científica aponta rumos nos quais as disciplinas não atuem voltadas exclusivamente para seus limites, mas num contexto de  $n$  dimensões dialógicas, extrapolando-as. Portanto, o intercâmbio das disciplinas é imperioso. No entanto, a “condição do progresso da pesquisa” é mencionada por Piaget (1972, p 133), ao se referir às mudanças sobre as quais vêm passando as diferentes formas de perceber o social. Ressalta que a interdisciplinaridade não é um modismo, mas a evolução interna da ciência. Isto só é possível devido à impossibilidade de essa se desdobrar em um só plano.

Neste sentido, os níveis variados de conceituação ou de estruturação nas ciências disciplinares permitem que problemas epistemológicos possam ser encontrados em diferentes ciências. À semelhança do isomorfismo, podemos encontrar analogias na estrutura dos problemas apresentados. Desafio posto, transita-se por meio do desdobramento da ciência disciplinar, mas também da colaboração entre os setores heterogêneos dessa. Piaget fala de “certa reciprocidade dentro das trocas [...] e de total enriquecimento mútuo”. Os dois são percebidos como complementares.

Sabe-se que cada disciplina possui suas regras específicas desenvolvidas, onde modelos teóricos e metodológicos das Ciências Social, Natural e Formal<sup>8</sup> estão firmados. No entanto, estas se encontram quando um problema é levantado e uma situação é questionada e apresentada para estudo. Os encontros proporcionam, segundo Oliveira Filho (1987), “espaços de trocas mais inovadores”, tanto metodológicos, bem como teóricos e tecnológicos. Esses ocorrem nas fronteiras disciplinares das ciências, espaços em constante movimento.

O avanço das fronteiras disciplinares também foi tratado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), a qual confirma que estes movimentos de trocas geram novos conceitos, teorias e métodos. Quando os limites disciplinares são ultrapassados, o estabelecimento de pontes entre diferentes níveis de realidade, diferentes lógicas e diferentes formas de conhecimento são construídas. (CAPES, 2008). Essa é outra forma de perceber os acontecimentos.

Esta dinâmica de reciprocidade disciplinar é tratada em trabalho realizado por Jantsch (1972, p. 68) como a característica básica da interdisciplinaridade, com “a existência de uma

---

<sup>8</sup>As ciências formais são um ramo das ciências que estuda os sistemas formais, como por exemplo, a lógica, a matemática, a teoria dos sistemas e os aspectos teóricos da ciência computacional, a teoria da informação, a microeconomia, a teoria da decisão, a estatística e a linguística.

axiomática comum de grupos de disciplinas conexas”. Esta axiomática equipa os caminhos para o processo de investigação. As “distinções conceituais e regras metodológicas mais abstratas comuns a várias ciências” (OLIVEIRA FILHO, 1987, p. 59) vão se caracterizar pela “metodologia geral”. Certamente, este esquema oferece as bases para responder a problematização levantada e a construção de novo horizonte de conhecimento.

Sobre estas fronteiras, Kuhn (1978) refere-se à criação de novos instrumentos da mesma ordem, ou seja, de natureza interdisciplinar. Quer dizer, a troca e a criação são constantes nas raias disciplinares; onde aparentemente existe um vazio há uma região fértil e de colaboração entre posturas. Assim sendo, é neste “vazio” que as fronteiras das duas realidades sociais, brasileira e peruana, utilizam as ferramentas da interdisciplinaridade.

As disciplinas que se utiliza não terão o *status* de auxiliares, pois não haverá uma acima das demais, pelo contrário, todas têm papel fundamental, de colaboração em prol de responder as questões levantadas pela tese. Ou seja, a colaboração dos diferentes pontos de vista disciplinares deve apresentar Japiassu (1976, p. 92) uma “linguagem comum [...], enriquecedora e matizada”. Diante do exposto, as Ciências Sociais, Naturais e Exatas criam macroespaços de trocas, onde as subáreas, como, política, ecologia, história e geografia, possam dialogar. Dessa maneira, deve ser utilizada a metodologia interdisciplinar para a análise do objeto de estudo.

Utilizar-se-á ainda a análise de conteúdo no exame dos projetos PROBIO e Estratégia e Plano de Ação do Peru, os quais serão realizados segundo o processo e a inter-relação possível de ser feita, por meio deste tipo de análise. Bardin (2011, p. 15) a define como “[...] um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos [...] (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. Entende-se que tais instrumentos permitem que se apreciem as substâncias dos projetos com criatividade, imaginação, capacidade de averiguação e análise das diversas camadas contidas no fundo dos documentos. Tarefa que exige o conhecimento dos projetos e metodologia.

Ainda Bardin, no mesmo local se refere, sobre a técnica como “[...] múltipla e multiplicadas [...]” e diz ser “[...] uma hermenêutica controlada, baseada em dedução: a inferência”. Essa ocorre a partir dos dados, deduções reproduzíveis e válidas. Todavia, assevera a autora que “[...] a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade [...]”. O discurso da globalização e o exercício da interdisciplinaridade instigam a uma análise que visita as extremidades, mas o hiato entre os dois polos pede exame criativo e subjetivo.

Mesmo com crença na pseudoextinção da pessoa, do indivíduo das relações construídas entre as comunidades, os elementos do discurso da globalização não alcançam a totalidade. As tecnologias levam informações que promovem a comunicação, também ocorre a manipulação e modificação genética, elementos que podem estar em qualquer tipo de projeto aplicado. É possível que tais noções e até a prática alcance as comunidades tradicionais, mas o que permite a leitura destes códigos são as ferramentas que a interdisciplinaridade possibilita, qual seja, o uso de diferentes disciplinas.

De outra maneira, a ideia fica mais frutífera quando Bardin (2011, p. 16) menciona a capacidade polimórfica e polifuncional do instrumento de análise, na medida em que, para além das “[...] funções heurísticas e verificativas [...]” o instrumento alonga o tempo de incubação da ideia hipotética ou intuitiva até as interpretações finais. O intervalo se faz necessário no processo de análise, isto porque obriga à observação de um espaço de tempo entre o estímulo da mensagem até a interpretação. Entende-se, no entanto, que tal exercício exige *práxis*, pois a ocorrência distancia-se da concepção de tempo linear, estanque, já que o percurso pede maturação da ideia com interconexões.

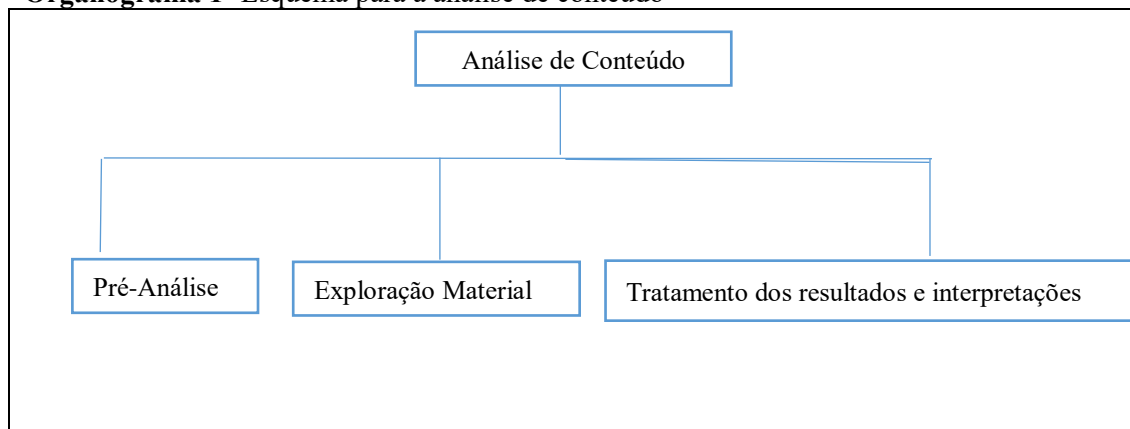
O caminho que se percorre se dá em três fases: pré-análise, onde a identificação do universo dos documentos a serem averiguados em função dos problemas, objetivos, hipóteses, indicadores, orientará a interpretação e a preparação formal do material. As regras da exaustividade (não omitir nada); a representação (amostra que simule o universo); a homogeneidade (refere-se ao mesmo tema obtido com técnicas iguais); a pertinência (os documentos precisam adaptar-se aos objetivos e conteúdo da pesquisa); a exclusividade, (o elemento não deve ser classificado em mais de uma categoria) compõem este primeiro momento da análise.

A segunda fase consiste na exploração do material, quando são escolhidas as unidades de codificação, o procedimento consiste na escolha da unidade de registro, recorte, seleção de regras de contagem (enumeração); escolha de categorias (classificação e agregação de rubricas ou classes que reúnem um grupo de elementos em razão de características comuns); classificação (agrupa-se pelo sentido da palavra); expressão (ajuntam-se as agitações da linguagem, da escrita); e categorização (permitem reunir maior número de informações, criar um esquema e correlacionar classes de acontecimentos para ordená-los).

A terceira fase do processo consiste no tratamento dos resultados – inferência e interpretação. Pautado nos resultados brutos, procura-se torná-los significativos e válidos. A inferência pode ser entendida como uma operação intelectual por meio da qual se afirma a veracidade de uma hipótese em decorrência de suas ligações com outras hipóteses já

reconhecidas como verdadeiras. Nesta fase, a interpretação vai além do conteúdo manifesto dos documentos, pois, interessa o conteúdo latente, o sentido que se encontra por trás do imediatamente apreendido.

**Organograma 1-** Esquema para a análise de conteúdo



**Fonte:** Dados obtidos a partir de Bardin (2011). Organizado por Marlinda M. Patrício (2017).

A análise de conteúdo passou por influências na busca da cientificidade e da objetividade e recorreu, em princípio, ao enfoque quantitativo, o qual lhe atribuiu alcance descritivo. Com o desenvolvimento da perspectiva qualitativa, gerou-se uma grande diversidade de métodos de trabalho, estilos de análise e de apresentação de resultados com diferenças. Contudo, a técnica mais usual tem sido a análise de conteúdo, especialmente, nas Ciências Sociais apresenta-se como uma ferramenta útil à interpretação das percepções dos atores sociais (GODOY, 1995a; 1995b; SILVA, 2005). Sem esquema rígido de utilização, a flexibilidade impõe o compromisso de se imprimir nitidez ao quadro teórico e à postura metodológica.

### 1.2.1 Métodos e técnicas

Especificamente se fez a análise de conteúdo dos projetos nacionais, PROBIO, Plano de Estratégia e Ação do Peru, bem como dos planos de uso das reservas e das entrevistas realizadas *in loco*. Recorre-se à análise de conteúdo devido ser, segundo Bardin (2011, p. 37), um conjunto de técnicas de exame das comunicações. Contudo, note-se que são três os ambientes do estudo: os documentos produzidos pelas instituições, as entrevistas as populações tradicionais produzidas pela pesquisa e o espaço físico propriamente dito das reservas. Mesmo que distintos fazem parte de um mesmo contexto histórico e permitem tal exame.

A variedade de fontes alternativas se constitui como alteridades, diversidade cultural dos planos, programas, projetos e documentos de arquivos (ofícios, memorandos, instruções normativas estatísticas, indicadores), uma polifonia das alteridades, as quais se apresentam de diferentes formas culturais. Os referidos documentos são construções culturais cuja compreensão é fundamental para o entendimento de como certos conteúdos foram produzidos e como sua “invenção” resulta de um intenso diálogo envolvendo imaginação e autoridade intelectual.

Reforça-se o acervo mencionado, apresenta indicações sobre a vida tanto do pensamento institucional, como dos que escreveram em negociação com as instituições. O mesmo serve para o conteúdo das entrevistas, as quais trazem as concepções sobre o que as populações pensam sobre as mudanças ocorridas e a novas regras que precisam seguir. Estas contemplam as situações das duas reservas, com situações bem distintas.

Utiliza-se o método de Análise Qualitativa Comparativa, em seu acrônimo *Qualitative Comparative Analyses (QCA)*, que tem como propósito obter uma declaração lógica e simplificada, a partir da descrição das diferentes combinações e condições ligadas a um resultado (RAGIN, 1987). E, ainda Rihoux e Ragin (2009) mencionam que cada combinação de condições e mesmo resultados é às vezes como um tipo ou uma configuração tipológica.

O tratamento e o exame das informações recolhidas foram obtidos por meio de diferentes tipos de pesquisa: bibliográfica, documental, campo e *survey*. A pesquisa de campo caracterizou-se pelas investigações, pesquisa bibliográfica e documental. Realizou-se coleta de dados, com o recurso da *survey*, essa como exame das condições encontradas em campo, situações, valores, coletas de dados para análise de alguns aspectos das comunidades e das áreas escolhidas para estudo.

O levantamento em campo ocorreu diretamente com grupo de pessoas que detêm o conhecimento. A pesquisa de campo não tem momento certo para começar e acabar assevera Peirano (2014, p. 379), pois são momentos “[...] arbitrários por definição [...]” porque pesquisa-se e estranha-se o que está próximo e não somente o distante e exótico. Mas também, o levantamento não garante a totalidade dos dados, mesmo assegurando-se do máximo de entrevistas.

No planejamento para o levantamento de dados nas duas reservas ambientais, considera-se relevante que os interlocutores fossem de duas categorias (1) chefes tradicionais, lideranças comunitárias, representantes eleitos para associação, representante de prefeituras dentro da comunidade, professores, agentes de saúde e (2) servidores públicos das instituições



federal ou nacional<sup>9</sup>, servidores que trabalham ou trabalharam com as comunidades, assim como representantes de organizações não governamentais que atuam junto às comunidades. A seleção dessas categorias dos interlocutores permitiu acessar informações sobre a aplicação de projetos de políticas públicas.

Com estas categorias, ressalta-se a classe social dos interlocutores, bem como a possibilidade de diferentes tendências e enfoque político nas suas funções perante as comunidades. As atividades econômicas encontradas foram de: extrativista, comerciante, agricultor, pecuarista, piloto de barco, agricultor, caçador, pescador, pedreiro e carpinteiro, utilizados conforme a situação exigir. De modo geral, as categorias política e econômica que se encontrou são complementares. Tais atividades econômicas e as tendências políticas são manipuladas, conforme a situação exigir. Esta manipulação gera conflitos entre os membros das comunidades nas duas reservas.

Assim, devido se analisar as decisões optou-se pela escolha das duas categorias, as lideranças comunitárias e os funcionários públicos diretamente ligados as duas reservas. A escolha não foi aleatória se considerar que as instâncias de decisões está na esfera governamental e nas camadas que tem o comando das comunidades ou das associações.

Na coleta de dados em campo, utilizou-se a técnica da entrevista do tipo qualitativo junto ao público selecionado para interlocução. Apoiou-se em entrevistas dirigidas e não dirigidas entendidas como complementares. Algumas informações foram conseguidas por meio de questionário com perguntas prontas. Em outro momento falou-se de um tema e deixou-se que discorressem sobre o assunto. Desta maneira, se conseguiu ter conhecimento tanto de questões referentes à comunidade do entrevistado quanto de outras comunidades e assim cruzar informações sobre as decisões e impactos socioeconômicos e ambientais.

O assunto abordado é do conhecimento das categorias escolhidas para as entrevistas. Isso os deixou à vontade para falar com propriedade sobre as questões. As entrevistas nas comunidades ocorreram em casa com suas famílias ouvindo ou na sede das associações, onde havia a presença de outros representantes. O local foi escolhido pelos entrevistados.

A apresentação do projeto foi imprescindível para que entendessem a presença e o que essa tinha a ver com eles. O procedimento já havia sido realizado junto às instituições, contudo, precisava ser conversado com as lideranças e representantes das comunidades, bem como dúvidas precisavam ser dissipadas sobre o trabalho e explicadas o procedimento para a entrevista que se faria.

---

<sup>9</sup>No Brasil, a referência à unidade é federal. No Peru, é nacional.

De acordo com Poupart (2012, p. 225), “nenhuma forma de entrevista pode apreender totalidade de uma experiência, nem mesmo a entrevista que se prolonga por várias seções”. Menciona ainda, que a mesma deve ocorrer na perspectiva dos sujeitos entrevistados para entender os sentidos, condutas e motivos das suas ações Poupart (2012, p. 216). A análise que eles mesmos fizeram, seus pontos de vista foram examinados. Assim como buscou-se entender e interpretar suas realidades associadas aos documentos públicos e particulares obtidos.

Atentos à ordem ética e política, fez-se o levantamento da situação da qualidade de vida das comunidades visitadas nas duas reservas. Isso ajudou a enriquecer o universo de análise. Estabeleceram-se metas para dar conta de atender os objetivos do estudo. Portanto, apresentam-se dados e registros de fatos contidos nos projetos, os quais permitem avaliar se atendem ao escopo previsto pela CDB.

Os elementos apresentados possibilitam exibir o nível de consulta e conhecimento sobre o assunto junto às populações envolvidas nos projetos. Ainda, a meta apresenta amostras empíricas sobre as ações destes projetos e o quanto foi posto em prática nas áreas selecionadas para verificação. A amostra produzida seguiu a abordagem qualitativa, em que as informações aprofundadas e ilustrativas foram capazes de gerar novos dados (DESLAURIERS, 1991). A pesquisa quantitativa permite recolher mais informações do que poderíamos conseguir isoladamente (FONSECA, 2002). O recurso à linguagem matemática contribui para descrever o que foi feito nas reservas.

Além disso, proporcionar uma amostra do tipo de impactos socioambientais, políticos e econômicos. Se quer mostrar não a implementação, mas os resultados, a consolidação na área determinada para estudo; E, por fim, exibir uma amostra das semelhanças e diferenças quanto às experiências vividas nos locais, igualmente prospectar o que pode ser mais bem trabalhado entre o que foi desenhado e o que foi realizado.

### 1.2.2 Meios para a coleta de dados

O ano de 2013 foi dedicado às disciplinas do curso de doutorado. No ano seguinte fizeram-se os primeiros levantamentos, por meio das *webs sites* das instituições públicas em Brasília, Macapá, Lima e Iquitos para visitar e recolher material bibliográfico e realizar contatos por e-mails. Isto deu suporte para ter conhecimento prévio dos projetos da CDB e dos projetos derivados destas convenções aplicadas a esses países. Segundo, com ajuda das

*webs* sites obtiveram-se informações tanto de um projeto quanto do outro e estudos tanto de uma reserva quanto da outra.

Nesta segunda fase, a coleta de dados bibliográficos tornou-se mais intensa para conhecer melhor os dois projetos e tomar algumas decisões. Esta fase estendeu-se a seguinte e somente finalizou quando concluído todo o campo. Os contatos realizados com as instituições responsáveis pela gestão das reservas ajudaram a ter ideia de gastos e locomoção. Ainda nesta fase do ritual apresentou-se o resumo do projeto de tese, o cronograma de trabalho com roteiro para as instituições responsáveis pelas reservas. Tarefa necessária para a realização de pesquisa em campo.

Diante disso buscou-se o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) escritório do Amapá e o Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas (SERNANP) escritório de Iquitos. O consentimento para o trabalho no local foi acatado. Em campo obtiveram-se os resultados positivos quanto à permissão para a realização do estudo nos dois lugares.

A fase final dependia das informações que se obteve nas duas fases anteriores. Ou seja, a organização para o trabalho de campo exigiu logística embasada e cuidadosa para obtenção dos dados primários, com os valores, custo do tempo mínimo que se necessitava e os contatos com pessoas locais que podiam ajudar. O *feed back* entre as fases foi fundamental.

De janeiro a meados de março de 2016 realizou-se trabalho de campo no estado do Amapá, na Reserva Extrativista do rio Cajari. O levantamento de dados primários foi realizado junto às comunidades do alto, médio e baixo rio Cajari. Optou-se por percorrer os três lugares, porque se quis conhecer o máximo possível da reserva e as três divisões alto (formado por bioma de terra firme) médio e baixo (bioma de rios e alagados) proporciona diferentes situações gerenciadas pelas diferentes categorias de interlocutores.

Em abril realizou-se trabalho de campo no Departamento de Loreto, primeiro na cidade de Iquitos e depois na Reserva Nacional Allpahuayo-Mishana. A coleta de dados bibliográficos obteve-se somente junto às instituições em Iquitos. O levantamento de dados primários foi realizado junto às comunidades tanto dentro da reserva quanto na área de amortecimento. Nestas duas pesquisas de campo a pesquisa com *survey* foi fundamental. Isto porque permite maior coleta para análise das opiniões das pessoas entrevistadas.

O percurso em campo obedeceu a classificação relativa à distribuição das comunidades visitadas, ou seja, os critérios envolveram a determinações tanto das comunidades quanto das instituições responsáveis. Na reserva do rio Cajari referem-se pela posição geográfica em relação ao rio alto, médio e baixo. No alto Cajari o acesso ocorre pela

rodovia BR-156, cortando o alto da reserva. O ingresso no médio e baixo Cajari se dá pelo rio. Para as comunidades da área de amortecimento, raramente mencionadas, o acesso pode ocorrer tanto por terra quanto por rio.

No caso da reserva Allpahuayo-Mishana, o percurso seguiu a mesma referência geográfica das comunidades em relação ao rio Nanay e a rodovia Iquitos-Nauta. O rio e a rodovia marcam a distribuição espacial. Com isso, as comunidades distribuem-se tanto dentro da reserva como na área de amortecimento. Diferente da reserva do rio Cajari, a reserva Allpahuayo tem forte relação com a área de amortecimento.

### **a) O processo para a pesquisa na Reserva Extrativista do Rio Cajari**

O levantamento de dados para conhecer o contexto dos projetos PROBIO e Plano de Estratégia e Ação do Peru ocorreu nas websites da CDB, nas websites do GEF, no Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) e Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Buscou-se também a websites do Ministério do Meio Ambiente brasileiro (MMA), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS).

O levantamento bibliográfico sobre a Reserva Extrativista do Rio Cajari (RERC) ocorreu primeiro nas websites do ICMBIO, do IBAMA, do CNS e do Instituto Socioambiental (ISA). As mesmas divulgam informações sobre a reserva, as comunidades existentes, as atividades extrativas, a realização de projetos em andamento ou já realizados. Mostram também a riqueza da paisagem, fauna e flora que compõem os atrativos turísticos do lugar. Estas informações ajudaram em muito o levantamento dos dados sobre a reserva, assim como mapas orientando para a visita.

Pesquisaram-se outros websites contendo periódicos com estudos feitos por biólogos da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Organizações Não Governamentais (ONG) nacionais e estrangeiras<sup>10</sup>. Conseguiram-se estudos e documentos dos acervos das instituições ambientais locais, bem como na biblioteca da Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores (EFAP). Outra pesquisa realizada por universidades estrangeiras conseguiu-se com o apoio da biblioteca da universidade local.

---

<sup>10</sup> Como exemplo: scielo.br; www2.unifap.br; anppas.org.br; lagea.ig.ufu.br; novacartografiasocial.com; entre outras.

O contato com o CNS foi importante para acessar a reserva. No primeiro encontro se teve o privilégio de reunir com o presidente e vice-presidente do Conselho, igualmente com alguns presidentes de associações do alto Cajari. Nesta reunião deram autorização para a realização da pesquisa no alto, como também ficaram de acessar os representantes do médio e baixo Cajari. O projeto com roteiro e cronograma de pesquisa foi entregue previamente para conhecimento. Dias depois se obteve também o aval para a incursão no restante da reserva.

A partir desta reunião, agendaram-se outras com o presidente do CNS, senhor Joaquim Correa de Souza Belo, e com o senhor Pedro Ramos de Souza, representante do conselho e detentor das reminiscências da Reserva do Cajari. O agendamento de entrevistas com os representantes desse local foi planejado segundo a indicação dos presentes no primeiro encontro. No contato junto ao ICMBIO de Macapá contou-se com o apoio do senhor Raimundo Nonato Gomes Mendes-Junior chefe substituto da instituição e também coordenador da reserva. De posse da permissão para a entrada na RERC, buscaram-se orientações quanto ao lugar e aos contatos. Agendou-se entrevista e conheceram-se outros representantes, agora do médio e baixo Cajari.

Além desses fez-se contato com o IBAMA local e obtiveram-se informações importantes de servidores que estiveram presentes no início da formação da reserva. Houve aceitação para tratar das questões atinentes à reserva por parte dos funcionários que chegaram a trabalhar no início do processo sem dificuldades para obter dados de suas experiências. Os entrevistados são técnicos ambientais e de saúde.

Os preparos para a viagem<sup>11</sup> à Reserva foram planejados com o presidente da Associação de Trabalhadores em Produtos da Cadeia Produtiva dos Médios e Baixos Rios Cajari e Muriacá (ACIOBIO), senhor Francisco dos Santos Penha (Chiquinho). Esse, em contato com o presidente da Cooperativa Mista dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Alto Cajari (COOPERALCA), senhor Adamor Braga da Silva, planejou como deveria ser a viagem, acomodações, bem como as relações com os representantes das categorias pré-estabelecidas.

O percurso dentro da reserva ficou assim programado: saída de Macapá para o alto Cajari pela BR-156. Dentro da reserva hospedou-se na única pousada e para percorrer as comunidades contou-se com o apoio e transporte do senhor Adamor. Concluídas as entrevistas, voltou-se para Macapá de onde se fez deslocamento no barco do senhor

---

<sup>11</sup>A viagem para o Amapá e RERC do Cajari foi totalmente custeada com nosso recurso hospedagem alimentação, combustível para embarcação e carro, diária para o piloto de voadeira e passagens terrestre para locomoção pela BR-156.

Chiquinho para o trabalho no médio e baixo Cajari. Para chegar até as diferentes comunidades, contou-se com o apoio deste senhor para conseguir piloto para voadeira, diárias e negociar o aluguel do transporte. A pesquisa foi realizada dentro do tempo que os representantes da reserva podiam. O apoio foi imprescindível para que os líderes de comunidades nos recebessem com muita atenção.

Todas as comunidades escolhidas foram visitadas e as entrevistas realizadas. Desta maneira, foi-se a quatro comunidades no alto rio Cajari, sete entre médio e baixo rio Cajari e uma comunidade no rio Muriacá. Estas comunidades foram escolhidas porque moram os mais antigos e os que participaram das reuniões que culminaram com a formação da RERC<sup>12</sup>. Também é a morada dos mais jovens que hoje estão no comando das associações.

As comunidades visitadas foram posicionadas, conforme as características da região ressaltada pelos entrevistados. O alto Cajari - região de castanhais é de terra firme – médio e baixo Cajari – região de açazais é de terras alagados. Desta maneira, as comunidades de Santa Clara, Santarém, Água Branca e Marinho do Cajari correspondem à primeira região. E de outra maneira, as comunidades de Terra Vermelha, Conceição do Muriacá, Santa Helena, Vila Nova, Santa Rita, Itapereira e Fazenda correspondem à segunda região. Destas, somente Vila Nova está na área de amortecimento.

As comunidades do alto Cajari estão distribuídas ao longo da rodovia BR-156 e rio Cajari, ao norte da reserva. As comunidades do médio e baixo Cajari estão localizadas a sudoeste e a sudeste da área. A distribuição das comunidades tanto na rodovia quanto nos rios – Muriacá e Cajari – organizam-se nas duas margens. Na reserva, foram entrevistados 20 representantes comunitários. Na cidade de Macapá entre funcionários públicos e privados, foram seis entrevistas. Um total de 26 entrevistas gravadas e transcritas. Todos os interlocutores estavam na faixa etária entre 30 e 70 anos de idade. Esta escolha deveu-se ao conhecimento e à vivência que esta faixa etária detém, pois estavam presentes na formação das reservas e acompanham, os mais jovens, nos resultados e consolidação das mesmas.

## **b) O processo para a pesquisa na Reserva Nacional Allpahuayo Mishana**

O levantamento de dados para a Reserva Nacional Allpahuayo-Mishana (RNAM) foi acessado em websites do Ministério do Meio Ambiente (MINAM) Instituto Nacional de

---

<sup>12</sup>Houve comunidade que não conseguimos ir, devido à distância acrescentar maior despesa do que podíamos custear. São comunidades que ficam na bacia hidrográfica do rio Ajuruxi. Mesmo agendada em reunião, esta questão foi mencionada e deixamos sob a condição de haver possibilidade.

Recursos Naturais (IRENA<sup>13</sup>), Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas (SERNANP) e Instituto de Investigações da Amazônia Peruana (IIAP). O levantamento em as *webs* foi promissor, mas não deu conta de obter estudos importantes, visto que não haviam sido postados.

Outros websites acessados foram: tripadvisor.com, go2peru.com, en.wikipedia.org, dentre outros. As mesmas divulgam informações de cunho turístico, onde a riqueza da paisagem, fauna e flora compõem os atrativos para se ir ao local. Ainda que não fosse exatamente o que se buscava foram valorosas, pois mostram imagens da reserva, assim como mapas orientando o visitante.

Encontraram-se outras websites contendo periódicos com estudos feitos por biólogos de ONG nacional e estrangeira, como exemplo scielo.br, neotropicalbirdclub.org, dawnontheamazon.com, dentre outros. A inserção em campo foi tarefa fundamental pela pesquisa de dados primários, mas também pelos documentos dos acervos das instituições ambientais peruanas. As bibliotecas das universidades desse país proporcionaram informações importantes, que, em sua maioria, somente poderiam ser conseguidas no local.

O contato foi realizado com professor da Universidade Nacional da Amazônia Peruana (UNAP) fornecido por nossa orientadora e colega que já havia realizado pesquisa no local. Decano daquela universidade no Departamento de Ecologia, o professor Roberto Pezo orientou para realização da pesquisa em seu país e com quais órgãos se teria que conversar. O contato com o chefe da reserva também foi feito e a viabilização para a investigação teve andamento.

Neste sentido, todos os preparativos<sup>14</sup> foram feitos para ir ao Peru. Sem bolsa de pós-graduação para pesquisa no exterior, executou-se o trabalho com economias próprias<sup>15</sup>, o que em dado momento, próximo a viagem, fez com que se tivesse um chispo de desespero, visto que se estava com poucos recursos e o empreendimento exigia maior envergadura. Certamente, “ir lá fora” era desafiador, mas na hora de se lançar ao desafio a dúvida apareceu como assombração, contudo, nada que a orientadora não desse um apoio com diálogo encorajador. Buscou-se angariar mais recursos junto à família e ao Banco do Brasil.

---

<sup>13</sup>O Instituto Nacional de Recursos Naturais (INRENA) era equivalente ao IBAMA. O Instituto foi transformado em Ministério da Agricultura e as áreas protegidas passaram para MINAM.

<sup>14</sup>O endereço das instituições, contatos, assim como conhecer a moeda do país, valor de hospedagem, alimentação, transporte, passagem aérea e outras buscas foram realizados. Neste exercício conheceu-se um pouco da cultura desse país. Contudo, nada é mais revelador de uma cultura, do que estar lá, ouvir como falam, onde vivem e como lidam com as situações.

<sup>15</sup>Em 2015, as bolsas de pós-graduação sanduíche, oferecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Ministério da Educação (MEC), foram canceladas devido à economia brasileira passar por momento de retração. Mesmo assim, decidiu-se não mudar o local de pesquisa.

Planejou-se ir a Lima e depois Iquitos. Em Lima, fez-se o levantamento no acervo do MINAM. A biblioteca deste Ministério possui material sobre a política e os planos de ação ambiental, as estratégias para o desenvolvimento regional, informações sobre os instrumentos financeiros, avanços institucionais, sustentabilidade, avaliação ambiental, assim como tantos outros documentos. Conseguiram-se os estudos referentes à CDB no Peru, bem como material voltado para o desenvolvimento da região de Loreto.

A biblioteca do Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas (SERNANP), criado em 2008, em Lima estava em reforma, ainda assim conseguiu-se algum material. O período de sete dias de trabalho planejado para ficar nesta capital permitiu a obtenção dos dados que se necessitava. Ressalta-se que o planejamento deu base para a obtenção dos dados que se precisava.

Seguiu-se para Iquitos, onde a permanência foi de 23 dias. Visitas foram feitas à UNAP, conheceu-se o professor Pezo e demais professores do Departamento de Ecologia. O planejamento de como se procederia no local junto às instituições até a entrada na reserva foi fundamental. Tratou-se com o professor sobre os passos que seriam dados no sentido de conhecer os caminhos para realizar a pesquisa na reserva e os documentos necessários para acessar os códigos institucionais. Para tal feito, os contatos telefônicos foram úteis no agendamento para ir ao SERNANP.

O levantamento de dados na biblioteca da UNAP, Biblioteca Amazônica, onde foram coletados estudos relativos à história e à geografia do Peru, em específico o departamento de Loreto, deu continuidade ao exercício da pesquisa. Vale ressaltar que ouvir e observar são tarefa constante quando na imersão da pesquisa. Conseguiram-se alguns estudos sobre a reserva, outros foram destruídos pela enchente no campus universitário, que atingiu a biblioteca no mês de março<sup>16</sup>. Ainda assim obteve-se excelente material.

Uma consulta à Biblioteca Especializada da Escuela de Posgrado da UNAP foi realizada. No local a coleta de material especializado, resultado da pesquisa dos alunos da universidade da área da biologia, engenharia ambiental, engenharia do planejamento e sustentabilidades relativas a floresta<sup>17</sup>, fauna e flora da Reserva Allpahuayo-Mishana foi primordial para a pesquisa. Trabalhos importantes somente foram encontrados nesta universidade, visto a biblioteca Amazônica ter perdido boa parte de seu acervo.

---

<sup>16</sup>Quando chegaram, os funcionários da biblioteca ainda procuravam salvar alguns exemplares de teses e livros. Os mesmos foram expostos ao sol espalhados na calçada em frente da biblioteca. Muito do que se necessitava havia sido destruído. No entanto, outras bibliotecas, gentilmente indicadas pelos servidores possuíam em seu acervo os estudos.

<sup>17</sup>No Peru a referência para a “floresta” é “bosque”.



Além dessas consultas, foi-se à biblioteca do Instituto de Investigações da Amazônia Peruana (IIAP), onde se encontrou farta publicação da instituição e estudos voltados para o desenvolvimento da região Amazônica. Desde o princípio, o IIAP esteve à frente da formação da reserva, gestão e o apoio às comunidades locais. No entanto, com a criação do SERNANP, o IIAP passou a atuar como órgão de pesquisa dentro das APNU. Atualmente é sua principal atuação.

O SERNANP é a instituição que atua dentro da reserva por meio de fiscalização feita pelos guarda-parques. Alguns deles são membros das comunidades. O órgão é que dá permissão para pesquisa e fiscaliza a entrada de estranhos. Vigia também as comunidades inclinadas a promoção do desmatamento e à venda de madeira. Neste sentido, mantém dois postos de vigilância (PV), com excelente infraestrutura<sup>18</sup>. E outro PV, ainda pôr em fase de estruturação, de igual qualidade. Devido a essas infraestruturas e atuação dos guarda-parques, é que existe maior proximidade com a população local tanto dentro quanto na área de amortecimento da reserva.

Neste meio tempo elegeu-se a agenda feita para ir ao SERNANP, onde se esteve em alguns momentos para reuniões marcadas com o senhor Carlos Fernando Rivera Gonzalez, chefe da Reserva Nacional Allpahuayo-Mishana e em outros para entrevistar alguns funcionários. A apresentação contou com o apoio do professor Pezo tanto para formalizar o pedido de entrada e pesquisa documentado, quanto para o planejamento da visita às comunidades.

O planejamento no SERNANP para entrar na reserva considerou a logística, a escolha das comunidades a serem visitadas e o público selecionado como interlocutores. Procurou-se seguir as orientações do chefe da reserva e assim ter o necessário apoio naquele país. Igualmente, a viagem contou com o ajuda dos servidores da instituição em Iquitos, como dos que estão nos PV. A logística<sup>19</sup> para a realização da viagem considerou a realização do trabalho dentro das possibilidades e do tempo que possuíam. O primeiro momento pelo rio

---

<sup>18</sup>O posto de vigilância Yarana foi construído no centro-norte da reserva, na margem direita do rio Nanay. Este PV fiscaliza a área usando oito guarda-parques que se movimentam por meio de voadeira motor 40 HP ou a pé, adentrando o bosque. Alguns membros das comunidades são guarda-parques e os representantes das comunidades não são servidores, mas tem a responsabilidade de colaborar. O posto de vigilância Yrapay está localizado no km 28 da rodovia Iquitos-Nauta e conta com os serviços de quatro guarda-parques que atuam por terra, usando carro ou a pé. Estes profissionais e os postos foram base fundamental em campo. O posto de vigilância Varillal situa-se no vértice 24 (SERNANP, 2004) do limite da reserva com a área de amortecimento. Ainda por ser estruturado, conta com um guarda-parque.

<sup>19</sup>O combustível para carro e voadeira foi calculado a quantidade e valor para os dois momentos de campo e foram pagos com recurso financeiro próprio. O mesmo ocorreu com os custos de alimentação para todos que estiveram envolvidos no trabalho de pesquisa como nos deslocamentos realizados.

Nanay, quando se iria até as comunidades residentes ao longo desse rio; o segundo momento pela rodovia Iquitos-Nauta.

Algumas comunidades foram escolhidas durante as reuniões isto porque nem todas poderiam receber visitas ou dar apoio a pesquisadores. A proibição de desmatamento, não aceito por algumas comunidades, pois iam contra as regras estabelecidas no Plano Mestre, criou dificuldades para as relações entre SERNANP, guarda-parques e as comunidades. Desta maneira, incursões foram feitas em sete comunidades, duas dentro da reserva e cinco na área de amortecimento. Todas foram acompanhadas pelos guarda-parques.

As comunidades visitadas foram Ninarumy, onde existe uma base da UNAP<sup>20</sup> e Llanchama. As duas situam-se a leste e estão na área de amortecimento da reserva. As comunidades de San Martin e Mishana estão dentro da reserva, a noroeste, e na margem direita do rio Nanay. A comunidade de San Juan de Raya situa-se na margem direita do rio Pintuyacu, a noroeste da reserva, mas na área de amortecimento. As demais comunidades foram 13 de Febrero e Eldorado, as quais ficam a sudoeste na área de amortecimento da reserva, com acesso pela rodovia Iquitos-Nauta.

Na área de preservação foram entrevistados 13 representantes comunitários distribuídos entre reserva e área de amortecimento. Nos postos de vigilância entrevistaram-se quatro guarda-parques. Na cidade de Iquitos a entrevista foi realizada com dois funcionários do SERNANP. Um total de 19 entrevistas foram gravadas e transcritas. Todos os interlocutores estavam na faixa etária entre 30 a 60 anos de idade.

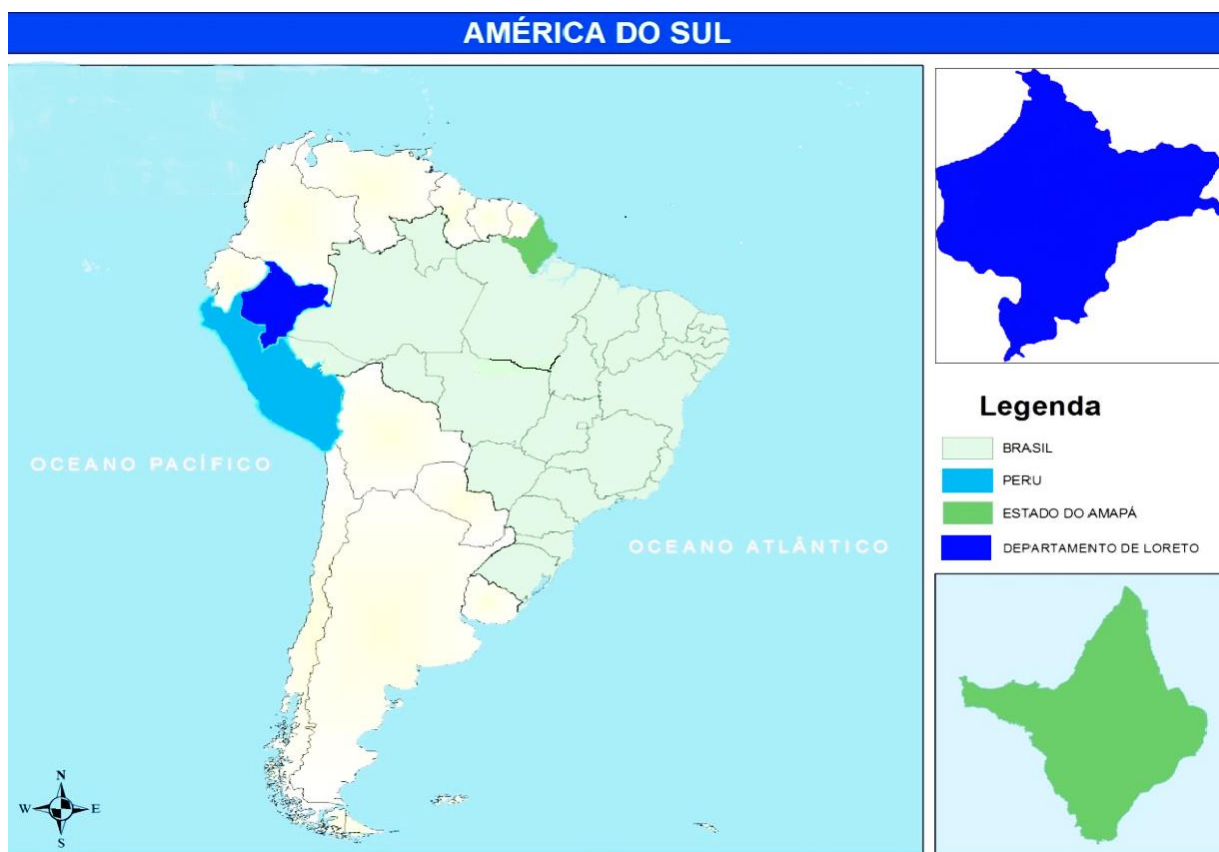
### 1.2.3 Local do estudo

Em relação à América do Sul, o estado do Amapá, no Brasil está localizado a nordeste e o departamento de Loreto, no Peru a nordeste (Mapa 1 ) No que se referem aos países estas unidades federativas têm posições relativamente semelhantes: fazem fronteira com outros países, outras unidades federativas, pertencem ao mesmo bioma, Amazônia, possuem clima e relevo aproximados, como também tem APNU com diferentes categorias, as quais abrigam populações tradicionais.

---

<sup>20</sup>Na vila de Zungarococha, no distrito de San Juan Bautista, na província de Maynas está em construção a cidade universitária da UNAP. A estrada secundária homônima da vila leva até o “Puerto Almendras” e ao porto da comunidade de Ninarumy.

**Mapa1-** A América do Sul, o estado do Amapá, Brasil e o departamento de Loreto, Peru



**Fonte:** Elaborado por Marlinda M. Patrício. Organizado a partir dos dados obtidos em Mapas de Países e do Continente Americano (2016).

Na região Amazônica, o estado do Amapá possui dois distritos e 16 municípios. Sua maior parte é coberta pela Floresta Amazônica ou Hileia Brasileira, em torno de 73% do total, que corresponde a aproximadamente 97.000 km<sup>2</sup>. No entanto, na faixa oriental encontram-se campos cerrados, com árvores esparsas e esgalhadas, e o solo recoberto de gramíneas e manguezais. A paisagem não dista das demais em outros estados que fazem parte deste bioma.

No que se refere à população, o estado possui 398.204 mil habitantes, segundo o censo do IBGE de 2010. Contudo, a estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2015) é de 766.679 mil indivíduos. A população indígena corresponde a 7.411 mil indivíduos, 80,4%, conforme dados obtidos do levantamento feito pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI, 2010). O número populacional indígena é bem significativo no estado.

A diversidade étnica apresenta uma população indígena que fala as línguas Wayãpi, Galibi, Palikur e crioulo (baseado lexicalmente no francês, falado por imigrantes do Caribe ou da Guiana e principalmente índios que vivem perto da Guiana Francesa) além do português. As famílias linguísticas (FRANCHETTO, 2001) são Tupi-Guarani, Karib e Aruak. Língua isolada não foi encontrada.

Em relação ao Peru o departamento de Loreto está localizado na parte nordeste do país, região Amazônica. Loreto ocupa uma área de 36,885,195 hectares, 368.799,48 km<sup>2</sup> de território amazônico, 28,7% do território peruano. Limita-se ao norte com a Colômbia, a nordeste com o Brasil, a noroeste com o Equador e ao sul com os demais departamentos peruanos. A superfície de Loreto é quase exclusivamente constituída de planície, onde correm sinuosamente extensos rios drenados dos Andes, os quais causam inundações sazonais. Nesta região as bacias dos rios Marañón e Ucayali se unem e nasce o curso principal do rio Amazonas. Loreto está a 106 m de altitude, 348 pés.

O departamento de Loreto é dividido em oito províncias, com suas capitais e 53 distritos. A maior parte do território 35,8 milhões de hectares corresponde a 55% de floresta amazônica e mais de 5 mil hectares de pântano. No que se refere à população, segundo o censo de 2007, correspondia a 891.732 mil habitantes, o que significa 3,3% da população nacional (DOUROJEANNI, 2013). Este dado (INEI, 2007) ultrapassou e alcançou 1 milhão e 39 mil habitantes registrados no banco de dados da referida Instituição.

Loreto é também o departamento peruano mais diversificado, onde 32% da população são indígenas. Das quatro línguas isoladas três são empregadas Urarina, Taushiro e Ticuna. Cinco famílias de línguas presentes são das famílias (Cahuapana, Huitoto, Peba - Yagua, Tucano e Záparo). Muitas outras variedades linguísticas desapareceram recentemente, como o Muniche.

Tanto o Amapá quanto Loreto são drenados por bacias hidrográficas que compõem a complexa rede de rios da bacia Amazônica. Essa abrange uma área de sete milhões de quilômetros quadrados, compreendendo terras de vários países da América do Sul (Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Suriname, Bolívia e Brasil). É a maior bacia de regime misto (pluvial e nival) do mundo.

O regime pluvial deriva das águas das chuvas e o nival decorre do derretimento das geleiras dos Andes. O rio Amazonas tem mais de sete mil afluentes, e, juntos possuem 25 mil quilômetros de vias navegáveis. São neste emaranhado de redes hídricas que se encontram as duas áreas de estudo. A RERC foi criada no ano de 1990, ao sul do estado do Amapá, e a RNAM foi criada em 2004, a noroeste de Loreto.

A tese foi organizada em seis capítulos e conclusão. No Capítulo 1, na Introdução, apresenta-se o objetivo do estudo, levantam-se os problemas que se entende relevante trazer para estudo, as hipóteses possíveis ou não de serem admitidas e justificativas. Neste capítulo, o objeto de estudo é definido, o que dá os rumos para as discussões sobre políticas públicas, biodiversidade, populações tradicionais e sustentabilidade. A metodologia, os métodos e

técnicas, os meios de coleta e o local de estudo são os assuntos que se desenvolvem neste tópico. Quanto à bibliografia, optou-se por especificar a que capítulo pertence, pois isso orienta a consulta.

O Capítulo 2 apresenta o marco teórico conceitual organizado analiticamente sobre as categorias políticas, política pública, política pública ambiental, biodiversidade, populações tradicionais, sustentabilidade, processo de tomada de decisão e impacto. Tais categorias são desenvolvidas a partir da compreensão de vários referenciais teóricos seguidos sobre o assunto e que se dá conta de explicar e analisar o assunto em tela.

Nos Capítulos 3 e 4 trabalha-se com a história ambiental brasileira e peruana e as políticas públicas ambientais implementadas nestes países. A Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) considera 1980 como o ano do início da história ambiental na América Latina e Caribe pelo impulso de trabalhar para promover um estilo de desenvolvimento socialmente equilibrado e ambientalmente racional sob a promoção de diversos estudos. As pesquisas voltadas para estudos de caso Meléndez (2002) realizados na Colômbia e Brasil fortaleceram esta tendência com a influência da Conferência Mundial do Rio (1992).

O Capítulo 5 descreve o PROBIO, assim como apresenta, em nível regional o projeto de utilização da RERC, no Amapá. O mesmo é feito com o Plano de Estratégia e Ação do Peru e o Plano Mestre da RNAM, em Loreto. Esta apresentação consiste na descrição dos projetos, quando se leva a conhecer não apenas seu conteúdo, mas os atores sociais e institucionais envolvidos na construção dos documentos.

O Capítulo 6 apresenta a análise de conteúdo dos projetos constante no capítulo anterior, bem como a Avaliação Qualitativa Comparativa. Atenção é dada ao impacto social dos projetos PROBIO e Plano de Estratégia e Ação do Peru e dos Planos de Utilização de RERC e Plano Mestre da RNAM sobre as comunidades destas reservas. A análise mencionada se estende ao conteúdo das entrevistas realizadas com as populações que vivem nestas APNU.

Por fim, o Capítulo 7 exhibe a Conclusão, o qual mostra que parcela das comunidades ficam sim ausentes do processo decisório que envolve os projetos aplicados e que estas distâncias, às vezes “arrumadas”, prejudicam as comunidades. A presença de lideranças comunitárias nem sempre assegura que todos terão acesso às informações discutidas em reuniões. Outro ponto que se chegou a termo é que o impacto social incentiva a divisão das comunidades, bem como agrava a degradação ambiental nas reservas. Entretanto, o fator elementar para que os desentendimentos ocorram é não se reunir com todas as comunidades e apresentar o que está por vir. A ausência de clareza, com estas pessoas é aviltante.

Outro ponto importante é o sucateamento de algumas instituições importantes brasileiras, como o ICMBIO, que trabalha com escassez de recursos humanos e equipamentos que possibilite trabalho de campo. No caso peruano é bem mais grave, pois as instituições, como o SERNANP, trabalham em situação bem mais precária que a instituição brasileira, há a ausência de recursos humanos, financeiro e, além disso, a atenção dos congressistas quanto a políticas públicas não está voltada para os problemas vividos nas reservas. De modo geral, os funcionários das instituições têm clareza disso.

Logo, as semelhanças, as diferenças e as particularidades encontradas na perspectiva socioambiental, política e econômica, nas duas situações analisadas, evidenciam as diversas e diferenciadas realidades. As mesmas foram examinadas nas fronteiras do ambiente de análise. A atmosfera fecunda de elementos presentes tanto em um projeto quanto em outro, bem como nas entrevistas realizadas e do que se encontrou nas reservas, permitiu o desenvolvimento da tese nas respostas às questões levantadas no início deste empreendimento.

## 2 MARCO TEÓRICO E CONCEITUAL: POLÍTICAS PÚBLICAS, BIODIVERSIDADE, POPULAÇÕES TRADICIONAIS E SUSTENTABILIDADE

Neste tópico, trata-se do universo geral do estudo e das categorias – política pública ambiental brasileira e peruana, bem como as categorias relacionais, sustentabilidade, biodiversidade e populações tradicionais, que integram o conjunto do exame. Considera-se que todas possuem relações intrínsecas e dinâmicas, as quais aparecem nos projetos em estudo. Neste sentido, a unidade e suas relações permitem a análise das categorias **decisão** e **impacto**, dentro do contexto sociopolítico, econômico e ambiental dos documentos, o que consente levá-las ao estado da arte.

### 2.1 Construção do universo geral de estudo

Lança-se mão da Matemática, para apresentar o modelo de análise que se estabeleceu neste estudo. Utiliza-se o raciocínio topológico para demonstrar o objeto de estudo, posição e como se relaciona nas diferentes situações existentes nos lugares desta matéria. Além disso, busca-se cruzar entendimentos com as Ciências Sociais e Humanas para deixar mais bem explicada a ideia.

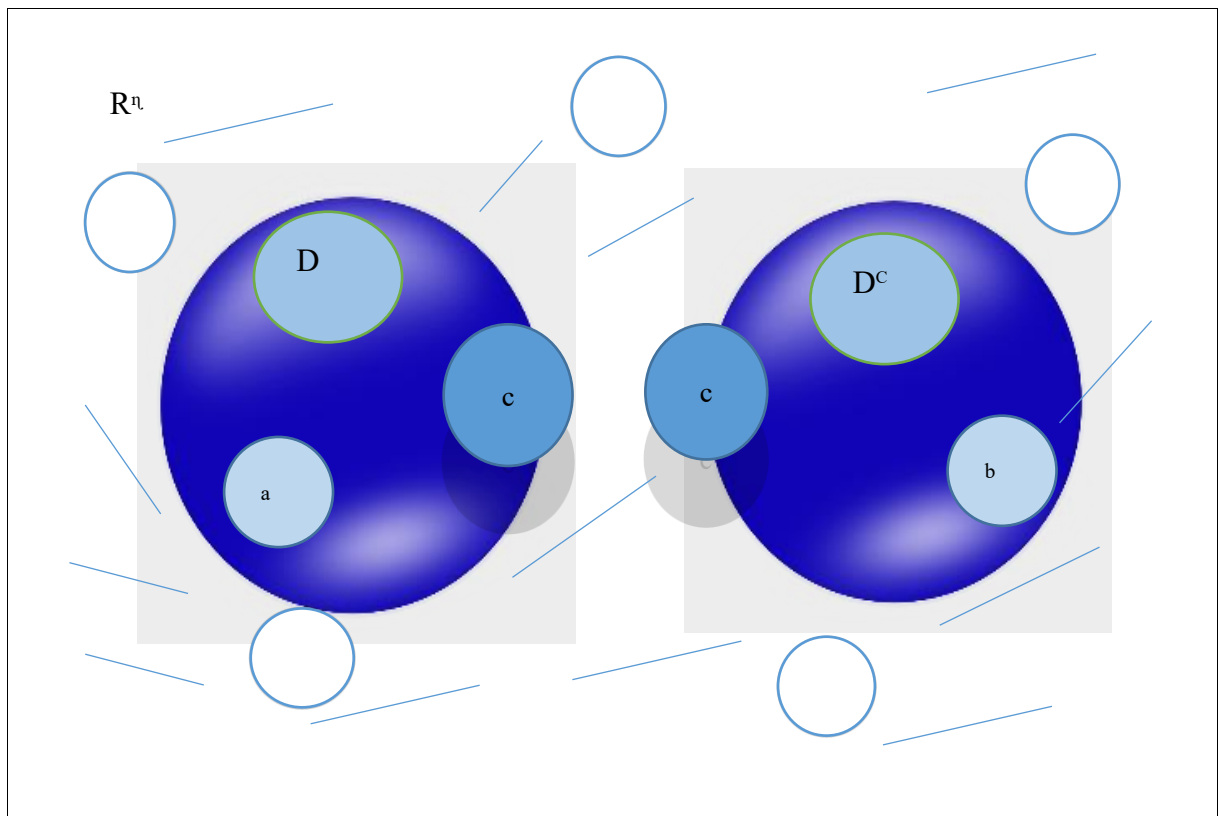
Então, topologia vem do grego *topos*, “lugar”, e *logos*, “estudo” e se constitui no ramo da matemática que estuda os espaços topológicos, sendo considerada como uma extensão da geometria. A topologia expõe também a noção de proximidade limite, vizinhança, etc. Na topografia, é a descrição detalhada de um local. Já na Linguística e na Gramática, é a colocação de determinadas categorias de palavras numa dada frase (JAMES, 1999; MUNKRES, 2000; SILVA, 2009).

Como expressar mais a palavra topologia senão dizer que pode ser usada tanto para descrever o conjunto de agentes sociais e institucionais quanto as regras sociopolítica, econômica e ambiental da área de estudo que se está delimitando. Ela pode também designar uma família de conjuntos<sup>21</sup> (conjuntos abertos) utilizados para definir o conceito básico da teoria e do espaço topológico. Veja-se como utilizar tal modelo de análise para demonstrar como se vê o universo geral de estudo. As possibilidades de multirrelações valorizam o exame adequado da realidade.

---

<sup>21</sup>Em Matemática, conjunto é uma coleção de objetos (chamados elementos). Os elementos podem representar qualquer coisa – números, pessoas, letras etc. – até mesmos outros conjuntos. Um conjunto pode conter inclusive, outro (s) conjunto (s) e manter inter-relação entre si.

**Figura 1** - Universo geral do estudo



**Fonte:** Organizado por Marlinda M. Patrício (2016).

O significado das letras que identificam a figura refere-se a  $R^n$ , realidade com  $n$  dimensões;  $D$ , conjunto com elementos internos;  $D^c$ , conjunto contrário, com elementos externos;  $a^\bullet$ , subconjunto  $a$  com ponto de análise em evidência;  $b^\bullet$ , subconjunto  $b$  com ponto de análise em evidência;  $c^\bullet$ , subconjunto  $c$  fronteira, com ponto de análise em evidência. Em todos os subconjuntos podem existir mais pontos de análise, onde os mesmos se relacionam. No entanto, estes são os que vamos examinar.

Dada realidade social ( $R$ ) pode ser entendida como um conjunto aberto, o qual possui ( $n$ ) dimensões de avaliações e interpretações de diferentes disciplinas. Esta realidade contém vários outros conjuntos de realidades sociais que dialogam entre si. Neste caso, a realidade social ( $R^n$ ) apresenta conjuntos abertos ( $D$ ) e outro conjunto ( $D^c$ ). Nestes conjuntos cada um é ponto de análise dentro destas realidades sociais. Assim, representa-se ( $a^\bullet + b^\bullet \in$  interior  $D + D^c \in R^n$ ). Do mesmo modo, que existe um ponto ( $a^\bullet$ ), ou mais pontos em  $D$  o mesmo ocorre em ( $D^c$ ), em tese. Ou seja, tudo que existe em  $D$  existem em  $D^c$  numa rápida observação.

Além da representação interior e exterior deste conjunto, se imagina sua fronteira ( $c$ ). Se o ponto fronteira ( $c^\bullet$ ) não pertence ao interior de  $D$  e  $D^c$ , o mesmo serve para o exterior dos dois conjuntos. Quer-se dizer, o ponto fronteira ( $c^\bullet$ ) contém realidades sociais do interior e do



exterior dos dois conjuntos, logo a fronteira se define pela presença de realidades tanto de um conjunto quanto de outro.

Entende-se fronteira não como limite definido que separa ou divide um lado de outro (BECKER, 2007), isto marcaria oposições sem haver relação. Compreendem-se fronteiras abertas e dialógicas, onde diferentes disciplinas podem ser utilizadas como linguagem para o entendimento das situações apresentadas nos locais de estudo. Neste sentido, o universo geral do estudo espelha realidades sociais construídas, com  $n$  dimensões, conexões e relações dialógicas, tanto nacionais quanto internacionais. O PROBIO e a Estratégia e Plano de Ação do Peru, bem como os planos regionais dão conta desta realidade devido à fluidez da movimentação deste universo de estudo.

O conjunto (D) representa o estado do Amapá, e o conjunto (D<sup>c</sup>) o departamento de Loreto, com os sujeitos sociais e institucionais, as relações e conexões existentes entre esses e as regras socioambientais, políticas, econômicas e culturais, que permeiam os vínculos. No grupo ( $a \bullet b \bullet$ ) estão presentes todas as comunidades<sup>22</sup> tradicionais que vivem dentro de cada reserva estudada, locais onde as diretrizes mencionadas nos documentos estão em prática. Então, reforçam-se os documentos e as reservas compõem os *loci* deste estudo.

Do conjunto fronteira é que se extrairão os elementos de análise, onde se fará o exame das informações contidas nas raias e lugar onde as diferentes disciplinas se encontram para que a apreciação e as comparações ocorram. Neste sentido, se acredita dar conta de avaliar, por meio do esquema, universo geral do estudo, os dados obtidos. Em seguida se iniciam as compreensões sobre as categorias relativas ao objeto deste estudo.

## 2.2 Política e política pública

O conceito de política que Schmitter (1984, p. 36) construiu é para “resolver conflitos entre indivíduos e grupos, sem que este conflito destrua um dos partidos em conflito”. Essa concepção esboça o caráter coercitivo da função política, como deixa entender que a mesma está latente naquele costume. A administração do conflito, por sua vez, pode ser obtida por dois meios: a coerção e a política (RUA, 2009). Neste sentido, a política reúne pessoas em torno de uma questão, portanto os dois meios serão utilizados.

---

<sup>22</sup>É de se ressaltar que a categoria comunidade não se refere a um tipo de “comunidade homogênea”, ou de um “organismo harmônico”, determinada geograficamente (GUSFIELD, 1975). Compreende-se a mesma como um instrumento de análise e num sentido relacional.

Apesar da amplitude do conceito, Rua (2009, p. 16) distingue pouco o entendimento de política. É possível delimitar mais e estabelecer que a política consista no “conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos”. Se a política tem o caráter de coerção, nem sempre as resoluções dos conflitos inerentes às ações humanas serão pacíficas, mas ocorre de o contrário ser alcançado, por meio de acordos.

Alguns termos no vocabulário inglês como *politics* e *policy* explicam política. *Politics* faz referência às atividades políticas, ou seja, o uso de procedimentos diversos, os quais expressam relações de poder. Os mesmos visam influenciar o comportamento das pessoas e se destinam a alcançar ou produzir uma solução pacífica de conflitos relacionados a decisões públicas. Já o termo *policy* é utilizado para referir-se à formulação de propostas, tomada de decisões e sua implementação por organizações públicas, tendo como foco temas que afetam a coletividade, mobilizando interesses e conflitos. Em outras palavras, *policy* significa a atividade do governo de desenvolver políticas públicas, a partir do processo da política.

Outras explicações como a de Bobbio (2002, p. 10) referem-se à política como “atividade humana ligada a obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem”. Neste sentido, Rua (1998) e Secchi (2011) asseveram que *policy* tem relação com orientações para a decisão e ação. Então, esta noção acrescenta para a utilização do termo *public policy* (política pública). Para tais elucidações se buscará maior entendimento neste capítulo.

No tocante à semântica da palavra política, para autores latino-americanos de língua espanhola, ressalta-se que se deve notar, pelo menos três significados que são abrigados pela mesma palavra, e que a língua inglesa faz distinção. Nas observações de Deubel (2002, p. 25-26) primero, *polity* em inglês “la política concebida como el ámbito del gobierno de las sociedades humanas”. Segundo, *politics* em inglês, “la política como la actividad de organización y lucha por el control de poder”. E, por fim, “la política como designación de los propósitos y programas de las autoridades públicas”. Estas compreensões ajudam na aproximação do que é política pública.

Além disso, para estes autores existem quatro elementos centrais que permitem identificar a existência de uma política pública, a saber: a) implicação do governo; b) percepção de problemas; c) definição de objetivos; e, d) definição de processo. A questão tem sido abordada em diferentes disciplinas da área das Ciências Humanas, as quais têm possibilitado a ampliação do conhecimento quanto à matéria. Mas estas compreensões estão

avançando no meio científico, conforme a experiência histórica dos países de Terceiro Mundo.

Pode-se analisar o que ocorreu após a Grande Depressão dos anos 1930 e a ruptura causada pela Segunda Guerra Mundial, e ainda pouco depois pela Guerra da Coreia, quando a economia internacional passava por dificuldades de crescimento econômico e social. Os Estados Unidos da América (EUA) deixaram a América Latina em segundo plano e o Plano Marshall<sup>23</sup> deu prioridade à Europa e à Guerra Fria.

É nesta oportunidade que o pensamento político-econômico da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) se constrói. Esta se tornou a referência teórica decisiva, para a gestação das principais teses relativas ao “desenvolvimento” e ao “subdesenvolvimento<sup>24</sup>” dos países latino-americanos no campo de gravitação da economia capitalista. A CEPAL foi criada no final da década de 40 do século XX, no momento em que a América Latina discutia que passos dar para o crescimento econômico e se libertar do poder dos grandes centros capitalistas. Seu principal objetivo era explicar o “atraso” da América Latina em relação aos grandes centros do capitalismo e encontrar maneira de superá-los. Então, o foco era a estrutura socioeconômica dos países periféricos, ressaltando as limitações ao desenvolvimento econômico.

O entendimento que tiveram sobre os países periféricos latino-americanos era que faltava dinamismo nas suas “estruturas produtivas” assentadas em poucos produtos primários, escasso desenvolvimento industrial e tecnológico e dirigido pelos mercados consumidores dos centros capitalistas. A situação era acentuada pela ausência de integração das economias internas, escasso apoio entre as regiões, que haviam conseguido alguma melhoria na produtividade e aquelas que não haviam conseguido e, ainda, a assimetria nas relações comerciais. Tal condição dificultava que houvesse o fortalecimento das estruturas econômicas para a industrialização.

O subdesenvolvimento, segundo a CEPAL, caracterizava-se pela estrutura primária de agroexportação sem integração de diversos setores produtivos, baixo poder de compra de produtos industrializados e exportação para os centros desenvolvidos dos produtos primários.

---

<sup>23</sup>Plano elaborado pelos EUA e destinado à recuperação dos países da Europa Ocidental após a Segunda Guerra Mundial. Seu nome oficial era Programa de Recuperação Europeia, mas ficou conhecido como nome do Secretário de Estado George Marshall. O plano foi elaborado após uma reunião com os países europeus em julho de 1947. A União Soviética e os países da Europa Oriental foram convidados a participar, mas se recusaram. Durante os seus quatro anos de funcionamento transferiu cerca de 13 bilhões de dólares (em valores da época) a título de assistência técnica e econômica.

<sup>24</sup>Os termos desenvolvimento e subdesenvolvimento, nomenclatura utilizada na época, foram colocados entre aspas para ressaltar a classificação da condição econômica segundo a CEPAL.

Além disso, o monopólio de grupos sociais privilegiados impedia o acesso e aproveitamento da terra. Para a CEPAL, a reforma agrária possibilitaria “saltos” de produtividade na agricultura dos países periféricos.

A CEPAL chega à conclusão que as economias periféricas não poderiam ficar à mercê das livres forças do mercado, pois se assim permanecessem, não sairiam do subdesenvolvimento agravado pelo alto nível de desemprego. A saída apontada foi uma política voltada para o desenvolvimento industrial, que promovesse a reforma agrária e reservasse os recursos produtivos evitando assim, a evasão dos artigos. A ideia cepalina era o desenvolvimento voltado “para dentro”.

Para tal empreendimento, a participação do Estado na economia, como principal promotor do desenvolvimento e planejamento das ações que levariam às mudanças almeçadas, era imprescindível. Sua intervenção dava um caráter nacionalista ao Estado para promover o acúmulo de capital, deixando de importar produtos industrializados e agenciando sua própria industrialização. Mas, o nacionalismo não poderia ser exacerbado.

O Estado é o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo. O governo é entendido como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período (HÖFLING, 2001). Por isso, a importância do Estado e do governo para o desenvolvimento da política que a CEPAL preconizava.

Para a industrialização havia a necessidade de recurso financeiro injetado nas economias dos países latino-americanos. A entrada de capital estrangeiro se fez por meio de empréstimos “[...] de governos a governos e a captação de recurso via colocação de bônus do tesouro brasileiro no mercado internacional [...]” (MANTEGA, 1984, p. 40). O projeto econômico nacionalista recorre à intervenção do capital estrangeiro para sair do subdesenvolvimento. Parece contraditório, mas não é.

O projeto de desenvolvimento da CEPAL previa que o crescimento capitalista “autocentrado” e a entrada de capital estrangeiro ajudariam a implementar a indústria de bens de capital, de insumos básicos e bens de consumo. O custo para esta associação (MANTEGA, 1984, p. 40) foi “[...] fechar os olhos para o tipo de desenvolvimento assim gerado e para as consequências sociais que dele podem resultar [...]”. A atenção voltada para o crescimento

econômico em detrimento dos interesses da população trouxe efeitos sociais indelévels, como a dificuldade de alcançar benefícios sociais postulados pela CEPAL.

A substituição de importações foi uma estratégia de desenvolvimento desequilibrada. O desempenho econômico latino-americano nas décadas iniciadas em 1970 e em 1980 foi muito baixo. O mesmo foi marcado pela continuidade nas políticas econômicas desde os anos 1930, quando foram esboçadas as linhas mestras do pensamento cepalino. A ordem internacional liberal, criada pelos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE<sup>25</sup>), influenciou as políticas econômicas na Ásia, mas deixou a América Latina potencialmente intocada (MADISON, 1985). Então, os limites da estratégia de substituição de importações foram reconhecidos.

Introduziram-se modificações importantes nas políticas comerciais, na década de 1960. Contudo, o desenvolvimento latino-americano no período pós-guerra foi de pouco progresso social. A atenção voltada ao econômico deixou o social sem a devida atenção, abrindo espaço à pobreza da população, tensões sociais, desequilíbrios regionais, instabilidade política e a abissais injustiças sociais. Na Pan-Amazônia, estas vicissitudes eram ainda mais profundas e complexas.

Este contexto revela a precária atenção que o plano cepalino dedicou aos aspectos sociais e políticos mais locais, o qual promoveu transformações mais gerais na América Latina e no Caribe. Ao contrário do que pensavam seus idealizadores, o desenvolvimento não ocorreria de forma “automática” e “espontânea” e nem seria uma decorrência inevitável da industrialização, ou mesmo do emprego urbano e da produtividade. A ausência de uma compreensão mais ampla da sociedade os distanciou pouco do marco teórico da economia política clássica ou neoclássica<sup>26</sup> e até keynesiana<sup>27</sup>.

As condições históricas, políticas, econômicas e sociais particulares, assim como as interferências externas e internas, não foram consideradas nas análises. Era imperioso que houvesse a vinculação dos componentes econômicos e o social no desenvolvimento da apreciação sobre a atuação dos grupos sociais e não só os justapor. Os pontos de intersecção

---

<sup>25</sup>A OCDE foi criada em 30 de setembro de 1961, sucedendo à Organização para a Cooperação Econômica Europeia, criada em 16 de abril de 1948. A organização também é chamada de “Grupo dos Ricos”, devido aos 34 países que a compõem produzirem juntos mais da metade de toda a riqueza do mundo.

<sup>26</sup>Na década de 1870, aparece a escola neoclássica, que introduz na teoria clássica às novas produções do pensamento econômico, principalmente os marginalistas, como William Stanley Jevons, Léon Walras e Karl Menger. O economista Alfred Marshall, em sua obra-prima, “Principles of economics” (1890; “Princípios de economia”), explicava a demanda a partir do princípio da utilidade marginal e a oferta, a partir do custo marginal (custo de produção da última unidade).

<sup>27</sup>Conjunto de ideias que propunham a intervenção estatal na vida econômica, com o objetivo de conduzir a um regime de pleno emprego. As teorias de John Maynard Keynes tiveram enorme influência na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado no início do século XX.

do sistema econômico com o social proporcionariam melhor análise da situação naquela época.

No contexto peruano, as crises econômicas decorrentes dos golpes militares retardaram o processo de industrialização, o que era tratado, por alguns analistas, como um modelo anacrônico na América Latina. Tal momento histórico é analisado como

La expansión de la economía peruana de los años 50 y parte de los 60 bajo un modelo primario exportador casi puro ha llamado la atención, básicamente porque era un anacronismo en el cono sur de Latinoamérica; en el cono sur imperaban la sustitución de importaciones y los mercados internos protegidos inflaciones relativamente altas, y el sector exportador era uno de los menos dinámicos de la economía (DANCOURT; MENDOZA; VILCAPOMA ([1997] 2015, p. 70-71).

A aplicação do modelo econômico impactou de modos diferentes os países latino-americanos fragilizando ainda mais a sociedade menos atendida pelas ações governamentais, particularmente populações tradicionais.

Os estudos sobre o que ocorria com essas camadas sociais podem ser entendidos com a falta de interesse teórico demonstrada pelos estudiosos do imperialismo tanto relativa à análise concreta das relações sociais no centro capitalista, quanto na periferia (LIPIETZ, 1988). Acrescenta o autor que, até meados do século XX, os estudos acompanhavam a realidade do modo de regulação internacional – o empobrecimento da periferia como consequência da melhoria dos centros capitalistas. A análise sobre estes resultados só receberá a atenção a partir de meados daquele século quando os teóricos pertencentes ao Terceiro Mundo voltaram suas atenções.

Assim, mesmo que houvesse na década de 1960 um parque industrial, principalmente na Argentina, no Brasil e no México, a presença das categorias de trabalhadores, suas organizações e reivindicações não eram consideradas nos planejamentos dos governos. Certamente políticas públicas voltadas a este segmento eram improváveis. Afinal, o subdesenvolvimento era visto como culpa das camadas menos abastadas.

Arrisca-se a dizer que a política da CEPAL foi a maior ação de política pública da primeira metade do século XX, com vistas para o desenvolvimento econômico da América Latina e sérias penalizações do campo social. Vale ressaltar que o processo de representação desse segmento ocorria, com significativa manipulação pelo populismo na medida em que o próprio Estado cooptava importantes elementos do operariado para as suas hostes clientelísticas (CARNOY, 1988; CARDOSO; FALETTO, 1970). Esta estratégia do governo

impactou fortemente os movimentos sociais dificultando que melhorias para os trabalhadores ocorressem.

Na atualidade, a CEPAL se mantém entre as cinco comissões econômicas regionais da Organização das Nações Unidas (ONU). Seu trabalho ampliou-se para os países do Caribe e se incorporou ao objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável. Nos anos recentes tem-se dedicado particularmente ao estudo dos desafios que propõe a necessidade de retomar o caminho do crescimento sustentado, assim como a consolidação de sociedades plurais e democráticas.

Também, a Comissão Econômica se dedica a questões como o papel da política social; o tratamento dos aspectos ambientais e demográficos e a estratégia educativa; a necessidade do progresso técnico para inserir-se de maneira competitiva no âmbito global, consolidar a estabilidade das economias da região e dinamizar seu processo de expansão. Portanto, vê-se que as tarefas são amplas e a instituição, mesmo fora da mídia, se mantém atuante.

De tal modo, se faz necessário mencionar o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), criado pelo Decreto nº 37.608, de 1955<sup>28</sup>. O órgão fazia parte do então Ministério de Educação e Cultura. Os intelectuais que o criaram pretendiam estudar, ensinar e divulgar as Ciências Sociais. A ideia era que os dados fossem aplicados à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira, para o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. Assim, a política de desenvolvimento deveria ser de emancipação e soberania. A ideologia nacional-desenvolvimentista, construída ao longo dos anos 1950 e criada pela CEPAL, foi aperfeiçoada pelos teóricos do ISEB.

Apesar disso, as conquistas somente foram alcançadas por meio das reivindicações sociais na América Latina em diferentes décadas. O entendimento é que os Estados sem “desenvolvimento” e os governos obrigaram-se a adotar políticas públicas sociais em suas plataformas para governar, do contrário não alcançariam a parcela social excluída por toda a história latino-americana. Certamente, a população cobraria a responsabilidade e pagaria custos altos pela exigência que os Estados cumprissem seu dever para com os cidadãos.

Certamente, a pobreza social não era o caminho na direção do bem-estar das populações trabalhadoras nem dos países do centro, considerados o foco do capitalismo quanto os periféricos, como a América Latina. Todavia, os efeitos chamam ainda mais a atenção quando a Europa percebeu as sequelas do tipo de sistema, com a destruição do meio ambiente, prejuízos à saúde e os negativos à aglomeração, dentre outros (HIRSCHMAN,

---

<sup>28</sup>O ISEB foi extinto pelo Decreto nº 53.884, de 13 de abril de 1964.

1958; SANTISO, 2000). Todos os fenômenos que acompanhavam o processo de industrialização direta ou indiretamente afetaram o ambiente e dificultaram os caminhos para o que poderia trazer melhor qualidade de vida.

Para ter uma ideia no campo da política ambiental, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA<sup>29</sup>) e o Parlamento Amazônico (PA) são importantes neste processo (PALACIOS, 1994; PERALTA, 2010). A OTCA nasceu em Brasília em julho de 1978, com a participação dos oito países amazônicos (Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela), com o objetivo fundamental de realizar esforços e ações conjuntas para promover o desenvolvimento harmônico e produzir resultados equitativos e mutuamente proveitosos. A conservação e a utilização racional dos recursos naturais em meio a forte política econômica e ditadura, tornou a tarefa um desafio.

O Parlamento Amazônico (Parlamaz) foi criado em abril de 1988 em Lima-Peru, com o propósito de harmonizar as políticas regionais de desenvolvimento, e reúne países como Bolívia, Brasil, Equador, Venezuela, Suriname, Colômbia, Peru e Guiana. O Parlamento Amazônico (PA) brasileiro foi criado em 2003 e é constituído por deputados estaduais de todos os estados da chamada Amazônia Legal (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Roraima, Tocantins, Rondônia). (AGÊNCIA Senado, 2008). Quer dizer cada país tem seu PA, alguns com mais força de atuação e atenção, e outros nem tanto.

O senador Papaléo Paes (PSDB-AP), em 2008, mencionou no 6º Encontro do Parlamento Amazônico Brasileiro, em Macapá (AP) a importância estratégica do organismo para o país, considerou que “[...] a Amazônia deve ser tratada como uma questão mais nacional que continental [...]” lembra que 85% da floresta está em território brasileiro. Além dele, outro senador mencionou a preocupação com a consolidação do PA.

Devido às discursos tratadas no evento do referido ano o senador José Nery (PSOL-PA) afirmou ser essencial a integração dos parlamentos da América Latina e o fortalecimento do Parlamaz, para se pensar especialmente na questão da soberania das nações em relação à Floresta Amazônica. Disse ele: “A integração é fundamental para pensar os temas comuns relacionados com a soberania da região que, a meu ver, vem sendo frontalmente atacada por decisões do governo dos Estados Unidos [...]” (AGENCIA Senado, 2008). Sua menção devia-se ao Plano Colômbia, uma iniciativa dos EUA para combater a produção e o tráfico de cocaína na Colômbia. Estes são problemas que afetam o conjunto de países e que requer a ação do Parlamento de cada um num trabalho conjunto.

---

<sup>29</sup>Os objetivos do OTCA foram ratificados e aprofundados pela Declaração de Belém, em outubro de 1980, pela Declaração de Santiago de Cali, em dezembro de 1983, e pela declaração de Manaus, em maio de 1989.



Sendo assim, o PA se constituiu o braço legislativo da OTCA e orienta a atuação desses por determinadas linhas de ação, por estratégias de cooperação e coordenação e pela elaboração de propostas de política e de leis. Aproximadamente foram 20 programas de ação realizados pela OTCA. Os mesmos consistiram em inventários, legislação e políticas comuns, assim como a promoção de infraestrutura, dentre outros.

Tanto a eficácia da OTCA como a do PA foi questionada diante da realidade amazônica de todos os países. O seminário de Manaus de 1988 discutiu a questão com foco nos objetivos, programas, projetos, desarticulação das instituições, o afastamento das populações amazônicas, como os escassos avanços na integração efetiva da Amazônia em relação ao restante dos países. Em relação ao Peru, o descaso na conservação das áreas naturais protegidas, controle do comércio ilegal de flora e da fauna, controle da contaminação ambiental pela atividade petrolífera, dentre outros, ficou evidente no encontro.

Portanto, em meados do século XX já viam as implicações resultantes do acelerado tipo de economia e os custos sociais advindos da política pública implementada. Os problemas ambientais que apareciam e a situação dos trabalhadores não estavam dissociados. A explicação, conforme Kapp (1958) é que, qual fosse a busca para o desenvolvimento – competição capitalista ou economia planificada – a presença de elementos democráticos é fundamental na vida política para evitar a instabilidade social e a insegurança pessoal.

Estende-se a ideia conforme a afirmação de Altvater (1993, p. 12) no tocante à década de 1970, em que “[...] a exigência de um relacionamento cuidadoso com o meio ambiente<sup>30</sup> natural pertencer ao ‘*common sense*’ político desenvolvimentista”. Depreende-se que a ausência da inclusão de noções democráticas<sup>31</sup> e da percepção da importância dos recursos primários, com sinais de esgotamento, forma um bloco de questões que precisavam ser assimilados na época e, ainda hoje a democracia, ou a ilusão dela, está na pauta das discussões latino-americanas e dos demais países.

Tanto os governos do centro quanto os de periferia precisavam atualizar seus discursos sobre a democracia, a inclusão social e a crise ambiental. Mas nas décadas de 1960, 1970 e

---

<sup>30</sup>A expressão “meio ambiente” foi definida no Brasil, em 1981, pela Lei Federal nº 6.938, em seu Art. 3º, inciso I, como: “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas”. A Política Nacional do Meio Ambiente, insculpida na Lei nº 6.938/8, cujos objetivos são a preservação, a melhoria e a recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visa assegurar no país condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses de segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. Na referida lei, são definidos, no Art. 3º, alguns termos e expressões essenciais para sua aplicação, assim: a) “meio ambiente” é definido como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas; b) “degradação da qualidade ambiental” é a alteração adversa das características do meio ambiente.

<sup>31</sup>Vale ressaltar que estas noções podem variar segundo diferentes fatores como cultura, ideologia, interesses das elites dominantes e dos rumos que os projetos desenvolvimentistas têm programado ao saírem das ditaduras.

1980 a América Latina estava imersa em ditaduras militares, as quais findaram em diferentes épocas. No Brasil de 1964 a 1985 e no Peru de 1968 a 1980 e o que menos se falava era sobre estes direitos. Estas décadas não foram favoráveis ao estabelecimento de tais ideias e nem para a formalização de políticas públicas.

Nos EUA, uma vertente de pesquisa na área da Ciência Política começou a se instituir no início dos anos 1950, com o nome de *Policy Science*. Na Europa, surgiu como um desdobramento dos trabalhos baseados em teorias explicativas sobre o papel do Estado e de uma das mais importantes instituições – o governo. Mas foi na Alemanha, particularmente, que tomou força a partir do início dos anos 1970 (FREY, 2000; SOUZA, 2006). O destaque foi para a análise das estruturas e instituições ou a caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais mais específicas, individualmente, a política ambiental.

No Brasil e no Peru, o avanço dos estudos nessa área já pode ser considerado significativo. O número de livros, *papers* ou artigos disponíveis é um indicador, tanto que é possível dispor de levantamentos do “estado de campo” ou do “estado das artes” sobre políticas públicas que, a modo dos tradicionais *surveys* (MELO, 1998; 1999; VELÁSQUEZ, 1999; REIS, 2003; FARIA, 2003; SOUZA, 2003, 2006; ROTH DEUBEL, 2002; AGUILAR, 2009), possibilitam uma visão ampla da discussão brasileira sobre o tema.

No que tange à maior expressão das políticas públicas na América Latina teve maior esclarecimento a partir da segunda metade do século XX. Três motivos vislumbraram-se como de maior visibilidade ao assunto nos países em desenvolvimento, como: em primeiro lugar, a adoção de políticas restritivas<sup>32</sup> a gastos que seriam implementados não apenas no Brasil, mas em boa parte dos demais países, desde os anos 1990 (SOUZA, 2006). Elas motivariam uma série de estudos para melhorar o desenho e a gestão das políticas públicas.

Em segundo lugar, com a substituição do arcabouço keynesiano pelas políticas restritivas a gastos, as políticas sociais passariam a ter um caráter focalizado em vez de

---

<sup>32</sup> Os tipos de políticas públicas apontadas por Lowi (1992, p. 300): políticas distributivas– são aquelas que beneficiam um grande número de pessoas, em escala relativamente pequena e com reduzido grau de conflito. A segunda é as políticas redistributivas, que impõem restrições ou perdas a determinados grupos, pelo qual tem um elevado grau de conflito. O terceiro tipo, as políticas regulatórias, são as que envolvem a burocracia, grupos de interesse na definição de ordens, proibições e regulamentações constitutivas, sendo que o seu grau de conflito vai depender da forma como se configura a política. Por último, as políticas constitutivas ou estruturadoras, que ditam as regras do jogo e definem as condições em que se aplicarão as políticas distributivas, redistributivas ou as regulatórias. Windhoff-Héritier (1987, p. 49) menciona a políticas redistributivas também orientada para o conflito. O objetivo é o desvio e o deslocamento consciente de recursos financeiros, direitos ou outros valores entre camadas sociais e grupos da sociedade. O processo político que visa a uma redistribuição costuma ser polarizado e repleto de conflitos. Frey (2000, p. 224) acrescenta quanto às políticas regulatórias, as quais trabalham com ordens e proibições, decretos e portarias. Esta especificação ajuda a manter um entendimento mais amplo, contudo, tem-se clareza quanto à possibilidade de em dado momento haver o extrapolar dos limites entre os tipos de políticas relacionadas.

universal. E, em terceiro lugar, nos países com democracia recente – caso dos países latino-americanos – as coalizões não teriam conseguido, ainda, definir como se dá o equacionamento entre recursos e necessidades da população.

No Brasil desde a década de 1990, em contraposição às análises de cunho mais gerencialista, existe uma série de tentativas de adotar políticas de cunho mais participativo, em obediência a reformas constitucionais. Elas instituiriam novas formas de incorporar os segmentos da sociedade na formulação das políticas públicas, via conselhos gestores de políticas, como de saúde, de assistência social, de trabalho, de segurança, dentre outros. A esses espaços, acrescenta-se a proposta de partidos políticos de submeter à decisão popular o destino de parcela dos recursos, o orçamento participativo.

A questão ambiental foi a variável de cunho político que trouxe maior dinâmica para as demandas da sociedade e as discussões sobre como utilizar os recursos. As reuniões em busca de envolver as populações que vivem em áreas protegidas têm sido uma prática persistente, mas nem sempre com sucesso. Respostas claras e consensuais, assim como sua construção, são provocações que se busca até hoje.

Contudo, a resposta depende de fatores externo e interno para o desenho das políticas públicas e as regras que regem suas decisões, elaboração e aplicação. Essas influenciam os resultados dos conflitos inerentes às determinações sobre as mesmas. Política pública envolve muitas decisões e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementá-las. Elas correspondem a uma escolha dentre um conjunto de possíveis alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando – em maior ou menor grau – certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis.

As políticas públicas podem ser percebidas como saída para os problemas, contudo sua essência tem sido desconsiderada no embate sobre as ideias e os interesses que envolvem. O centro das discussões tem ficado em torno do papel do governo e dos aspectos conflituosos; os limites que cercam estas decisões governamentais ficam de fora. Assim, não aparecem as possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos, as instituições públicas, acrescentam-se as privadas e os grupos sociais.

Política pública (SOUZA, 2006, p. 26) é “[...] colocar o governo em ação [...]” e também “[...] analisar essa ação [...]”, como variável independente e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações, como variável dependente. Depreende-se que muitos elementos estarão envolvidos e agirão junto à mesma. Na concepção da autora, o todo não é mais relevante que as partes, portanto indivíduos, instituições, interações, ideologias e interesses contam, apesar das diferenças e da importância relativa entre elas. E,

ainda, as políticas públicas, por afetar as esferas econômica e social, e as inter-relações com o Estado, precisam ser explicadas.

Os Estados, principalmente, os compostos no mundo moderno são passíveis de possuírem uma autonomia relativa, assim como espaço próprio de atuação, embora fossem e, ainda são, permeáveis a influências tanto externas quanto internas (EVANS; RUESCHMEYER; SKOCPOL, 1985). A autonomia relativa pode suscitar determinadas capacidades, as quais criam condições para a aplicação dos objetivos dessas políticas (SOUZA, 2006). Certamente elas dependem de muitos fatores e dos diferentes momentos históricos de cada país.

No circuito de política pública, a agenda do governo é questionada devido a alguns temas entrarem, enquanto outros são ignorados. Uma resposta é: quando se assume que algo deve ser feito sobre o problema. A outra resposta é: como se constrói a consciência coletiva sobre a necessidade para se enfrentar o problema. Compreende-se que, entre o ser feito e o construir a consciência coletiva pode-se definir a agenda, contudo, vai mais além. A decisão é pautada pela prioridade do governo e não pela prioridade das populações-alvo.

Estas noções aparecem na definição de Knoepfel et al. (2008, p. 30), em que política pública é a “[...] concatenación de decisiones y acciones, intencionalmente coherentes emprendidas por los diferentes actores, públicos y privados de vez en cuando [...]” e ainda, “[...] recursos, relaciones institucionales e intereses están en línea con la situación que resolverse de una manera oportuna, un problema político define como colectiva [...]”. Decisões e ações são parte para a resolução de problemas.

Mas, vale ressaltar, além disso, que políticas públicas possuem modelos de ação. Guerrero (1989; 1990, p. 42), seguindo o raciocínio de Frohok (1979), acrescenta que “[...] resuelven conflictos y proveen de incentivos a la cooperación [...]”. Assim, “[...] no actúan aisladamente, sino dentro del marco más general de los programas de gobierno”. Isto posto, “[...] son actos específicos de gobierno, instrumentados dentro de una práctica general [...]”. No entanto, ocorre que nem sempre os programas aplicados estão dentro do campo de ações governamentais. Quer dizer, podem vir desligados das ações maiores.

A política pública também é percebida como processo integrador. Velásquez (2009, p. 20) refere-se

[...] a integración de decisiones, acciones, inacciones, acuerdos e instrumentos, adelantado por autoridades públicas con la participación eventual de los particulares, y encaminado a solucionar o prevenir una situación definida como problemática. La política pública hace parte de un ambiente determinado del cual se nutre y al cual pretende modificar o mantener”.

Essa integração possivelmente é relativa, mesmo fazendo parte de um sistema sócio político-cultural.

As decisões e análises sobre política pública implicam em encontrar respostas para questões, como: quem ganha o quê, porquê, bem como que diferença faz (LASWELL, 1958). Mas não fazer nada em relação a um problema, também é uma forma de política pública (BACHRACH; BARATZ, 1962). Dye (1984) define política pública com destaque para a escolha, quanto ao não fazer governamental é política que carrega posicionamento prejudicial à parte a ser atendida o que é comum encontrar nas ações do Estado.

As políticas públicas são “[...] el conjunto de sucesivas respuestas del Estado frente a situaciones consideradas socialmente como problemáticas y que buscan la resolución de las mismas o llevarlas a niveles manejables [...]” (VARGAS, 1995, p. 57). Simon (1957) fala pela perspectiva da responsabilidade nas decisões com conhecimento racional ao se depararem com os limites. Por exemplo, informações incompletas ou imperfeitas, tempo para a tomada de decisão e autointeresse dos que decidem. O fato é que tanto os níveis manejáveis quanto as decisões racionais dependerão de uma estrutura de regras e incentivos, como a não priorização de interesses particulares.

A Constituição Federal de 1988 mostra com clareza os resultados da luta pela democratização da gestão pública e o princípio da gestão descentralizada e participativa (ROCHA, 2009). Nos artigos 204 e 227, a Carta Constitucional assegura a participação da população, por meio de organizações representativas, no processo de formulação e controle das políticas públicas nos âmbitos municipal, estadual e federal da gestão administrativa. Ou seja, democratizou-se o processo decisório e a equidade dos resultados na gestão das políticas públicas.

Contudo, Cardoso (2006, p. 24) menciona a sujeição “às falhas de eficiência” e ressalta que “essa limitação, sempre presente nas tomadas de decisões, deve-se, em parte, às necessidades crescentes das populações, principalmente aquelas relacionadas aos modos diversificados de consumo”. Neste sentido, reflete-se sobre quando a política pública vem para atender os interesses institucionais e não sociais. O texto constitucional assegura, mas não garante a conexão com a prática.

Tanto na formulação quanto na análise da política pública Lindblom (1979) chama atenção para as relações de poder e a integração entre as diferentes fases do processo de decisão. Além da racionalidade, também existe a função da eleição, das burocracias, dos partidos políticos e dos grupos de interesse. Eastone (1965) acrescenta a ideia de sistema à política pública, onde há relação entre formulação, resultados e o ambiente. Além disso, as

políticas públicas recebem *inputs* dos partidos, da mídia e dos grupos de interesses, o que influencia nos resultados e nos efeitos.

Outras abordagens, como Lynn (1980) assevera que é um conjunto de ações do governo, que produzem efeitos específicos. Peters (1986) esclarece que são todas as atividades dos governos, que agem diretamente ou por meio de comissão e isto influencia a vida dos cidadãos. Enquanto, Mead (1995) relembra que é um campo do conhecimento dentro do estudo da política, a qual analisa o governo à luz de grandes questões públicas. Todas evidenciam o poder de decisão do governo sobre matérias que envolvem pessoas comuns, que podem ser encontradas em lugares distantes dos centros políticos majoritários.

Além disso, assevera Höfling (2001, p. 31) que política pública é “o Estado em ação”, ou ainda, “o Estado implantando um projeto de governo através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”. Faria (2003, p. 22) caracteriza pela “interdependência assimétrica, pela incerteza e pela complexidade das questões que demandam regulação” e está relacionada ao processo decisório. Tal condução contribui para o conhecimento das ações governamentais diante das relações entre os diferentes sujeitos sociais.

Acrescenta ainda, Giovanni (2008, p. 2) que políticas públicas são como “uma modalidade particular de intervenção estatal, fundada, de um lado, num acervo de conhecimentos técnicos sobre a realidade social e, de outro, num conjunto de formas variadas de interação com a sociedade”. Ou seja, sustenta a ideia na perspectiva teórica e empírica e do conhecimento implícito. No que tange às políticas públicas para a conservação da diversidade biológica brasileira e peruana, são um demonstrativo da ação do Estado e do governo, mas também da pressão interna e externa de outros setores do Estado.

O conceito de políticas públicas é evolutivo e existe num “processo constante de transformações históricas nas relações entre estado e sociedade, e que essa mesma relação é permeada por mediações de natureza variada, mas que, cada vez mais estão inseridas aos processos de democratização das sociedades contemporâneas” (GIOVANNI, 2008, p. 7). Este processo de democratização, impulsionado pelos movimentos sociais e pressão político-social internacional sobre os países de democracia recente, tem contribuído para relativo equilíbrio e o acúmulo de conhecimento do bioma Amazônia.

Neste sentido, tal ponto de vista permite entender que políticas públicas ambientais são um processo histórico e se compõem por estudos com

[...] uma sólida base de informações históricas, técnicas e científicas que podem fornecer forte apoio para as intervenções governamentais, gerando

uma dialética *sui generis*, em virtude da qual o conhecimento, ao informar a pluralidade dos atores envolvidos, passa a fazer parte da realidade que se busca conhecer (GIOVANNI, 2008, p. 7).

Os biomas classificados no Brasil e no Peru, bem como as condições de vida das diferentes sociedades que atuam nestes espaços, foram conhecidos, devido aos diversos programas e projetos desenvolvidos pelos organismos ambientais, que permitiram o acúmulo de acervo considerável.

As políticas públicas, ao serem elaboradas, são permeadas pelos interesses dos diferentes atores sociais, institucionais envolvidos. Deste modo, o programa de governo dos países e a política econômica – paradigma vigente – são definidores de caminhos que podem dificultar a sustentabilidade na direção da vida com qualidade. Neste sentido, pode-se levar em consideração que as ações em rede postas em prática nas políticas e programas nacionais podem ficar a dever junto às propostas de sustentabilidade ambiental e social do planeta, caso não haja a “alimentação” do sistema.

As políticas públicas “son el conjunto de objetivos, decisiones y acciones que lleva a cabo un gobierno para solucionar los problemas que en un momento determinado los ciudadanos y el propio gobierno consideran prioritarios” (SÁEZ, 1997, p. 281). Mas, ater aos campos específicos de políticas públicas como as políticas econômicas, financeiras, tecnológicas, sociais ou ambientais, ou se restringir a aumentar o conhecimento sobre planos, programas e projetos considera pouco producente.

Todavia, como proceso, “inicia cuando un gobierno o un directivo público detecta la existencia de un problema que, por su importancia, merece su atención y termina con la evaluación de los resultados que han tenido las acciones emprendidas para eliminar, mitigar o variar ese problema”(SÁEZ, 1997, p. 281). Isto configura uma ação longa e muitas vezes desgastante para os responsáveis em colocar em prática.

Os envolvidos no conjunto das ações podem ser classificados como visíveis – grupos políticos, mídia, partidos políticos, grupos de pressão e outros – e os invisíveis – acadêmicos e a burocracia. Nesta perspectiva, os participantes visíveis definem a agenda e os invisíveis, as alternativas Sáez (1997). Estes formam o público que constitui o sistema sócio-político-cultural que ajuda a definir a política pública.

Outra reflexão insere a perspectiva da ‘policy analysis’, como a empiria e a prática política. Frey (2000, p. 215) apoia-se em Windhoff-Héritier (1987, p. 7)

[...] com vistas à explanação das leis e princípios próprios das políticas específicas, a abordagem da ‘**policy analysis**’ pretende analisar a **inter-relação entre as instituições políticas, processo político e os conteúdos de**

**política** com o arcabouço dos questionamentos tradicionais da ciência política (grifo da autora).

As conexões institucionais no amplo processo são propostas como uma forma de examinar a política pública.

Este caminho orienta para o potencial analítico que possibilita superar uma abordagem isolada (WOLLMANN, 1985). Priorizar a dimensão institucional ou a dimensão político-processual, ao deixar confluir a dimensão material de política, como os impactos, e outras ocorrências, para tais dimensões, será mais enriquecedora à apreciação. Então, a análise sobre uma situação específica permite aprimorar ferramentas e teorizar, particularmente quando se está tratando com países em desenvolvimento.

Para a análise política Frey elege três categorias: *policy arena*, *policy cycle* e *policy networks*. Destaca-se o *policy cycle*. Esse está compreendido em três fases, que são: percepção e definição de problemas, agenda-*setting*, elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e, finalmente, a avaliação de políticas e a eventual correção da ação. Tais fases correspondem a uma sequência de elementos do processo político-administrativo e podem ser investigadas no que diz respeito às constelações de poder, às redes políticas e sociais e às práticas político-administrativas que se encontram tipicamente em cada fase.

A política pública é como um conjunto de “subsistemas relativamente estáveis,” devido haver a articulação dos acontecimentos internos e externos. Como subsistemas consideram os fatores culturais, como crenças, valores e ideias na elaboração das políticas públicas (SABATIER; JENKINS-SMITH, 1993), com isso refutam o *policy cycle*. Entende-se estarem falando de dois modelos de análise, contudo vale mencionar que a dimensão cultural pode não estar presente no arcabouço teórico, mas aparece na prática da ação.

Faz-se um paralelo dos ciclos de políticas públicas dentro da perspectiva de Sáez (1997), Frey (2000) e Souza (2006). O mesmo ajuda no exame da política pública, da concepção à implementação. Os passos apresentados pelos três autores serão comentados e adaptados ao quadro seguinte, a partir de então, outro esquema se vai criar, com o propósito de contribuir para esta reflexão analítica.



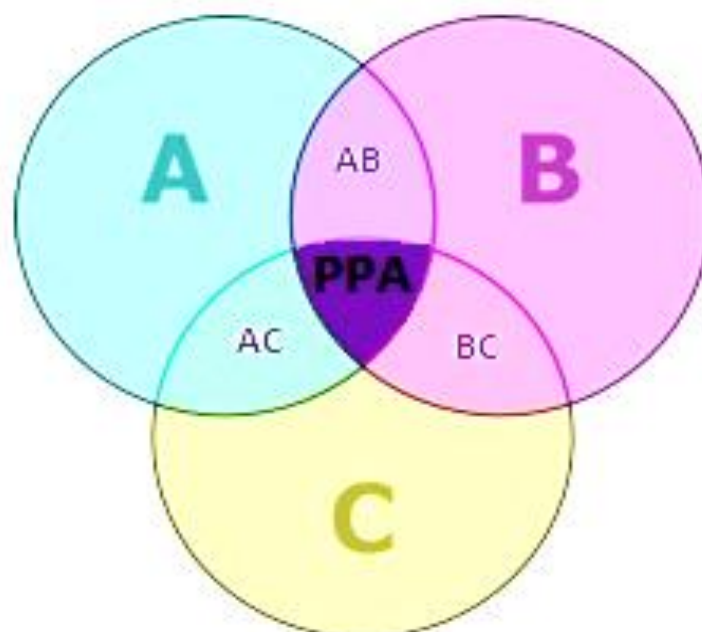
**Quadro 1-** Modelo de elaboração da política pública na perspectiva do ciclo político

<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Identificación de alternativas y definición del problemas;</li> <li>○ Adoción de una alternativa;</li> <li>○ Implantación de la alternativa solucionada;</li> <li>○ Evaluación de los resultados obtenidos.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Percepção e definição de problema;</li> <li>○ Agenda <i>setting</i>;</li> <li>○ Elaborar programas e decisão;</li> <li>○ Implementar políticas;</li> <li>○ Avaliação da política e a correção da ação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Definição da agenda;</li> <li>○ Identificação de alternativas;</li> <li>○ Avaliação das opções;</li> <li>○ Seleção das opções;</li> <li>○ Implementação da avaliação.</li> </ul>
<p>Elege um problema prioritário para ser resolvido; A decisão é tomada pelo governo; A avaliação somente ocorre na última fase do processo, quando a política já foi efetivada; Impactos não são previstos neste esquema.</p>	<p>A escolha do problema a ser resolvido é feita pelo governo; O problema vai para a agenda de prioridades política do governo; Os problemas levantados podem ter sido obtidos por grupos sociais, políticos ou pela administração pública; A relevância do problema selecionado é dada pela mídia; As decisões são tomadas pelos atores mais influentes na política e administração; O impacto real é verificado e nem sempre corresponde ao previsto e acompanha as diversas fases do processo; A avaliação inicia na fase de implementação e se estende à fase seguinte; O controle do impacto é feito podendo o programa e ação serem reelaborados; A análise é processual.</p>	<p>A agenda política prioriza o problema a ser resolvido; Constrói a consciência coletiva em favor do problema eleito; A persuasão (dado pelo problema) ou a barganha (dado pela política) para a construção do consenso; Atuação de políticos, partidos, mídia, grupo de pressão (visíveis), acadêmicos e burocracia (invisíveis); Avaliação realizada na última fase; O impacto não é considerado em nenhuma fase.</p>
Sáez (1992)	Frey (2000)	Souza (2006)

**Fonte:** Organizado por Marlinda M. Patrício (2016) a partir das explicações de Sáez (1992), Frey (2000) e Souza (2006).

Em seguida projeta-se um modelo de explicação da política pública na perspectiva de dimensões de sistema, subsistemas e suas inter-relações, o qual se refere a um sistema com formulação, resultados e ambiente (EASTONE, 1965). Os sistemas sustentam os subsistemas com relativa estabilidade e valores culturais presentes (SABATIER; JENKINS-SMITH, 1993). A elaboração considera o entendimento de Frey (2000) no que tange à análise ser feita as instituições políticas, processo político e os conteúdos de política. A contribuição ajuda na compreensão e elaboração de arquétipo que permite mostrar os elementos que se leva em consideração na análise dos projetos em estudo.

**Figura 2-** Sistema de análise da Política Pública Ambiental (PPA)



**Fonte:** Elaborado por Marlinda M. Patrício (2016) a partir de Frey (2000), Eastone (1965) Sabatier e Jenkins-Smith (1993).

O sistema sociocultural (A) é formado pelo estado e governo (jurídico, administrativo institucional, mídia, partidos políticos, grupos sociais, ONG, comunidades acadêmicas e populações tradicionais), o sistema de conhecimento técnico científico (B) é constituído pelos agentes do governo que definem a agenda e os designados pelo governo (academia, ONG, dentre outros) para desenvolver, transformar a agenda em política pública. O sistema (C) é uma projeção do sócio político-cultural e técnico-científico é onde ocorre todo o processo de elaboração da política pública. Assim, os três sistemas se organizam para a ação governamental.

As interseções entre os sistemas forjam subsistemas (AB), (AC) e (BC), os quais contêm informações, resultado do cruzamento dos sistemas. A política pública ambiental (PPA) é concebida dentro de princípios expostos pelas leis ambientais, bem como por regras estabelecidas pela agenda governamental, a qual envolve e é envolvida por diferentes realidades. Portanto, o sistema não é limitado, pois exerce influência e é influenciado. O peso político do PPA é visível, conforme a importância da política pública em questão, especialmente se houver acordo nacional e internacional.

A interseção do subsistema (AB) é formada pelo estado e governo e o conhecimento técnico científico, juntos formam o conjunto dos sistemas que dará sustentação a política. O subsistema (AC) contém toda a bagagem de poder político, jurídico, burocrático que se encontra com o espaço do fazer. O subsistema (BC) é bastante complexo, pois é o espaço onde diferentes estudiosos da questão desenvolvem a agenda governamental. Aqui se opta por não definir e nem trazer tudo que todos mencionam, mas aproveitar o que se vê de melhor para organizar a ideia que se propõe. Lembra-se que os subsistemas não são estanques, pelo contrário eles interagem.

Mediante tal exposição examinou-se Lindblom (1981), Hogwood e Gunn (1984), onde a ideia não é abraçar tudo sobre o assunto e criar um esquema, mas organizar e aproveitar a experiência que se teve. Estas dimensões do subsistema podem ser divididas em três fases: formulação, aplicação e avaliação. A divisão propõe-se a sistematização das três instâncias, as quais estão em constante diálogo. Desta maneira compreende-se estas interseções sistêmicas.

A fase da formulação caracteriza-se por um modelo descritivo normativo. Inicia-se com a definição da agenda política – tomada de decisão (ela pode ser o resultado de diferentes problemas e escolhas de assuntos discutidos, filtrados reclamações sociais ou governamentais; passam pelo processo decisório e definidos convertem-se em temas da agenda de política dos dirigentes). Depois constitui-se do momento das pessoas ou atores envolvidos com o processo conceberem, formularem ou descrevem os temas objeto da ação governamental. As ações futuras são planejadas; os riscos potenciais, como os impactos, são mensurados e antevistos as avaliações, os objetivos previstos e os resultados esperados.

Com mais detalhes, o processo decisório, na fase de formulação, caracteriza-se pela negociação e barganha, vigora apenas o diálogo entre partidários de interesses e cursos de ação distintos, todos eles dispendo, idealmente, de informação plena e poder indiferenciado. O resultado é um “consenso” de caráter frequentemente ilusório e precário, posto que é baseado em mecanismos de manipulação de interesses<sup>33</sup>. Este “consenso” possui, ademais, um caráter efêmero, na medida em que se pode desfazer quando da implementação da política. Sua representatividade será, assim, tanto menor quanto mais desequilibrada for a correlação de forças entre os atores.

Na fase da aplicação caracteriza-se o modelo explicativo normativo. Aqui ocorreremos mecanismos de programação da equipe de suporte; os administradores aplicam a política

---

<sup>33</sup>Este “consenso” vai refletir a segunda – conflitos encobertos – e a terceira, faces do poder – mecanismos de manipulação de interesses –, os quais comprimem a agenda de decisão a assuntos, possivelmente, seguros e que conduzem a situações de não tomada de decisão, que costumam favorecer os governantes e seu séquito.

formulada incluindo o acompanhamento e o controle acerca do cumprimento de metas, prazos, utilização de recursos; procedimentos para avaliação e revisão permanente das ações e suas definições. Deve existir nítida separação entre a formulação e a implementação, uma só inicia depois de a outra ter sido finalizada em todos os seus detalhes pelos decisores políticos (*policy makers*). Os conflitos encobertos na primeira fase<sup>34</sup> podem irromper com toda a força durante a aplicação, o que caracteriza esta fase como conflituosa.

Durante a aplicação o “consenso” é aparentemente desprovido de conflitos. Na medida em que nem sempre existe um elemento concreto, como um plano, que explicita o acordo alcançado, o critério usado para a avaliação de seu resultado será o que for possível fazer ou, o que satisfaz o governo. Contudo, é necessária a utilização de metodologias específicas de planejamento como apoio ao processo decisório. Estas devem realizar minuciosa definição dos interesses, valores e objetivos de cada um dos atores de interesses e cursos de ação distintos. O propósito é explicitar os conflitos encobertos e latentes, porém, é no plano que deve estar explícito o acordo alcançado.

Na fase da avaliação, a característica é ritualística, orientada para a política (*policy oriented*), a qual é indutora de mudanças sobre o ambiente em que atua a política. A avaliação política pode ser estudada, quando se constroem metodologias específicas para este tipo de análise. Deste modo, o processo cujo objetivo é, por um lado apreender esta realidade e, por outro, fornecer indicações úteis para a elaboração propriamente dita da política, se relacione com a realidade. Assim, a atividade de análise tem a finalidade de enfatizar seus objetivos, metas com vista às restrições impostas por esta realidade.

Diante do exposto, se viu que as três fases desta dimensão do subsistema não ocorrem separadamente e estão inter-relacionadas analiticamente. Além disso, o processo decisório percorre todas as dimensões e se apresenta por meio dos “tomadores de decisão” de várias maneiras: a) democrático e participativo ou autoritário e “de gabinete”; b) de “baixo para cima” ou de “cima para baixo”; c) de tipo racional e planejado ou incremental e mediante o ajuste mútuo entre os atores intervenientes; d) com ou sem manipulação e controle da agenda dos atores com maior poder; e) detalhadamente definida ou deixada propositadamente incompleta para ver se aceitam e como é que fica na prática.

Em termos do acompanhamento do processo desde a fase da formulação a aplicação dos projetos, se permite o monitoramento de alguns efeitos, como os impactos da política, as mudanças no local e na vida das pessoas. Nestas fases o monitoramento acerca do

---

<sup>34</sup>Isto pode ocorrer devido à impossibilidade ou a inconveniência das decisões serem de fato tomadas pelos decisores.

cumprimento de metas, prazos, utilização de recursos etc. são fundamentais. Tanto no modelo descritivo quanto no explicativo ou em outros, a escolha metodológica deve ocorrer em função de qualquer consideração normativa. Quer-se dizer deve escolher um modelo descritivo, que melhor apresente a realidade existente que pinte, explique, o que é; e não o que deve ser.

Além destas questões, outras aparecem no centro das discussões dos programas e projetos realizados junto às populações tradicionais. Como por exemplo, menciona (VERHELST, 1990, p. 1) que a cultura é entendida como “a soma total das soluções originais que um grupo de seres humanos inventa para se adaptar ao seu ambiente natural e social” é, por exemplo, o “*know-how*, conhecimento técnico, os costumes de alimentação e vestimenta”. Diante disto, o momento da tomada de decisão na elaboração do programa de política pública ao considerar a sustentabilidade deve ter *link* com a cultura.

Com isso, os resultados, os produtos e os impactos devem ser obtidos e medidos em cada fase organizada da avaliação, assim como indicadores, metas que possam mensurar os resultados alcançados, compará-los com os projetados, e avaliar em que medida o processo de implementação foi bem-sucedido. Portanto, a avaliação só poderá ser realizada, conforme apontado, por meio de dados coletados, classificados e analisados. O contrário não deve ocorrer, um critério difuso, subjetivo, onde somente a satisfação dos atores envolvidos conte. Critérios exógenos ao processo e endógenos devem ser adotados de modo que a avaliação ritualística o legitime.

Por fim, reafirma-se que a avaliação é que aponta as direções de mudança e as ações a serem praticadas num momento subsequente. Após o aproveitamento dessas, e a avaliação dos resultados alcançados é que, iterativamente, serão propostas novas ações, as quais levarão o sistema a aproximar-se do cenário desejado, com menor impacto possível. Diante disso, se entende que a *praxis* na elaboração da política pública precisa ser constituída pela interdisciplinaridade e por diferentes áreas das ciências, onde possam dar conta da complexidade exigida pela política.

Tanto a tomada de decisão como o impacto são chaves para a análise do que se discute sobre as categorias políticas, que norteiam os projetos de políticas públicas ambientais em estudo. Assim na percepção do Projeto Millennium<sup>35</sup> quanto à tomada de decisão é percebido

---

<sup>35</sup>O projeto propõe-se a ser um recurso internacional para ajudar na organização de estudos e pesquisas por meio da atualização constante e aprimoramento do pensamento humano acerca do futuro. Procura disponibilizar esse pensamento regionalmente para a definição de políticas públicas, capacitação avançada, educação pública e realimentação de dados, para criar conhecimento acumulado sobre os futuros potenciais, por intermédio de diversos meios de informação e comunicação. O projeto afirma não pretender ser um estudo definitivo sobre o

na aceleração das mudanças nas sociedades. Em nível mundial, a proliferação das escolhas e o crescente número de culturas envolvidas na deliberação aumentam a incerteza, imprevisibilidade, ambiguidade e surpresas. Tudo isso torna complicada tal ação.

A crescente complexidade dos assuntos tem forçado a humanidade a entregar aos conselhos de especialistas e aos computadores as tomadas de decisão, devido à urgência e ao reconhecimento da necessidade que têm de deliberar a todo o momento. As respostas geradas com rapidez precipitam, ainda mais as mudanças e suscitam a retroalimentação do processo. Diante das grandes transformações, as instituições não têm a capacidade de oferecer respostas rápidas, as quais permitam dar respostas as mudanças, em vista da ineficiência e da lentidão. Assim sendo, tal situação promove distúrbios sociais e a cooperação sub-regional, como *loci*, da liderança política e da gestão.

Assim, os desafios de hoje, século XXI, não devem ser tratados por governos, corporações, ONG, universidades e organismos intergovernamentais, como se fosse problema de um, com ação isolada. A tomada de decisão deve ser transinstitucional e desenvolvida em plataformas comuns, criadas para fins estratégicos institucionais para sua aplicação. O processo participativo necessário nesta construção de uma “inteligência coletiva” pode promover alternativas plausíveis para toda a gama de conflito. Contudo, também é preciso ética global na tomada de decisão, com *feed back* em tempo real, adequada para todos.

Neste sentido, o consenso sobre o que é imprescindível passa por decisões complexas e o relativo podem ser embaçados pela percepção do que realmente deve prevalecer na elaboração de programas e projetos ambientais “sustentáveis”. Apreende-se que a maneira de decidir impacta tanto os gestores de programas desenvolvimentistas, a questionarem se suas escolhas são mais válidas, quanto as intensas necessidades e aspirações da maioria das populações. Escutar as populações deve ser o primeiro passo antes de qualquer decisão ou alternativa, assim como conhecer suas realidades.

Outras questões da decisão referem-se ao que deve ser mantido tanto no presente quanto para o futuro. Ou ainda, os níveis de produção ou de consumo precisam ser sustentados e conhecidos. A preocupação com o aumento populacional está, segundo alguns

---

futuro, mas fornecer informações permanentes de maneira que tomadores de decisão em cada região do planeta possam identificar, avaliar e analisar temas, com impacto global atuando como um *think tank* distribuídos geográfica e institucionalmente. Isso propicia uma capacidade global para antecipação dos problemas em longo prazo. Informam ser um legado para os desafios do terceiro milênio. Explicam que atuam utilizando métodos prospectivos padrão com a inclusão de ferramentas inovadoras que o próprio projeto desenvolveu para pesquisar os principais fatores que estão formando o futuro do mundo. Estes processos são desenhados para identificar e avaliar os desafios enfrentados pela humanidade e criar cenários. Desta maneira, o Núcleo de Estudos do Futuro (NEF, 2017) tem participantes do mundo todo oferecem perspectivas locais para o Projeto Millennium através de questionários, entrevistas, encontros e discussões online.

estudiosos, relacionada às exigências que se faz sobre o uso dos recursos naturais, devido às práticas de consumo que os indivíduos podem modificar. (RELATÓRIO-RESUMO EXECUTIVO, 2012). Estas inquietações fazem parte da discussão sobre decisão.

A avaliação dos impactos sociais, quando da criação e gestão de áreas protegidas, derivou a Avaliação de Impacto Social em Áreas Protegidas (AISAPS<sup>36</sup>). O mesmo definiu diretrizes teóricas e metodológicas. O tema é tratado tanto na ciência quanto no processo político INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS, (IEB, 2011). Os mesmos têm nas Ciências Sociais a preocupação com a análise dos efeitos e das consequências ou mudanças que são deflagradas pela aplicação de políticas públicas.

O referido documento aludiu a impactos sociais, como consequências antecipadas ou não, de eventos ou ações anteriores. Esses fatores “alteraram a habilidade de uma unidade social (individual ou coletiva) funcionar como no passado” (BRECHIN; HARMON; KUTAY, WEST, 1991, p. 23). Este desequilíbrio afeta a vida das populações que vivem nestas unidades.

Comunga-se com o entendimento de Becker (2001, p. 312), quanto à avaliação de impacto ser “o processo de identificar as consequências futuras de uma ação presente ou proposta” e avaliação de impacto social ser “esse processo relacionado a indivíduos, organizações e macrossistemas sociais”. Assim sendo, atenta-se para as duas formas de processo, considerando que as experiências dos sujeitos sociais entrevistados, que viveram e vivem a situação de impacto nas reservas ser analisadas, partindo do pressuposto de que o que se percebe depende do lugar onde se está.

A comunicação é um elemento importante ser considerado na análise. O trabalho em rede (PRITTWITZ, 1994, p. 93) tem “favorecido nos processos decisórios dos sistemas político-administrativos nas democracias modernas devido possuir uma ‘[...] estrutura horizontal de competências[...]’, alto volume de comunicação e controle mútuo”. Apesar do aprimoramento das ferramentas, seu funcionamento nem sempre é operativo, devido à ausência de comunicação bem estruturada, para que não haja rupturas de informações e, até ineficiência proposital do diálogo, criando entraves ao processo em rede.

A proximidade ou o distanciamento na relação política e econômica entre o Estado e a sociedade informa como os canais de comunicação são utilizados pelos diferentes atores

---

<sup>36</sup>A iniciativa do AISAPS tem como um dos marcos institucionais de referência, o Programa de Trabalho de Áreas Protegidas da Convenção sobre Diversidade Biológica, consolidado na 7ª Conferência das Partes da CDB (COP-7), em Kuala Lumpur, na Malásia, em 2004, por meio da Decisão VII/28, em especial o Protocolo de Intenções para a Implementação do Programa de Trabalho de Áreas Protegidas no Brasil, assinado entre o governo brasileiro e a sociedade civil organizada.

sociais, as instituições públicas e privadas e estes entre si. Consideram-se as diferentes culturas, tanto dos atores quanto das instituições, com contornos próprios para a elaboração de políticas públicas.

A Antropologia do Desenvolvimento vem crescendo desde os anos de 1980 em países como Estados Unidos da América (EUA), Alemanha, França, México, América Latina e países africanos (SCHRÖDER, 1997). A ausência do enfoque sociocultural nos programas e projetos traz prejuízos às populações-alvo destes empreendimentos. Discute-se, por exemplo, os projetos de desenvolvimento se devem produzir resultados obtidos mediante intervenções impostas, como a entrada massivas de capital e de tecnologia. Entende-se que os procedimentos podem ser manipulados pelos empreendedores e pelos financiadores.

A busca pelo aperfeiçoamento para o desenvolvimento da subdisciplina tem sido fundamental e a criação de métodos para sua utilização segue uma ordem, como: a) pesquisa básica (axiomática), b) pesquisa no âmbito de projetos e programas, c) trabalho de educação e relações públicas (de conscientização), menciona o mesmo autor. A relação da Antropologia do Desenvolvimento, Schröder (2011), com as outras áreas da disciplina constitui aspecto importante da Antropologia prática e pode ser realizado em vários campos de ação e, ainda se relacionar com a Antropologia teórica.

Destarte, o ponto de vista central é a posição dentro da própria disciplina, mas também se perceber a relação desta com outros pontos que fazem fronteira com a mesma. Ou seja, a construção de um terceiro espaço, um campo de força que não representa a soma de dois territórios, mas seu encontro e as possibilidades dele decorrente (FURLANETTO, 2011). Neste recinto é prolifera a reflexão e a *praxis* para a política pública, onde a interdisciplinaridade também tem terreno para se fundamentar e permitir uma avaliação mais próxima da encontrada *in locus*.

Todavia, de modo geral, a Antropologia do Desenvolvimento<sup>37</sup>, segundo Gardner e Lewis ([1996] 1999), pode ser livremente disposta em torno dos seguintes temas: os efeitos sociais e culturais da mudança econômica e política; os efeitos sociais e culturais dos projetos de desenvolvimento e por que eles falham; o funcionamento interno e os discursos de uma indústria que defende o desenvolvimento em parâmetros nada sustentáveis. Estes assuntos aparecem nos programas de políticas públicas que são elaborados.

O avanço dessas discussões permitiu que conceitos como de etnodesenvolvimento fosse trabalhado, por exemplo, por antropólogos e historiadores peruanos, os quais trouxeram

---

<sup>37</sup>Pode-se dizer mudança socioeconômica planejada e não planejada.



à tona as ideias indígenas do “desenvolvimento” entre grupos de campesinos andinos, estas opiniões propagavam imagens de um futuro melhorado, batizado pelos antropólogos como “la utopía andina” (SALAS, 1992). As opiniões primaram por mostrar uma história andina organizada por antagonismos de classe, etnia e região, com rupturas abruptas, as quais não deixaram de ter reflexo nos programas governamentais.

Além destas apreciações, Escobar (1999) fez as suas e questionou a distinção entre os desenvolvimentos alternativos e as alternativas para o desenvolvimento. Mostrou que tais questões promovem discussões que possibilitam a desconstrução radical da base cultural do desenvolvimento clássico, do discurso de legitimação desse e do zelo pelos quadros institucionais edificados. Outras concepções foram discutidas, como *Buen vivir* ou *Vivir bien* chegaram a influenciar as Constituições do Equador de 2008 e da Bolívia de 2009, em diferentes perspectivas.

A concepção de *Buen vivir* ou *Vivir bien* apresenta-se como uma plataforma política alternativa para o desenvolvimento. Gudynas (2011) aborda a questão trazendo o entendimento latino-americano, o qual expressa a boa vida no sentido mais amplo, em oposição à teoria do desenvolvimento ocidental clássico. As tradições indígenas emergem e a ideia principal considera a qualidade de vida como ponto central. O conceito é de que o *Buen vivir* somente é possível dentro de uma comunidade atrelada aos outros, os quais estão presentes na natureza. Porém, o contexto é complexo, devido haver diferentes interpretações culturais, históricas e ecológicas.

A abrangência equatoriana do povo Kichwa sobre *sumak kawsay* envolve a plenitude da vida em comunidade-natureza. A compreensão boliviana do povo Aymara traz o conceito de *sumaqamaña* também aceito pelos equatorianos, com o mesmo sentido. Com estas definições, o apoio sociocultural e político foi crescente em busca de alternativas para a superação da palavra “desenvolvimento” dentro de um cenário pluricultural. Contudo, a aceitação para uma possível substituição não é tão simples, mesmo que tenha havido pressão social nas eleições governamentais da “nova esquerda” ou “progressista” latino-americana, afirma Gudynas.

A Constituição boliviana alocou a concepção de *Buen vivir* na seção dedicada aos princípios éticos e morais que descrevem os valores, fins e objetivos do Estado, como também introduziu o modelo plural econômico com o propósito de aumentar a qualidade de vida e garantir a ideia. A mesma foi abordada de maneira multicultural, além de trazerem o conceito *sumaqamaña* também trouxeram o conceito do povo Guarani sobre a harmonia da vida

(*ñandereko*), boa vida (*teko kavil*), terra sem mal (*ivi maraei*) e o caminho para a nobre vida (*ghapajñan*). Todas as acepções foram apresentadas sem haver hierarquização.

Construiu-se um conjunto de princípios formando uma ideia rica como unidade, igualdade, dignidade, liberdade, solidariedade, reciprocidade, equidade social e de gêneros sociais, justiça e responsabilidade. A Constituição equatoriana tratou a questão diferente, apesar de ser um conceito indígena *sumak kawsay* que foi descrito como um conjunto de direitos incluindo moradia, educação, alimentação e meio ambiente. A diferença da Constituição boliviana é que *Buen vivir* não foi alocado na seção de princípios éticos para o Estado, mas em um conjunto complexo de vários direitos, também encontrados na tradição ocidental, organizados em estruturas diferentes não hierárquicas.

Tais direitos incluem liberdade, participação, comunidades proteção, e os direitos da natureza, que aparece como entidade merecedora de direitos assegurados. A interculturalidade está presente nos direitos constitucionais equatorianos e reúne “regime *Buen vivir*” com “regime desenvolvimento”, o que levou a um programa de desenvolvimento estratégico, com as áreas econômicas, política, social, cultural e ambiental, carecidos de articulação e ter funcionalidade dentro da estrutura e objetivos do *Buen vivir*. Walsh (2009) menciona que esta abordagem se afasta da clássica, onde o desenvolvimento determina o limite da vida socioeconômica.

*Buen vivir* precisava ser compreendido como um conceito dinâmico, porém o conjunto de ideias vem de lugares e de tempos que não tem como sobrepujar a clássica compreensão do dualismo sociedade-natureza impregnada pela força e abrangência do sistema econômico vigente. Neste sentido, a vida harmoniosa com a natureza parece somente ter sustentação em pequenos grupos comunitários, onde cada um terá que explorar dentro de sua própria cultura um conjunto de posições que atendam aos interesses diferenciados locais e possivelmente regionais, porém difícil além deste alcance. A visão de sincronicidade não conecta com etapas ou dualismos.

Ainda, note-se que mesmos tais grupos comunitários podem ser alcançados pelas dinâmicas mais amplas do efeito estufa e de outras transformações globais que independem do tamanho de tais contingentes humanos. Assim, muitas das populações ilhoas e oceânicas estão passando por processos difíceis quanto a sua permanência *in locus*, devido ao avanço do nível dos oceanos e dos mares. Além disso, muitas dessas populações sofrem com a presença do lixo deixado em alto-mar, de resíduos atômicos enterrados em seus territórios, entre outros aspectos destrutivos.

Na Ciência Política a perspectiva do desenvolvimento da disciplina e as opiniões acerca das teorias sobre o incremento dessas na América Latina é argumentado por Rostow (1960) no que se refere às teorias que não estão dentro da perspectiva sincrônica, mas sim as sociedades se desenvolvendo por meio de etapas. Esta perspectiva etapista dificulta a compreensão das políticas públicas adotadas nos programas que visam o desenvolvimento, quanto mais numa perspectiva de *Buen vivir*. Contudo, há de se considerar que a economia, a inovação tecnológica e a industrialização fazem parte da *paxis* em prol do crescimento econômico dos países latinos.

Para as teorias marxistas desenvolvidas para a América Latina, Magalhães e Meucci (2011) e Neto (2012) historicam a formação do movimento intelectual marxista. Neste contexto referem-se ao cubano José Martí (1853-1895) que lançou os fundamentos do pensamento anti-imperialista que seriam absorvidos e renovados por Víctor Raúl Haya de la Torre (1895-1979), Julio Antonio Mella (1903-1929) e José Carlos Mariátegui (1894-1930). Estes intelectuais marcaram decisivamente todo o marxismo latino-americano nos países de língua espanhola e abriram caminhos para reflexões mais amplas dentro das Ciências Sociais, como nas Ciências Ambientais.

As reflexões construídas pelos estudiosos e as ciências sobre políticas públicas sua elaboração em nível nacional são decorrência do amadurecimento de temas materializado em acordos e tratados feitos em nível internacional. A política ambiental é demonstrativa deste fato. Aproxima-se a marca de século e meio de discussões sobre o assunto, tendo-se como marco cronológico inicial a segunda metade do século XIX, com a Revolução Industrial. As preocupações ecológicas mencionadas pelos cientistas que percorriam o mundo são demonstrativas disso, assim como o amplo conhecimento sobre a diversidade biológica, que se constrói no século XX.

Diante disso, acordos internacionais para evitar a matança de focas e baleias, a preocupação com a chuva ácida na Inglaterra, a criação do Parque do Yellowstone, em 1872, nos EUA, são exemplos da gravidade da situação, antes do século XX. Ainda que tenha havido as discussões na época estas foram amadurecendo e a criação do Tratado de Versalhes, em 1919, fortaleceu os rumos e as contendas sobre a questão ambiental. Então, debatem-se as direções da vida no planeta por vieses político-econômicos que, na época, estavam em vigência e hoje são aprimorados.

### 2.2.1 Políticas públicas ambientais no Brasil e no Peru a partir da CDB

Nas décadas de 1990 e de 2000, os governos brasileiro e peruano – assim como outros países – passaram a financiar e a reconhecer as Áreas Prioritárias para Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira para efeito de aplicação de políticas públicas e programas federais. Os programas visavam o fomento e o desenvolvimento de projetos e atividades voltados à conservação *in situ* da biodiversidade, à utilização sustentável de seus componentes e à repartição de benefícios derivados do acesso a recursos genéticos e ao conhecimento tradicional associado, assim como a valorização econômica da biodiversidade (MMA, 2000; 2009; PERALTA, 2010; PERU, 2001), entre outros.

Os governos se organizaram para a elaboração de um conjunto de programas e projetos ambientais. Parte da proposta foi da sociedade civil para a sociedade como um todo, e outra parte foi agenda do próprio grupo partidário que assentava no poder. Isso se configurou na orientação política dos governos que assumiam e desempenhavam as funções de Estado naqueles períodos. As relações de vinculação e assimetria ocorreram na relação centro ou periferia.

O direcionamento pode ser observado nas ações em que os governos, em nível nacional Brasil e Peru, quanto estadual – Amapá - e departamental – Loreto - tiveram que dar no sentido de, por meio de políticas públicas ambientais, preencher a grande lacuna que existia sobre o conhecimento da biodiversidade nestes países, bem como o desenvolvimento de uma legislação voltada para o conhecimento tradicional. Tal noção não se tinha na década de 1990. Ou ainda, não havia um acervo de saberes biodiversos, em nível mundial. O acesso aos recursos humanos, financeiros e atenção política pesou nas decisões e nos resultados.

Para tal implicaram em propostas, planos, metas definidas a partir de estruturas de poder que envolveram os Estados e seus representantes mais diretos, destinados ao ambiente, recursos naturais e à sociedade (SIMONIAN, 2010). Isto pode ser visto na estrutura montada pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), Consejo Nacional del Ambiente (CONAM) e posteriormente Ministério del Ambiente (MINAM), em que se estabeleceram planos e metas a serem cumpridos em todas as instâncias políticas, demais instituições parceiras com prazos determinados juntos aos biomas brasileiros e peruanos.

No Brasil, a partir das diretrizes da CDB<sup>38</sup>, foi criado o Projeto Estratégia Nacional da Diversidade Biológica, com vistas a normatizar a Política Nacional da Biodiversidade (PNB) e a formulação do Programa Nacional de Diversidade Biológica (PRONABIO), o qual viabilizou as ações propostas pelo PNB para o PROBIO. No âmbito do MMA a estrutura física institucional e de recursos humanos foi se organizando de maneira que a Secretaria de Biodiversidade e Floresta (SBF) e a Diretoria de Conservação da Biodiversidade (DCBIO) foram o ponto focal técnico da CDB no país.

O propósito do PROBIO foi identificar ações prioritárias e implementá-las por meio de subprojetos que promovessem parcerias entre os setores públicos e privados, assim como, gerar e divulgar informações e conhecimentos sobre a biodiversidade. A parte financeira veio por meio do Fundo Mundial para o Meio Ambiente (FMMA) ou GEF e pelo Fundo Brasileiro para Biodiversidade (FUNBIO) de natureza privada. Segundo o MMA, esse foi o maior fundo financeiro para a biodiversidade já estabelecido em qualquer país e o primeiro a integrar completamente o setor privado. Assegurou no MMA o desenvolvimento do PROBIO.

Os programas e os projetos passaram a ser elaborados pelos governos estaduais e municipais, com propósitos de informação e conhecimento, mas acima de tudo o fortalecimento da estrutura econômica da Região Amazônica. No estado do Amapá programas e projetos ambientais demoraram a ser elaborados, os quais equivalessem as realidades que estavam em ebulição no estado. Neste meio tempo as populações tradicionais mobilizavam-se para equacionar problemas sociais, econômicos e ambientais que se apresentavam como somatória da história da região elaborando seus próprios projetos.

O estado do Amapá elaborou seus planos de ação governamental, os quais fomentaram encontros sobre o meio ambiente, com vistas ao desenvolvimento do estado: Plano de Ação Governamental (1992-1995); Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDSA) (1995-2005). Neste meio tempo foram elaborados o Plano de Utilização da Reserva Extrativista do Rio Cajari (1996) e o Plano de Desenvolvimento da RESEX do Rio Cajari (1998); o Plano de Desenvolvimento Integrado Amapá Produtivo (2003-2010) e o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá (2011-2014).

No Peru, a partir das diretrizes da CDB, foi criada a Comissão Nacional de Diversidade Biológica (CONADIB). Foram designados 17 comitês regionais para a elaboração da Estratégia Nacional da Diversidade Biológica (ENDB), o que se constitui no principal instrumento de planejamento para o cumprimento dos objetivos da Convenção, com

---

<sup>38</sup>Instituída por meio do Decreto nº 1.354, de 29 de dezembro de 1994.

o propósito de normatizar a Política Nacional do Ambiente (PNA) (PERU, 2012). As estratégias regionais dão força para a aprovação do Sistema Nacional de Áreas Naturais Protegidas pelo Estado (SINANPE).

A PNA oferece as diretrizes para o alinhamento do eixo político. Assim, a ENDB estabelece que os planos e os programas de ação com orientações para conservação da diversidade biológica sejam aplicados, como o Plano Estratégia e Ação do Peru. Para isso, o Ministério do Ambiente (MINAM) é a instituição que propõe a política e as estratégias nacionais de gestão dos recursos naturais e da diversidade biológica e o centro tático da CDB no país. O sistema financeiro para estes programas foi o Fundo Mundial para o Meio Ambiente (FMMA) ou GEF.

O departamento de Loreto elaborou seus planos de ação governamental: Estratégia Regional da Diversidade Biológica do Amazonas (2006), Estratégia Regional da Diversidade Biológica de Loreto (2006), assim como os demais departamentos organizaram seus programas. A promoção de encontros sobre o meio ambiente, com o propósito de desenvolvimento regional favoreceu a obtenção de informação e conhecimento local. O Plano Mestre da Reserva Allpahuayo-Mishana (2004) complementa as diretrizes desde a CDB para busca da conservação da diversidade Biológica.

### **2.3 Biodiversidade e populações tradicionais**

Biodiversidade ou diversidade biológica é definida pela CDB artigo 2º, como “a variabilidade de organismos vivos de todas as origens e os complexos ecológicos de que fazem parte, compreendendo ainda a diversidade dentro de espécies, entre espécies e de ecossistemas”. Porém, para cumprir os preceitos da Convenção, em estabelecer Estratégia Nacional de Diversidade Biológica, é preciso considerar três níveis, quais sejam: o ecossistêmico, o específico e o genérico. A diversidade biológica tem valor intrínseco, o que independe de sua utilidade para o homem; é essencial para a continuidade da evolução orgânica e indispensável à vida na biosfera.

Dentro desta compreensão, os países são responsáveis pela conservação da biodiversidade e utilização sustentável dos recursos biológicos, mesmo que sobre esses tenham direitos soberanos. Por isso a importância de uma estratégia nacional que assegure a conservação das riquezas naturais. O Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998, promulgado pela CDB, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992, é a base legal para dar suporte à biodiversidade.

Neste caminho, o artigo 8 (j), do Decreto, que trata sobre a conservação *in situ*, mostra qual deve ser o papel das populações locais: “respeitar, preservar e manter o conhecimento, inovações e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vidas tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica”.

O decreto os vê como guardiães da biodiversidade. Além disso, paradoxalmente, Saraiva e Sawyer (2007) ressaltam que a concepção de biodiversidade ainda está focada no mundo natural, em que a natureza por si é sustentada pelo domínio exclusivo da ciência. Quer dizer, a natureza é percebida e construída apenas pelo viés biológico, o que inviabiliza a visão socioecológica e sincrônica.

Mas, se vai além, trata-se a questão dentro do contexto do discurso ideológico da globalização, cuja modernidade está implícita. O discurso da natureza apropriado por diferentes atores, tanto sociais quanto institucionais, bem como público ou privado, com ação articulada pelos governantes nacionais e internacionais (BAUMANN, 1998) toma rumos preocupantes. Dentro destes discursos também a ideia de sustentabilidade é reelaborada, refinada e modificada de acordo com os interesses de quem os estiver utilizando. Então, é a matéria-prima da política ambiental internacional.

O mesmo serve para natureza, dentro da conservação internacional do meio ambiente, a qual é utilizada para expressar os interesses econômicos, sociais e ambientais. Por exemplo, Redclift (2002, p. 127) menciona os conservacionistas referirem-se como um habitat, campo, floresta, pântano, ou conjunto de corais; os grupos ambientalistas, como identidades locais, cuja legitimidade é respaldada pelo ambiente “natural” que vivem; os políticos, a veem como “capital natural crítico [...] nichos de biodiversidade [...] cadeia de recursos [...] bacias naturais”, dentre outros. Certamente, a reelaboração ocorrerá conforme os interesses dos atores em jogo.

O mesmo serve para o gerenciamento das florestas tropicais, em que a natureza é individualizada e os objetivos para a conservação são definidos de acordo com os interesses dos grupos envolvidos. Logo, proteger a natureza é igual a proteger o meio ambiente, os sistemas ecológicos em risco e as populações tradicionais. Mas, o mais curioso deste discurso é a base que oferece para o redirecionamento dos recursos biológicos de um lugar para outro. Ou seja, as florestas tornaram-se um recurso global acessado por diferentes agentes no interesse da “ciência” e do mercado.

Em alguns biomas, Simonian (2010, p. 9-10) menciona que “apesar dos discursos elaborados, diversos e até divergentes, questões como a sustentabilidade dos recursos naturais distam muito de qualquer prioridade” e mais “em especial quando relacionados às áreas de

reserva”. O que se depreende é que os projetos elaborados para atuar na promoção da sustentabilidade das populações tradicionais nem sempre atendem a interesses e necessidades das próprias comunidades.

Outra questão é relativa ao “redimensionamento do fenômeno global,”

[...] a popularização e disseminação de comportamentos, de produtos e tecnologias inovadoras, onde o conceito de destradicionalização tem sido amplamente discutido no âmbito das Ciências Sociais. [...] detecta-se com facilidade uma tendência muito forte do envolvimento das populações tradicionais em processos destrutivos que, no mais das vezes, são crimes ambientais (SIMONIAN, 2007, p. 27).

Nota-se que acomodadas por projetos de políticas públicas, as decisões desconsideram os impactos causados à população local.

Então, é dentro deste cenário que os recursos da biodiversidade (MCAFEE, 1999) são primeiramente privatizados e sua propriedade claramente firmada<sup>39</sup>. As trocas são assimétricas, devido não ser possível haver uma medida internacional para comparar e trocar valores reais da natureza entre diferentes grupos de populações tradicionais. Além do que, existem diferentes graus de poder econômico e político e tais questões raramente vêm a público.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (BRASIL, 2006, p. 14), em publicação dedicada ao Prêmio Professor Samuel Benchimol, ressalta a visão idealista e reducionista que se tem sobre o bioma Amazônia “não é somente o *habitat* de espécies raras da biodiversidade, plantas e animais, mas já desde o período pré-colonial abrigava uma considerável população nativa”. Portanto, a utilização sustentável deve ser da diversidade sociocultural e biológica interligadas.

Vale refletir sobre a ideia do domínio da diversidade biológica, a qual partilha com o modelo de racionalidade das ciências naturais e a distinção entre natureza e ser humano. O referido modelo tem da natureza uma visão mecanicista à qual contrapõe, com evidência esperada, a especificidade do ser humano. A distinção primordial na revolução científica do século XVI se sobrepõe a outras distinções, tais como natureza e cultura versus ser humano e animal. Somente no século XVIII é que o homem aparece como possuidor de caráter único.

Assevera Santos (2003, p. 40) que

A fronteira que se estabelece entre o estudo do ser humano e o estudo da natureza não deixa de ser prisioneira do reconhecimento da prioridade cognitiva das ciências naturais, pois, se por um lado se recusam os

---

<sup>39</sup>É neste ponto que o domínio dos direitos da propriedade intelectual é construído e contestado.



condicionantes biológicos do comportamento humano, pelo outro se usam argumentos biológicos para fixar a especificidade do ser humano.

Esses temas nortearam as discussões da ciência moderna e sua transição para o paradigma científico seguinte.

No século XXI as ciências da natureza ainda são tratadas com a ausência de interação com as demais ciências. Os conservacionistas e os preservacionistas, bem como a CDB, enfatizam as áreas protegidas de uso indireto: os parques nacionais e as reservas biológicas, como locais privilegiados para o estudo e a conservação da biodiversidade sem a presença do homem. A percepção unicista de ver a natureza como entidade desconectada prevaleceu em alguns programas, financiados e desenvolvidos nas Amazônias brasileira e peruana.

Esta unicidade exigiu que categoria de Unidade de Conservação (UC), no Brasil e Áreas Naturais Protegidas (ANP), no Peru, fossem definidas conceitualmente. Devido se trabalhar com projetos ambientais de dois países e se fazer referência a situações em outros países, optou-se pela definição da *International Union for Conservation of Nature* (IUCN), onde a referência utilizada segue a Base de Dados de Áreas Protegidas das Nações Unidas (APNU) (WDPA, na sigla em inglês). A mesma é reconhecida de utilidade substancial pelos países signatários da CDB e por ser a mais aceita internacionalmente, nos meios científicos e políticos é que será aqui utilizada.

Segundo a IUCN no ano de 1960 definiu que uma área protegida “é um espaço geográfico claramente definido, reconhecido, dedicado e gerido, através de meios legais ou outros igualmente eficazes”. A instituição tem como propósito “garantir a conservação da natureza em longo prazo, junto aos serviços ecossistêmicos e os valores culturais associados”. (LAUSCHE 2011, p. 12). Então, dentro desta perspectiva, algumas áreas foram criadas atendendo as especificidades<sup>40</sup>.

Então, na concepção mais atualizada sobre biodiversidade, o conceito não é exclusivamente explicado pela Biologia, como demonstram Posey et al. (1984), Posey (1987); Gomes-Pompa (1972); Gomez-Pompa e Kaus (1992), mas também pela Ecologia Social. Almeida (2004) inclui aspectos culturais. Diegues e Arruda (2001, p. 9) mencionam que “a biodiversidade não é um conceito simplesmente biológico, relativo à diversidade genética de

---

<sup>40</sup>A primeira área protegida no Brasil foi o Parque Nacional Itatiaia, criado em 1937, localizado entre os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. No Peru a primeira área protegida foi Parque Nacional Cutervo, criado em 1961, localizado no departamento de Cajamarca e província de Cutervo. Estes desafios para a conservação da biodiversidade tomaram caminhos impensáveis para a sustentabilidade do meio ambiente, agora com maiores atribuições, além da mudança climática, alimentos sustentáveis, nutrição e saúde, parceria sobre carbono azul, entre outros.

indivíduos, de espécies, e de ecossistemas, mas é também o resultado de práticas, muitas vezes milenares, das comunidades tradicionais”. Assim, as técnicas utilizadas para domesticar as espécies aumentaram a diversidade.

A biodiversidade é compreendida por Escobar (1999, p. 96), como “território culturalizado”. As espécies vegetais e animais são objetos de conhecimento, de domesticação e uso, fonte de inspiração para mitos e rituais das sociedades tradicionais e, finalmente, mercadoria nas sociedades modernas. Logo, a biodiversidade pertence ao domínio do natural, social e do cultural.

Determinados elementos são adicionados à definição de populações tradicionais como os mencionados nos estudos de Conceição e Maneschy (2002), Furtado (1994), Hiraoka (1993) Simonian (2000) e Simonian (2007), os quais se referem à ancestralidade em um determinado lócus – com todo o simbolismo que essa relação implica, como a exploração dos recursos naturais com base em conhecimentos sobre biodiversidade e tecnologias sociais. Tais noções precisam ser consideradas no contexto da significação sobre a categoria.

No Brasil há certo consenso sobre o uso da categoria população tradicional, devido etnia remeter a povos que guardam uma continuidade histórica e cultural desde antes da conquista europeia da América. A afirmação de áreas indígenas no Brasil reconhece o direito histórico das populações indígenas a seus territórios. Neste sentido, ocorre uma distinção clara entre as populações indígenas e não indígenas baseadas no conceito de etnia e no reconhecimento de uma continuidade sociocultural, histórica e identitária das sociedades e culturas indígenas, claramente distintas da sociedade envolvente.

Os desdobramentos trouxeram à tona um debate a respeito do significado dos termos “populações nativas”, “tribais”, “indígenas” e “tradicionais” aplicadas mundialmente. A discussão não é somente de conceitos, mas até de expressões nas várias línguas. Por exemplo, o termo “indigenous”, em inglês, usado em muitos documentos oficiais do Centro de Informações das Nações Unidas Rio de Janeiro (UNIC) e Banco Mundial, não quer dizer necessariamente “indígenas”, no sentido étnico e tribal.

O conceito inicialmente foi utilizado pelo Banco Mundial (*Bank's Tribal Peoples Policy Statement*) em 1982 para povos nativos e baseou-se, principalmente, nas condições de vida dos povos indígenas amazônicos da América Latina. Características que identificam esta categoria são: a) ligação intensa com os territórios ancestrais; b) autoidentificação e identificação pelos outros como grupos culturais distintos; c) linguagem própria, muitas vezes não a nacional; d) presença de instituições sociais e políticas próprias e tradicionais; e)

sistemas de produção principalmente voltados para a subsistência. A história reforça esta especificidade.

Caracterizar com mais detalhes populações tradicionais é dizer também que são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar, por meios práticos e simbólicos, uma identidade pública. Algumas características estão presentes nesta apropriação: o uso de técnicas ambientais de baixo impacto; formas equitativas de organização social; presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis; liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados. Almeida (2004) percebe como uma categoria que está em construção.

A elaboração de uma política nacional de biodiversidade pode ter, como principais objetivos, o uso sustentável do bioma pelas populações que nele habitam, desde muito tempo. Esses grupos têm, pelo menos em parte, uma história de baixo impacto ambiental e no presente possuem interesse em manter ou recuperar o controle sobre o território que exploram e vivem. Estas populações foram definidas institucionalmente como Comunidades ou Populações Tradicionais. Entende-se que este critério não é o problema; seus benefícios são reconhecidos sobre a natureza, mas o rumo e os interesses para o desenvolvimento são outros.

Contudo, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) criou o Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT), por meio da Portaria nº 22, de 10 de fevereiro de 1992. A finalidade é a promoção e a elaboração de planos, programas, projetos e ações demandadas por estes grupos. O órgão elegeu algumas categorias como tradicionais, tais como seringueiros, castanheiros, coletores, babaqueiros, caiçaras, sitiantes, roceiros, ribeirinhos, pescadores artesanais, extrativistas, quilombolas e indígenas, dentre outros ainda em processo de identificação.

O Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT). No Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu anexo I define “Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais”. O documento, ainda afirma que “possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica”. Além disso, os conhecimentos que geram inovações são transmitidos por meio da tradição.

No que se refere ao tradicional, vale mencionar Almeida (2004), o qual discute o sentido do termo. O tradicional não se opõe necessariamente ao moderno, não significa atraso,

resíduo, vestígio ou reminiscência, todavia tem sido utilizado como categoria operacional empregada pelo Estado para entender as situações concretas. Por outro, o termo população vem da Biologia. Com isso, utilizar para definir agentes sociais não é adequado, devido agregar toda a relação com o natural e os significados que isto implica. Com a Constituição e 1988 a expressão “população tradicional” se torna um patrimônio e agrega novos significados.

A intangibilidade e a imaterialidade, características presentes na categoria, se constituem em elementos simbólicos, que sob a força do direito precisam ser materializados ao identificar situações empiricamente observáveis, como por exemplo, ao serem aplicados na identificação de áreas a serem delimitadas. Diante desta verificação o IBAMA tem tratado a questão na perspectiva antropocêntrica, segundo a qual, o ambiente deve existir para o homem e pelo homem. Somente assim poderá defender e conservar as espécies que coexistem no mesmo habitat. Esta percepção leva o CNPT a desenvolver suas ações junto às camadas sociais que têm maior dependência dos recursos naturais.

Entende-se que a questão não passa somente por se definir quem faz parte do grupo das populações tradicionais indígenas ou não indígenas. É imprescindível considerar que todos os elementos que se vem mencionando, associados à biodiversidade e a diversidade cultural estão intimamente relacionados. A interação entre o homem e o meio ambiente sempre alterou a paisagem, implementou sistemas agrícolas, domesticou e diversificou numerosas espécies animais e vegetais. Este intercâmbio é um debate que tem levantado argumentos dos preservacionistas e dos conservacionistas a decidirem questões que atingem a vida de muitas populações.

Neste sentido, considera-se esta relação imprescindível, além do que é antiga quando se pensa nestas populações vivendo os diferentes biomas. Diegues (2000), Diegues e Arruda (2001, p. 13) apoiam-se na compreensão de Balée (1988; 1992a), Gomez-Pompa (1972) para afirmar que “a manutenção e mesmo o aumento da diversidade biológica nas florestas tropicais, estão relacionados intimamente com as práticas tradicionais da agricultura itinerante dos povos primitivos”. Quer dizer, pode-se considerar que os biomas são meios também construídos.

Tal reflexão, a partir do que os autores dizem Diegues e Arruda (2001, p. 13) vai além quando afirmam que:

[...] a regeneração da floresta úmida parece ser em parte, consequência das atividades do homem primitivo. O uso de pequenas áreas de terra para a agricultura e seu abandono após o decréscimo da produção agrícola (*shifting agriculture*) são semelhantes à produzida pela destruição ocasional das florestas por causas naturais.

A intervenção, segundo esta análise, é de baixo impacto sobre o meio e a vida das pessoas que vivem daquele bioma. A interação reforça a íntima relação existente entre homem/meio ambiente, desde os primeiros tempos.

Do ponto de vista marxista, Diegues e Arruda (2001, p. 18) asseveram que as culturas tradicionais podem ser pensadas como “associadas a modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total”. Infere-se que o manejo dos recursos naturais não tem o lucro como ponto principal, mas a reprodução sociocultural, as percepções e representações em relação ao mundo natural, marcadas pela ideia de associação com a natureza e a dependência das diferentes fases econômicas.

Portanto, as culturas tradicionais, nessa perspectiva, são aquelas que se desenvolvem segundo atividades econômicas de subsistência associadas a atividades que possibilitam pequeno acúmulo para negócio e que permite a compra de mercadoria que falta e não se obtém no local, como sal, açúcar, café, fumo etc. Esta forma de economia apesar de subsistir em meio ao sistema capitalista é seu oposto, contraditoriamente também seu complemento. Esta contradição marca as identidades dos modelos coexistentes e possíveis outros em meio à biodiversidade amazônica. Neste meio a sustentabilidade tem sido tema a ser tratado.

## 2.4 Sustentabilidade

A sustentabilidade e o desenvolvimento parecem estar relacionados. Desta maneira, tomou-se como base estudos que mostram a conexão que se criou entre os mesmos. Em livro intitulado “*Sylvicultura oeconomica*”, publicado em Leipzig, em 1713, Carl von Carlowitz resumiu sua percepção do que envolvia a palavra silvicultura<sup>41</sup>, em “nachhaltend” que significa sustentando. Como resultado, Carlowitz foi considerado o criador do termo “Nachhaltigkeit”, representação alemã da palavra equivalente em inglês “sustentabilidade” ou “desenvolvimento sustentável”<sup>42</sup> e o modelo de política do futuro, desde a Convenção Internacional de 1992, com o mesmo nome.

---

<sup>41</sup>Silvicultura é a ciência dedicada ao estudo dos métodos naturais e artificiais de regenerar e melhorar os povoamentos florestais com vistas a satisfazer as necessidades do mercado e, ao mesmo tempo, é a aplicação desse estudo para a manutenção, o aproveitamento e o uso racional das florestas. Silvicultura também está relacionada à cultura madeireira. O manejo de uma área de silvicultura exige a participação de técnicos de várias áreas. A explicação das atribuições dessa ciência, aqui apresentada, é para mostrar que a racionalidade do uso consta no cerne dessa disciplina, mas a falta de controle de seu uso também, o que está relacionado com os princípios da sustentabilidade.

<sup>42</sup>O Decreto nº 6.040 se refere à Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais e define no item III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos naturais, voltado

Ao mencionar a experiência histórica de Carlowitz, Haber (2010, p. 47-64) ressalta a questão sobre a restrição, que o significado de sustentabilidade traz embutido. Ou seja, é necessário abrir mão do consumo hoje, com a finalidade de salvaguardar a disponibilidade de recursos naturais para o amanhã. Ainda diz o autor que “do ponto de vista psicológico, isso tende a gerar ressentimentos já que nenhuma pessoa moderna com orientação política para liberdade aprecia restrições”. Carlowitz alcançou de forma moderada e simples a preservação e a garantia da disponibilidade de um recurso renovável, a madeira, exaurindo outro recurso não renovável, o minério.

O termo sustentabilidade foi cunhado por Ernst Haeckel, no campo da ciência, cerca de 100 anos mais tarde, dentro da perspectiva iluminista, sem qualquer referência a Deus. Tal perspectiva foi atribuída à experiência de Carlowitz, dentre outros estudiosos da época. A publicação do relatório Brundtland Commission, em 1986, (re)introduziu a palavra “sustentabilidade”, para incluir objetivos ecológicos, além dos sociais na economia, como meio de mitigar as desigualdades e as desvantagens do desenvolvimento moderno.

Estes temas continuam presentes, porém com discussões sobre a descarbonização da economia<sup>43</sup>, preservação da resiliência dos ecossistemas e valorização sustentável da biodiversidade. Entende-se não como orientações de política pública às quais, por meio de leis, os agentes privados devem adaptar-se, mas, como elementos estratégicos fora dos quais a própria sobrevivência da atividade empresarial está seriamente ameaçada. São novas questões que surgem dentro de antigas premissas.

O alerta que Abramovay (2010, p. 102) faz não significa que o empresariado deva espontaneamente integrar-se a esta nova fase ou, ainda, que “seus mercados serão capazes de sinalizar-lhe, em curto prazo, a urgência de alterar radicalmente a maneira como os negócios são concebidos, planejados, executados, geridos e expandidos”. Ao contrário, diz o economista, “a força do *'business as usual'* é perfeitamente compreensível: um ambiente de negócios é formado por uma espécie de consenso, tanto no interior das firmas como nas relações entre elas, sobre os procedimentos aceitos como válidos para determinada atividade”. Quer dizer, para o comodismo da tradição do mercado.

A oposição entre o dinamismo dos mercados e a natureza conservadora das organizações que os compõem são os temas mais explorados na literatura de Economia, Sociologia, Psicologia e Administração de Empresas. Além disso, diz o economista,

---

para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

<sup>43</sup>É a uma economia baseada em energias limpas sem a emissão de CO<sub>2</sub>.

“prevalece as coalizões dominantes, que podem estabilizar suas relações e seu poder em torno de práticas internacionalmente ultrapassadas, mas que ainda oferecem horizonte verossímil de ganhos econômicos” (ABRAMOVAY, 2010, p. 103). Então, essas alianças são inseguras nem tanto pela “perspectiva de catástrofe apocalíptica, mas pela demonstração da viabilidade de alternativas que têm sempre uma dimensão político-cultural e não apenas mercadológica”. Com isso, permanecem apostando nesta via.

As estratégias que permitem um desenvolvimento com sustentabilidades apresentadas pelas políticas governamentais, empresas privadas e nos trabalhos de inúmeras organizações da sociedade civil brasileira estão longe de ser coerentes. Nessa concepção, Abramovay (2010, p. 97) ainda argumenta que “desenvolvimento sustentável é o processo de ampliação permanente das liberdades substantivas dos indivíduos em condições que estimulem a manutenção e a regeneração dos serviços prestados pelos ecossistemas às sociedades humanas”.

É uma concepção do homem compreendendo o sistema ambiental onde está inserido.

Contrariamente, não é assim que o homem se percebe. Esta compreensão pode ser acessada por meio do que o autor denominou de “horizonte estratégico entre seus protagonistas”, ou seja, que os atores sociais e institucionais envolvidos tenham a compreensão e a prática na qual realmente mude a direção do padrão de uso dos recursos naturais. Contudo, a ideia essencial de que a produção de *commodities* (fundamentalmente carne bovina, soja e madeira de baixa qualidade), minérios e energia é a vocação decisiva do bioma não deixa que a contenção da devastação florestal seja um sucesso. Neste sentido, outras formas precisam ser pensadas para o bioma Amazônia.

Desta feita, a consequência e o risco são marcas do crescimento industrial dos países tanto periférico quanto do centro capitalista, ainda que caracterizado por emissões relativamente baixas de gases de efeito estufa, se distancie do padrão dominante da inovação contemporânea, cada vez mais orientada pela descarbonização da economia. Subentende-se que os governos dos países ricos estão fazendo a transição para um novo paradigma, o de desenvolvimento sustentável, contudo, isso não ocorre, pois não há o rompimento com a forma capitalista de gerir a economia e o meio ambiente e nem as relações de poder político nelas predominantes.

Apesar do que o governo se propõe, não é uma afirmação à inviabilidade de possíveis experiências exitosas. O sistema capitalista tem diferentes aspectos e a diversidade de culturas possui modelos econômicos distintos. Assim, é possível haver situações, locais, em que a sustentabilidade possa ocorrer junto a alguns grupos sociais. Desse modo, entende-se como

subterfúgio os discursos e as ações governamentais, utilizados nas diretrizes dos planos, projetos e eventos, nos quais afirmam que as riquezas naturais não acabarão, caso sejam utilizadas racionalmente.

As reservas da biosfera têm sido aproveitadas em grande escala pelas multinacionais e agências multilaterais, segundo a análise de Almeida (2012). Devido à alternância econômica, ocorre a tendência de maior força na agenda do Estado, com isso há imprescindibilidade de delimitar os recursos naturais estratégicos, reformar o código florestal, mineral e comercial, como também reordenar o território. Essa tem sido a intenção, afirma o autor, para assegurar maiores possibilidades de estratégias de desenvolvimento.

Outra tendência é a construção de uma estratégia para o desenvolvimento sustentável por meio de (i) operações em que autoridades, empresários e técnicos foram presos diante da ocupação ilegal de terras públicas, venda de madeira, ação da Polícia Federal sem pressão dos interesses políticos ou econômicos; (ii) diminuição do desmatamento; (iii) expansão dos parques nacionais e estaduais e a demarcação de áreas indígenas; e (iv) formação de instâncias de negociação mescladas por atores diversos em setores cruciais como a soja, os biocombustíveis e, mais recentemente, a pecuária. Com isso, aponta haver possibilitado o declínio da devastação florestal.

A despeito de sua importância, tais fatores entendem-se não são o suficiente para abalizar uma estratégia de desenvolvimento sustentável na Amazônia. Por mais antagônico que possa ser o tema, existem indícios de que a dinâmica sociopolítica, econômica e cultural dos atores vai em direção bem distinta apontada por estes fatores positivos. Tais razões contribuem para distanciar a Amazônia de uma estratégia de desenvolvimento e de sustentabilidade. Enquanto o sistema econômico do mercado de lucros prevalecerem garantir a sustentabilidade será um desafio.

O Manifesto Comunista (1848), mesmo cronologicamente distante, é pertinente. As categorias burguesia e proletariado, absolutamente opostas, foram analisados por Marx e Engels. Observa-se que cada passo dado sobre o método de incremento da burguesia ocorreu paralelo ao político. Logo, deduziram que a burguesia moderna é o resultado de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de revoluções nos modos de produção e de troca em diferentes lugares. Assim têm sido guardados os diferentes aspectos relativos aos países.

O surpreendente nas reflexões que Marx e Engels ([1848] 2010, p. 92-93) fazem é compreender como uma camada social, a burguesia, pôde alterar a atividade e mexer com o ambiente na busca de atender suas necessidades. Dizem: “Ela tem feito maravilhas maiores que as pirâmides do Egito, os aquedutos romanos, as catedrais góticas; [...] expedições por ela



financiada colocou em segundo plano todos os antigos êxodos das nações e cruzadas”. E finalizam, “A burguesia não pôde existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção [...] as relações de produção [...] todas as relações da sociedade”. Tal movimento fez grande diferença na sociedade.

Esse movimento gerou a necessidade de novas matérias-primas que precisam ser retiradas de algum lugar da natureza, o que vem afetando as populações que delas vivem. Diante disso, recupera-se o que foi mencionado anteriormente sobre as culturas tradicionais. O que seja, não somente desenvolveram produções em pequena quantidade, como também fizeram revoluções em escala suficiente para a sobrevivência diferente das que a burguesia conduziu. A produção e o acúmulo para obtenção do lucro retirar da natureza o máximo da matéria-prima.

Ainda mencionam os economistas e filósofos (MARX; ENGELS [1848] 2010, p. 93), “a necessidade de um mercado em constante expansão para os seus produtos persegue a burguesia por toda a superfície do globo”. A relação permanece atual, os países fornecedores de matéria-prima exaurem sua biodiversidade e põem o mundo em alerta. Contudo, o desenvolvimento defendido por boa parte das camadas que detém o poder político e econômico está firme em manter bens em detrimento da sustentabilidade.

Continuam a afirmar os filósofos:

Todas as indústrias nacionais antigas foram destruídas ou estão diariamente sendo destruídas. São suplantadas por novas indústrias cuja introdução se torna uma questão de vida e de morte para todas as nações civilizadas industriais, que não empregam mais matérias-primas indígenas, mas matérias-primas vindas das zonas mais remotas, indústrias cujos produtos são consumidos, não só em casa, mas em todos os quadrantes do globo.

A busca pelo desenvolvimento em grande escala tornou-se quase que universal.

Vale mencionar que nem todos os lugares do planeta a expansão dos produtos e as relações sociais estabelecidas pelo sistema capitalista conseguiram entrar. Ou seja, mesmo com o processo de globalização, existem comunidades que mantêm a relação não predatória com o meio ambiente e utilizam o necessário para o sustento dos grupos. Um esforço que não se tem garantia de continuidade e nem por quanto tempo possa existir.

As discussões seguintes vão além do que Marx e Engels vislumbraram – a compreensão e o alcance das relações socioeconômicas e políticas palpáveis, percebíveis. Essas se transformaram em algo volátil, não mais tocável em sua época e com muita propriedade falaram sobre o tema. É possível que não imaginassem da forma que é agora, em pleno século XXI, mas deixaram que a imaginação fosse até o limite que eles podiam frente

ao seu tempo. Desta maneira, mostraram que as relações tanto econômicas quanto sociais se tornaram imateriais, assim como as tradições passaram a ser consideradas ultrapassadas e o sagrado considerado profano.

Veja-se que outra concepção ideológica, nas relações das diferentes instâncias das sociedades, foi edificada. Tais reflexões (APPADURAI, 2002, p. 46; 64) deixam ver a distância e as mudanças ocorridas nas palavras e na semântica usada para explicar o século XXI. Quer se mostrar que desenvolvimento e sustentabilidade perpassam pela discussão da globalização de diferentes formas. Veja-se como é tratada a questão.

Diz o autor que “o problema central das interações globais nos dias atuais é a tensão entre homogeneização cultural e heterogeneização cultural”. Ainda, a americanização, ou uma discussão sobre a “comoditização”, e muitas vezes os dois assuntos estão profundamente ligados. Ou seja, a sintonia global é percebida dentro de uma visão dicotômica, onde a imponência de uma nação e da mercadoria pode influenciar nesta relação complexa. Redclift (2002) percebe o problema pela mudança de comportamento via tecnologia de informação e engenharia genética, do que se tratará mais adiante.

Um exemplo utilizado pelos autores é o povo de Irian Jaya, em que a “indonesianização” pode ser mais preocupante do que a “americanização”, como japonização pode ser para os coreanos, “indianização” para o Sri Lanka, “vietnamização” para os cambojanos, “russianização” para o povo da Armênia Soviética e das Repúblicas Bálticas. Assim, fica difícil pensar sustentabilidade e desenvolvimento sem considerar as questões atinentes à globalização. O desenvolvimento que predominará será o da nação que tiver o domínio. Portanto, a inter-relação não tem como seguir padrões determinados.

Diante do exposto, o antropólogo indiano (REDCLIFT, 2002) propôs uma estrutura elementar para explorar ao que ele chama de disjunções, separação de ideias, com atenção voltada para a relação entre cinco dimensões do fluxo cultural global, o qual denominou de: *etnoscapes*, *technoscapes*, *finanscapes*, *midiascapes*, *ideoscapes*. Informou que a utilização dos termos com o sufixo comum *scape* serve para indicar, antes de tudo, que não são relações dadas, com o mesmo aspecto em diferentes perspectivas.

Pelo contrário, as construções são profundas e até mesmo íntimas aos grupos, bairros ou famílias. Assim, traz novos termos com definições pouco sólidas para explicar a realidade o mais próximo possível. O *etnoscape* refere-se a pessoas que constituem o mundo inconstante em que se vive é o exemplo da condição de turistas, imigrantes, refugiados, exilados, trabalhadores convidados e outros grupos em movimento e que constituem uma

característica essencial do mundo. Esta inconstância afeta a política das nações e entre as nações, em um grau sem precedentes na história da humanidade<sup>44</sup>.

Isso não quer dizer que não haja comunidades em qualquer lugar com relativa estabilidade, assim como redes de parentesco, de amizade, de trabalho e de lazer, bem como de nascimento, residência e outras formas de organização. O antropólogo vislumbra que as redes de estabilidades estão em todos os movimentos humanos, na medida em que mais pessoas e grupos lidam com as realidades de mudanças, ou com a quimera de desejar se mudar. A sustentabilidade passa pela sobrevivência diante da globalização, que é o resultado do desenvolvimento do modelo político-econômico vigente e das ideias que geram.

Além de tudo isso, ambas as realidades, bem como estas ilusões, funcionam agora em escala maior, como por exemplo, os homens e as mulheres de vilarejos na Índia que não pensam apenas em se transferir para Poona ou Madras, mas para Dubai e Houston, ou os refugiados do Sri Lanka que se encontram no sul da Índia, como no Canadá, igualmente os Hmong são conduzidos para Londres, do mesmo modo para a Filadélfia. Como também os imigrantes mexicanos para os EUA. Realidades associadas com as utopias são constantes em todo o mundo globalizado. A ideia de buscar uma vida dos sonhos desestrutura, mas o inverso também ocorre.

Quer dizer, o capital internacional modifica suas necessidades de produção e tecnologia, assim como gera comprometimentos diferentes. Os Estados-nações podem mudar suas políticas sobre as populações de refugiados e levar grupos a constantes e amplas instabilidades. As eleições de novembro de 2016 nos EUA, que levaram à presidência da República Donald Trump são demonstrativas de como a política mundial pode passar por maiores modificações a partir de sua posse, em janeiro de 2017. Em meio a estas posições diferentes é que se encontram os grupos *ethnoscape*.

Para completar, a dimensão do *technoscape* mostra como a tecnologia informativa se move em elevada velocidade por meio de vários tipos de fronteiras, antes impenetráveis. Muitos países já são as raízes da empresa multinacional, onde, por exemplo, um enorme complexo siderúrgico na Líbia pode envolver interesses da Índia, China, Rússia e Japão, com

---

<sup>44</sup>Em 2015, os maiores grupos de migrantes na Europa por nacionalidade eram os sírios, seguidos pelos afegãos e imigrantes de Eritreia, Nigéria e Somália. A guerra e as violações de direitos humanos atingem todos esses países, então muitas dessas pessoas se enquadram na categoria de refugiados, trabalhadores e imigrantes. Mas cada caso é diferente – alguns terão mais dificuldades do que outros para comprovar sua condição. Muitos não possuem passaporte nem documento de identidade, após arriscarem a vida no mar Mediterrâneo e pela região dos Balcãs e enfrentarem maus-tratos e exploração das gangues de traficantes de pessoas. Provar a nacionalidade pode ser um processo longo e essas decisões podem ser contestadas pelos governos sob pressão para expulsar estas pessoas. Muitas vindas da África subsaariana ou do oeste dos Balcãs não conseguem obter refúgio (BARRUCHO; COSTA, 2015) ao serem classificadas como migrantes movidos por razões econômicas.

trocas de novos componentes tecnológicos. Nesta perspectiva, o desenvolvimento sustentável mostra amplitude e complexidade, e parece perder a capacidade de realização de tal empreendimento, que vem sendo discutido amplamente na América Latina.

Outra dimensão é o *finanscapes*, que é a organização do capital global em um cenário incompreensível, rápido e difícil de seguir, como os mercados de câmbio, bolsas de valores nacionais, e as especulações de commodities. Essas bolsas movimentam grandes quantias de dinheiro, por meio de aceleradas conexões nacionais. Assim, a relação global entre *ethnoscapes*, *technoscapes* e *finanscapes* é extremamente disjuntiva e imprevisível para que pessoas comuns possam acompanhar ou entender onde, e qual sua posição nesta sociedade global.

Prevê-se que a economia política global deva levar em conta a relação inconstante entre perspectivas sobre o movimento humano, o fluxo tecnológico e transferências financeiras, para ter condições de acomodar as relações profundamente disjuntivas entre si. Para ter ideia de como estas relações financeiras se constroem na prática, utilizam-se as explicações de Almeida (2012, p. 65) para mostrar as rápidas transações voltadas, no caso, para a Amazônia. A ONG *Cool Earth* levanta fundos de investimentos, os quais articulam a ação de bancos com a sensibilização de pequenos investidores estadunidenses e europeus.

Os recursos são a fundo perdido transferidos para grandes conglomerados, e fundos que administram recursos monetários que seriam idealmente aplicados em comunidades tradicionais e teriam seu retorno efetivo com créditos de carbono, respectivamente. Em junho de 2007, mais de 20 mil pessoas fizeram doações a esse fundo, somente na primeira semana, as quais prometem proteger florestas na Amazônia. Veja-se a amplitude das redes de relações que o desenvolvimento do capitalismo alcançou e as dimensões do fluxo cultural global que se articulam.

Semelhante a outras ONG, a *Cool Earth* é um demonstrativo de muitas outras comunidades virtuais que se unem na busca de minimizar os problemas nos continentes menos favorecidos pelo sistema político, econômico e também menos favorecido belicamente. É indiscutível a força no apoio e intervenção em países como África, Oriente Médio, Oceania, América Latina, com temas como desmatamento, biodiversidade, migração, fome etc. O capital global tornou-se volátil e presente nas formas de compensação, mesmo que o modelo básico econômico neoliberal permaneça o mesmo.

As outras dimensões dessa estrutura de análise são *mediascapes* e *ideoscapes*. A primeira fornece grandes e complexos repertórios de imagens, narrativas, em que as pessoas que *transiting worldwide*, como os viajantes forçados e telespectadores são consumidos pelo

mundo virtual, onde as mercadorias, as notícias e a política estão profundamente misturadas. As linhas entre a realidade e os cenários ficcionais ofuscam o telespectador, mesmo longe essas audiências constroem mundos irreais, estéticos e objetos fantásticos. Diante disso, novos critérios e outro mundo imaginado são criados.

A dimensão da estrutura do *ideoscapes* consiste no encadeamento de imagens compostas por elementos da visão de mundo iluminado, o qual consiste em uma correlação de ideias, onde a representação virtual de “liberdade”, “bem-estar”, “direitos”, “soberania” e até a ideia de “democracia” perpassa os conceitos exibidos nos *outdoors*, ou na baixada dos *high bright skies* que transformam as cidades em gigantescos murais repletos de informações. O que se depreende é que não há tempo para as pessoas assimilarem o que já está ocorrendo em sua compreensão de mundo, pois vão sendo construídos a partir da ficção projetada. A ideologia e a mídia juntas na imagem.

Diante do exposto, em todos os períodos da história da humanidade ocorreram muitas disjunções entre as culturas e as sociedades. Certamente, os fluxos destes acontecimentos, a velocidade, a escala e o volume de cada um destes fluxos sejam agora mais intensos, que as separações que ocorreram no passado. Seguramente, falar sobre desenvolvimento sustentável, sem levar em consideração esses cenários organizados, não favorece uma reflexão e análise atualizada, além disso, é desconsiderar os diferentes ângulos de visão pelos quais pode ser lido o tema.

O mundo globalizado não extinguiu a pessoa, o indivíduo ou as relações que são construídas nas diversas comunidades. Elas coexistem nas vilas, nos bairros, em grupos organizados nos diferentes países, mas, ao mesmo tempo, extrapolam e criam fronteiras fluidas em busca de melhores condições de vida, quer relativo ao mundo do trabalho ou a vida existencial. Tudo isso ocorre por que existe um ideal que não foi construído somente no grupo, mas porque também se ouviu ideias, viram-se imagens que reorientaram a forma de ver o mundo.

Vale ressaltar que as necessidades satisfeitas geram novas demandas, as quais pedem que sejam atendidas. Em muitas situações os produtos manufaturados ou não manufaturados vêm das regiões mais distantes do planeta, de climas diversos produzidos em diferentes culturas. Veja-se tal reflexão já fora realizada por Marx e Engels no trabalho de 1848, mencionado anteriormente. Os meios de comunicação aprimorados estreitaram relações e espaços, o que facilita o alcance, inclusive visual dos artigos e o desejo para consumi-los. Assim, o desenvolvimento sustentável está mais para a preservação do sistema vigente, do que para permitir a sustentabilidade socioeconômica cultural e ambiental do planeta.

Ainda, Fernandes (2006, p. 156) e Cuéllar (1997, p. 62) mencionam que os Relatórios Brundtland “Nosso Futuro Comum” escrito em 1987 e o Relatório da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento elaborado em 1997 enfatizam a sustentabilidade ambiental do planeta e expõem pressupostos, como equidade, eficiência econômica e preservação dos recursos naturais, como princípio para proteger as gerações futuras. Contudo, a justiça social é tratada como se fosse exógena à dinâmica política das sociedades atuais e institucionalizada na forma de um escritório no âmbito da ONU e do direito internacional.

A justiça social é amplamente mencionada, mas não há como ocorrer quando o emprego, a alimentação, a moradia, a água e o saneamento não são garantidos. Os discursos dos relatórios das instituições em defesa do meio ambiente querem manter o nível populacional sustentável, conservar e melhorar a base de recursos; reorientar a tecnologia, administrar os riscos; e incluir o meio ambiente e a economia no processo decisório. No entanto, as experiências para o desenvolvimento sustentável não dão conta de assegurar o que os documentos mencionados vislumbram.

Os três pressupostos do modelo de desenvolvimento sustentável são: a equidade, a eficiência econômica e a preservação dos recursos naturais em longo prazo. Esses não são alcançados pelos programas governamentais e mesmo os aplicados pelas ONG. As ações sobre o meio ambiente são preservacionistas, enquanto que a equidade e a força econômica são deixadas de lado, pois dentro do sistema econômico vigente não tem como ser atendidos. Por isso, os programas são tão difíceis de alcançarem seus objetivos fundamentais e quando se volta à comunidade, onde foram aplicados, os efeitos são tênues.

O MMA tem organizado em sua website, informa Fernandes (2006, p. 188), as principais experiências de desenvolvimento sustentável, que foram aplicadas no Brasil, as quais foram disponibilizadas para conhecimento público. Compartilha-se que as práticas, as ações dos projetos e as suas experiências não deixam clara a sintonia com seus pressupostos epistemológicos e metodológicos, que possibilite uma efetiva relação entre desenvolvimento econômico e meio ambiente. Além do que, nem sempre os projetos são do interesse e vão ao encontro das necessidades percebidas pelas comunidades.

Desta maneira, não são as populações tradicionais responsáveis pelo esgotamento da biodiversidade, nem tampouco a pobreza e a fome. Estas mazelas que levam a destruição da vida precisam ser resolvidas. Contudo, conjecturar que a pobreza é a causa para não ocorrer o desenvolvimento sustentável, ou que mesmo esse começa quando acabar a pobreza e a fome é não considerar a necessidade de superação e construção de um novo projeto societário.

Trata-se não apenas de falar das comunidades inseridas no meio rural, mas vale mencionar as que estão nas cidades em condições desumanas. O Relatório ONUBR (2016) menciona que existem oito desafios para as cidades latino-americanas e caribenhas que consideram chave para seu desenvolvimento sustentável: desigualdade, baixa produtividade, informalidade trabalhista, escassa capacidade de arrecadação fiscal, investimentos insuficientes em infraestrutura, falta de integração regional, insegurança e criminalidade e exposição aos efeitos das mudanças climáticas. As conclusões tiveram a participação da CEPAL e o Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos.

Os discursos quando utilizado em planos, projetos ou, eventos e debates, soam como subterfúgio porque não propõem mudanças na estrutura econômica, capitalista e neoliberal (PATRÍCIO; SIMONIAN, 2015). Assim, de um lado a maneira como estão sendo usadas as riquezas naturais passa a ideia de infinidade dos recursos. De outro lado, os discursos deixam entender que caso sejam aproveitados racionalmente pelas populações, que deles vivem, nunca esgotarão. Todavia, as reservas da biosfera são aproveitadas em grande escala pelas empresas multinacionais e agências multilaterais e isto atinge tanto os centros das cidades quanto o meio rural<sup>45</sup>.

No entanto, vale mencionar nesse contexto (ALMEIDA, 2011, p. 64), que o “protecionismo da natureza” implica, primeiramente, na identificação dos recursos naturais estratégicos, como também subordiná-los à implantação de grandes obras de infraestrutura e à expansão dos produtos para o mercado de *commodities*, consideradas essenciais ao desenvolvimento sustentável. Esta questão precisa ser reinterpretada junto aos interesses nacionais, mas principalmente articulada com os interesses internacionais que agregam entidades multilaterais, com a ação de determinados fundos de investimentos e conglomerados transnacionais.

A situação é complexa, economia e recursos naturais no cenário globalizado. A questão do desenvolvimento sustentável é interpretada nos países latino-americanos como um grande passo para o crescimento, mas sem considerar as especificidades. O mercado de *commodities* pode complementar, mas não é o único caminho para o desenvolvimento. Portanto, equidade, repartição justa e equitativa dos recursos financeiros tão defendidos pela CDB, arrisca-se a dizer, parecem não atender aos interesses de parte das sociedades, brasileira e peruana.

---

<sup>45</sup>Essas agências são a união de vários países trabalhando em conjunto sobre um determinado tema, como por exemplo, Banco Europeu de Investimentos (BEI), Banco Interamericano de Desenvolvimento (IDB), Corporação Andina de Fomento (CAF) e Multilateral Investment Guarantee Agency (MIGA).

O desenvolvimento e a sustentabilidade estão assentados no seguinte tripé: economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente equilibrado. Segundo Nascimento e Vianna (2010), é dentro desta premissa, que o extrativismo tradicional está pautado e a história, cultura local, aspectos sociais e à territorialidade são elementos deste contexto<sup>46</sup>. Isto aparentemente contempla o que está escrito nos documentos da CDB. Contudo, o desenvolvimento e a sustentabilidade têm significados econômico e ideológico diferentes na relação homem e recursos naturais.

Já se disse que o modelo de desenvolvimento sustentável apregoado nos relatórios das instituições governamentais não tem como ser gerenciado nos ditames do mundo globalizado. O raciocínio aponta outro caminho, qual seja considerar que para haver sustentabilidade (REDCLIFT, 2000), o tempo histórico em que as comunidades mantêm ou defendem a sua integridade cultural e econômica e os meios de subsistência nos países em desenvolvimento, não são uma receita para valores alternativos defendidos como verdes, mas a defesa dos denodados já existentes. Então, a ética e a política distributiva<sup>47</sup>, assim como o direito leva em direção a uma redefinição da própria cidadania.

Ainda com base nas reflexões do professor Redclift (2000, p. 3), verifica-se que a produção sustentável de recursos renováveis implica na gestão dos recursos no interesse dos estoques de capital natural. Algumas questões, como: a quem pertence o controle de material genético e a gerência do ambiente e dos recursos naturais? Em que ponto a conservação do capital natural é dispensável e inibe os fluxos sustentáveis de recursos? As instituições sociais

---

<sup>46</sup>Em outros biomas existem algumas experiências que buscam conciliar uma integração entre economia solidária, extrativismo, conservação ambiental e sociodiversidade; onde o extrativismo de produtos da natureza promove meio de vida sustentável para populações locais, com geração de renda e qualidade de vida em consonância com a conservação dos recursos naturais. São projetos que valorizam a diversidade de espécies alimentícias nativas, como a fábrica de polpa de frutas “Fruta sã” no cerrado do Maranhão e Tocantins, a qual estabelece cooperação entre indígenas Timbira e pequenos agricultores locais e cujos lucros se destinam a dar suporte a ações e objetivos sociais das comunidades (CARVALHO; SILVEIRA-JÚNIOR, 2005; NOLETO, 2009), a Cooperativa Grande Sertão, no norte de Minas Gerais (CARVALHO; SILVEIRA-JUNIOR, 2005) e a atividade artesanal do capim-dourado (LIMA, 2012) na região do Jalapão, estado do Tocantins.

<sup>47</sup>As negociações distributivas envolvem questões, normalmente relacionadas a valores. Como exemplo de sua aplicação, pode-se citar a compra ou venda de um carro, em que a única questão a ser negociada é o valor do automóvel. Normalmente essa negociação é conduzida em um ambiente competitivo. Cada parte apresenta uma abertura e planeja-se para não ultrapassar determinado valor limite. Por definição, é sempre ganha-perde. Outro tipo de negociação é a criativa, onde cada parte revela seus interesses, a partir dos quais busca soluções que sejam capazes de atender a maior quantidade possível de interesses envolvidos. Essa negociação é ideal para encontrar soluções conciliadoras para problemas complexos. Deve ser conduzida em um ambiente colaborativo e emprega largamente os princípios de negociação apresentados por William Ury, negociador, mediador, fundador da *Abraham Path Initiative* e cofundador do Harvard Programa de Negociação. O enfoque é nas pessoas, não nos problemas e nas diferentes posições de interesses. Os métodos de negociação criativa podem fazer parte das metodologias aplicadas durante a elaboração de programas e projetos junto às populações.



regem o uso organizado de recursos? Que instituições herdadas somadas ao ambiente, as gerações futuras? São questões para se repensar o desenvolvimento sustentável.

Menciona também que na década de 1970 se viu que a utilização dos combustíveis fósseis ou de novos materiais e tecnologias representavam uma ameaça para a sustentabilidade. Diante disso, confrontou-se com a perspectiva de que os meios que ainda se usa para superar a escassez e a substituição de recursos, e o aumento dos níveis de metabolismo industrial<sup>48</sup>, continuam a contribuir para a geração de problemas ambientais. Por isso tantas questões persistem.

As discussões têm mostrado, ainda, que as necessidades se alteram, por isso não é possível assegurar que os imperativos das gerações futuras sejam os mesmos da geração presente. O desenvolvimento colabora para que o imprescindível seja criado. E certamente, o próprio desenvolvimento auxilia a definir as diferentes formas para cada geração, e para distintas culturas. Além disso, as necessidades são definidas de diversas maneiras em dessemelhantes culturas. Concorde-se que não há como a igualdade de vontades serem idênticas em tantos lugares.

Assim, a maioria dos “consensos” em torno do desenvolvimento sustentável envolveu um silogismo: o desenvolvimento sustentável é necessário para todos nós, porém pode ser definido de forma diferente em cada cultura. Logo, caso em uma sociedade ficar acordado que o ar fresco e espaços abertos são necessários, antes que o desenvolvimento seja sustentável, será difícil se unir esta definição de “necessidades” com as de outras sociedades que procuram mais riqueza material, mesmo à custa do aumento da poluição. Neste sentido, entendem-se como demandas opostas e conflitantes.

Outras questões, como: qual o curso da ação é mais sustentável? Ou, quem vai decidir? Quais os interesses? Quais as bases das decisões tomadas? Ao mesmo tempo, existem problemas em ignorar definições culturalmente específicas de interesse de uma ontologia<sup>49</sup> mais inclusiva. Se o objetivo é a produção sustentável de recursos renováveis, o desenvolvimento sustentável implica na gestão desses recursos e no interesse dos estoques de capital natural. As dúvidas são muitas e os organismos governamentais e não governamentais

---

<sup>48</sup>Metabolismo industrial é um conceito que se refere à aplicação do princípio de balanço de massa ao sistema econômico e foi proposto primariamente pelo físico e economista Robert Ayres. O conceito baseia-se no estudo dos ciclos de vida materiais, desde a extração, produção e consumo até a gestão de resíduos. É possível identificar pontos de intervenção de políticas públicas por meio deste estudo.

<sup>49</sup>Estuda a natureza do ser, a existência e a realidade, procurando determinar as categorias fundamentais e as relações do “ser enquanto ser”. Engloba algumas questões abstratas como a existência de determinadas entidades, o que se pode dizer que existe, qual o significado do ser, etc.

atentam para as demandas e entende-se que a cultura deve estar na base da elaboração dos programas de políticas públicas.

A relação entre aumento populacional, recursos naturais e sustentabilidade, os quais levam à reflexão sobre a hipótese por que o crescimento da população influencia no maior uso dos recursos naturais e, portanto, inviabiliza a condição deste processo sociopolítico e econômico. Assim, se utiliza de três conceitos que ajudam nesta suposição. Primeiro, conforme Martines (2007, p. 182), não se tem como medir a quantidade de pessoas que cabem na Terra, pois caso seja possível medir a “capacidade de carga<sup>50</sup>” corretamente, não fica claro o que fazer a esse respeito.

Segundo, a definição da “capacidade de carga” significa que a quantidade de terra produtiva serve para sustentar a produção de uma cidade e seus níveis de consumo. Tal enfoque serve para demonstrar como sociedades em diferentes níveis de “desenvolvimento” pressionam diferentemente os recursos naturais. Exemplo dado por Martines é o superpovoamento da China e da Índia, onde a maioria dos países da Europa Ocidental e os EUA estariam mais próximos dessa definição. Portanto, o aumento populacional não está diretamente relacionado à escassez de recursos naturais.

E, terceiro, o termo “espaço ambiental” chama atenção para o tamanho da pressão ambiental que os ecossistemas terrestres podem aguentar sem sofrerem danos irreversíveis”. A noção que se traz reflete a ideia de que, segundo Hille (1997) e Spangenberg (s.d), acessados como apoio para as análises de Martines (2007, p. 183), “o espaço ambiental disponível” o mesmo estipula um teto para uso e esgotamento dos recursos naturais”. Ao que indicam os estudiosos o uso real dos biomas contrasta com o que é permissível e que ajuda a estabelecer as cotas e limites para as economias nacionais.

Destarte, se o aumento populacional não é o motivo da degradação e da escassez dos recursos naturais, entende-se que os motivos estão na inviabilidade proposital dos governantes em assegurar a sustentabilidade. Além disso, pode-se refletir sobre as necessidades individuais, sustentada pela exclusão dos outros, que aumenta os riscos em longo prazo para a sustentabilidade dos meios de subsistência. Isto evidencia que a ampliação de escolhas particulares reduz consideravelmente a dos outros. Boa parte do processo é invisível, e pode ocorrer a várias distâncias, em outros países ou mesmo na própria gestão ambiental de onde se vive. Isto evidencia a necessidade de ressignificação do entendimento de lugar.

---

<sup>50</sup>A abordagem não desconsidera as críticas feitas ao conceito de “capacidade de carga”, visto que, segundo a abordagem feita por Martines (2007, p 8) apoiado em Marquette e Bilsborrow (1994) não consideram as mudanças tecnológicas acertadas, no que se refere às aspirações das pessoas por melhores padrões de vida e ao efeito do comércio internacional e os vários tipos de restrições quanto ao uso da terra.

Mas a ideia corrobora também para a mudança de perspectiva sobre a sustentabilidade. Ou seja, o tipo de prosperidade almejado, validado nas sociedades industriais capitalistas reforça a dificuldade de conciliar “desenvolvimento” com “sustentabilidade”. Porém, é preciso algo para completar o entendimento, como trazer o discurso da globalização. De acordo com Castells (2000) e Redclift (2002), o novo paradigma está pautado na tecnologia, cujas raízes estariam na microeletrônica, nas novas tecnologias informacionais de comunicação e na engenharia genética. Portanto, pedem olhar mais amplo sobre a questão.

Para refletir tal convicção, Redclift (2002, p. 125) diz ser cada vez mais frequente a separação da “sustentabilidade” do meio ambiente, aquela foi confundida com equidade, governabilidade e justiça social. Para isso, elegeram-se sistemas de medição<sup>51</sup> que permite avaliar as variáveis ambientais, uma tendência, que possibilita a construção da sustentabilidade pautada na preocupação ecológica na esfera política e nos planejamentos dos Estados. Então, a disseminação deste tipo de avaliação abriu caminho para sustentabilidade como um novo discurso do desenvolvimento, um convite para os tecnocratas e empresas desenvolverem projetos de políticas públicas.

A defesa sobre a sustentabilidade têm consistido em: a) discursos vagos sobre o tema; b) obscura relação entre as estruturas de poder, consciência e meio ambiente; c) secundarização das discussões ambientais; d) polêmicas dos grupos ambientalistas evocam a precedência dos “direitos,” fragilmente ligados às escolhas culturais e decisões políticas, como também, a controversa crítica ao neoliberalismo. Tais alocações, assevera Esteva (1999), exibem códigos de comunicação que carregam significados simbólicos políticos que apontam alternativas à falência da democracia representativa. Logo, a análise sobre a questão ambiental torna-se incompleta.

Todavia, a discussão alerta para a compreensão de que a sustentabilidade, no discurso da globalização, não deve ser associada unicamente à natureza exterior. As grandes mudanças ocorridas nas comunicações globais, Internet e na genética, o Projeto Genoma Humano, os quais têm provocado mutações substanciais das relações humanas, com o meio ambiente, assim como nas desigualdades espaciais têm modificado a natureza interior, ou seja, o comportamento humano. Portanto, incluir os discursos das mudanças ao que Redclift (2002, p. 125) chama de os novos discursos da “pós-sustentabilidade,” exige reflexão mais ampla.

---

<sup>51</sup>É a coleção de instrumentos ou dispositivos de medição, padrões, operações, métodos, dispositivos de fixação, *software*, pessoal, ambiente e premissas utilizadas para quantificar a unidade de medição ou corrigir a avaliação de uma característica sendo medida; o processo completo para obter medições, com o objetivo de determinar o valor de uma grandeza. As empresas que se utilizam destes serviços podem ser a indústria farmacêutica, automobilística, alimentícia, financeira, de energia, telecomunicações, serviços, entre outras, para medir as variáveis ambientais (Portal Action, s. d).

O meio ambiente sustenta a economia. Assim, o modelo de desenvolvimento que se tem buscado defende desprezar “tudo que possa ameaçar a saúde de longo prazo do ecossistema e a base biofísica da economia” (CAVALCANTI, 1999; SAMONEK, 2006, p. 98-99). Deve ser encorajado a “renda real, um trabalho saudável, o bem-estar, um ambiente limpo, segurança pessoal e o uso balanceado dos recursos naturais” (SAMONEK, 2006, p. 100). Em vista disso, para haver sustentabilidade o desenvolvimento deve ser respeitado e a utilização da natureza precisa ocorrer de maneira duradoura.

Para isso, o consumo não deve ser somente uma questão de satisfação individual, mas também uma postura ética. Como os recursos naturais são finitos, precisam ser controlados os seus usos, permitindo que sejam conservados também para as futuras gerações. Ou seja, uma estratégia seria para o futuro considerar a necessidade de conservar os recursos naturais, as fontes energéticas, a biodiversidade e o meio ambiente.

Ao se referir à sustentabilidade, Benchimol (2000) e Samonek (2006) defendem a necessidade de a Amazônia desenvolver ciência, educação e novas tecnologias tropicais e ambientais. Para isto, é preciso introduzir maneiras inovadoras de exploração racional e inteligente dos recursos naturais. As inovações precisam ser participativas, que causem menos impactos sobre o meio ambiente e que sejam mais saudáveis aos trabalhadores.

Precisa-se buscar alternativas, opções e cadeias produtivas inovadoras que estejam interligadas com o desenvolvimento local em favor das populações tradicionais. Ou seja, o padrão de desenvolvimento deve ocorrer com a participação e a adequação das populações locais. As experiências e as práticas de convívio harmônico das populações tradicionais com a natureza; o domínio e o conhecimento da biodiversidade e as práticas de manejo não predatório precisam ser reinterpretados, reutilizados, somados e inseridos de maneira participativa à tecnologia.

Quanto ao aproveitamento integrado e sustentado dos recursos naturais e suas formas usuais, como meios de produção (LEFF, 2000), se está à mercê da apropriação cultural de novas tecnologias. Quer dizer, isto implica em assimilação cultural de novas habilidades, internalização de informações e o domínio dos meios de produção e dos instrumentos de controle que permitam a autogestão de seus recursos produtivos. Então, nada do que se disse no trabalho de dezesseis anos atrás é diferente do que foi dito na COP 22.

Sobre a perspectiva cultural do desenvolvimento sustentável dos recursos, Leff (2000, p. 132) diz que: “A produtividade tecnológica está associada à capacidade de recuperação e melhoramento das práticas tradicionais de uso dos recursos”. E ainda, “a integração dos processos ecológicos, tecnológicos e culturais aparece como uma articulação sinérgica de

processo de evolução ecológica, inovação tecnológica, reorganização produtiva e mudança social”. Tal composição gera novos potenciais produtivos para que o desenvolvimento sustentável seja bem-sucedido.

Portanto, a sustentabilidade somente estará assegurada em qualquer processo produtivo se os saberes tradicionais forem (re) valorizados e as economias participativas e de autogestão forem revigoradas. O propósito final é ter a base produtiva satisfeita por meio dos benefícios econômicos, sociais e ambientais. Contudo, se deve ter o entendimento sobre quais discursos políticos estão pautadas tais explicações, considerando as diferentes compreensões sobre a natureza e o gerenciamento das florestas tropicais.

#### 2.4.1 Sustentabilidade, governo e a iniciativa privada

No bojo da questão traz-se à discussão o desenvolvimento, a tecnologia e a sustentabilidade, como eixo de parceria entre a iniciativa privada e o governo. A perspectiva tende a alcançar um mundo sustentável até o ano de 2050, com a probabilidade de ocorrer mudança do atual cenário. Então, deve-se considerar e prospectar os impactos políticos e econômicos nacionais e internacionais, os quais podem afetar diretamente a América Latina, assim como os continentes em semelhantes condições de instabilidade.

Em 2009, um grupo de empresas globais elaborou um documento intitulado *Vision 2050: A new agenda for business*, publicado no Brasil em 2012 pelo Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) (WBCSD – sigla em Inglês). Asseveram que até 2050 é possível alcançar um mundo sustentável, mas se as turbulências cessarem e ocorrerem transformações. É provável haver a simbiose entre turbulência e transformação do que uma ou outra (VEIGA, 2013). Porém, a redução socioeconômica das desigualdades entre os países do hemisfério norte e sul não são reais.

A governança<sup>52</sup> da sustentabilidade e o que possa esperar da ONU é que haja êxito em seu procedimento para que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) substituam em 2015, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). É difícil saber se a substituição dará certo, porque levará tempo para que comecem a ter impactos efetivos na

---

<sup>52</sup>Segundo Cassiolato e Szapiro (2002, p. 22), o conceito de governança aqui utilizado parte da ideia geral do estabelecimento de práticas democráticas locais por meio da intervenção e participação de diferentes categorias de atores, Estado, em seus diferentes níveis, empresas privadas locais, cidadãos e trabalhadores, organizações não-governamentais etc. nos processos de decisão locais. Porém, o conceito não pode ignorar a existência de diversos casos, em que alguns de tais atores, particularmente grandes empresas, jogam um peso econômico maior na esfera local, exercendo, de fato, o papel de governança.

orientação das políticas nacionais. Portanto, a força das decisões, os resultados das grandes potências e os rumos que o desenvolvimento e a sustentabilidade vão tomar são imprevisíveis.

Logo, independe das orientações globais e do alcance destas ideias, visto que a capacidade política local nem sempre tem poder para decidir seus próprios caminhos (SILVA; SIMONIAN, 2015). No plano da cognição (MATHIS et al., 2007, p. 12) os interesses macro estão interligados aos micros “atualizando processos e redes técnicas, econômicas e sociais que se movimentam no espaço global”. Porém, as decisões, também, podem estar sujeitas às comunicações que ocorrem no ciberespaço público, onde não há garantias de que as decisões tomadas concorram no mesmo nível, conforme mencionado.

Outras formas de pensar a sustentabilidade estão com os atores transinstitucionais no cenário mundial. A sustentabilidade pensada não somente na perspectiva das populações tradicionais e suas culturas no tempo da natureza, mas sob o aspecto da tecnologia, da pesquisa para a inovação. Tal discussão corrobora com a análise que se faz dos projetos do Brasil e do Peru. Como APNU, vê-se estão no contexto mundial, portanto seus gerenciamentos e o que significam para o cenário maior não estão imunes aos acordos que extrapolam os atores institucionais locais.

Assim, a sustentabilidade é tema da Aliança de Ciência e Tecnologia para a Sustentabilidade Global (em inglês *The Science and Technology Alliance for Global Sustainability*). A Aliança fundada em 1997 é uma parceria internacional informal com base em um compromisso comum para a plena utilização do potencial da ciência e da tecnologia.

Os membros da Aliança pretendem cumprir esse compromisso, seguindo os seguintes critérios: a) promoção da investigação interdisciplinar; e b) facilitação de parcerias entre a comunidade científica, entidades políticas, setor empresarial e sociedade civil. O desafio exigiu mais atenção dos governos e de corporações mundiais para descobrir a forma mais eficiente de reduzir os custos do meio ambiente sem amortecimento da produtividade.

A Aliança envolve os recursos acadêmicos e de investigação de três universidades de pesquisa mais proeminentes do mundo, o Instituto de Tecnologia de Massachusetts, o Instituto Federal de Tecnologia da Suíça e a Universidade de Tóquio, para articulação de tecnologias e soluções políticas que conciliem preocupações ecológicas e econômicas. Fomenta colaborações globais para endereçar questões de desenvolvimento sustentável. Analisa tecnologias eficientes para ajudar sociedades modernas a equilibrar necessidades econômicas e do meio ambiente utilizando os melhores cientistas, engenheiros, economistas e cientistas sociais do mundo.

Ao que se entende, ela funciona como um organismo informal composto pelas seguintes organizações: *Belmont Forum International Group* e as Agências de Financiamento para Pesquisa em Mudanças Globais (IGFA); Conselho Internacional para a Ciência (ICSU); Conselho Internacional de Ciências Sociais (ISSC); Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP); Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO); Universidade das Nações Unidas (UNU) (*American Council for the UNU*) e a Organização Meteorológica Mundial (OMM) (acrônimo WMO), como órgão observador.

Além da associação do núcleo, a Aliança planejou chegar a uma comunidade mais ampla, multi-*stakeholder* por regular convocação de um Fórum da entidade. O Fórum serve como “caixa de ressonância” para a Aliança, bem como uma plataforma para mobilizar apoio para soluções à investigação orientada pela “Terra do Futuro”, iniciativa emblemática da Aliança, segundo seus idealizadores, que tem alta prioridade. O Fórum reúne líderes de uma variedade de setores: política e empresarial, sociedade civil, cooperação internacional para o desenvolvimento, fundações e filantropia.

O objetivo defendido é moldar e disseminar novas tecnologias e métodos que promovam economia saudável e desenvolvimento humano em base global. É o que preconiza a parceria dessas universidades, as quais têm ajudado a desenhar e liderar as questões que cercam a sustentabilidade. Os membros da Aliança iniciaram pesquisas colaborativas e projetos educacionais; discutem como a sociedade pode equilibrar as preocupações das nações industrializadas e em desenvolvimento, empresas e populações; conduzem pesquisas e geram soluções para questões do meio ambiente e desenvolvem novas formas de cooperar e educar institucionalmente.

As três universidades fundadoras estabeleceram tradições de investigação e formação interdisciplinar, bem como forte história de colaboração com o governo, a indústria e a comunidade internacional. Por meio da parceria, eles constroem suas relações, reforçando os laços de longa data com os países da América do Norte e do Sul, da Europa, da África e da Ásia. No que tange à saúde humana e ecológica, entendem que a atividade humana muda o meio físico e como estas atividades afetam a saúde humana, as duas estão relacionadas.

No que se refere aos processos tecnológicos mais limpos, compactuam que os paradigmas mudam de gestão de resíduos à minimização de resíduos. Então, estas melhorias, segundo a Aliança, virão somente com pesquisa que desenvolvem os processos e as tecnologias necessários para manufaturar produtos enquanto usam menos recursos e criam menos gastos. Seus idealizadores afirmam que a política, a gestão e a economia necessitam de ajuda da pesquisa.

Desta maneira, a Aliança se propõe a ajudar o governo e líderes da indústria em todo o mundo a desenvolver estratégias efetivas em longo prazo para produtividade. Isto parece elucidar tais questões de como o governo pode melhor trabalhar junto para resolver problemas ambientais transfronteiriços e como ações corporativas e políticas públicas podem ser acopladas para obter os melhores resultados ao meio ambiente.

Assim, os idealizadores acreditam que o meio ambiente e a economia robusta são compatíveis. Afirmam poder delinear os caminhos pelos quais a sociedade humana pode economizar energia, minimizar gastos, purificar o ar e a água, e proteger a biodiversidade enquanto estimula desenvolvimento econômico e igualdade mundial. O que se vê são ações da sociedade civil em pequenas organizações jurídicas, por exemplo, a Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP<sup>53</sup>), que mostram formas de sustentabilidade, por meio de projetos, junto às populações tradicionais com parcerias internacionais.

Outra entidade é o Instituto Internacional de Desenvolvimento Sustentável (IIDS) *International Institute for Sustainable Development* (IISD) que contribui para o desenvolvimento sustentável por meio de uma política avançada de recomendações sobre o comércio e o investimento internacional, política econômica, mudança climática, avaliação, gerenciamento e reservas naturais, segundo seus dados. Tanto as negociações internacionais como os conhecimentos adquiridos são resultantes de projetos, em colaboração com parceiros globais.

Ainda, as informações do *website* do IISD as pesquisas são geradas, com rigor, assim como a construção de diálogo em países em desenvolvimento e entre os países do hemisfério Norte e os do hemisfério Sul na busca da sustentabilidade e melhoria da qualidade de vida. A inovação é considerada como ponto fundamental para que as sociedades viabilizem a sustentabilidade. A IISD é uma organização sem fins lucrativos com base no Canadá e nos EUA. A partir destes países se articula com instituições estratégicas para atender seus propósitos.

O instituto recebe a maior parte de seu apoio operacional do governo canadense por meio da Agência de Desenvolvimento Internacional (CIDA), do Centro de Pesquisa para o Desenvolvimento Internacional (IDRC), do Ministério do Meio-Ambiente do Canadá

---

<sup>53</sup>As OSCIP são ONG criadas pela iniciativa privada, que obtêm um certificado emitido pelo poder público federal ao comprovar o cumprimento de certos requisitos, especialmente aqueles derivados de normas de transparência administrativa. Em contrapartida, podem celebrar com o poder público os chamados termos de parceria, que são uma alternativa interessante aos convênios para ter maior agilidade e razoabilidade em prestar contas. De modo geral, a OSCIP é entendida como uma instituição em si mesma, ou seja, qualificada pela Lei nº 9.790, de 23.03.1999 (Lei do Terceiro Setor). Neste ponto, ocorre a diferença da ONG, que é basicamente uma sigla, e não um tipo específico de organização, como são as OSCIP.



(*Environment* Canadá) e da Província de Manitoba no Canadá. A IISD é financiada por diversos governos, departamentos da ONU, fundações e setores privados.

Além desses, há o Centro de Estudos de Integração e Desenvolvimento (CINDES), criado em 2006, com o objetivo de contribuir para aprofundar o debate sobre as relações entre integração internacional e desenvolvimento. O centro dedica-se ao desenvolvimento de estudos e à promoção de debates sobre: integração internacional e desenvolvimento sustentável; globalização, desigualdade e pobreza; integração das políticas públicas; regulação e negociações comerciais. Todos os temas são objeto da atenção das instituições mencionadas.

O CINDES trabalha com uma rede de organizações e especialistas nacionais e estrangeiros nessas áreas para desenvolver pesquisas e estudos, organizar reuniões e seminários e disseminar informações sobre integração e desenvolvimento econômico e social. As parcerias nacionais e internacionais incluem, de forma geral, ONG, empresas públicas, privadas de capital aberto e fechado, fundações de ensino e pesquisa, o que caracteriza o tipo de associação feita pelas mencionadas instituições.

Além desses, traz-se o Projeto Millennium iniciado pelo *Smithsonian Institute* (SI) em 1996, com o apoio do Grupo Internacional do Futuro *Futures Group International* (FGI), e pela Universidade das Nações Unidas (UNU). Um estudo de viabilidade foi realizado durante três anos, com financiamento de países como os EUA e instituições como a Agência de Proteção Ambiental dos EUA (APEU) *Environmental Protection Agency* (EPA-US), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a UNESCO.

Participaram mais de 200 especialistas denominados de “futuristas” e estudiosos de cerca de 50 países, os quais se propuseram a ser um recurso internacional para ajudar na organização de estudos e pesquisas. A partir da atualização constante e aprimoramento do pensamento humano sobre o futuro, consideraram: políticas públicas, capacitação avançada, educação pública e realimentação de dados, para criar conhecimento acumulado sobre os futuros potenciais do planeta. Com estas informações criaram um arcabouço de conhecimento sobre a situação global.

Esta complexa análise envolve a situação internacional de 15 desafios globais, apontados pelas pesquisas. Essas oferecem perspectivas e prospecções para o futuro, sugerem ações e procedimentos, identificam indicadores que possam medir o progresso de cada sondagem. Os desafios são: desenvolvimento sustentável, água, população e recursos, democratização, políticas globais e de longo prazo, globalização da tecnologia de Informação, distância entre ricos e pobres, saúde, capacidade para tomada de decisões, resolução de

conflitos, condição das mulheres, crime transnacional, energia, ciência e tecnologia e ética global. Os relatórios anuais apresentam os resultados.

Para interconectar o pensamento global e local, na produção dos relatórios foram estabelecidos 56 *nodes* regionais, que são grupos de indivíduos e instituições que conectam visões globais e locais. Estes identificam participantes, traduzem questionários e relatórios e realizam entrevistas, pesquisas, oficinas, simpósios e treinamento avançado. Uma vez que a pesquisa de futuros está criando ativamente novas formas de gestão, organização e emergem novos padrões de ciberespaço, o projeto está avançando por meio dessa conexão.

Os pontos de conexões do Projeto Millennium na América Latina têm como patrocinadores a empresas de consultoria e ensino, Amana-Key (*Amana Institute, Brazil*), desde 2004<sup>54</sup> e na Argentina, o Ministério da Agricultura, desde 2012. Dentre os patrocinadores estão o World Bank (via *World Perspectives, Inc.*) e a UNESCO. O eixo de seu trabalho está no Brasil desde 2002, o *node* é a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. No Peru o *node* é o Instituto Peruano de Administración de Empresas (IPAE), com ação desde 2007. Veja-se o que dizem os relatórios.

Ainda que o mundo tenha melhorado nos últimos 20 anos, a recessão mundial o reduziu para 10 anos. Significa que metade do mundo está vulnerável à instabilidade social e a violência, devido ao prolongado desemprego, à diminuição de água e alimentos, ao consumo de energia por pessoa, à exasperação da mudança climática, às migrações, motivadas pelas condições político-econômicas e do meio ambiente, de acordo com o Relatório-Resumo Executivo (2009). Contudo, o relatório informa que o Grupo dos 20 (G-20<sup>55</sup>) está melhorando a regulação financeira internacional, dentre outras ações necessárias para evitar que o mundo caia em profunda crise financeira.

---

<sup>54</sup>Empresa especializada em inovações de ponta nas áreas de gestão, estratégia e liderança de organizações públicas e privadas. Informam contribuir para o bem comum, colocando seu *know-how* a serviço de organizações que buscam assegurar excelência e elevado nível de consciência, mesmo em tempos de grandes desafios.

<sup>55</sup>G20 é um grupo formado pelos ministros de finanças e chefes dos bancos centrais das 19 maiores economias do mundo mais a União Europeia. Foi criado em 1999, após as sucessivas crises financeiras da década de 1990. Visa favorecer a negociação internacional, integrando o princípio de um diálogo ampliado, levando em conta o peso econômico crescente de alguns países, que, juntos, representam 90% do PIB mundial, 80% do comércio mundial (incluindo o comércio intra-UE) e dois terços da população mundial. O peso econômico e a representatividade do G20 conferem-lhe significativa influência sobre a gestão do sistema financeiro e da economia global. O G20 estuda, analisa e promove a discussão entre os países mais ricos e os emergentes sobre questões políticas relacionadas com a promoção da estabilidade financeira internacional e encaminha as questões que estão além das responsabilidades individuais de qualquer organização. Com o crescimento da importância do G20 a partir da reunião de 2008, em Washington, e diante da crise econômica mundial na época, os líderes participantes anunciaram, em 25 de setembro de 2009, que o G20 seria o novo conselho internacional permanente de cooperação econômica, eclipsando o G8, constituído até então pelas sete economias mais industrializadas no mundo e a Rússia.

A ideia é o investimento em tecnologias mais ecológicas com hipótese econômica de desenvolvimento que conduza o mundo para um futuro melhor. Para o Projeto Millennium, tem-se clareza que há recurso no mundo para resolver os desafios postos. Contudo, dizem faltar coerência e orientação. Mesmo com os encontros entre EUA e China, Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e Rússia e a criação do G20 falta ver se haverá cooperação.

Os Relatórios-Resumo Executivo de 2010 a 2015 mencionam a corrida armamentista, mas também a diminuição dos conflitos armados devido à mudança na forma de guerra; vínculos da delinquência organizada com o terrorismo, a ilusão da democracia e da liberdade, novas enfermidades, a partir de sínteses biológicas em laboratórios, enfermidades infecciosas, aumento populacional; absorção do CO<sub>2</sub> pelos oceanos, zonas mortas, degelo no Himalaia, na Europa e nos Andes, redução das florestas primárias, devido ao aumento em mais de 30% do consumo humano. Tudo isso mostram ser maior que a capacidade de resiliência da natureza.

O progresso científico e tecnológico, que resultou no decifrar do código genético humano, tem mostrado as inovações da ciência e da tecnologia (CeT) em processo acelerado. As comunicações entre os cientistas envolvem sinergia, então tecnologia da informação (TI), ciência cognitiva e tecnologia quântica, têm promovido mudanças na motivação de perspectiva da civilização. A busca pela sustentabilidade tem sido feita pelos meios mais complexos na medida em que a Biologia e a Química se desenvolvem dentro da mais alta tecnologia. Este foi o caminho escolhido pelos organismos internacionais.

Então, os exemplos apresentados, a Aliança, o IIDS, o CINDES e o Projeto Millennium dão base para reflexões quanto à sustentabilidade ser um discurso presente na edificação de diferentes instituições que têm como propósito geral promover rearranjos econômicos, assim como pesquisa avançada nos diferentes continentes, em vista das questões ambientais exigirem tal exercício. Neste sentido, é relevante mencionar que as empresas precisam dar uma resposta à sociedade, por isso, entra a vertente da responsabilidade social corporativa, que se considera importante mencionar.

A responsabilidade social corporativa (CARROLL, 1979, p. 500) passa pela “responsabilidade social dos negócios que inclui as expectativas da sociedade quanto aos enfoques econômicos, legal, ético e discricionário”. Whetten, Rands e Godfrey (2002, p. 394) dizem que também são “expectativas sociais do comportamento das organizações [...] esperado pelas *stakeholders*, por uma sociedade moralmente requerida e desta forma, justificadamente demandada pelas empresas”. Tanto a sociedade civil espera uma reação das

empresas quantas essas são levadas a ter uma conduta condizente, o que seja, deve haver reciprocidade.

A ação da responsabilidade social corporativa (WOOD, 1991, p. 695) diante da teoria das *stakeholders*, justifica-se na ideia básica de que “as organizações empresariais e a sociedade são entidades interligadas e não distintas”. Logo, a sociedade tem certas expectativas em relação aos procedimentos e aos resultados das atividades empresariais. É neste contexto sociopolítico, econômico e ambiental que a preocupação com a sustentabilidade se apresenta nesta vertente.

Na América Latina estudos mostram que a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) não é prioridade e que estão em fase inicial e em diferentes momentos (COREA; FLYNN; AMIT, 2004; GUTIERREZ; JONES, 2005; PEINADO-VARA, 2006; BLACKMAN, 2008). No Brasil desde a década de 1980 atividades filantrópicas ocorrem, mas é a partir de 1990 que acontecem mudanças principalmente pelas iniciativas da sociedade civil, que conquistam o apoio do meio empresarial, como o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), as instituições acadêmicas e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE).

No Peru a RSC tem sua ação voltada para a tarefa de criar uma visão nacional do país. Assim, a Peru 2021 é uma iniciativa de empresários sensibilizados com difíceis momentos que o país cruzava em 1992. Num contexto de crescente violência política e crise econômica movimentaram-se para mudar isso, assim trabalham em projeto de apoio e liderança para o País.

O Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável *The World Business Council for Sustainable Development* (WBCSD) lança em 2010, a Visão 2050, que é o de alcançar um planeta sustentável dentro dos limites do que podem fornecer. Para isso realizam roteiros baseados em: valores das pessoas, desenvolvimento humano, economia intangível, agricultura, florestas, energia e potência, edifícios, mobilidade e materiais. Com base nisso, acreditam reformular o modelo RSC tradicional, e colocar o país, e não a empresa, como peça central.

As empresas identificam áreas de interesse no âmbito dos roteiros propostos pelo WBCSD, e entendem que seu papel é o de alcançar a sustentabilidade. Eles também desenvolvem ferramentas e fornecem treinamento. Esse é o modelo de gestão socialmente responsável da Peru 2021, o qual defende que as empresas tomem melhores decisões e obtenham grupos de interesses claros e diretos com as quais interagem. Isso se reflete em

imagem corporativa positiva e redução de custos, tornando o RSC uma ferramenta rentável para alcançar a sustentabilidade planetária.

Em países como Argentina, Brasil, Chile e México, as atividades são restritas às grandes empresas, entretanto são os que apresentam maior destaque, segundo os estudos da *International survey of corporate responsibility reporting* (KPMG, 2005). Contudo, segundo Calixto (2013), deles o setor privado e sociedade civil brasileiro é o que oferece maior atenção para disseminação e profissionalização de ações socioambientais.

As empresas de países em desenvolvimento (VISSER, 2008) dão ênfase para temas, como: cultura, reformas políticas, prioridades econômico-sociais, governança, crises sociais e econômicas, acesso a mercados, padronização internacional, investimentos e incentivos às ações de interesse das *stakeholders*. O Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social e o IBASE mostram que um número crescente de institucionalização de associados e empresas tem apresentado relatórios socioambientais, assim como a diversidade e qualidade dos serviços que promovem.

Porém, Calixto (2013, p. 830) alude que as consultorias têm apontado a “existência oculta das preocupações cosméticas de empresas acerca da necessidade de apresentar um tipo de relatório. [...] o impacto qualitativo sobre a comunidade e inadequações”. Agüero (2002) fala da “natureza fragmentaria das atividades” que dificulta conhecer o real significado na totalidade. Os estudos acadêmicos realizados sobre a motivação das empresas, conforme Machado Filho (2002), mostram que “o investimento em ações de responsabilidade social é percebido pelas organizações por gerar retornos positivos para a imagem delas”. Estas são algumas das questões.

Outro ponto mostrado por Belizário (2008, p. 96) é relativo às análises sobre a forma de como os beneficiários desses projetos se apropriam do discurso social. Note-se, a partir da contratualidade informal<sup>56</sup>, a empresa se legitima como agente autorizado a implementar projetos de políticas públicas, com fins privados, “mesmo que o projeto seja direcionado aos excluídos sociais, ele atende a interesses privados, relativos à reputação e à imagem empresarial”. Depreende-se sobre tais assuntos, que muitos projetos de políticas públicas discursam sobre a sustentabilidade nas comunidades, mas não asseguram de fato tal resultado.

Nos foros comerciais, os países latino-americanos têm historicamente adotado postura defensiva no trato dos temas associados ao desenvolvimento sustentável, principalmente no

---

<sup>56</sup>Menciona Antunes (2002) que é a ampliação acentuada de trabalhos submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, trabalhando dentro ou fora do espaço produtivo das empresas, quer em atividades mais instáveis ou temporárias, quando não na condição de desempregados.

que se refere aos vínculos entre comércio, meio ambiente e questões trabalhistas (VEIGA; RIOS, 2009, p. ii-iv). Em geral, os países da região enxergam intenções protecionistas nos esforços por vincular esses temas às negociações comerciais.

Não obstante, vários países da região aceitaram incluir capítulos dedicados a temas ambientais e trabalhistas em acordos de livre comércio firmados com os EUA e o Canadá. O nível de exigência definido por tais acordos vem aumentando gradualmente pela comparação entre alguns acordos mais antigos, como por exemplo, Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) e mais recentemente o acordo entre os EUA e o Peru.

A CEPAL defende que é necessário unir esforços entre o Estado, a iniciativa privada e a sociedade para firmar acordos que levem a mudanças estruturais. Dizem que sem esses acordos da comissão, não é possível implementar políticas públicas e pôr em prática as propostas de igualdade e desenvolvimento em um contexto democrático. A secretária-executiva da CEPAL, Alicia Bárcena, assevera que é preciso construir um “caminho concreto para crescimento de longo prazo com equidade e sustentabilidade ambiental na América Latina e no Caribe”. Conclui-se que a perspectiva é que o plano para o crescimento com sustentabilidade seja em longo prazo.

Então, a discussão sobre políticas públicas, populações tradicionais, biodiversidade e sustentabilidade está interligada e muitos programas e projetos foram elaborados pelas instituições ambientais governamentais e não governamentais, com vistas ao desenvolvimento e a sustentabilidade. Neste sentido, as discussões apresentadas põem em cheque o desenvolvimento sustentável, no modelo econômico clássico, mas mostra a sustentabilidade com um leque de possibilidades que transitam pelo viés das parcerias governamentais e empresariais, como pelas alternativas encontradas nas antigas, porém recentes formas de prover a vida com qualidade.

Os rumos quanto às decisões governamentais são quase que previsíveis, visto que seguem um *script* conhecido historicamente. Contudo, as diferentes formas que imprimem à dinâmica sociocultural não são previstas e isto pode levar grupos, em diferentes partes do mundo, a se organizarem no sentido de promover a sustentabilidade dentro do que entenderem ser o melhor para a preservação da comunidade-ambiente. As comunidades dentro das APNU, tomadas como exemplo, não são o modelo exitoso de programas de políticas públicas ou de sustentabilidade, contudo são uma amostra de áreas de preservação que têm experimentado de tudo um pouco.

Os biomas, assim como os demais biomas do planeta, como se sabe, não terão como ser gerenciados apenas pelos governantes e suas instituições. A Conferência sobre Mudanças

Climáticas (COP-22/2016<sup>57</sup>), quando trata sobre sistemas alimentares saudáveis e dietas, dentro das discussões sobre o Clima e as Agendas de Desenvolvimento até 2030, ressalta a necessidade de políticas integradas. Assim, a conexão de governos, academia, ONG e outras partes interessadas é fundamental. Isso num conjunto para colaboração e criação de mecanismos de responsabilização alerta para a transição à sustentabilidade.

Além disso, percebe-se pelas discussões ocorridas na COP-22, que a sustentabilidade, a biodiversidade e com elas a garantia da vida, passam por ser afiançadas pela utilização adequada das matrizes para o cultivo de alimentos, a utilização dos saberes tradicionais e a capacidade de resiliência. O que dá a entender é que não se terá saída para a mudança climática, visto não haver alteração na cultura sociopolítica, econômica, então garantir alimento aproxima-se de possível saída. Assim, o que o sistema passou combatendo, como “obstáculos” para o crescimento, as populações tradicionais e o saber tradicional tomam como fiança para a seguridade da vida.

As APNU são locais em que os órgãos ambientais responsáveis procuram garantir a salvaguarda da biodiversidade, mas se tem que lidar com a presença destas populações que vivem nestes lugares. A sustentabilidade é fundamentada, segundo Samonek (2006, p. 97), na racionalidade ambiental, que consiste do aproveitamento sustentável dos recursos naturais “[...] as práticas tradicionais de uso da natureza agregam um potencial ecológico e cultural ao manejo produtivo sustentável”. Portanto, é necessário impor limites biofísicos ao processo econômico da globalização, o que dependerá das decisões sobre o que governantes e sociedade querem para o planeta.

---

<sup>57</sup>A 22ª sessão da Conferência das Partes da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC COP22) ocorreu em Marrakech, Marrocos, de 7 a 18 de novembro de 2016.

### **3 HISTÓRIA AMBIENTAL BRASILEIRA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS**

Viu-se no capítulo anterior que a atividade do governo no desenvolvimento de políticas públicas, a partir do processo da política (RUA, 2009), constrói agenda. A formulação de propostas, a tomada de decisões e sua implementação, realizada por organizações públicas, têm como foco temas que afetam a coletividade e mobilizam interesses e conflitos diversos. Neste sentido, a atividade governamental, ao desenvolver políticas públicas, envolve o processo da política e junto a atividade de organização de luta pelo controle de ordenar as lutas pelo poder e com isso se faz história (ROTH DEUBEL, 2002).

Num processo constante de transformações históricas nas relações entre estado e sociedade é que essa mesma relação é permeada por mediações de natureza variada, onde se inserem os processos de democratização das sociedades contemporâneas (GIOVANNI, 2008). A democratização impulsionada pelos movimentos sociais e pressão político-social internacional tem contribuído para o relativo equilíbrio e o acúmulo de conhecimento do bioma Amazônia. A democracia recente tem impulsionado que políticas públicas ambientais sejam feitas. Neste sentido, seguiram-se os caminhos da história ambiental.

O Brasil tem superfície de 8.515.759,090 km<sup>2</sup> (IBGE, 2017) e, assim como o Peru, também possui uma geografia complexa. O território brasileiro está localizado, quase em sua totalidade, mais precisamente 93%, no Hemisfério Sul, ocupando apenas 7% do Hemisfério Norte. O país está estabelecido no ocidente, ou seja, a oeste do meridiano de Greenwich; além disso, é cortado ao norte pelo paralelo do Equador. Encontra-se na zona intertropical, zona temperada sul e no Trópico de Capricórnio. O Brasil compõe a América do Sul e faz fronteira com todos os países dessa porção do continente americano, exceto Equador e Chile, como se vê no Mapa 2

O país destaca-se quanto à extensão territorial, ocupando o quinto lugar do mundo, por isso é considerado um país de dimensão continental. O espaço geográfico ocupado representa 5,7% das terras emersas do planeta. O litoral brasileiro totaliza 7.367 km e de fronteiras, 15.719 km. O extremo do país no sentido leste (Ponta do Seixas) a oeste (Serra Contamana) possui uma distância de 4.319 km, já no sentido de norte (Monte Caburai) a sul (Arroio Chuí), 4.394 km. Essas dimensões favorecem a formação de três fusos horários distintos (GUIA GEOGRÁFICO, 2017). Além disso, essas características físicas do território possibilitam a permanência de grande variedade de clima, vegetação e relevo.



Mapa 2- O Brasil na América do Sul



Fonte: Modificado do Guia Geográfico da América do Sul (2017).

O IBAMA realizou trabalho de mapeamento dos sete biomas brasileiros em 78 ecorregiões. Como unidade básica para o planejamento das prioridades de conservação da biodiversidade, coloca o Brasil na vanguarda da proteção de seus ecossistemas em comparação com países de dimensões continentais, como EUA, Canadá e Austrália. As ecorregiões estão assim distribuídas: Amazônia (23%); Cerrado (22%); Mata Atlântica (09%); Costeiro (09%), Caatinga (08%); Pantanal (02%); e Campos Sulinos (01%) – o que

corresponde a 74% de ecorregião (MMA, 2017). O mapeamento<sup>58</sup> exibe, por primeiro, que o país também tem extraordinária riqueza de paisagens até então desconhecidas.

O mapeamento das ecorregiões ecológicas - unidades com características físicas e biológicas semelhantes – oportunizam o IBAMA na definição de ações mais adequadas para o manejo de seu patrimônio natural. Detectou-se com o estudo, que a representatividade das UC estaduais protege apenas 0,74% do território nacional. Com isso, tem-se como mostrar que o Brasil precisa proteger os 10% de seu território com UC de proteção integral, meta internacional estabelecida desde 1998. Hoje existem 118 UC que protegem apenas 2,74% do país de forma diferente e desequilibrada.

O Cerrado, por exemplo, apesar de cobrir um quarto do Brasil e possuir biodiversidade única no planeta, tem apenas 1,71% de sua área protegidas por vinte UC. A mesma distorção se reproduz na escala de ecorregiões. A Serra da Canastra, que faz divisa entre MG e ES tem 15,39% de sua área protegidas por UC, enquanto outras ecorregiões estão completamente desprotegidas – desequilíbrio bastante evidente que influencia nos programas de políticas públicas, quando realizados.

O mapeamento mostrou que está desequilibrada a representatividade dos biomas e dos ecótonos, que são zonas de transição entre um ou mais biomas, de grande riqueza biológica, por UC de proteção integral. Os biomas estão assim distribuídos: Costeiro (6,31%); Amazônia (4,83%); Cerrado (1,71%); Mata Atlântica (0,72%); Caatinga (0,69%); Pantanal (0,57%); e, Campos Sulinos (0,30%). A representatividade nos três ecótonos, é: Cerrado-Caatinga (3,33%); Caatinga-Amazônia (0,05%); e, Cerrado-Amazônia (0,01%). A classificação permite perceber melhor as diferenças encontradas *in loco*.

Outra definição do estudo é que os ecótonos, que reúnem características de diversos biomas e identidades próprias, passam a ter a atenção especial dos programas de conservação. O ecótono Cerrado-Amazônia, por exemplo, abrange 4,85% do país, maior que os biomas Campos Sulinos e Costeiro. Com cerca de 60% de sua área desmatada, esse ecótono está localizado quase totalmente dentro do arco do desmatamento da Amazônia, e nele encontra-se a maior concentração de matas secas do país. O ecótono Caatinga-Amazônia abrange 1,7% do país; e o ecótono Cerrado-Caatinga abrange 1,3% do território nacional. Note-se que são consideráveis espaços de biodiversidade a ser estudada.

Diante disso, o estudo chama a atenção para a categoria ecorregião, onde a principal vantagem para o uso da mesma, como unidade biogeográfica, é possuir limites naturais bem

---

<sup>58</sup>O trabalho foi coordenado pelo biólogo do IBAMA Moacir Bueno Arruda e contou com a parceria das Universidades de Brasília (UNB) e de Uberlândia/MG (UFU), IBGE, e as ONG WWF e TNC.

definidos, ao contrário de outras divisões biogeográficas alternativas baseadas nas distribuições de espécies de alguns grupos de organismos cujos limites ainda não são bem conhecidos. Isto ajuda na compreensão dos ecossistemas conectados, onde as características climáticas contribuem para multiplicidade de paisagem e condições geográficas diversas. Neste cenário a população humana culturalmente diversa também está relacionada à ecorregião onde vive.

O censo realizado em 2010 compreendeu um levantamento minucioso de todos os domicílios do país, segundo o órgão oficial IBGE (2017). Nos meses de coleta de dados e supervisão, 191 mil recenseadores visitaram 67,6 milhões de domicílios nos 5.565 municípios brasileiros para obter informações sobre quem somos, quanto somos, onde estamos e como vivemos. Os primeiros resultados definitivos, divulgados em novembro de 2010, apontaram uma população formada por 190.732.694 pessoas. A projeção e estimativa da população brasileira, hoje é de 207.715.723 (IBGE, População brasileira às 12h53min, de 10 de julho de 2017). A taxa de crescimento populacional<sup>59</sup> medida em 2014 foi de 0,8% até 2015.

Houve momentos de aumento e diminuição populacional, isso desde o período que se denominou de colonial. A questão relativa ao meio ambiente nesta ocasião deixou resquícios do que foi sua agressividade ao meio e à vida das pessoas que buscavam melhoria de condições de vida. Além disso, considera-se a preocupação com florestas, rios, fauna, e como foi manuseada na época. Pode-se iniciar com a busca pelo ouro, a qual sempre esteve no projeto colonizatório. Holanda (1976) menciona a migração paulista para Cuiabá. Nesta, muitos se “abalaram” deixando casa, fazendas mulheres e filhos seguindo para os sertões de Cuiabá, devido a descoberta de grandes jazidas minerais no rio Caxipó-Mirim, Coxipó e Cuiabá. Exemplo do que muito ocorreu principalmente na Amazônia.

Além do ouro, houve a exploração das florestas em todo o país. A ideia era que elas se mantivessem como estoques de madeira para diversas finalidades, como a construção civil e, especialmente, a retirada de lenha, usada em fogões e como fonte de energia, inclusive em máquinas a vapor (gás ou petróleo só começariam a ser usados no século 20). As maiores ameaças à manutenção das florestas eram as lavouras de cana-de-açúcar, em um primeiro momento, e, mais tarde, de café.

---

<sup>59</sup>A Taxa de Crescimento – segundo os cálculos do Index Mundi (2017) – é a variação percentual média anual no número de população, resultante de um excedente (ou déficit) de nascimentos e óbitos e o saldo de migrantes que entram e saem de um país. A taxa pode ser positiva ou negativa. A taxa de crescimento é um fator que determina a magnitude das demandas que um país deve atender às novas necessidades de seu povo para a infraestrutura, por exemplo, escolas, hospitais, habitação, estradas, os recursos, como, alimentos, água, eletricidade e do emprego. Rápido crescimento da população pode ser visto como uma ameaça pelos países vizinhos.

As áreas de garimpo, como a subtração da floresta não é o suficiente para dizer o que significa este momento da história do Brasil para o meio ambiente e a biodiversidade que existia quando a empresa colonizadora chegou (MARTINEZ, 2011). Quer-se considerar aqui que ganham evidência o solo para as atividades agropastoris, extrativas e abastecimento de matérias-primas para a indústria, a diversidade biológica da fauna e da flora no suprimento de necessidades vitais, como alimentação, medicina, abrigo e vestuário. Situação que também faz parte da história ambiental da América Latina.

Neste sentido, considera-se também, a confecção de instrumentos domésticos, utensílios, ferramentas de trabalho e defesa, o deslocamento e a circulação espacial de pessoas e exércitos, o intercâmbio comercial e cultural, proporcionados pelos rios, mares e oceanos. Se pensar desta maneira é possível compreender que tudo envolve o meio ambiente no qual as pessoas interagem e fazem a história acontecer.

Veja-se o que os cronistas seiscentistas, apesar de relatarem a abundância de produtos gerados nos sistemas de produção indígena, observada por eles, não deixam de ver na Região Amazônica as possibilidades que o meio oferece. Certo que demonstram uma visão economicista do que o ambiente pode lhes oferecer especialmente na agricultura voltada para o comércio de larga escala, ou fornecedora de grandes quantidades de produtos da coleta para os mercados internacionais.

Na primeira parte do século XVI, o pau-brasil (*Caesalpinia echinata* Lam.), primeiro recurso natural a ser explorado na época, chega quase à sua extinção. Neste período é elaborado o primeiro dispositivo legal para segurar a superexploração desta madeira nobre como de outras (SIQUEIRA, 1993). Já na segunda metade deste mesmo século tem-se a iniciativa conservacionista, quando D. Felipe II expede uma Carta de Regimento com o propósito de delimitar área das matas para serem “guardadas”.

Como as matas, o rio das Amazonas era observado. Acuña (1994, p. 89) menciona que quatro produtos, se bem cultivados, tinham tudo para enriquecer muitos reinos. Em primeiro lugar, viu o valor das madeiras, “existem tantas [...] por mais que se tirem, não esgotarão nunca”. Em segundo lugar, o cacau, “de que estão suas margens tão cheias”; Em terceiro, o tabaco, que notou haver em grande quantidade e bem desenvolvido nas plantações dos habitantes ribeirinhos, e que, “se o cultivassem com o cuidado que merece, seria um dos melhores do mundo” (ACUÑA, 1994, p. 89). A noção da cultura econômica local era simplista, de quem via de uma perspectiva o uso dos produtos.

Ou seja, o entendimento econômico era o de acúmulo e uso absoluto dos recursos naturais o “cultivo que se deveria fazer nesse rio [...] era o da cana-de-açúcar, que vem em

quarto lugar, como a coisa mais nobre, mais proveitosa, mais segura e de maior lucro para a Coroa Real” (ACUÑA, 1994, p. 89). A noção do não esgotamento dos recursos que o meio ambiente oferece, a abundância da natureza utilizada por pessoas como os indígenas e os ribeirinhos era vista como mal-uso do produto. Acuña deixa evidente o pensamento da época com relação ao meio ambiente e sua capacidade de frutificação. Neste trabalho, observa-se que tanto Acuña quanto outros seiscentistas mencionam a riqueza do solo, de produtos e o precário uso pelos da terra.

Nos séculos XVIII e XIX, já se via o desmatamento por métodos incorretos agrônômicos, os quais destruíam elementos, ainda desconhecidos da fauna e flora tropical, ou seja, da biodiversidade, hoje o termo utilizado para as referências do que existe na natureza. Pádua (2004) menciona a agricultura nas bordas dos rios no interior do país, que utilizavam procedimentos prejudiciais. A prática da queimada de antigas florestas deixava-as férteis enquanto as cinzas mantivessem o solo fecundo. Tal situação trocava assim que a solo ficasse sem nutrientes, quando novas florestas seriam queimadas.

As propostas que surgiam na época era que para promover o progresso econômico necessita-se de implementar o livre comércio de gado nas capitanias, plantio de mandioca, trigo, café e algodão e o escoamento da mercadoria no caso do Nordeste, pelo rio São Francisco. Os colonizadores logo perceberam que a exploração direta da natureza seria o principal eixo da busca pela riqueza, visto que as sociedades indígenas e ribeirinhas, apesar do conhecimento da biodiversidade - entendiam o colonizador - não possuíam grande interesse econômico, se comparado com as estruturas produtivas encontradas pelos espanhóis na Mesoamérica e nos Andes.

A entrada da empresa colonizadora na Amazônia – estudada por muitos cientistas sociais, historiadores dentre outros – traz não somente a exploração da população nativa e a subtração sem controle dos recursos encontrados, mas também os problemas próprios deste tipo de economia para o meio ambiente. Tanto o que existe no solo, subsolo, floresta, quanto o que existe nos rios, nos lagos e nas várzeas, dentre outros ecossistemas, foi amplamente abusado, não somente pela coroa portuguesa, como a espanhola. Toda a América Latina passa por este processo, como se verá adiante a exploração em território peruano.

Tudo que foi possível obter-se com a predominância do extrativismo, como a exploração de produtos originários da floresta e da fauna aquática, terrestre e aérea conseguiram. Produtos como o cacau, pau rosa, salsaparrilha, tartaruga, couros e peles, óleos e, em especial a borracha, castanha, desde o período colonial até o republicano fora extraído. No século XX, a madeira, o manganês, a cassiterita, o ferro, a bauxita, o ouro e outros

minerais têm sido explorados por empresas estrangeiras associadas as nacionais. A Pan-Amazônia continua a ser vista como reservatório de riquezas a serem usadas a favor do sistema. A captura de carbono pelas florestas e outros ecossistemas é a mais recente riqueza para se negociar.

No início do triênio do século XX em meio à expansão cafeeira, o primeiro Código Florestal, em 1934, foi apresentado a partir da Constituição do mesmo ano. O objetivo era regular as plantações cafeeiras no Sudeste brasileiro, que adentravam as florestas e distanciavam-se cada vez mais das cidades, e tal fato dificultava e encarecia o transporte de lenha. Mas vale dizer que também foi dada competência à União de legislar sobre assuntos da água da floresta, caça, pesca e o modo de exploração. Desta feita, a legislação pretendia impedir os efeitos sociais e políticos negativos causados pelo aumento do preço e da falta da lenha, assim como a popularidade do novo regime, instaurado com a Revolução de 1930.

O Decreto nº 23.793/34 obriga os donos de terras a manterem 25% da área de seus imóveis com a cobertura de mata original. Com a lei não veio nenhuma orientação sobre em qual parte das terras, margens dos rios ou outras, a floresta deveria ser preservada. A lei incentivava a retirada total das matas nativas desde que, pelo menos, os 25% de reserva de lenha fossem replantados (BRASIL, 1934). Nesse sentido, não importava a espécie e nem a variedade de árvores, mas apenas a garantia de produção de madeira para lenha e carvão.

Apesar disso, a lei de 1934 demonstra o lado de preservação ambiental, ao criar a figura das florestas protetoras, com o propósito de garantir a saúde de rios e lagos e áreas de risco (encostas íngremes e dunas). Mais tarde, esse conceito deu origem às Áreas de Preservação Permanente (APP), também localizadas em imóveis rurais. A legislação ainda necessita avançar para atenuar e até impedir que a invasão desmedida sobre as áreas prioritárias destrua a biodiversidade existente.

Então, com o advento dos novos combustíveis e fontes de energia, como as hidrelétricas, a lenha foi deixando progressivamente de ter importância econômica. Mas ao contrário, crescia a consciência do papel do meio ambiente e das florestas. Assim, em 1960, o poder legislativo se mobilizou para alterar a lei de 1934 e o papel das florestas em terrenos privados. Desta maneira, é que o Código Florestal de 1965 - Lei nº 4.771/65 - transformou a “quarta parte” em reserva legal, com o propósito de preservar os diferentes biomas. A mesma é alterada pela Lei nº 7.803/89 e pela Medida Provisória nº 1.605-30/98). Mas o avanço considerável para a questão só vem com as legislações seguintes que atentam para a formação de Unidades de Conservação (UC).

Na Amazônia, metade dos imóveis rurais devia ser reservada para essa finalidade e, no restante do país, 20%. Mesmo desta maneira, a floresta podia ser 100% desmatada, desde que fosse replantada, com espécies estranhas àquele bioma. Assim, a lei, modificada, chegou aos dias atuais, bem como os conflitos entre a ocupação da terra e a preservação ambiental. (BRASIL, 1998<sup>60</sup>). Somente no ano 2000, a Lei nº 9.985, de 18 de julho, é que se tem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) voltado para as áreas que necessitam ser protegidas. Apesar da polêmica gerada, o sistema de proteção assegura efetivamente diferentes ecossistemas.

Estas leis foram aprimoradas em conjuntura fértil proporcionada pela Conferência da ONU sobre Meio Ambiente, que se manifestava desde Estocolmo, em 1972. Percebe-se que o contexto brasileiro, bem como os demais países da América Latina eram forçados a entrar numa ditadura militar, repressão do governo militar contra instituições e indivíduos opositores ao regime. O empréstimo estrangeiro gerava dívida externa elevada para os padrões econômicos do Brasil, obras consideradas faraônicas foram executadas, como a rodovia Transamazônica, a ponte Rio-Niterói, a Hidrelétrica de Tucuruí, o Projeto Carajás, dentre outras.

Todos estes megaempreendimentos alteraram consideravelmente o ambiente por onde passavam. A construção da rodovia Transamazônica abriu a floresta amazônica de leste a oeste, expôs e desconsiderou vasta biodiversidade. O mesmo ocorreu com os demais empreendimentos edificados. Mesmo que os anos entre 1974 a 1979 tenha iniciado um lento processo de transição rumo à democracia<sup>61</sup> somente na década de 1980 se consolidou com muito esforço dos movimentos sociais, organizações estudantis e partidos políticos favoráveis ao fim do regime.

---

<sup>60</sup>Na Lei de 1989 e na Medida Provisória de 1998, algumas modificações importantes foram feitas, como se vê no Art. 2º - Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação naturais situadas: a) ao longo dos rios de qualquer cursos d'água desde os seus níveis mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja: 1) de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura; 2) de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura; 3) de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura; 4) de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) e 600 (seiscentos) metros de largura; 5) de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros; b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios, d'água naturais ou artificiais; 3 c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura. d) no topo de morros, montes, montanhas e serras; e) nas encostas ou partes destas com declividade superior a 45°, equivalente a 100 % na linha de maior declive; f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues; g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais; h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.

<sup>61</sup>Tratou-se do caso mais longo de transição democrática: um processo lento e gradual de liberalização, em que se transcorreram 11 anos para que os civis retomassem o poder e outros cinco anos para que o presidente da República fosse eleito por voto popular (KINZO, 2001).

Embora o governo brasileiro tenha se colocado contra a preocupação e os controles ambientais resultado da conferência, com receio do cerceamento internacional do processo de industrialização, não deixou de criar no ano seguinte, 1973, a Secretaria de Meio Ambiente (SEMA) subordinada ao Ministério do Interior (LOPES, 2006). A SEMA refletia a demanda de controles ambientais por parte de uma minoria advertida de técnicos governamentais e a oportunidade de chancela institucional para captação de recursos financeiros internacionais para os quais as garantias ambientais eram necessárias.

Além deste reflexo no Brasil outros se deram, tais como a vazão aos anseios profissionais de engenheiros e técnicos convictos de ampliar sua área de atuação por meio de novas concepções teóricas e administrativas que significavam certa reconversão de suas atividades. Houve ainda a criação de novas instituições de controle ambiental em São Paulo, como a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB), em 1974, e no Rio de Janeiro, a Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) em 1975.

Outra mobilização do governo militar (LOPES, 2006, p. 38) se configurou no “licenciamento ambiental” para as atividades industriais, obras de construção civil, serviços, que possam causar “impactos” sobre a natureza, o patrimônio urbano ou a saúde pública. Dentro das novas diretrizes das duas instituições criadas em São Paulo e no Rio de Janeiro, foram elaborados o Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras (SLAP<sup>62</sup>) e o *Environmental Protection Agency* (EPA), Agência Federal de Controle Ambiental norte-americana.

Em 1981, no regime militar, o qual tinha à frente o presidente João Figueiredo, foi sancionada a lei no Congresso. A mesma dispunha sobre a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), bem como aponta fins e mecanismos de formulação e aplicação (BRASIL, 1981). Desta maneira, o arcabouço institucional federal foi erguido em parceria com a SEMA, a qual ligava-se à Presidência da República e Conselho Nacional de Meio Ambiente (CNMA), órgão consultivo e deliberativo. Além deles, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) compôs o quadro institucional. Constitui-se em nível federal o que vinha se estabelecendo em nível estadual.

Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e outros criaram mecanismos de articulação federal em união com o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SNMA). As demandas institucionais de ambientalistas e técnicos envolvidos na administração ambiental ganham força. Diante disso foi realizado trabalho de normatização, utilizando-se da listagem e

---

<sup>62</sup>O SLAP foi instituído por decreto do governo estadual em 1977, que também publicou o Manual de Meio Ambiente (FEEMA, 1979), onde foram consolidados os procedimentos, as normas e a legislação pertinente.



da classificação de substâncias nocivas e procedimentos perigosos feitos em nível de alguns estados, como Rio de Janeiro e São Paulo. Tais procedimentos foram transformados em normas federais, 20 anos depois, com resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), em 1996/1997.

Houve mudanças também no campo das camadas profissionais, e além dos engenheiros sanitaristas, químicos e industriais, houve a criação de economistas e juristas ambientais, lembrando-se dos biólogos, dos geógrafos e dos agentes de saúde pública. Deste modo, além da problemática ambiental, houve a revalorização de profissionais devido à necessidade de buscar resposta nos diferentes campos das ciências para as questões ambientais que precisavam ser resolvidas.

Contudo, enquanto o mundo preocupava-se com os danos ambientais, no Brasil vivia-se um estágio de desenvolvimentismo cujas preocupações passavam ao largo das questões ecológicas. O Brasil polarizava duas vertentes do movimento ecológico: 1) a visão ambientalista expressa em setores mais ligados aos postos de governo ou internacionais e 2) a ideologia ecologista vinculada a setores que criticavam radicalmente aquele modelo de desenvolvimento.

O movimento ecológico emergiu no Brasil na década de 1970<sup>63</sup>, no período de ditadura militar que combatia de maneira cruel os diversos movimentos como os sindicatos de trabalhadores e o movimento estudantil (GONÇALVES, 1993). As fontes mais presentes de preocupação ecológica, por estarem no poder, se deram pelos estados. Os investimentos estrangeiros para serem alcançados teriam que adotar medidas de preservação para obter recursos. Assim, os movimentos sociais gaúchos<sup>64</sup> e fluminense, que já vinham defendendo

---

<sup>63</sup>Na Europa da década iniciada em 1960, proliferaram pensadores importantes, os quais expressaram suas preocupações com a perda dos elementos naturais que visivelmente estavam sendo agredidos sem que as consequências desta agressão fossem consideradas. Foi nesta década que a preocupação com a conservação ecológica reascendeu como forma de expressar a repulsa aos altos índices de poluição já registrados. Destacaram-se nesta época os livros “Primavera Silenciosa” de Rachel Carson, 1962, “Tragédia dos Bens Comuns”, de Garrett Hardin, 1968 e “Antes que a natureza morra” de Jean Dorst. (Lopes, 2006, p. 38). Esta foi a década do alerta sobre os problemas ambientais ou socioambientais, os mesmos estavam integrados a movimentos, como por exemplo, da classe operária, da contracultura (hippies e rock), antirracistas, pacifistas, feministas, entre outros. Esses movimentos sociais representaram um forte alerta para diferentes setores da sociedade. Foi neste contexto que se deu o início da divulgação popular da Ecologia e do conceito de ecossistemas, ressaltando a importância do “equilíbrio ecológico” desses sistemas naturais para a preservação do homem. O fato é que, nos anos de 1960, teve início movimentos com outros valores culturais e de referenciais de vida. O efeito conjunto desses movimentos provocou o surgimento de novos valores que priorizaram melhores condições de vida à humanidade e não apenas os problemas do consumismo, colonialismo, exploração predatória etc. O manifesto dos problemas ambientais se engajou na chegada desses novos valores, integrando um movimento mais amplo que exigiu maior senso de justiça social, reformulação dos critérios de produção e da atuação mais efetiva dos governos junto à sociedade civil para a garantia de melhores condições de vida a todos.

<sup>64</sup>Liderado por José Antônio Kroeff Lutzenberger agrônomo, escritor, filósofo, paisagista e ambientalista brasileiro que participou ativamente na luta pela preservação ambiental. Segundo o Jornal Correio do Povo (2002),

teses ecológicas contra os agrotóxicos, preservação das águas no Rio Grande do Sul, preservação das dunas no Rio de Janeiro, bem como a atenção aos exilados políticos, obtêm a atenção financeira.

Historicamente a degradação ambiental no Brasil foi contínua,<sup>65</sup> principalmente devido ao discurso dos tecnocratas brasileiros que na década iniciada em 1970, ao participarem de seminários e colóquios internacionais, defenderam projetos para as indústrias de potencial poluidor, com a justificativa de acabar com a miséria, a qual seria a principal poluição na visão deles. Com isso tentaram atrair capital estrangeiro. O país ficou desacreditado internacionalmente ao adotar tais políticas, visto que a natureza reduziu a matérias-primas e o homem a mero produtor na construção da sociedade capitalista de produção e de consumo.

Entre os principais fatores desta formalização destaca-se a escravidão do negro que serviu de mão-de-obra explorada para as plantações monocultoras, a devastação crescente da Pan-Amazônia com a expulsão de milhares de caboclos e posseiros, agressão e extinção de algumas etnias (LOUREIRO, 1992; ASSIS, 2008; GÓES, 2010; ARAGON, 2013). Então, homem e natureza considerados bens de uso em favor do desenvolvimento levaram Baumfeld (1985, p. 21) à reflexão: “Se o elemento humano foi depredado e triturado desta forma, o que não dizer do ambiente natural, considerado um bem abundante e barato”. Esta situação caracterizou o cenário latino-americano por todo o século XX.

As políticas públicas para a Amazônia na primeira metade do século XX têm caráter desenvolvimentista, portanto não há preocupação com a questão ambiental. Um conjunto de políticas públicas, com o propósito de impulsionar a integração econômica na região é posto em prática sob a orientação do Artigo 199 da Constituição de 1946 e a Lei complementar nº 1.806<sup>66</sup>. Com isso, o governo queria investir, por meio de planejamento e coordenação da política de desenvolvimento na região, mas com os benefícios voltados para fora.

---

“ele foi pioneiro, um dos mais importantes ambientalistas do mundo”. Esta era a visão que alguns tinham de Lutzenberger.

<sup>65</sup>Desde o século XVI é que o processo inicia e toma curso e muitos projetos desenvolvidos em todo o Brasil colônia até a atualidade se tem uma degradação acentuada, mesmo que em diferentes níveis. Pode-se dizer que o stress sobre a biodiversidade ambiental nunca teve trégua.

<sup>66</sup>A Constituição Federal de 18 de setembro de 1946, no art. nº 199, dispõe que – “Na execução do plano de valorização econômica da Amazônia, a União aplicará, durante, pelo menos, vinte anos consecutivos, quantia não inferior a três por cento da sua renda tributária. Parágrafo único - Os estados e os territórios daquela região, bem como os respectivos Municípios, reservarão para o mesmo fim, anualmente, três por cento das suas rendas tributárias. Os recursos de que trata este parágrafo serão aplicados por intermédio do governo federal”.

As políticas eram voltadas para o Nordeste e tinham a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) à frente, com base na Lei nº 3.995/1961, Artigo 34. A mesma restringia-se a incentivos para a implantação de setores industriais nacionais. Em 1963, a Lei nº 4.212 estende esta política utilizando o artigo nº 34 como suporte de política desenvolvimentista para a Amazônia, com os mesmos mecanismos utilizados para o Nordeste (BRITO, 2001). Com isso, se tinha uma visão geral das regiões, bem como acreditava-se que tal ação não impactaria de maneira diferente o ambiente e o modo de vida das pessoas.

As políticas denotam a interferência das indústrias e da ação do homem nas cadeias alimentares eliminando espécies de animais e vegetais pelo uso de produtos químicos, substâncias tóxicas e metais pesados. O desmatamento das margens dos rios, a poluição das águas e do ar, o desgaste e empobrecimento do solo também se intensificaram com o avançar do tempo. As normas de cunho ambiental para regular estas ações tiveram seu incremento legislativo somente nos últimos vinte e cinco anos, quando se verificou um aperfeiçoamento dos meios de atuação dos movimentos ambientalistas, da mídia e permitiu-se então denunciar o estágio de crise ecológica que o Brasil vivia.

Inicialmente, a legislação ambiental brasileira caracterizou-se por oferecer pequenas garantias ambientais, inseridas em códigos e leis de caráter administrativo, avançando para a existência de uma legislação agrária, que passou nos últimos vinte e cinco anos para o surgimento de normas específicas de tutela do meio ambiente. Foi a partir da década iniciada em 1980 que surgiu a maioria das disposições ambientais brasileiras, decorrente do movimento ambientalista (BANCO DO NORDESTE, 1999). A nova postura no relacionamento sociedade/natureza pedia, à medida de seu avanço teórico-prático, a evolução e aprimoramento do Direito Ambiental no plano legislativo.

Na segunda metade dos anos de 1980, o governo de José Ribamar da Costa Sarney (15 de março de 1985 - 15 de março de 1990) comandou muitas das decisões voltadas para os arranjos da política ambiental desta década. Certamente, houve avanços em contrapartida às agressões já praticadas no processo para o desenvolvimento da economia nacional e por ocasião do desenvolvimentismo pregado pelo regime militar. O governo interino se firma após a morte de Tancredo Neves, primeiro presidente civil eleito depois de mais de vinte anos de regime militar. A redemocratização era a questão mais premente.

Destacam-se três momentos normativos importantes neste período: a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81), que pela primeira vez conceituou o meio ambiente no plano legislativo; a Lei nº 7.347/85, que disciplinou a Ação Civil Pública por danos causados ao meio ambiente e outros bens de valor artístico, paisagístico, estético e histórico; e a

Constituição Federal de 1988, que além de consagrar diversos institutos voltados para a proteção ambiental, dedicou um capítulo à disciplina da relação do cidadão brasileiro com o meio. Contudo, a transição negociada do governo militar para o democrático não evitou que pendências ambientais estivessem na pauta.

Amostras desta situação vê-se na pressão política estadunidense em matéria nuclear, negociação quanto as cotas da hidrelétrica de Itaipu. A cobrança internacional sobre a atenção devida ao meio ambiente, segundo Corrêa (2017, p. 363), fez com que os países em desenvolvimento perdessem o controle da agenda internacional “e viram temas como a nova ordem econômica internacional, o novo direito do mar [...] narcotráfico, degradação ambiental, direitos humanos, imigração ilegal, conflitos regionais, democratização”. Então direitos humanos, meio ambiente e energia nuclear eram temas que o Brasil procurava evitar.

O governo Fernando Collor (1990-1992) terminou com *o impeachment*, mas houve tempo de atuação na política pública ambiental para a Amazônia, com a prorrogação da suspensão dos subsídios e incentivos fiscais para agropecuária na Amazônia; suspensão do programa de ferro-gusa da Amazônia oriental; maior monitoramento e fiscalização do desmatamento com queda de 50% nas queimadas nos meses de agosto a outubro de 1990, se comparado com o ano anterior; e início da elaboração do macrozoneamento ecológico-econômico. Em relação ao restante do país, o fim do programa nuclear dos militares e adesão do Brasil à política ocidental de não proliferação nuclear foi o conjunto de ações da agenda do governo (D’INCAO, 1994; OLIVEIRA, 1998; ARNT, 2004).

O ponto forte da retórica pró-ambientalista de Collor não se traduziu na realocação do gasto público em favor da proteção ambiental. Contudo, apesar das dificuldades orçamentárias, adotou algumas medidas favoráveis na Amazônia: demarcação da reserva Yanomami, em acordo com as reivindicações dos indígenas e seus aliados depois de um forte conflito com os militares e as elites amazônicas; convocatória do governo brasileiro, às reuniões de presidentes do Pacto Amazônico e do Mercosul. A ordem mundial na direção do desenvolvimento sustentável era discutida, bem como os países do hemisfério Sul deviam realizar esforços para lidar com os problemas ambientais globais (MAGALHÃES MOURA 1996; VIGEVANI 1997).

A organização e a posição brasileira na Conferência Rio-92 contaram com o secretário do Meio Ambiente/PR-SEMAM1990/1992, José Antônio Kroeff Lutzenberger, e posteriormente por José Goldemberg, março de 1992 a julho de 1992. O processo de globalização da política ambiental em nível mundial (VIOLA, 1992; 1998) apresenta-se no Brasil para o evento, com destaque para dois vetores específicos: 1) ter se tornado consenso

mundial (comunidade científica e formadora de opinião pública) a importância da Amazônia, prioridade nos esforços de proteção das ONG ambientalistas internacionais; 2) a formação de vastas coalizões transnacionais em torno de algumas questões específicas amazônicas, como os impactos negativos de grandes projetos - Polo Noroeste, Balbina, Tucuruí, pavimentação da BR-364<sup>67</sup> -; o assassinato de Chico Mendes em 1988 e seu legado na concepção das reservas extrativistas; o estabelecimento das reservas indígenas; o garimpo e a contaminação das cadeias alimentares; a expansão predatória da indústria madeireira; biopirataria e os direitos das populações tradicionais quanto aos lucros da biotecnologia (VIOLA, 1998). Tais fatos fundamentaram a questão ambiental deste bioma em meio ao processo de globalização da Conferência.

O governo Itamar Franco (1992-1994) caracterizou-se pela estagnação e resistências à globalização da política ambiental. Em 1992, criou o MMA sob a gestão do senador paraense Coutinho Jorge. O MMA não teve atuação positiva devido à convergência de vários fatores, que favoreceram a perda da importância da questão ambiental na opinião pública. Depois do auge da Conferência do Rio havia menor sensibilidade aos temas ambientais. Os compromissos não foram assegurados atrasando a aprovação de financiamentos internacionais disponíveis voltados para Amazônia que somados ao corporativismo dos funcionários do IBAMA criaram entraves ao processo.

Mas, as necessidades de cuidados com as fronteiras nacionais dentre outras os militares pressionam o governo Franco para a criação de um sofisticado Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), bem como um ministério para a coordenação das ações governamentais na região. Em seguida passou a fazer parte do MMA. O sistema combinou a visão clássica da defesa nacional com a tecnologia, um dos pilares da globalização. O SIVAM tornou-se útil para o avanço do Estado de Direito na Amazônia, assim como permitiu monitorar os movimentos de narcotraficantes, garimpeiros e madeireiros.

Apesar de tudo isso, durante os governos de Fernando Collor e de Itamar Franco continuou crescente a importância que se atribui nos discursos oficiais às questões ambientais. No entanto, o que prevaleceu foi a ênfase conferida aos temas relacionados à segurança e à preservação do território e o projeto SIVAM veio para isso. O que não significa que tal

---

<sup>67</sup>O traçado completo da rodovia BR-364 perfaz mais de três mil quilômetros, passando por seis estados: São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre. A sua porção norte é a conhecida 'saída para o Pacífico', originalmente idealizada nos governos militares – embora hoje se pense em outras 'saídas para o Pacífico' pelo próprio Acre (via BR-307, próximo a Assis Brasil), pelo Mato Grosso (a partir de Cáceres) e pelo Mato Grosso do Sul (a partir de Corumbá). A estrada foi asfaltada em alguns trechos de seu percurso, mas ficou inacabada em outros. Além disso, devido passar por parques ambientais e terras indígenas, sofreu vários embargos. Mas as obras continuam e a cada ano, tem-se a esperança de que o governo conclua esta rodovia (LIMA, 2001, RODOVIAS, 2017).

proteção seja devido às riquezas, visto que empresas estrangeiras entram para fazer a mineração em acordos econômicos assimétricos realizados com o governo brasileiro sem que as comunidades que vivem na localidade recebam *royalties* pelo recurso subtraído.

De acordo com Pieranti e Silva (2007), as riquezas minerais são a outra parte dos recursos naturais existentes em todo o território amazônico. O ouro, o petróleo, o manganês, o diamante, reservas de pelo menos 12 minerais diferentes estão espalhadas em toda a área. Algumas destas riquezas estão em terras indígenas e em processo de exploração. Para se ter ideia residem entre 320 e 350 mil índios, em cerca de 11,01% do território nacional. Das terras indígenas, 83,72% estão na região Norte, principalmente na Floresta Amazônica.

Devido à estabilidade econômica e política, o funcionamento das instituições representativas, a ampla liberdade de imprensa e a existência de uma ativa oposição, dentro e fora do Congresso (MIRANDA, 2011), pode-se afirmar que, durante os governos FHC (1994-1997/1998-2002), o processo de redemocratização deu um importante passo. Contudo, as contradições na implementação da agenda de reforma básica deixam ver que não havia condução para a integração da política ambiental e sustentabilidade das políticas públicas nas demais instâncias sociais. A preocupação maior estava no campo econômico sem considerar o meio ambiente.

Apesar disso, o governo se vê obrigado a atender aos interesses da sociedade em termos de crescimento econômico e social, para isso procura reorientar o modelo de expansão que levou ao desmatamento. Entre outras iniciativas importantes implementou o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPTAL), com apoio do grupo dos sete países mais ricos (G-7). A iniciativa possibilitou avanços na contenção dos desmatamentos ilegais, na demarcação de terras indígenas e na descentralização das ações ambientais com os estados e municípios.

O projeto SIVAM-SIPAM,<sup>68</sup> com o uso de aeronaves de sensoriamento, estações receptoras de imagens e plataformas de radares, além de recursos de inteligência artificial, compôs uma rede de monitoramento e análise a serviço da prevenção de danos à natureza e do mapeamento das possibilidades de aproveitamento racional e sustentável da Amazônia. Mesmo que a proteção ambiental não tenha tido o destaque necessário na plataforma do governo FHC, Almeida (1996), Diniz (1997) e Santos (1997) asseveram que alguns programas voltados para a Amazônia foram desenvolvidos.

---

<sup>68</sup>O governo federal idealizou em 1990 o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM), denominado posteriormente de Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM), (SIPAM, 2007). O projeto SIPAM tem como objetivo precípuo “integrar informações e gerar conhecimento atualizado para articulação, planejamento e coordenação de ações globais de governo na Amazônia Legal brasileira”.

As políticas públicas do governo FHC foram limitadas no referente a sustentabilidade ambiental. Os programas “Brasil em Ação” e “Avança Brasil” foram um conjunto expressivo de projetos governamentais, em que o desenvolvimento não alinhava compromisso com a sustentabilidade. Por mais visíveis os sinais de institucionalização dos sistemas de controle ambiental, eles eram periféricos em relação aos sistemas de poder e tinham aparatos pouco eficientes. A dependência da legislação contraditória e de políticas setoriais de curto prazo deixava as questões ambientais programadas na CNUMADH, fora da prioridade da agenda governamental.

Note-se que a política ambiental internacional do Brasil é defensiva. Lembrem Viola e Leis (1997) que a mesma deixa de aproveitar, nas negociações globais, as oportunidades que sinalizam vantagens comparativas. Tal atitude promove forte peso às fontes renováveis na matriz energética atual (hidroelétrica e biomassa) e potencial (solar e eólica); maior biodiversidade do planeta e conseqüente potencialidade de desenvolvimento biotecnológico transnacionalizado. No que tange às florestas distribuídas nos biomas Amazônia e Mata Atlântica, estas produzem um serviço ambiental global no sequestro de carbono – recurso que falta ser mais bem aproveitado nas transações comerciais.

As decisões governamentais trazem ideologias partidárias. Na política internacional, Viola (1996) refere-se a três forças: aos nacionalistas e as forças cujos interesses e orientação localizam-se na escala mundial, globalistas. Aos que assumem a proteção ambiental combinada com o desenvolvimento econômico e as forças que são favoráveis ao desenvolvimento econômico sem consideração da proteção ambiental, predatórios. Aos favoráveis a certa redistribuição progressiva da renda em escala nacional e internacional e as forças conservadoras do ponto de vista social, conservadores. Estas se combinam e regem as ideias de diferentes partidos políticos de diferentes países.

Os globalistas conservadores são a força dominante no sistema mundial, eles representam o que geralmente denomina-se neoliberalismo. O Brasil se inclui nos nacionalistas conservadores, mas não somente, isto varia conforme o partido político. Estes posicionamentos não são tão rígidos, mas norteiam suas ações quando precisam defender algum projeto de política pública ambiental, principalmente quando há o envolvimento de comunidades tradicionais, temas pouco conhecidos e tratados com a devida atenção.

Num processo contínuo e reforçado os governos do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006/2007-2010), que assumem, têm sua ideologia. Neste período notam-se avanços, principalmente quanto às questões sociais. Mas, as políticas públicas ambientais não tiveram a melhoria esperada. Em 2003, no início do primeiro governo, foi escolhida para o

MMA, a senadora Marina Silva. Neste sentido, havia outra expectativa para este governo, que tinha uma proposta participativa. A ideia é ouvir a população em busca de um desenvolvimento plural, com o pleno envolvimento das comunidades e da sociedade, especialmente na questão ambiental.

Para que isso fosse possível, quatro linhas básicas marcaram a política ambiental, no MMA: 1) promoção do desenvolvimento sustentável, não só no aspecto ambiental, mas também no social e no econômico; 2) controle e participação social, com a colaboração qualificada e efetiva da sociedade nos processos decisórios; 3) fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), com a gestão ambiental compartilhada entre os governos federal, estaduais e municipais; e 4) envolvimento dos diferentes setores do Poder Público na solução dos problemas ambientais (KAGEYAMA; SANTOS, 2012). A isso se chamou de princípio da transversalidade, onde a questão ambiente entra na agenda de todos os ministérios e demais órgãos públicos.

A transversalidade do tema ambiental significava que a questão ambiental deveria fazer parte de todos os outros setores do governo. A ideia de caráter plural cruza os diversos temas dos setores do governo e da sociedade (BRASIL, 2006). Portanto, os princípios que embasam as propostas de governo Lula, para o meio ambiente - conservação e uso sustentável – têm a transversalidade onde a questão ambiental está incluída e a hierárquica de temas não ocorre. Então, com isso ocorre o contrário, a interpretação do tema ambiental pode ser absorvida pelos outros setores do governo.

Além destas metas, as políticas públicas precisam estar espelhadas na realidade da Região Amazônica, assegurar a biodiversidade e considerar a população local. Nesse sentido, o Plano Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), instituído em abril de 2006, pelo Decreto nº 5.758, estabelece uma política de gestão integrada para o conjunto das áreas protegidas brasileiras, com meta de englobar 40% do território nacional até 2015.

No entanto, a ação transversal de envergadura do primeiro governo Lula foi o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), instituído em 2003 por Decreto Presidencial (PIERANTI; SILVA, 2007). O resultado exitoso com repercussão internacional envolveu vários ministérios. Apesar disso, percebe-se, pelos dados na Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG), que o projeto de maior aptidão do governo não alcança seu intento, pois o Brasil até 2013 esteve em primeiro lugar no *rank* de país da Pan-Amazônia que mais desmatou.

O Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDS) atua na estratégia de forma transversal tanto com entidades do governo quanto com a sociedade civil, e tem presença nos



conselhos, comissões, comitês, fóruns e outros grupos. Os informes contidos no *website*<sup>69</sup> indicam que os órgãos do colegiado são vias de diálogos, debates e proposições de ações de políticas públicas, como de fiscalização. Desta forma, buscam desenvolver mecanismos, critérios, estratégias e diretrizes para ações referentes à assistência social, renda de cidadania, segurança alimentar e inclusão produtiva.

Além disso, os órgãos colegiados existentes com maior participação são: Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN), Comissão Intergestores Tripartite (CIT), Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT) e Comitê Interministerial de Inclusão Social dos Catadores de Materiais Recicláveis (CIISC). Todos estão vinculados transversalmente ao atendimento das necessidades das populações tradicionais. Com essa organização as instituições alcançam as comunidades tradicionais, parcela da sociedade importante para compor tal tática.

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC<sup>70</sup>) é um programa de política pública estruturante dos governos Lula/Dilma e tentou cruzar o tipo de economia estabelecida com a sustentabilidade para levarem o país ao desenvolvimento. O PAC foi lançado em 2007 e o PAC II foi lançado em 2010. O programa se constitui num conjunto diversificado de 36 ações legislativas e não legislativas postas em prática. Segundo os informes do próprio programa nem todas foram concluídas. Das 10 maiores obras anunciadas no lançamento do programa, apenas dois, na área de petróleo, foram totalmente concluídas. A falha trouxe serias críticas à política pública governamental.

Além dessas, o programa coloca em operação três usinas de energia e uma refinaria, mas de forma parcial – ainda em obras (BRASIL, 2007). O programa foi a plataforma de seu governo e se estendeu para o mandato seguinte.

A plataforma do governo lançou o Plano Amazônia Sustentável (PAS) dentro do mote “Brasil um país de todos”. O documento é um diagnóstico da Região Amazônica, o qual envolveu as secretarias dos Ministérios da Integração Nacional (MIN<sup>71</sup>), MMA<sup>72</sup> e Ministério

---

<sup>69</sup>Para mais informações, ver: <<http://www.mds.gov.br/>>.

<sup>70</sup>O PAC estabelece Projetos de Lei Complementar PLP nº 388/2007, onde preveem a Cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios na Área de Meio Ambiente. O projeto explicita competências a partir de uma interpretação do Texto Constitucional sobre quais matérias, no âmbito da competência comum, são de predominante interesse municipal, quais são de predominante interesse estadual e quais são de interesse nacional, no que se refere à temática do meio ambiente.

<sup>71</sup>Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional; Secretaria de Programas de Desenvolvimento Regional; Agência de Desenvolvimento Regional.

<sup>72</sup>Secretaria de Coordenação da Amazônia; Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Sustentável; Secretaria de Recursos Hídricos; Secretaria de Biodiversidade e Florestas.

do Planejamento (MP<sup>73</sup>), assim como, os governos do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins. A iniciativa deu luzes para os diversos e diferentes temas que envolvem a Amazônia.

O balanço regional do diagnóstico aponta estratégias para o desenvolvimento regional, com atividades não predatórias; prevenção do abandono de novas fronteiras; prioridade para a recuperação de áreas alteradas por desmatamento devido à criação extensiva, assim como áreas abandonadas devem acolher iniciativas de reforma agrária. Sugere ainda, proteção especial ao núcleo florestal na fronteira norte do Pará e do Amapá, na época relativamente intocada. A estratégia para essa área é assegurar a conservação, seguindo os passos da recente implantação do Parque Nacional “Montanhas do Tumucumaque” (BRASIL, 2004<sup>74</sup>).

Mas é oportuno também mencionar a produção de biocombustíveis e a exploração das jazidas petrolíferas marinhas anunciadas em meados do governo Lula, o “Pré-Sal”. Os biocombustíveis prenunciam o desmatamento maior e em novas áreas. A mesma desponta como as novas economias que não se tem segurança em sua realidade. Como fator econômico subtrai do meio ambiente com a proposta de “desenvolver” o país em meio a grande insegurança política, administrativa e econômica, que já anunciada naqueles momentos do governo. Estas são questões que necessitam serem lembradas se considerar-se a relação intrínseca dos recursos naturais com a economia.

Os governos da presidenta Dilma Rousseff (2011-2014/2014-31.08.2016 com *impeachment*) não seguiram o caminho de seu antecessor. As sinalizações dos primeiros meses apontavam que não havia política pública ambiental voltada para assegurar os acordos da Conferência do Rio em 1992. As ONG relacionam os retrocessos às conquistas aparentemente asseguradas, pois não havia garantias que fossem postas em prática, como não ocorreu.

Os anacronismos levantados foram: (a) Regulamentação do Artigo 23 da Constituição Federal, por meio da Lei Complementar 140<sup>75</sup>; (b) interrupção dos processos de criação de unidades de conservação; (c) Medida Provisória nº 558 que excluiu 86 mil hectares de sete unidades de conservação federais na Amazônia para abrigar canteiros e reservatórios de quatro grandes barragens. Retraimento que trouxe incerteza para o futuro da Região Amazônica.

---

<sup>73</sup>Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégicos.

<sup>74</sup>O parque conta com 3,8 milhões de hectares.

<sup>75</sup>Retirou poderes de órgãos federais, tais como o IBAMA e o CONAMA, fragilizando esses órgãos que tiveram importância fundamental na redução do desmatamento da Amazônia e na construção da política ambientais ao longo dos últimos anos.

Outros procedimentos da agenda governamental foram também de encontro com os compromissos defendidos em campanha, como: (d) congelamento dos processos de reconhecimento de terras indígenas e quilombolas; (e) aceleração do licenciamento de obras com claros problemas ambientais e sociais. Além dessas diversas ações abriram para alteração de projetos, como a Proposta de Emenda Constitucional que visa dificultar a criação de novas Unidades de Conservação e o reconhecimento de Terras Indígenas; proposta do Decreto Legislativo para permitir o plantio de cana-de-açúcar na Amazônia e no Pantanal; bem como a discussão de mineração em áreas indígenas.

Dentro deste cenário negativo a sociedade organizada e a opinião pública asseveram o fato de que o Brasil vive um retrocesso sem precedentes na área socioambiental, o que inviabiliza a possibilidade de o país continuar avançando na direção do desenvolvimento com sustentabilidade e ameaça seriamente a qualidade de vida das populações atuais e futuras. Clark (2012), ISA (2012), Hazrae (2013) e Leandro e Gomes (2015) lembram que durante os oito anos da administração Fernando Henrique Cardoso e nos dois mandatos da administração de Luís Inácio Lula da Silva, houve tentativas de reduzir os mecanismos legais de proteção a florestas e ao meio ambiente. Porém, a maior parte foi impedida pelo Poder Executivo.

O abandono de políticas ambientais continua seu percurso no governo do presidente Michel Temer (2016-2018), ou seja, as políticas públicas ambientais seguem a fórmula do governo anterior, onde as medidas provisórias são bastante utilizadas. A Constituição Federal apregoa que essa possibilidade só deve ocorrer por lei, contudo não é o que vem acontecendo. A possibilidade de a supressão de áreas protegidas por meio da construção de hidrelétricas ocorrerem é considerável (FACHIN, 2017). Portanto, permanece a prática quanto ao abandono da criação de unidades de conservação, como retroagiram às já existentes.

**Imagem 1-** Parlamentares da oposição protestam contra as MP 756 e 758



**Fonte:** ISA (2017).

O plenário da Câmara dos Deputados aprovou, na tarde de 17 de maio de 2016, medidas que, na prática, significam a retirada da proteção ambiental de quase 600 mil hectares de florestas no Pará e em Santa Catarina. A redação original das Medidas Provisórias (MP) 756/2016 e 758/2016 enviadas ao Congresso, em dezembro, reduz duas UC no Pará, desprotegendo 305 mil hectares. Nas comissões mistas que analisaram as MP, senadores e deputados ruralistas ampliaram a extensão ameaçada para aproximadamente 1,2 milhão de hectares, o que afeta cinco UC (ISA, 2017). Então, somente sob pressões parlamentares e organizações ambientalistas, a base parlamentar do governo Temer retrocedeu.

Apresenta-se o Quadro 2 no qual se expõe a legislação ambiental brasileira, com o objetivo de exibir seu surgimento e crescimento diante das exigências da dinâmica socioambiental. A organização das leis consiste nos elementos, que se entende ser um passo para que dela saiam ações governamentais, planos, programas e projetos que contemplem as necessidades sociais.

**Quadro 2-** Legislação ambiental brasileira

<b>Lei</b>	<b>Característica</b>
Carta Régia	Estabelece o controle do corte e uso do pau-brasil.
Código das Águas Decreto nº24.643	Define o regime jurídico e de concessão das águas e foi atribuído a União o poder de autorizar ou conceder o direito de exploração da energia hidráulica.
Código Florestal, em 1934/Decreto 23.793/34.	A lei incentivava a retirada total das matas nativas desde que pelo menos 25% de reserva de lenha fosse replantado.
Lei 3.365, de 1941	Regula a desapropriação, a mineração foi alçada ao patamar de utilidade pública.
Código Florestal (lei 4.771/65) (alterada pela lei 7.803/89 e pela Medida Provisória n.º 1.605-30/98).	Congresso Nacional decreta e sanciona a seguinte Lei. As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem são bens de interesse comum a todos os habitantes do País.
Lei nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977.	Dispõe sobre as áreas especiais e locais de interesse turístico.
Decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979.	Regulamenta os parques nacionais brasileiros.
Decreto nº 86.176, de 06 de julho de 1981.	Regulamenta as áreas especiais e locais de interesse turístico, e dá outras providências.
Decreto nº 89.336, de 31 de janeiro de 1984.	Dispõe sobre as reservas ecológicas e áreas de relevante interesse ecológico, e dá outras providências.
Constituição da República Federativa do Brasil/1988	A Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulga a CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL.
Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998	Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992.
Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000.	Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC) e dá outras providências.
Decreto nº 4.326, de 08 de agosto de 2002.	Institui, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA), e dá outras providências.
Decreto nº 4.519, de 13 de dezembro de 2002.	Dispõe sobre o serviço voluntário em Unidades de Conservação Federais, e dá outras providências.
Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003.	Dispõe sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO) e a Comissão Nacional da Biodiversidade, e dá outras providências.
Decreto nº 4.704, de 21 de maio de 2003.	Dispõe sobre o Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO) e a Comissão Nacional da Biodiversidade, e dá outras providências.
Decreto nº 5.092, de 21	Define regras para identificação de áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade, no

de maio de 2004.	âmbito das atribuições do Ministério do Meio Ambiente.
Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006.	Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências.
Decreto-Lei nº 6.514 de julho de 2008	Regulamentou a Lei de Crimes Ambientais, prevendo sanções penais e Administrativas imediatas. Entre outros dispositivos, o decreto determina que os donos de imóveis rurais averbem em cartório a área destinada à reserva legal prevista no Código Florestal.
Código Florestal Lei 12.651/2012	Em seu artigo 3º, inciso VIII, alínea b', e inciso IX, alínea 'f', o qual menciona: "Art. 3º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por: VIII - utilidade pública: b) as obras de infraestrutura destinadas às concessões e aos serviços públicos [...] saneamento, gestão de resíduos, energia, telecomunicações, [...] bem como mineração, exceto, neste último caso, a extração de areia, argila, saibro e cascalho. IX - Interesse social: f) as atividades de pesquisa e extração de areia, argila, saibro e cascalho, outorgadas pela autoridade competente".

**Fonte:** Dados obtidos a partir de Machado (2004), ISA (2017). Organizado por Marlinda M. Patrício (2017).

A legislação relacionada acima focada nas UC mostra as leis que regem as florestas, as águas e o solo com enfoque para a mineração. As mesmas podem ser substituídas ou passar por acrescentes conforme o interesse da União, especialmente se o governante tiver em sua agenda, ações de políticas públicas econômicas voltadas para o uso dos recursos naturais. Ou seja, há instabilidade em se tratando dos recursos naturais existentes a serem utilizados. Portanto, mesmo que sejam consideradas APNU não estão isentas de serem desqualificadas para atender os objetivos relativos ao “desenvolvimento” do país.

Note-se, a Resolução do CONAMA nº 369, na qual a mineração foi inserida, além do *status* de utilidade pública passou a ser atividade de interesse social. Então, a Lei nº 9.985/2000 do SNUC, ao instituir e classificar as Unidades de Conservação, realizou distinção entre Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. No que se refere às Unidades de Uso Sustentável, somente a categoria de Reserva Extrativista há expressa proibição em lei - artigo 18, §6º - quanto a haver mineração. No entanto, nada tratou sobre a realização da atividade mineradora no interior destas unidades.

Certo que da mesma forma, não existe previsão específica a respeito deste tema na Constituição Federal, Código de Minas, como também não há no atual projeto do Novo Código que tramita na Câmara dos Deputados Federais, Código Florestal, e outras leis. Observa-se a ocorrência de leis que tratam de assuntos semelhantes e que podem ser utilizadas, por analogia, para a realização da atividade mineradora nas Unidades de Conservação. Depreende-se que a situação é bastante delicada e não se pode assegurar que adiante seja possível a ocorrência de permissão.

Os projetos de lei nº 5.722/2009 e nº 3.682/2012, apresentados na Câmara dos Deputados Federais para regulamentar a matéria, foram arquivados. Mas não impediu que o Departamento Nacional de Prospecção Mineral (DNPM) recebesse vários títulos e requerimentos minerários, os quais se encontram em tramitação. Diante da questão, o referido órgão padronizou suas decisões e emitiu o Parecer nº 525/2010/FM/PROGE/DNPM, o qual estabelece: vedar a realização da atividade de mineração em todas as Unidades de Proteção Integral, nas Reservas Extrativistas e Reservas Particulares do Patrimônio Natural. Decisão necessária e urgente para o caso.

Contudo, exige-se permissão para as demais Unidades de Uso Sustentável nas zonas de amortecimento, corredores ecológicos e áreas circundantes de qualquer espécie de Unidade de Conservação por meio do licenciamento ambiental. Vê-se neste instrumento uma abertura para a possibilidade de se realizar estudo sobre o local. O Parecer nº 525/2010/FM/PROGE/DNPM foi citado pelo Superior Tribunal de Justiça no julgamento do Recurso Especial nº 1.399.898-PR. A decisão inscrita neste documento vai além do que foi determinado pelo SNUC e reafirma-se deixa a questão com certa clareza do que o governo quer quanto ao assunto.

Apesar de o tema requerer mais atenção, ele não difere dos demais, que exercem pressão sobre as APNU, por isso as leis elencadas. As diversas problemáticas colocam a sustentabilidade das comunidades tradicionais, que nestas áreas vivem, e a biodiversidade, em frágil situação. Em seguida apresentam-se alguns programas ambientais desenvolvidos em nível nacional.

**Quadro 3-** Síntese das políticas públicas ambientais em nível nacional

<b>Programa</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Instituição responsável</b>
Programa Nacional do Meio Ambiente (PNMA, 1993)	Contribuir para o fortalecimento das principais instituições ambientais brasileiras, bem como reforçar a capacidade de gestão ambiental nos níveis federal, estadual, do Distrito Federal e municipal.	IPHAN, Banco Mundial, IBAMA, ICMBIO e ANA.
Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA, 1994)	Integração equilibrada das múltiplas dimensões da sustentabilidade - ambiental, social, ética, cultural, econômica, espacial e política - ao desenvolvimento do País. O resultado deve ser melhor qualidade de vida para toda a população brasileira, por meio do envolvimento e participação social na proteção e conservação ambiental e da manutenção dessas condições ao longo prazo.	PRONEA, MMA, IBAMA, MEC, MCT, MINC.
Programa Brasil em Ação (1996-1999 <sup>76</sup> )	Listar, agregar e gerenciar um pacote de ações e obras do governo federal em parceria com estados, municípios e empresas privadas. Composto por um conjunto de 42 empreendimentos voltados para a promoção do desenvolvimento sustentável do país. Em 1999 foi para 58 empreendimentos.	Todos os ministérios relacionados ao tema e secretarias envolvidos.
Programa Avança Brasil (2004-2007)	Consolidar a estabilidade econômica; promover o crescimento econômico sustentado, a geração de empregos e de oportunidades de renda; eliminar a fome, combater a pobreza e a exclusão social, melhorar a distribuição de renda; consolidar e aprofundar a democracia, promover os direitos humanos.	Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPIE), do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP),
Programa Mais Ambiente (2009)	Criar condições necessárias para se sair do impasse ambiental existente na área rural.	MMA
Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPTAL)	Proteção das florestas tropicais brasileiras, ratificado na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMADH).	Financiado pelos governos dos países do G7, Países Baixos e União Europeia. Os recursos foram complementados com a contribuição do governo brasileiro, governos dos estados e sociedade civil. O Banco Mundial administrou o <i>Rain Forest Trust Fund</i> (RFT).

**Fonte:** Dados obtidos de Cardoso (2008); ISA (2017) e MMA (2017). Organizado por Marlinda M. Patrício (2017).

<sup>76</sup>Os programas estavam voltados para a saúde, educação, saneamento, emprego, água, turismo, agricultura, educação comunicação, transporte e energia.



O PNMA (1993) oficializa a atenção para a questão ambiental, a qual era percebida como uma política de Estado. A criação de uma estrutura – MMA -, ao menos em tese, voltada para esse fim, demonstra tal percepção. Nos programas dos governos seguintes ao evento CNUMADH, a temática ambiental sobreviveu nos programas “Brasil em Ação” e “Avança Brasil”. De acordo com Carvalho (2001), o governo FHC retomou os grandes investimentos em infraestrutura na Região Amazônica, com o objetivo de inserir o Brasil na economia global. Contudo, a forma de fazê-lo era pela perspectiva econômica, essencialmente.

Os projetos com o propósito de construir saídas para o Atlântico, o Caribe e o Pacífico, com a utilização de corredores de exportação, mostram que os projetos colaboraram para a fixação de atividades direcionadas para os setores de mineração, extração de madeira, pecuária e produção de energia, mas não surtiram o efeito esperado, que era a colonização da região (CARVALHO, 2001; CASTRO, 2004). A visão econômica para levar o país ao desenvolvimento “sustentável” não incluía o social como sujeito que poderia participar do processo decisório.

Outra questão foi a elaboração e desenvolvimento da Agenda 21 brasileiros em meio a estes programas, base da linha de atuação do MMA. Como plano de ação resultante dos compromissos assumidos pelo Brasil com a Agenda 21 global e com mais quatro acordos (Declaração do Rio, Declaração de Princípios sobre o Uso das Florestas, Convenção sobre a Diversidade Biológica e Convenção sobre Mudanças Climáticas), a agenda precisa estar na perspectiva das ações políticas. Todos esses acordos foram firmados mediante a decisão dos governos presentes na CNUMADH. Os governos seguintes se afastam cada vez mais e a pressão social tem garantido o cumprimento das metas das COP.

### **3.1 A história ambiental amapaense e as políticas públicas ambientais**

Na região Amazônica, o estado do Amapá possui dois distritos e 16 municípios. Sua maior parte é coberta pela Floresta Amazônica ou Hileia Brasileira, em torno de 73% do total, que corresponde a aproximadamente 97.000 km<sup>2</sup>. No entanto, na faixa oriental encontram-se campos cerrados, com árvores esparsas e esgalhadas, e o solo recoberto de gramíneas e manguezais. A paisagem não dista das demais em outros estados que fazem parte deste bioma.

No que se refere à população, o estado possui 398.204 mil habitantes, segundo o censo do IBGE de 2010. Contudo, a estimativa do Instituto (IBGE, 2015) é de 766.679 mil indivíduos. A população indígena corresponde a 7.411 mil indivíduos, 80,4%, conforme dados

obtidos do órgão Indigenista (FUNAI, 2012). A diversidade étnica apresenta uma população indígena que falam as línguas Wayãpi, Galibi, Palikur e creoulo (baseado lexicalmente no francês, falado por imigrantes do Caribe ou da Guiana e principalmente índios que vivem perto da Guiana Francesa) além do português. Frachetto (2000) mostra famílias linguísticas Tupi-Guarani, Karib e Aruak sem língua isolada.

O estado do Amapá é drenado por bacias hidrográficas que compõem a complexa rede de rios da bacia Amazônica. Essa abrange uma área de sete milhões de quilômetros quadrados, compreendendo terras de vários países da América do Sul (Peru, Colômbia, Equador, Venezuela, Guiana, Suriname, Bolívia e Brasil). É a maior bacia de regime misto (pluvial e nival) do mundo e que constitui um extenso meio de comunicação. Outra forma de convívio e mobilização é a rodovia BR-156, que abre a floresta de norte a sul a qual totaliza 964 km de estrada, que corta o cerrado e a floresta. Passa por sobre seus subafluentes e olhos d'água. No sentido de quem vai para o sul tem forte influência sobre a RERC.

Como se viu no quadro de programa de políticas públicas nacionais, a rodovia faz parte do plano de governo FHC Avança Brasil e depois do PAC. A malha rodoviária neste programa do governo está inconclusa. Para o estado, o Departamento de Transporte do Amapá (DETRAP) declara que a rodovia vai possibilitar uma nova alternativa para o escoamento da produção agrícola e abrir caminho para que aproximadamente 30.000 turistas franceses, que visitam a Guiana Francesa todo ano, cheguem com mais facilidade até o Brasil. Os programas visam o crescimento do país, mas não primaram pela atenção aos impactos que causam a biodiversidade e as comunidades locais.

Para as comunidades da reserva Cajari, como via de acesso, a estrada facilita a circulação, porém causa muitos problemas ambientais até hoje não solucionados, como desmatamento, que prejudicam fontes de água, entrada de estranhos na reserva e assim, a impossibilidade de controle sobre o fluxo de pessoas na reserva. Impactos diretos e indiretos, respectivamente, a serem mitigados com os órgãos públicos responsáveis em favor dos habitantes da reserva. A ASTEX-CA e as demais associações do médio e baixo Cajari, ASSCAJARI e ACIOBIO, lidam com os desdobramentos da abertura da estrada até hoje.

Para os que vivem no alto Cajari a estrada tem maior influência, afinal os principais negócios resultados do extrativismo têm na estrada meio de retirada dos produtos. No passado a madeira era exportada em toras transportadas para Portugal e Inglaterra, a saída dava-se pelos portos de embarque a Ilha do Cajari e Jarilândia. Bem como a borracha, balata e tudo que os portugueses pudessem negociar em Belém ou em outros mercados inclui-se frutas,

peles silvestres, peixes, caças e grãos. Então, as duas vias de transporte no passado e presente favorecem a comercialização e seu transporte.

Os negócios bem-sucedidos, resultados do extrativismo na RERC, garantem melhores condições de vida à população e é possível que possam fazer parte da busca por melhoria das condições do meio ambiente e da população que vive na reserva. As Nações Unidas, por meio de Metas de Desenvolvimento do Milênio<sup>77</sup> estabelecidas nos anos de 1990 procuram garantir ou melhorar a sustentabilidade ambiental. Então, com base em objetivos principais, é possível que tais propósitos cheguem até estas comunidades.

Dos oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) quatro se ressaltam: integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais; reverter a perda de recursos ambientais; reduzir significativamente a perda da biodiversidade; reduzir para metade a proporção de população sem acesso à água potável e saneamento básico; alcançar, até 2020 uma melhoria significativa em, pelo menos, cem milhões de pessoas que vivem abaixo do limiar da pobreza. Somente se os governantes tiverem ciência que tais propósitos devem constar de seus programas de governo é possível que alcance o estado e áreas tão distantes de seu centro de atenção.

Dentro desta perspectiva, ao se tornar unidade da federação, o primeiro governador eleito para o estado do Amapá – Annibal Barcellos – de 1991 a 1994 implementa políticas, com vistas à conservação e preservação da natureza e dos recursos naturais como política estadual. A Coordenadoria Estadual do Meio Ambiente (CEMA), criada em 1989 é regulamentada em 1991 por meio da realização de estudos e pesquisas de mapeamento dos ecossistemas do Amapá, com a finalidade de preservação da natureza.

Em seguida, os cuidados para a aprovação do Código Ambiental do Amapá, bem como da Lei nº 0165, de 18 de agosto de 1994, se criou um Fundo Especial de Recursos para o Meio Ambiente (FERMA<sup>78</sup>). A finalidade deste fundo é financiar planos, programas, projetos, pesquisas e atividades que visem o uso racional e sustentado dos recursos naturais, bem como a implementação ou auxílio de ações voltadas para o controle, a fiscalização, a defesa e a recuperação do meio ambiente (NASCIMENTO, 2014). Todas estas ações precisam estar em acordo com a Política Ambiental do Estado do Amapá, diretrizes e as ações prioritárias do Governo do Estado.

---

<sup>77</sup>O documento denominado Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foi adotado pelos estados-membros das Nações Unidas, o qual preconiza não medir esforços para alcançar, até 2015, o que foi determinado pelas metas estabelecidas nas conferências mundiais ocorridas ao longo dos anos de 1990.

<sup>78</sup>A FERMA possui natureza contábil autônoma e constitui unidade orçamentária vinculada à Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA), conforme o art. 2º da lei que criou o referido fundo da Lei nº 0165, de 18 de agosto de 1994.

Em seguida apresenta-se o Quadro 4 com as políticas públicas ambientais que o Governo do Amapá desenvolveu em seu plano de ação governamental desde que se tornou unidade da federação.

**Quadro 4-** As políticas públicas ambientais amapaenses

<b>Programa</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Instituição responsável</b>
Plano de Ação Governamental (1992-1995)	Desenvolver o estado.	Todas as secretarias
Criação de programas legais para gerir o meio ambiente	Fornecer suporte legal à gestão ambiental do Estado do Amapá.	-
Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá PDSA (1995) Programa Estadual de Gestão Ambiental (PEGA)	Monitorar o Sistema Integrado de Fiscalização Ambiental (SIFAM).	-
Pavimentação <sup>79</sup> da BR-156, ligar Macapá à fronteira com a Guiana Francesa (Oiapoque)	Integrar a economia do Amapá e interligar o Brasil por terra à Guiana Francesa	MT
Energia Gás Natural de Urucu segunda maior reserva de gás do país	Gerar energia elétrica para os estados de Rondônia, Amazonas e Amapá, sem qualquer dano ao meio ambiente; a produção será de aproximadamente 5 milhões de metros cúbicos/dia de gás natural dos campos de Urucu e Juruá, na Bacia do Solimões.	MME
Subprograma unidade de conservação e Manejo dos recursos naturais – Projeto Reservas Extrativistas	Testar modelos apropriados de gerenciamento econômico, social e ambiental, aperfeiçoar métodos e procedimentos utilizados pelas populações tradicionais na administração dos recursos renováveis. Reservas extrativistas Cajari (AP), Alto Juruá (AC), Chico Mendes (AC), Ouro Preto (RO).	IBAMA, CNPT
Programa Desenvolvimento Social Subprograma Vigilância em Saúde	Desenvolver ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde, à população, por meio do fortalecimento de ações e serviços integrados com a Atenção Primária em Saúde (APS), que assegure uma rede de acesso e diagnóstico, como suporte às Vigilâncias Epidemiológica, Sanitária e Ambiental.	Fundo Estadual de Saúde.

**Fonte:** Dados obtidos de Abrantes (2014), Porto (2005). Organizado por Marlinda M. Patrício (2017).

<sup>79</sup>Obra incluída no programa Brasil em Ação (1999).

O Amapá possui aproximadamente 16,2% da sua população habitando em invasões, baixadas, ressacas, favelas ou qualquer outro tipo de aglomerado subumano. Outros estudos realizados mostram que mais de dez mil moradias no estado não possuem serviços básicos, como: energia elétrica, rede de abastecimento de água, lixo coletado e rede coletora de esgoto. Numa visão geral, os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) (IBGE, 2005) mostraram que existiam 126,32 mil moradias nas áreas urbanas do estado e apenas 9,04 mil nas zonas rurais, contabilizando 135,32 mil domicílios em todo o estado. O déficit habitacional do Amapá é de 30 mil moradias.

Atualmente, uma intensa onda migratória o situa entre os estados cuja população mais cresce no Brasil, à taxa média de 5,7% ao ano. O inchaço populacional é causado, de acordo com o IBGE, pela chegada de imigrantes do Pará e do Nordeste. Na capital do estado, os investimentos do governo federal na construção civil atraíram milhares de pessoas ao estado, aumentando a população em até 3,4% ao ano. Tais investimentos deram ao estado uma das maiores médias nacionais de urbanização do país. Esta situação demonstra o baixo número de programas de governo ou a existência de grande número de planejamentos sem que suas ações realmente sejam cumpridas.

Os programas apresentados têm respaldo na legislação ambiental, por isso os planejamentos em nível de estado voltados para o meio ambiente e em especial na RERC precisam ser maiores. As informações mencionadas sobre habitação, abastecimento de água, energia, dentre outros não chegam a ser contemplados nos programas apresentados. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado é de 0,780 medidos pelo grau de escolaridade, renda, nível de saúde. Então, torna-se necessária a realização de políticas públicas para minimizar as diferenças sociais existentes no estado e, conseqüentemente no restante do país.

Tanto a Amazônia brasileira quanto a peruana, que se verá no capítulo seguinte, passaram por processos de exploração semelhantes – biodiversidade subtraída e populações tradicionais forçadas ao trabalho de extração das riquezas locais em situações de extrema pobreza. Por isso, entende-se que os programas e os projetos do governo precisam atender as demandas quanto a alcançar melhores condições de vida para as populações na atualidade. O governo Waldez Góes, eleito pela terceira vez, traz em sua plataforma de governo cinco programas dentre eles o social. No entanto, a questão ambiental vem embutida no programa de saúde. Quer dizer não há um programa específico voltado para a esfera ambiental.

Depreende-se, diante do exposto que os programas tanto em nível nacional como estadual podem não ser poucos, mas suas ações nem sempre ocorrem. No entanto, se são postos em prática não há a participação da população-alvo, bem como acompanhamento e

avaliação dos mesmos. Os acessos a programas são escassos e superficiais os conteúdos expostos nas *websites* do governo ou mesmo nas secretarias. Se no estado a cultura do processo decisório tem estes entraves, observa-se o mesmo nas administrações menores, como nas associações da RERC. Esta é uma situação comum de ser encontrada.

Portanto, entre o financiamento, o planejamento, a decisão, a participação e a integração dos setores governamentais junto às comunidades atendidas precisa haver conexão para que os objetivos sejam alcançados. Neste meio tempo ocorre a aproximação de instituições privadas que buscam realizar trabalhos dedicados à formação e à capacitação de pessoas, bem como fortalecer organizações nas áreas de manejo dos recursos naturais, gestão ambiental e territorial e outros temas relacionados à sustentabilidade. O método de atuação é em rede, e busca angariar parcerias, promover situações de interação e intercâmbio entre organizações da sociedade civil, associações comunitárias, instâncias de governo e do setor privado. Estas ações ocupam a lacuna deixada pelo poder público.

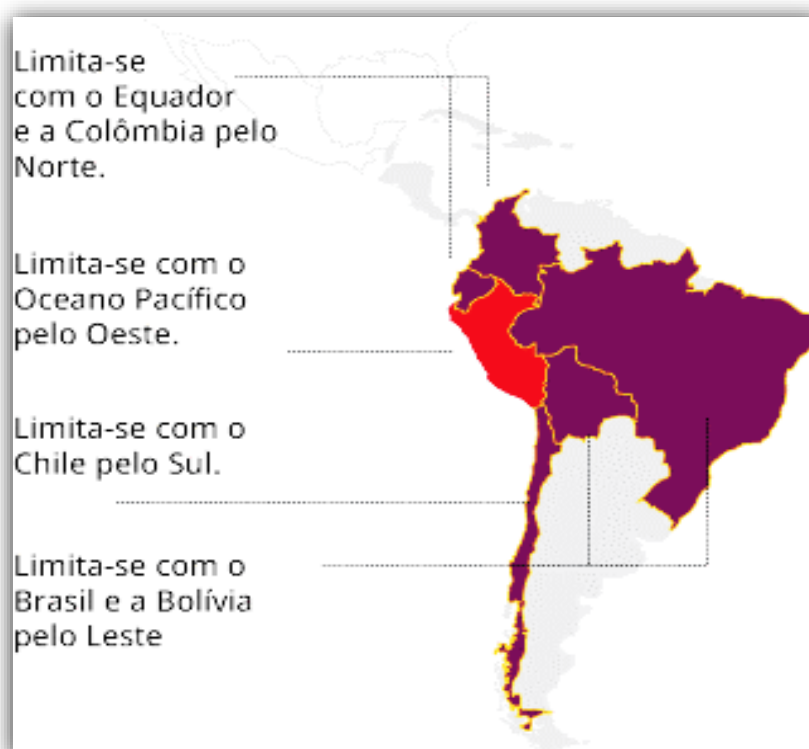
Na sequência tratar-se-á da história ambiental do Peru e sua legislação ambiental, com ênfase para a APNU e os Programas de Política Pública Ambiental (PPPA) voltados para o departamento de Loreto.

#### 4 HISTÓRIA AMBIENTAL PERUANA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS

O Peru, o terceiro maior país da América do Sul, com superfície de 1.285.215,6 km<sup>2</sup>, possui uma geografia complexa. Divide-se entre a costa do Pacífico, as elevações da cordilheira dos Andes e os vastos territórios de floresta densa na Amazônia. A população, estimada em levantamento realizado desde 2013 e divulgado em 2017, é de 31.826.018 habitantes. O crescimento populacional é de 1.1% e a esperança de vida é de 75.0 anos (PERU, 1993; INEI, 2017). Ou seja, é uma população que cresce e com boa expectativa de existência. Nestes dados consideram-se as grandes dificuldades em sua formação como país latino-americano.

O Peru está localizado na parte ocidental da América do Sul. Tem soberania sobre um território de 1.285.215 km<sup>2</sup> e 200 milhas marinhas do oceano Pacífico, assim como sobre 60 milhões de hectares na Antártida. O país tem fronteira total de 7,062 km com cinco países, Bolívia 1,212 km, Brasil 2,659 km, Chile 168 km, Colômbia 1,494 km e Equador 1,529 km (PERU, 1993; 2017), conforme a Figura 3

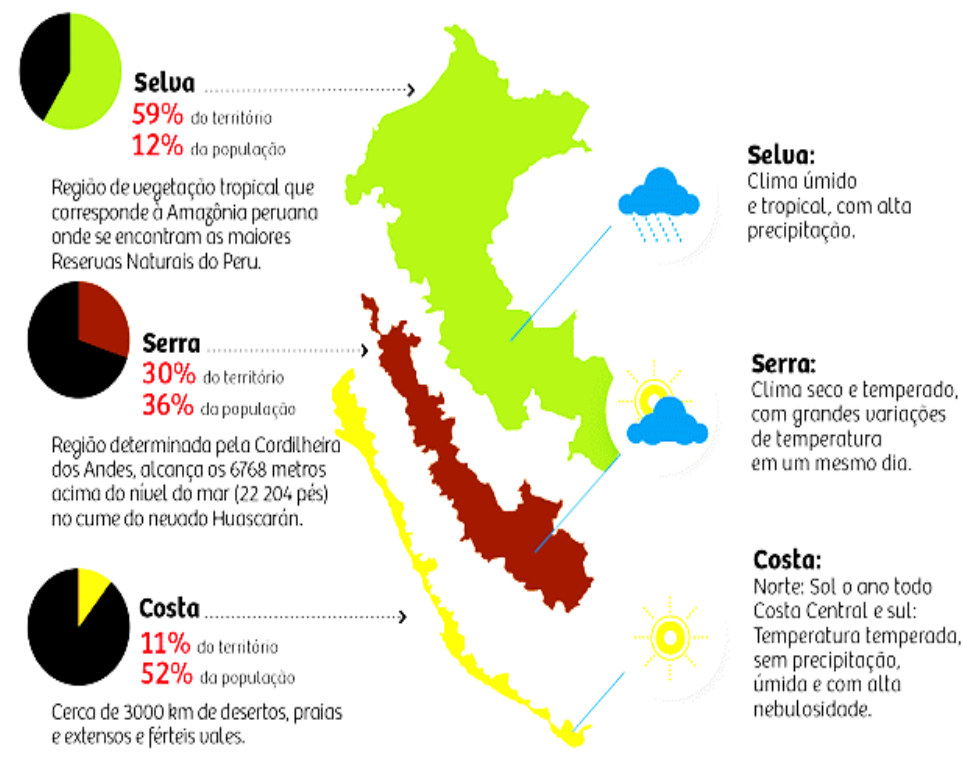
**Figura 3-** Localização das fronteiras do Peru com outros países



Fonte: Peru Travel

Com a geografia e o clima são muito diversificados, o Peru conta com 11 ecorregiões e 84 zonas de vida, das 117 existentes no mundo. O país possui multiplicidade de paisagens devido às suas condições geográficas, o que proporciona diversidade grande de recursos naturais. Identificam-se três regiões grandes e a maneira tradicional de dividi-las, conforme suas altitudes são: costa, serra e floresta (Figura 4).

**Figura 4-** Divisão do Peru em ecorregiões



**Fonte:** Peru Travel (2017).

A floresta, selva ou bosque localiza-se a leste. Ampla e plana, a região caracteriza-se pela cobertura da vegetação densa na bacia do rio Amazonas, que nasce da união dos rios Marañón e Ucayali. É a região mais extensa do território peruano, formada pela selva alta e média – montanhas que variam entre 700 msnm a 3.800 msnm – e baixa – 800 msnm. Distingue-se por seus bosques e nevados. Casualmente, entre os meses de maio e agosto, ocorrem “frijas” ou “surazos”, frentes frias provenientes do extremo sul do continente durante as quais a temperatura costuma baixar de 8°C até 12°C (KALLIOLA; PUHAKKA; DANJOY, 1993; PERU, 2017).

A serra é a região montanhosa do Peru, onde a cordilheira dos Andes domina a paisagem. Esta ecorregião possui diferentes níveis de altitude. Ao Norte os Andes são mais



baixos e mais úmidos do que a média, no centro são mais altos e empinados, local onde se encontra o pico mais alto do país, o nevado Huascarán, com 6,768 msnm. Ao Sul os Andes têm maior espessura, também conhecido como altiplano. A estação serrana é formada pelo verão (abril a outubro) com dias quentes, noites frias e pouca chuva, e o inverno (novembro a março), com chuvas abundantes. Porém, durante o dia, temperatura chega a 24°C, e à noite baixa até 3°C.

A Costa se caracteriza pela faixa de desertos e vales férteis banhados pelo oceano Pacífico. Os vales férteis surgem dos rios que descem da cordilheira dos Andes e fazem a divisão geográfica com a serra, e deságuam no mar. A costa tem clima temperado quente, sem frio extremo ou calor sufocante, mas com alta umidade e densas neblinas que produzem a sensação de frio no inverno. No verão ocorre pouca neblina, e a temperatura atinge 30°C. Na parte norte, a costa tem temperaturas quentes durante quase todo o ano, período de chuvas curto entre novembro e dezembro. No sul e centro, têm-se conforme KALLIOLA; PUHAKKA; DANJOY, 1993; PERU, 2017), duas estações, o inverno (abril a outubro) e o verão (novembro a março).

Assim como outros países da América Latina, o Peru viveu sob a repressão das ditaduras militares, que ocorreram nos anos de 1960 a 1980. Aliás, desde a República e mesmo o período que a antecedeu, o de Intendências, houve forte ação de governantes militares. Desse modo, chega-se ao século XX com profundas marcas das formas de exploração que prejudicaram a população e o ambiente, como a exploração do trabalho escravo nativo, extração da flora, subtração da fauna terrestre e aquática, extração das riquezas do solo, contaminação do ar e água. Contudo, houve algumas leis políticas governamentais que puseram regras à utilização dos recursos naturais.

Vale evidenciar que dos séculos XVI ao XVIII a empresa espanhola colonizadora criou passivos ambientais ao explorar o solo para a obtenção de ouro, prata, cobre, azougue e salitre, provocando desmatamento, descarte de resíduos e detritos, contaminação do ar, contaminação por mercúrio, danos à saúde, baixa produtividade, desperdício de energia, contaminação das águas superficiais e subterrâneas (SERRANO, 2004). Com isso os problemas de poluição ambiental, produto de atividades de mineração durante o período 1750-1850, marcaram a acumulação da degradação do ambiente em 200 anos de exploração dos recursos naturais.

As ações do governo vinculadas à propriedade no século XVIII priorizaram velar, vigiar a conservação das florestas, montes e pastos (NAVARRO, 1993). As ações atinentes à área da polícia priorizaram o bem-estar das pessoas o desenvolvimento e progresso das

idades mediante a melhoria de escolas, hospitais e asilos, saúde, higiene, limpeza de praças, canais, cemitério, caminhos e bens (DOMÍNGUEZ, 2017) Os dois campos estavam vinculados ao ambiente e aos recursos naturais no período das intendências (1784-1821). Estas foram algumas das políticas públicas adotadas, contudo, as ações não impediram a degradação ambiental e seu avanço quando a República se instalou.

As leis sobre o ambiente são, em grande parte, resultado da legislação colonial que, longe de serem abolidas, são oportunamente ampliadas. No início do século XIX, Simon Bolívar<sup>80</sup> importava-se com os municípios no que se refere à gestão da água e da terra. Assim, dentre as atribuições municipais com a ordem pública estão, em primeiro lugar, a responsabilidade compartilhada entre prefeituras e municípios com a administração da segurança e, em segundo lugar, a gerência dos recursos naturais relacionados com a agricultura. Contudo, a história oficial não mostra o Bolívar, que para alcançar seus ideais leva ao massacre e assassinato, como o causado a San Juan de Pasto, na Colômbia<sup>81</sup>.

O exemplo mais interessante foram os códigos de gestão coloniais do manejo de águas, os quais alcançaram a República e se aplicam aos territórios mais distantes. Destacam-se, em particular, as leis ambientalistas dadas por Simón Bolívar, as quais estão à frente de seu tempo. A partir de meados do século XIX, providenciou o monitoramento dos municípios quanto à gestão da água e da terra. Havia entendimentos quanto à observância sobre o ambiente. Apesar do *modus operandi* da empresa colonizadora na região a atenção ao meio ambiente teve lugar.

Além disso, a legislação mineira republicana, estatuto provisional de Don José de San Martín (1821) mantém a aplicação da legislação colonial no Peru, sempre que não se opuser aos princípios de liberdade e independência (BALDEÓN, 2017, p. 150-151). O Decreto Ditatorial de Simón Bolívar (1824) estabelece que as minas de azougue pertençam a seus descobridores; suprime o trabalho forçado dos índios nas minas e determina que aos mineiros sejam tratados como homens livres. A Lei de 2/12/1829 redefine o Tribunal de Conselhos de

---

<sup>80</sup>Nas regiões onde ocorriam as guerras os lugares ficavam devastados, prejudicados economicamente. Os campos de agricultura viravam campos de batalhas, que quando terminadas, deixavam o lugar desolado. Havia problemas como a mão-de-obra, pois praticamente todos os homens com mais de 14 anos, que não apresentassem algum problema físico, deviam se apresentar no exército. Restavam as crianças e as mulheres. Havia ainda problemas na questão de organização dos órgãos públicos: uma vez expulsos os espanhóis, era necessária uma substituição e reestruturação do poder público. Soma-se a isso, conforme Polanco Alcántara (2001), o fato de não se saber se haveria o retorno de forças armadas espanholas, o que mantinha o ambiente de insegurança.

<sup>81</sup>San Juan de Pasto, segundo Arévalo (2016) foi uma das cidades mais importantes e prósperas da América Latina. A cidade estava no nível de Quito, Bogotá e Caracas, dentro de uma etapa eixo estratégico deveria ser ligação entre Caracas e Lima. Era a mais requisitada candidata a ser capital da Colômbia.

mineração e provinciais territorial alhures. Formalizaram-se juridicamente as ações, o uso dos ambientes e os direitos dos trabalhadores.

As mudanças culturais, econômicas e geopolíticas na Europa desempenharam papel decisivo para que o cenário de degradação se configurasse nos países de língua espanhola, e também de língua portuguesa. As atividades exercidas com a empresa colonizadora causaram impacto sobre o ambiente natural e sobre a vida da população nativa. O sal vindo das minas de Tarapaca<sup>82</sup> e Atacama<sup>83</sup> foi um recurso escasso, porém, valioso na Amazônia usado para estabelecer relações comerciais com o povo Ashaninka e desses com outros povos, bem como com outras cidades e até mesmo com o Império Inca. Com o sal asseguraram a controle dos povos amazônicos.

Um dos centros mais importantes da exploração do sal era o “Cerro de la Sal”, em território Ashaninka, em Quimiri, perto do que é hoje La Merced, no departamento de Pasco. A exploração da colina de salitre é o divisor de águas que marca a entrada da empresa colonizadora espanhola na selva central, o que ocasionou constantes conflitos com os nativos<sup>84</sup> (DEUSTUA, 2011). É desta maneira que os espanhóis detêm o domínio sobre este recurso e asseguram a dominação sobre os povos da Amazônia peruana.

As ferramentas de ferro também foram instrumentos utilizados pelos missionários para terem o controle sobre os indígenas da Amazônia (SANTOS, 1988). A distribuição dos utensílios era usada como mecanismo para atrair e reter os nativos no trabalho, mas também utilizavam para negociar com outros povos. A relação de troca destas mercadorias era intensa independente da exploração e do controle que tivessem sobre seus domínios.

O impacto do avanço colonizador sobre os bosques e da costa à serra, se pode dizer que ocorreu na mesma medida nas duas partes destas regiões do país (SEMINARIO; ZEGARRA, 2014), à semelhança do que ocorreu na Amazônia e nordeste brasileiro. As redes de intercâmbio existiam entre selva alta, média e baixa, assim como da costa até a serra, mesmo com processo colonial diferenciado. O padrão produtivo das riquezas obtidas na Amazônia peruana não era do mesmo tipo encontrado na região costeira. No processo, todas as regiões que a cercam serviram de porta para as incursões violentas.

O processo histórico relativo ao impacto que o desmatamento provocou trouxe como desdobramento das ações o resultado da interação das diferentes formas de uso da terra, o uso de recursos e a exploração adequada das florestas. Diante desta, acentua-se a diferença

---

<sup>82</sup>Hoje território colombiano resultado da Guerra do Pacífico (VERA, 2009).

<sup>83</sup>Território chileno.

<sup>84</sup>A rebelião de 1742 liderada por Juan Santos Atahualpa, líder do império Inca, anunciava o avanço do colonizador tendo o sal como mercadoria propulsora.

marcante entre as colônias da Espanha e da Inglaterra: enquanto colônias britânicas basearam-se no conceito de “pioneiros”, que permitiu a posse dos recursos florestais, entre outros, ou a aproximação mais para o desenvolvimento sustentável das mesmas. Já o modelo espanhol, desenvolveu o complexo sistema de “parcelas”, o qual favorecia o monopólio da propriedade (CORDERI, 2008). Tais diferenças marcaram fortemente a relação entre o homem e o ambiente.

Enquanto se planejava outras formas de exploração e ocupação da Amazônia, as regiões costeira e serrana ofereceram todo tipo de recursos possíveis ao colonizador: a energia do carvão de pedra<sup>85</sup> e vegetal, gás, petróleo (CORDERI, 2008). As províncias que constituíram o núcleo produtivo do Peru foram Chota, Huaylas, Conchucos, alto e baixo Pasco, Lima-Callao, Canta, Huamanga, Cuzco, Cotabamba, Urubamba, Abancay, Azángaro y Arequipa. Nestas províncias é que o desmatamento das florestas ficou concentrado (SEMINARIO; ZEGARRA, 2014). Mas durante este período, de alguma forma, padrões de relacionamento e ocupação moldaram os espaços amazônicos.

Alguns aspectos podem-se destacar para diferenciar as regiões, amazônica, Andes e zonas costeiras. Primeiro, a maior parte do território amazônico não se encontrava sob o domínio dos Incas, quando os conquistadores chegaram, por isso não foram submetidos ao poder colonizador imediatamente; segundo os limites orientais do Império Inca não estavam consolidados, o que facilitou a conquista; e terceiro, havia comércio entre os Inca e as populações amazônicas, portanto, havia certa proximidade. Mantinham negócios dentro da lógica de permuta (GUTIÉRREZ, 2015). Estes aspectos contribuem para o entendimento do processo colonizatório daquele momento.

A colonização na Amazônia não seguiu um padrão estabelecido, mas um constante ensaio e adaptação, de acordo com as circunstâncias encontradas. Todavia, existia a certeza dos colonizadores quanto à dimensão do espaço amazônico e sua população. Isto devido a várias expedições enviadas e muitas missões que foram erguidas, mas também destruídas pelas guerras e epidemias que assolavam a região. Estas ocorrências retardaram o avanço do desenvolvimento na região, uma questão de tempo para a incursão absoluta no século XIX.

No período republicano foram adotadas políticas para a colonização da selva. Em San Martín (1822), terras foram concedidas a quem desejasse trabalhar. A política se estendeu aos imigrantes em 1828 (SALA, 2015). No primeiro governo de Gamarra (1829-1833), se define o projeto de colonização para a Amazônia, momento em que se cria o departamento do

---

<sup>85</sup>Conforme Mineral (2017), o carvão fóssil é o resultado de restos soterrados de plantas tropicais e subtropicais, especialmente durante os períodos Carbonífero e Permiano.

Amazonas. Esta decisão permite a edificação da estrutura jurídica, política e econômica para gerir o novo departamento.

Neste sentido, sete leis foram criadas para dar as diretrizes ao departamento, as quais deixam evidente que havia

[...] razones geopolíticas para el avance de la frontera interna y defensa de la frontera externa; ideológico-culturales para la reducción indígena y su incorporación a la civilización; y finalmente económica, con la **explotación de todos los recursos disponibles** (JORDÁN, 1997, p. 113, grifo nosso).

A subtração dos recursos naturais da região era premente para o sucesso da empresa, como já vinha ocorrendo na costa e na serra.

O período republicano define os elementos que seriam transcendentais para os impactos que viriam sobre os ecossistemas amazônicos: a abertura de vias de penetração, e a colonização dos territórios pelas populações andinas e estrangeiras. O governo de Ramón Castilla (1845) propunha, além disso, e segundo Jordán (1997), a produção tropical para promover a exportação, a navegação pelos rios orientais e a organização e exploração em busca do conhecimento geográfico da região

As primeiras décadas do século XIX legislam-se sobre o ambiente assolado por doenças de difícil controle, como varíola, sarampo, tifo, febre amarela, diarreia, entre outras. A legislação sobre água, saneamento (para barrar as epidemias, bem como os efeitos dos desastres naturais), cemitérios, contaminação do ar, excesso de ruído, distribuição de água entre espanhóis e indígenas (LOSSIO, 2003) é elaborada, o que se depreende que havia consciência da ambiência. Assim, adotam decisões de políticas públicas frente aos problemas considerados prioritários.

Contudo, o século XX se caracteriza pelos conflitos entre o Peru e os vizinhos, Colômbia, Brasil, Equador, devido aos limites geopolíticos ainda não firmados. Mas também haviam contendas diplomáticas geradas pelos maus tratos feitos às populações indígenas denunciadas pelos estrangeiros, como o engenheiro alemão Jorge M. Von Hassel, presente em diversas expedições para a Amazônia, por conta da Junta de Vias Fluviais. Em 1905 denunciou ao mundo “civilizado” os abusos e destruição desnecessária dos indígenas vendidos como quaisquer outras mercadorias no mercado peruano.

Esta era uma situação recorrente em toda a Pan-Amazônia. A atitude justificada pela falta de mão-de-obra levava os empresários caucheiros à prática da coação e da força. Capturados pelos seus agentes, por meio de diversos mecanismos, eram incorporados ao regime de escravidão. Estas ações destruíram suas culturas, assim como grupos inteiros foram

exterminados. Esta era a política governamental para obter os recursos naturais dos ecossistemas a todo custo. A mão-de-obra indígena era considerada selvagem, sem alma, não era gente, o que justificava ideologicamente a exploração.

O ambiente rico em variedade de árvores produtoras do látex, utilizado, tanto pelas populações andinas quanto amazônicas, foi o “ouro” que os espanhóis encontraram na Amazônia peruana. A expedição francesa de 1745 dirigida pelo cientista Charles Marie de La Condamine chamava genericamente de “caoutchouc” (CONDAMINE, [1751] 2016). Oriunda das zonas mais altas da selva peruana, colombiana e equatoriana libera um líquido leitoso das árvores, plantas ou raízes, depois de sofrer um corte na sua casca. O “caucho” (*Castilloaulei*) e a balata (*Manilkara bidentata/Mimusopis amazonica*) eram, à época, a economia forte da região.

A oferta de caucho permaneceu até 1913 no Brasil, no Peru e na Bolívia, principais países produtores. A extração e a comercialização da borracha puderam ser feitas graças à abertura do rio Amazonas ao tráfego internacional. As melhorias na comunicação e no sistema de transporte, bem como a utilização de vários mecanismos para manter a mão-de-obra escrava, asseguraram o comércio e sua expansão. O sistema produtivo e comercial garantia a extração e manipulação do látex, bem como o transporte da bola de goma da unidade produtiva (JORDÁN, 1997) até o porto de embarque e posteriormente à cidade.

Na primeira metade do século XX, as ações políticas dos governos estavam voltadas para discussões em torno da república, mas de como agir e o que fazer com os indígenas. Contudo, os clamores pediam a reforma agrária, tema presente nas discussões da população. Os movimentos intelectuais peruanos influenciados por Mariátegui, as influências da Primeira e Segunda Guerra Mundial, a Revolução Mexicana, a Revolução Cubana e as revoltas camponesas, exigiam a reforma agrária. Somente em 1958 que atos significativos foram realizados pelo general Juan Velasco Alvarado (1958-1968) num governo intermediário.

Foi sob o governo de Velasco Alvarado, que as comunidades tradicionais foram mais protegidas em termos legais. Porém, sob um esquema de modernização com objetivo de inseri-las no Estado. O projeto de modernização capitalista colocava a Reforma Agrária na linha de frente para desfazer as velhas oligarquias agrárias e trazer para o país empresas por meio do sistema de cooperativas que se organizassem, produzissem e comercializassem (DEL CASTILLO, 1992). Em 1975, parte grande da expropriação das terras foi suspensa.

Na segunda fase do governo de Juan Velasco Alvarado (1968-75), criaram-se a estatal PetroPerú para monopolizar a extração, refino e distribuição de derivados do petróleo. O Ministério das Minas e Energia também adquiriu grande parte das empresas produtoras de

eletricidade e incorporou o complexo mineiro Cerro de Pasco, que atuava no país desde 1902. Nacionalizou-se o comércio de exportação de cobre (DEL CASTILLO, 1992), quando foi criada a empresa MinérioPerú e, as concessões das minas que não eram exploradas foram refeitas.

A PetroPerú foi criada pela lei em 24 de julho de 1969, após a expropriação da companhia petrolífera internacional *Standard Oil of New Jersey*. Capacitaram-se trabalhadores, técnicos e profissionais do Peru para o fornecimento permanente e sustentação da demanda interna de combustível<sup>86</sup>. A autossuficiência de petróleo foi gradualmente alcançada, devido às descobertas históricas de depósitos na selva norte e da construção de obras para a edificação do gasoduto Norperuano (PERU, 2008), cujos caminhos causam impacto ambiental na região Amazônica.

A tubulação de transporte do gás natural faz um percurso que corta a parte noroeste a nordeste do país. A Figura 5 mostra como está estruturada a rede extrativista de hidrocarbonetos do Oleoduto Norperuano (ONP).

---

<sup>86</sup>A refinaria de Iquitos conta com um total de 247 trabalhadores de primeiro nível para mantê-la operacional e na produção contínua durante 24 horas por dia.

**Figura 5-** Trecho do Oleoduto Norperuano



**Fonte:** PERU, Ministerio de Energia y Minas (2008).

Certamente a exploração do recurso natural trouxe para Loreto e Iquitos nova atividade econômica, mas também atenção com o planejamento que não prioriza os cuidados com o ambiente dos diferentes departamentos por onde passa o oleoduto. Tal atividade põe em risco a biodiversidade e as APNU existentes nestes lugares. Devido aos inúmeros problemas ambientais e aos derrames de petróleo, o ONP foi fechado em fevereiro de 2016. No final de 2016, um decreto legislativo afirma a necessidade pública e o interesse nacional (PERU21, 2017) de operação segura do gasoduto. Esta atitude visa a reorganização e melhoria da gestão da PetroPerú Corporativa.

No setor industrial, Velasco Alvarado decretou, em 1970, a Lei de Indústrias, passando para o Estado a exclusividade da produção de insumos básicos: cimento, aço, química, papel e eletricidade. Neste governo a Empresa Indústrias do Peru (EIP), responsável pelo planejamento e execução das instalações das empresas industriais, as quais forneciam infraestrutura básica para este tipo de economia foi organizada. Implementam-se políticas públicas de grande envergadura, contudo o país não garante legislação ambiental forte para



barrar a força das empresas, que têm interesse apenas nos recursos naturais, em detrimento do ambiente e população tradicional.

Contudo, as empresas que executam projetos não asseguram que o ambiente fique limpo de poluição. Em Piura, a exemplo da empresa Vale, responsável pela mina e extração de fosfato para a produção de fertilizantes utilizados pelo agronegócio brasileiro, prejudica o ambiente no Peru devido à poluição que a atividade causa. A dispersão de material particulado no ar e na água, no momento da embarcação do fosfato nos navios para serem exportados, causa severos problemas respiratórios na população que vive próxima ao porto e causa desequilíbrio no sistema marinho. Estas afetam a saúde e a sobrevivência dos pescadores locais, assim como a própria atividade da pesca.

De 1975-1980 assumiu o general Francisco Morales Bermúdez. A sequência de governos militares vinha desde o início da república, o conflito pelo poder provocava instabilidades política, econômica e social à população. Entretanto, havia afinidade entre as ditaduras brasileira, com Ernesto Geisel e peruana, devido os dois regimes demonstrarem estar comprometidos em transferir o poder para os civis. Isso ficou patente por meio da assinatura de diversos acordos bilaterais de cooperação amazônica, técnica, científica e turística<sup>87</sup>. Este foi um período de apresentação aos empresários das possibilidades econômicas existentes no Peru.

Entre 1980 e 1985 chegou à presidência Fernando Belaunde. Com o presidente João Batista Figueiredo no Brasil, realizaram-se encontros dos mandatários com objetivos de estimular o comércio bilateral, propósito que gerou efeitos positivos financeiros. Note-se que os caminhos para a abertura democrática estavam sendo negociados, mas os direitos da população não estavam em primeiro lugar, em especial as que viviam na Amazônia. Leis ambientais vinham sendo discutidas e aprovadas, mas não aplicadas.

Ressalta-se que é nos governos Alvarado, Bermúdes e Balaunde que se fixaram as empresas mineradoras e petrolíferas, em quatro décadas. Nestes períodos foram sancionadas as Leis Florestais de 1960/1975/1980 as quais tratavam da preservação de espaços naturais, se referiam a parques nacionais e reservas equivalentes. Contudo, nada sobre a mineração e a extração de areias, que degradam o ambiente nas florestas de *varillales*, como a Reserva Nacional Allpahuayo-Mishana (RNAM).

A instabilidade das populações tradicionais relativa às questões ambientais perpassava em todas as esferas da sociedade, as mesmas eram aprofundadas pela ocorrência de antigas

---

<sup>87</sup>Para se ter ideia o presidente brasileiro viaja com 150 empresários ao Peru, com expectativa de negócios.

ações voltadas para a economia do país que destruíam os ecossistemas e não asseguravam os direitos dos trabalhadores, apesar de já haver a Organização Internacional do Trabalho (OIT) em vigência. Lembra-se que várias atividades econômicas desde a colonização permaneciam em evidência, como por exemplo, a mineração (ouro e areia) e com ela o desmatamento, a erosão do solo, dentre outros danos.

A mineração de ouro, prata, azougue, cobre; poluição do ar por mercúrio, desmatamento para a exportação de madeira; caça à baleia no Pacífico; exploração do guano<sup>88</sup> nas ilhas, devido suas propriedades fertilizantes, eram atividades rotineiras. Além disso, a extração do caucho, o mercado de peles e a comercialização do petróleo na Amazônia Norte e central constituíam atividades predadoras, que além da degradação ambiental não deixava esperança no horizonte para a melhoria das condições de vida. Estas ações agravaram-se com o passar do tempo e dificultaram ainda mais a vida das populações locais.

O período 1985-1990 caracterizou-se pelo governo populista de Alan Garcia Pérez, primeira administração – como também momento de democratização. Neste período, uma ocorrência do fenômeno “El Niño”<sup>89</sup> causou inundações em algumas partes do país, bem como estiagens em outras. O evento dizimou os cardumes de peixe marinho, que é um dos recursos econômicos importantes para a população do país (SANTOS; RIBEIRO-OLIVEIRA; CARVALHO, 2016). Este foi um período de tensão, inflação, dificuldades econômicas e sérios conflitos armados. Os movimentos Sendero Luminoso e o Movimento Revolucionário TupacAmaru (MRTA) manifestam-se no cenário peruano na década de 1980.

Diante disso o governo buscava apoio na promoção do crescimento da relação bilateral entre o Peru e o Brasil, fortificado com a volta da democracia. Algumas decisões políticas, no âmbito externo, foram tomadas por Garcia, o qual passou a considerar um “projeto universalista”. Convencido da necessidade de privilegiar a relação com seu vizinho, decidiu, em 1986, pela criação do Grupo de Apoio. Garcia buscava uma solução pacífica para a violência na América Central. Articulou para a formação do Grupo dos Oito, que se transformaria mais tarde no Grupo do Rio. As duas iniciativas foram acatadas pelo Brasil.

Deve-se acrescentar à lista também a criação da Câmara de Comércio Peru-Brasil (CAPEBRAS). Outros empreendimentos da época englobaram múltiplas declarações conjuntas, além de tratados de cooperação, com o intuito de diversificar esse vínculo bilateral. No entanto, muitas decisões somente foram concretizadas no governo seguinte, dentro dos

---

<sup>88</sup> Guano é o nome dado às fezes das aves e morcegos quando estas se acumulam. Pode ser usado como um excelente fertilizante devido aos seus altos níveis de nitrogênio. O solo que é deficiente em matéria orgânica pode tornar-se mais produtivo com a adição de fezes.

<sup>89</sup> Durante o processo colonizatório registros da ocorrência deste fenômeno são recorrentes no país.

critérios que apresentava como resolver as questões, principalmente os conflitos internos do país.

No governo de Alberto Fujimori (1990-1995/1995-2000) promulgou-se a Constituição Política do Peru em 1993, a mesma que está em vigência. Neste governo algumas ações de políticas públicas foram adotadas, como o combate aos movimentos armados, que levou a eliminação do líder do Sendero Luminoso, Manuel Abimael Gusmán, e o retraimento da guerrilha. Esta decisão gerou várias ações que culminaram com repressão a população e atos de corrupção do governo. A instabilidade social prejudicava possibilidades de atenção voltada para a qualidade de vida da sociedade, em especial camponeses e indígenas. Contudo, o país entrava em momentos de mudanças.

A Constituição, em seu Capítulo II - Do ambiente e dos recursos naturais, artigos nº 66 a 69, trata dos recursos naturais, renováveis e não renováveis como patrimônio da nação. Determina que o Estado seja soberano na sua utilização. Determina a política ambiental nacional e promove o uso sustentável dos recursos naturais e obriga a requerência quanto à conservação da diversidade biológica e áreas naturais protegidas. Agencia o desenvolvimento sustentável da Amazônia com a legislação adequada. Note-se que neste momento se tem a Conferência da Terra (Rio-92). Portanto, o governo interage com regulamentações necessárias, visto fazer parte dos países signatários.

Outras leis foram sancionadas neste governo, como: Lei de Áreas Naturais Protegidas, Lei nº 26.834/97, de 04 de julho de 1997, a qual gerou recursos para o aproveitamento e uso desses nas ANP; Lei ANPS nº 26.839/97, que regulou a conservação da diversidade biológica e a utilização sustentável de seus componentes em concordância com os artigos 66 e 68 da Constituição art. 1; Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998, promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992. Neste momento o país passa a organizar infraestrutura nas autarquias para criar seu Plano de ação para à atenção a biodiversidade.

Finalmente, o Decreto Supremo nº 010-99-AG, de 07 de abril 1999, criou o Plano Diretor das ANP, instrumento de planificação e orientação do desenvolvimento do Sistema Nacional de Áreas Naturais Protegidas pelo Estado (SINANPE). Várias áreas que já vinham com processos reivindicatórios para regularização passam a ter respaldo neste decreto. A partir de então, aperfeiçoa-se a legislação para que dê conta das necessidades que surgiam.

Os atos políticos se entrecruzam e dão sinais de certo avanço, como o Regulamento ação do Regime Econômico de 1992 (ROBLES, 2002, p. 150), o qual promove a

transformação das empresas comunais, com orientação ao desenvolvimento capitalista, firmado no art. 167 do referido código.

O uso da superfície do território comunal e **a exploração dos recursos naturais, bosques, águas, minérios e outros** que se encontre em dito território correspondentes a direitos de terceiros outorgados pela autoridade respectiva na data do presente regulamento, **estão sujeitos a uma compensação a preço justo** que se determinará no comum acordo entre as partes (grifo nosso).

A prioridade ao fator econômico desconsidera que as medidas comprometem os recursos naturais.

As ações de política ambiental pretéritas, que não asseguravam os efeitos sinérgicos de desastres naturais ou não naturais, provocaram sérios danos à UPNU na entrada do governo Fujimori. Exemplo foi o caso denunciado pela Asociación Cocama de Desarrollo y Conservación San Pablo de Tipishca (ACODECOSPAT), a qual menciona os resultados da avaliação ecológica feita sobre o impacto da PetroPerú a respeito da Reserva Nacional Pacaya Samiria (RNPS), elaborada pela *The Nature Conservancy* e a *Universidad Nacional Agraria La Molina* (UNALM).

Diz o documento:

[...] a nivel puntual se pueden identificar impactos negativos a las actividades de la batería petrolera de Yanayacu Petroperú destructora de cerca de 200 ha de aguajales entre los ríos Yanayacu grande y Huisto Yanayacu y a la destrucción de renacales durante las grandes inundaciones donde nidifican las garzas (ACODECOSPAT, 2012, não paginado).

O impacto sobre o ambiente e os recursos naturais foi incalculável, agravado pela demora em resolverem o dano causado.

Os impactos ambientais ocasionados pela PetroPerú levaram em torno de 16 anos em discussão entre a autarquia, os órgãos ambientais, a Controladoria Geral da República do Peru, a Gerência do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural e as ONG internacionais, além das reclamações das populações afetadas. As medidas para a resolução dos problemas são proteladas pelas empresas, porque não consideram em seus planos, ações com reparos aos danos, que venham a acontecer ao ambiente e às populações que nele vivem.

A própria PetroPerú menciona o impacto nos rios, os quais vão contra o que foi preceituado no Programa de Adequação e Manejo Ambiental (PAMA<sup>90</sup>) (PERU, 1994).

---

<sup>90</sup>Interpreta-se que o PAMA oferece reduzida capacidade de proteção ao meio ambiente, o mesmo restringe-se a cobranças sobre as populações pesqueiras e suas atividades e preservação do ambiente. O programa não se refere à impossibilidade de realização da atividade nem questiona a possibilidade de impactos causados por empresas e

El potencial impacto ambiental generado por las descargas de aguas de formación y derrames de petróleo en líneas de conducción, batería y pozos de perforación, se dan en un contexto dependiente tanto en su componente biofísico como social, concepto que obliga a relacionar esta actividad con su ambiente y sus funciones toda vez que el contenido de dichos efluentes guardan una relación de petróleo agua de formación de 1 a 4 (PERU, 2012, não paginado).

Até o ano de 2009 ocorria troca de documentos entre as instituições, sem solução para o sinistro.

Os estudos realizados sobre os projetos de petróleo e gás desenvolvidos no oeste da Amazônia (Bolívia, Brasil, Equador, Colômbia e Peru) chegaram aos seguintes resultados:

Existem hoje 180 blocos de petróleo e gás que cobrem 688.000 km<sup>2</sup> de floresta na Amazônia ocidental. Pelo menos **35 empresas multinacionais de petróleo e gás operam esses blocos, que se sobrepõem à parte mais rica em espécies da Amazônia para anfíbios, aves e mamíferos.** Projetos de petróleo e gás afetam a floresta de todas as nações da Amazônia ocidental, mas em graus variados. Por exemplo, no Equador e no Peru, os blocos agora cobrem mais de dois terços da Amazônia, enquanto na Colômbia essa fração é inferior a um décimo. Na Bolívia e no oeste do Brasil, os impactos históricos são mínimos, mas a área aberta à exploração de petróleo e gás está aumentando rapidamente (FINER et al., 2008, p. 41, grifo nosso).

Mesmo que o governo tenha fechado o ONP, o planejamento para a implementação de projetos em toda a Amazônia peruana permanece.

Com isso, (FINER et al., 2008, p 41) concluíram que:

Sem políticas melhoradas, o crescente alcance e magnitude da extração planejada significa que os impactos ambientais e sociais provavelmente se intensificarão. Analisamos as questões de políticas de conservação mais urgentes relacionadas ao petróleo e ao gás enfrentado pela região [...] há necessidade de avaliações de impacto ambientais estratégicas regionais e a adoção de técnicas de extração sem estrada. Consideramos também os conflitos em que os blocos se sobrepõem aos territórios dos povos indígenas.

Acrescenta-se também em que medida afeta as APNU no departamento de Loreto.

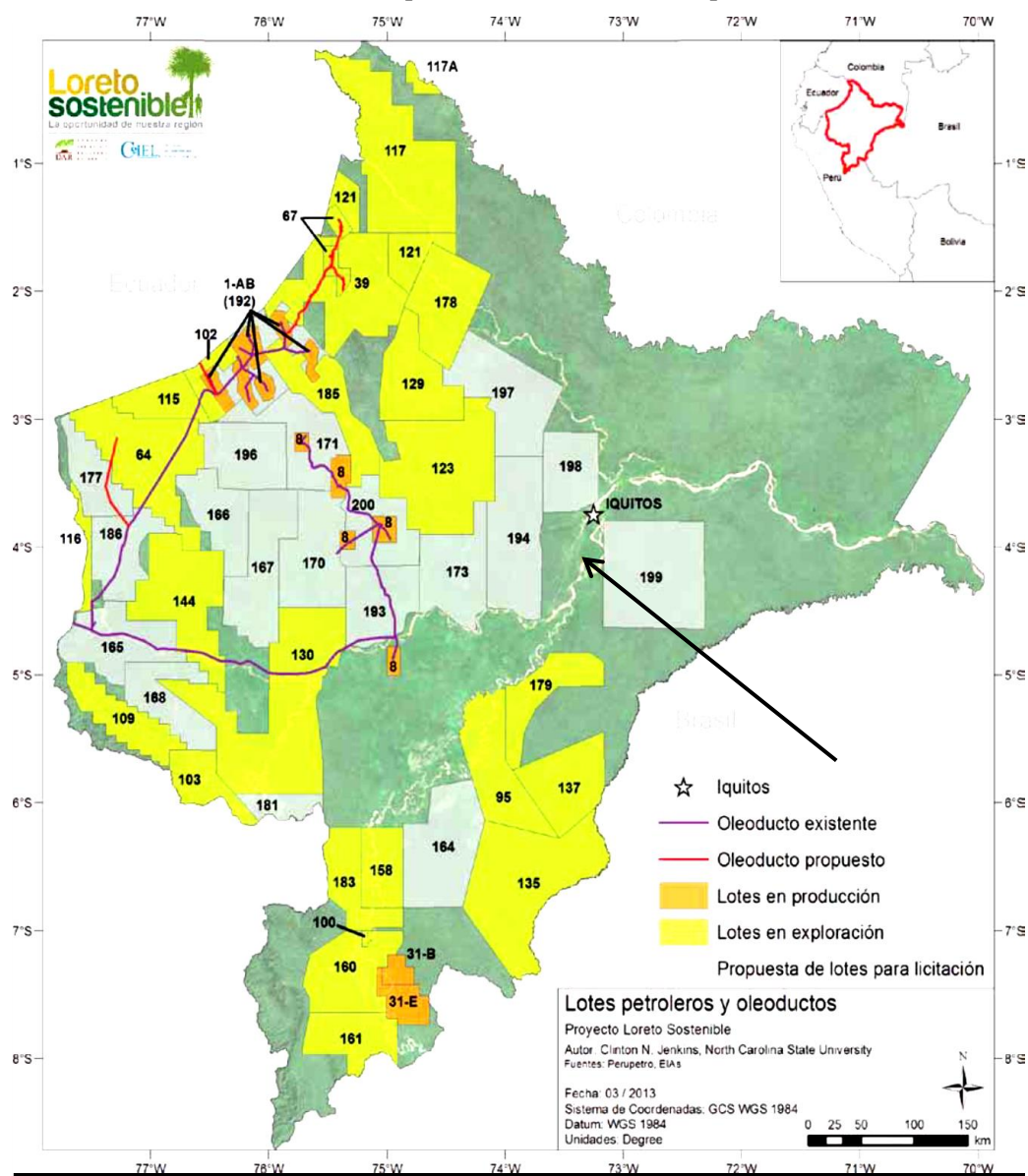
O Mapa 3 mostra o que se tem em ação, os lotes em produção, exploração e proposta para licitação de novos lotes. Ainda não há lotes na área onde se encontra a RNAM (com seta), mas isto não significa que o advir de sinistro em um dos blocos não possa provocar efeito sinérgico. De qualquer maneira, o planejamento desta atividade econômica do governo na região, que possui grande biodiversidade não deixa claro se as estratégias para a resolução de possíveis problemas foram calculadas. Depreende-se que o planejamento não

---

os prejuízos ao ambiente e se refere a subtração das atividades econômicas destas pessoas ou mesmo a possibilidade de ação mitigadora ou compensatória.

afiança o mínimo de segurança ao ecossistema, haja vista o que ocorreu com a RNPS. Aguardam-se as reformas prometidas no decreto legislativo de 2016.

**Mapa 3-** Planos em execução de lotes de petróleo e oleodutos no departamento de Loreto



**Fonte:** Adaptação para informação do local da RNAM adequando a informação obtida de Dourojeanni (2013, p. 91).

Então, somente no governo seguinte de Alan Garcia Pérez é que se teve o esmiuçar dos artigos constitucionais. A Constituição de 1993 trata da questão ambiental no Capítulo 2 - Do ambiente e recursos naturais, art. nº 66 a 69 de maneira bastante resumida. O Capítulo 3 - Da Gestão Ambiental artigos nº 30 e 31, os quais mencionam o Plano de descontaminação, tratamento de passivos ambientais e o padrão da qualidade (PERU, 2008, p. 33), falta avançar

devido à complexidade dos problemas, que vão surgindo. Portanto, a questão ficava para ser continuada no governo Fujimori.

Depreende-se que a Constituição foi promulgada também dentro do interesse do tipo de governo que Fujimori pretendia exercer. Cita as comunidades camponesas em quatro artigos, dois dentro da regulamentação sobre Regime Econômico e dois na regulamentação da estrutura do Estado. Garante o direito à propriedade [dos camponeses] sobre as terras consideradas “abandonadas,” mas podem ser tomadas e vendidas pelo Estado; reconhece sua autonomia administrativa e econômica; reconhece como pessoa jurídica; autoriza-os a exercer funções jurisdicionais dentro de seu território (DEL CASTILLO, 1992, p. 4). Permite organizarem-se em associações.

O Plano de Ação de Lima foi ato de seu governo que revitalizou os compromissos já assumidos, mas também estabeleceu novas áreas de trabalho no âmbito da integração física e transportes, luta contra o tráfico ilegal de drogas, meio ambiente, cooperação técnica, promoção econômica e comercial, relações culturais, Amazônia, fronteira comum e incentivo à Comissão de Vizinhança. A abertura ao neoliberalismo (DEL CASTILLO, 2012) só não teve piores consequências porque promoveu, concomitantemente, políticas assistencialistas que amenizavam seus efeitos, principalmente em relação às áreas rurais

Outras ações de política públicas buscavam atender a população, como o Programa Nacional de Assistência Alimentícia (PRONAA), que visava a distribuição de alimentos e o Fundo de Cooperação para o Desenvolvimento Social (FONCODES), que financiava pequenos projetos de infraestrutura. Contudo, o governo se caracterizou pela corrupção, fraudes, crimes contra cidadãos e direitos humanos, o que prejudicou a melhoria da vida da população, bem como o melhor desenvolvimento das políticas. A renúncia e a prisão de Fujimori trouxeram à tona os problemas de seu governo.

No pleito seguinte elegeu-se o presidente Alejandro Toledo (2001-2006), que liderou os protestos às fraudes e abusos eleitorais cometidos pelo regime anterior. As políticas de acordos e cooperação com o Brasil, como extradição, complementação econômica, saúde, vigilância, proteção da Amazônia e integração física e econômica foram mantidas e levadas adiante. Para tanto, os dois governos, Toledo e Lula, decidiram implementar os eixos de integração e desenvolvimento denominada de Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

Outras ações foram o eixo multimodal do Amazonas, o eixo interoceânico central, eixo Peru-Brasil-Bolívia, bem como o acesso do Peru ao SIVAM brasileiro; entre outros importantes acordos. Estes acordos permitiram que se tivessem informações sobre a situação

ambiental da Amazônia. Estabeleceram-se as bases para a aliança estratégica, a qual alicerçava em maior expansão territorial ações na bacia amazônica, no fortalecimento da democracia e dos direitos humanos, empenho na luta pela erradicação da pobreza, afirmação do multilateralismo, aposta pela integração física e pela interconectividade de vias, fluvial e terrestre, dentre outras ações.

Atentou-se para consolidar um espaço sul-americano de paz, associação para a interconexão energética e a busca de complementação no campo econômico, comercial e de investimentos (NOVAK; NAMIHAS, 2008). Neste sentido, o sistema econômico neoliberal tem metas econômicas e políticas a serem cumpridas e os recursos naturais, sempre foram considerados mercadoria em detrimento do ambiente e sua conservação.

Para segunda administração, Alan Garcia Pérez é eleito para o mandato 2006-2010. Neste período as leis ambientais elaboradas, a partir da Constituição, corroboram o projeto de modernização e liberalização do país. Os tratados bilaterais realizados entre Brasil e Peru diversificaram a relação e aprofundou aliança estratégica, o que favoreceu o turismo entre os dois países. Com o fim do mandato de Garcia Pérez entra-se no século XXI com antigos problemas ambientais não resolvidos, tanto no Brasil quanto no Peru. Nesse processo não se perde de vista a globalização em curso, o avanço tecnológico e a falsa ideia de democracia que assola a América Latina acompanhada de corrupção.

Neste governo, o Ministério do Ambiente investiu no desenvolvimento das Ley General del Ambiente; Ley Marco del Sistema Nacional de Gestión Ambiental; Reglamento de la Ley Marco del Sistema Nacional de Gestión Ambiental; Ley de Creación, organización y funciones del Ministerio del Ambiente (PERU, 2008). Contudo, dificilmente conseguem assegurar o desmatamento, mineração nas UPNU, como a RNAM. Em julho de 2016 foi realizada operação no lugar denominado de “Fundo Tranquera,” localizada no km 19,4 na margem direita da reserva, estrada Iquitos-Nauta, na área de amortecimento. Os responsáveis jurídicos não foram mencionados.

A Sociedade Peruana de Direito Ambiental (SPDA), em sua reportagem, mostra a extração de solos arenosos, derrubada da floresta primária *varillale*, transporte da areia, subtração da biodiversidade e segundo as autoridades, para a Provincial de Maynas representa um alto risco, visto o rio Nanay ser a grande fonte de água de Iquitos. O MINAM apressa-se em dizer que cuidam “Tornamos isso possível em 1999, mesmo antes do Brasil”, disse Maria Luisa del Rio, diretora de Diversidade Biológica do Ministério do Meio Ambiente” (IPS, 2009). Contudo, os estudiosos da questão dizem não ser bem assim.



As informações indicam que o maior problema é a aplicação dos planos inviáveis. Mesmo que tenha assinado todos os instrumentos internacionais para proteger a biodiversidade, o país falha na hora de pôr em prática. Na Seção Meio Ambiente e Desenvolvimento, o jornal eletrônico Terramérica alerta que

[...] o Estado não funciona para proteger seus recursos no campo e estabelecer sistemas de vigilância que deem vida aos contextos normativos [...]. **Existem dicotomias entre a promoção do investimento privado e a proteção da biodiversidade [...] o problema é a ‘debilidade’ das instituições responsáveis** (TERRAMÉRICA, 2009, não paginado, grifo nosso)

Então, planos mal fundamentados, somados a ineficácia do Estado, dificultam que os acordos assinados sejam cumpridos.

No departamento de Madre de Dios, entre 2002 e 2007, houve concessões para mineração em torno de mais de 70%, segundo informações dos analistas expressas na Seção Meio Ambiente e Desenvolvimento (IPS, 2009, não paginado). O motivo deve-se “[...] à promoção de investimentos e o elevado preço internacional dos minerais [...]”. Apesar do aumento das denúncias, áreas foram contaminadas, onde se encontram tanto comunidades camponesas quanto nativas. Todavia, a preocupação do governo recai sobre a mineração artesanal que derruba 150 mil hectares de floresta e 32 toneladas de mercúrio são lançadas no ambiente. Todos os casos ainda estão pendentes em termos jurisdicionais.

Apesar de 17 pessoas terem sido detidas e três veículos destruídos no caso da RNAM, o resultado da operação não levou as empresas mandantes, envolvidas na extração de areia, a serem punidas, conforme o Artigo VIII da Lei Geral do Ambiente-Lei nº 28.611. Diante da situação, localizaram-se oito empresas na zona de mineração na estrada Iquitos-Nauta, próximo à reserva, que são: Amaro Soto, Indústria de Cerâmicas Amazônicas SRL, Lamoza, La Pioneira SRL, Luiz Gomez, La Estrella, Johana 10 e Santiago 7 (INFOAMAZONIA, 2017). Quer dizer, a extração mineral tem agentes à frente do grande mercado de construção, que não aparecem.

A operação da Secretaria do Meio Ambiente e da Direção Executiva do Meio Ambiente da Polícia Nacional interveio nos quilômetros 17, 20 e 25 da referida rodovia para solucionar o caso. Mas a ação é paliativa, como se viu *in loco*, o negócio se estende à extração de areia e em seguida de madeira. Ainda não se descarta a possibilidade de o caminho ser aberto para a busca de ouro e outros minerais com a “limpeza do local”.

**Fotografia 1-** Veículo destruído na área de amortecimento da RNAM



**Fonte:** Salazar (2016).

Nos governos de Toledo e Garcia Pérez, o MINAM, por meio da Direção Geral de Ordenamento Territorial, investiu entre os anos de 2000 a 2010 no desenvolvimento de atividades técnicas, e capacitação para contribuir com o processo de ordenamento territorial. O objetivo era a melhoria da análise do sistema de imagens da floresta e assim conter o desmatamento e outras atividades predadoras. Apesar disso, ainda se tem muito que aprimorar a legislação, fortalecer as instituições, preparar os profissionais, mas acima de tudo dar condições de sustentabilidade para as pessoas que vivem dentro das comunidades e na área de amortecimento das reservas.

Os projetos de políticas públicas destes governos estão voltados para programas de atendimento da economia globalizada da América do Sul, locais e/ou multinacionais, onde a maior atenção tem sido em investimentos referentes a petróleo e gás natural. A geração de energia elétrica, por meio da exploração do potencial hidráulico, só passou a ser alternativa frente as variações do preço da energia obtida a partir do petróleo e da escassez das reservas de hidrocarbonetos (MAIA, 2011). O impacto social, econômico e ambiental causado pelos empreendimentos não computam os danos e menos à própria estratégia que deve permear os projetos de políticas públicas para evitar os choques.

O programa bilateral “Aliança Estratégica” firmado em 2003 entre Toledo e Lula, volta-se para questões, como energia, mineração<sup>91</sup>, acordos na matéria de defesa externa dos dois países, gestão descentralizada dos programas sociais, apoio aos mais pobres, fiscalização em saúde pública, descentralização dos ministérios da saúde do Brasil e do Peru, combate à pobreza e a fome, cooperação em biotecnologia dentre outros (BRASIL, 2007; MAIA, 2011; VISENTINI; OLIVEIRA, 2012). O programa de sensoriamento remoto<sup>92</sup> e o de defesa da Amazônia para a repressão e o controle das atividades ilícitas são os únicos, deste período, que envolvem diretamente a questão ambiental nas Amazônias brasileira e peruana.

O início do século XXI trouxe mudanças: Ollanta Humalla (2011-2016) assume o governo peruano e Dilma Rousseff (2011-2014) o brasileiro. Havia boas relações políticas entre os mandatários, cultivados pelo governo brasileiro anterior e apoio a sua candidatura pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Desta maneira foram firmadas e diversificadas as relações, além do acordo e aprofundamento de alianças estratégicas. No entanto, várias decisões tomadas pelo governo peruano, de interesse nacional, afetaram as empresas brasileiras, causando impacto negativo na relação bilateral<sup>93</sup>.

Agregam-se outros impactos, como: a continuidade da Aliança do Pacífico defendida pelo presidente Humalla, a UNASUL<sup>94</sup> vista pelos políticos brasileiros como responsável pela divisão histórica da América do Sul e tinham como propósito, extingui-la. Estes interesses distintos, de um lado, os países da bacia do Pacífico, partidários de uma maior abertura comercial, do outro, os da bacia Atlântica, com economias mais fechadas favorecia que o México, antagonista do Brasil na luta pela liderança latino-americana, e os EUA (NOVAK;

---

<sup>91</sup>O Peru é o maior produtor latino-americano de prata (1º). Com referência ao ouro (6º), zinco (2º), estanho (3º), chumbo (4º) e cobre (2º), está entre os cinco produtores mundiais. Também concentrava 40% das reservas auríferas do mundo em 2008.

<sup>92</sup>Por meio de sobrevoo de radar na fronteira do departamento de Madre de Dios e do estado do Acre detecta desmatamento e atividades ilegais. O monitoramento contra incêndio é outro resultado que este tipo de monitoramento pode oferecer.

<sup>93</sup>O governo peruano cancelou a compra de 12 aviões Super Tucano da EMBRAER e os substituiu pelos KT1 da Coreia do Sul, em função das melhores condições oferecidas; modificou a lei de regalias a mineradoras, mudança que afetou diversas empresas, entre elas a Vale do Rio Doce; suspendeu o projeto Kuntur que consistia na construção de um gasoduto e um polo petroquímico no sul do Peru, com participação da PETROBRAS; descartou o financiamento de diversos programas sociais através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), optou por melhores condições oferecidas pelo BID; paralisou o projeto da planta hidrelétrica de Inambari, a qual atravessa os departamentos de Cusco e Madre de Dios, bem como a província de Puno, próxima ao lago Titicaca. Companhias brasileiras fariam parte do megaprojeto, o que levou a fortes pressões sociais contra a construção da hidrelétrica.

<sup>94</sup>União das Nações Sul-Americanas (UNASUL s.d.) é uma comunidade formada por doze países sul-americanos. Fazem parte os seguintes países: Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Guiana, Suriname e Venezuela. O tratado foi assinado em 23 de maio de 2008 na Terceira Cúpula de Chefes de Estado, realizada em Brasília, Brasil.

NAMIHAS, 2008), por meio dessa aliança, dispusessem de um novo canal de influência sobre a região.

A exclusão do Brasil da Aliança questionou o paradigma da América do Sul defendido pelo país e o fortalecimento do paradigma latino-americano. O que se observa é que neste cenário as temáticas ambientais perdem visibilidade e força, devido às disputas relativas à posição política e econômica, as quais prevalecerem no enfrentamento entre os países, como também seus interesses partidários e até pessoais<sup>95</sup>. Desta maneira, a situação se agrava com o distanciamento entre os mandatários o que certamente prejudica ações conjuntas que precisam ser realizadas.

O Peru sempre defendeu uma política exterior aberta de inserção a economia global e de atenuação de riscos; a Aliança do Pacífico não deveria ser vista como um projeto excludente e contraditório na relação entre países. Outro ponto a ser considerado é a continuação do processo de incorporação do Peru ao SIVAM, bem como a cooperação militar, a manutenção da zona de paz e segurança sul-americana e fortalecimento da política de confiança e garantia entre os dois países (NOVAK; NAMIHAS, 2008). Estas ações podem melhorar a atenção sobre as intervenções predatórias nas áreas de preservação, por exemplo.

Além das questões bilaterais o governo precisou lidar com assuntos ambientais impulsionados pela sociedade civil e organizada. Em 2011, denúncias foram feitas contra a empresa Vale<sup>96</sup> pelo sindicato dos trabalhadores da PetroPeru, que atuam no terminal a 300 metros das embarcações da referida empresa brasileira. O resultado foi a aplicação de uma multa imposta, em 2013, pelo Órgão de Avaliação e Fiscalização Ambiental (OEFA), do Peru. Em dezembro de 2014, a Vale foi denunciada à relatora da ONU na *Cumbre de Los Pueblos*, em Lima. A ACODECOSPAT não viu outra saída frente a tantas irresponsabilidades contra o meio ambiente.

---

<sup>95</sup>O Mercado Comum do Sul (MERCOSUL, 2017) é uma organização intergovernamental fundada a partir do Tratado de Assunção de 1991. Estabelece uma integração, inicialmente, econômica configurada atualmente em uma união aduaneira, na qual há livre-comércio intrazona e política comercial comum entre os países-membros.

<sup>96</sup>Ao longo dos últimos anos, a Vale vem se empenhando em construir uma imagem pública de empresa social e ambientalmente responsável (RELATÓRIO..., 2015). Essa ação faz parte da estratégia de utilização do termo “sustentabilidade”, que passa a ser considerado um dos requisitos para tornar a empresa mais competitiva e valorizada no mercado. A venda de uma imagem “verde” e amiga do planeta tem maiores chances de ganhar a simpatia dos consumidores e investidores – principalmente na Europa e nos Estados Unidos.

**Fotografia 2-** Pichação em muro de parque construído pela Vale em Sechura<sup>97</sup>, Peru



**Fonte:** Relatório de Insustentabilidade, Perfil e atuação global (2015).

Em 17 de dezembro de 2013, o presidente Humalla promulgou a Lei nº 30.130, a qual declara a necessidade pública e de interesse nacional a implementação da modernização da refinaria de Talara para garantir a preservação da qualidade da área em saúde pública. A lei estabelece também que sejam tomadas medidas para fortalecer a governança corporativa da PetroPeru. As questões ambientais e o atendimento as populações atingidas voltam constantemente, devido não haver ações institucionais que considerem a força da lei já decretada, como amparo a segurança do ambiente e das populações.

O que se depreende é que o modelo extrativo mineiro é um problema de poder e, portanto, político. O Observatório de Conflitos Mineiros da América Latina (OCMAL, 2015) apresenta mapa de conflitos nos países latinos americanos com base no IDC<sup>98</sup>. O que se vê é que no Peru as maiores concentrações de conflitos estão entre a costa e a serra, o que remonta ao processo colonizatório. Os dados não mostram os departamentos da Amazônia, Loreto,

<sup>97</sup>Sechura localiza-se a noroeste do Peru, capital da província de Sechura no departamento de Piura. Situa-se a 50 km ao sul de Piura, em pleno deserto de Sechura.

<sup>98</sup>Incidente de Deslocamento de Competência (IDC) como um instrumento político-jurídico, de natureza processual penal objetiva, destinado a assegurar a efetividade da prestação jurisdicional em casos de crimes contra os direitos humanos, previstos em tratados internacionais dos quais o Estado brasileiro e peruano fazem parte. Trata-se de ferramenta processual criada para assegurar um dos fundamentos da República: a dignidade da pessoa humana (artigo 1º, III, CF) e para preservar um dos princípios pelos quais se guia o país nas suas relações internacionais e obviamente também no plano interno: a prevalência dos direitos humanos (artigo 4º, II, CF). O IDC tem aplicação imediata (ARAS, 2013) por força do artigo 5º, §1º, da Constituição Republicana.

Norte, Central ou Sul. Isso não significa que levantamentos mais recentes não apresentem resultados com conflitos.

Dados da *Defensoria del Pueblo* registraram 210 conflitos sociais em janeiro de 2015 no país, dos quais 140 de natureza socioambiental. Até meados de 2015, contabilizaram-se 65 vítimas fatais em conflitos sociais, iniciados em 2011 (SANTOS; RIBEIRO-OLIVEIRA; CARVALHO, 2016). Contudo, a lista de novos projetos no campo da mineração foi posta em prática neste governo o que contribui para uma política de desencontros com os interesses da população tradicional, especialmente as que se encontram na selva alta, que ficam sem a atenção de programas voltados para os interesses locais.

No tocante ao Brasil os índices de IDC estão espalhados por todo o país, em particular na Amazônia amapaense, com conflitos registrados desde a década de 1950/1980. Os projetos de mineração aplicados afetam as populações e o poder político, que continua recebendo a maior parte do investimento em exploração do subsolo, em plano mundial. Note-se que o extrativismo mineiro é um problema de direitos humanos, visto que as grandes empresas multinacionais se aproveitam das debilidades dos serviços públicos (ZIBECHI, 2015) para agenciar uma imagem de responsabilidade social e de que satisfazem as necessidades da população.

Como se viu em capítulo anterior desta tese, na América Latina estudos mostram que a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) não é prioridade, e que se desenvolve em diferentes momentos em passos lentos. Os motivos são vários nos dois países. Um deles pode ser a diminuição da entrada de investimentos estrangeiros, causada pela redução dos preços internacionais; outro é que na mineração ocorrem momentos de mudanças e a desaceleração do preço dos hidrocarbonetos<sup>99</sup> pode levar a China, como investidor, a não favorecer o crescimento econômico no Peru. Tais situações não influenciam no incentivo a RSC, porque fica notório que o país vai passar por dificuldades financeiras.

Para a CEPAL a crise do setor de mineração implica fechamento de minas, redução da produção, com objetivo de recuperar os preços e a perda de postos de trabalho. Os trabalhadores são colocados em situação confusa diante da questão. Ou seja, a resistência das populações cruza com a necessidade de manter o trabalho ou de protestar contra a atividade que desenvolvem na empresa. Contudo, algumas oposições conseguem fechar as minas ou interromper seus trabalhos. Um exemplo é das comunidades do departamento de

---

<sup>99</sup>Petróleo, gás natural, carvão.



Cajamarcaque trabalham na mina Yanacocha, em que uma apelação à ação direta levou-os a conseguiu paralisar a atividade.

Contudo, a América Latina concentra uma quantidade considerável desta atividade econômica, o que chama atenção para as ONG estrangeiras que defendem os direitos humanos das populações afetadas. De toda maneira, as comunidades atingidas tecem redes de solidariedade com ONG ambientalistas e organizações sociais, tanto rurais quanto urbanas, e contam com apoios institucionais em organismos de direitos humanos, prefeitos e autoridades estatais de todos os níveis, assim como meios de comunicação. Esta teia de relações é necessária para as interrelações e uso da legislação.

As redes políticas e sociais e as práticas políticas e administrativas se articulam e se encontram para fazer a legislação ser cumprida. A Convenção 169 (OIT), utilizada pelas *networks*, deve forçar os governos a consultarem comunidades campesinas e os povos indígenas, quando os projetos aparecerem. Uma tarefa nada fácil, quando tiverem que enfrentar os impactos trazidos pelos empreendimentos trazidos pelas ações do governo.

Fortes danos ambientais foram denunciados causados pelos grandes empreendimentos mineiros, com a certeza de que as multinacionais do setor obtêm enormes lucros. Os passivos ambientais, em sua maioria, não resultam em benefícios para as populações, pois mesmos detectados, as empresas reconhecem sua responsabilidade protelam e fazem com que o problema seja levado a potência destrutiva do meio ambiente as populações no raio de ação do empreendimento. O governo responde as questões reconhecendo que o estado de emergência exige a militarização das províncias onde estão ocorrendo os problemas. Esta é a costumeira saída que encontram os governos, tanto no Brasil quanto no Peru.

A Coordenadoria Nacional de Direitos Humanos (CNDH) apontou 49 mortos, na repressão aos conflitos sociais, em quatro anos de governo do presidente Ollanta Humalla. Desde 2006, já são 125 civis mortos, a maioria em conflitos mineiros. A estratégia combina a criminalização dos protestos, com outra, chamada de ‘diálogo’ orientados para diminuir o nível de mobilização dos cidadãos, sem propor uma saída de fundo para os problemas estruturais. A CNDH projeta que a crise da mineração possa ser uma oportunidade para os povos caso se estabeleçam bases para o modelo econômico mais voltado ao mercado interno e regional e mais especializado.

O drama da política peruana contemporânea, afirmam estudiosos da questão, está na recuperação da paz e da estabilidade, a mesma está associada a uma combinação entre

repressão estatal e fundamentalismo neoliberal<sup>100</sup>. É esta percepção que explica o prestígio que a candidata à presidência do Peru Keiko Fujimori teve durante a campanha de 2016, apesar da desmoralização internacional de seu pai. A resistência à mudança é agravada pela prosperidade superficial lastrada nas exportações minerais, na economia delitiva,<sup>101</sup> e mais recentemente, na autocompetição evocada pela “marca Perú”.

A “marca Perú” projeta-se no país internacionalmente, e procura, por exemplo, vender a ideia de modernidade econômica (investimentos seguros, talentos no campo da produção de joias, moda, perfume, artesanato, gastronomia, fotografia, música, literatura para o mundo, talentos que brilham internacionalmente etc.). Com o *slogan* “Se o coração diz sim, venha visitar o Peru” quer promover o desenvolvimento do país. É dentro desta perspectiva que o lema se amplia e “convida você a descobrir a si mesmo” (El Diario de Economía y Negocios de Perú, 2016). Querem mostrar não somente Machu Pichu, mas criar outras rotas de turismo e ampliar este mercado.

---

<sup>100</sup>O fundamentalismo neoliberal está associado à ideia de livre mercado ou fundamentalismo de mercado (do inglês *free-market fundamentalism* ou simplesmente *market fundamentalism* (BEAMS, 1998). É uma expressão pejorativa usada pelos críticos do capitalismo *laissez-faire* no que eles dizem ser uma exagerada crença de que mercados livres proporcionam a maior equidade e prosperidade possível. Então, qualquer interferência nos processos de mercado reduz o bem-estar social- ou seja, livre-mercados seriam capazes de resolver, de *per se*, todos os problemas que afetam uma sociedade.

<sup>101</sup>Em 1990 foi publicado um relatório sobre as atividades das grandes máfias internacionais. O documento analisa o que os autores (Jean de Maillard – juiz francês); (Bernard Bertossa-Fiscal Geral); (Benoit Dejemeppe-Procurador do Rei da Bélgica); (Antonio Giananella-Juizem Nápoles) e (Renaud Van Ruymbeke-Juiz na França) chamam de Produto Criminoso Bruto (PCB), cujo valor oscilaria para 1986, em uns 800 bilhões de dólares americanos, isso é um montante superior ao PIB da Espanha e equivalente ao PIB do Canadá. A economia delitiva cria uma riqueza que a localizaria no quarto ou quinto lugar entre os 10 Estados mais poderosos, segundo o valor da totalidade dos bens finais que podem ser criados, licitamente, durante um ano de atividade econômica registrada numa clássica Matriz de Transações das Contas Nacionais. Ou seja, metade da economia criminosa se concentra na droga (produção e comércio para uma demanda que oscila entre 4% e 6% da população mundial) e no tráfico de armas. Os restantes 400 bilhões de dólares destinam-se a remunerar os “serviços”, fundamentais relacionados à “segurança” (guardas e exércitos privados), encarregados de proteger os circuitos delitivos, e em “serviços profissionais” (experientes economistas, juristas, assessores contábeis, etc.) especializados em legalizar o dinheiro proveniente da economia delitiva mediante sua “camuflagem” e reintrodução na economia legal. Após detalhar o *modus operandi* das grandes máfias internacionais, os analistas sustentam que o principal problema da economia do crime não é o enriquecimento ilícito, senão seu poder de corrupção e ameaça que ela representa para a democracia. Para poder realizar suas operações sem maiores dificuldades, (ARCE, 2014, p. 7) menciona que os empresários do crime devem “comprar” políticos e servidores públicos do Estado. Os quatro anos do governo do presidente Ernesto Samper da Colômbia ilustram irrefutavelmente a capacidade de penetração que as máfias têm nos aparelhos dos partidos políticos e nos serviços do Estado.



**Figura 6-** Marca Peru



**Fonte:** El Diario de economia y negocios de Perú (2016).

As eleições de junho de 2016 levam Pedro Pablo Kuczynski à vitória no segundo turno das eleições para o mandato (2016-2019). O governo demonstra a continuidade de uma política legislativa que viola os direitos das comunidades rurais e nativas que existem no país sob a justificativa de reanimação da economia. Esteve como ministro de Minas e Energia no governo de Fernando Belaúnde (1980-1985) e primeiro-ministro - entre 2001 e 2006, durante o mandato do presidente Alejandro Toledo. Portanto, alguém que entra quando as ações políticas ambientais já vinham se desenvolvendo. Ou seja, não mostra mudanças quanto ao paradigma atual.

O problema ambiental causado pela ação de grandes empresas multinacionais respaldadas nas ações contidas nos planos de governos passados tem ocorrido em toda a América Latina. Hidrelétricas, mineração, desmatamento, dentre tantas outras atividades, as quais respaldam o paradigma econômico capitalista neoliberal, como o caminho mantido, em detrimento do bem-estar das populações destes países. Os conflitos armados sobre as populações colocam-nas como infradoras, criminosas inimigas de seus próprios países, com o apoio da mídia. Contudo, recentemente tem-se tido melhor compreensão da situação, devido às ações da justiça.

As condições para difundir um discurso alternativo ao “extrativismo” têm avançado recentemente no país. Por exemplo, no episódio da *Marcha Nacional por el Agua* e no

protesto que a sucedeu, reuniu cerca de 20 mil pessoas em Lima contra o projeto mineiro. Em 2012, em Conga, no departamento de Cajamarca, o tema foi a defesa da água e não a reivindicação de maiores rendas mineiras, as quais caracterizavam protestos similares. Contudo, há diversos condicionantes históricos e políticos que diferenciam o contexto peruano do boliviano, do equatoriano e do brasileiro.

O protagonismo indígena nas lutas recentes traz pauta a temática do *Sumak kawsay* (*Buen vivir*) na agenda nacional, velada nos textos constitucionais recentemente adotados na Bolívia e no Equador, a despeito de todas as contradições. Dentro desta perspectiva do *Buen vivir* o Peru está distanciado, pois sua Constituição não agrega valores que tomem rumos para um novo paradigma, como ocorre nos países vizinhos mencionados. Contudo, vale verificar, *in loco*, o que anunciam as Constituições confinantes está ocorrendo.

De qualquer maneira, o que se observa é o paradoxo da política peruana contemporânea, onde o governo eleito continua com a pesca extrativista, a qual ameaça o carro-chefe da “marca Perú”, o que dizer das UPNU, em especial a RNAM. Estas têm sido exibidas como seguradoras dos recursos naturais biodiversos e suas populações como guardiães. Ações que foram constatadas *in loco*, durante o trabalho de campo.

Entende-se que o neoliberalismo mesmo com duvidosa legitimidade se reproduz se perpetua apoiado em um paradigma político insensível aos anseios populares, que somente conseguem romper este mecanismo em raras situações. É preciso que haja força da população, por meio das redes sociais e a dos movimentos sociais organizados para que os governos parem para dar atenção ao que as ruas dizem. São por meio destas ações, que os comandos tanto brasileiros quanto peruanos têm notado a opinião do povo e forçosamente alargam as estreitas fendas deixadas pelo sistema político e econômico vigente, que muitas vezes a legislação ajuda a alargar.

A seguir apresenta-se um quadro com a legislação ambiental peruana, em que se entende que a organização das leis consiste nos elementos, que são um passo para que delas saiam ações governamentais, planos, programas e projetos, que contemplem as necessidades sociais. Exibem-se as que se trabalhará com maior frequência.

**Quadro 5-** Legislação ambiental peruana selecionada

Legislação	Objetivos
Lei Florestal de 1930	Obriga serrar a madeira com a finalidade de ofertar trabalho na região por meio da instalação de serrarias.
Lei Florestal de 1960/1970/1980	Trata da preservação de espaços naturais - parques nacionais e reservas equivalentes.
Constituição Política do Peru de 1993. Capítulo II do ambiente e os recursos naturais.	Artigo nº 66 - Os recursos naturais, renováveis e não renováveis são patrimônio da nação. O Estado é soberano na sua utilização. Artigo nº 67 - Determina a política ambiental nacional. Promove o uso sustentável dos recursos naturais Artigo nº 68 - Obrigada a promover a conservação da diversidade biológica e áreas naturais protegidas. Artigo nº 69 - Promove o desenvolvimento sustentável da Amazônia com a legislação adequada.
Lei de Áreas Naturais Protegidas (ANPS) Lei nº 26.834/97, de 04 de julho de 1997.	Gera recursos para o aproveitamento e uso desses nas ANP. Regula a conservação da diversidade biológica e a utilização sustentável de seus componentes em concordância com os artigos nº 66 e 68 da Constituição Política do Peru (Art. 1)
Lei nº 26.839 de 1997	Regula as ANPS.
Lei nº 2.519 de 16 de março de 1998	Promulga a CDB.
Decreto Supremo nº 010-99-AG de 07 de abril 1999.	Cria o Plano Diretor das ANP instrumento de Planificação e orientação do desenvolvimento do SINANPE <sup>102</sup> .
Lei Florestal nº 27.308, 7 de julho de 2000. Manejo e aproveitamento dos recursos florestais.	Artigo nº 10 Modalidade de Aproveitamento – 1 Concessões florestais com fins madeiráveis. Ampliam de cinco para 50 mil hectares as concessões a outorga a particulares (pequenos e médios empresários madeireiros por um prazo máximo de 40 anos.
Decreto Supremo 068-2001-PCM de 20 de junho de 2001.	Regulamenta a Lei sobre Conservação e Aproveitamento da Diversidade Biológica
Regula o Decreto Supremo nº 038-2001-AG de 26 de junho de 2001.	Artigo nº 1 - Aprova o regulamento da lei de Áreas Naturais Protegidas. Artigo nº 2 - Revoga o Regulamento de Unidades de Conservação, aprovado pelo Decreto Supremo nº 160-77-AG, e demais disposições legais contrárias às disposições do presente regulamento.
Decreto Supremo nº 102-2001-PCM de 05 setembro 2001.	Aprova a Estratégia Nacional da Diversidade Biológica do Peru (ENDB). Orienta ações presentes e futuras para gerar benefícios ecológicos econômicos e sociais.
Portaria Regional nº 063-2004-Governo Regional do Amazonas/CR.	Com a finalidade de elaborar e implementar a Estratégia Regional de Diversidade Biológica do Amazonas.
▪ RI nº 043-2004-INRENA-IFFS.	Termos de referência para a elaboração da proposta técnica Criação e Manejo Florestal para a atribuição de concessões de reflorestamento e / ou florestação.
▪ DS nº 013-2004-AG.	Relativo à concessão de contratos de concessão para o reflorestamento em áreas de recuperação de floresta.
▪ R.S. nº 002-2006-AG).	Plano Nacional de Reflorestamento.
▪ Lei nº 28.852.	Lei de promoção de investimento privado em reflorestamento e sistemas agroflorestais.
▪ Lei nº 28.611, Lei Geral do Ambiente	Artigo III - O direito de participar na gestão ambiental: Todo mundo tem o direito de participar de forma responsável nos processos de tomada de decisão e na definição e implementação de

<sup>102</sup>O Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas pelo Estado (SERNANP) está ligado ao Ministério da Agência Pública Técnica Especializada do Meio Ambiente, por meio do Decreto Legislativo nº 1013, de 14 de maio de 2008. É responsável por dirigir e estabelecer os critérios técnicos e administrativos para conservação de áreas protegidas e a manutenção preventiva da diversidade biológica. O SERNANP é o órgão do Sistema Nacional de Áreas Naturais Protegidas pelo Estado (SINANPE) e, como uma autoridade técnico-regulamentar, realiza seu trabalho em coordenação com os governos regionais, proprietários locais e reconhecidas áreas de conservação privadas.

	<p>políticas e medidas relativas ao meio ambiente e seus componentes, tomadas em cada um dos níveis de governo. [...].</p> <p>Artigo V - O princípio da sustentabilidade</p> <p>A gestão do meio ambiente e de seus componentes, bem como o exercício da defesa dos direitos nos termos desta lei, são baseadas na integração equilibrada dos aspectos sociais, ambientais e económicos do desenvolvimento nacional, bem como atender a necessidades das gerações presentes e futuras.</p> <p>Artigo 6 - Limitações ao exercício dos direitos</p> <p>O exercício dos direitos de propriedade e liberdade de trabalho, empresas, comércio e indústria, estão sujeitos às limitações estabelecidas pela lei para proteger o meio ambiente.</p> <p>Artigo 8.1 A Política Nacional do Meio Ambiente - é um conjunto de diretrizes, objetivos, estratégias, metas, programas e instrumentos públicos, que visa definir e orientar as ações das entidades do governo nacional, regional e local e do sector privado e sociedade civil nas questões ambientais.</p> <p>Artigo 9 - A Política Nacional do Meio Ambiente tem como objetivo melhorar a qualidade de vida das pessoas, assegurando a existência de ecossistemas saudáveis [...].</p> <p>Artigo 10 - Políticas de Estado integrar as políticas ambientais com outras políticas públicas. [...], o planejamento, tomada de decisão e implementação de políticas públicas em todos os níveis de governo [...].</p> <p>h. Informação científica que é essencial para a tomada de decisões sobre as questões ambientais.</p> <p>i. O desenvolvimento de todas as atividades empresariais deve ser realizado tendo em conta a implementação de políticas de gestão ambiental e responsabilidade social.</p> <p>Artigo 15 - O Sistema Nacional de Gestão Ambiental integra sistemas de gestão ambiental, [...] sistemas setorial, regional e local; e outros sistemas específicos relacionados com a aplicação de ferramentas de gestão ambiental.</p> <p>17.2 Entende-se que constitui instrumento para a gestão ambiental, sistemas de gestão ambiental, nacional, setorial, regional ou local; ordenamento do território ambiental; a avaliação de impacto ambiental; planos de contingência; normas nacionais de qualidade ambiental; certificação ambiental, na proteção ambiental; sistemas de informação ambiental; instrumentos económicos, contabilidade ambiental, estratégias, planos e programas de prevenção, adaptação, controle e remediação; mecanismos de participação cidadã; planos abrangentes de gestão de resíduos; os instrumentos para conservar os recursos naturais; instrumentos e punição monitoramento ambiental; a classificação das espécies, períodos de defeso e áreas de proteção e conservação; [...].</p> <p>Artigo 48 - mecanismos de participação cidadã [...] utilização por pessoas singulares ou coletivas relacionadas, interessados ou envolvidos com um determinado processo de tomada de decisão sobre questões ambientais [...].</p> <p>72.2 - No caso de projetos ou atividades a serem desenvolvidas dentro das terras dos povos indígenas, camponeses e comunidades indígenas, os procedimentos de consulta a ser dirigido para o estabelecimento de acordos com os representantes destes [...].</p>
<p>Lei nº 28.245, publicada em 8 de junho de 2004 - Lei Marco do Sistema Nacional de Gestão Ambiental - Decreto Supremo 008/2005/PCM publicado em 28 de janeiro de 2005.</p>	<p>Artigo 1 - O propósito da Lei - Garantir o cumprimento mais eficaz dos objetivos ambientais de entidades públicas; fortalecer os mecanismos de transetorialidade na gestão ambiental, o papel que corresponde ao Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAM), e as autoridades setoriais, regionais e locais no exercício do seu ambiente para garantir que eles cumpram seus deveres e responsabilidades para assegurar e evitar o exercício dessas sobreposições, omissões, duplicações, lacunas ou conflitos.</p>
<p>▪ Portaria Regional nº</p>	<p>Implementa a Estratégia Regional de Diversidade Biológica de Loreto.</p>

005-2006-CR/GRL	
▪ Lei nº 29.157, artigo nº 104 da Constituição Decreto Legislativo nº 1013, 13 de maio de 2008.	Lei de criação, organização e funções do Ministério do Ambiente.
▪ Decreto Supremo nº 007/2009-MINAM. <sup>103</sup>	Cria a Comissão Nacional de Diversidade Biológica (CONADIB) responsável por acompanhar e implementar os compromissos assumidos no âmbito da (CDB).
Decreto Supremo nº 012-2009- MINAM de 23 de maio de 2009.	Obriga a fundação de uma Política Nacional do Ambiente (PNA).
Decreto Supremo nº 016-2009-MINAM de 02 de setembro de 2009.	Atualiza o Plano Diretor das ANP. Conta com orientações políticas e planejamentos estratégicos das ANP em seu conjunto.
. Lei nº 30.130	
Lei para Mineração	
▪ Lei Florestal nº 29.763/2011	
Declaração 21 de janeiro de 2016	Integração física e conservação do meio ambiente. Os dois países buscam cooperação na região de fronteira para integrar seus mercados energéticos e promover o desenvolvimento sustentável
▪ Resolução Ministerial nº 057-2017-MINAM	Estabelece orientações gerais e trans-setorialidade no desenvolvimento de processos para a orientação do cidadão quando da ocorrência de impacto ambiental nas diretrizes dos projetos de investimento; a definição clara no processo de previsão [...], que permita a intervenção do cidadão desde as primeiras fases do projeto.

**Fonte:** Elaboração Marlinda M. Patrício a partir da base dos registros do Ministerio del Ambiente (2008).

A legislação ambiental selecionada no quadro acima dará apoio à análise que será realizada em capítulo adiante. No entanto, percebe-se que carece de maior especificação quando se trata da mineração. De todas as maneiras, aborda as ANP, dá ênfase à importância da tomada de decisão e da participação para os conhecimentos do que os planos e programas governamentais e privados podem causar, principalmente os impactos que afetam as populações e o ambiente. A sustentabilidade e a biodiversidade são temas constantes na legislação.

Verificou-se que houve investimentos em níveis nacional e regional em planos e programas para atender os objetivos do convênio preconizado pela CDB. Os projetos elaborados passavam pelos filtros do Sistema de Investimento Público Nacional (SNIP). O

<sup>103</sup>O órgão possui defesa jurídica atribuída ao: SERNANP; Instituto Geofísico do Peru (IGP); Serviço Nacional de Meteorologia e Hidrologia do Peru (SENANHI); IIAP; Organismo de Avaliação e Fiscalização ambiental (OEFA).

problema é que este sistema não é um sistema de planejamento que analise os projetos adequadamente, principalmente as decisões que afetam a Amazônia. A viabilidade econômica e financeira dos projetos, com o SNIP é a prioridade, e não sua relação com outros investimentos, bem como sua viabilidade ambiental, social e natural (DOUROJEANNI, 2013). Estas maneiras de conceber os projetos inviabilizam os seus desempenhos desde o início.

Ainda, o SNIP tem prerrogativa somente para fazer o exame do investimento público e não do investimento privado. No entanto, a maioria dos projetos têm contrapartida de recurso financeiro privado, especialmente no que se refere à construção de infraestrutura do país. Os problemas relativos ao planejamento, duplicação de ações – vários órgãos realizam planos com o mesmo propósito sem interconexões –, são entraves que trazem prejuízos financeiros, tempo e ações que acabam por sobrecarregar as populações tradicionais envolvidas (DOUROJEANNI, 2013). Assim, falta planejamento, intercâmbio e mecanismos participativos e atenção ao que a legislação preconiza.

Apresenta-se quadro com políticas públicas ambientais em nível nacional resultado dos acordos dos governos brasileiro e peruano. Alguns favorecem o bioma Amazônia nos dois países, mas também há planos arquitetados para atender o país como todo.

**Quadro 6-** Políticas públicas ambientais em nível nacional

<b>Política pública</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Instituição responsável</b>
Programa SIVAM-SIPAM <sup>104</sup>	Proteção da Amazônia	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) Ministério do Meio Ambiente, IBAMA e Agência Nacional de Águas.
Política Nacional do Meio Ambiente		MINAM
Plano Peru 2021. Plano Bicentenário <sup>105</sup>		
Plano de Ação Nacional para o Ambiente. Peru 2011-2021		
Estratégia Nacional Florestal. Peru 2002-2021		
Estratégia Nacional para		MINAM, SERNAMP

<sup>104</sup>Governo Garcia Pérez (2006).

<sup>105</sup>É um acordo de toda a comunidade universitária e é uma ferramenta para orientar o desenvolvimento da Universidade Nacional de Trujillo, por meio de orientação estratégica mais apropriada. É uma construção conjunta, em que as autoridades, professores, assistentes administrativos, estudantes e graduados assumiram um compromisso real para gerenciar o desenvolvimento da UNT.

as Áreas Naturais Protegidas		
Plano de reflorestamento nacional		
Estratégia Nacional de Biodiversidade		
Megaprojeto de (Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana)	Eixo do Amazonas (Colômbia, Peru, Equador, Brasil) - Rede de transportes entre a bacia amazônica e o litoral do Pacífico, com vista à exportação	IIRSA

**Fonte:** Elaboração Marlinda M. Patrício a partir da base dos registros de Brasil (2007), Maia (2011) e Dourojeanni (2013).

Ressalta-se que, a partir dos elementos expressos pela legislação tem-se como verificar os programas e projetos arrolados para análise neste estudo. Além disso, a organização das leis ambientais permite compreender o que deveria ter sido feito pelos governos anteriormente mencionados. Viu-se que a linha de ação dos governos não muda os rumos para uma economia em que a equidade social seja alcançada. A legislação regula o que o mercado precisa em detrimento do meio ambiente. Certamente, algumas leis deram amparo para assegurar os recursos naturais, porém nem sempre se teve sucesso.

A ação do Estado peruano é a de manutenção do sistema capitalista, com política de abertura para o mercado interno, mas também fora do eixo latino-americano. Paralelo, as políticas públicas ambientais são postas em prática, a legislação ampliada, mas no exercício as instituições responsáveis têm pouco poder de coibir as ações predatórias. Assim, se verá como tal situação ocorre no departamento de Loreto, nas províncias de Maynas, San Juan Bautista e Iquitos, onde está situada a APNU, RNAM.

Para finalizar esta seção, nos últimos anos têm vindo a lume o que a classe política e empresarial fazia de forma mascarada, a naturalização da mentira, a corrupção e a exploração, só viável em decorrência da corrosão do tecido social. Os acontecimentos no Brasil iniciados pela ação do Ministério Público Federal brasileiro ao atuar na Operação “Lava Jato” tem descortinado negociações e enriquecimentos ilícitos que leva a entender os motivos da legislação ambiental ser constantemente menosprezada em favor da construção de megaempreendimentos superfaturados e alheios aos direitos humanos. A ação extrapolou o âmbito do território brasileiro e se estendeu a alguns países da América Latina, como o Peru.

#### 4.1 A história ambiental e as políticas públicas loretanas

Loreto está dividida em sete províncias: Maynas, Alto Amazonas, Datem del Marañón, Loreto, Mariscal Ramón Castilla, Requena e Ucayali e possui 51 distritos. É um departamento distante dos Andes. Apresenta um relevo plano em relação aos demais departamentos, apesar disso é um território bastante ondulado e exibe alguns morros. Porém as distâncias são conectadas pelos rios Ucayali e Marañón, que formam e alimentam o rio Amazonas, assim como os rios Huallaga, Morona, Pastaza, Tigre, Corrientes, Tapiche, Napo, Putumayo e Yavarí. O mesmo ocorre com os demais rios que fazem parte da geografia local.

Loreto está localizada em antigas bacias, com centenas de quilômetros de largura, as quais possuem depósitos que alcançam cerca de 10 km de profundidade. O rio Amazonas é uma bacia sedimentar do período Cenozóico, a maior do mundo. Seu relevo atual foi desenvolvido durante o Mioceno-Plioceno e sua divisão em sub-bacias é mais recente. Faz parte da planície sub-andina, caracterizada por levantamentos e a fundamentos, com acentuada acumulação e formação de depósitos fluviais antigos e recentes (LARAQUE et al., 2009; KALLIOLA; PUHAKKA; DANJOY, 1993). As terras firmes criam brechas para os rios e para amplas áreas inundáveis.

Existem intrincadas interações entre os processos geomorfológicos e bióticos das planícies de inundação como os fatores que controlam o padrão de vegetação: influência direta de inundações, sedimentação emigração dos cursos. A vegetação da várzea é heterogênea e em constante mutação juntos aos processos dos rios (KALLIOLA et al., 1987). Isto mostra o complexo ecossistema e a difícil incursão na região, mas que também é cheia de “ruas” que conduzem, por meio da navegação, a todas as áreas da região. Aqui não se tem como discorrer sobre tão extenso conhecimento, mas passa-se a ideia do cenário que o colonizador encontrou.

A incursão da empresa colonizadora ao mesmo tempo em que avançava pela região da costa à serra peruana, investia pela densa floresta e rios que parecem mar. Em 1822 lutava-se pela independência e em 1828 a Constituição Política do Peru foi jurada. Maynas como província consegue sua liberdade em agosto de 1821, enquanto Lima obtém a sua independência em 1843 e Loreto alcançará em 1868. Portanto, a região vivia a pressão da invasão e passava pela exploração dos colonizadores espanhóis (PABLO, 1971; CASTRO, 1988; GRANERO, 1988; LUMBRERAS, 1971; BURGA, 1992).

Devido à posição geográfica estratégica, a cidade de Iquitos tornou-se a capital do departamento de Loreto. Formada inicialmente por indígenas Iquitos e Napeanos, parentes



étnicos, foram abandonando os centros com a efervescência mercantilista e retornaram às suas terras e muitos eram arregimentados para o trabalho escravo. Iquitos tornou-se a porta de entrada e saída tanto de pessoas quanto de mercadorias. O porto favorecia as atividades mercantis, que se modificava com os anos. O final do comércio do caucho continuou com novas matérias-primas para exportar, o que significava novos focos de imigração.

Em meados do século XIX Iquitos saltou de instalações com poucas casas para um entreposto que organizava em seu entorno uma cidade com muitos negociantes e exportadores de caucho. O *boom* caucheiro converteu Iquitos em uma cidade cosmopolita que possuía fábrica de ladrilhos, telhas, gelo, água gaseificada, serrarias, escolas para homens, mulheres e escolas mistas, um porto que permitia o escoamento do extrativismo do caucho e outras mercadorias, firmas importadoras e exportadoras (PEÑA, 1971; PABLO, 1971). A Tabela 1 mostra esta modificação em número de população.

**Tabela 1-** População de Iquitos

<b>Ano</b>	<b>Habitantes</b>	<b>Hectares</b>	<b>Hab./ha</b>
<b>1800</b>	171	-	-
<b>1851</b>	227	-	-
<b>1859</b>	500	-	-
<b>1864</b>	648	-	-
<b>1899</b>	10.000	-	-
<b>1906</b>	10.038	110	91.2
<b>1928</b>	22.575	223	
<b>1940</b>	152.457		
<b>1948</b>	41,694	298	139
<b>1964</b>	69,300	-	-
<b>1972</b>	375.007		-
<b>1981</b>	482.829	-	-
<b>1993</b>	687.282	-	-
<b>2007</b>	891.732		

**Fonte:** Dados obtidos em Granero (1988), Peña (1971), Lumbreras (1971) e INEI (2008<sup>106</sup>).  
Elaborado por Marlinda M. Patrício (2016)

<sup>106</sup>O último censo foi em 2007. Com o censo populacional 2013 obtiveram-se dados aproximados, pois neste ano o INEI se preparava para realizar o censo nacional da população.

**Tabela 1-** População de Iquitos

Ano	Habitantes	Hectares	Hab./ha
1800	171	-	-
1851	227	-	-
1859	500	-	-
1864	648	-	-
1899	10.000	-	-
1906	10.038	110	91.2
1928	22.575	223	
1940	152.457		
1948	41,694	298	139
1964	69,300	-	-
1972	375.007		
1981	482.829	-	-
1993	687.282	-	-
2007	891.732		

**Fonte:** Dados obtidos em Granero (1988), Peña (1971), Lumbreras (1971) e INEI (2008<sup>107</sup>). Elaborado por Marlinda M. Patrício (2016)

O rio Amazonas tem um intenso tráfego de embarcações, que foi regulamentado pelo acordo Convênio de Livre Navegação firmado entre o Brasil e o Peru, em 1851. As mercadorias extraídas da floresta<sup>108</sup>, bem como alimentos, vestimentas e outros tipos de produtos para o consumo dos moradores da cidade que crescia, chegava de todos os lugares da região, inclusive de outros países. A movimentação na região cresceu consideravelmente, e o incremento populacional deve-se às forças das ações políticas e econômicas, o que é refletido nos dados de habitantes levantados durante os séculos XIX e XX visto acima.

Em meados do século XX Iquitos já contava com o Plano Regulador da cidade, elaborado pelo Ministério da Habitação, por meio da Direção Geral de desenvolvimento Urbano e da Junta de Obras Públicas de Loreto. Em sua formação Iquitos não estava apenas com uma população indígena morando no local, mas somava-se a ela um contingente militar, instalado no local desde 1840/50. Isso demonstra a importância comercial da urbe e sua relação com o rio. Mas havia também forte relação com a floresta. A tabela de população com os números ascendentes demonstra esse salto sempre em prol da atividade econômica em vigência.

O *boom* caucheiro, caucho (*Castilloaulei*), durou 34 anos (1880-1914); a atividade caucheira era a mais lucrativa, mas também havia a extração da balata (*Manilkara bidentata*), da família das Sapotáceas, do leite caspi (*Couma macrocarpa*), com as mesmas propriedades

<sup>107</sup>O último censo foi em 2007. Com o censo populacional 2013 obtiveram-se dados aproximados, pois neste ano o INEI se preparava para realizar o censo nacional da população.

<sup>108</sup>Havia o cultivo do barbasco (nome de vários gêneros de plantas), que se caracteriza por conter um suco com efeito narcótico que afeta os peixes, mas não as pessoas; se emprega na pesca fluvial é típico da Colômbia e Venezuela.

da balata. Havia também a extração de jarina também conhecidas como tagua, corozo ou marfim vegetal<sup>109</sup> com mercado promissor (PEÑA, 1971). Porém, todas as atividades eram predatórias e seus reflexos se estendiam da floresta à cidade.

Este comércio movimentou uma cadeia financeira, que vinha dos grandes consórcios dos países industrializados, passava pelas casas de comércios principais de Iquitos, com numerosos patrões e peões, extratores dos produtos. Tem-se uma pirâmide em que a base era formada pelos nativos e o ápice estava no mais alto nível do capitalismo estrangeiro. Tal estrutura fomentou crimes contra os indígenas, que chegou a níveis de genocídio e etnocídio, o que levou a protesto internacional. De toda maneira, o desmonte desta pirâmide só ocorreu quando o mercado internacional mudou suas prioridades.

A riqueza gerada pela comercialização do produto formou uma sociedade de comerciantes e suas famílias que acumularam riquezas. A classe que se formara não foi tão diferente da que se formou nas cidades da Amazônia brasileira, como Belém, Macapá e Manaus. De toda a riqueza auferida pouco foi aplicado em Iquitos. A melhoria da infraestrutura da cidade e da qualidade de vida dos seus moradores não ocorreu; todo o ganho do comércio do caucho era aplicado fora ou foi perdido em má administração.

A atividade extrativa movimentou ainda a empresa migratória. Na floresta a mão-de-obra escrava indígena foi amplamente utilizada, assim como a chinesa<sup>110</sup>. Eles foram a base do trabalho sem qualquer liberdade, direitos ou cuidados com a vida humana. A exploração chegava aos limites da desumanidade com os trabalhadores. Mas outros vieram, como os judeus, os ingleses e os alemães, que atuaram no comércio, nas construções, na logística, dentre outras atividades.

Os países que consumiam caucho e balata tinham grande interesse na inovação tecnológica do produto, que chegava *in natura*, portanto criaram condições para estudo, pesquisa e experimento científico, até alcançarem o aperfeiçoamento do produto. Os resultados mais promissores ocorreram em 1839 com a descoberta da vulcanização do caucho. A partir de então, os achados foram ampliados e aplicados à melhoria de vários artigos que esperavam aprimoramento com a inclusão da borracha.

---

<sup>109</sup>Ela cresce nas florestas chamadas taguales. O tagua (ARCGREEK, 2016), corozo ou marfim vegetal é o complexo núcleo da semente celulósico de *Phytelephas* branco, ebúrnea, dura, pesada, lisa e opaca que adquire brilho polonês, inodoro, insípido; mas não elástica, sem incorruptível como o verdadeiro marfim.

<sup>110</sup>O trabalho chinês foi além da extração do caucho, na mineração, construção de ferrovias, cultivo do tabaco e na fabricação do cigarro. Alguns conseguiram ser comerciantes, empresários, engenheiros e médicos.

A inovação tecnológica não aconteceu somente para a borracha vinda da floresta, mas paralelo se fazia testes para obter este produto sintético. A obtenção da borracha sintética<sup>111</sup> concorreu para o declínio da atividade extrativa na Pan-Amazônia, pois se adequou a muitos produtos utilizados feitos com o caucho e a balata. Neste meio tempo outro evento ocorria, as colônias inglesas na Ásia haviam organizado e incrementado a produção gomífera contribuindo para o declínio da atividade extrativa na Pan-Amazônia.

Quando a atividade declina, o rastro da pobreza e da exploração marca o que havia sido 34 anos de opressão do ser humano e degradação do meio ambiente. Mas, neste cenário, outra atividade comercial já vinha se apresentando, a qual se estabelece visto que agora havia oportunidade de maior expressão no mercado. O comércio para exportação de peles de animais cresce o suficiente para a extinção de algumas espécies da fauna. A flora também estava sendo explorada, muitas mudas e sementes eram levadas. Este comércio continua até os dias atuais.

Outra atividade que permanece é o comércio de exportação da madeira. Este tem maior expressão em 1918, quando é impulsionada por empresa norte-americana que estimulou o comércio madeireiro. As toras eram extraídas da floresta e assim seguiam para o exterior. O tipo de madeira mais utilizada eram as finas, com maior valor no mercado. Na classificação por valor vinha a caoba (*Swieteniamacrophylla*) e o cedro (*Juniperuscedrus*). A atividade organizou nova mão-de-obra sobre o caos deixado pela atividade caucheira.

As demais madeiras extraídas da floresta em Loreto, mas com menor valor no mercado, devidopossuir uso generalizado em todas as atividades de transformação da madeira (PEÑA, 1971; LORENZI, 1992; CASTILLO; QUEVEDO 2002; PERU, 2009; CHINEN, 2013; SANTOS; RIBEIRO-OLIVEIRA; CARVALHO, 2016) eram tornillo (*Cedrelinga catenaeformis*), ishpingo<sup>112</sup> (*Amburana cearenses*) (Fr. All.) A.C. Smith; capirona

---

<sup>111</sup>A borracha sintética foi pela primeira vez processada pelo químico alemão Fritz Hofmann, em 1909. O butadieno estireno (SBR) é a borracha sintética com maior difusão no mundo. Na década de 1930 e aperfeiçoada com o nome de Buna S e posteriormente estudada nos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial com a denominação de *Government Rubber-Styrene* (GRS). Esta denominação foi substituída por SBR. O produto alemão era, na época, de difícil processamento. Então, os vulcanizados obtidos a partir da borracha de butadieno estireno (SBR) apresentam uma melhor resistência à abrasão do que a borracha natural (NR). Outra é a resistência a altas temperaturas (100 °C) e ao envelhecimento, em contrapartida possui menor flexibilidade e elasticidade a baixas temperaturas (até cerca de -50 °C) (GOMES, s.d.). Para a indústria que se mobilizava para a guerra as inovações neste campo eram fundamentais.

<sup>112</sup>O nome comum é cerejeira (LORENZI, 1992), amburana, cumaru do ceará, ambaúrana, amburana de cheiro, angelim, baru, cabocla, cerejeira rajada, cumaré, cumaru, cumaru de cheiro, cumaru do ceará, cumbaru, cumbaru das caatingas, emburana, emburana de cheiro, imburana, imburana brava, imburana cheirosa, imburana de cheiro, louro ingá, umburana, umburana lisa, umburana macho, umburana vermelha, umburana de cheiro, roble criollo, palotrébol e ishpingo.

(*Calycophyllum spruceanum*)<sup>113</sup>; quinilla (*Manikara bidentata* (A.DC.) A. Chev); utucuro (*Septotheca tessmannii*) e copaíba (*Copaifera langsdorffii*)<sup>114</sup>.

O governo peruano proibiu a exportação em bruto obrigando, mediante a Lei de 1930 a passarem por serrarias e serem cortadas em tábuas assegurando trabalho na região. A instalação de serrarias, como a “La Astoria,” pioneira na região, compôs a nova pirâmide extrativista. Financiada pelo capital norte-americano, a indústria da madeira contribuiu para o desmatamento e a degradação ambiental. A extração seletiva subtraiu as espécies de mais alto valor no mercado nacional e internacional (PERU, 1992; 2002; 2009). A atividade altamente predatória não contribuiu para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e nem desenvolveu a infraestrutura de Iquitos.

Mesmo havendo a lei florestal (Quadro 5), não havia controle e nem fiscalização que acompanhasse o trabalho na floresta muito menos a retirada das toras e a transformação nas serrarias para exportação. Reflorestamento não era ideia cogitada no início do século XX. Acreditava-se na infinidade dos recursos florestais. Portanto, a situação colocava a Amazônia inserida no cenário nacional e internacional, na confluência econômico-ecológica que o sistema mercantil e capitalista exigia. Então o grau de impacto desta atividade ainda no século XXI se está mensurando os estragos.

Em 1964, um notável crescimento populacional ocorre devido ao grande impulso no comércio de Iquitos, proporcionado pela Lei nº 15.600, promulgada no ano seguinte. Os empresários locais investem no ramo de alimento e para isso houve considerável mobilização de pessoas para o trabalho em fábricas alimentícias, moinhos de arroz, farinha de macarrão, fábrica de conserva, dentre outros. Esta atividade trouxe novos ares à cidade, visto que passa a produzir minimamente o que consome.

A cidade havia crescido e Belén, hoje distrito de Loreto, tornou-se o segundo porto, com caráter multifuncional, sem instalações adequadas, realizava cabotagem de menor porte, mas com grande movimento comercial. Estas mudanças corroboram com a nova atividade extrativa que se desenhava no horizonte iquitenho. Em 1971 a atividade que passa a ter maior expressão econômica e a atenção do governo é a prospecção do petróleo na zona norte da

---

<sup>113</sup>Conhecida no Brasil como pau-mulato, pau-mulato-de-várzea, escorrega-macaco e pau-marfim (CARVALHO, 1994). Trata-se de uma árvore com madeira densa (0,78 g/cm<sup>3</sup>), muito utilizada na produção de cabo para ferramentas, molduras, pisos e esquadrias.

<sup>114</sup>Embora não seja madeira “de lei”, a copaíba é utilizada na marcenaria para vários fins, como vigas, caibros, batentes de portas e janelas. É usada também para coronhas de armas, cabos de ferramentas e vassouras, tabuado para carrocerias, miolo de portas, lambris e assoalhos. Ela fornece um bálsamo chamado genericamente de “copaíba”, nome dado pelos indígenas ao óleo-resina que a árvore fornece.

província de Loreto. Iquitos torna-se o centro das operações petrolíferas e lugar para onde os trabalhadores do campo migram em busca de melhores ganhos.

As atividades econômicas extrativas têm seu período de efervescência e estabilização, não seria diferente das anteriores. Ao terminar a prospecção a nova fase, mais técnica, exige a máxima qualificação dos trabalhadores. Assim, no final da primeira fase os trabalhadores, ao serem dispensados, dificilmente retornam ao seu lugar de origem. Neste período permanecem e aumentam o número de assentamentos, que não estão no plano diretor da cidade, transformando-os em populações marginais, pois ocupam locais sem saneamento básico, terrenos sem legalização e casas precárias. Assim, a atividade petrolífera não mudou as condições da população e nem da cidade.

A história ambiental da Amazônia hoje conta com a tecnologia de informações enviadas por satélites espalhados em torno do planeta. Isso significa que todos os biomas<sup>115</sup> podem ser monitorados, agricultura, contaminação petrolífera, qualidade do ar, desastres ambientais e vigilância e suas condições são acompanhadas por meio de imagens enviadas aos centros dispersos por vários países com núcleos de comando compostos de observatórios e profissionais especializados (GONZÁLEZ; RUIZ; ACOSTA, 2013). Os acordos bilaterais abriram espaço nas agendas governamentais para que se tivessem informações.

Os dados atuais cientificam que a Amazônia peruana compreende aproximadamente 63% da superfície total do país, com extensão territorial de 75 milhões hectares, que corresponde a 60% da extensão total do país. As terras classificam-se segundo sua capacidade: terras de uso maior para culturas limpas<sup>116</sup> (3,21%), cultivo permanente (2,89%),

---

<sup>115</sup>O conceito foi criado em 1916 por Clements, originalmente como um sinônimo de comunidade biótica de Möbius (1877). Logo, surgiria a definição atual, baseada nos conceitos anteriores de fitofisionomia, formação e vegetação (comumente usados em oposição a flora), com a inclusão do elemento animal e a exclusão do elemento taxonômico da composição de espécies (composição florística, no caso de plantas). Em 1935, incluiu aspectos climáticos e pedológicos (de solo) ao conceito, chamando-o, entretanto, de ecossistema. Na literatura biogeográfica brasileira, incluindo os trabalhos do IBGE, da Embrapa e algumas leis, o termo “bioma” é muitas vezes usado como sinônimo de “província biogeográfica”, uma área determinada com base na sua composição taxonômica de espécies presentes - o termo “província florística” é usado quando se consideram as espécies de plantas - ou ainda, como sinônimo de “domínio morfoclimático e fitogeográfico”, usado por Ab’Sáber, que se refere a um espaço geográfico de dimensões subcontinentais, com a predominância de características geomorfológicas e climáticas, e também de um certo tipo de vegetação. Logo, na realidade em ambos os tipos de regionalização. Portanto, a “província biogeográfica” e “domínio morfoclimático e fitogeográfico” (FARIA, 2016), aplicados às áreas Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa, Pantanal e Marinha estão inclusos vários tipos de biomas, de acordo com o uso do termo na literatura internacional, especialmente após a Conferência da Terra.

<sup>116</sup>Este tipo de cultura está relacionado à utilização das máquinas em uma propriedade. Elas têm por objetivo a realização de tarefas de uma forma rápida e eficiente, dentro de um período pré-estabelecido, de acordo com as exigências das diferentes culturas, nas diferentes regis agrícolas do país. Sabe-se que a operação de plantio de qualquer cultura se constitui em um dos principais fatores para o sucesso no estabelecimento de uma lavoura, portanto deve-se dar à sementeira a verdadeira importância que ela representa dentro do processo produtivo. Uma boa sementeira possibilita o estabelecimento rápido e uniforme da população de plantas desejada, para isto,

pastos (7,55%), florestas (61,35%) e áreas de proteção (25,00%). Destas áreas encontram-se produtivas apenas 2,5 milhões com cultivo permanente, pastos e áreas de exploração florestal, de baixa produtividade. Cerca de seis milhões de hectares de terra encontram-se abandonados. O cultivo da Coca ocupa cerca de 300.000 hectares destas.

O censo populacional que será realizado pelo Instituto Nacional de Estatística e Informática (INEI) tem feito convênios para assegurar que os avanços metodológicos para gerar informações estatísticas no levantamento para o censo de 2017 seja bem-sucedido. A população atual de toda a Amazônia cresce e o Censo Demográfico de 1993 aponta 272.578 pessoas, das quais 39% estão localizados na selva baixa do departamento de Loreto, ou seja, corresponde a 25% da população total do país (INEI, 1993). Dez anos depois os dados, já apontam 556.927 habitantes na área urbana e 327.217 na área rural (INEI, 2017).

Loreto, capital Iquitos, é o maior departamento do país com 36.885.195 ha, 28% do Peru. É o único sem conexão via estrada com o restante do país. Sem interconexão energética, é um dos mais pobres com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Geograficamente é plano e mais baixo, cerca de 80 a 400 msnm.<sup>117</sup> Aqui se encontra o maior pântano cerca de 5.000.000 ha e é também banhado pelo maior rio, o Amazonas. Guarda a maior cobertura vegetal do país 55%, 35,8 milhões de hectares de floresta. Com todos os problemas de desmatamento as ocorrências são de 3%. Para mudar este índice há necessidade de maior investimento em alimentos, moradias, saneamento básico, saúde e educação.

Os planos e programas em seguida apresentados são resultados das ações de políticas públicas relativas aos anos de 2003 a 2011. Os selecionados estão nas áreas florestal, ambiental e turismo. Ressalta-se que não se encontrou planos governamentais voltados para setores como mineração de areia, áreas protegidas, reflorestamento e produção de alimentos<sup>118</sup> na área da RNAM, tais ocorrências são fortes dentro da reserva.

---

a mesma deve colocar a semente no lugar certo e na quantidade certa, além de formar um ambiente que proporcione condições adequadas ao processo de germinação. No entanto, para fazer bom uso das sementeiras, certos cuidados são essenciais, principalmente em se tratando da correta manutenção e conservação da máquina. Fatores estes, que são imprescindíveis (COPETTI, s.d.) para o bom rendimento da máquina e que podem determinar o sucesso ou o fracasso da lavoura.

<sup>117</sup>Nível médio do mar (NMM) (do inglês MSL: *Mean Sea Level*).

<sup>118</sup>Ao se tratar da questão ambiental percebe-se que os problemas ambientais estão também relacionados à ausência de alimento nas reservas. Portanto, entende-se que não tem a ver somente com o desmatamento, a mineração, mas que por trás há a busca pela sustentabilidade das famílias, tanto dentro da reserva quanto na área de amortecimento. O alimento é uma questão que não pode ser desconsiderada no estudo com caráter ambiental. Portanto atenta-se para o IDH no Peru e no micro-espço da RNAM.



**Quadro 7-** Políticas públicas para Loreto

<b>Ações de políticas públicas</b>	<b>Instituições responsáveis</b>
Planejamento institucional (2011). ✓ Plano Estratégico Institucional 2011-2014	Governo Nacional
Área ambiental (2003 a 2011) ✓ Plano Estratégico Participativo do Setor Florestal ✓ Política Ambiental Regional de Loreto ✓ Política de Diretrizes de Desenvolvimento Institucional no aspecto ambiental. ✓ Plano de Ação Ambiental Regional 2011-2021 e Agenda Regional Ambiental. ✓ Estratégia Regional de Biodiversidade de Loreto. ✓ Programa Regional de Manejo de recursos florestais e faunísticos. ✓ Programa de Conservação, Manejo e Uso Sustentável da Diversidade Biológica de Loreto (PROCREL)	GOREL, MINAN, SERNANP
Área de turismo (2007) ✓ Plano de Turismo Regional Estratégico 2007-2015	Plano Estratégico Nacional de Turismo (PERTUR); Conselho Regional de; Turismo de Loreto (CRT); Ministério de Comercio Exterior e Turismo – MINCETUR e Governo Regional de Loreto (GOREL)
Área Econômica Programa de Incentivo Fiscal para a Conservação	Loreto e Manu-Tambopata consórcio formado pela <i>Wildlife Conservation Society</i> (WCS), Sociedade Peruana de Direito Ambiental (SPDA) Fundo das Américas (FONDAM), no âmbito da Iniciativa para a Conservação na Amazônia Andina (ICAA) e a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID)
Área Florestal (madeira) ✓ Projeto de Utilização Industrial de novas espécies florestais no Peru, PD 37/88 -Fases I e II (1990)	Facultad de Ingeniería Forestal-UNAP  Cooperación Técnica Internacional Perú - Finlândia Ministério de Economia e Finanças Ministério do Ambiente do Peru (MINAM)

**Fonte:** Dados obtidos a partir de Peru (2008) e Dourojeanni (2013). Elaborado por Marlinda M. Patrício (2017).

Os programas têm respaldo na legislação ambiental, contudo os planejamentos são escassos diante da quantidade e às necessidades no campo ambiental e das populações tradicionais. Desde a entrada da empresa colonizadora, o processo de exploração do país foi

crecente, sua constituição como unidade federativa é o produto das decisões políticas e econômicas internacionais e nacionais. Isto porque a América Latina no século XVI entrava no circuito mercantilista dos países expansionistas.

A Amazônia peruana, assim como a brasileira, passou por explorações semelhantes, igual a todos os países que fazem parte da Pan-Amazônia. Estes tiveram sua biodiversidade subtraída, bem como sua população nativa escravizada e de acordo com a atividade da época, precariamente remunerada. Os imigrantes que vieram em busca de melhores condições de vida encontraram o mesmo destino. Neste sentido, compreende-se a assimetria econômica da sociedade loreta e em especial iquitenha.

A atividade caucheira esteve à frente da economia local por três décadas e meia, coexistia com atividades como o comércio de peles e madeira, esse no início do século XX. A dinâmica das atividades econômicas tem regras ditadas pelo mercado internacional, seguidas pelo nacional e obedecidas pelo local. Dentro do sistema econômico aberto, as atividades expressivas ao se tornarem inexpressivas economicamente, não dominam mais o mercado e não oferecem o lucro de outrora, e são substituídas.

Tanto o mercado de pele quanto o de madeira tiveram oportunidade de auferir lucros e estas atividades influenciaram fortemente no desenvolvimento econômico e asseguraram trabalho para a população de Iquitos por algum tempo. O mercado da madeira prolifera nos dias atuais, mas com forte prevalência do produto, no negócio da exportação. Todas as atividades mencionadas contribuíram para o desmatamento, mas o que desafia a lógica é que nenhuma melhorou as condições de vida da população e menos da cidade de Iquitos.

Na década de 1970 a atividade petrolífera ascendeu no mercado de Loreto, movimentou a cidade de Iquitos e trouxe nova esperança aos trabalhadores locais e a leva migratória que despontava. Outro mercado que proliferava era o de terras. Devido à pressão social, o governo liberou a lei de comunidades nativas e desenvolvimento da selva peruana, a qual titulou 1.300 km<sup>2</sup> de terras para 1.300 comunidades. Estas ações de políticas públicas não eram suficientes e menos asseguravam a terra regularizada.

Nos anos iniciados em 1990 a sociedade civil pressionou o governo para identificar zonas de florestas que servissem para ANP, onde o SINANPE e o SERNANP ficaram responsáveis pela criação e cuidado destas áreas. Por 25 anos criaram-se 39 áreas de proteção correspondentes a 188.000 km<sup>2</sup>. Acreditava-se que tais atuações travariam o processo de ocupação das terras e o desmatamento. Contudo, isto não significa a segurança da floresta em pé, pelo contrário as taxas de desmatamento aumentaram, assim como a exportação de madeira.

Então, os programas apresentados no quadro acima não se aproximam do necessário para melhorar o IDH da população e nem o de qualidade de vida. A história ambiental de Loreto e demais regiões amazônicas no Peru remete à exploração e à expropriação. Portanto, não está relacionada com planos político/econômico que percebam a população integrada à ambiência. O financiamento, o planejamento, a decisão, a participação e a integração dos setores governamentais devem estar conectados. Por fim, retorna-se à velha e permanente questão, o sistema econômico vigente tem seus planos e suas regras, que necessitam ser quebradas para se alcançar melhores condições de vida para as populações nativas.

## 5 O PROJETO DE CONSERVAÇÃO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA BIODIVERSIDADE BRASILEIRA (PROBIO) E A ESTRATÉGIA E PLANO DE AÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DA DIVERSIDADE BIOLÓGICA NO PERU (ESTRATÉGIA E PLANO DE AÇÃO DO PERU)

Faz-se necessário contextualizar os projetos a partir da Conferência da Terra, em 1992 e mostrar como em nível mundial os acontecimentos históricos, políticos, econômicos e ambientais contribuíram para a organização destes documentos. Nesta conjuntura, que é sociocultural, apresenta-se como o Brasil e o Peru se prepararam para elaborar os dados basilares do PROBIO e da Estratégia e Plano de Ação do Peru. Para tal, tem-se que mencionar a CDB e as estratégias desencadeadas pelas suas determinações, o Plano Nacional de Biodiversidade (PNB) e a Estratégia Nacional da Diversidade Biológica (ENDB) peruana. Esses são os documentos de partida para os projetos em exame.

Os mesmos estarão em apresentação neste capítulo. Andrade (2016, p. 3) entende que

[...] como construção histórica é **resultante de uma época, de uma sociedade que o produziu, o manipulou ou o silenciou**. Como conclui Jacques Le Goff: ‘O documento é uma coisa que fica, que dura, e o **testemunho e o ensinamento** (para evocar a etimologia) que ele traz **devem ser em primeiro lugar, analisados desmistificando-lhes o seu significado aparente**. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro, voluntária ou involuntariamente, determinada imagem de si próprias’.

Apresenta-se, mas com reservas ao se considerar ideias que o baseiam e sua finalidade.

Primeiramente quer-se deixar evidente como se está vendo os documentos que serão apresentados, informações organizadas em discursos com conteúdo sociopolítico e cultural, os quais remontam ao início da década de 1990, mas que têm seus alicerces balançados, mais fortemente, no início do século XIX, conforme se viu no Capítulo 2. Documentos que trazem incutidos paradigmas capitalistas, mas que têm seu fluxo questionado pelos rumos que desprezam a natureza e veem os recursos naturais como mercadoria. Neste sentido, é que se veem os documentos produzidos a partir da Convenção da Terra.

Os documentos relativos à CDB, ao PNB, à ENDB, ao PROBIO e ao Plano de Estratégia e Ação do Peru são elaborados por instituições que, ao buscarem cumprir com as diretrizes da CDB, reproduzem suas ideias, mesmo que procurem fazer adequações às especificidades dos países e regiões. Isso significa que o cerne da ideia se perpetua. Sem esquecer os sujeitos sociais, que os produzem, os quais estão envolvidos e atuam ao

elaborarem os documentos, os dados obtidos e as diferenças que podem ser alcançadas, conforme as metodologias que forem utilizadas podem interferir em muito nos resultados.

Raciocina-se que os documentos não são obras perfeitas e desprovidas de ideologias, os sujeitos envolvidos estão nos documentos, bem como as instituições que representam, portanto não se apresenta sem que se tenha em clareza destas peculiaridades especiais que compõem qualquer documento. Mesmos testemunhos de uma época, mesmo que recente, é importante desmistificá-los para se trabalhar, tendo-se a lucidez de suas imperfeições, o que não os desqualifica nos objetivos a que foram propostos.

## 5.1 O Contexto da CDB

A CDB tem suas bases no início do século XX quando foi assinado o Tratado de Versalhes em 1919. O acordo não abordava temas diretamente ligados ao meio ambiente, mas seu objetivo era o de negociar a paz no planeta. Com o fim da Primeira Guerra Mundial, as questões de ordem política e econômica foram definidas, o que certamente direcionava o crescimento dos países tanto do ocidente quanto do oriente. Com a criação da ONU em 1945, com o propósito de impedir outros conflitos, principalmente uma terceira grande guerra, questões como desenvolver programas com vistas ao crescimento social e econômico foi priorizado. O modelo de desenvolvimento seguiu o paradigma econômico do capitalismo.

Os organismos financeiros para os programas da CDB são encontrados na capilaridade desenvolvida pelo Banco Mundial. Este começou a partir da criação do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) nas Conferências de Bretton Woods<sup>119</sup>, em 1945, junto com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT). A presidência das duas instituições é dividida entre a Europa e os Estados Unidos, onde o Banco Mundial é presidido por um estadunidense enquanto o FMI por um europeu. Esta organização (GOLDMAN, 2005; MOSLEY, HARRIGAN, TOYE, 1991) vai possibilitar o financiamento de programas na área da biodiversidade e da sustentabilidade.

Então, ao final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos e o Reino Unido dominaram as negociações nas Conferências de Bretton Woods. Diante disso a missão inicial do Banco Mundial, até então somente o BIRD, foi a de financiar a reconstrução dos países devastados pela Segunda Guerra Mundial. Com o tempo a missão evoluiu para o

---

<sup>119</sup> Conferência de Bretton Woods foi o encontro entre os 45 países aliados onde foram firmados os acordos que guiarão a economia mundial após o fim da Segunda Grande Guerra em 1944 na cidade de Bretton Woods, em New Hampshire (EUA).

financiamento dos países em desenvolvimento, com a erradicação da pobreza extrema e construção da prosperidade compartilhada, a partir de auxílio financeiro internacional. O mesmo possui *status* de observador no Grupo de Desenvolvimento das Nações Unidas e em outros fóruns internacionais, como o G-20 financeiro.

O Banco Mundial é composto por duas organizações que funcionam sob uma mesma estrutura: o BIRD e a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID). A AID fornece empréstimos sem juros e subsídios aos países mais pobres. As suas intervenções visam apoiar o crescimento econômico, reduzir a pobreza e melhorar as condições de vida das populações. Os subsídios da AID são destinados aos países pobres vulneráveis ao endividamento excessivo ou com surtos de HIV/AIDS ou atingidos por catástrofes naturais. Enquanto as instituições financeiras se organizavam para dar conta das questões mencionadas as sociedades organizadas apontavam os problemas de ordem ambiental.

Na década de 1960, tem-se o marco dos limites que se havia chegado sobre os problemas graves que assolavam o meio ambiente. As denúncias apresentadas no livro de Raquel Carson, “Primavera silenciosa”, tratando da contaminação do solo por agrotóxicos e os problemas graves gerados são um demonstrativo da insurgência do tema ambiental. Tais acontecimentos ocorrerão num crescente, os quais exigirão a criação organismos financiadores para atender a demanda ambiental.

Ainda, a organização da UNESCO ocorrida em 1968 aconteceu a Conferência sobre a Biosfera, primeira reunião intergovenamental, cujo propósito era a busca pela reconciliação, conservação, bem como o uso dos recursos naturais. Em tal evento discutiu-se o conceito de desenvolvimento sustentável. Em 1970 a instituição lançou o “Programa Homem e Biosfera”, com o objetivo de organizar uma rede de áreas protegidas, designadas como reservas da biosfera, as quais passam a representar os diferentes ecossistemas do globo. Os países proponentes se responsabilizam em manter e desenvolver as reservas, o que imprimiu formalização às áreas de preservação.

Foram determinadas as funções básicas para as Reservas Mundiais da Biosfera: conservação das paisagens, ecossistemas e espécies; desenvolvimento econômico, cultural, social e ecologicamente sustentável; logística, que dê suporte para pesquisas, monitoramento e educação. Com estas reservas, entra-se na década de 1970 com a ideia dos problemas que todos os países teriam que resolver a questão ambiental e social local e do entorno; também, até que ponto havia disponibilidade de mudar os rumos do crescimento econômico no modelo capitalista.

A Rede Mundial de Reservas da Biosfera (RB) (em inglês: *World Network of Biosphere Reserves*) é a estrutura coordenada de reservas da biosfera reconhecidas pela UNESCO no âmbito do Programa MaB (*Programa Homem e Biosfera*), constituída por áreas protegidas reconhecidas internacionalmente. Elas têm que se constituir em exemplo de boas práticas na manutenção do equilíbrio entre a qualidade ambiental, nomeadamente a manutenção da biodiversidade e o desenvolvimento sustentado. A Tabela 2 é um avanço nas discussões que ocorreram na década de 1970.

**Tabela 2-** Reservas da biosfera mapeadas no planeta

Regiões da UNESCO	Número de Reservas da Biosfera	Número de Estados
África	70	28
Estados Árabes	30	11
Ásia e Pacífico	142	24
Europa e América do Norte	302	36
América Latina e Caribe	125	21

Fonte: UNESCO (2016).

Note-se que em 2010, a Rede Mundial de Reservas de Biosfera incluía 564 reservas da biosfera distribuídas por 109 Estados. Este número leva em conta a retirada de algumas reservas da lista em resultado do programa ter mudado o seu enfoque da simples proteção da natureza para o relacionamento entre o desenvolvimento socioeconômico e a conservação da biodiversidade, centrando-se na demonstração das boas práticas em matéria de relacionamento entre as populações humanas e o ambiente. Atualmente são 669 RB e 120 o número de estados.

As Reservas da Biosfera (RB), de acordo com o MMA (2016, grifo nosso), são

[...] locais de excelência para trabalhos de pesquisa científica, experimentação e demonstração de enfoques para conservação e desenvolvimento sustentável na escala regional. Cada Reserva da Biosfera **deve ser constituída por 3 zonas**: uma ou mais **áreas núcleo**, destinadas à proteção integral da natureza (podem ser integradas por UC já criadas); uma ou mais **zonas de amortecimento**, onde só são admitidas atividades que não resultem em dano para as áreas núcleo; uma ou mais **zonas de transição**, sem limites rígidos, onde o processo de ocupação e o manejo dos recursos

naturais são planejados e conduzidos de modo participativo e em bases sustentáveis.

Então, a reserva deve privilegiar o uso sustentável dos recursos naturais nas áreas e tem como propósito promover o conhecimento, a prática e os valores humanos e, por fim, implementar as relações entre as populações e o meio ambiente em todo o planeta. Com base nesta constituição da RB se está considerando as reservas RERC e RNAM neste estudo.

Ainda nesta década, o Relatório Founex – resultado da Conferência Founex - ocorrida em 1971, na Suíça – denunciava dentre outras situações a insatisfação dos países em desenvolvimento, quanto a entenderem que a discussão ambiental foi orientada para os interesses dos países industrializados. O documento lançou as bases para o conceito de desenvolvimento sustentável nas reservas da biosfera, não obstante a contribuição intelectual, seu caráter foi geral, diante de um assunto tratado por especialista no assunto.

A década de 1970 foi dedicada à realização de eventos e ações na busca de encontrar soluções possíveis de serem postas em prática. Os avanços seguiram os preceitos do sistema capitalista, por mais que se apontasse a inviabilidade da relação meio ambiente e consumo. Os limites do crescimento foram discutidos no evento Clube de Roma (1972), assim como a Declaração de Estocolmo, resultado da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano (CNUMADH, 1972). Esta estabeleceu os critérios e os princípios comuns, os quais ofereceram aos povos do mundo inspiração e orientação para preservar e melhorar o meio ambiente humano.

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) de 1972 foi criado para coordenar as ações internacionais de proteção ao meio ambiente, do mesmo modo a *Conference on Trade and Development* (1974) elaborou a Declaração de Cocoyoc, que tratou de uma nova ordem econômica mundial e do consumo sustentável (GUTIERREZ-ESPELETA, 2002). O documento alertou aos governantes sobre as necessidades básicas do ser humano, mas sem colocar em risco o meio ambiente. Esta conduta provocou uma modalidade nova de manejo dos recursos naturais, agora numa escala global e com base no princípio da solidariedade com as futuras gerações.

Na década de 1980 já se tinha clareza dos problemas diante de tantos eventos e documentos resultantes destes encontros. A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e o Desenvolvimento (1987/1988) produziu o Relatório Brundtland (1988), que se debruçou sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, que havia aparecido na Conferência sobre a



Biosfera, em 1968. A ideia foi mais aprofundada, contudo não mostrou rumos econômicos diferentes.

Na década de 1990 a CNUMADH deu origem à Convenção-Quadro da ONU (em inglês, *United Nations Framework Convention on Climate Change* ou UNFCCC) sobre Mudança do Clima, conforme Decreto nº 2.652, de 1º de julho 1998, da Presidência da República do Brasil. A Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB), Decreto Legislativo nº 2, de 1994 e a Convenção das Nações Unidas para o Combate à Desertificação e Mitigação dos efeitos da seca Decreto nº 99.274, de 6 de junho de 1990. Estas convenções agregam os componentes econômicos, ambientais e sociais dos países signatários. Existe urgência em se garantir a sustentabilidade e o desenvolvimento.

Diante disso, acrescenta-se que a Convenção-Quadro é uma convenção universal de princípios e reconhece a existência de mudanças climáticas antropogênicas, de origem humana. A Convenção responsabiliza os países industrializados e coloca-os com o encargo de resolver a questão. Neste cenário a Conferência das Partes (COP) é o órgão supremo decisório no âmbito da CDB. As quatro primeiras reuniões da COP foram realizadas anualmente. A partir da quinta reunião, a COP passou a se reunir de dois em dois anos. Durante a COP são tomadas decisões que detalham mais a Convenção. São estabelecidos protocolos, programas de trabalho e metas específicas, com recomendações do Órgão Subsidiário de Assessoramento Científico, Técnico e Tecnológico.

A convenção é um acordo internacional legal e político sobre a diversidade biológica e meio ambiente<sup>120</sup>. O documento foi assinado por mais de 150 países durante a CNUMADH, no Rio de Janeiro em 1992. Entrou em vigor no Brasil em 29 de dezembro de 1993 e no Peru em 12 de julho de 1992, ratificado em 23 de abril de 1993 (BRASIL, 2000; CONAM, 2001). O objetivo é equilibrar a relação dos países detentores de biodiversidade, no hemisfério Sul, em desenvolvimento, e os países detentores da biotecnologia, no hemisfério Norte.

A Conferência da Terra é o resultado das articulações entre Estados, sociedades e instituições internacionais, com o propósito de produzir mudanças nas políticas públicas voltadas para os recursos produtivos (BRASIL, 2000). Com o acordo consolidou-se a base para a construção de uma Política Nacional de Biodiversidade (PNB). Desta maneira, o Brasil

---

<sup>120</sup> A CDB (BRASIL, 2000; DIAS, 1995; SANTILLI, 2004) é uma convenção-quadro e estabelece princípios e metas gerais, com 42 artigos, anexos divididos em Parte 1, com 17 artigos e Parte 2 com seis artigos, devendo todos os países-membros aprovarem instrumentos jurídicos internos, que deem parâmetros mais concretos para a implementação de seus princípios.

e o Peru passaram a assumir compromissos para atender o que foi solicitado pelo referido documento.

A CDB apoia-se em três pilares: 1) a conservação da diversidade biológica, 2) a utilização sustentável de seus componentes e 3) a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados do uso dos recursos genéticos. Com esta estrutura, os países envolvidos podem pôr em práticas suas políticas, as quais contemplem o desenvolvimento utilizando os recursos naturais que possuem sem extingui-los. Para tal propósito utilizam-se de diferentes instrumentos para colocar em prática o acordo. A partir destes pilares os países elaboram suas Políticas de Biodiversidade.

Veja-se o artigo 6º, em que a CDB determina que as partes contratantes devem

[...] desenvolver estratégias, planos ou programas para conservação e utilização sustentável da diversidade biológica ou adaptar a esse fim as estratégias, planos ou programas que reflitam, entre outros aspectos, as medidas estabelecidas na Convenção, concernentes à Parte interessada; e integrar, na medida do possível e conforme o caso, a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica em planos, programas e políticas setoriais ou intersetoriais pertinentes (BRASIL, 2000, p. 13).

Determina-se que devam ser desenvolvidas táticas sob a modalidade de projetos para que os problemas apontados durante a convenção sejam resolvidos.

A expectativa do plano é que os resultados obtidos nos eventos desde a CNUMADH sejam cumpridos. Nesse sentido, o comprometimento é atuar e adotar medidas concretas em todos os níveis, bem como a ampliar a cooperação internacional. Para isso devem levar em consideração os princípios do art. 7º e art. 14º da CDB quanto ao “Monitoramento [...] avaliação e mitigação de impactos” e, ainda, “Monitoramento contínuo das transformações ocorridas nas áreas geográficas de abrangência dos biomas e principais ecossistemas nacionais” (BRASIL, 2000, p. 15). Usar o princípio da responsabilidade comum, conforme estabelecido.

Na sequência das determinações, no artigo 10º, a Utilização Sustentável de Componentes da Diversidade Biológica orienta que cada parte contratante deve, na medida do possível e conforme o caso (BRASIL, 2000, p. 15):

[...] (a) Incorporar o exame da conservação e utilização sustentável de recursos biológicos no processo decisório nacional; (b) Adotar medidas relacionadas à utilização de recursos biológicos para evitar ou minimizar impactos negativos na diversidade biológica; (c) Proteger e encorajar a utilização costumeira de recursos biológicos de acordo com práticas culturais tradicionais compatíveis com as exigências de conservação ou utilização sustentável.

E ainda, segue outras decisões

[...] (d) Apoiar populações locais na elaboração e aplicação de medidas corretivas em áreas degradadas onde a diversidade biológica tenha sido reduzida; e (e) Estimular a cooperação entre suas autoridades governamentais e seu setor privado na elaboração de métodos de utilização sustentável de recursos biológicos (BRASIL, 2000, p.19).

Quer-se dizer que estes encaminhamentos devem ser objeto de políticas públicas dos governos federal, estaduais e municipais.

Estas finalidades servem de eixo para tudo o que vier a ser feito pelos países signatários, no tocante aos projetos que forem desenvolvidos, assim como buscar alinhamento com a constituição. No caso brasileiro, a Constituição é de 1988 busca-se adequações e no caso peruano como a Constituição é de 1993 acrescentaram os preceitos que a CDB estabeleceu. A correlação entre a Lei maior, as diretrizes da CDB e os objetivos dos Programas como a PNB brasileira e a ENDB peruana entende-se que assegura a conexão necessária para a CDB ter seus propósitos alcançados.

É de ressaltar-se que são marcados por conflitos entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento, principalmente no que se refere à diminuição das emissões de Gases do Efeito Estufa (GEE), onde os países emergentes, principalmente China e Índia, responsabilizam os países industrializados pelos problemas climáticos atuais. Reivindicam seu direito ao desenvolvimento, por conta do mecanismo de compensação econômica e pelas perdas e danos que lhes causa.

Devido aos impasses diversos, reclamam os países mais prejudicados que as negociações ocorrem de forma lenta. Tal atitude gera protestos de observadores e muitas vezes sua saída do encontro, sobretudo aqueles que representam as ONG. Estas alegam falta de progresso nas negociações em prol de novos acordos, que contemplem o planeta, especialmente no que se refere à redução das emissões dos GEE, como pressão para o prosseguimento das negociações. Observe-se que a questão passa pela afirmação do paradigma econômico que segura o máximo para manter o *status quo*.

A amplitude que tomou a Conferência da Terra em 1992 permite apreender que todos os países participantes tiveram que reordenar seus ideais. Análoga, a COP delineou ações que precisavam ser postas em prática. Além desses, outros encontros ocorreram. Em 2002, no evento denominado Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, Rio+10, elaborou-se a Declaração de Johannesburgo e o Plano de Ações. Discutiram-se a preservação do meio

ambiente, questões sociais e medidas para reduzir em 50%, o número de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza (com menos de 1 dólar por dia) até 2015.

Em 2012, ocorreu a Conferência das Nações para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+20), em que se elaborou um Panorama Ambiental Global (GEO-5). O objetivo da conferência foi a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável, por meio da avaliação do progresso e das lacunas na implementação das decisões adotadas pelas principais cúpulas sobre o assunto e do tratamento de temas novos e emergentes. A conferência teve dois temas principais: a economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza; e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável.

A partir de então, desde 2014, a ONU passou a contar com a Assembleia Ambiental das Nações Unidas (AANU) (UNEA, na sigla em inglês), cuja primeira edição ocorreu em 2014 e a segunda em 2016. A UNEA é a plataforma da ONU mais importante para a tomada de decisões sobre o tema e marcou o início de um período em que o meio ambiente é considerado problema mundial, pondo pela primeira vez, as preocupações ambientais no mesmo âmbito da paz, da segurança, das finanças, da saúde e do comércio. Alcançou patamar de política planetária, enfrentando todas as dificuldades das demais matérias.

De todo modo, chegou-se ao século XXI com uma declaração emitida após o consenso alcançado pelos Estados-membros sobre o documento final da cúpula. Em dois de agosto de 2016 (ONUBR, 2015, s. num.), o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, disse: “[O acordo] abrange uma agenda universal, transformadora e integrada que anuncia um momento decisivo histórico para nosso mundo”. Afirmou que esta é a “Agenda do Povo”, um plano de ação com o propósito de acabar com a pobreza em todas as suas dimensões, de forma irreversível, em todos os lugares. Sua ideia é não deixar ninguém para trás. Este é o desafio que fica para seu sucessor.

O novo e nono secretário-geral da ONU é o ex-primeiro-ministro de Portugal, António Guterres, que assumiu as funções em 1º de janeiro de 2017, com mandato até dezembro de 2021. Recebe o cargo com complexas crises na Síria, Sudão do Sul, Iêmen, Burundi, Coreia do Norte e outros lugares. Como se percebe em Globo (2017), Guterres defende o direito dos migrantes e deixou claro em seu discurso de posse os problemas para conseguir a paz são o grande desafio de seu mandato.

Então, o que foi uma discussão internacional, que desde o século XIX se alinhou com a Revolução Industrial, devido ao tipo de demanda socioambiental que esta revolução exigia, hoje se tornou uma política de países pobres, ricos e de renda média. Esta cronologia dos fatos

ajuda a contextualizar quando cada organismo nacional e internacional, entidade ou evento criado para as discussões sobre os diferentes problemas ambientais, instituiu uma rede de colaboração entre instituições e políticas públicas voltadas para atender as demandas ambientais, que se acumulam frente ao tipo de política econômica dominante.

Antes mesmo de a CDB ser criada, algumas leis nas décadas de 1960, 1970 e 1980 nos dois países – Brasil e Peru – haviam sido criadas ou eram seguidas para regulamentar a situação das áreas de beleza cênica e conservação da diversidade biológica. Após a convenção, as legislações foram aprimoradas para atender o que havia sido ratificado pela CDB. Desta maneira, foram-se organizando elementos para ações de políticas públicas e infraestrutura para dar conta ao que o momento exigia. Passa-se à apresentação da organização do MMA brasileiro e peruano para atender as determinações da CDB, documento jurídico internacional.

## **5.2 Caminhos para a elaboração da Política Nacional da Biodiversidade (PNB), Decreto no 4.339, de 22 de agosto de 2002, institui princípios e diretrizes para sua implementação**

A União Europeia e vários países signatários da CDB já desenvolveram estudos para definição de estratégias ou políticas nacionais de biodiversidade. Diante de tal contexto, a CDB propõe uma política que assegure a conservação da biodiversidade, seu uso de maneira que não se acabe indefinidamente os recursos naturais. Seguindo este caminho, o Brasil e o Peru elaboraram suas políticas públicas ambientais.

O MMA seguiu cinco passos para a elaboração do PNB (BRASIL, 2004, p. 187).

- (1) Levantamento de informações gerais sobre biodiversidade, estratégias nacionais de biodiversidade de outros países, legislação ambiental, conhecimentos tradicionais, conservação, avaliações de áreas e ações prioritárias para conservação da biodiversidade nos biomas brasileiros, e vários textos que objetivam dar subsídios ao processo de consulta; (2) Realização de amplo processo de consulta à nação sobre os itens que devem constar na Política Nacional de Biodiversidade.

Essa consulta envolveu os estados da União, universidades, centros de pesquisa e ensino, sociedade civil organizada (organizações não governamentais e organizações de classe), setor empresarial, entre outros.

Na sequência,

- (3) Planejamento e elaboração de uma proposta de Política Nacional de Biodiversidade composta de componentes, diretrizes e objetivos integrados com as atuais políticas públicas que abordam o tema biodiversidade; (4) Discussão da proposta de Política Nacional da Biodiversidade com

representantes de vários setores da sociedade; (5) Criação de um instrumento legal para normatizar a gestão da biodiversidade no Brasil.

Os caminhos não são simples e exigem muito esforço dos envolvidos para cumprir com as determinações da CDB. A ilustração a seguir ajuda a visualizar tais ritos de passagens nas instituições para elaboração do documento (Esquema 1).

**Esquema 1-** Passos para a elaboração do PNB



Fonte: Dados obtidos de Brasil (2004, p.188).

Para elaborar o PNB, o MMA organizou cinco seminários de consulta, os quais ocorreram ao longo de três anos, entre 1998 e 2000. O objetivo era a identificação de áreas prioritárias para conservação, em cada um dos principais grupos de biomas brasileiros: Amazônia, Cerrado, Pantanal, Caatinga, Mata Atlântica, Campos Sulinos e Zonas Costeira e Marinha. Buscou-se o conhecimento em diversos setores institucionais e categorias profissionais, como acadêmicos, pesquisadores, conservacionistas, representantes governamentais, tanto nacionais quanto regionais, bem como não governamentais. Era imprescindível que o processo fosse participativo.

Os dados sobre biodiversidade socioeconômica e uso da terra, obtidos em seminários anteriores, contribuíram para a identificação de áreas prioritárias e recomendações para sua conservação foram feitas. O resultado do trabalho mostrou a necessidade de preencher as grandes lacunas existentes no conhecimento sobre a biodiversidade no país. Os levantamentos apresentaram 900 áreas avaliadas como prioritárias para a conservação da biodiversidade do Brasil. Havia muito trabalho a ser feito para se tomar conhecimento (DIAS, 1995; WOLFF, 2000; LEITÃO; ALBAGLI; LEITE, 2002), bem como o conhecimento da Carta Magna e CDB do que se possuía no país em biodiversidade.

A distribuição das áreas prioritárias reflete que

[...] 43% situam-se na Amazônia Brasileira, 9% na Caatinga, 20% abrangem a Mata Atlântica e os Campos Sulinos, quase 10% abrangem o Cerrado e o Pantanal e 18% situam-se na Zona Costeira Marítima (BRASIL, Segundo Relatório, 2004, p. 216).

Utilizaram-se quatro critérios para classificar a importância das novecentas áreas prioritárias identificadas: a) extrema importância biológica; b) muito alta importância biológica; c) alta importância biológica; d) insuficientemente conhecidas, mas de provável interesse biológico. Tal classificação ajuda a mensurar o que se havia localizado.

No que se refere à “Amazônia Legal”, o Seminário de Consulta, ocorrido em Macapá, concluiu seus trabalhos com a identificação de 385 áreas prioritárias para conservação e uso sustentável da biodiversidade. Classificou-as da seguinte forma: 247 delas “como de extrema importância biológica, 107 de muito alta importância, oito com alta importância e 23 como insuficientemente conhecidas, mas de provável importância biológica” (BRASIL, 2004, p. 216). Agora se tinha dados confiáveis para se trabalhar a conservação tão mencionada nos documentos da convenção.

Então o grau de importância das áreas prioritárias, na Amazônia distribuíam-se: a) extrema importância biológica, 247 (64%); b) muito alta importância biológica, 107 (28%); c)

alta importância biológica, oito (2%); d) insuficientemente conhecidas, mas de provável interesse biológico, 23 (6%). Portanto, um total de 385 áreas em diferentes situações, as quais exigiam tomadas de decisão quanto ao que fazer.

Devido a estes dados, recomendou-se que para as áreas prioritárias, a opção que obteve pontuação máxima em uma escala de 0 (não-recomendada) a 5 (ação prioritária), os resultados seriam os seguintes:

[...] para 39,2% das áreas prioritárias para a biodiversidade foi sugerido o uso sustentável de recursos; em 24,9%, ações de proteção; a criação de Unidade de Conservação (UC) foi recomendada para 20,8%; necessidade de estudos para 14% das áreas; e recuperação para apenas 1% (BRASIL, 2004, p. 217).

As recomendações foram organizadas nos seguintes temas: Estratégias de Conservação, Gestão de Políticas Públicas de Conservação da Biodiversidade, Educação Ambiental, Financiamento e Incentivos Econômicos para Conservação, Geração de Conhecimentos e Formação de Recursos Humanos e Uso Sustentável dos Recursos.

Note-se que estas atividades ocorrem entre os anos de 1998 a 2000 em período que o PROBIO (1996 a 2006) já estava acontecendo. Muitas atividades que desenvolveram para a formulação do PNB teve o apoio do PROBIO, como o levantamento das áreas prioritárias. Neste período também a Comissão Coordenadora do Programa Nacional da Diversidade Biológica (PRONABIO), Decreto nº 1.354, de 29 de dezembro de 1994 e o Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998, fez a síntese e a análise do documento. O mesmo foi concebido como um programa intergovernamental e multi-institucional, com iniciativa para fortalecer a parceria entre governo e a sociedade.

Em meio à elaboração da PNB as duas primeiras grandes iniciativas do PRONABIO foram o estabelecimento de parceria com o Fundo Mundial para o Meio Ambiente (acrônimo *Global Environment Facilit* GEF), criado em 1991, como programa piloto do Banco Mundial para apoiar e proteger o Meio Ambiente em nível mundial e desenvolver a sustentabilidade. Neste sentido, o Banco Mundial, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) foram as três primeiras agências implementadoras do GEF.

O credenciamento do GEF ampliou sua capilaridade e capacidade de agregar outros organismos financiadores, como ocorreu em 2012 com a acreditação do Fundo Mundial para



o Ambiente (FUNBIO<sup>121</sup>) tornando este uma agência implementadora. Portanto, a primeira agência latino americana com a responsabilidade de conservação da biodiversidade.

Assim, na preparação do PNB, as parcerias com o Fundo Mundial para o Meio Ambiente e mais dois mecanismos de financiamento - projeto de financiamento governamental, PROBIO, auxílio técnico do PRONABIO - e outro privado Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), auxílio financeiro do PRONABIO, com acordo vigente até 31 de dezembro de 2005 são veículos para o aproveitamento das políticas para a biodiversidade.

Outro apoio foi dado pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Lei Federal nº 6.938/1981, que discutiu a segunda versão do PNB em sua 37ª Reunião Extraordinária. Destarte, em 22 de agosto de 2002, o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, assinou o Decreto nº 4.339, que instituiu o PNB. Os princípios e as diretrizes gerais deste documento derivam, basicamente, daqueles estabelecidos na CDB, na Constituição e na legislação nacional vigente sobre a matéria. Ou seja, o PNB segue a legislação brasileira, amplia e aprimora o que já existia, com a finalidade de pôr em prática uma política voltada para conservação da biodiversidade.

Com o Decreto nº 4.703, de 21 de maio de 2003, criou-se a Comissão Nacional da Biodiversidade (CONABIO), a qual passa a coordenar, edificar os compromissos da CDB e definir sua estrutura como matricial em relação ao trinômio homem/biomas/sustentabilidade com vias ao desenvolvimento. A CONABIO, formada por órgãos governamentais e sociedade civil, tem como responsabilidade promover a aplicação dos compromissos assumidos pela CDB e pelo PNB. Com isso, o Brasil criou condições necessárias que visam o desenvolvimento equilibrado dos recursos biológicos nele existentes.

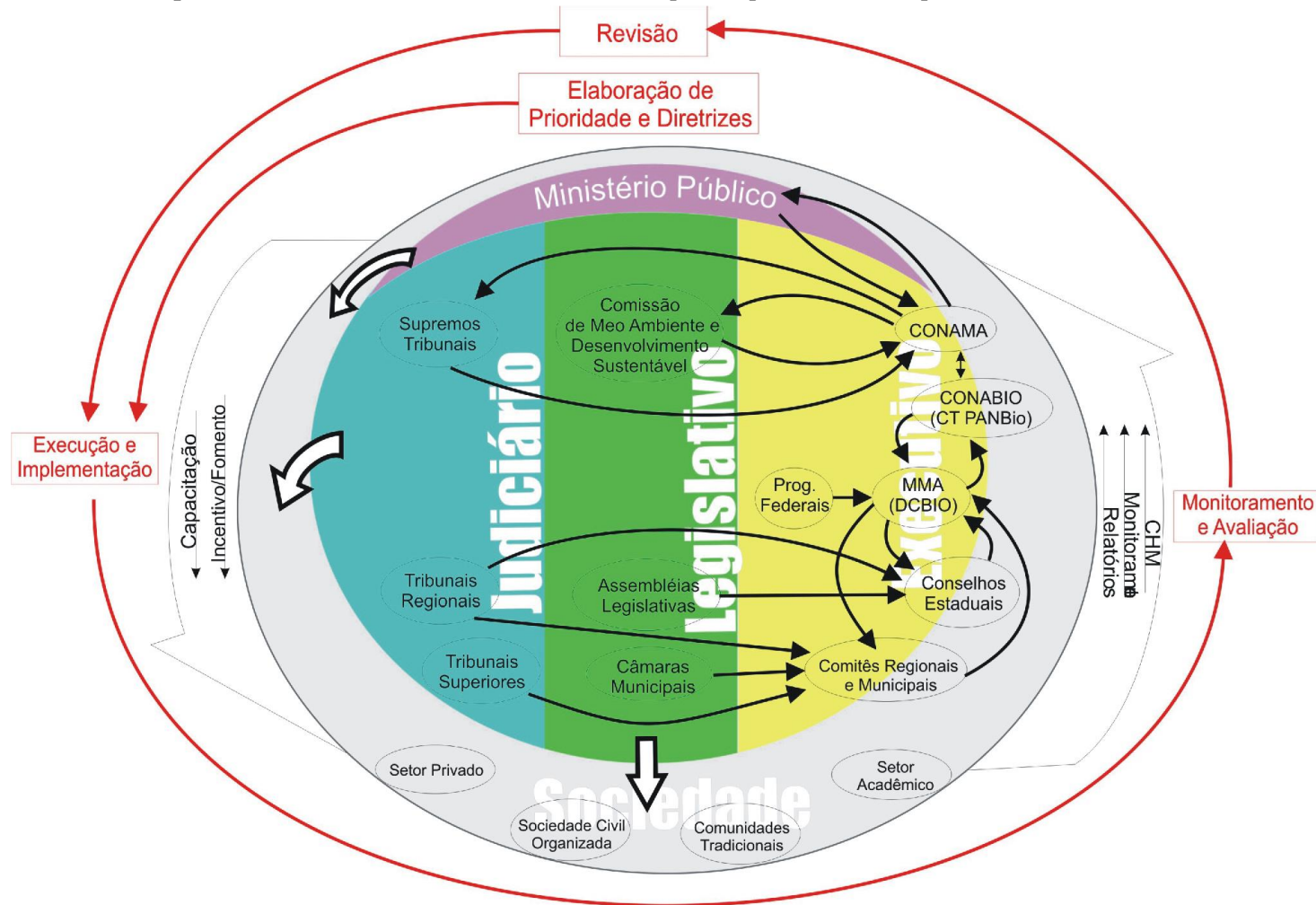
---

<sup>121</sup> O Fundo Mundial para o Ambiente foi apresentado na reunião de Paris, em novembro de 1990, como um Programa Piloto para auxiliar os países em desenvolvimento na implementação de projetos que buscassem soluções para as preocupações globais em relação à proteção dos ecossistemas e à biodiversidade. Sua origem foi derivada de um dos acordos internacionais resultantes da Convenção sobre a Diversidade Biológica, com o objetivo de prover um mecanismo financeiro ágil para a conservação da Biodiversidade. O fundo atua como parceiro estratégico do setor privado e de órgãos públicos estaduais e federais, viabilizando investimentos socioambientais das empresas e a redução e mitigação dos impactos causados por elas no meio ambiente. Na esfera pública, o FUNBIO auxilia na consolidação de políticas de conservação e viabilização de programas de financiamento ambiental. O Brasil aderiu ao fundo em 13 de junho de 1994. Como uma associação civil sem fins lucrativos registrados começou a operar em 1996 como um mecanismo financeiro inovador para o desenvolvimento de estratégias que contribuam para a implementação da Convenção da ONU sobre Diversidade Biológica no Brasil. Ao longo dos 18 anos de existência, o FUNBIO tem sido um parceiro estratégico para o setor privado, as diferentes autoridades estaduais e federais, e a sociedade civil organizada. Graças a estas parcerias, tem sido possível para as empresas envolvidas fazer investimentos sociais, reduzir e mitigar impactos, além de cumprir as obrigações legais. Na esfera pública, estas parcerias atuam para consolidar as políticas de conservação e permitir que programas de financiamento ambiental sejam aprovados (FUNBIO, 2012).

Destarte, de 2004 a 2005, foi elaborado o Plano de Ação para a Implementação da Política Nacional da Biodiversidade (PAN-BIO) para acompanhar e assessorar a CONABIO por meio do Sistema de Gestão (BRASIL, 2006). A representação do esquema a seguir (Esquema 2) - Sistema de Gestão do Plano de Ação para implementação da política da biodiversidade, tem como objetivo mostrar como os órgãos se constituíram para conferir atribuições e pôr em prática a política de biodiversidade.

O sistema distribuiu-se no âmbito do Executivo, do Legislativo e do Judiciário e tem o Ministério Público (MP) como órgão de defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (MOREIRA NETO, 2016) e, portanto, na observância do sistema em questão. Contextualiza-se o PROBIO em seus objetivos, metas, justificativas, estratégias de ação e resultados.

**Esquema 2-** Sistema de Gestão do Plano de Ação para implementação da política da biodiversidade



Fonte: Brasil, PAN-BIO (2006)

### 5.3 O Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Biodiversidade Brasileira (PROBIO) – *National Biodiversity Project* (PROBIO) GEF Project ID 58

Debruça-se sobre a apresentação do PROBIO I. Na *website* do GEF está como GEF Project ID 58 resultados do Acordo de Doação TF 28.309, firmado em cinco de junho de 1996, entre o governo brasileiro e o Fundo Mundial para o Meio Ambiente. O GEF<sup>122</sup> utiliza o Banco Mundial como administrador dos seus recursos (PROBIO, 2006). Na América do Sul, o Brasil teve 62 projetos aprovados, o Peru, 41 projetos admitidos, e a Colômbia, 38. Os mesmos podem ser consultados (anexo *screen print* do GEF onde está o projeto e demais documentos).

Os projetos desenvolveram temas variados como: produtos químicos e resíduos sólidos; terra e degradação; poluentes orgânicos persistentes; águas internacionais; mudança climática; biodiversidade – tema com maior número de projetos. O corpo técnico que gerencia o PROBIO estabeleceu-se na Secretaria de Biodiversidade e Floresta (SDF), por meio da Diretoria de Conservação da Biodiversidade (DCBIO), no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, instituições na esfera do Poder Executivo.

O corpo de consultores e funcionários que operam a parte financeira instalou-se na sede do FUNBIO no Rio de Janeiro. Várias outras instituições como o CNPq, com sede no Distrito Federal, parceiro deste projeto, também formou um grupo de profissionais que atenderam os interesses do PROBIO. Os mesmos dialogam tanto com o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, como se pode ver na Figura 14 Sistema de Gestão do Plano de Ação para implementação da política da biodiversidade.

Exibe-se os objetivos, justificativa, metodologia, estratégias de ação, resultados e custos do projeto. Então, o escopo do projeto é ajudar o governo a iniciar o programa de

---

<sup>122</sup> O *Global Environment Facility* (GEF), (acrônimo em português Fundo Global para o Meio Ambiente) é um dos maiores financiadores de projetos ambientais no mundo. É um mecanismo de cooperação internacional com a finalidade de prover recursos adicionais e fundos concessionais para cobrir custos incrementais em projetos que beneficiem o meio ambiente em todo o planeta. A iniciativa de cooperação internacional reúne hoje 183 países, e trabalha com instituições internacionais, organizações da sociedade civil e o setor privado. O GEF foi criado em 1991 como um programa piloto de US\$ 1 bilhão do Banco Mundial para apoiar a proteção do meio ambiente no planeta e promover o desenvolvimento sustentável. O fundo tem como propósito definir diretrizes, políticas e temas prioritários, e confia às Agências Implementadoras do GEF, ou Agências GEF a aplicação das regras, a preparação e o monitoramento dos projetos que serão desenvolvidos pelas chamadas instituições executoras. As Agências GEF conferem grande capilaridade à instituição e viabilizam o uso dos recursos em um grande número de projetos. O Brasil aderiu ao fundo em 13 de junho de 1994. Cada país receptor de assistência do Fundo possui escritórios oficiais no governo, responsáveis pelas atividades do *GEF*: o ponto focal político do *GEF* no Brasil é o Ministério das Relações Exteriores (MRE) e o ponto focal operacional é a Secretaria de Assuntos Internacionais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP; SEAIN).

conservação e uso sustentável da biodiversidade, aliás, como se depreende de Brasil (2002, 1995), GEF (2006), Brasil, PAN-BIO (2006) e PROBIO (2006): (a) estudos para identificar ações e áreas prioritárias para conservação e uso sustentável da biodiversidade, (b) estimular o desenvolvimento de subprojetos em parceria que testem novos modelos e métodos para uso sustentável da biodiversidade; (c) desenvolver *network* sobre a biodiversidade.

O projeto justifica-se pela ausência de dados organizados sobre a biodiversidade no país, o que aponta para a necessidade de elaboração da PNB. Além disso, existem dificuldades, seja no trabalho a desenvolver no campo do conhecimento, ou para preservar e conservar a biodiversidade, deve-se superar os obstáculos e completar as lacunas. As informações precárias deixam ver os impactos decorrentes do processo socioeconômico no país, boa parte dos quais” decorrem de processos globais internalizados, por força de matrizes e padrões de consumo do sistema econômico vigente. Tal sistema depreda os ecossistemas dispersos no país.

Várias classificações mostram a quantidade de ecossistemas terrestres brasileiros. No trabalho de Rizzini (1997) são identificados sete principais ecossistemas, todos baseados em critérios fitogeográficos<sup>123</sup>, que correspondem a treze unidades fitogeográficas definidas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (VELOSO, 1991; IBGE, 1993). No interior de cada bioma brasileiro, entretanto, são identificadas inúmeras subunidades biogeográficas ou isográficas. Tal distribuição também ocorre nos demais países que fazem parte da convenção, o que deverá ser atualizado em suas propostas de projeto.

Tinha-se o levantamento de 55 mil espécies vegetais ou 22% do total do planeta, 524 mamíferos (dos quais 131 endêmicos), 517 anfíbios (294 endêmicos), 1.622 aves (191 endêmicas) e 468 répteis (172 endêmicos), além de 3 mil espécies de peixes de água doce e entre 10 e 15 milhões de insetos. Mesmo os números para um único bioma, o Cerrado chama a atenção (BRASIL, 1998, p. 22). Tanto o número absoluto de espécies é elevado, como seu grau de endemismo, o que coloca o Brasil em primeiro lugar no *ranking* mundial de diversidade.

Ressalta-se que apesar de o Brasil estar em primeiro lugar e a Colômbia, em segundo lugar no *ranking*, estão ainda bem distantes em sua posição de liderança em número de espécies, mesmo em comparação com os outros 15 países megadiversos. Vale acrescentar que

---

<sup>123</sup> A disciplina multidisciplinar, segundo Rizzini (1997, p 11), versa sobre a distribuição geográfica dos vegetais e de comunidades nas diversas regiões do globo, conforme as zonas climáticas e fatores que possibilitam a sua adaptação, principalmente fatores do meio físico.

a enorme extensão geográfica da Amazônia brasileira, combinado aos fatores econômicos e sociais, além da reduzida estrutura administrativa disponível, torna complexa a tarefa de preservação, conservação e avanço no conhecimento<sup>124</sup> que se quer obter com o PROBIO I.

O PROBIO I adotou metodologia, como: workshops, reuniões de *experts*, compilação de dados, elaboração de mapas e livros das Unidades de Conservação (UC) impressos ou por meio eletrônico. Posteriormente, prepara chamadas, por meio de editais / cartas convite, com propostas para novos subprojetos. Para tal, as atividades foram divididas em três estágios: 1) preparar informações bases; 2) integrar resultados, definir prioridades; 3) acompanhar as atividades incluindo o desenvolvimento de planos de ações prioritárias. Para isso, um grupo de trabalho permanente foi encarregado do monitoramento e da avaliação.

Em janeiro de 1990, o “*Workshop 90, Áreas Prioritárias para a Conservação da Amazônia,*” promovido por IBAMA, *Conservation International (CI)* do Brasil e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), reuniu em Manaus, estado do Amazonas, mais de 100 cientistas e conservacionistas, representando todos os nove países amazônicos, para recomendar e mapear regiões de alta prioridade para criação de UC (BRASIL, Primeiro Relatório, 1998). Destarte, iam aglutinando as informações disponíveis, que estavam dispersas em instituições, com especialistas e até em outros países.

Antes do *workshop* foram elaborados documentos para cada país participante tomar conhecimento. As informações continham dados sobre solos, clima, biogeografia e sistemas existentes de UC. O objetivo era o de identificar áreas prioritárias ou chave em termos de diversidade biológica, por meio de análises biogeográficas de endemismo e riqueza de naturezas. Levou-se em consideração também a ocorrência de espécies raras ou ameaçadas, a presença de fenômenos geológicos ou geoquímicos de especial interesse e o grau atual ou futuro de ameaças à integridade dos ecossistemas (BRASIL, 1998). Os detalhes das atividades de custo serviram de modelo para avaliação do banco.

A importância da compilação dos dados alcançados no evento deve alimentar uma rede de informação sobre biodiversidade tanto em nível nacional quanto internacional. Os meios eficientes de comunicação sobre biodiversidade são garantidos com a construção do *Tropical Data Base* (BDT). Esta base se conecta ao IBAMA-NET pela Rede Eletrônica Ambiental Nacional (*National Environmental Electronic Network*) financiado por empréstimo bancário e pela rede nacional de pesquisa (RNP) (do acrônimo *National Research Network*

---

<sup>124</sup> A pesquisa científica tem suporte num sistema acadêmico e de instituições de pesquisa extenso e consolidado, possui autonomia para produzir conhecimento de toda sua diversidade biológica. A Fundação André Tosello (FAT) para pesquisa tropical e tecnológica coordenou a implementação deste componente.

(RNP). (BRASIL, *National Biodiversity Project* 1995, p 9; PROBIO, 2006). Isto garantiu o armazenamento atualizado e conectado das informações geradas em outros lugares.

Os subprojetos como modelos de biodiversidade têm os seguintes objetivos: a) contribuir significativamente para a conservação da biodiversidade em regiões específicas ou biomas; b) cultivar formas inovadoras de exploração da biodiversidade e gestão; e 3) testar larga variedade de combinações envolvendo o setor público, setor privado sem fins lucrativos e uma série de metas de conservação (BRASIL, 1995; GEF, 2006). Os subprojetos chamavam para a realização de novas pesquisas em diferentes biomas e com isso alimentar o banco de dados sobre a biodiversidade no país.

Note-se que os primeiros subprojetos foram escolhidos segundo critérios de alto grau de prioridade em atenção à conservação e potencial de atingir as metas estabelecidas no subprojeto. As propostas incorporam elementos básicos multi-institucionais, como parcerias governamentais, não governamentais, instituições de pesquisa acadêmica, ou colaboradores com grupos técnicos, financeiros ou com relevante capacidade operacional na conservação da biodiversidade, cujo envolvimento representaria o alargamento da comunidade de *stakeholders* em conservação da biodiversidade (BRASIL, *National Biodiversity Project* 1995, p. 10). E, por fim, organizações bem estabelecidas, experientes na conservação da biodiversidade.

Finalmente, no processo seletivo asseguravam-se alguns pontos, como: o potencial da replicabilidade do método e abordagem; a demonstração de novas técnicas e potencial de sustentabilidade dos resultados; custo-eficácia; incrementabilidade das atividades financiadas pelo projeto; e a evidência de compromissos institucionais. Esses eram refletidos por fundos de contrapartida, instalações ou serviços em espécie fornecidos pelos implementadores. Então, em 1993 foram selecionados um projeto em nível nacional e quatro de interesse regional.

O projeto no âmbito nacional foi o de “Conservação de recursos fitogenéticos,” e em nível regional foram “Conservação e restauração da biodiversidade em florestas de galeria do Cerrado,” “Gestão de conservação de unidades na Guaraqueçaba região-Paraná,” “Conservação e restauração da floresta Atlântica no Planalto de Linhares-Espírito Santo,” “Gestão e restauração do Ecossistema Natural de Brejos de Altitude em Pernambuco e Paraíba”. Neste momento as instituições da região Norte não encaminharam projetos.

Houve um segundo momento de seleção de projetos, mas dentro de outros critérios, problemas e regiões que não fizeram parte da primeira seleção do PROBIO. O novo processo

aprovado pela Comissão Coordenadora do PRONABIO baseava-se em prioridades definidas pela avaliação do bioma. A fim de aumentar a rentabilidade das atividades do projeto e reforçar a coordenação do MMA, a CONABIO e o FUNBIO entram para dar apoio, visto que além do PROBIO I desenhava-se o Projeto Nacional de Ações Integradas Público-Privadas para Biodiversidade (PROBIO II). Esse projeto será executado por essa parceria, pela Caixa Econômica dentre outros agentes.

A partir do PROBIO II o objetivo ambiental global visava a redução da perda de biodiversidade e a contribuição direta para a meta global da CDB para 2010, isso juntos aos sete biomas: Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa, Pantanal, Zona Costeira e Meio Marinho. A base dos estudos já realizados pelo PROBIO I, como os indicadores, foi selecionada, com a intenção de fazer estimativa das taxas atualizadas dos dados selecionados relativos às perdas de biodiversidade de ecossistemas e espécies genéticas no Brasil. Os resultados foram possíveis a partir das bases erguidas pelo PROBIO I.

As estratégias de ação do PROBIO I foram organizadas em três componentes. As ações estruturadas colocavam em movimento os objetivos. O componente A atende à identificação de áreas prioritárias; levantamento de informações; e à disseminação de resultados por meio do lançamento de cartas-consulta. O componente B dá apoio a subprojetos demonstrativos de conservação e utilização sustentável da biodiversidade brasileira, por meio do lançamento de cartas-consulta. O componente C é responsável pela administração do PROBIO (2006b, p. 11). A tática é envolver as ações para que alcancem o máximo de informações em diversos cantos do país.

Na prática, o projeto expandiu e trabalha com vários temas associados à biodiversidade, os quais operam em distintos níveis de organização biológica. Neste sentido, estruturou-se em torno de assuntos como: problemática da biodiversidade; biomas; unidades de conservação; habitats; espécies; agrobiodiversidade; questões socioculturais e preparação para o futuro. Certamente a enorme diversidade biológica do Brasil espalhada em inúmeros ecossistemas exigiu que o projeto desse passo largo para alcançar seu intento.

Os variados ecossistemas foram agrupados em entidades geográficas maiores chamadas biomas<sup>125</sup>, definidos como “um conjunto amplo de ecossistemas, de dimensões

---

<sup>125</sup> O conceito foi criado em 1916 por Clements, originalmente como um sinônimo de comunidade biótica de Möbius em 1877. Em 1935, Tansley incluiu aspectos climáticos e pedológicos (de solo) ao conceito, chamando-o, entretanto, de ecossistema. Na literatura biogeográfica brasileira inclui-se os trabalhos do IBGE, EMBRAPA e algumas leis, o termo “bioma” passa a ser usado como sinônimo de “província biogeográfica”, uma área determinada com base na sua composição taxonômica de espécies presentes. O termo “província florística” é usado quando se consideram as espécies de plantas, ou ainda, como sinônimo de “domínio morfoclimático e



subcontinentais, adaptados às condições particulares em que se encontram, e caracterizado por fitofisionomias próprias”. A decisão do PROBIO de trabalhar no nível do bioma representou uma escolha estratégica que teve desdobramentos promissores (GEF, 2006, p. 15). Com isso, o uso do conceito de bioma, que já vinha sendo aprimorado, passou a ser um macro objeto de análise possível de ser percebido pelos estudiosos em todo o país, bem como suas inter-relações.

As pesquisas revolucionam a forma de ver e fazer, ao trazer o conceito e oferecer um marco adequado para a elaboração de políticas públicas que promovam a percepção de impacto mais amplo. Esta ferramenta de estudo representa nova e frutífera maneira de compreender e analisar o Brasil sob o aspecto ambiental e o PROBIO I teve papel fundamental nessa transformação. Neste sentido, a estratégia de ação do projeto mostra o avanço do empreendimento no campo da ciência biológica e social, se considerar que na década de 1990 o conceito de bioma era pouco conhecido, pois em construção. A Figura 7 mostra esta distribuição dos biomas brasileiros.

---

fitogeográfico”, usado por Ab'Sáber. Ele refere-se, em seus estudos, em espaço geográfico de dimensões subcontinentais, com a predominância de características geomorfológicas e climáticas, e também de certo tipo de vegetação (TANSLEY, 1935; AB'SÁBER, 2003; IBGE, 2004; COUTINHO, 2006). Logo, ambos os tipos de regionalização “província biogeográfica” e “domínio morfoclimático e fitogeográfico”, aplicados às áreas da Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal estão inclusos vários tipos de biomas, em conformidade com o uso do termo na literatura internacional.

**Figura 7-** Biomas do Brasil

**Fonte:** Dados obtidos do PROBIO (2006a).

O componente A foi posto em prática quando se selecionaram os cinco primeiros projetos – mencionados anteriormente – executados entre 1998 e 2001. Os subprojetos foram estruturados com base em oficinas de trabalho, que tinham como objetivo avaliar a riqueza biológica do bioma e as condicionantes socioeconômicas da região a ser aplicada no projeto. Em seguida, apresenta-se a estratégia global para a conservação da biodiversidade contida no bioma. Assim, obteve-se a indicação das áreas prioritárias e as recomendações para sua conservação. Exercício que se fez na condução do método.

Utilizaram-se dois critérios para orientar a afirmação das prioridades: 1) a importância biológica da área prioritária; 2) a urgência das ações para sua conservação. Organizaram-se as avaliações dos biomas junto com diversas organizações governamentais e não governamentais, bem como órgãos do governo, agentes financiadores, comunidades locais, cientistas, pesquisadores, grupos de ambientalistas, o que assegurou debate amplo e representativo dos diversos pontos de vista e interesses em torno da questão da biodiversidade nos biomas. A abordagem participativa, basal, minimamente solicita comprometimento dos setores presentes na tomada de decisão.

Os projetos realizaram a primeira etapa da pesquisa (levantamento das informações disponíveis na comunidade local, órgãos do governo, esfera científica, websites, organização de mapas, diagnóstico de tema-chave), seguida da oficina, em que se definiram as prioridades e estratégias para a conservação e uso sustentável da biodiversidade. Estas decisões marcam como será a meta, o acompanhamento, a implantação das recomendações e a avaliação. Por fim, os resultados destes primeiros projetos foram incorporados às políticas públicas ambientais.

Novos projetos foram selecionados além dos cinco. Com a aprovação e a realização de seis subprojetos, realizaram-se avaliação de áreas e o estabelecimento de ações prioritárias. Então, vê-se que houve impacto positivo global e o aumento do número de projetos financiados. Para tal buscaram levantar e organizar informações em todos os biomas brasileiros, de forma coordenada e interligada. Neste momento as UC receberam atenção mais planejada. Devido haver órgãos governamentais específicos para sua concepção e gestão, o PROBIO adotou a estratégia de complementar as ações das UC com a realização de subprojetos que trabalham com o entorno de parques e outras áreas protegidas.

O panorama encontrado é de pressão gerada pela expansão das frentes de desenvolvimento econômico, junto às áreas do entorno das UC, as quais sofrem impactos da mesma forma que as áreas protegidas – altas taxas de destruição e degradação ambiental e até ameaça à integridade das populações tradicionais, que vivem no entorno das UC. Diante de tal cenário, o PROBIO apoiou 17 subprojetos com a meta final de criar sinergia entre as ações de conservação, tanto dentro quanto fora das UC (PROBIO, 2006a, p. 83). A conexão com a RERC, no estado do Amapá, está em fazer parte da relação dos biomas detectados pelo PROBIO.

De todo modo, as experiências relativas às ações apoiadas, centraram-se na elaboração de planos de utilização sustentável de recursos da biodiversidade nas áreas de entorno das UC

e de proteção integral, localizadas em ecossistemas abertos. Isso inspirou o desenvolvimento de projetos nos estados, tanto pelo governo (instituições de pesquisa e ensino) quanto por ONG. Os impactos dos resultados da CDB impulsionam os países signatários a desdobrarem as diretrizes estabelecidas pela Convenção o que levou ao efeito sinérgico social positivo do evento.

Os resultados alcançados pelo PROBIO, em nível de produção fortaleceram a comunidade de pesquisa científica no Brasil, assim como possibilitaram investigação de outros países; exerceram ação contínua e reconhecida, com avaliação crítica e estímulo para a continuação de pesquisa e divulgação de informações sobre a biodiversidade brasileira e estratégias de conservação (GEF, 2006. p. 6). Os resultados modificaram o que se conhecia sobre a biodiversidade brasileira, criaram-se os biomas, geraram-se informações confiáveis, especialmente no que se refere às áreas de conservação e a possibilidade de sustentabilidade de suas populações.

Apresentam-se todos os subprojetos por tema e título que foram financiados pelo PROBIO atendendo o escopo do projeto. Certo que a delimitação do bioma foi utilizada, mas o estudo de caso trouxe a proximidade com o local, o ecossistema a ser estudado. Contudo, não quer se dizer que o estudo usando o bioma tenha sido a melhor metodologia, tanto biológica quanto geográfica, mas serviu para atender os propósitos de cada subprojeto. Para se ter clareza se foi a melhor forma de averiguação somente um exame por projeto dá esta informação, o que não cabe neste estudo fazê-lo.

**Quadro 8-** Relação dos subprojetos PROBIO I

TEMAS	SUBPROJETOS
1- Avaliação dos biomas e áreas prioritárias	1. Avaliação de áreas e ações prioritárias para os biomas Mata Atlântica e Campos Sulinos; 2. Avaliação de áreas e ações prioritárias para o bioma Floresta Amazônica; 3. Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade nas Zonas Costeira e Marinha; 4. Avaliação de áreas e ações prioritárias para a conservação dos biomas do Cerrado e Pantanal; 5. Avaliação e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade no bioma Caatinga.
2- Cobertura vegetal e uso da terra em biomas	1. Levantamento da cobertura vegetal e do uso do solo do bioma Caatinga; 2. Levantamento da cobertura vegetal e do uso do solo do bioma Cerrado; 3. Levantamento da cobertura vegetal e do uso do solo do bioma Pantanal; 4. Mapeamento do bioma Mata Atlântica e implementação de uma base de dados em ambiente de sistema de informações geográficas; 5. Remanescentes do bioma Campos Sulinos; 6. Uso e cobertura da terra na Floresta Amazônica.
3- Conservação/recuperação da biodiversidade e habitats	1. Conservação integrada da biodiversidade e dos recursos fitogenéticos; 2. Conservação do bioma Floresta com Araucária;

	<p>3. Conservação e recuperação da biodiversidade em matas de galeria do bioma Cerrado;</p> <p>4. Conservação e recuperação da Mata Atlântica de Tabuleiros, com base na avaliação funcional da biodiversidade, em Linhares, Espírito Santo;</p> <p>5. Monitoramento dos Recifes de Coral do Brasil;</p> <p>6. Recuperação e manejo dos ecossistemas naturais de Brejos de Altitude de Pernambuco e Paraíba.</p>
4- Conservação e recuperação de espécies vegetais	<p>1. Coleta, conservação e análise de variedades tradicionais e espécies silvestres de arroz no Brasil;</p> <p>2. Diagnóstico participativo sobre a distribuição geográfica, condições de conservação e diversidade genética de <i>Cucurbita ssp</i>;</p> <p>3. Identificação da variabilidade existente em bancos de germoplasma de milho no Brasil e comparação com a coleção mantida na Embrapa;</p> <p>4. Identificação e mapeamento da distribuição geográfica e caracterização da diversidade biológica das espécies brasileiras de <i>Arachis</i> (Leguminosa), com vistas à conservação dos parentes silvestres e das raças locais ou variedades crioulas do amendoim;</p> <p>5. Identificação, mapeamento, avaliação das condições de conservação, proposição de uso e de medidas de conservação a curto, médio e longo prazo para espécies silvestres, raças locais ou variedades crioulas do gênero <i>Manihot</i>;</p> <p>6. Prospecção e caracterização de populações das espécies do gênero <i>Gossypium</i> nativas ou naturalizadas do Brasil;</p> <p>7. Pupunha, raças primitivas e parentes silvestres;</p> <p>8. Realização de levantamento para a identificação das instituições envolvidas com a conservação <i>ex situ</i>, <i>on farm</i> e <i>in situ</i> de recursos genéticos da flora, da fauna e dos microrganismos, definição da representatividade de cada coleção, em termos de espécies e área geográfica, situação da conservação dos acessos em cada coleção e indicação da infraestrutura disponível para a manutenção das coleções e necessidades, a curto, médio e longo prazos.</p>
5- Corredor ecológico	<p>1. Revisão e análise das metodologias existentes para o planejamento, implementação, monitoramento e gestão de Corredores Ecológicos e elaboração de roteiro metodológico.</p>
6- Educação ambiental, informação e divulgação da biodiversidade	<p>1. Biodiversidade e comunidades tradicionais no Brasil no contexto da Convenção sobre Diversidade Biológica;</p> <p>2. Elaboração de material educativo e institucional sobre biodiversidade brasileira, espécies da fauna brasileira ameaçada de extinção, fragmentação de ecossistemas, biomas brasileiros, espécies invasoras e unidades de conservação;</p> <p>3. Rede Brasileira de informação sobre Biodiversidade.</p>
7- Espécie vulnerável ou ameaçada de extinção	<p>1. Anfíbios de altitude do Itatiaia;</p> <p>2. Avaliação das populações do macaco-prego-do-peito-amarelo (<i>Cebus xanthosternos</i>);</p> <p>3. Biologia, parâmetros populacionais e análise do comércio de cavalos marinhos;</p> <p>4. Conservando <i>Caprimulgus candicans</i> no Brasil;</p> <p>5. Conservação de <i>Brachyteles</i>: uma síntese da ecologia do gênero e um plano de ação para a Estação Biológica de Caratinga, MG;</p> <p>6. Elaboração de plano de manejo para a urucu amarela;</p> <p>7. Proposta de elaboração do plano de manejo de <i>Dinoponera lucida</i> Emery, a formiga gigante do corredor central da Mata Atlântica;</p> <p>8. Estratégias de conservação para a toninha (<i>Pontoporia blainvilliei</i>) nas áreas de manejo I e II: buscando alternativas para salvar uma espécie;</p> <p>9. Estudos de ecologia e genética para a conservação do macaco <i>Saguinus Bicolor</i>;</p> <p>10. Inventário e estudo biológico de <i>Lonchophylla dekeyseri</i>, para elaboração de plano de manejo da espécie;</p> <p>11. Livro Vermelho da Fauna Ameaçada de Extinção;</p> <p>12. Manejo e conservação das tartarugas marinhas;</p> <p>13. Manejo e conservação do muriqui em Minas Gerais;</p> <p>14. O status das aves endêmicas da Amazônia Oriental;</p> <p>15. Plano de manejo da tartaruga de pente;</p> <p>16. Plano de Manejo para <i>Mazama bororo</i>;</p> <p>17. Revisão da Lista Oficial das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de</p>

	<p>Extinção;</p> <p>18. Salvar seláquios do Sul do Brasil;</p> <p>19. Sassafrás: bioecologia e uso sustentável;</p> <p>20. Variabilidade populacional do miquiqui-<i>Brachyteles hypoxanthus</i> (<i>Primates, Atelidae</i>), em fragmentos de Mata Atlântica no estado do Espírito Santo;</p> <p>21. Variabilidade populacional do miquiqui-<i>Brachyteles hypoxanthus</i> (<i>Primates, Atelidae</i>), em fragmentos de Mata Atlântica no estado do Espírito Santo - Fase II.</p>
8- Espécies exóticas invasoras	<p>1. Búfalos selvagens da REBIO do Vale do Guaporé;</p> <p>2. Estudo de agentes para controle de <i>Tecoma stans</i>;</p> <p>3. Informe nacional sobre espécies exóticas invasoras: organismos que afetam o ambiente terrestre;</p> <p>4. Informe sobre espécies exóticas invasoras: organismos que afetam a saúde humana;</p> <p>5. Informe sobre espécies exóticas invasoras: organismos que afetam o ambiente marinho;</p> <p>6. Informe sobre espécies exóticas invasoras que afetam os sistemas de produção da agricultura, pecuária e silvicultura;</p> <p>7. Informe sobre espécies invasoras que afetam as Águas Continentais (fauna, flora e microorganismos);</p> <p>8. Manejo de <i>Gomphrena elegans</i> Mart. em Bonito/MS;</p> <p>9. Manejo de áreas invadidas por algarobeiras;</p> <p>10. Monitoramento e desenvolvimento de tecnologias para o manejo de espécies exóticas em águas doces</p> <p>11. Plano de manejo do lagarto <i>Tupinambis merianae</i>.</p>
9- Flora de importância econômica	<p>1. A flora de importância econômica atual ou potencial na região Norte;</p> <p>2. A flora de importância econômica atual ou potencial na região Sul;</p> <p>3. Espécies da flora nordestina de importância econômica potencial;</p> <p>4. Plantas do futuro-região Centro-Oeste;</p> <p>5. Lista das Espécies da Flora de importância econômica da região Sudeste brasileira.</p>
10- Fragmentação de ecossistemas	<p>1. A fragmentação sutil: um estudo na Mata Atlântica;</p> <p>2. A fragmentação e a qualidade da dieta do primata folívoro endêmico da Floresta Atlântica;</p> <p>3. Abordagens ecológicas e instrumentos econômicos para o estabelecimento do corredor do descobrimento: uma estratégia para reverter a fragmentação florestal na Mata Atlântica do sul da Bahia;</p> <p>4. Conservação, manejo e restauração de fragmentos de Mata Atlântica no estado do Rio de Janeiro: mamíferos como táxon focal para a formulação de estratégias;</p> <p>5. Efeito da fragmentação de áreas úmidas nas populações de aves limícolas migratórias intercontinentais: uma análise sobre os corredores migratórios no norte do Brasil;</p> <p>6. Efeito do processo de fragmentação florestal na sustentabilidade de alguns ecossistemas periféricos aos eixos rodoviários no sudeste Acreano;</p> <p>7. Efeitos de fragmentação do habitat sobre populações de mamíferos no Médio e Baixo Tapajós/PA;</p> <p>8. Efeitos temporais e espaciais da fragmentação de habitats em populações de insetos e pássaros: subsídios para o manejo e conservação de florestas;</p> <p>9. Estratégias para conservação e manejo da biodiversidade em fragmentos de florestas semidecíduas;</p> <p>10. Estrutura e dinâmica da biota de isolados naturais e antrópicos de Cerrado: lições para a biologia da conservação;</p> <p>11. Estudos de conservação e recuperação de fragmentos florestais da APA do Camanducaia (SP-MG);</p> <p>12. Fragmentação natural e artificial de rios: Comparação entre lagos do médio Rio Doce (MG) e as represas do médio Tietê (SP);</p> <p>13. Ilhas de Biodiversidade como corredores na restauração da paisagem fragmentada do Pontal do Paranapanema (SP);</p> <p>14. Remanescentes de floresta da região da Una, sul da Bahia.</p>
11- Inventário biológico	<p>1. Biodiversidade de vertebrados do Pantepui, AM;</p> <p>2. Biota marinha da costa oeste do Ceará;</p> <p>3. Análise das variações da biodiversidade do bioma Caatinga com o apoio de sensoriamento remoto e sistema de informações geográficas para suporte de</p>

	<p>estratégias regionais de conservação;</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>4. Biota das florestas do Planalto de Conquista, sudoeste da Bahia – Projeto Biota da Conquista;</li> <li>5. Inventário da biota aquática com vistas à conservação e utilização sustentável do bioma Cerrado (serra e vale do rio Paranã);</li> <li>6. Inventário da biodiversidade no vale e serra do Paranã e sul do Tocantins;</li> <li>7. RAP ilha grande: um levantamento da biodiversidade;</li> <li>8. Inventário biológico no vale dos rios Jequitinhonha e Mucuri nos estados de Minas Gerais e Bahia;</li> <li>9. Paisagens e biodiversidade: uma perspectiva integrada para inventário e conservação da Serra do Cachimbo;</li> <li>10. Diversidade de vertebrados no alto rio dos Marmelos (BX 044);</li> <li>11. Inventário biológico das áreas Sucuriçu e região dos lagos no Amapá;</li> <li>12. Avaliação ecológica e seleção de áreas prioritárias à conservação de savanas amazônicas, arquipélago do Marajó, estado do Pará;</li> <li>13. Avaliação da diversidade na Lagoa do Cerro, na Lagoa do Casamento e em seus ecossistemas associados, zona costeira, Rio Grande do Sul;</li> <li>14. Biodiversidade dos campos do Planalto das Araucárias;</li> <li>15. Inventário zoobotânico do Rio das Mortes/MT;</li> <li>16. Chapada Diamantina: biodiversidade;</li> <li>17. Composição, riqueza e diversidade de espécies do centro de endemismo – Pernambuco;</li> <li>18. Inventários da biodiversidade na Serra do Amolar;</li> <li>19. Inventário faunístico na área do Médio Madeira;</li> <li>20. Inventário da biodiversidade biológica do Complexo Jauru.</li> </ol>
12- Mudança climática	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Mudanças climáticas globais e seus impactos sobre os ecossistemas brasileiros;</li> <li>2. Levantamento de indicadores sensíveis a parâmetros climáticos no Pantanal;</li> <li>3. Diagnóstico de alterações devido ao impacto das mudanças climáticas sobre o ecossistema costeiro temperado brasileiro (Rio Grande do Sul) através da vegetação e do macrozoobentos;</li> <li>4. Diagnóstico da saúde ambiental de ecossistemas recifais da costa brasileira com a utilização de foraminíferos bentônicos;</li> <li>5. Proteínas de choque térmico como bioindicadoras de alteração climática;</li> <li>6. A diversidade e abundância de peixes em zonas rasas estuarinas como indicadores sensíveis a parâmetros climáticos regionais e globais: os estuários do Rio Grande do Sul como um estudo de caso;</li> <li>7. Proposta de diagnóstico sobre os efeitos da elevação do nível do mar decorrente do aquecimento global da atmosfera nos ecossistemas costeiros brasileiros: sub-região do litoral das regiões Sudeste e Sul – estudo de caso da baía e estuário de Santos e São Vicente (SP);</li> <li>8. Estudo de caso da ilha dos Marinheiros, estuário da Laguna dos Patos, RS, Brasil: diagnóstico ambiental, modelo de elevação digital e avaliação da vulnerabilidade frente a cenários de elevação do nível do mar;</li> <li>9. <i>Downscaling</i> - Caracterização do clima atual e definição das alterações climáticas para o território brasileiro ao longo do século XXI.</li> </ol>
13- Polinizadores	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Projeto piloto para a implementação da Iniciativa Internacional para a Conservação e Uso Sustentável dos Polinizadores;</li> <li>2. Diagnóstico e manejo dos polinizadores de mangabeira e aceroleira;</li> <li>3. Manejo sustentável de <i>Xylocopa ssp.</i> (Apidae, Xylocopini), polinização e produção do maracujá-amarelo (<i>Passiflora edulis f. flavicarpa</i>) no triângulo mineiro;</li> <li>4. Diagnóstico de polinizadores do Vale do São Francisco;</li> <li>5. Plano de manejo para polinizadores de fruteiras;</li> <li>6. Polinizadores de maracujá no Paraná: diversidade de espécies e seu uso sustentável na agricultura;</li> <li>7. Diagnóstico e manejo dos polinizadores de algodoeiro e gravioleira;</li> <li>8. Manejo agrícola e diversidade de polinizadores;</li> <li>9. Polinizadores de maracujá no norte fluminense;</li> <li>10. Manejando <i>Melinopa quadrifasciata</i> em cultivos protegidos de tomate: uma alternativa conservacionista;</li> <li>11. Manejo de polinizadores autóctones de açaizeiro (<i>Euterpe oleracea Mart.</i>) na Amazônia Oriental;</li> </ol>



	<p>12. Polinização do cupuaçu (<i>Theobroma grandiflorum</i>, <i>Sterculiaceae</i>) na Amazônia Central: desenvolvimento de técnicas de manejo dos plantios e dos polinizadores;</p> <p>13. Polinizadores de Araticum (<i>Annonaceae</i>) no Cerrado Mato-Grossense;</p> <p>14. Polinizadores do Murici (<i>Byrsonima crassifolia</i>, <i>Malpighiaceae</i>) em áreas nativas do Maranhão: diversidade de espécies, nidificação e seu uso sustentável na agricultura.</p>
14- Unidades de conservação	<p>1. Gerenciamento de Unidades de Conservação na região de Guaraqueçaba/PR;</p> <p>2. Proposta de criação do Parque Nacional do Catimbau/PE;</p> <p>3. Conservação da biodiversidade do recife das Timbebas PARNAM Abrolhos;</p> <p>4. Parque Nacional do Pantanal e entorno: parceira para a sustentabilidade;</p> <p>5. Conservação das paisagens remanescentes e desenvolvimento sustentável na área de entorno do Parque Estadual de Vila Velha nos Campos Gerais do Paraná;</p> <p>6. Utilização sustentável de recursos da biodiversidade nas áreas do entorno do Parque Estadual do Rio Preto/MG de proteção integral localizado em ecossistema aberto;</p> <p>7. Proposta de elaboração do plano de desenvolvimento sustentável para as comunidades da área do entorno da ESEC do Taim/RS;</p> <p>8. Elaboração do PDS do entorno do PARNA Grande Sertão Veredas/MG;</p> <p>9. Uso racional do entorno do PARNA Cabo Orange/AP;</p> <p>10. Plano de Desenvolvimento Sustentável para o entorno do Parque Estadual Serra de Santa Bárbara/MT;</p> <p>11. Plano de Desenvolvimento Sustentável para o entorno do Parque Estadual Serra de Ricardo Franco/MT;</p> <p>12. Diretrizes para Uso Sustentável do entorno do PARNA de Chapada dos Guimarães/MT;</p> <p>13. Desenvolvimento sustentável do entorno da Reserva Biológica do Ibirapuitã/RS;</p> <p>14. Jalapão: o uso dos recursos naturais;</p> <p>15. Ações prioritárias à sustentabilidade das comunidades do entorno da Estação Ecológica do Taim/RS;</p> <p>16. Implementação das ações prioritárias do plano de ecodesenvolvimento no entorno do PARNA da Serra da Bodoquena/MS;</p> <p>17. Implementação do Plano de Desenvolvimento Sustentável do entorno do Parque Nacional Grande Sertão Veredas/MG;</p> <p>18. Ecodesenvolvimento no entorno do PARNA Serra da Bodoquena/MS;</p> <p>19. Plano de desenvolvimento sustentável para o entorno da Reserva Biológica do Ibirapuitã/RS.</p>
15- Valoração da biodiversidade	<p>1. Treinamento e elaboração de estudos de análise econômica para valoração da biodiversidade.</p>

**Fonte:** Dados obtidos no *website* do MMA, Subprojetos apoiados. Organização Marlinda. M. Patrício (2017).

O Quadro 8 apresenta 142 subprojetos desenvolvidos e que podem ser acessados na *website* do MMA. Alguns temas relativos à formação de banco de dados, conforme está no escopo do PROBIO, não aparecem neste quadro, mas foi criado o Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (SINIMA) pelo Inciso VII do artigo 9º da Lei nº 6.938/1981. O referido sistema é considerado pela Política de Informação do MMA como a plataforma conceitual baseada na integração e compartilhamento de informações entre os diversos sistemas existentes ou a construir no âmbito do SISNAMA (Lei nº 6.938/1981), conforme Portaria nº 160, de 19 de maio de 2009 (MMA, 2017).

Na publicação dos 10 anos de projeto as informações apontam a seleção e o financiamento de 144 subprojetos com 11 temas variados, como: Rede de informações em



biodiversidade, Levantamento de informação sobre plantas do futuro; Levantamento de informação sobre a importância das mudanças climáticas; Questões socioculturais; Polinizadores; Agrobiodiversidade, Espécies Exóticas Invasoras; Espécies ameaçadas de extinção; Biomas; Ecossistemas, Unidades de conservação (18 projetos sobre UC nos estados: AP, TO, MT, MS, BA, MG, PE, PR e RS) foram desenvolvidos (PROBIO, dez anos de atuação, 2006, p. 151). O custo em todas estas áreas de conhecimento foi no total de R\$ 84.127,74.

O projeto funcionou como propulsor para as informações serem geradas com mais rapidez. Produziu bem público na disseminação extensiva da informação sobre a biodiversidade suscitada, por meio de suas atividades. O empreendimento financiou a publicação de 37 livros, 32 capítulos de livros e dezenas de artigos técnicos, além de oficinas, vídeos, mapas, materiais escolares, folhetos e websites. Foram produzidas 29 teses de doutoramento. A informação foi distribuída para os decisores políticos, especialistas técnicos, acadêmicos, estudantes e uma vasta gama de interessados (GEF, 2006. p. 7). O PROBIO I multiplicou os resultados obtidos pelo projeto.

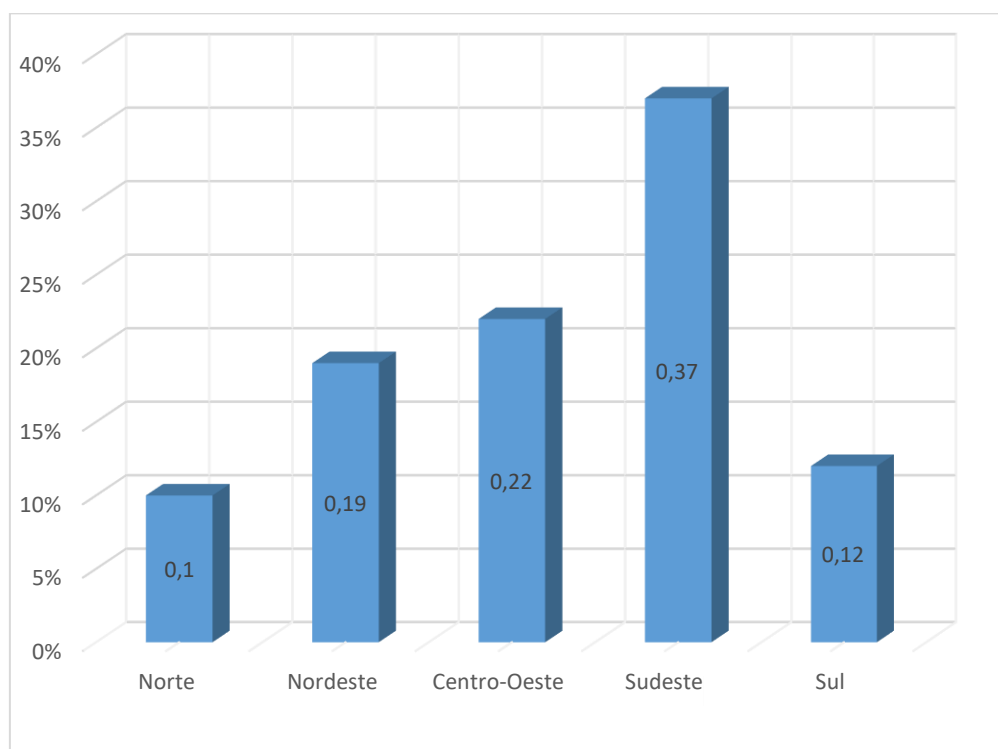
Quanto aos custos, em junho de 1996 foi assinado o Acordo de Doação *Trust Fund* nº 28.309 entre o Governo Brasileiro e o BIRD/GEF para implementação do PROBIO, num total de US\$ 20.000.000,00, ficando a cargo de cada parte 50% do montante. A entidade executora que recebe recursos financeiros do PROBIO observa as normas estabelecidas no acordo mencionado, além de toda legislação brasileira que trata de recursos públicos (MANUAL, 2004, p. 1). Participam da execução financeira do PROBIO, a Secretaria Técnica do PROBIO/MMA e CNPQ e as entidades executoras dos subprojetos.

Compartilharam como agente gerenciador o BIRD, como órgão auditor a Secretaria Federal de Controle (SFC) e também o Tribunal de Contas da União (TCU). Apesar dos convênios terem recursos internacionais, são incluídos no Orçamento Geral da União. Devido a isso, as entidades executoras fornecem para as instituições mencionadas, sempre que determinado, informações confiáveis de quanto, como, onde e quando foram utilizados os recursos. Conforme consta nas cláusulas do convênio, as entidades executoras devem seguir a Instrução Normativa nº 01/97 da Secretaria do Tesouro Nacional (STN); a Lei nº 8.666/93, naquilo que couber, as diretrizes do BIRD (2004, p. 3) e demais leis que normatizam o subprojeto.

A distribuição dos recursos, temas abordados, instituição que concorreu e desenvolveu o projeto nos dez anos de vida do PROBIO foram organizados em gráficos, apresentados a

seguir. Os recursos alocados em todo o país foram computados em: 10% Norte, 19% Nordeste, 22% Centro-Oeste, 37% Sudeste e 12% Sul, conforme pode ser visualizado. A partir de então, depreende-se que a região Sudeste foi a que mais recebeu investimento. Os motivos não foram explorados, contudo sabe-se que é nesta região onde se encontram as instituições que têm maior repercussão no país e que recebem maior recurso financeiro para a pesquisa.

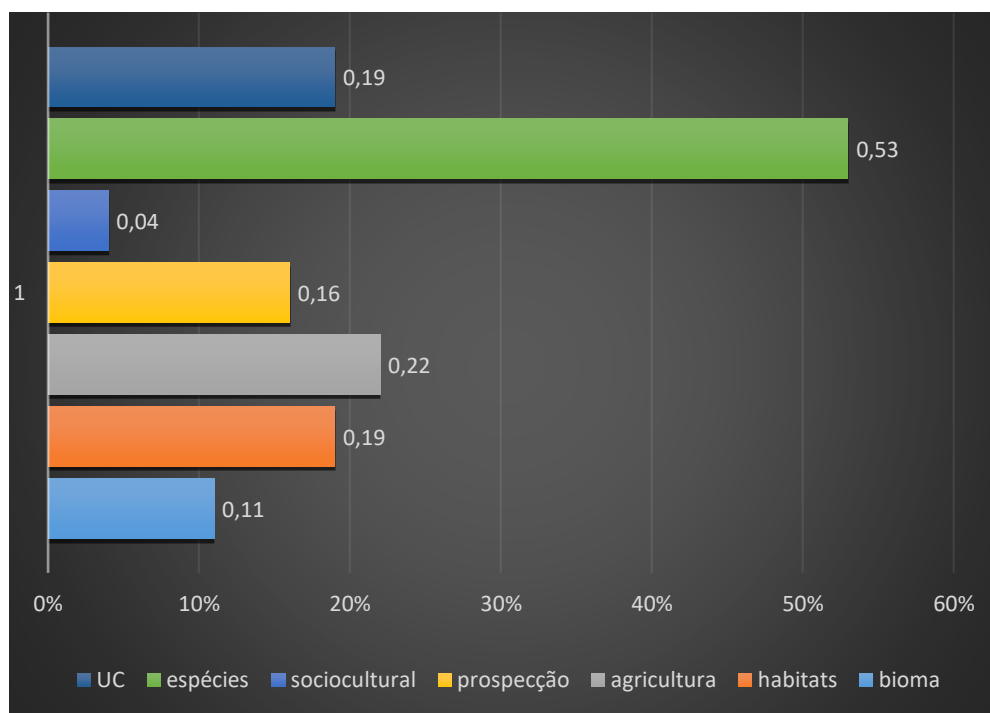
**Gráfico 1-** Quantidade de recursos utilizados pelas regiões



**Fonte:** Dados obtidos a partir dos relatórios do PROBIO. Organização Marlinda. M. Patrício (2017).

Os menores investimentos foram nas regiões Norte e Sul. Observa-se que os extremos do país foram os menos engajados no empreendimento. A justificativa dada pelo MMA deveu-se a baixa quantidade de projetos enviados e envolvimento das instituições públicas, especialmente as universidades. Ao contrário disso vê-se as regiões Nordeste e Centro-Oeste com maior presença.

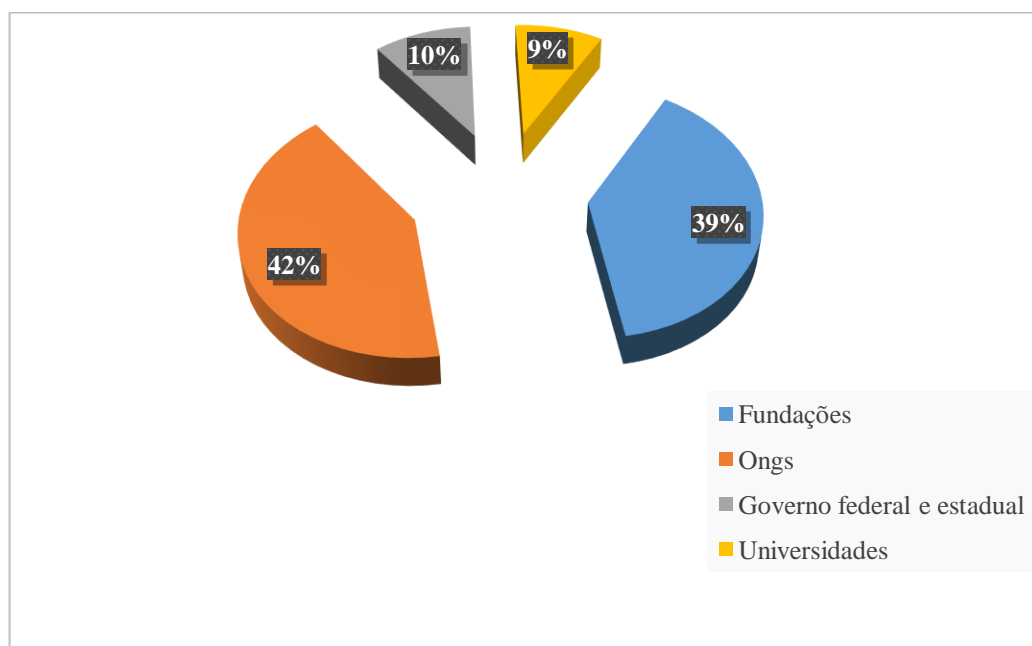
Quanto aos temas apresentados para aprovação nos subprojetos, os números distribuíram-se na seguinte ordem: o tema bioma 11%, habitats 19%, agricultura 22%, prospecção 16%, sociocultural 4%, espécies 53%, e UC 19% (Gráfico 2).

**Gráfico 2-** Temas abordados nos subprojetos do PROBIO

**Fonte:** Dados obtidos a partir dos relatórios do PROBIO. Organização Marlinda. M. Patrício (2017).

Veja-se que a temática sobre espécies foi a que obteve mais da metade do interesse pela investigação. Tal fato mostra o empenho dos biólogos em desenvolver projetos sobre o referido tema. O assunto que provocou menor empenho foi o sociocultural, o que cria lacunas nos estudos das diferentes categorias apresentadas. A temática bioma foi o segundo menos estudado, o que deixou os demais temas, como a distribuição de recursos e interesse dos especialistas em cada área apresentar subprojetos e utilizar o recurso financeiro destinado.

Quanto às instituições, couberam 39% às fundações, 42% às ONG, as quais se mobilizaram e arrebanharam um total de 81% dos recursos financeiros disponíveis para a pesquisa. O contrário ocorreu com os governos federal e estadual, que utilizaram somente 10%, e as universidades, com 9% (Gráfico 3 ). A região Norte foi a que menos concorreu com projetos, seguidos da região Sul, o mesmo que se mencionou sobre a distribuição dos recursos financeiros utilizados pelas regiões, o que aparece também neste gráfico. A questão sociocultural e bioma foram os menos pesquisados (PROBIO, 2006a, p. 73). Finalmente, a ausência do Estado representada pelas universidades chama a atenção.

**Gráfico 3-** Instituições que enviaram projetos para o PROBIO

**Fonte:** Dados obtidos a partir dos relatórios do PROBIO. Organização Marlinda. M. Patrício (2017).

Então, os governos estadual e federal, bem como as universidades, pouco compareceram com projetos para financiamento e pesquisa. O contrário ocorreu com as ONG e as fundações que viram na oportunidade momento de realizarem pesquisa e utilizarem os recursos assegurados para o empreendimento. Em vista disso, a questão merece atenção em outro momento.

Durante os dez anos de existência, o projeto PROBIO assegurou bases para a concepção do PNB e deixou alicerce firme para o desenvolvimento de projetos de maior porte, como o Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA<sup>126</sup>) e a implementação do PROBIO II, com duração de nove anos. Seu objetivo foi a organização do setor de gestão da biodiversidade, para superar as fronteiras entre territórios sob gestão ecológica (ambiental) e as paisagens sobre controle de setores econômicos geradores de impactos ambientais negativos dentre outros (PROBIO II, 2008). A sustentabilidade destes territórios era a finalidade.

<sup>126</sup> O ARPA é um programa do governo federal, coordenado pelo MMA, gerenciado e financiado pelo FUNBIO com recursos do GEF, por meio do Banco Mundial, do governo da Alemanha, por meio do Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KfW), da Rede WWF e do Fundo Amazônia, o qual aciona o BNDES. Foi lançado no ano de 2002 para ser executado em três fases independentes e contínuas. É o maior programa de conservação de florestas tropicais do planeta e o mais expressivo ligado à temática das unidades de conservação no Brasil.

O PROBIO I cumpriu com os objetivos que se propôs, segundo seus relatórios, mencionados ao longo desta exposição. A quantidade de temas e publicações foi relevante, os subprojetos financiados abrangem todos os biomas brasileiros, banco de dados com as informações obtidas e armazenadas que permitem o acesso por meio do *website* das diversas instituições que financiaram ou que foram parceiras do projeto. Assim, a gestão do projeto conseguiu assegurar a sustentabilidade, garantir o alcance de seu objetivo, proteção para a biodiversidade, uso de metodologias que foram testadas, assim como a viabilidade financeira que garantisse o cumprimento das metas financeiras.

A independência para evitar que ficasse sujeito à condição macroeconômica instável e restrições orçamentárias do país era fundamental. O projeto não financiou diretamente a formação da RERC, porém, ao fazer o levantamento de áreas prioritárias, identificou a parte sul do estado do Amapá, dentre outras, que havia área com graus de extrema importância na localidade, qual seja, a área identificada era AM-373 de importância extremamente alta, necessidade de uso sustentável dos recursos naturais, urgência em resolver problemas relativos às questões fundiárias, elaboração de inventários biológicos e de estudos de sustentabilidade econômica para a RERC.

### 5.3.1 O estado do Amapá, os resultados e a consolidação da RERC

O Plano de Desenvolvimento (PD) do estado do Amapá até a formação da RERC passa pelo contexto internacional que viveu o Brasil com a Conferência da Terra, em 1992 e o processo de institucionalização do território. De 1943 a 1988 foi uma unidade espacial vinculado à União, e com a Constituição de 1988 passou a ser o mais novo estado da federação, implantado em 1991. Somente a partir de 1988 é que houve preocupação e condições, em termos de autonomia, para defender uma política ambiental (BRITO, 2008; PORTO, 2003). Somente então o Amapá pode organizar-se institucionalmente.

Com a estadualização, três planos de governo são importantes: a) Plano de Ação governamental de 1992 a 1995, que tinha como propósito o desenvolvimento do estado; b) o Programa de Desenvolvimento Sustentável (PDSA) de 1995 a 2002, o qual tinha o objetivo do desenvolvimento sustentável, já com inspiração no que determina a CDB e o c) Plano de Desenvolvimento Integrado Amapá Produtivo de 2003 a 2010. Então, o objetivo era os arranjos produtivos locais (NASCIMENTO, 2010). Note-se que a formação da RERC estava

em meio a todos estes acontecimentos, nova categoria político-institucional do estado do Amapá e as decisões impetradas pós-Conferência da Terra.

Desde 1995 o estado do Amapá vem investindo em políticas oficiais de proteção de seu patrimônio ambiental e cultural, o que favoreceu a criação de novas unidades de conservação e, mais recentemente, a instalação de um corredor de biodiversidade abrangendo várias áreas protegidas, inclusive terras indígenas. Dados do governo estadual informam que a soma das áreas das unidades de conservação, federais e estaduais, em seu território totaliza 6,73 milhões de hectares, o equivalente a 46,91% do território.

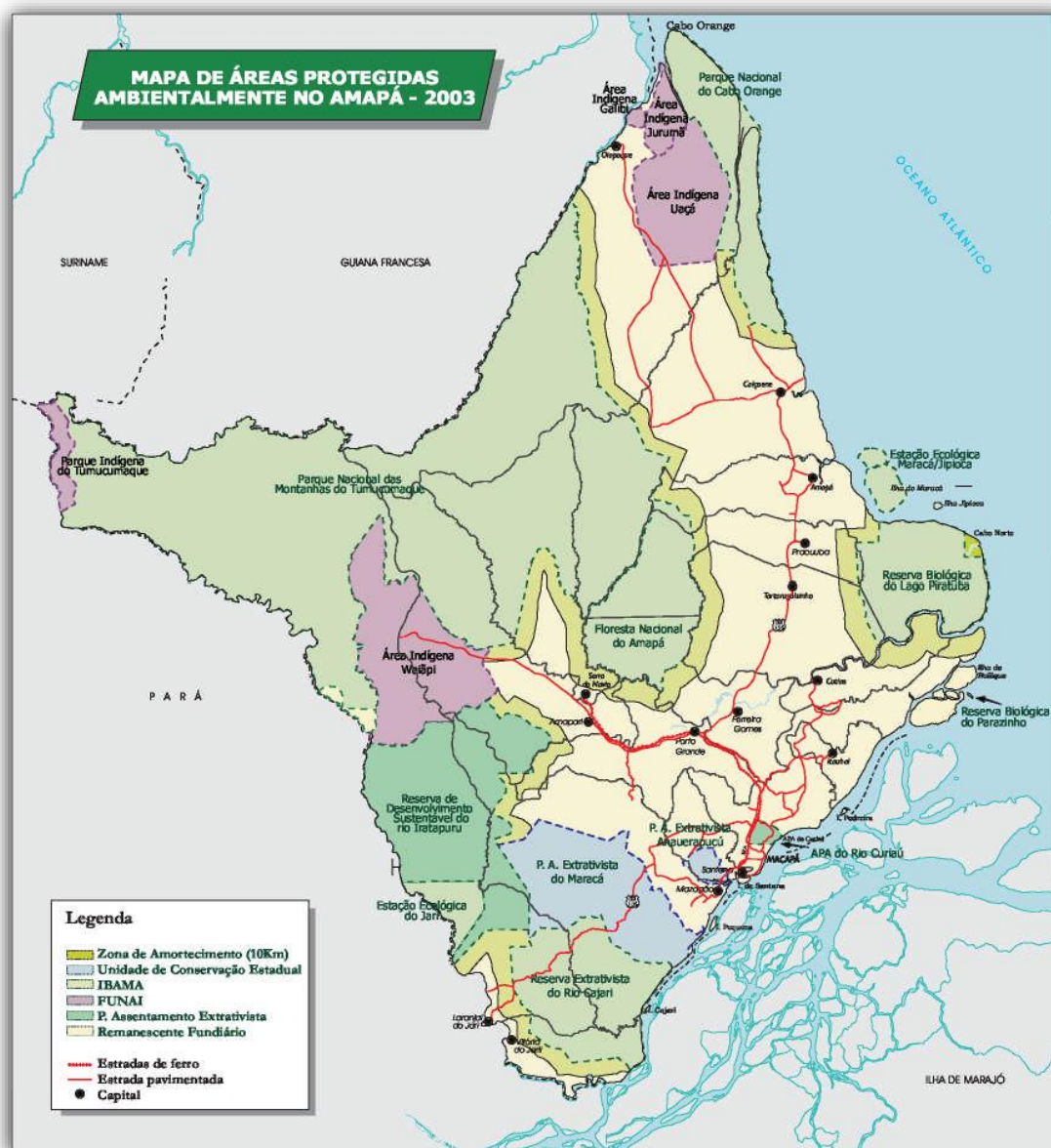
As pesquisas têm sido realizadas para auxiliar na implantação e na manutenção das áreas de unidades de conservação. Veja-se que o estado abriga em seu território 19 Unidades de Conservação (UC). Destas, 12 estão sob a gestão do governo federal, cinco sob a gestão do governo estadual e duas sob a gestão do governo municipal da Serra do Navio. A distribuição de tais áreas abarca 15 dos 16 municípios amapaenses. De acordo com Simonian (2010), do ponto de vista da biodiversidade, o Amapá é de extrema importância no contexto do bioma Amazônia e do Escudo Guianês.

Além disso, se tem três unidades de conservação, as quais integram o corredor de biodiversidade do estado: o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e o Parque Nacional do Cabo Orange, ambos federais, e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Iratapuru estadual, o que corresponde a 84% do estado uma área de 143.453,71 km<sup>2</sup> (BRASIL, 2006). É neste complexo de UC, com diferentes categorias, que ao sul do estado se encontra a RERC sob a gestão do governo federal. A mesma foi estabelecida por meio do Decreto nº 99.145, de 12 de março de 1990<sup>127</sup>, com 501.771,00 hectares, um perímetro de 37,3.53912 m. e os limites ampliados em 1997.

---

<sup>127</sup> Art. 3º O Poder Executivo deverá proceder às desapropriações das áreas privadas legitimamente extirpadas do Poder Público, à identificação e arrecadação das áreas públicas e, nos termos do art. 4º do Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, à outorga de contratos de concessão de direito real de uso à população com tradição extrativista. Parágrafo único. Caberá, ainda, ao Poder Executivo, a permanente gestão no sentido de assegurar a eficaz destinação da área descrita no artigo 1º deste Decreto.

**Mapa 4- Áreas Ambientalmente Protegidas do Estado Amapá**



**Fonte:** Dados obtidos de Jorge (2003) e Filocreão (2007).

A formação da RERC ocorreu com a organização da informação já existente sobre a área e em conjunto com as informações obtidas da comunidade, assim como dos panoramas principais de desenvolvimento. As aspirações da comunidade e a avaliação técnica das alternativas definidas, de acordo com as potencialidades dos recursos naturais e a viabilidade econômica e social das atividades produtivas locais, possibilitaram que a área fosse definida (ALLEGRETTI, 1998). Mas vai além, neste caso, o processo de tomada de decisão a respeito do futuro que queriam para o lugar, no qual moldou a condução do processo.

A demanda das comunidades pela solução de conflitos em torno da posse da terra, com uma das maiores empresas da Amazônia, a Companhia Jari Florestal, contou, desde o início, com o apoio das instituições federais responsáveis pela política fundiária, em especial, da representação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) no estado do Amapá. Silberling (1996, p. 11) refere-se à “falta de uma ideologia unificadora” e também identidade local no Cajari. Ainda não havia, antes da criação da reserva, nenhuma experiência com elaboração e execução de projetos. Aprenderam na relação estabelecida com o movimento que ocorria no Acre.

O mesmo autor menciona que na formação da Resex Chico Mendes construíram experiências embasadas em uma identidade sindical e a do Juruá, com base na defesa dos direitos humanos e na Igreja do Daime. Ressalta-se que no caso do Cajari o longo período de extrativismo (1882 a 1967) que viveram no sul do Amapá deve ser considerado (MENEZES, 1994; SILVA, 2010). Aparentava-se com autossustentabilidade ambiental, acompanhada de relações trabalhistas injustas, o que fazia da população regional trabalhadores cativos, que viabilizavam a produção extrativista a custos baixos e constituíam o mercado seguro para o monopólio praticado na comercialização.

No final da década de 1980 teve início a reação das comunidades extrativistas e de suas instituições. Em outubro de 1985, em Brasília, delineou-se a proposta das Reservas Extrativistas, a ideia chegou à região e foi publicamente reivindicada em julho de 1987. Neste ano aconteceu o Primeiro Congresso de Trabalhadores Rurais do Amapá, uma iniciativa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Amapá (SINTRA), que contou com a participação de 597 representantes de quase todas as regiões do estado. As delegacias sindicais localizadas nas comunidades enviaram 125 participantes originários que, a partir de 1990, viriam a fazer parte da RERC.

O documento final do encontro refere-se aos conflitos entre as comunidades extrativistas do Sul do então território, com a empresa Jari, e apresenta proposta de que as áreas dos castanhais e seringais sejam consideradas reservas extrativistas, a serem defendidas por lei, bem como o uso das mesmas seja exclusivo dos trabalhadores rurais que se ocupam com esta atividade. O Sindicato dos Trabalhadores do Amapá (SINTRAP) registraram no ano de 1987, Item 2.4:11 mencionado por ALLEGRETTI (1989). As possibilidades de financiamento para desenvolver as atividades da RERC surgiram em 1991, com o apoio financeiro e de infraestrutura do WWF e da USAID.



A estrutura geológica da reserva é formada por folhelho e siltito micáceo preto, cinza e vermelho, bem laminados com camadas de arenito fino a médio, bem selecionado, geralmente com estratificação cruzada. Nas áreas de aluviões, cascalho, areia e argila. Também se encontra arenito grosseiro e conglomerado intercalado, branco e amarelo (ALLEGRETTI, 1998; CAMARGO, 1997). Esta composição extremamente complexa do solo confere ao lugar a paisagem diversificada.

Acrescenta-se ainda, a descrição bem genéricos arenitos finos, siltitos<sup>128</sup> e argilitos caulínicos com lentes de conglomerados e arenito grosseiro, pouco consolidado, em geral maciço ou horizontalmente estratificado, ocasionalmente em camadas cruzada, vermelho, amarelo, branco (ALLEGRETTI, 1998). O que confere uma biodiversidade de vegetação e paisagem condizente com a complexidade geológica da área.

A caracterização dos ecossistemas consta de formações vegetais, como savana e floresta, formações pioneiras e floresta densa. A vegetação de contato cerrado/floresta situa-se nas áreas mais elevadas e de relevo acidentado. Nos vales há floresta mista com a presença de muitas castanheiras, e no relevo residual ocorre a vegetação de cerrado. O campo de cerrado ocupa 8,69% da RERC com árvores típicas distanciadas, sendo a maioria das famílias das Vochysiaceae<sup>129</sup> e das Leguminosae<sup>130</sup>, em meio aos arbustos, gramíneas e ciperáceas. O parque de cerrado ocupa 5,54% e ocorre das cabeceiras do rio Cajari até o centro, daí a nordeste da área, sobre relevo ondulado.

Apresenta fitofisionomia de pequenas árvores, onde predominam as espécies das famílias Vochysiaceae e Leguminosae, e arbustos tortuosos e esgalhados com altura de 2 a 3 m espaçadamente dispostos sobre tapete herbáceo-graminoso intercalado de plantas lenhosas rasteiras. O capim barba-de-bode caracteriza o estrato inferior e a lixeira, bate-caixa, paus-terra são as principais lenhosas arbustivo-árboreas. É cortado por florestas de galeria ou ciliares e matas secas com árvores relacionadas à Floresta Tropical Úmida (ALLEGRETTI, 1998).

O parque de cerrado, formado por amplas extensões campestres graminosas de capim barba-de-bode ao norte da reserva, tem ocorrência de árvores espaçadas ou em pequenos grupos representados pela lixeira, murici (*Byrsonima cressifolia*), paus-terra (*Qualea*

<sup>128</sup> Rocha sedimentar clástica formada pela deposição e litificação de sedimentos com grãos de tamanho silte, intermediário entre os tamanhos areia e argila. É composta principalmente por quartzo, feldspato, mica e argila.

<sup>129</sup> Vochysiaceae é uma família de plantas angiospérmicas (plantas com flor-divisão Magnoliophyta), pertencente à ordem Myrtales.

<sup>130</sup> As Fabaceae ou Leguminosae representam uma grande e economicamente importante família das Angiospermas, que inclui vagens, ervilhas e feijões, por exemplo. Dentro das Fabaceae encontram-se tanto árvores e arbustos como plantas herbáceas perenes e/ou anuais.

*grandiflora*) Família Vochysiaceae e tachi (*Tachigali vulgaris*). É também atravessado por florestas ciliares e de maciços chamados ilhas, com espécies da floresta tropical pluvial. Nas partes mais altas, nascentes do rio Cajari, destacam-se nos cerrados extensas veredas de buritis (*Mauritia Flexuosa*<sup>131</sup>). Nos topos das ondulações predominam gramíneas sobre solos ácidos e intemperizados.

As formações pioneiras compostas por vegetação aluvial campestre ocorrem ao longo do médio e em partes do baixo Cajari. Desenvolvem-se em áreas baixas, alagadas periodicamente e são caracterizadas pela aninga (*Montrichardia linifera*), taboca (*Guadua weberbaueri*) e gramíneas (*Poaceae*). Aparecem em pequenas manchas de floresta mista de palmeiras. Esses são alguns tipos existentes.

A floresta tropical pluvial densa dos baixos platôs é uma floresta alta, com espécies como o angelim-pedra (*Hymenolobium spp*) e a maçaranduba, e dossel superior uniforme composto principalmente por faveiras (*Vicia faba*), visgueiro (*Maragogi*<sup>132</sup>), tauaris (*Lecythidaceae*), taxis (conhecidas popularmente como pau-de-novato), maparajuba ou balata (subespécies *Manilkara bidentata*) e jutaí-açu (*Hymenaea courbaril L*). São árvores de grande porte e considerável valor no mercado.

A floresta tropical pluvial densa ciliar dos terraços é caracterizada por um dossel alto, uniforme, com ocorrência de anani, açaí, ucuúbas, ingás, paus-d'arco, quarubas, faveiras, sucupira-preta, bem como a seringueira e a seringa itaúba. A floresta tropical pluvial densa dos platôs submontanos apresenta-se com dossel dominante alto, do qual sobressaem emergentes. Espécies representativas são o tauari, as faveiras, o angelim rajado, a maçaranduba, o louro preto e a sumaúma (ALLEGRETTI, 1998) e demais tipos.

A floresta tropical pluvial densa aluvial dos 'furos' tem características diferenciadas. Nas áreas permanentemente inundadas - igapós - as espécies são em número reduzido, dominando a ucuúba e as palmeiras, dentre as quais se destaca o açaí. Nas áreas periodicamente inundadas ocorrem os taxis, a andiroba, a pracuúba, o anani, a ucuúba e as palmeiras como o buriti e o miriti e também o açaí e a seringueira. A floresta tropical pluvial densa dos altos platôs é caracterizada por dossel contínuo fechado com emergentes que se

---

<sup>131</sup> É uma espécie de palmeira de origem amazônica, também conhecida pelos nomes de buriti-do-brejo, carandá-guaçu, carandaí-guaçu, coqueiro-buriti, itá, palmeira-dos-brejos, buritizeiro, meriti, miriti, muriti, muritim, muruti. A espécie chamada pelos povos indígenas de "árvore-da-vida" é totalmente aproveitada por comunidades em áreas de extração. Possuem folhas em formato de leque, frutas do tipo coco e tem um crescimento muito lento, porém, apresenta grande longevidade, já que alguns tipos com mais de 10 m podem ter entre 100 e 400 anos. Em Iquitos é amplamente consumida, vendida nas esquinas por mulheres, que as vendem. Imersas na água dentro de bacias são descascadas para facilitar ao comprador o consumo.

<sup>132</sup> Árvores com cerca de 500 anos.

sobressaem. É citada a maçaranduba, as faveiras, as taxis, dentre outras, com alta volumetria. Em certas áreas está entremeada com a floresta de cipós.

A cobertura vegetal da área da RERC é formada por floresta tropical densa, com ocorrência de várias espécies de madeiras de lei, encontradas em mata densa de terra firme: acapu (*Manilkara hubem Ducke*), jarana (*Halopyxidium Ducke lcythidocam*), piquiá (*Fusaea longifolia*), angelim rajado (*Vataireopsis*), sucupira (*Bowdichia nitida soruce*), jutaí (*Hymenaea in termadra*), cupiúba (*Goupia glabra*), louro vermelho (*Acotea sp.*), amapá branco (*Brosimum langusfipulatum*), ipê (*Tabebuia achracea chantum*), mandioqueira (*Qualea sp.*), cumaru (*Dipternyx adorata*). Flora nobre que vai além das citadas.

No interior da várzea baixa, na área pantanosa, encontram-se grandes concentrações de palmáceas onde predominam o buriti (*Mauritia flexuosa*) e o capitari (*Tabebuia insignis*), pertencente à família das *Bignomia ceas*, uma espécie de madeira típica de áreas de várzea baixa, muito rica em celulose. O buriti tanto ocorre nas restingas que margeiam os rios, como também em ilhas que se formam junto aos rios. O fruto é bastante encontrado nas florestas e em Iquitos e pode-se ver a venda nas esquinas da cidade.

Nas áreas de várzeas altas, são encontradas espécies de madeiras como: andiroba (*Carapa guianensis*), ucuúba (*Virola*), jacareúba (*Esckweilera*), mata-matá (*Esckweilera Miers*), pracuúba (*Moraparaensk Ducke*), açacu (*Huracrepitans*), macacaúba (*Ploytimiscium ufeihams*), predominando o pau-mulato (*Calycoph yilumspruceamu*), taxi (*Sclerolobium Goeldianum*), muiratinga (*Maquira sclerophyila*), sumaúma (*Ceibapentandra*). Também são encontradas outras espécies de palmáceas como o ubuçu (*Manicaria Saccifers*), o urucuri (*Attalea excelsa*), o murumuru (*Saccifersattalea*), a bacabeira (*Euterpe endullis*), com maior predominância para o açaí (*Euterpe oleracea*).

A fauna existente nas margens e no interior do baixo curso dos rios, dentro da reserva, não é grande e muito pouco diversificada. Nas restingas altas podem ser observados bandos de guariba (*Alonattamericam*); para o interior da área de várzea alta, onde existem os campos circundados por área de igapó, pode ser notada a presença de capivaras (*Hydrocchocrus hydrochoeris*), jacaré açu (*Caimanniger niger spix*), jacaré tinga (*Caiman sclerops*), estes em grande quantidade. Quer dizer um grande contraste de floresta alta a campo de cerrado e alagados conferindo grande diversidade de ecossistemas.

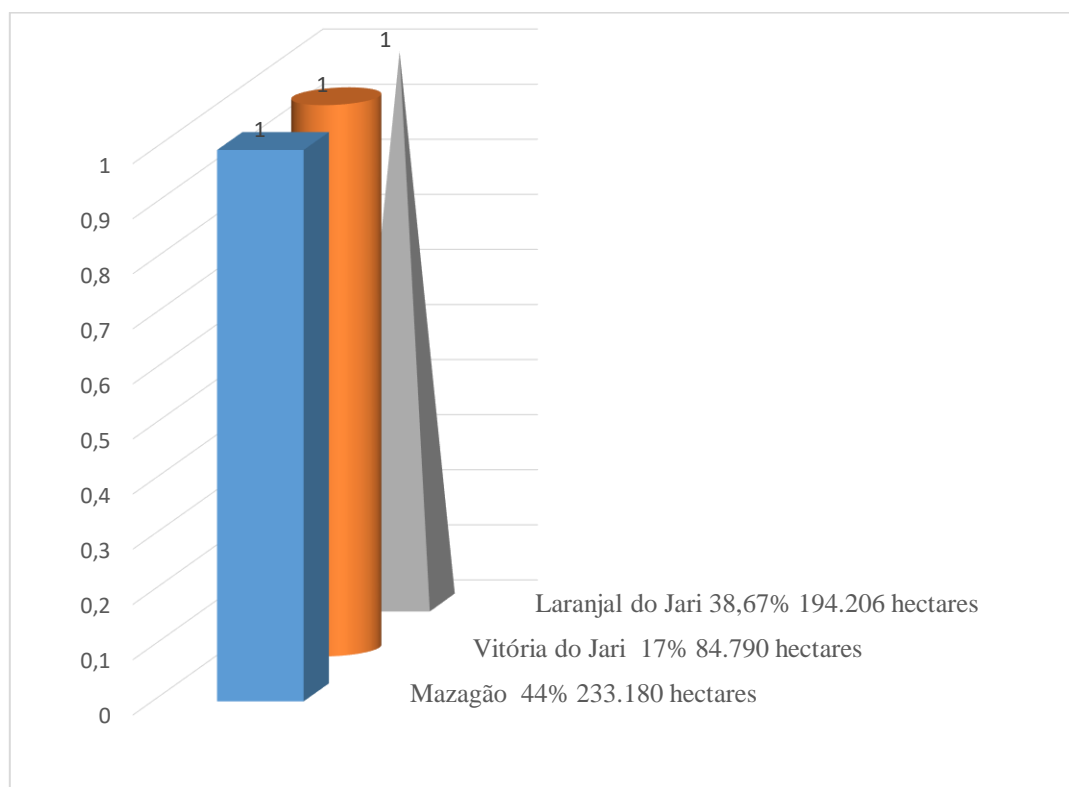
A fauna avícola é também discreta: existem patos selvagens, marrecos, garças de diversas espécies, mergulhões, cararás, aves que têm como alimentação básica o peixe. Também são encontradas, no interior da reserva, outras espécies de aves como: arara,

papagaio, periquito, tucano, mutum, com maior predominância para o japiim. Em toda a área da reserva é baixo o índice de ofídios peçonhentos, comparando com outras localidades vizinhas. Entre as espécies existentes, pode-se citar a surucucu-pico-de-jaca (*Lachesi*), a jararaca (*Botropes*) e a cascavel (*Crotalus*). Note-se a riqueza desta área que se vem apresentando abrigo população com história ambiental e riqueza cultural.

Em suma, os três grandes ecossistemas da RERC descritos solo, fauna e flora distribuem-se de tal forma que a terra firme, alto Cajari tem a influência da rodovia BR-156 Macapá-Laranjal do Jari, com ligações frequentes com os centros urbanos do Estado. A área de cerrado ribeirinha e água doce têm a influência do rio Cajari e Muriacá e suas transações ocorrem pelos rios até os centros urbanos do estado. O rio Ajuruxi é a região que compreende a parte litorânea da reserva e as regiões dos lagos dos rios Ajuruxi e Ariramba. O *survey* ocorreu somente na área de terra firme e rios Cajari e Muriacá.

O perfil preliminar da população em 1991 informa que havia um total de 65 localidades e 1.478 pessoas, da foz até o Alto Cajari, incluindo a estrada que liga Água Branca a Laranjal do Jari. Em 1993 existiam 672 famílias no interior da reserva, totalizando uma população de 3.479 pessoas. O maior fenômeno demográfico percebido na RERC é uma migração interna com destino a Água Branca do Cajari, onde se concentra os melhores atendimentos dos serviços públicos de saúde e educação, na área de influência da rodovia BR-156. De acordo com o IBAMA e CNPT em 14.01.2002 eram 3.800 pessoas, divididas em 65 comunidades.

A RERC está dividida em três grandes setores: terra firme, áreas de influência da rodovia Macapá-Laranjal do Jari, município com o mesmo nome caracterizada pela concentração dos castanhais e por ligações mais frequentes com os centros urbanos do estado, município de Mazagão, onde o rio Cajari tem a região que o margeia, onde a economia é baseada na agricultura, extração de açaí, palmito e, em pequena quantidade, castanha, com potencial de seringais. E Vitória do Jari, onde o rio Muriacá tem influência. O rio Ajuruxi é a região que compreende a parte litorânea da reserva e as regiões dos lagos dos rios Ajuruxi e Ariramba.

**Gráfico 4-** Zoneamento da RERC entre os municípios

**Fonte:** Dados obtidos a partir da pesquisa realizada e organizada por Marlinda M. Patrício (2017).

Ressalta-se que o *survey* ocorreu na área de terra firme e rios Cajari e Muriacá. Dentro destes limites a área da RERC conserva não somente a riqueza de biodiversidade na floresta, como também parte da bacia do rio Amazonas com toda a abundância dos recursos naturais da fauna e flora aquática. O alto Cajari se constitui por comunidades, como São Luiz, Sororoca, São Pedro, Santa Clara, Açaizal, Marinho, Santarém, Dona Maria, Boca do Braço, Água Branca do Cajari, Anuerá, que tem a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Rio Cajari (ASTEX-CA<sup>133</sup>), responsável pela gestão da área. No momento da pesquisa a associação mudava de presidência.

As informações dos entrevistados definiram bem o papel da associação:

A ASTEX-CA tem a função de trabalhar as famílias, acessar políticas públicas, organizar os moradores do alto Cajari em cada uma das 13 comunidades, como conseguir junto ao Ministério Agrário resolver os problemas de habitação, apoio, fomento, incentivo nos assentamentos. Somos reconhecidos como detentor da reforma agrária, conseguimos o apoio e a questão habitacional<sup>134</sup>.

<sup>133</sup> A decisão da administração local foi tomada pelo CNPT-IBAMA, ASTEX-CA e CNS entre os anos de 1995 e 1999.

<sup>134</sup> Notícia fornecida por Maria V. do Andrade, coordenadora da AMOBIO comunidade de Água Branca, em fevereiro de 2016.

Mas além disso, a entrevistada afirma que os moradores reconhecem que o trabalho da associação os tirou da situação precária de moradia.

Outras responsabilidades são da referida associação não poder comercializar, mas poder fazer a cotação do mercado, pesquisar o setor produtivo, bem como buscar os projetos de roças mecanizadas, “a gente conseguiu aumentar um pouco, mas não conseguimos mais por falta de credibilidade dos sócios junto ao povo daqui resultado são muitas associações [...] não fazem mais o que está no estatuto” deixa claro a ASTEX-CA. A afirmação das associações não depende exclusivamente da aceitação por seus membros, mas se conseguem seguir o estatuto que eles mesmos escreveram.

Outra associação é a Cooperativa Mista dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Alto Cajari (COOPERALCA), que trabalha com palmito e a Associação das Mulheres Agroextrativistas do Alto Cajari (AMAC). Esta cooperativa de mulheres trabalha no fabrico de biscoitos e derivados de castanha-do-brasil, grande parte da produção é comprada pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o qual é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). De 2010 até 2012 o total de repasses do MDS à associação, por meio do PAA, alcançou o aproximado de R\$ 439 mil. Outra cooperativa que se firma é a Associação de Mulheres (AMOBIO). Desta maneira, aos poucos, as mulheres vão entrando na gestão da RERC.

Há também uma representação da prefeitura, uma unidade de saúde, escolas de ensino fundamental e ensino médio, comércios de alimentos, uma pousada, um restaurante e a sede da ASTEX-CA. As demais associações reúnem-se nas casas dos associados. No alto Cajari encontra-se relativa estrutura de trabalho e moradia. Então, as condições de vida das pessoas podem-se dizer que é relativamente boa, visto que têm acesso a políticas públicas oferecidas pelo governo federal. Veja-se a seguir um telhado do alto Cajari.

**Fotografia 3-** Imagem parcial da Estrada Macapá - Jarí; Água Branca do Cajari



**Fonte:** Registro fotográfico do Projeto Carbono Cajari, Picanço (2013).

No médio e baixo Cajari encontram-se as comunidades Terra Vermelha, Poção do Cajari, Ariramba, Santa Rita, Tapereira, Paraíso, São João, Canaã, Maranata, Fazenda, Santana e São Luiz. No rio Muriacá têm-se as comunidades Conceição do Muriacá, Santa Helena, Arumanzal, Aterro do Muriacá e Vila Nova. Todas estas comunidades estão sob a gestão de duas associações: Associação de Moradores e Trabalhadores em Produtos da Cadeia da Sociobiodiversidade dos Médio e Baixo Rios Cajari e Muriacá em Atividade na Reserva Extrativista do Rio Cajari (ACIOBIO) e a Associação dos Produtores Agroextrativistas do Médio e Baixo Rio Cajari (ASSCAJARI).

Na atualidade a ASSCAJARI cuida desde a comunidade de Santa Ana, na foz do rio Cajari, até a comunidade do Ariramba, segundo o senhor Francisco Penha e no rio Muriacá a gestão ficou com a ACIOBIO, segundo o senhor Calixto Souza. As associações são dirigidas



por moradores que têm visões diferenciadas da região e de seu uso. Vale ressaltar que no médio e baixo Cajari as mulheres estão se movimentando para terem espaço de negociação e participação nas decisões e a Associação das Mulheres do Baixo Cajari (AMBAC) é um exemplo disto. Esta foi a configuração política que se encontrou em fevereiro de 2016. Veja-se a seguir imagem de um trecho do médio Cajari.

**Fotografia 4-** Imagem das ruas da comunidade Conceição do Muriacá



**Fonte:** Marlinda M. Patrício, (fev. 2016).

As atividades econômicas desenvolvidas pelas comunidades que moram dentro da reserva são tanto de agricultura de subsistência como de extrativismo dos recursos naturais. A pesca e a caça também são realizadas para consumo. A utilização e aproveitamento estão dentro da categoria Reserva Extrativista, que são espaços territoriais destinados à exploração autossustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por populações extrativistas



(Decreto nº 98.897, Artigo nº 1, de 30 de janeiro de 1990<sup>135</sup>). As populações que vivem nesta e desta reserva procuram seguir o que determina tal documento.

Na sequência apresenta-se o Quadro 9: com algumas constatações feitas em campo, quanto a estarem diretamente ligadas ao objeto deste estudo, processo de decisão e impacto, para a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade das populações locais. Os mesmos serão analisados no capítulo seguinte.

---

<sup>135</sup> Art. 3º O Poder Executivo deverá proceder às desapropriações das áreas privadas legitimamente extremadas do Poder Público, à identificação e arrecadação das áreas públicas e, nos termos do art. 4º do Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990, à outorga de contratos de concessão de direito real de uso à população com tradição extrativista. Parágrafo único. Caberá, ainda, ao Poder Executivo, a permanente gestão no sentido de assegurar a eficaz destinação da área descrita no artigo 1º deste Decreto.

**Quadro 9-** Constatações sobre a condição de vida das populações e da conservação dos recursos naturais da RERC

Constatações
A ASTEX-CA tem o comando do alto Cajari e as decisões são tomadas pela direção da associação.
A visão da associação, na maioria das vezes, provoca conflitos dentro da associação, devido não alcançar consenso, bem como junto a comunidade, que não tem conhecimento das decisões tomadas. Isto provoca comentários sobre a falta de comunicação e transparência da ASTEX-CA
Poucos projetos são discutidos com a comunidade, o que gera conflitos entre as lideranças das associações e destas com os moradores locais, que reclamam de não serem consultados.
As associações adquiriram autonomia conhecimento e construíram identidade no alto Cajari.
Devido haver associações fortes, as comunidades têm relativo envolvimento. A participação comunitária para a tomada de decisão tem se mostrado um problema;
Os empreendimentos do estado e dos municípios impactam as comunidades. Apesar do esforço que a ASTEX-CA diz fazer o estado e ou município, especialmente, de Laranjal do Jari não atendem as demandas de mitigação relativas aos impactos causados pelo dematamento ocasionados pela construção das torres que deveriam levar energia para o alto Cajari e também do desmatamento em torno das fontes de água.
Os empreendimentos abrem brechas para que os recursos naturais sejam explorados sem a observância das associações.
ASSCAJARI e ACIOBIO que estão no médio e baixo Cajari têm suas decisões tomadas pelos membros da diretoria das associações.
A sustentabilidade das comunidades é assegurada conforme a consciência dos moradores quanto ao uso dos recursos naturais na observância do estatuto de utilização da área.
A decisão de como utilizar os recursos naturais é resultado das reuniões e acertos comunitários constantes no Plano de Uso da RERC.
Mesmo com problemas pode-se dizer que existem boas condições de vida nesta parte da reserva. Quer-se dizer que há como as comunidades terem acesso a saúde, moradia, alimentação e trabalho. Este último resultado da extração da castanha e comercialização.
De modo geral os conflitos percebidos ocorrem por diferentes motivos na relação ASTEX-CA/ASTEX-CA, ASTEX-CA/comunidades, ASTEX-CA/estado, ASTEX-CA/município de Laranjal do Jari, ASTEX-CA/CNS, ASTEX-CA/AMAC e ASTEX-CA/AMOBIO, ASTEX-CA/ICMBIO. Os motivos se encontram, em boa parte, nas decisões e impactos que deles decorrem. O mesmo serve para a ASSCAJARI/Comunidades, ASSCAJARI/ICMBIO, estado e município de Mazagão.
As comunidades são responsáveis pela fiscalização da reserva motivo de insatisfação por parte dos mais velhos, pois dizem que o Plano de Uso está defasado. Os mesmos asseveram haver necessidade de discutir as condições atuais da reserva e da participação dos mais jovens do que é atualmente e do que deve se mudado.
As comunidades veem compensação ao cuidar da reserva.

**Fonte:** Dados obtidos a partir dos projetos e entrevistas realizadas em fevereiro de 2016. Organizados por Marlinda M. Patrício (2017)

Então, o quadro acima mostra a relação de fatos obtidos em campo, os quais permitem mostrar e analisar a problemática inicial desta pesquisa.

#### **5.4 Caminhos para a elaboração da Estratégia Nacional da Diversidade Biológica no Peru (ENDB) Decreto Supremo nº102-2001-PCM, de 5 de setembro de 2001, conforme estabelecido no número 8 do Artigo 118º da Constituição Política do Peru**

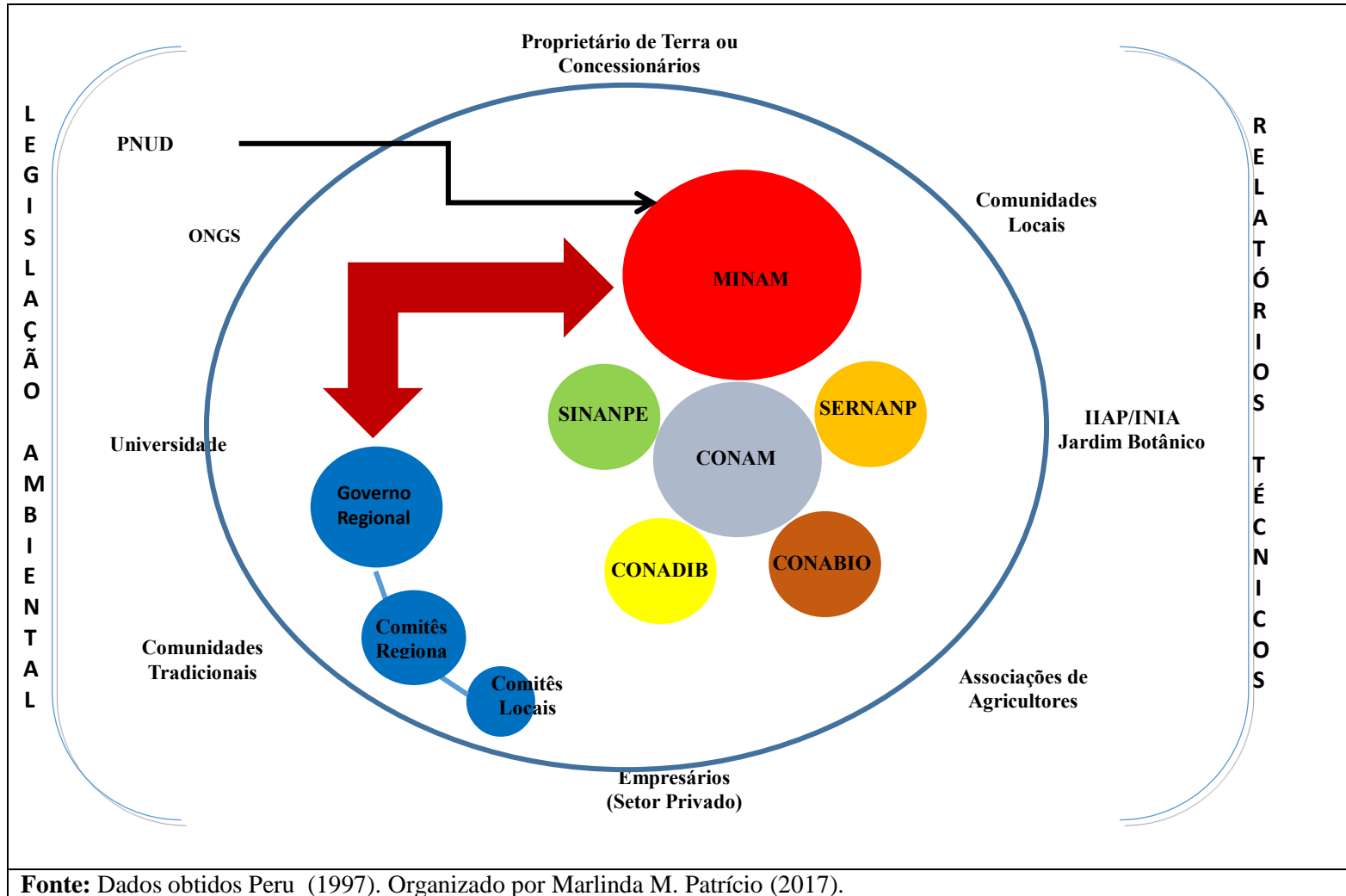
Antes de apresentar a Estratégia e Plano de Ação do Peru é necessário mostrar a maneira que este país se organizou para elaborar seu plano tático e atender os objetivos da CDB. A entrada do novo milênio pede maturidade e compreensão da importância da riqueza de biodiversidade, que possuem e de como tais recursos têm sido utilizados sem a atenção para o porvir. Assim, o país, ao fazer parte do consenso internacional para a formulação de acordos que contribuam para um modelo de desenvolvimento, que vise a sustentabilidade, firmou compromisso com a CDB para formulação da Estratégia Nacional sobre a Diversidade Biológica (ENDB).

Como ficou determinado para os demais países signatários da Convenção de 1992, o conhecimento do patrimônio biodiverso é ferramenta imprescindível para que se avalie a riqueza natural e, com isso promover o desenvolvimento atento em respeitar os três objetivos da CDB. No Peru é dito que a diversidade biológica é patrimônio natural da Nação, os pontos relativos ao tema da convenção foram incorporados à nova Constituição Política do Peru, 1993. O Artigo nº 68 obriga “a promover a conservação de biodiversidade em áreas protegidas” (PERU, 1997, p. 9). Isso cria proximidade de objetivos.

O Estado ratifica a CDB por meio da Resolução Legislativa nº 26.181, de 3 de abril de 1993, pela qual está obrigado a promover a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a distribuição justa e equitativa de seus benefícios, como estabelece os objetivos da convenção. De acordo com o artigo 6º do citado documento jurídico internacional deve elaborar estratégias, planos e programas nacionais para a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica do país. A ENDB como política pública cumpre com tais determinações e dá a conhecer as riquezas naturais que o país possui.

Para tal, o governo peruano se voltou ao atendimento da CDB apoiado em sua lei máxima. O Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) havia sido criado em 1977, em 1989 os primeiros estudos sobre a diversidade biológica foram realizados. Em 1990 conseguiu-se fazer a primeira oficina de avaliação dos recursos naturais e em 1991 o Plano Diretor do SNUC é aprovado. No ano de 1992 o país firma o acordo com a Convenção e, com isso a Comisión Nacional de Diversidad Biológica (CNDB) é criada pelo D.S. nº 227-97/RE. O segundo estudo sobre a diversidade biológica acontece em 1994. (PERU, 2009). O país se organiza para o compromisso assumido. O esquema 3 é demonstrativo desta organização.

**Esquema 3-** Configuração das Relações Interinstitucionais Nacionais e Internacionais no Peru



A configuração das relações nacionais internacionais criadas permite maior capilaridade para o empreendimento. O MINAN e os órgãos que o compõem criam alianças com governo regional e com isso aproximam a sociedade civil, bem como o empresariado. Ainda assim, o PNUD é o programa das nações unidas que vai dar os rumos para os estudos na construção da estratégia de biodiversidade para Loreto.

Em 1995 são criados sete comitês regionais para a elaboração da ENDB. A partir de então, em 1997, inicia-se a preparação da ENDB e aprova-se a Lei nº 26.839 sobre a Conservação e Aproveitamento da Diversidade Biológica. Esta lei refere-se às Áreas Naturais Protegidas (ANP). No ano seguinte são criados 17 comitês regionais para a elaboração da ENDB. Em 1999 são elaboradas as estratégias regionais e aprova-se o Plano Diretor do Sistema Nacional de Áreas Naturais Protegidas pelo Estado (SINANPE). Em 2000 a ENDB é entregue e em 2001 é aprovada (PERU, 2009). O país está pronto para seguir os planos estratégico para a biodiversidade.

A organização da infraestrutura das instituições públicas para atender as demandas contribui para a aprovação em 2003 do Programa de Agrobiodiversidade e cria-se a Intendência de ANP no Instituto Nacional de Recursos Naturais (INRENA). Em 2004, institui-se o Programa Nacional de Promoção do Biocomércio e no ano seguinte iniciam os trabalhos para a elaboração do Programa de Diversidade Biológica Marinho Costeira, dando-se atenção a este bioma. Eventos são realizados, como o I Simpósio Internacional sobre Espécies Exóticas Invasoras, em 2006. A mobilização para a ocorrência dos eventos e entrega dos estudos assegura parcerias necessárias.

A primeira oficina nacional sobre informatização de coleções biológicas ocorre em 2007, momento em que planejam a forma de arquivar riquezas dispersas em modelos digitalizados de catalogação. Tais informações conseguidas do bioma Amazônia, principalmente, propiciou a criação em 2008 do Ministério do Ambiente (MINAM), por meio do Decreto Legislativo nº 1013-13.05.2008-MINAM. O mesmo decreto cria também o Serviço Nacional de Áreas Naturais Protegidas (SERNANP) em 14.05.2008 (PERU, 2009), o qual fica sob a jurisdição do MINAM.

A ENDB foi elaborada com o apoio de instituições governamentais e não governamentais. Dentre elas, conta-se com o CONAM, a Presidência da CDB, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), via Projeto Estratégia e Plano de Ação para a Conservação e uso Sustentável da Diversidade Biológica, a Secretaria Geral da Comunidade Andina (BIOMAZ), o Convênio Peru/Finlândia, por meio do Projeto Diversidade Biológica da Amazônia Peruana e Comitê Peruano da UICN, com o Projeto

Fortalecimento das capacidades nacionais na América do Sul para Conservação e uso Sustentável da Biodiversidade, o Banco Interamericano do Desenvolvimento e a sociedade civil. Todos envolvidos na preparação da estratégia peruana.

O Conselho Nacional do Ambiente menciona no documento ENDB

La Estrategia Nacional sobre Diversidad Biológica es una visión estratégica compartida, consensual, y comprometida con el desarrollo nacional, que orienta las acciones futuras para generar beneficios ecológicos económicos y sociales para las presentes y futuras generaciones. Con ello el Perú contribuirá al mantenimiento de los procesos ecológicos y de la vida en la biosfera (PERU, 2001, p. 15).

O processo participativo e consensual é ponto fundamental na elaboração dos documentos, pois é o plano do país para vários programas e projetos serem desenvolvidos, onde a economia não deve ser pensada isoladamente.

A elaboração do ENDB envolve diferentes esferas da sociedade, conforme se mencionou. Além disso, veja-se em números a construção de tal documento no âmbito nacional: 19 estratégias departamentais, como a Estratégia Regional de Diversidade Biológica Amazônica, onde se encontra a Estratégia de Loreto. Foram 19 a 24 departamentos envolvidos; 25 oficinas para concentrar os diagnósticos regionais e as prioridades em cada zona do país; 25 oficinas para concentrar as ações sobre Diversidade Biológica; quatro oficinas para consulta de documentos macrorregionais (PERU, 2001, p. 22). Larga contribuição para dar conta do empreendimento agendado com a CDB.

Organizaram-se mais oito oficinas para consulta de documentos sobre a diversidade biológica na Amazônia; seis trabalhos organizados pela UICN e duas oficinas para a atualização de conteúdo da ENDB preparados pela UICN. No que se refere a processos estratégicos que ocorreram de maneira descentralizada menciona-se o Plano Nacional de Ação Florestal (PNAF) de 1988-1990; a Estratégia Nacional para a Conservação (ENC) de 1988-1990; o Plano Diretor do Sistema de Áreas Naturais Protegidas pelo Estado (SINANPE) de 1995-1999; a Estratégia Nacional sobre Diversidade Biológica, de 1998-2001; e a Proposta Nacional de Educação, 2001. Todos voltados para apoio à elaboração da ENDB.

De acordo com os relatórios expressos nos planos estratégicos de ação a participação dos cidadãos no processo regional para a elaboração da ENDB conta com a colaboração de 25 comunidades campesinas e nativas; 753 cientistas, em média de 30% estiveram presentes nos comitês departamentais; 28 municípios; 58 meios de comunicação; 80% a média de participação de instituições do governo, conforme afirmam os documentos (PERU, 2001). Assim, desde que o Peru firma com a CDB em 1992, a mobilização das instituições

governamentais direcionou-se para a elaboração da ENDB, a qual foi forjada a partir de muita pesquisa, projetos, oficinas participação e decisões tomadas a todo o momento.

### **5.5 Estratégia e Plano de Ação para a Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica no Peru (Estratégia e Plano de Ação do Peru). *Strategy and Action Plan for the Conservation and Sustainable use of Biological Diversity in Peru (GEF Project ID 247)***

A Estratégia e Plano de Ação para a Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica no Peru (Estratégia e Plano de Ação do Peru). *Strategy and Action Plan for the Conservation and Sustainable use of Biological Diversity in Peru (GEF Project ID 247)* foi firmada em julho de 1997, entre o governo peruano e o GEF, o qual utilizou o Banco Mundial como administrador dos seus recursos (GEF, 1997, p. 15). O projeto foi aprovado em 1997 e teve a duração de 14 meses.

Foram 49 projetos aprovados pelo GEF, os quais abordavam temas sobre terra, degradação, mudança climática, resíduos químicos, poluentes orgânicos, biossegurança, proteção da floresta, alívio da pobreza, energia renovável, conservação, uso sustentável e biodiversidade. O projeto Estratégia e Plano de Ação do Peru abordava o tema biodiversidade e teve o PNUD como órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) responsável por seu desenvolvimento. Os resultados deste trabalho contribuíram em muito com as finalidades para a formulação da ENDB.

O corpo técnico do projeto distribuiu-se nas três instâncias governamentais, Executivo, Legislativo e Judiciário. O MINAM supervisiona o CONAM, o CONADIB e a CONABIO, como instituições em nível federal que presidem as secretarias técnicas. A CONABIO tem a responsabilidade de supervisionar a Estratégias Nacionais de Biodiversidade e Planos de Ação (ENBPA), visto ser o projeto nacional diretor. No nível operacional ficou a secretaria técnica que coordena os aspectos técnicos do projeto. A estrutura do MINAM organiza-se, visto que além da ENDB as atualizações devem ser feitas, conforme os resultados das COPS.

Estas secretarias são compostas por representantes do CONAM, INRENA, Ministerio de *Relaciones Exteriores del Perú* (RREE), Asociación Peruana para la Conservación de la Naturaleza (*APECO*), ONG, IIAP, Mercado Industrial Peruano (MIPE) e Consejo Nacional de Ciencia, Tecnología e Innovación Tecnológica (CONCYTEC). Outros fizeram parte da equipe: um especialista nacional sobre biodiversidade, um consultor nacional e um consultor internacional.

O projeto Estratégia e Plano de Ação do Peru tem como objetivo formular a estratégia nacional e o plano de ação para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica num contexto de desenvolvimento nacional e de alívio da pobreza. O projeto tem como objetivo desenvolver o primeiro relatório nacional de acordo com a CBD (PERU, 1997). A proposta é um grande desafio, visto que se quer fazer o levantamento das riquezas naturais do país em uma década que o país vivia grandes conflitos e instabilidade social, contudo precisava-se dar atenção ao acordo feito com a convenção.

O projeto Estratégia e Plano de Ação do Peru justifica-se pelos resultados da convenção, a qual estabelece em seu artigo 6º a elaboração de planos, programas e projetos, mas também, pela necessidade de se trazer ao conhecimento público os recursos naturais existentes no país. Além disso, abrem-se caminhos para a elaboração das estratégias dos departamentos que compõem o bioma Amazônia, especialmente o de Loreto. O projeto tem outros propósitos que se somam para que o país alcance o que foi acertado com a CBD.

A metodologia consiste na seleção de pontos focais escolhidos para se delimitar o espaço de estudo. Os mesmos são as macrozonas peruanas: norte, sul, centro e áreas florestais subdivididas em 15 regiões administrativas ricas em biodiversidade, as quais serão coordenadas por secretaria técnica multissetoriais e a CONABIO. Outra será a utilização de técnicas como *workshops*, oficinas de planejamento participativo, grupos de trabalhos multidisciplinares para a utilização de dinâmicas, as quais internalizam novos conhecimentos acerca da biodiversidade, de calendário e de consultas. Desta maneira conseguem obter as informações para o desenvolvimento do projeto.

A Figura 24 mostra como o Peru se organizou com os pontos focais e é possível verificar como se abrangeu ao mesmo tempo vários departamentos interligando-os. O fato é que em diferentes regiões foram trabalhadas as oficinas e workshops para obter-se os dados tanto da Amazônia quanto das demais regiões.



**Figura 8-** Pontos focais espalhados pelos departamentos para elaboração da ENPB



**Fonte:** Dados obtidos do estudo (Peru, 2009). Organizados por Marlinda M. Patrício (2017).

Os *workshops* a serem realizados em cada área recebem as diretrizes preparadas pelo *World Resources Institute (WRI)*, (*International Union for Conservation of Nature-UICN*<sup>136</sup>) e o de “Estudo de país” desenvolvido pelo PNUMA (1995<sup>137</sup>), os quais devem estabelecer um

<sup>136</sup> A União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), criada em 1948, é uma organização internacional composta por mais de 1.200 membros governamentais e não governamentais. Seu objetivo é promover a conservação da natureza e o uso sustentável dos recursos naturais em todo o mundo. Esta organização também se concentra em questões como a pobreza, a igualdade de gênero e práticas comerciais sustentáveis, a fim de atender seu objetivo principal. Para atingir seu objetivo (*WORLDATLAS, 2017*), a organização se dedica ao trabalho de campo, coleta e análise de dados, *lobbying* e divulgação da educação pública.

<sup>137</sup> O “Estudo de país” do PNUMA aconteceu em duas fases. Na primeira fase, quando se preparava o evento da CNUMAD e CDB. Na segunda fase, pós-eventos, assumiu uma série de *surveys* em recursos biológicos em oito regiões do país: Madre de Dios, Cuzco, Iquitos, Piura Cajamarca, Huaraz, Arequipa, Huancayo. Neste momento desenvolveram, num período extensivo de estudo, estratégias nacionais de biodiversidade. Esta fase proporcionou um contributo considerável para a elaboração do inventário proposto neste projeto, que incluiu as regiões que não foram abarcadas no estudo do PNUMA-Pucalpa, Puno, Moquegua, Huancayo, Tarapoto

nível de conhecimento uniforme que facilite o detalhamento cuidadoso do trabalho. As oficinas cuidam da representação das diferentes formas de comunicação de massa (TV, rádio, jornal, etc.) para apresentar os principais objetivos da CDB. Estes são os caminhos que o PNUD/CONABIO/CONAM buscaram.

Ressaltam-se os critérios operacionais utilizados, como contribuições<sup>138</sup> para o fortalecimento institucional, por exemplo, do CONAM e a utilização de estudos atuais e recentemente concluídos, que tratam das preocupações ambientais e da biodiversidade, como: (1) Projeto de Gestão Ambiental e Recursos Naturais financiados pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development (USAID)*<sup>139</sup>), que ofereceu contribuição positiva para este projeto, na medida em que aumentou a receptividade e a participação dos *stakeholders*.

Além desses, no que se refere à conservação *in situ*, o presente projeto se inspira: 1) nas diretrizes do Plano Estratégico de Áreas Protegidas (PEAP), (*The Protected Areas Strategic Plan-PSAP*<sup>140</sup>); 2) nos dados socioeconômicos e ambientais do Instituto Nacional de Estatística; 3) no Plano de Ação da Comissão Nacional de Desertificação; 4) os dados do Fundo Fiduciário Nacional para Áreas Protegidas para o qual o GEF contribuiu com US\$ 5,5 milhões; 5) os projetos Estratégia Nacional para a Conservação de Zonas Úmidas (1996) e Estratégia para a Biodiversidade e Conservação no Norte do Peru (1993); e 6) informações do projeto para conservação *in situ cultivars* financiado pelo GEF e PDF.

A estratégia de ação desenvolvida ocorreu por meio de uma série de iniciativas regionais coordenadas e integradas. A tática é destinada a países megadiversos com características multiculturais. O método de ação atuou em quatro macrozonas e subdividido em 15 regiões, que corresponde às divisões administrativas do país. Escolheram-se excepcionalmente as áreas ricas em biodiversidade, Cuzco, Madre de Dios e Cajamarca. As iniciativas regionais (GEF, 1997, p. 18) ficaram sob a coordenação das secretarias técnicas multissetoriais, as quais foram convocadas para desenvolver a estratégia em nível operacional.

---

(florestas com plantações de coca), Trujillo, Lima e Tumbes. Além disso, os estudos em regiões cobertos pelo projeto do PNUMA não estavam completos. Piura e Huanaco, por exemplo, não obtiveram informações completas sobre as espécies, processos de degradação dos ecossistemas e, a causa da perda de biodiversidade bem como dos recursos potenciais. Finalmente, o estudo do PNUMA (GEF, 1997, p. 19) não incluiu uma revisão completa das capacidades nacionais, da biotecnologia, da investigação, das áreas protegidas, das aptidões de gestão nacionais e regionais ou dos recursos financeiros nacionais e da cooperação internacional.

<sup>138</sup> O Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID) contribuiu para o fortalecimento das instituições ambientais envolvidas, munindo-as com estrutura física e de recursos humanos para a gestão ambiental em melhores condições.

<sup>139</sup> A instituição visa aumentar a conscientização sobre as questões ambientais e dirimir preocupações ambiental, por falta de conhecimento em diferentes setores, bem como fortalecer o diálogo sobre políticas ambientais.

<sup>140</sup> O projeto foi formulado pela GTZ Projeto sobre o Tratado de Cooperação Amazônica, o qual desenvolveu diretrizes para a conservação e uso sustentável da biodiversidade amazônica.

Em princípio, os membros das secretarias e a CONABIO recebem o conhecimento mais uniforme sobre biodiversidade para facilitar o trabalho. O calendário e as consultas foram utilizados durante todo o processo como maneira de comunicação e organização dos assuntos. Além disso, fizeram a abordagem sobre custos para aumentar a consciência das pessoas envolvidas sobre a biodiversidade, bem como suas participações no processo Estratégias Nacionais de Biodiversidade e Planos de Ação (ENBPA<sup>141</sup>) (acrônimo em inglês *National Biodiversity Strategies and Action Plans NBSAP*<sup>142</sup>).

O primeiro passo da formulação da estratégia de ação envolve o inventário de questões relacionadas com a biodiversidade para completar o recente estudo de país feito pelo PNUMA. Isso inclui avaliação de questões trans-setoriais, capacidades institucionais humanas, questões legais e lacunas de identificação. Os resultados desta avaliação complementar são utilizados pela secretaria técnica, junto ao “Estudo de país” do PNUMA e a CDB, para produzir um documento que sirva de base para consultas regionais, as quais atendam a fase de identificação de opções.

Esta identificação realiza-se em nível regional, por meio de oficinas de planejamento participativo, ocorrida em cada uma das divisões administrativas do país, selecionadas neste projeto. As oficinas contam com a participação<sup>143</sup> de partes interessadas dos setores públicos e privados, como: universidades, representantes da sociedade civil locais, especialistas, civis e ONG. Cada oficina é liderada por uma equipe de facilitadores contratados para permitir que as mesmas aconteçam em um curto espaço de tempo. Assim, garante-se o uso de técnicas projetadas para o planejamento participativo de grupos multidisciplinares e multiétnicos.

Tendo em vista o número de oficinas planejadas, uma sessão de coordenação realiza-se com esta equipe de facilitadores para definir claramente os objetivos e o formato comum para a apresentação dos resultados. Cada região identifica opções para a implementação da CDB e prioridades para região específica, o que determina papéis, responsabilidades, recursos e prazos para sua execução. Isso permite o alinhamento das ações.

---

<sup>141</sup> O projeto financiado pelo GEF apresenta este título *Strategy and Action Plan for the Conservation and Sustainable use of Biological Diversity in Peru* inclusive na própria página do site do GEF Project ID 247. No entanto, no referido projeto a referência é feita a Estratégias Nacionais de Biodiversidade e Planos de Ação-ENBPA (acrônimo *National Biodiversity Strategies and Action Plans-NBSAP*). Por todo o projeto está a sigla que utilizam, portanto não se referem a que está no título de identificação do projeto. Por isso se decidiu utilizar a que está no título do projeto e no site do GEF.

<sup>142</sup> Vale entrar no site da NBSAP <<https://www.cbd.int/nbsap/introduction.shtml>>, visto que se trata da explicação dos artigos da CDB, do exame mais apurado.

<sup>143</sup> Sempre que possível o grupo de trabalho multidisciplinar criado no âmbito do Estudo de país do PNUMA sobre a biodiversidade rural oferece seu apoio.

Os coordenadores com o apoio das secretarias técnicas reveem e integram as respectivas propostas regionais em quatro projetos de estratégias e planos de ação, os quais cobrem as zonas norte, sul, centro e florestal do país. Em seguida, realiza-se um encontro nacional, com cerca de 100 participantes, incluindo a CONABIO, a secretaria técnica com os coordenadores de zonas macro e dos pontos focais regionais para revisar as estratégias e alinhá-las com as políticas nacionais e possíveis fontes de financiamento. Com o apoio de consultores nacionais se unifica quatro estratégias num projeto de ENBPA, que tenha em conta as diferenças regionais e suas prioridades.

O projeto da ENBPA submete-se à consulta de diversos âmbitos do setor privado, incluindo Associação de Exportadores, Câmara Nacional de Florestas, associações industriais, organizações profissionais e acadêmicas, para confirmar e coordenar as metas propostas e as estratégias de implementação. A secretaria técnica finaliza a ENBPA com base nestas consultas quando a apresenta para uma rodada final de consultas no alto escalão de políticas, como os decisores da Presidência da República, do Conselho de Ministros e do Congresso para aprovação.

Uma vez aprovado, o ENBPA é distribuído aos ministérios para incorporação em processos de planeamento e programas específicos. Desta feita, um consultor nacional é contratado para desenvolver uma versão menos técnica, mais acessível, para ser difundida pela ampla sociedade civil. O primeiro relatório para a CDB foi desenvolvido pela secretaria técnica, com a ajuda de um consultor nacional. Em vista do prazo de dezembro de 1997 para apresentação deste relatório, o mesmo baseou-se no primeiro esboço do ENBPA. O projeto foi financiado 100% pelo GEF (GEF, 1997, p. 22) e teve uns custos de US\$ 102,650 em produtos, US\$ 115,250 em processos, num total de US\$ 217,900.

Os resultados do projeto são a elaboração do projeto da ENBPA; preparação de inventários<sup>144</sup>; produção do primeiro relatório para a CDB; definição de ações prioritárias para as regiões do estudo. Ainda, realizou uma série de pesquisas sobre os recursos biológicos em oito regiões do país; forneceram-se informações sobre áreas específicas de alto risco e espécies ameaçadas; desenvolveu-se a estrutura de um banco de dados vinculado ao Sistema de Informação Geográfica (SIG) (*Geographic Information System (GIS)*<sup>145</sup>) do acrônimo

---

<sup>144</sup> Tem o propósito também de preencher as lacunas deixadas pelo projeto do PNUMA e avançar na pesquisa sobre a biodiversidade nas regiões mencionadas.

<sup>145</sup> O Sistema de Informação Geográfica (SIG, 2017) é um sistema de *hardware*, *software*, informação espacial, procedimentos computacionais e recursos humanos que permite e facilita a análise, gestão ou representação do espaço e dos fenômenos que nele ocorrem.

inglês); formulou-se projetos de estratégias regionais; e até formou-se os centros de dados regionais em universidades e instituições de pesquisas.

Além disso, produziram-se oito mapas temáticos sobre solo, hidrologia, recursos florestais, recursos genéticos de importância socioeconômica, vida selvagem, áreas naturais protegidas, uso apropriado em comunidades e ou grupos étnicos e em se tratando de recursos humanos treinou-se profissionais em coleta de dados sobre biodiversidade. Ademais, o projeto se propôs a complementar o estudo do PNUMA e examinar a existência de informações sobre populações de espécies ameaçadas não incluídas na primeira parte do estudo. Este último resultado foi bastante esperado quando se formulou os propósitos do projeto Estratégia e Plano de Ação do Peru. Vê-se que foram amplos e variados os resultados obtidos a partir deste projeto garantindo o compromisso com a CDB.

Mas, além de tudo isso, os resultados se multiplicaram, visto que os departamentos elaboraram Planos de Ação da Estratégia Regional da Diversidade Biológica da Região do Amazonas. Nesta proposta foi realizado o Plano de Ação de Ucayali, San Martin, Madre de Dios e Loreto<sup>146</sup>. Os planos foram preparados num convênio entre o IIAP e Finlândia, Projeto Diversidade Biológica da Amazônia Peruana, Peru-Finlândia (Projeto BIODAMAZ). Desenvolveram-se propostas de Plano de Ação da Estratégia Regional de Diversidade Biológica (PAERDB) para atender esses departamentos. Para este estudo, focou-se no departamento de Loreto.

Contudo, duas tarefas ficaram para depois (GEF, 1997, p 24): 1) A Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável produzido em 1991 (*The National Strategy for Sustainable Development (DSP)*), a qual contém informações básicas sobre o uso sustentável da biodiversidade no Peru. Contudo, não foi utilizado devido à ausência de elementos da política governamental, portanto, deixou-se para ser visto posteriormente, à luz da CDB; 2) O plano estratégico de áreas protegidas (*The Protected Areas Strategic Plan (PASP)*) conta com objetivos preliminares para a conservação da biodiversidade *in situ*, o mesmo será revisto e ampliado para incluir nas questões mais gerais deste projeto.

Dos resultados do projeto Estratégia e Plano de Ação do Peru (GEF, 1997) três são fios condutores para verificar se o que foi determinado pela CDB e ENDB é aplicado na RNAM. Veja-se: 1) definição de ações prioritárias para as regiões do estudo; 2) áreas naturais protegidas; e 3) projetos de estratégias regionais. Tais decorrências estabelecem um elo com os interesses que se têm sobre o departamento de Loreto, mais especificamente a província de

---

<sup>146</sup> De acordo com Ordinola (2003) juntos, representam 60% da região Amazônica peruana e contêm a maioria dos ecossistemas de Selva alta a 1500 até a selva baixa 150 msnm.

Maynas, capital Iquitos, bem como os distritos de San Juan Bautista e Alto Nanay. Trazem-se estes três temas para não se distanciar de pontos fundamentais.

### 5.5.1 O Departamento de Loreto, os resultados e a consolidação da RNAM

A Estratégia Regional da Diversidade Biológica de Loreto (ERDBL<sup>147</sup>) sistematiza a situação das questões atuais relacionadas à biodiversidade na região. O bioma Amazônia no departamento de Loreto enfrenta problemas ambientais, resultado de ações antrópicas de níveis locais, regionais e nacionais. A fragilidade da dinâmica e processos biológicos ecológicos, atrelada à falta de conhecimentos e tecnologias apropriadas agrava a situação. A ocupação desordenada de novas terras, a construção de estradas, o desmatamento, a extração de hidrocarbonetos, e a mineração de ouro, construíram um ambiente desordenado, que gera demandas da biodiversidade.

Ressalta-se que os problemas de declínio da biodiversidade têm sido tratados regionalmente por meio da utilização sustentável, que considera o ambiente essencial para a segurança alimentar, pois fornece abundância de víveres para a população regional. A pesca é o principal alimento, com a estimativa de que o consumo em área rural seja de 56 kg por pessoa ao ano, em média, e na cidade de Iquitos estima-se que o consumo de peixe fresco venha dobrando desde o ano de 2000 a 2010. Este consumo abre possibilidades para negócios com abertura para a sustentabilidade o que se vai ver adiante.

Em relação aos recursos florestais, incluem-se espécies de madeira de maior valor industrial, como cedro, mogno, sumaúma, caspi (*Caraipa spp.*), lagarto, parafuso, marupá (*Simarouba Amara*), aňuje moena no Peru (*Beilschmiedia brasiliensis*) (ALLONSO, 2006; IIAP, 2007a). Todas madeiras com grande comercialização em Iquitos, e boa parte é possível que seja retirada ilegalmente da RNAM.

O desenvolvimento de tecnologias, a interação e o acesso à informação desempenham papel essencial para o incremento da aquicultura, da silvicultura, das iniciativas do

---

<sup>147</sup> A lei estabelece que estratégias, programas e planos da ENDB devem ser formulados de maneira participativa, incluindo os seus resultados com prioridades políticas de desenvolvimento. A ENDB tornou-se o quadro fundamental para a criação de estratégias mais específicas, dando origem à Estratégia Regional Biodiversidade Amazônica (ERDBA), publicada em 2001. Além disso, a Lei Orgânica de Governos Regionais (Lei nº 27.867) alteradas pela Lei nº 27.902, em seu artigo 53, alínea “c”, dá aos governos regionais o papel de formular, coordenar, dirigir e supervisionar a implementação das estratégias de biodiversidade regional no âmbito da estratégia nacional, respectivamente. Coerente com isso, o Governo Regional de Loreto emitiu a Portaria Regional nº 008-2004-CR/GRL, aprovando a Política Ambiental Regional. Em seu Artigo 2, parágrafo “5”, exibido pela COMISIÓN (2006, p.22) formaliza a política de promoção da conservação da diversidade biológica e inverte a degradação de processos do ecossistema no território regional.

agronegócio e da “zoocrianza”<sup>148</sup>, articulada ao desenvolvimento de capacidades e de investigação, bem como a processos de certificação do biocomércio e mercado de carbono (COMISIÓN, 2006, p. 11). As inovações tecnológicas, assim como a tecnologia local, devem também estarem aliadas para o desenvolvimento e a sustentabilidade no uso dos recursos biodiversos nas comunidades.

Diante das análises e orientações quanto ao processo de participação na elaboração da ERDB-Loreto<sup>149</sup> identificaram-se cinco objetivos para a gestão do projeto: 1) garantir a representatividade e a viabilidade da diversidade biológica; 2) inverter os processos de deterioração da biodiversidade do bioma Amazônia; 3) estabelecer linhas de produção competitivas baseadas na biodiversidade; 4) consolidar o conhecimento da diversidade cultural amazônica sobre o uso e a conservação da biodiversidade; 5) desenvolver e fortalecer a gestão da conservação participativa e uso da biodiversidade sustentável. Espera-se que a ERDB-Loreto oriente a política e a ação para a sustentabilidade.

Os objetivos atendem as realidades que se quer assegurar nas APNU, na medida em que todos estão voltados para a conservação da biodiversidade, o acesso para todos sobre os recursos naturais, a participação da população, especialmente a local, na segurança desta biodiversidade, bem como seu uso por longo prazo, que alcance as gerações seguintes. Tanto a CDB como a ENDB e ERDB-Loreto defendem estas ideias. A Estratégia e Plano de Ação do Peru, projeto descrito anteriormente, o qual deu base para a formação da estratégia para Loreto defende ideias análogas, simétricas para que os objetivos de todos estes planos alcancem o que a convenção determinou.

O departamento de Loreto apresenta várias áreas naturais protegidas como o Parque Nacional Cordilheira Azul (Base legal - D.S. nº 031-2001-AG, de 21.05.2001, localizada em San Martín, Loreto, Ucayali e Huanuco, com extensão/hectare de 1.353.190,84); Reserva

---

<sup>148</sup> É a criação de animais não domésticos em condições de cativeiro ou semicativeiro, de modo que através da manutenção, crescimento ou a reprodução de indivíduos se atendam exigências ou necessidades humanas imperiosas a ciência e a conservação (GONZÁLEZ-FERNÁNDEZ, 2011). No México as práticas de zoocrianza são respaldadas pelo conceito da Unidade de Gestão e Uso Sustentável da Vida Selvagem (UMA) concebido na Lei Geral de vida selvagem (Jornal Oficial da Federação, 2002).

<sup>149</sup> O processo de elaboração da ERDB-Loreto sustenta-se nos seguintes documentos: 1) Convenio sobre la Diversidad Biológica, 1992; 2) Estudio Nacional de Diversidad Biológica (INRENA, 1997); 3) Estrategia Nacional de la Diversidad Biológica (CONAM, 2001); 4) Visão de Desenvolvimento da Amazônia Peruana (IIAP, 1998); 5) Lei General do Ambiente e Lei nº 28.611 (2005); 6) Sistema de Informação da Diversidade Biológica e Ambiental na Amazônia Peruana (SIAMAZONIA); 7) Estratégia Regional de Diversidad Biológica Amazônica (2001) e seu Plano de Ação; 8) Política Ambiental Regional de Loreto, Ordenamento Regional nº 008-2004-CR/GRL; 9) Lei Orgânica dos Governos Regionais (Lei nº 27.867, modificada pela Lei nº 27.902 em seu artigo 53º, inciso “c”); 10) Plano e Agenda Ambiental Regional de Loreto para 2010 (Portaria Regional nº 022-2004-CR/GRL) (COMISIÓN, 2006, p 24).

Nacional Pacaya Samiria<sup>150</sup> (Base legal D.S. nº 016-82-AG, de 04.02.1982, localizada em Loreto, com extensão/hectares de 2.080.000); Reserva Nacional Allpahuayo-Mishana (Base legal D.S. nº 002-2004-AG, de 16.01.2004, localizada em Loreto, com extensão de 58.069) (COMISIÓN, 2006, p. 44). Todas com suas categorizações e delimitações definidas.

Além dessas existem três zonas reservadas em processo de categorização, Gueppí (Base legal D.S. nº 003-97-AG, de 03.04.1997, localizada em Loreto, com extensão/hectares de 625.971); Santiago Comaina (Base legal, D.S. nº 005-99-AG, de 06.07.2000, localizada no Amazonas e Loreto, com extensão/hectares de 1.642.567) e Pucacuro (Base legal R.M. Nº 411-2005-AG de 21.04.2005, localizada em Loreto, com extensão/hectares de 637.918). Entende-se que a estratégia para a conservação dos recursos naturais e da biodiversidade consiste em estabelecer áreas reservadas.

A RNAM teve seus estudos realizados com o apoio financeiro do INRENA, *World Wildlife Fund (WWF)* - Programa Peru (WWF-PP) e do Projeto Araucaria Amazonas Nauta da Agencia Española de Cooperación Internacional (AECI). As iniciativas para a proteção desta área têm registro de 1982, quando a área em torno de Mishana (uma comunidade) foi declarada Reserva em Estudo com 34,513 hectares, por meio da Resolução nº 217 da Região Agrária XXII de Loreto. Em princípio era a proteção da floresta, na qual já tinham sido realizados alguns estudos científicos sobre a riqueza da biodiversidade local. A comunidade científica redobrou atenção para o lugar.

O IIAP em 1994 elaborou uma proposta de Reserva Produtiva para o manejo dos recursos florestal e fauna silvestre, aos cuidados de dois pesquisadores dessa instituição, o que não ocorreu. Em 1996 o processo de zonificação ecológica econômica (ZEE) foi realizado pelo IIAP para a área de influência do eixo da rodovia Iquitos-Nauta. Este trabalho foi concluído com Proposta Preliminar de ZEE em 2002 identificando o setor Allpahuayo-Mishana como área de interesse para a conservação e de ecossistema singular e de alta biodiversidade. O trabalho teve o apoio do Conselho Transitório Regional de Loreto (CTAR-Loreto) e a AECI. A partir daí vários estudos foram realizados.

A conformação da paisagem da RNAM, resultando de diversos processos históricos, geológicos e climáticos é um dos motivos que explica a extraordinária biodiversidade amazônica. As pesquisas demonstram que a Amazônia não é uniforme como se pensava, constituindo-se por centros de distintos tipos de florestas, que crescem sobre solos de distintas origens, idade, estado de meteorização, textura e conteúdo de nutrientes. Na floresta de areia

---

<sup>150</sup> Pacaya Samiria é reconhecida como sítio Ramsar, pela Convenção Mundial do Pantanal.



branca ou *varillales* mais de 98% dos nutrientes se encontram na vegetação (TORRES, 1995; IIAP, 2004; ALONSO, 2006). Esta especificidade faz da RNAM área de rica biodiversidade, com evidente fragilidade.

A RNAM, como excelente exemplo desta variabilidade ambiental, é formada por um autêntico mosaico de distintos tipos de solo, onde crescem diferentes formações vegetais, com comunidades de plantas e animais associados. Relembra Alonso (2006, p. 14) para se ter conhecimento

La arena del suelo es cuarzo puro e uma vez talado el bosque, la delgada capa vegetal de la superficie es lavada rapidamente por la lluvia e se vuelve completamente estéril, como se aprecia em cantera de arena blanca donde una vez creció um bosque de varillal similar.

Desta maneira, o mosaico apresenta cinco tipos de solo e vegetação.

Para a conservação dos nutrientes nas florestas de *varillales* as árvores investem 60% de seus recursos no sistema de raízes grandes que se entrelaçam absorvendo cada molécula de nutriente levado pelas chuvas. As florestas de *varillales* são ecossistemas edáficos em diferentes condições de drenagem, o que proporciona uma flora e fauna únicas, que se adequam a condições ambientais muito difíceis. A drenagem da floresta é feita pelo rio Nanay, que a submete ao seu regime de enchente e vazante.

As florestas inundáveis são as únicas conhecidas no Peru que formam igapós e guardam numerosas espécies de plantas especializadas e restritas a determinados lugares do imenso mosaico. Então, as florestas de *varillal* do tipo alto úmido, o dossel do bosque é bastante alto, o solo apresenta uma capa grossa de matéria orgânica e abundantes raízes. As árvores medem de 10 a 15 metros. A floresta de *varillal* alto seco apresenta a presença de matéria orgânica e as árvores medem de 10 a 15 metros. A floresta de *varillal* baixo e seco mantem a presença de matéria orgânica, porém sua vegetação mede em torno de 8 a 10 metros. Note-se a gradiente de solo e vegetação.

A floresta de *varillal* do tipo baixo úmido também apresenta capa grossa de matéria orgânica, muitas raízes e a média é de 8 a 10 metros de altura das árvores. E por último a floresta de *varillal* chamada de chamizal seco, a qual está submetida a condições extremas e suas árvores ficam anãs. A adaptação é similar ao do deserto com folhas suculentas e coriáceas. Isto para dizer da excentricidade da reserva (IIAP, 2007). Este tipo de floresta somente existe na Amazônia peruana em Loreto, San Martin e Amazonas. As espécies de árvores têm grande valor no mercado de madeira redonda, o que se tratará mais adiante.

A riqueza da fauna tem registro de 145 espécies de mamíferos, e entre os endêmicos e as castas raras de grande vulnerabilidade encontram-se os primatas. Existem 475 espécies de aves, das quais 21 em florestas de *varillales*, incluindo seis classes novas para a ciência e nove endêmicas da Ecorregião Napo. Os anais assinalam 83 anfíbios, cinco são raros. Há também 155 espécies de peixes entre eles vários são endêmicos, ressalta-se que 95% dos capturados possuem qualidades ornamentais. Têm os invertebrados pouco estudados, todavia estudos de entomologia são realizados. Muita pesquisa no campo das Ciências Biológicas e afins necessita ser realizada.

Note-se que em termos de biodiversidade a RNAM tem grande acervo natural, mas também abriga população de aproximadamente 900 pessoas distribuídas pelas nove comunidades. Apresenta-se a RNAM pelo rio Nanay; na margem direita de leste a oeste encontra-se as seguintes comunidades: leste: San Martin e Mishana; oeste: Anquilla. Dentro do bosque depara-se com as comunidades: sudoeste: Nova Esperança e Água Blanca; no centro: comunidades Yuto e El Porvenir e o Posto de Vigilância (PV) Yarana, que fica localizado na parte central do rio. Este é um ponto estratégico (SERNANP, 2004) para a vigilância de leste a oeste pelas águas escuras do Nanay.

**Fotografia 5-** Imagem da Comunidade de San Martin, às margens do rio Nanay dentro da reserva



**Fonte:** Imagem obtida em abril 2016. Marlinda M. Patrício (2017).

Na parte noroeste depara-se com a comunidade 15 de abril. A área é de grande circulação, visto sua proximidade com o distrito do Alto Nanay. Na direção sul e sudoeste da reserva não há comunidades instaladas nos igarapés, afluentes do rio Nanay. Segundo os guarda-parques “é uma região preservada e de bosques densos”. Contudo, existem vicinais que correm paralelas aos igarapés e que se aproximam desses limites. A área é fiscalizada, mas com muita dificuldade fazem o patrulhamento e acampamento no local. A sudeste da reserva, no km 28 da rodovia Iquitos-Nauta, está o PV Irapay.

Além do rio, as comunidades das margens mantêm caminhos, por meio de vicinais. Estas passagens os levam até os vizinhos que moram dentro do bosque no sentido sul da reserva. Os caminhos atravessam a porção sudoeste da reserva chegando até a rodovia Iquitos-Nauta. Estas vicinais conectam Mishana, Água Branca, bem como o PV Irapay, no km 28 da rodovia Iquitos-Nauta. Conectam-se também as comunidades de San Martin, a Nueva Esperanza e essa a San José, essa última na área de amortecimento da RNAM. A

comunicação, apesar de não ficarem próximos, não deixa de ocorrer. As notícias sempre chegam, apesar de à primeira vista, parecerem isolados.

Apresentam-se as comunidades que vivem na área de amortecimento, que são as que ficam no entorno da RNAM<sup>151</sup>. Tomam-se os vértices dos limites da reserva para descrever a área, assim como os quilômetros ao longo da rodovia. No limite norte, de oeste a leste – vértices de 1 a 20 estão as comunidades Libertad, Shiriana, Ayacucho, Yarina, Maravilla, Lagunas e Samito. As comunidades, conforme SERNANP (2004), estão na margem esquerda do rio Nanay. Além do rio, mantêm caminhos por terra entre uma e outra comunidade. Em nenhuma destas se teve a oportunidade de ir.

Adverte-se que a “opção” por ficar na zona de amortecimento não foi decisão consensual entre os moradores das comunidades deste vértice da reserva. A região tem relevo montanhoso e bastante diferente do relevo de planície que compõe a paisagem da bacia do rio Nanay, onde tem suas comunidades. Ocorre que no período da enchente o rio sobe e as famílias se deslocam mais para distante da margem, e quando chega o período da vazante retornam para suas antigas moradas. São dois ritmos de vida nas distintas estações do ano. As populações dessas comunidades, segundo os guarda-parques, depois optaram por ir mais para distante, onde é montanhoso colocando-os na zona de amortecimento, isso quando o limite norte foi definido.

Nos limites nordeste e sudeste entre os vértices 21, 22 e 23 o rio Nanay sai dos limites da reserva. Ao atravessar a área de amortecimento, segue em direção a Iquitos, onde vai desaguar no rio Amazonas. Paralelas ao rio e ligadas por acessos sem pavimentação como a estrada Llanchama-Quistococha, se localizam as comunidades Llanchama e Ninarumy. No Sudoeste, entre os vértices 24 a 26, há o trecho da área de amortecimento com uma comunidade, a qual denomina-se San José. Neste ponto os limites da reserva alcançam a rodovia Iquitos-Nauta.

Existe ainda outra estrada sem pavimentação neste trecho, denominada Llanchama-Varillal que vai encontrar numa extremidade a estrada Llanchama-Quistococha e a outra extremidade encontra a rodovia Iquitos-Nauta. A comunidade San José era o local onde ficava a antiga fazenda Vitoria Regia de propriedade particular, hoje não mais existente. Apesar de não haver muitas comunidades, as estradas e a rodovia dão acesso fácil à área de amortecimento, o que conseqüentemente fragiliza o lado sudoeste da reserva. A estrada

---

<sup>151</sup> A reserva tem 10 km de contorno.



Iquitos-Nauta adentra na área de amortecimento da reserva entre o km 16 a 17 e segue até o km 23 quando toca o vértice 26 da reserva.

**Fotografia 6-** Imagem da comunidade Llanchama na área de amortecimento da reserva



**Fonte:** Dados obtidos abril 2016. Marlinda M. Patrício (2017).

Do lado esquerdo dessa rodovia tem-se a comunidade San José, no km 22, do lado direito da Iquitos-Nauta; no km 21 na área de amortecimento têm-se as comunidades Nova Milagro e três de Octubre. Ente os km 22 e 23 da rodovia, na área de amortecimento, existiam instalações da Biodiversidade Amazônica (BIOAM<sup>152</sup>), segundo os guarda-parques “hoje existe apenas uma criação de porcos. O local era uma propriedade particular, onde promoviam turismo. Existe um engenheiro peruano, que cuida do local hoje”. Note-se que a área também era ocupada por propriedades particulares.

Do vértice 26 da reserva no km 25 inicia-se o limite da reserva com sobreposição da rodovia Iquitos-Nauta. Isso vai até o vértice 28 entre os km 31 e 32, onde finda o limite da reserva e o da rodovia nesta dupla fronteira. El Dorado, no km 25, e 13 de Febrero, no km 32, são as comunidades que estão nas beiradas da reserva e dentro da área de amortecimento, em

<sup>152</sup> Realizava estudo no ano de 2003 com animais em seu “zoocriadero”, localizado no km 23 da rodovia Iquitos-Nauta, cidade de Iquitos, departamento de Loreto, Peru.

dupla situação. Contudo, existe diferença entre estas comunidades que se localizam nas margens da rodovia daquelas do vértice 1 a 20, que estão às margens do rio Nanay. As da rodovia mantêm-se no mesmo lugar e não estão sob o regime das águas de rio. Portanto, possuem uma condição melhor definida.

No km 29 os guarda-parques mencionaram que havia instalações do Fundo PIURA<sup>153</sup> “era uma instalação estadunidense”, hoje sem ocupação no local. O posto de vigilância do SERNANP fica no km 28. No vértice 28 a rodovia segue rumo ao sul e sai da área de amortecimento da reserva e entre os km 37 e 38 se distancia desta. Neste espaço, a sudeste da área do lado direito da rodovia, ainda na área de amortecimento, localizam-se as comunidades de Belén de Juda, 24 de Junio, 5 de Junio e Angel Cardenas. Nesta área funcionou o Órgão Técnico de Administração Especial (OTAE) do Governo Regional de Loreto (GOREL).

No limite sul estão os vértices 29, 30 a 35. Entre os vértices 29 e 34 a área de amortecimento é cortada na diagonal pela rodovia Iquitos-Nauta quando faz limite com três extensas faixas de terra ocupada pelas comunidades El Paujil Zona II, vizinha das comunidades Yarana Yuto, Novo Horizonte-Zona II e El Paujil-Zona I, essa última próxima a rodovia Iquitos-Nauta. Na terceira faixa de terra dentro da zona de amortecimento estão as comunidades Expectrolero de Mayo e Expectrolero I, Zona Centro. Estas três vastas faixas foram planejadas para assentamento, que não conseguiu apoio necessário e estabelecimento duradouro.

Do vértice 35 ao 36 dos limites da RNAM não se encontra nenhuma comunidade firmada e/ou demonstrada no mapa da reserva. Os guarda-parques dizem que devido haver projetos em outros lugares, fora da zona de amortecimento, as pessoas deixaram de ingressar na área, contudo, ocorre de haver lixo trazido de Iquitos e depositado neste trecho da reserva. A área é lugar de circulação e é comum na patrulha feita pelos guarda-parques depararem-se com situações promovidas por caçadores, extratores de areia, madeira e palmeira irapay. Apesar de o SERNANP manter o patrulhamento é difícil o controle.

Do vértice 36 ao 37 o limite sudoeste da RNAN é feito pelo rio Curaca, sub-afluente do rio Nanay. No vértice 37,38 chega-se ao vértice 1 (um) noroeste da reserva, nestes pontos o limite é feito pelos contornos do rio Nanay. Esta é uma área de alta pressão, visto que a área de amortecimento já fica no distrito Alto Nanay e onde se tem grande circulação. As comunidades de Nuevo Loreto, Pisco, Santa Maria de Nanay, San Juan de Raya e Saboia estão nas margens do rio. Mesmo na área de amortecimento, San Juan de Raya é a que tem

---

<sup>153</sup> Piura é um departamento do Peru, mas não se encontraram informações sobre tal fundo.

maior proximidade com os serviços do SERNANP. Na época estavam se preparando para fazer estágio como guarda-parques.

Dentro destes limites a área da RNAM conserva não somente a riqueza de biodiversidade na floresta, como também parte da bacia do rio Nanay com toda a abundância dos recursos naturais de fauna e flora aquática. Além disso, mantem nove comunidades e dois PV do SERNANP (um em pleno funcionamento e outro em planejamento). Na área de amortecimento são 31 comunidades, que a contornam, e um PV com estrutura pronta para dar condições aos guarda-parques realizarem seus trabalhos com melhor infraestrutura. A beleza cênica e o ar promovem inspiração na relação homem-natureza, mas também a fragilidade do lugar chama atenção.

As atividades econômicas desenvolvidas tanto pelas comunidades que moram dentro da reserva quanto na área de amortecimento é a agricultura de subsistência, a utilização e aproveitamento dos recursos naturais silvestres, alguns recursos distintos, como a madeira redonda para construção, madeira para lenha e carvão vegetal, caça e pesca para as comunidades que vivem perto dos rios. A utilização para o autoconsumo é grande e em pequena escala realizam o comércio externo. Estas atividades são cuidadas pelos guarda-parques, por este motivo existe a necessidade de desenvolvimento dos programas apresentados no “Plano Maestro da RNAM”.

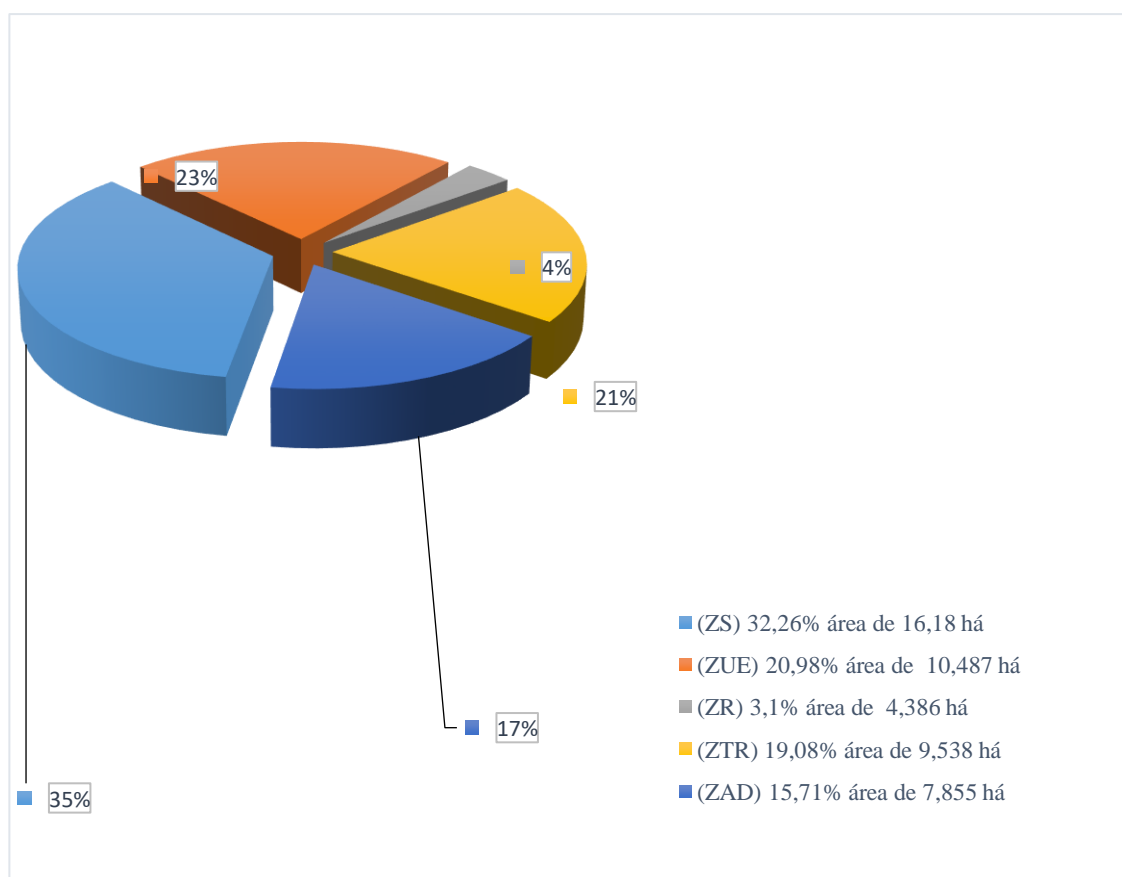
O documento exhibe a visão, a missão, os objetivos, as diretrizes e as estratégias de conservação da RNAM, bem como os programas. O Fundo para as Áreas Naturais Protegidas (PROFONANPE) com o apoio técnico do IIAP, Instituto Nacional de Innovación Agraria (INIA), instituições acadêmicas, com o respaldo do CONAM, cooperação dos organismos governamentais, ONG, sociedade civil organizada e a população envolvida instituída financiou o trabalho deram o formato aos programas para serem postos em prática na RNAM (IIAP, 2004).

No plano, a área foi dividida em cinco zonas principais: zona silvestre, com 32,26%, área de 16.181 ha (pouca ou nula intervenção humana); zona de aproveitamento direto 15,71%, área de 7.855 ha (utilização direta dos recursos para fins da sustentabilidade e em alguns casos comercialização); zona de uso especial 20,98%, área de 10.487 ha (espaço ocupado com assentamentos pré-existentes a reserva, ocorre uso agrícola, pecuária e atividades que implicam o ecossistema). Essa é para o uso das populações desde que seja compatível com os objetivos da RNAM.

As demais são a zona para recuperação 3,10%, com área de 4.386 ha (sua categorização é transitória e devido à intervenção humana que tem sofrido, danos

consideráveis à recuperação, ações para repovoamento, reflorestamento e manejo); e zona para uso turístico recreativo 19,08%, com 9.538 ha (apresenta recursos naturais e paisagísticos atrativos com uso compatível com os objetivos da área) (2004, p.40). Nem toda a população tem conhecimento desta zonificação com detalhes.

**Gráfico 5-** Zonificação da RNAM em zonas



**Fonte:** Dados obtidos do IIAP, 2004, elaborado por Marlinda M. Patrício (2017).

As reservas nacionais são áreas destinadas à conservação da diversidade biológica e à utilização sustentável dos recursos de flora e fauna silvestre, aquática e terrestre, e as que se permite o aproveitamento comercial dos recursos naturais, por meio de planos de manejo, aprovados, supervisionados e controlados por autoridade nacional competente (Lei nº 26.834-ANP-Artigo nº 22, inciso f, Artigo nº 55). Ocorre que a RNAM, além de conter todos esses atributos, abriga populações tradicionais que detêm o conhecimento e o uso tradicional dos recursos nela existentes. Além disso, dependem destes recursos para viver.

Tal situação se complica quando a população que abriga é oriunda de situações históricas bem distintas: a) os que vivem às margens do rio Nanay no interior da reserva, tem no mínimo 80 anos de existência no local; b) os que vivem nas margens do rio, mas na área de



amortecimento são populações também com datas aproximadas de existência; e c) as que estão na área de amortecimento às margens da rodovia Iquitos-Nauta se estabeleceram a partir da década de 1970 quando a rodovia foi construída. A chegada destas pessoas promoveu o parcelamento de parte do que é hoje a reserva, tanto que as comunidades de Água Blanca e Nueva Esperanza ficaram dentro dos limites atuais da reserva.

Na sequência expõe-se o Quadro 10 com as constatações feitas em campo, as quais estão diretamente ligadas ao objeto deste estudo, processo de decisão e impacto, para a conservação da biodiversidade e a sustentabilidade das populações locais, as quais serão analisadas no capítulo seguinte.

**Quadro 10-** Constatações sobre a condição de vida das populações e da conservação dos recursos naturais da RNAM

Constatações
As ocupações antigas nas margens do rio Nanay e nas terras adjacentes, que formam a RNAM foram a princípio de baixo impacto no uso dos recursos naturais, o que não ocorre na atualidade.
A ocupação das terras, na área de amortecimento, motivadas pela construção e asfaltamento da rodovia Iquitos-Nauta aumentou a pressão sobre os recursos naturais.
Tanto na área da RNAM quanto a área de amortecimento existem problemas relativos a regularização das terras, devido ao descaso das autoridades nacionais.
O aumento populacional na área de amortecimento é um problema apontado pelas comunidades visitadas.
A atuação dos guarda-parques oficiais e voluntários não tem sido suficiente para deter a extração ilegal dos recursos naturais.
Existe conflitos de interesses internos aos órgãos responsáveis pela reserva quanto pelas lideranças comunitárias tanto na área da RERC, como na área de amortecimento.
Existe problemas quanto a falta de participação e conseqüentemente de tomada de decisão por parte das comunidades que estão dentro da reserva e dos que moram na área de amortecimento.
Existe falta de identificação da população com a área na condição de ANP ou UPNU.
Necessidade de assegurar a participação da população da RNAM e das que estão na área de amortecimento nas decisões. Suas percepções sobre a situação em que vivem precisa ser ouvida e considerada.
A população não se vê recompensada ao cuidar da RNAM, nem as de dentro da reserva, ou as da área de amortecimento.
A população assevera não ser ouvida sobre suas necessidades de trabalho, prover o sustento de suas famílias, saúde, moradia e terra.
A utilização dos recursos naturais - paisagísticos e os demais benefícios que a natureza oferece – são usufruídos pelos turistas. As comunidades asseveram não terem o retorno para atender o básico de suas vidas já que são os guardiões da reserva, mesmo sem ser guardas-parque.
A necessidade de regularização das terras reflete nas difíceis condições de vida.
As comunidades não têm associação regularizada e nem sabem como utilizar esta forma de organização, com força jurídica.
A população reclama de não ter como se manter sem o uso dos recursos naturais.

**Fonte:** Dados obtidos a partir dos projetos e entrevistas realizadas em abril de 2016. Informações organizadas por Marlinda M. Patrício (2017).

O capítulo apresentou os projetos aprovados pelo GEF, bem como os contextualizou, da mesma forma que fez com os planos das reservas RERC e RNAM resumindo pontos básicos nos Quadros 9 e 10. No próximo capítulo se tratará da análise de conteúdo e das comparações incluindo as informações contidas nos dois quadros.

## **6 ANÁLISE DE CONTEÚDO COMO FERRAMENTA DE LEITURA PROFUNDA DOS PROJETOS PROBIO E ESTRATÉGIA E PLANO DE AÇÃO DO PERU**

Estes projetos foram elaborados em seus países em um mesmo contexto: tempo histórico específico e valor ético ambiental proposto nas diretrizes do documento jurídico internacional, a CDB. Os próprios apresentaram alguns argumentos diferentes e outros semelhantes, porém com objetivos comuns – atender aos três pilares defendidos no referido documento – conservação da biodiversidade, utilização sustentável desta biodiversidade e repartição justa e equitativa dos benefícios que possam advir dos recursos genéticos. Um dado que contribui com a utilização deste método de análise, que já se expõe, o tempo de existência dos projetos e o tempo em que estão sendo examinados.

Além disso, organiza-se a análise, classificando-a por tipo, constituindo-se em: verificativa, pois se destina a conferir hipóteses pré-definidas; qualitativa, visto que busca compreender os valores, interesses ou outros fatores de importância das ocorrências, mas atenta à quantidade de referências nos acontecimentos; direta, porque incide sobre características diretas do texto, quantidade e frequência. Com base nesta metodologia, organiza-se a análise de conteúdo dos projetos, como um roteiro didático para o tratamento dos dados. Tem-se ciência de que se passa por entrelaçamentos, o que exige, por vezes, idas e vindas.

Tendo isso exposto, organizam-se nos quadros a seguir os pontos que identificam os projetos brasileiro e peruano. Estabeleceu-se a unidade de análise e a partir de então a unidade de registro. A apresentação dos projetos no Capítulo 5 permite que se organizem as categorias: tema, fonte, objetivo, justificativa, metodologia, relevância, teorias, setores que tomam decisões, participantes e impactos dos projetos. Neste momento, classifica-se para extrair categorização refinada, onde a análise de conteúdo possa ocorrer, com maior número de informações, onde a correlação de classes de acontecimentos apareça.

**Quadro 11-** Identificação da unidade de análise e da unidade de registro do projeto brasileiro

<b>UNIDADE DE ANÁLISE</b>	
<b>Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Biodiversidade Brasileira (PROBIO)</b>	
Unidade de registro	
1	Tema: biodiversidade.
3	Fonte: i) Projeto Nacional de Biodiversidade – PROBIO; (ii) GEF Avaliação Final; (iii) Relatório GEF/PROBIO/FUNBIO.
3	Objetivo: ajudar o governo a formular o PNB. Conservação da biodiversidade. Uso sustentável da biodiversidade.
1	Justificativa: ausência de dados sobre a biodiversidade no país.
6	Metodologia: workshops, oficinas, consulta aos mapas, editais, carta-convite, reuniões.
3	Relevância: ajudar o governo a cumprir com as determinações da CDB. Conservação da biodiversidade. Uso sustentável da biodiversidade no país.
4	Teorias: Políticas Públicas, Populações Tradicionais, Sustentabilidade, Biodiversidade.
5	Setores que tomam decisões: organizações do governo, ONG experientes na conservação da biodiversidade, <i>stakeholders</i> , instituições de pesquisa acadêmica, grupos técnicos financeiros.
3	Participantes: <i>experts</i> , cientistas, colaboradores.
4	Impactos dos projetos sobre as instituições que se mobilizaram no país por 10 anos tendo como centro o MMA/SBF/DCBIO em Brasília-DF numa articulação com órgão do governo, fundações, institutos de pesquisa e ensino para colocar em prática o PROBIO e mais 142 subprojetos aprovados por meio de editais para serem desenvolvidos em todo país.

**Fonte:** Dados obtidos a partir dos projetos e entrevistas realizadas em fevereiro de 2016. Organizados por Marlinda M. Patrício (2017).

**Quadro 12-** Identificação da unidade de contexto e de registro do Peru

<b>UNIDADE DE ANÁLISE</b>	
<b>Estratégia e Plano de Ação para a Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica no Peru</b>	
Unidade de Registro	
1	Tema: biodiversidade.
2	Fonte: (i) GEF - Estratégia e Plano de Ação para a Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica no Peru; (ii) primeiro relatório nacional sobre diversidade biológica no Peru.
3	Objetivos: (i) formular a estratégia nacional e o plano de ação para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica das regiões e departamentos; (ii) aliviar a pobreza; (iii) desenvolver o primeiro relatório nacional de acordo com a CBD.
2	Justificativa: ausência de conhecimento sobre a biodiversidade existente no país; Trazer ao conhecimento público os recursos naturais existentes no país.
9	Metodologia: Pontos focais, workshops, oficinas, planejamento participativo, grupos de trabalho multidisciplinares, calendários e consulta; utilizam as diretrizes preparadas pelo Instituto de Recursos Mundiais (IRM) e da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN) para países megadiversos e “Estudo de País” desenvolvido pelo PNUMA. Plano Estratégico de Áreas Protegidas (PEAP).
3	Relevância: Ajudar o governo a cumprir com as determinações da CDB. Conservação da biodiversidade. Uso sustentável da biodiversidade no país.
4	Teorias: Políticas Públicas, Populações Tradicionais, Sustentabilidade, Biodiversidade.
5	Setores que tomam decisões: organizações do governo, ONG experientes na conservação da biodiversidade, <i>stakeholders</i> , instituições de pesquisa acadêmica, Grupos técnicos financeiros.
5	Participantes: universidades, representantes da sociedade civil local, especialistas, ONG, consultores nacionais.
3	Impactos do projeto sobre as instituições do governo SINANPE/CONADIB/SERNANP mobilizaram os órgãos governamentais dos departamentos e ONG internacionais, institutos, fundações para o desenvolvimento das estratégias e planos de ação.

**Fonte:** Dados obtidos a partir dos projetos e entrevistas realizadas em abril de 2016. Organizados por Marlinda M. Patrício (2017).

Os dois quadros resumem os projetos brasileiro e peruano. Os temas relativos aos dois versam sobre a biodiversidade. As fontes que utilizaram para o desenvolvimento foram diferentes, conforme a realidade dos países. Os objetivos tiveram os mesmos propósitos, visto o que a CDB espera dos signatários da convenção, bem como as justificativas. A metodologia e técnicas de coleta utilizadas divergiram, visto que alguns países adotaram métodos que desenvolveram junto às comunidades participantes da sociedade, outros adotaram artifícios e abordagens de coleta e desenvolvimento indicados e que já haviam experimentado em outros estudos.

## 6.1 Explorar as habilidades dos projetos quanto a suas flexibilidades nos processos decisórios e potencial para impactar

### 6.1.1 Exame sobre as capacidades do PROBIO

A ideia inicial desta tese, lembra-se, é quanto às comunidades tradicionais (em alguns casos parcelas) não fazerem parte do processo decisório para a elaboração dos projetos e viverem os impactos. O assunto é pertinente e não está resolvido, há um longo caminho a percorrer. A questão se repete, mesmo havendo lei que obrigue a consulta prévia<sup>154</sup>.

Apresentam-se algumas hipóteses para tais questionamentos: a) os idealizadores dos projetos, no caso, o governo entende que a opinião das populações locais em nada contribui. Entende que dificultam o “desenvolvimento” e a “sustentabilidade” do país; outra é que fazer consulta envolve tempo, o qual não possui, visto que se precisa “entrar” no tempo deles e geralmente o governo tem sua agenda, a qual não pode ser “atropelada”. Então, a questão pode ser decidida política e ou tecnicamente. Porém, é possível ocorrer casos de se fazer consultas às comunidades, mas de acordo com os interesses do governo e no momento que lhes interessa.

Mas existe outro ponto a considerar na tomada de decisão, os atores governamentais nos diferentes órgãos ou instituições têm sua rotina, quanto a agenda do governo no MMA ou MINAM. Muitas decisões precisam ser tomadas relativas a diferentes temas ambientais, os quais atingirão diferentes lugares e populações destes países, ou seja, a governança participativa<sup>155</sup> não faz parte desta rotina de decisões e ações. O PROBIO e a Estratégia e Plano de Ação do Peru estão incluídos nesta situação, as decisões foram tomadas conforme os atores institucionais viam ser necessário.

Outra suposição é relativa à visão que os gestores têm de que as decisões podem ocorrer independentemente do parecer das comunidades. Ao viverem em lugares considerados pela ONU, como áreas de grande prioridade para a manutenção da biodiversidade do planeta decisões são tomadas sem ouvirem os que no lugar vivem. Além disso, os resultados são diversos e imprevisíveis, como conflito entre as lideranças comunitárias, acordos independentes, desentendimentos, divisão política e até territorial. Por fim, a desestruturação do grupo facilita as intervenções, algumas vezes não discutidas e nem consentidas.

---

<sup>154</sup> Normas que regulamentam a consulta prévia Carvalho (2017) menciona a Constituição Federal, art. 231; a Convenção 169 OIT (Decreto nº 5.051/2004); a Lei nº 13.123/2015 e Decreto nº 8.772/2016 (específicos para acesso ao conhecimento tradicional associado à biodiversidade).

<sup>155</sup> A gestão do governo que se realiza com a participação ativa da população local desde o planejamento até a implementação, desenvolvimento e acompanhamento das ações.

Tanto no Brasil quanto no Peru, a temática sobre a biodiversidade foi mais desenvolvida e financiada pelo GEF, do que outro tema. O assunto é abrangente e mesmo que tenham adiantado estudos envolvendo clima, contaminação por produtos químicos, áreas prioritárias, fragmentação de ecossistemas dentre outros, todos têm a biodiversidade como pano de fundo. Além de tudo, naquele momento, década de 1990, queria-se conhecer o que existia de diversidade biológica no país. Portanto, o conhecimento dos recursos naturais era o que se priorizava.

Veja-se, para que alcançassem tais informações tiveram que utilizar metodologia que aglutinasse o máximo de sujeitos sociais, os quais trouxessem ou dessem pistas de onde e como obter as informações. Considera-se que, no caso brasileiro, a amplitude do país e a enormidade dos biomas exigiram articulações grandes para cobrir o máximo de áreas dentro do bioma Amazônia. No que se refere ao Peru, mesmo não tendo as dimensões territoriais do Brasil, as dificuldades para ter-se acesso entre os departamentos da Amazônia peruana são inúmeras. A temática da biodiversidade e a eleição de áreas prioritárias é um exemplo deste exercício.

Ressalta-se que tanto o PROBIO quanto a Estratégia e Plano de Ação do Peru realizam-se em paralelo ao desenvolvimento de outros projetos, como também desenvolvem seus objetivos para ajudar os governos a formular os programas nacionais sobre a diversidade biológica, no caso o PNB e a ENDB e, assim obter o conhecimento do que existia de recurso natural em seus países. A governança participativa dos projetos é um tema não mencionado, mas perseguido pelos gestores dos projetos, o qual vê-se como um discurso que até mesmos os gestores têm relativa compreensão de como deve ocorrer na prática.

No momento examina-se o Quadro 13, o qual exhibe os decisores do projeto brasileiro.

**Quadro 13-** Setores que tomam decisões no PROBIO

<b>Organizações do governo, ONG experientes na conservação da biodiversidade, instituições de pesquisa acadêmica, grupos técnicos financeiros</b>
<b>Participantes: <i>experts</i>, cientistas, colaboradores</b>

**Fonte:** Dados obtidos do Quadro 11. Organizado por Marlinda M. Patrício (2017).

Trabalhou-se com organizações do governo ligadas pelo MMA, tanto em nível estadual quanto municipal, na figura das secretarias, organizações não governamentais, bem como profissionais experientes na área biológica, ambiental e humana. Mostrou que para a elaboração do projeto, construíram dois espaços de decisão: 1) um formado pela equipe no MMA, SBF, DCBIO, CONABIO, que toma as decisões mais robustas, elaboração do

PROBIO e FUNBIO, às negociações financeiras com o GEF e o governo brasileiro; 2) o outro é o espaço formado pela equipe que promove as discussões nas oficinas e *workshops* para a obtenção e a organização do conhecimento.

Este segundo espaço é amplo, pois busca modalidades diferentes de assegurar que as informações sejam obtidas. Todavia, um espaço não elimina o poder do outro, pelo contrário há momentos de sobreposição, complementariedade e de decisão independente de qualquer outra orientada por atores externos. De certa maneira, existe a formação de microespaços de decisões, no entanto os dois são os de maior representatividade, onde os limites definem seus raios de ação e de tomada de decisão dos sujeitos envolvidos. Ou seja, mesmo que vários julgamentos sejam feitos, no segundo espaço de poder o produto tirado das discussões será revisado no âmbito do Executivo e um parecer final será dado.

O Esquema 2 do capítulo 5 mostra um esquema de divisão dos espaços de poder e ação de cada instituição e categorias sociais envolvidas. Os resultados ocorrem por meio de interconexões, bem como por seu movimento, no qual se vê a posição do PROBIO. Assim, é possível se ter ideia das divisões e dos espaços de decisões. Lembra-se que além de tudo vários projetos eram desenvolvidos ao mesmo tempo em que o PROBIO era aplicado, visto que as decisões tomadas tinham como base experiências anteriores ou mesmo inter-relacionadas.

O Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA), que trabalhava com UC, fortalecimento institucional, proteção de ecossistema e o PRONABIO, o qual se mobilizava para a formalização da PNB estavam em andamento. Então, não se pode afirmar que a elaboração do PROBIO ficou restrita, em termos profissionais à equipe do MMA ou que a obtenção dos conhecimentos se distanciava das bases quando de sua elaboração. Os *workshops* e oficinas deixam entender que havia articulação com as comunidades tradicionais. O exercício para o cumprimento das diretrizes da CDB exigiu extraordinária mobilização e participação nas discussões e decisões do PROBIO.

O programa de trabalho sobre áreas protegidas no período de 2004 a 2006 desenvolveu ações, houve a assinatura de protocolo de intenções com 36 organizações não governamentais e movimentos sociais de âmbito nacional e internacional; criou o Fórum Nacional de Áreas Protegidas, um canal de diálogo e articulação permanentemente aberto à sociedade, com o propósito de adicionar contribuições importantes para a formulação do Plano Nacional de Áreas Protegidas (SUMÁRIO EXECUTIVO DO TERCEIRO RELATÓRIO NACIONAL, 2006). Desta maneira, os subprojetos ampliam seu campo de atuação para obtenção de informações.



Veja-se a organização no esquema 2 do Capítulo 5, onde é possível verificar o posicionamento das instituições e suas inter-relações, pelo menos em tese na prática havia problemas de comunicação entre as instituições e os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. Havia também problemas quanto à liberação de recursos dos órgãos financiadores e à contratação de pessoal e principalmente buscava-se assegurar o que já estavam no projeto.

Os programas ambientais federais estão no âmbito do MMA, DCBIO, PROBIO, os quais mantêm inter-relações com CONABIO, CT, PANBIO, e se conectam com o CONAMA, todos estão no âmbito do poder Executivo. Além deles o MMA dialoga com os Conselhos Estaduais (CE) numa relação que se estende aos Comitês Regionais e Municipais (CRM). As instituições estão distribuídas e demonstram ter capilaridade, mas apesar disso nem sempre havia fluxo de informações ou decisões.

O CONAMA alcança o âmbito do poder Legislativo e dialoga com o Ministério Público (MP), com a Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e chega até o âmbito do poder Judiciário, na medida em que a inter-relação alcança os supremos tribunais. Desta maneira, é possível perceber que o PROBIO possibilita o *mainstreaming*, ou seja, expressa uma tendência a qual pretende a integração. As negociações e a maneira de desenvolver o projeto prima pela conexão. Depreende-se, portanto, que é neste espaço que está o maior poder decisório.

O MMA e o DCBIO – ao terem relação mútua com os CE e CRM – alcançam o poder Legislativo e o Judiciário quando as assembleias legislativas também têm acesso ao CE, bem como as Câmaras Municipais tem acesso aos CRM. O Judiciário por sua vez tem ingresso ao CE e ao CRM, por meio dos tribunais regionais, assim como os tribunais superiores têm aproximação com o CRM. Este espaço dividido entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário é onde se encontram as instituições, que distribuídas suas relações de reciprocidade, estão sob a égide do MP.

No entorno deste espaço, é que gravita a sociedade expressa pelo setor privado, sociedade civil organizada, comunidades tradicionais e o setor acadêmico, às quais o Legislativo, o Judiciário e o MP têm acesso. Note-se que CONAMA, CONABIO, CE, e CRM estão na fronteira do Executivo com a sociedade, portanto têm trânsito entre um espaço e outro, o que permite relativa proximidade entre os dois. Isso somente é possível nas reuniões realizadas por meio dos *workshops* e das oficinas dentre outras formas de encontro e obtenção de informações.

Como reflexo deste sistema a capacitação, o incentivo e o fomento estão vinculados, mas também o monitoramento e os relatórios de avaliação. Esses ficam sob a

responsabilidade das instituições que tem o maior poder de decisão. Como sistema possui subsistemas que se inter-relacionam num movimento de elaboração, prioridades, diretrizes, execução, implementação, monitoramento e avaliação. Os mesmos ocorrem no sentido que a revisão seja feita numa constante. O esquema mostra que a organização do MMA para pôr em prática a política de biodiversidade mobiliza e interconecta os departamentos, comissões, comitês, conselhos e setores.

Veja-se o esquema aos relatos da bióloga gerente do projeto:

As primeiras áreas prioritárias que nós participamos tinham **especialistas de diferentes grupos biológicos**: mamíferos, aves, peixes. **Havia expert de povos e comunidades tradicionais**, pressões antrópicas, vários especialistas. Tinha o mapa do Brasil, então para cada bioma o especialista dizia o que era importante conservar, os mamíferos aqui, aves importantes acolá. **As pessoas das UC também foram mapeando [...]**. (Informação verbal, 2016, grifo nosso<sup>156</sup>).

Havia um improviso necessário devido à urgência dos trabalhos e a precisão de pessoas que conhecessem o que e como se poderia obter os dados. E continua o relato da gerente.

Então, isso aqui é uma área importante para três grupos prioritários fazia-se um *workshop*, as pessoas explicavam a importância de promover ações que justificassem o uso sustentável, ou se era importante fazer a recuperação do local. Então lançava-se os editais (Informação verbal, 2016, grifo nosso<sup>157</sup>).

Mostra a presença das comunidades locais, as conexões e o experimento de metodologias que alcançassem dados que levassem a sustentabilidade dos ecossistemas onde os estudos deveriam ser feitos.

Quer dizer, como resultado disso decidiu-se pela realização de cinco seminários para avaliação do estado de conservação e identificação de áreas e ações prioritárias para o amparo e a utilização sustentável da biodiversidade encontrada nos biomas entre os anos de 1998 até 2000, com o apoio e a avaliação do PROBIO. Atenta-se para a questão do aprimoramento da metodologia e da necessidade de revisão do que era obtido nos *workshops* e nas oficinas. Este é um impacto positivo do projeto na medida em que foi se aprimorando.

Viu-se ser imperativa a realização de inventários em 311 áreas, devido se perceberem lacunas de informações. Os grupos taxonômicos considerados indicativos desses parâmetros tornaram-se o alvo principal dos levantamentos. Desta maneira, os editais tiveram como

---

<sup>156</sup> Dados fornecidos por Daniela América Suárez de Oliveira, Gerente do PROBIO/MMA, em entrevista concedida em 2013.

<sup>157</sup> Dados fornecidos por Daniela América Suárez de Oliveira, Gerente do PROBIO/MMA, em entrevista concedida em 2013.

objetivo a seleção de projetos para a realização de inventários nas áreas consideradas prioritárias em todos os biomas. Como se depreende de Relatório (2004), com isso se daria conta dos objetivos do PROBIO apresentados nos Relatórios 2002 a 2004.

Conforme iam desenvolvendo o projeto, aprimoravam-se o objetivo e a metodologia. O (Brasil. *National Biodiversity Project*, 1995) apresenta os objetivos do PROBIO que seriam de auxiliar o Governo do Brasil a formular e desenvolver o PNB e a conservação da biodiversidade. O Relatório (2004) vai além e reforça o auxílio ao governo no desenvolvimento do PRONABIO, como também a identificação das ações prioritárias e dar apoio à formulação de políticas públicas. Neste momento, já se criava a ponte para o PROBIO II atuar.

Na sequência dos objetivos, o estímulo à execução de projetos que promovam parcerias entre os setores públicos e privados, com vistas à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica brasileira era reforçado. A equipe no MMA/SBF defendeu que

[...] queriam com o PROBIO II, que as políticas dos outros setores do governo dentro do ministério impactassem menos a biodiversidade, isso que nós chamávamos de transversalização da biodiversidade de priorização do tema, a ideia era trazê-la para o centro das discussões (informação verbal, 2013, não paginado).

A divulgação dos conhecimentos e das informações sobre a diversidade biológica era o que previa os objetivos expandidos no Relatório (2004, p. 10). Mas, a transversalização precisava ser alcançada na sequência do projeto, pois somente assim o PROBIO seria bem-sucedido.

Nota-se que a maior participação de comunidades tradicionais e/ou seus representantes ocorreu nas oficinas e *workshops* realizados. Destes encontros se tira os temas que seriam motivos dos editais que aprovariam os subprojetos. Estas decisões ocorreram em espaços não institucionais, porém com o comando do projeto e das ações do MMA/SBF. Então, em espaço destinado ao partilhamento de todas as instituições envolvidas e seus convidados, detentores dos conhecimentos.

As comunidades locais junto com as comunidades científicas ajudaram a identificar 13 novas propostas, que foram apoiadas pelo PROBIO e 11 aprovadas pelo FNMA, as quais foram desenvolvidas a partir de suas identificações. As principais ações a serem desenvolvidas visavam a promoção do desenvolvimento sustentável no entorno de unidades de conservação. Informação que somente esta parcela da sociedade tem condições de identificar por viverem no local e pelas pesquisas realizadas junto as comunidades tradicionais.

Traz-se para a discussão a importância da participação da sociedade em um empreendimento de grande envergadura, onde se almeja que todos compartilhem. Logo se percebe que é inexequível. No entanto, o planejamento sistemático e suas etapas deixa ver que

**É necessário, que parcelas representativas de algumas comunidades estejam presentes. A melhor aceitação e implementação de propostas conservacionistas<sup>158</sup> estão diretamente relacionadas ao maior número de atores sociais da região de interesse, em todas as etapas do processo: desde o planejamento até a implementação (PROGRAMA DE ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA, 2013, p. 19. grifo nosso).**

Certo que

**[...] diferentes sujeitos sociais percebem o ambiente sob diferentes perspectivas, essa participação visa fazer com que as discussões e decisões sejam baseadas em uma visão a mais ampla possível e no maior número de informação que puder ser obtido” (grifo nosso).**

Neste sentido, a participação das comunidades tradicionais é fundamental, bem como esta compreensão e consenso, visto que as experiências de quem vive nos diferentes biomas enriquece o saber local, que é imprescindível ser compartilhado nestes encontros.

Ainda, o referido Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (2013, p. 20) esclarece que desta maneira,

[...] mesmo que a demanda de um determinado grupo não possa ser integralmente satisfeita com a sua participação ao longo de todo o processo esse grupo vai entender quais foram os outros aspectos levados em conta e quais as bases de cada decisão tomada.

Certamente que esse entendimento acresce a quantidade das decisões e a viabilidade de implementação das ações propostas. Dentro desta perspectiva é possível perceber a complexidade que exige o processo decisório nos projetos e a maneira que é mais adequada proceder.

Contudo, a impossibilidade de que todos participem e decidam não evita que haja descontentamentos nas comunidades por decisões que foram acatadas ou tomadas, as quais

---

<sup>158</sup> O movimento conservacionista, também chamado movimento de conservação da natureza, é um movimento político, ambiental e social que busca proteger os recursos e espaços naturais, as espécies e seus habitats. Inicialmente o conservacionismo incluía interesses relacionados à pesca, à gestão da vida animal, à água, à conservação dos solos e à exploração sustentável de florestas. O conservacionismo contemporâneo difere-se por concentrar-se e dar ênfase nas questões do uso sustentável dos recursos naturais e na preservação da diversidade biológica, e o seu instrumento preferencial são as chamadas áreas protegidas. Para alguns, trata-se de uma parte do movimento mais amplo e diversificado intitulado ambientalismo, enquanto outros afirmam tratar-se de movimentos distintos, haja vista possuírem fundamentações ideológicas e abordagens práticas marcadamente diferentes. Nos Estados Unidos, particularmente, ambos os movimentos são considerados distintos. Preservacionistas, liderados por John Muir, argumentavam que as políticas de conservação não eram suficientemente fortes para proteger os interesses dos mundos naturais (GIFFORD, 1945, p. 8), uma vez que elas continuavam a focar no mundo natural como fonte de produção econômica.

não contemplam os demais. O conhecimento das exterioridades até ajuda, no entanto é inevitável não mencionar que é um acontecimento que impacta e que se pode antever até certo ponto. Portanto, as comunidades tradicionais indubitavelmente vivenciam as consequências das decisões tomadas, quer participem ou apenas tenham conhecimento dos variados aspectos decididos. Estes acontecimentos reverberam nas comunidades.

Quando se levanta a questão da presença das mesmas ou de seus representantes legais, percebe-se que o ideal é que todos participem e decidam, mas em qualquer empreendimento apenas pequena parcela tem acesso à tomada de decisão. Considera-se que esta parcela que não tem acesso aos espaços de discussão e decisões é impactada duplamente e por diferentes motivos ficam fora do processo. Então, quando entra a fase de execução e implementação do projeto, nem sempre entendem o que está ocorrendo. É comum encontrar este tipo de situação quando se observa os resultados e a consolidação dos empreendimentos.

Segundo a gerente do PROBIO: “Queríamos com as políticas fazer uma avaliação dos gargalos, onde tem impacto precisa de mudanças” (Informação verbal, 2016). O passo é necessário à nova decisão institucional. Os impactos institucionais cruciais foram inúmeros, como o que se refere ao financiamento, às dificuldades burocráticas com relação à movimentação do recurso financeiro, o tempo de duração que dobrou, pensado para cinco anos, durou dez anos, as dificuldades para a contratação de pessoal, experimento da metodologia, a tentativa de formalizar uma política nacional e assegurar um decreto que estabelecem diretrizes foram outros problemas.

Outros impactos do PROBIO, mas de caráter prático ajudaram na criação de programas independentes dele, como o ARPA. O seguinte ajudou na estruturação dentro do ministério, trouxe informação, novos decretos, como o decreto que estabelece áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, fortaleceu o setor ambiental e ajudou a haver maior reconhecimento dos setores, maior articulação entre os setores, além da experiência que a equipe do MMA adquiriu tanto nas negociações financeiras quanto na gestão de megaprojetos. Note-se que o PROBIO iniciou com poucas informações sobre biodiversidade e apoiando-se em experiências ainda em andamento.

O PROBIO atuou desde 1996 amparando grande quantidade de subprojetos, para o conhecimento e a conservação da biodiversidade brasileira (Quadro: 8 no Capítulo 5). Portanto, além dos impactos vividos no MMA/SBF outros ocorreram na realização das atividades agendadas para seu desenvolvimento. Lembra-se que os subprojetos aprovados e desenvolvidos em todos os biomas adotam metodologias adequadas às temáticas, diferentes profissionais envolvidos, bem como comunidades tradicionais diferenciadas. Todos estes

elementos devem ser levados em conta quando se vê os resultados e a consolidação deste projeto.

De todo modo, o PROBIO desencadeou impactos, tanto positivos quanto negativos, as decisões finais estão com as instituições MMA/SBF que desenharam, conseguiram financiamento, colocaram em andamento o projeto e têm a responsabilidade institucional de cumprir com as diretrizes da CDB. As comunidades tradicionais participaram do processo nos *workshops*, oficinas, seminários e tomaram parte de 119 cursos oferecidos a eles produzidos para obter informações tanto para o PROBIO quanto para os subprojetos. A partir das informações obtidas é que foi possível construir 153 bancos de dados contendo os resultados da pesquisa dos diversos subprojetos.

#### 6.1.2 Exame sobre a capacidade do projeto Estratégia e Plano de Ação do Peru

À semelhança do projeto brasileiro, o projeto Estratégia e Plano de Ação do Peru acontecia paralelo ao desenvolvimento de outros projetos. O mesmo deu apoio à construção da ENDB e ao mesmo tempo desenvolvia seus objetivos, como formular a estratégia nacional e o plano de ação para a conservação e uso sustentável da diversidade biológica das regiões e departamentos; aliviar a pobreza; e desenvolver o primeiro relatório nacional de acordo com a CBD. Neste sentido, o esquema estrutural do MINAM atende a estas demandas. Em seguida, examina-se o Quadro 14 sobre os decisores do projeto peruano.

#### Quadro 14-Setores que tomam decisões Estratégia e Plano de Ação do Peru

<b>Organizações do governo, ONG experientes na conservação da biodiversidade, Instituições de pesquisa acadêmica, grupos técnicos financeiros</b>
Participantes: Universidades, representantes da sociedade civil local, especialistas, ONG e consultores nacionais.

**Fonte:** Dados obtidos do Quadro 12. Organizado por Marlinda M. Patrício (2017).

A elaboração da Estratégia e Plano de Ação do Peru também contou com a participação de instituições nacionais, departamentos e distritos, os quais construíram espaços de poder distintos de tomada de decisão. O quadro acima menciona a presença dos sujeitos sociais e institucionais que participaram dos *workshops* e oficinas, onde tomaram as decisões a partir das discussões realizadas nos 15 pontos focais selecionados. Viu-se que utilizaram metodologias da UICN, IRM e Estudo de país nem sempre fáceis de entender. O projeto foi executado pelo PNUMA sob a gestão do MINAM e demais instituições ligadas a autarquia, conforme se vê adiante.

A partir da construção da Esquema 3: Configuração das Relações Nacionais e Interinstitucionais no Perú do capítulo 5, interpreta-se a organização das instituições ambientais peruana no tocante a produção do projeto em análise. O MINAM estabelecido no poder executivo tem o CONAM, CONADIB, CONABIO, Comitês e Secretarias Técnicas<sup>159</sup> como organismos responsáveis pela tomada de decisão em primeira instância. Deles saem as determinações para a elaboração do projeto, assim como as negociações com o GEF para os financiamentos. Esse é um espaço político onde executivo e legislativo dialogam constantemente, pois tem a legislação ambiental e as determinações da CDB.

Em outro nível tem-se o governo regional, os comitês técnicos regionais e locais, que tomam as decisões em outra instância, mas que também dialogam com o legislativo, na medida em que a legislação ambiental precisa ser consultada e dar base para as decisões tomadas. São a equipe que construiu os espaços de discussões nas oficinas e nos *workshops*, quando tomam decisões para a obtenção de conhecimentos. Este segundo espaço é amplo, todavia, como se disse em relação ao caso brasileiro, um espaço não elimina o outro, pelo contrário há momentos de sobreposição e de complementariedade, mesmo que a decisão final seja feita pelas instituições do executivo e legislativo.

Os sujeitos sociais que orbitam o sistema formado pelo MINAM e o Governo Regional são variados, os mesmos fazem parte da esfera da sociedade, conforme amostra a Figura 23. Todos têm poder político em diferentes níveis, como o setor privado, os proprietários de terra, as ONG, as universidades, as comunidades tradicionais, a associação de agricultores e as instituições de pesquisa. O alcance do poder de decisão que possuem tem impacto sobre quaisquer temas discutidos e levados para serem incluídos no estudo. São parcelas representativas, mas asseguram que nas decisões o interesse de seu grupo prevaleça. Este ponto destaca-se na elaboração dos estudos.

Na Figura 8, apresentada no Capítulo 5, vê-se a distribuição das posições institucionais dentro do setor político local e as possibilidades que os organismos sociais e institucionais utilizam nos limites deste sistema político. O IIAP (2006, p. 11), na publicação sobre a “Estrategia Regional de la Diversidad Biológica de Loreto”, defende a ideia de as instituições descentralizarem a tomada de decisão em nível regional, bem como as instituições envolvidas

Se cuenta con interpretaciones cada vez más avanzadas sobre la naturaleza y la población amazónica. Se reconoce que el panorama sigue con muchos vacíos de información y con incertidumbre sobre su claridade [...].

---

<sup>159</sup> Considera-se que cada órgão agregou representantes de peso de outras instituições, como o Ministério do Interior, INRENA, APECO, IIAP ONG, IIAP, Mercado Industrial Peruano (MIPE) e Consejo Nacional de Ciencia, Tecnología e Innovación Tecnológica (CONCYTEC).

A variedade de ideias e posicionamentos são inúmeros veja-se os participantes, a questão é considerarem as ideias desta diversidade de categorias sociais.

Assevera-se que algumas ideias sejam levadas em consideração, porém dos setores que possuem forte representação política, como por exemplo, o setor privado, associação de agricultores, o SINIA, o Jardim Botânico e as ONG são os que se percebe com maior influência. Os demais segmentos sociais, se conseguirem projeção nos avanços relativos a compreensões sobre a natureza, necessitam de reforço dos setores que possam ser aliados, caso contrário tem dificuldade em fazer prevalecer suas ideias, por mais avançadas que possam ser. De todo modo, não se pode descartar o apoio que órgãos ligados a ONU tem impulsionado a partir das COP quando estabelecem metas a serem cumpridas.

Vê-se no projeto Estratégia e Plano de Ação do Peru, onde houve o uso de metodologias, como a utilização das diretrizes do IRM, UICN, Estudo de País desenvolvido pelo PNUMA e do PEAP. Além disso, inspiraram-se nos estudos atuais e recentemente concluídos, que tratam das preocupações ambientais e da biodiversidade. Quer dizer que em especial o projeto peruano teve sua elaboração com grande participação, engenho e decisão externa, com a regência do MINAM. Além disso, todos estes estudos têm sua própria metodologia e entende-se que interferem na obtenção dos dados e na decisão quanto à prioridade dos mesmos.

Vale mencionar que a eleição de 15 pontos focais distribuídos por diferentes departamentos no Peru produz grande quantidade de informações, as quais com dificuldade se conseguem perceber quais os dados prioritários. Para tal, as comissões carecem de esforços dos pesquisadores aliados e dos *experts* locais, sujeitos que detêm o conhecimento da área em que vivem, para preencher as lacunas que ficam. Certamente, a observação que se faz não diminui o exercício metodológico do projeto, pelo contrário viu-se o tanto que o projeto produziu de impacto positivo. Ademais, o país acompanha a convenção e faz as revisões necessárias na ENDB.

No PROBIO não se menciona se buscou apoio nestas metodologias, mas se deixou claro que primou por obter dos diferentes especialistas nos biomas, dados necessários para o desenvolvimento do projeto, como áreas prioritárias, locais de riqueza da fauna e flora dentre outros. Das oficinas do PROBIO obtiveram o conhecimento a partir do que possuíam, juntando noções aperfeiçoando ideias reunindo a sociedade organizada e comunidades tradicionais para conseguir as informações e lançar os editais com temas para os subprojetos.



A análise comparativa das estratégias dos países participantes da convenção realizada por Câmara (1999) menciona que a base da metodologia adotada está pautada nas recomendações das Diretrizes para Estudo de País sobre Diversidade Biológica (UICN, 1994); Planejamento Nacional da Biodiversidade pautado em Miller e Lanou (1995). Apesar da menção, não se viu que tais metodologias tenham sido unanimemente utilizadas pelos países participantes da convenção, pelo contrário optaram por utilizar formas próprias de obtenção de dados, a exemplo do Japão.

Neste sentido, o processo de participação nas decisões precisa garantir a representatividade local, afiançar que o conhecimento seja considerado no cômputo das informações agrupadas, principalmente quando são áreas que comportam grande variedade de biodiversidade. Os dados ao serem levantados nos *workshops* ou nas oficinas precisa-se assegurar que os órgãos decisores certifiquem os resultados alçados. Este é um desafio nestes encontros, principalmente quando existe a presença de muitas ferramentas metodológicas de diferentes origens, bem como quando se guiam por estudos realizados anteriormente.

Tal fato deve ser considerado neste exame dos projetos, visto que, ao não serem feitas as críticas aos métodos, os erros podem ocorrer e a garantia de conhecimento da biodiversidade e das possibilidades de sustentabilidade é posto em risco em sua nascente. Contudo, o fato de haver revisão das Estratégias e Plano de Ação dos países, a partir das COP, as possibilidades de haver o aperfeiçoamento das metodologias e do processo decisório são esperadas.

As metas de Aichi, COP-10, realizada na cidade de Nagoya, província de Aichi, Japão, são um exemplo. O Plano Estratégico para a Diversidade Biológica 2011-2020, como um marco de ação de dez anos para todos os países e as partes relevantes para salvar a biodiversidade e melhorar seus benefícios para pessoas é a maneira que a CDB mantém o acompanhamento do que foi acertado em 1992 e sua atualização. Neste encontro saíram 20 metas para serem alcançadas pelos países e regiões, onde a manutenção dos três objetivos da CDB se firmam.

Trata-se de visualizar e priorizar a cultura do saber local, de considerá-la o máximo possível, de compreender o desenho regional e sua delimitação pelos moradores locais e aí a escolha de como utilizar os pontos focais. Decidir por macrorregiões é um espaço físico muito amplo com diversas relações sociais, políticas econômicas e culturais. As lacunas podem ser criadas motivadas pela tentativa de pensar a região como um todo. Depreende-se que a formulação local da criação de projetos a partir de experiências locais possibilita o encontro do próprio caminho.

A questão da tomada de decisão tem sido tratada no Brasil e amparada pela Constituição Federal desde a década de 1980. A Lei nº 9.784/1999 e, principalmente, em duas resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) - a Resolução nº 01, de 23 de janeiro de 1986, e a Resolução nº 09, de 3 de dezembro de 1987 - a ação sobre consultar as populações tradicionais a propósito de projetos a serem implementados em suas áreas é abordada. No entanto, somente levá-los a conhecer o Licenciamento Ambiental (LA), o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) não é o suficiente, além de serem estudos complexos.

O Ministério Público Federal, recomenda ao IBAMA por meio do 2º Ofício/PRM/STM nº 1, de 29 de julho de 2009, que consulte previamente os povos indígenas antes de emitir qualquer licença. A consulta é entendida como um processo, nem sempre seguido. O certo é que muito se legislou sobre a importância de conversar e ouvir a opinião das comunidades locais sobre o que vai acontecer naquele ambiente. No entanto, o processo sofre bruscas interrupções no processo de implementação ou mesmo ignorado pelos interessados que o empreendimento ocorra.

A Convenção nº 169 da OIT<sup>160</sup>, pioneiramente, estabeleceu o direito à participação e à consulta livre, prévia e fundamentada como direitos fundamentais dos povos indígenas e “tribais” (v.g. art. 6º). Ou seja, qualquer intervenção deve ser discutida com as comunidades (CONVENÇÃO, 2015). Então, para reforçar a Rede de Cooperação Alternativa (RCA), em parceria com a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), o Ministério Público Federal (MPF), o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) e o Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC) reuniram-se em 2011 para a regulamentação deste direito.

A oficina – seminário sobre a aplicação do direito de Consulta Livre, Prévia e Informada (CLPI) relativo aos povos indígenas e comunidades tradicionais foi realizada em Brasília. O encontro busca garantir o direito à participação efetiva no processo de tomada de decisões legislativas e administrativas que envolvam direitos coletivos dos povos indígenas. O documento pede garantia de tempo para discussão, tempo suficiente para tomada de decisão,

---

<sup>160</sup> Os documentos sobre o tema estão em ordem cronológica: Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), Convenção Americana de Direitos Humanos (OEA-1969) Convenção nº 169 da OIT sobre Populações Indígenas e Tribais (1989), Convenção sobre a Diversidade Biológica (1992), Agenda 21 (1992), Declaração do Rio de Janeiro sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (1992), Declaração do Milênio das Nações Unidas (2000), Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007), Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (2001), Convenção para a salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível (2003), Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (2005), e Projeto de Declaração Americana dos Direitos dos Povos Indígenas (OEA-1969, texto consolidado até 18.04.2008).

boa-fé, transparência, ausência de pressão política, representatividade comunitária (RCA, 2011) e o Estado deve garantir que o processo ocorra

Atualmente existe consenso de que a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) exige a observância do princípio do consentimento livre, prévio e informado como elemento fundamental da proteção jurídica conferida aos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade. Embora utilizem, em seu texto, outras expressões, tais como “aprovação e a participação dos detentores desse conhecimento” (art. 8º, “j”), “consentimento prévio fundamentado” (art. 15) e “concordância prévia fundamentada” (art. 19), o significado é que as comunidades tradicionais têm o direito de decidir e de tomar parte de decisões que lhes afetem.

Mesmo que os pactos internacionais tenham assegurado por meio de convenções, declarações e demais documentos, os quais legislam sobre a participação e tomada de decisão ser um direito de qualquer cidadão para as populações tradicionais, este direito não é facilmente acessado. No Peru a Lei de Transparência e Acesso a Informação nº 27.806, no Artigo 1º diz que se deve promover a clareza nas ações governamentais e regular o direito fundamental de acesso à informação. O mesmo está consagrado no Artigo 2º de nº 5 da Constituição do Peru. No entanto, torna-se difícil para os que vivem em áreas de complicado acesso e com nível de escolaridade baixo.

A ONG Direito, Ambiente e Recursos Naturais (DAR) reuniu-se em janeiro de 2017, em Lima, com alguns órgãos do governo - Serviço Nacional de Certificação Ambiental (SENACE), Organismo de Avaliação e Fiscalização Ambiental para o Investimento Sustentável (OEFA), Autoridade Nacional da Água (ANA), Oficina Nacional do Governo de Eletrônica e Tecnologia da Informação (ONGEI) e o Ministério de Energia e Minas (MINEM), para compartilhar suas experiências e melhorar as práticas de transparência e acesso à informação. Contudo, o *workshop* mesmo voltado para os que trabalham no setor pesqueiro, marcou na organização para outras decisões.

De todo modo, o encontro mostra o interesse destes organismos com a transparência de informações e o acesso às mesmas. No entanto, atenta-se que nem todas as categorias sociais conseguem ter acesso às informações disponíveis e, portanto, a conversa deve ocorrer no lugar onde estas pessoas vivem. O compêndio da Legislação Ambiental Peruana (PERU, 2011), no que se refere às ANP, não menciona o direito a consulta às comunidades que vivem nestas áreas e em seu entorno, trata somente dos cuidados com as mesmas e o que é preciso garantir sobre a biodiversidade do lugar. Portanto, tais direitos devem ser alçados das legislações mencionadas.

Diante do que se vem expondo, o que se viu quanto aos projetos brasileiro e peruano, foi sua fase de formulação a qual inicia com a agenda política do Estado, com decisões tomadas pelas instituições governamentais, onde diferentes estudiosos da questão, com suas linhas de pensamento, dão suas opiniões. Nesta fase, os sujeitos envolvidos no processo concebem e descrevem o projeto objeto da ação governamental. Caracteriza-se pela negociação e barganha, onde o diálogo entre partidários de interesse, dispendo de informações plenas de poder decidem como deve ser. Então, o documento segue para aprovação do órgão financiador, o GEF.

A presença das diferentes organizações sociais nas oficinas/*workshops* compreende a fase de aplicação dos projetos, quando as explicações sobre os levantamentos dos dados e as discussões sobre o que é relevante considerar em meio às informações obtidas é que reúnem a equipe. Os conflitos subjacentes aparecem nesta fase, visto que os *workshops* e oficinas põem em questão se o que foi defendido na fase de formulação é aceitável pelos que não fazem parte da equipe que administra os projetos. Nenhum dos dois projetos mostrou as contradições desta fase, mencionam os impactos, que causam em favor da biodiversidade e sustentabilidade, e não os conflitos existentes no projeto em si.

A fase avaliativa ocorre quando as COP apontam metas a serem cumpridas a partir destes estudos. Ao serem revisados, novos objetivos são firmados e precisam ser cumpridos no prazo máximo de cinco anos. A avaliação para a aplicação das diretrizes da CDB sobre biodiversidade, populações tradicionais e sustentabilidade é o ponto central. Contudo, pelos exemplos apresentados em situações reais, que ocorrem em APNU, por meio do desdobramento destes projetos, é possível ver se tais aplicações estão ocorrendo ao examinar seus planos ou diretrizes para a utilização.

## **6.2 O Plano de Utilização e a ação das comunidades tradicionais em relação à biodiversidade e a sustentabilidade na RERC**

O Plano de Utilização da RERC é um documento escrito em 1996 pelo IBAMA e CNPT apoiado pelo PNUD, financiado pelo Banco Mundial com doações da Comissão Europeia e Fundo Fiduciário de Florestas Tropicais conta com a Comissão das Populações Tradicionais, criada pela Portaria nº 46 de 6 de maio de 1995. A Comissão cabe examinar os assuntos relativos às Populações Tradicionais, que o CNPT lhe submeter, apontando soluções para cada caso. Então, tanto a criação da reserva quanto seu Plano de Utilização devem ter o

aval desta comissão, bem como o da Associação dos Moradores da RERC, a comunidade tradicional.

O Decreto nº 98.897, de 30 de janeiro de 1990 (BRASIL, 1996, p. 13), dispõe sobre a RERC, e seu artigo 1º define a categoria da reserva como sendo “território destinado à exploração autossustentável e a conservação dos recursos naturais renováveis por população extrativista”. E, ainda, o espaço por ser de “interesse ecológico e social” o poder Executivo tem motivos substanciais para a criação da reserva (Art. 2º).

Para o Estado, além destas características, as áreas que possuem atributos “naturais ou exemplares de biota, que possibilitem a sua exploração autossustentável, sem prejuízo da conservação ambiental” devem ser utilizadas, porém em observância do futuro. As regras de uso do espaço físico, com limites geográficos definidos e desapropriações, que se fizerem necessárias ficam a cargo do IBAMA, que cumpre esta primeira fase da formação e a situação muda a partir de 2007<sup>161</sup>, assumindo o ICMBIO e em 2011 passa a fazer parte do programa ARPA. Em termos institucionais a RERC está bem amparada. Ver-se-á quando se examinar os resultados e sua consolidação.

O art. 4º do Decreto nº 98.897 de 1990 remete-se a

[...] exploração autossustentável e a conservação dos recursos naturais **regulada por contrato de concessão real de uso** [...] na forma do artigo 7º do Decreto Lei nº 271 (3), de 28 de fevereiro de 1967 [...]. § 1º o direito real de uso é **concedido a título gratuito**. [...]. § 2º o contrato de concessão incluirá o Plano de Utilização aprovado pelo IBAMA e conterà cláusula de **rescisão quando houver quaisquer danos ao meio ambiente ou a transferência de concessão ‘inter vivos’** (grifo nosso).

Estas são as regras de formação da RERC.

O referido plano (BRASIL, 1996, p. 15) apresenta o Decreto nº 99.145, de 12 de março de 1990, em que faz a descrição dos limites físicos – geográficos com 481.650 hectares de reserva descritos das cartas planimétricas SA. 22VB - Mazagão e SA. 22 VD – Gurupá, em escala 1: 250.000, elaboradas pelo Projeto RADAM (1973). Diante disso, veja-se o que é o Plano de Utilização para este espaço. Primeiro é o principal regulamento da reserva extrativista, nele estão descritas as regras de uso dos recursos naturais, bem como os direitos e os deveres de todas as pessoas que vivem daquele local.

---

<sup>161</sup> Neste ano foi criado o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), uma autarquia em regime especial. Criado em 28 de agosto de 2007, pela Lei nº 11.516, o ICMBIO, vinculado ao MMA integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). Sua função é a execução de ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o qual pode propor implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UC instituídas pela União. Ainda pode fomentar e executar programas de pesquisa, proteção, preservação e conservação da biodiversidade, bem como exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das UC federais. É quem atua junto à RERC.

A Portaria IBAMA nº 46 – N, de 6 de maio de 1994, cria a Comissão das Populações Tradicionais com a responsabilidade de aprovar o Plano de Utilização da RERC. A Associação de Moradores da RERC elabora o documento de acordo com a Portaria nº 51 – N, de 11 de maio de 1994, onde o documento informa que foi construído de maneira que todos participassem, com o apoio voluntário de pessoas que apoiam a causa. Assim, o plano foi entregue ao IBAMA, o qual fez algumas alterações, mas não mencionam quais, de maneira que fosse compatível com a Legislação Ambiental vigente.

Desta feita, a aprovação ocorre pela Portaria nº 27 – N/IBAMA e publicada no DOU de 19 de abril de 1995. A Portaria 99 – N, de 30 de novembro de 1995, aprova o Plano de Utilização constante do anexo I à presente Portaria assinada pelo presidente do IBAMA. Note-se que a reserva, criada em 1990, tem cinco anos depois, seu Plano de Utilização finalmente construído e aprovado. Como regulamento deve nortear a condução dos moradores e usuários dos recursos naturais na reserva existentes.

Passa-se a conhecer o Plano e posteriormente faz-se sua análise. A finalidade é “assegurar a sustentabilidade da reserva extrativista mediante regulamentação da utilização dos recursos naturais e dos comportamentos a serem seguidos pelos moradores”, condutas não predatórias incorporadas à cultura dos moradores e que devem seguir a legislação ambiental e o Plano de Utilização. Ao mesmo tempo o IBAMA quer assegurar-se que todos acatem as normas, por meio de instrumento de verificação e que usem o plano como guia para realizar suas atividades dentro de critérios de sustentabilidade econômica ecológica e social.

A responsabilidade quanto à execução do plano é de todos os moradores. É uma responsabilidade tanto coletiva como individual. Quanto aos problemas que decorrerem da execução do plano fica sob os cuidados dos fiscais colaboradores, representante dos núcleos comunitários, Conselho Deliberativo da ASTEX-CA e do IBAMA /CNPT, conforme cada situação. O Plano de Utilização cria uma estrutura interna para que o governo, na forma das instituições, tenha o controle da área, cuja categoria extrativista não suprime o interesse ecológico que se tem sobre ela.

Quanto às intervenções agroextrativistas e agropastoris, as famílias devem realizar suas atividades agroextrativistas na sua colocação, mesmo que haja descontinuidade deve respeitar os costumes e a tradição, de acordo com sua força de trabalho. A ideia que dá base à utilização da reserva é que todos precisam se comprometer com a conservação, por isso que o plano recomenda que devam realizar atividades que ajudem na melhoria da RERC, como limpeza e conservação dos ramais, varadouros, estradas, rios, lagos e igarapés; construção de

paiois e armazéns. Com isso, fica sob a responsabilidade das comunidades tradicionais a manutenção da reserva.

Outra responsabilidade é o plantio de seringueiras, castanheiras, açazeiros, fruteiras e outras espécies extrativas, assim como fazer o aproveitamento de capoeiras com plantios consorciados. Desta maneira promovem a reposição de espécies da flora que foram suprimidas e o aproveitamento mais eficiente dos recursos naturais por meio sistema que utilizam espécies agrícolas consorciadas. Este assunto foi mencionado pelos entrevistados como de grande importância para suas atividades.

O Plano de Utilização da RERC não permite a retirada da madeira para fins comerciais, apenas para uso dentro da própria reserva, na construção de casas, cercas, pontes, canoas e instrumentos de trabalho. Para cada árvore cortada quatro devem ser plantadas de outras espécies extrativas. Contudo é permitida a implantação de movelarias, pequenas usinas para a produção de palmitos, pequenas serrarias e olarias, e pequenos estaleiros navais da comunidade, que atenda às necessidades da reserva, com a autorização do IBAMA. As associações conseguiram pôr em prática estes pequenos negócios.

A madeira e o açazeiro para suprir as necessidades das serrarias e usinas comunitárias somente serão liberados mediante a elaboração e apresentação de projeto de manejo. A ASTEX-CA deve indicar um técnico com habilitação para colaborar na elaboração do projeto, o qual deve ser submetido à análise do IBAMA para aprovação. Outro ponto do plano é que a terra não pode ser arrendada, nem ser feito trabalho de meia, contratação de mão-de-obra, qualquer outro tipo de relação de trabalho que submeta à pessoa a condição de empregado nos trabalhos de coleta da produção extrativa, a menos que o indivíduo seja deficiente físico.

As Concessões para as Autorizações de Uso são feitas pela ASTEX-CA, com base no potencial produtivo dos castanhais e na força de trabalho familiar, a mesma promoverá o reordenamento de ocupação e uso desses castanhais de forma a permitir uma melhor distribuição de seus benefícios entre as famílias. Isto no alto Cajari. No médio e baixo Cajari a utilização dos açazais de igapós para a produção de vinho e palmito deve ocorrer mediante acordo entre as pessoas, que vem trabalhando na limpeza dos canais obrigando-se a cumprir o projeto de manejo mencionado anteriormente. Este assunto é considerado de relevância para a comunidade.

Nas áreas de floresta podem ser feitos roçados destinados a produção de alimentos, mas deve-se respeitar o limite máximo por família que é de 15 hectares (50 tarefas), incluindo capoeira, pasto, plantio e quintal, inclusive áreas abandonadas, com menos de cinco anos. Desmatar para fazer pasto, roçados nas margens dos rios, igarapés, olhos d'água, cacimbas

não é permitido. Deve ser obedecida a Legislação Ambiental que trata desta questão. Porém, a agricultura e a pecuária são consideradas atividades complementares e permitidas dentro da reserva com o propósito de garantir o sustento das famílias.

A criação de animais é permitida em pastagens cultivadas dentro de limites de 15 hectares (50 tarefas). A construção de cercas, chiqueiros e outras instalações ficam por conta do criador. Nas vilas somente será permitida a criação de pequenos e médios animais em cercas ou chiqueiros. A criação de bovinos nas pastagens naturais é permitida respeitando-se a tradição e os costumes dos moradores. Contudo, a criação de búfalos na região de lagos, onde não existe pasto natural, não é permitida. Apenas o gado branco, que deve ser criado em cercado é permitido, mas devem ser respeitados os limites de áreas estabelecidas. Item apontado como de grande importância.

Com relação à intervenção na floresta, é proibido o corte de árvores de espécie extrativa, como seringueira, castanheira, copaibeira, cumaruzeiro e andirobeira. A extração de essências, óleos, cipós, e mel de abelha somente são permitidos para fins comerciais mediante o cumprimento de proposta de manejo previamente elaborado por técnico habilitado em conjunto com extrativistas da reserva. O Plano de Utilização proíbe também o desmatamento para a implantação de roçados pastos e outros em áreas onde ocorrem maciços de bacabeiras ou qualquer outra espécie de palmeira dentro da reserva.

Quanto a intervirem na fauna, o plano incentiva a ASTEX-CA, por meio dos núcleos comunitários, a estimular a criação de animais silvestres, que já não existem ou que estão em número reduzido. Objetivam a alimentação, o comércio e o repovoamento destes indivíduos na reserva. É proibida a captura de tracajá, tartaruga, cabeçudo, jacaré, camaleão e mata-mata. A mesma proibição serve para a cata de ovos nos tabuleiros. Além desses, não se permite a captura de aves, filhotes e cata de ovos nos ninhais. Busca-se assegurar o máximo da fauna aérea.

No que se refere à fauna aquática, podem pescar para a sua sobrevivência e alimentação, contanto que respeitem a legislação ambiental em vigor. A pesca com explosivos, malhadeiras, acima de 20 metros de comprimento, não é permitida. Assim como, não se permite fazer tapagem de igarapés, limpeza de poços, batção, camboa, arrastão principalmente com o uso de timbó, cunambi, uassacú ou árvore-do-diabo. Qualquer uma destas substâncias tóxicas, naturais ou químicas são proibidas. O plano quer assegurar o máximo de segurança que garanta a biodiversidade local.

Para garantir o alimento, a ASTEX-CA, por meio dos núcleos comunitários, deve estimular a criação de peixes em cativeiro, principalmente as espécies ameaçadas e as que são



de pequena ocorrência nos rios, o que permite a alternância alimentícia, comercial e o repovoamento dos rios da reserva. Assim, assegura-se a sustentabilidade sem pôr em risco a biodiversidade local.

As áreas de uso comum, como rios, lagos, praias, barranco, dentre outros, podem ser utilizadas pelos moradores respeitando os costumes e as tradições reconhecidas pelas comunidades, como em outras situações a ASTEX-CA e o IBAMA/CNPT têm a responsabilidade de resolver. Além do uso, as nascentes, as margens dos rios, os lagos, igarapés, córregos exige-se a proteção quanto à derrubada em suas margens, conforme decreta a Legislação Ambiental. Estas regras são de conhecimento dos moradores, que procuram obedecer.

Mesmo assim, a fiscalização da reserva é feita pelos próprios moradores, primeiro nas suas colocações depois na reserva como no todo e em seu entorno. As denúncias quanto a irregularidades são feitas aos núcleos comunitários e à diretoria da ASTEX-CA, que é responsável também pela fiscalização da reserva. As queimadas em lagos e campos são consideradas como irregularidades sérias que devem ser imediatamente denunciadas. As penalidades, por irregularidades de tudo que se mencionou anteriormente, levam o infrator no ato da comprovação a advertência verbal, advertência por escrito, embargo das atividades e a perda da concessão de uso. Estas são as responsabilidades e as penalidades.

A ASTEX-CA também está sujeita as penalidades da Lei Ambiental impostas pelo IBAMA. De todo modo, o Plano de Utilização está sujeito a ser reavaliado e atualizado, conforme o aparecimento de novos conhecimentos e tecnologias, as quais possam contribuir com o desenvolvimento da reserva. Assim, as propostas de alteração do plano não podem entrar em conflito com a proposta filosófica da reserva. Em linhas gerais estas são as determinações do Plano de Utilização da RERC. É preciso informar que na época em que este Plano foi elaborado, o IBAMA/CNPT tinham o comando das UC, função que atualmente é do ICMBIO.

### **6.3 Regras para Utilização e a ação das comunidades tradicionais em relação à biodiversidade e a sustentabilidade na RNAM**

Ressalta-se que a Estratégia e Plano de Ação do Peru distancia-se, na medida em que o projeto da RNAM tem sua história específica em um contexto que cruza com os desdobramentos da CDB. Mesmo que o projeto não tenha tratado diretamente da RNAM abriu espaço para discussões quanto a sustentabilidade, biodiversidade e comunidades

tradicionais que vivem nestes lugares. Utilizar-se-á o documento Plan Maestro de la Reserva Nacional Allpahuayo-Mishana para exibir o que é permitido e o que não é consentido nesta UPNU. A seção que trata sobre as diretrizes específicas para o manejo de recursos pelas comunidades (2005, p. 41<sup>162</sup>) serve para organizar as advertências.

Situa-se para entender o contexto, onde ocorre a sobreposição de eventos históricos, que mesmo havendo independência se complementam. O documento mencionado contou com a participação de instituições governamentais e não governamentais, bem como cooperações técnicas internacionais. A presença das comunidades locais, tanto dentro da reserva como na área de amortecimento reconhecida, informa a presença da sociedade local.

As organizações como a Frente Comunal Territorial Nanay Mishana Allpahuayo (FRECO TENAMA), Coordenadora das Organizações Agrarias da Rodovia Iquitos-Nauta (COARIN), Coordenadora de Comunidades de la Cuenca del Nanay (CCCN), Coordenadora Agroforestal Indígena y Campesina del Peru (COICAP), Comitê de Mujeres Campesinas e Comitê (CMC) de Productores Agrarios de la Provincia de Maynas (COPAPMA) são os representantes sociais mencionados no documento.

As características da reserva com atributos naturais mostram a biota, a qual possibilita a sua exploração autossustentável, que precisa ser sem prejuízo da conservação ambiental, assim como deve ser utilizada, todavia em observância do futuro. As regras de uso do espaço físico, Resolución Presidencial nº 23-2014-SERNANP, com limites geográficos definidos e as desapropriações, que se fizerem necessárias ficam a cargo do SERNANP (PERU, 2014).

Além disso, o Decreto Supremo nº 010-90-AG cria o SINANPE com o objetivo do desenvolvimento sustentável do país, mediante a identificação e a gestão adequada de espaços do território, garantir a diversidade biológica, a conservação e os benefícios ambientais, sociais e econômicos para as populações atuais e futuras. Esta é a base legal da instituição em relação ao patrimônio natural do país.

A Reserva Nacional é uma categoria de território em que o espaço pode ter dimensões continentais e/ou território nacional marinho e devem ser reconhecidos, estabelecidos e legalmente protegidos pelo Estado. Tem importância para a conservação da biodiversidade e outros valores associados com interesse cultural, paisagístico e científico, bem como a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável. De acordo com o artigo nº 68 da Constituição Política do Peru, o Estado é obrigado a promover a conservação da biodiversidade nas áreas protegidas.

---

<sup>162</sup> A Resolução presidencial nº 112-2013 SERNANP de 9 de julho de 2013 aprova a atualização do Plano Mestre da RNAM pelos períodos de 2013 a 2018.

As características principais desta categoria de área protegida são a definição geográfica, a qual indica sua localização; extensão de seus limites claramente estabelecidos, por meio de um instrumento jurídico; planos de gestão do uso para alcançar a conservação em longo prazo de natureza; serviços ecossistêmicos associados e valores culturais constituídos; mantêm amostras de diferentes tipos de comunidade natural, paisagens e acidentes geográficos, particularmente aqueles que representam a diversidade única e distinta. Portanto, na finalidade da Reserva Nacional cabe ambos objetivos, a conservação e o uso sustentável.

A RNAM tem espaço com zonificação definida (ver Capítulo 5): zona para recuperação (ZR – 4%) (transitório e sua categorização, devido à intervenção humana, tem sofrido danos consideráveis a recuperação, ações para repovoamento, reflorestamento e manejo); zona para uso turístico recreativo (ZTR – 21%); zona silvestre (ZS – 35%) (pouca ou nula intervenção humana); zona de aproveitamento direto (ZAD – 17%) (utilização direta dos recursos para fins da sustentabilidade e em alguns casos comercialização); zona de uso especial (ZUE – 23%) (espaço ocupado com assentamentos pré-existentes a reserva, ocorre uso agrícola, pecuária e atividades que implicam o ecossistema). As mesmas devem ser respeitadas.

As comunidades devem fazer uso da RNAM e considerar a fragilidade dos recursos naturais em observância do comportamento das pessoas e a zonificação estabelecida. As regras devem ser cuidadas pelos representantes da Assembleia Comunal, pelos guardaparques e o INRENA, hoje aos cuidados do SERNANP. O Plano Mestre da RNAM (2005; 2007a) e o IIAP (2004) dão as diretrizes sobre os procedimentos que devem ser seguidos pelas comunidades. As interferências quanto ao uso não predatório, incorporadas à cultura dos moradores, bem como as demais condutas que devem ser seguidas para cumprir a Legislação Ambiental peruana são apresentadas.

Sobre as intervenções na fauna silvestre, deve-se respeitar as normas sobre a caça nos regulamentos internos firmados em acordos. É permitida a caça somente para autoconsumo. Proíbe-se a caça na época em que os animais se encontram em fase de reprodução. O número de animais que podem ser caçados é limitado por cotas, por mês e por ano e somente podem ser aprisionados, queixada, caititu, porco do mato (*Tayassu tajacu*<sup>163</sup>), paca (majaz - *Agouti*

---

<sup>163</sup> A carne de caça é vendida informalmente e a sua venda é ilegal, em caráter local ou regional. Não existem estatísticas oficiais sobre a sua comercialização (OJASSTI, 1993). No entanto, estima-se que a linha de grande importância econômica no comércio de produtos de animais selvagens (PULIDO, 1995; BENDAYAN, 1991). Castro et al. (1976), acompanhando os mercados de Iquitos, revelou que o fornecimento de carne de animais selvagens é de cerca de 242 kg/dia correspondendo a carne de 44% e 34% para sajino, Majaz. Estima-se que em Iquitos a venda destas carnes é entre 800 a 1000 kg a partir de segunda-feira a sexta-feira e dobre entre sábado e

*Paca*), outros da família dos roedores (aãuje - *Dasyprocta callida*), veado (venado - *Cervus elaphus*) e alguns tipos de aves (pucacunga - *Penelope jacquacu*) (GÁLVEZ, 1999). Número bem limitado de possibilidades.

É proibida por lei a caça de animais que já estão escassos, como macaco (monos - *funny monkeys*), papagaio (guacamayos - *Ara spp.*), anta (sachavaca - *Tapirus terrestres*), porco selvagem (huangana - *Tayassu pecari*). Cada comunidade é responsável por não cortar as árvores que dão frutos que alimentam os animais. Não é permitido o uso de armadilhas ou a caça com cachorro em grupo, o máximo que se pode levar é um cachorro. As rondas para caça devem ocorrer por temporada, o que permite a recuperação da fauna sem colocá-la em perigo de extinção.

Nas florestas de varillales existem plantas e espécies de animais que encontram condições para viver somente nestes bosques, portanto é proibido colher plantas e animais, que encontram condições para viver somente neste bosque, como a perlita de Iquitos, ave que só vive nos bosques de varillales altos da zona, a qual está entre as comunidades de Mishana, San Martin e Lhanchama e no eixo da rodovia Iquitos-Nauta. O uso sustentável dos bosques e a conservação dos animais permitem garantir a biodiversidade e a qualidade de vida das comunidades locais.

Na intervenção na floresta deve-se controlar a extração das folhas de irapay (*Lepidocaryum tenue*<sup>164</sup>) por pessoas que não vivem na comunidade, incluindo moradores que tenham saído no passado e que estejam de passagem, assim como familiares de *comuneros*<sup>165</sup>. Somente em casos excepcionais a comunidade deve autorizar, mediante assembleia plenária e a atividade deve ser supervisionada para não ocorrer abusos. Somente os *comuneros* têm autorização para aproveitar os recursos. Desta maneira evitam-se extrações ilegais.

As folhas de irapay devem ser colhidas maduras e que estejam mais abaixo na planta, conforme ensina o Plano de Manejo da palmeira. Não é permitido abrir clareira para colocar as folhas colhidas e armar a carga. A quantidade de folhas que uma família pode extrair mensalmente e anualmente é decisão tomada em assembleia comunal de acordo com o regulamento interno. Habitualmente ocorre no início do ano e no final do ano. O repovoamento de irapay deve ser feito, bem como é necessário fazer o controle do desmatamento em florestas inundáveis.

---

domingo. Pulido (1995), Alho (1995) e Brack (1997) estimaram uma venda mensal de 10 toneladas e Dourojeanni (1974) estimou uma oferta de 13,100t/ano (GÁLVEZ et al., 1999).

<sup>164</sup> Folha de palmeira espalhada por todo o Brasil na região do Amazonas, Venezuela e as partes mais quentes da Colômbia, Guiana e Peru. Encontrada no habitat tropical da floresta tropical, as folhas são usadas frequentemente como palha.

<sup>165</sup> É o nome que utilizam para se denominarem “comuneros”, os que vivem em comunidades.

As intervenções da comunidade na floresta em atenção sua peculiaridade - formada por cinco tipos de solo varillal alto seco, alto úmido, baixo seco, baixo úmido e chamizal - exige a necessidade de plano de manejo supervisionado e monitorado pelo SERNANP, nas áreas zonificadas para as atividades. É permitido tirar madeira das áreas de várzea e igapós (*thahuampas*) para lenha e madeira para construção, somente se for para autoconsumo. É proibida a extração de madeira para lenha e árvores (*sinchinas*) com fins comerciais. É permitida a retirada de madeira redonda pelos *comuneros* para fins comerciais nas ZUE, mas sob a supervisão dos guarda-parques/SERNANP.

A extração das árvores de madeira redonda para negócio deve ser permitida pelas comunidades e o volume máximo de caibros por família deve ser acertado em assembleia sob a coordenação do SERNANP. É permitido excepcionalmente, para pessoas de comunidades que não pertençam à RNAM e sua zona de amortecimento, a extração de algum recurso, como peixes ou madeira, somente para o consumo e não para fins comerciais e com a permissão expressa e extraordinária da comunidade e do SERNANP.

É proibido o corte de árvores para colher Pau mulato, jatobá (*huayos* - *Fabaceae Caesalpinioideae*) ou para lenha e para negócio. É permitida a extração de madeira adulta para serreria ou outros usos, como para o fabrico de casa, cerca, ponte, canoas, instrumentos de trabalho e outros; deve-se fazer o uso com muito cuidado e de acordo com a lei para o autoconsumo e com a permissão da comunidade, bem como do órgão gestor da reserva. Permissões e proibições sempre passam pela avaliação do SERNANP e pela assembleia comunal.

As diretrizes para utilização dos bosques de varillales<sup>166</sup>, em ZUE e ZAD é permitido somente com plano de manejo, com orientação de técnico habilitado indicado pelo SERNANP. Nos bosques de varillales, na zona de proteção estrita ZPE, é proibida a extração de recursos naturais. Contudo, um total de 10%, os mesmos devem ficar protegidos. O uso dos varillales também deve ser feito dentro de planejamentos em coordenação com o SERNANP e a assembleia comunal. É proibido o uso dos varillales explorados que estão em descanso e respeitar o rodízio que deve ser de três a cinco anos para sua recuperação total.

É proibido o corte de árvores que fornecem sementes. Deve-se respeitar os canteiros de árvore adulta e das quotas de extração por famílias. Também é proibido o corte de árvores maduras que servem de vigas, carvão e lenha. Para isso é necessário saber que varillales estão sendo aproveitados e os que estão em repouso e quais podem ser aproveitados no futuro,

---

<sup>166</sup> Bosques sobre areia branca conhecidos como varillales.

assim se tem varillales em produção constante. É a poupança dos *comuneros*, mas especialmente da biodiversidade local.

É proibido o desmatamento para agricultura e outros fins nos varillales, mesmo nas zonas classificadas como de uso especial de aproveitamento da madeira redonda. A extração deve ser seletiva somente das árvores jovens. A abertura de trilhas para a extração deve ser feita com o menor impacto possível. As cotas de madeira redonda devem ser estabelecidas anualmente por famílias estabelecidas em cada caso pelo SERNANP e pela assembleia comunal.

A retirada de madeira para moradores de comunidades vizinhas, que solicitem extrair a madeira para autoconsumo, necessita de autorização especial da comunidade e do SERNANP, os quais estabelecem a quantidade de paus que podem extrair. Os troncos de árvores dos varillales são geralmente delgados, retos e de madeira dura, resistentes, por isso são apropriados para construção da armação das casas. Dependendo do tamanho são usadas como caibros, vigas e outros. Então, a medida básica para o aproveitamento sustentável dos varillales deve estar baseada no saber tradicional dos mais antigos líderes que vêm praticando o uso dos recursos naturais desde muitos anos.

É proibido o corte de palmeira com fruto de buriti (aguaje - *Mauritia flexuosa*<sup>167</sup>) e espécie de palmeira (ungurahui - *Oenocarpus bataua*<sup>168</sup>). A colheita deve ser feita por um subidor. É proibido o corte de árvores frutíferas com o único fim de colher a fruta. Também é proibido colher (tamshi - *Heteropsis flexuosa*), conjunto de plantas trepadeiras que produzem raízes e servem para produzir artesanato. Deve-se ao menos garantir que fique as raízes de cada planta ou 1/3 do total quando tem mais de cinco. É proibido retirar cascas medicinais de árvores silvestres, tais como chuchuhuasi (*Maytenus*<sup>169</sup>), açúcar huayo (*Hymenaea courbaril*<sup>170</sup>), leche huayo, Leche caspi (*Cedrelinga cateniformis*<sup>171</sup>) e outros.

<sup>167</sup> O termo buriti é a designação comum das plantas dos gêneros *Mauritia*, *Mauritiella*, *Trithrinax* e *Astrocaryum*, da família das arecáceas (antigas palmáceas). Mais especificamente, o termo costuma se referir a *Mauritia flexuosa* (*Mauritia vinífera* Mart.). É uma palmeira muito alta, nativa de Trinidad e Tobago e das Regiões Central e Norte da América do Sul, especialmente da Venezuela e Brasil. Neste país, predomina nos estados do Amapá, Roraima, Rondônia, Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí, mas também encontra-se nos estados do Ceará, Bahia, Goiás, Tocantins, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Acre, Rio de Janeiro, São Paulo e no Distrito Federal. É também conhecida como coqueiro-buriti, buritizeiro, miriti, muriti, muritim, muruti, palmeira-dos-brejos, carandá-guaçu e carandaí-guaçu (FERREIRA, 1986).

<sup>168</sup> Possui mesocarpo fino e oleoso tem gosto de chocolate e é muito popular. Geralmente é embebida antes de ser degustada para suavizar a polpa. Ungurahui é usado em bebidas (como "chapo"), picadas e sorvetes. A madeira do caule é dividida e usada para pisos e para outras necessidades de construção. O endosperma duro é esmagado e comido para curar as picadas de cobras. Esta espécie de palmeira é comum em ambientes de altitude e pode ser bastante densa em áreas da Reserva. As pessoas costumam caçar nessas áreas.

<sup>169</sup> É também conhecida como espinheira santa (RAINTREE Tropical, 1996).

<sup>170</sup> Jatobá: árvore nativa, medicinal, uso da casca e das sementes (GREEN ME, 2016).

<sup>171</sup> Primatas da Amazônia peruana do centro-leste.

Intervenções nas zonas de uso comuns (ZAD), como rios, lagos, barrancos e outros podem ser realizadas pelos moradores, respeitando as tradições e os costumes reconhecidos pelas comunidades. A responsabilidade da fiscalização é feita pelos guarda-parques/SERNANP e lideranças comunais e fica para a assembleia comunal as decisões. As nascentes dos rios, bem como as margens dos rios, lagos, igarapés e córregos devem ser protegidos de derrubadas em observância da Legislação Ambiental. Os caminhos, varadouros, ramais e outros acessos devem ser conservados por todos; e novas vias somente podem ser abertas com autorização.

A pesca somente é permitida para os que vivem nas comunidades e proibida aos de fora da reserva. As comunidades devem organizar-se a partir da assembleia comunal e o SERNANP para protegerem as “cochas”, lagos de sua jurisdição. Para a pesca para consumo na lagoa, que esteja na jurisdição de outra comunidade é preciso pedir permissão. Os pescadores devem respeitar as regras quanto ao uso do material de pesca e as regras em cuja jurisdição se encontra a lagoa, bem como cooperar com a vigilância e proteção do lago frente ao visitante.

É proibido por lei a pesca com o uso de redes, tóxicos, bombas e fechar o rio por meio de tapagens obstruindo o rio. O barbasco<sup>172</sup> deve ser erradicado das fazendas de todas as comunidades. Também está proibido conduzir os peixes a entrar nas redes. O SERNANP, juntamente com as comunidades, deve estabelecer a medida das armadilhas que se usam nas lagoas. Quer dizer, não se pode usar o que lhes melhor aprouver e as regras devem ser obedecidas. Recomenda-se que as malhas das redes devam ser maiores que três polegadas, de preferência de quatro polegadas ou maiores. É proibido obstruir os canais que levam aos lagos.

E finalmente, as cotas de peixes serão estabelecidas anualmente, conforme o caso, em coordenação com o SERNANP. Autorizações excepcionais podem ser dadas caso haja emergência de saúde se a comunidade tem uma atividade ou outra devidamente comprovada. As mesmas proibições servem para as comunidades do eixo da rodovia Iquitos-Nauta, que vivem na área de amortecimento, bem como as permissões.

---

<sup>172</sup> Nome de vários tipos de plantas que são caracterizadas por um suco com efeitos narcóticos afetando peixes, mas não as pessoas; usado na pesca do rio; eles também são típicos da Colômbia e da Venezuela.

#### 6.4 Análise e comparação: as comunidades tradicionais e as reservas, biodiversidade e sustentabilidade

Ao tratar da análise e das comparações, percebe-se que os laboratórios de aprendizagem para o desenvolvimento sustentável, as APNU, parecem ser o melhor lugar para tal exercício (UNESCO, 2016; MMA, 2017). As mesmas são sítios para testar abordagens inovadoras. Combinam arranjos de governança, conhecimento científico, com vistas a redução da perda da biodiversidade, melhora da subsistência dos habitantes, promoção das condições sociais, econômicas e culturais para a sustentabilidade do meio ambiente.

Ainda, a reserva da biosfera integra três principais funções: 1) conservação da biodiversidade e diversidade cultural, desenvolvimento cultural socioeconômico e ambiental, apoio a pesquisa, monitoramento, educação, logística e formação ambiental. As reservas dividem-se em três áreas: zona núcleo para armazenamento, monitoramento e pesquisa; 2) zona de amortecimento, circundante ou contígua a área central para haver compatibilidade com as atividades ecológicas; 3) zona de transição de colaboração com as partes interessadas na gestão sustentável. Então, a Rede Mundial de experiências e ideias de Reservas da Biosfera são compartilhadas nacional, regional e internacionalmente.

Reforça-se que as reservas em estudo cabem nesta descrição acima. A reserva extrativista é um território, com fins de exploração em busca da autossustentabilidade, conservação dos recursos naturais renováveis pelas populações extrativistas que nela vivem. Prima pelo interesse ecológico e social (BRASIL, 1990; 2000). De outro modo, a reserva nacional se fundamenta na conservação da diversidade biológica, pela heterogeneidade dos diversos componentes dos ecossistemas e porque no interior dela se dão usos tradicionais dos recursos naturais por parte das populações locais (PERU, 2004).

As mesmas precisam ser utilizadas de forma sustentável, no entanto, alguns pontos se distanciam da realidade em que vivem as duas populações tradicionais nas reservas tomadas como *locus* de observação. A reserva extrativista tem uso específico e a reserva nacional prima pela conservação da biodiversidade<sup>173</sup>. Certo que as duas modalidades de reserva querem que a conservação da biodiversidade seja ponto fundamental, porém na reserva nacional os recursos naturais prevalecem em detrimento do uso dos mesmos. Isto não quer

---

<sup>173</sup> A primeira oficina de consulta (DS 006-99-AG, de 6 de dezembro de 1999) para a formação da RNAM tinha como justificava a floresta de *varillal*, possuir grande biodiversidade, possuir ecossistema frágil, contar com espécies endêmicas e raras e a necessidade de proteção. Somente na sequência, quando outras oficinas foram realizadas e novas versões do Plano Mestre da RNAM foram elaborados, como os de 2004 e 2005 é que se percebe a inclusão das comunidades tradicionais que nela habitam.



dizer que não sejam utilizados, mas as regras são mais rígidas, conforme se viu na exposição do Plano Mestre da RNAM.

De maneira geral, a relação das comunidades tradicionais com as reservas é de identidade com o local estabelecido, firmado e construído. As mesmas têm importância para a conservação da biodiversidade do bioma e outros valores associados, com interesse cultural, paisagístico e científico, bem como são espaços que permitem a sustentabilidade. Mas esta aproximação tem suas especificidades. A reserva extrativista tem como fim a extração e o comércio controlado dos recursos naturais, a outra não.

Entende-se que na gestão destas reservas a questão da sustentabilidade de seus habitantes é imprescindível, ao mesmo tempo que conservação da biodiversidade é o outro lado da moeda. Para as instituições responsáveis como ICMBIO e SERNANP, o desafio é grande, pois são os veículos das políticas públicas, seja de que ordem forem. Ou seja, as políticas que vierem têm o objetivo de assegurar a conservação, por meio do manejo, no cumprimento das regras firmadas nos planos de uso, apesar de nem sempre serem cumpridos. As próprias políticas, algumas vezes, não deixam alternativas para o uso com sustentabilidade.

No caso da RERC a relação é de conquista histórica do espaço, no qual sempre viveram e participaram de diferentes momentos culturais, políticos e econômicos e, portanto, de transformação. A mudança de *status* conferiu às comunidades tradicionais certa autonomia sobre o lugar e controle sobre as atividades econômicas que desenvolvem.

Note-se o que diz um de seus moradores antigos:

[...] conheci o Pedro Ramos, o Chico Mendes em Macapá, eles falaram tantas coisas e **a gente se juntou com a ideia de reserva extrativista**. Nós acatamos a ideia, viemos para a área e fomos batalhar dizendo para a comunidade que a saída era essa, a população muito pobre, [...] analfabeta (Informação verbal. Grifo da autora<sup>174</sup>).

A lembrança da construção da identidade do que hoje são é resultado da decisão que eles tomaram internamente.

E diz mais, “Apesar da situação financeira, saíamos de remo convencendo as comunidades, eu acho que as pessoas que se omitiam eram por falta de conhecimento. Agora, a galera que hoje está aí é bem informada” (Informação verbal, 2016<sup>175</sup>). Existe a preocupação em manter o território, a identidade extrativista e reforçar o processo de

<sup>174</sup> Dados fornecidos por Manoel Domingos Lopes, comunidade Itapereira, médio rio Cajari. Entrevista concedida em fevereiro de 2016.

<sup>175</sup> Idem.

construção do que possuem, como orgânico, ou seja, ter sido gerado dentro e pelos antigos. A extensão dos direitos adquiridos aos extrativistas que ficaram fora da área definida como reserva é um compromisso que permanece na agenda do CNS, pois percebem nos jovens a continuação do trabalho em estender as políticas públicas para os que ficaram na área de amortecimento.

As intervenções existentes no campo do agroextrativismo e agropastoril realizado por algumas famílias têm seu fundamento nos costumes e na identidade que precede a formação da reserva. O tema está ligado ao entendimento de território que foi construído ao longo do processo de formação da unidade. A primeira compreensão era de assentamento e, depois de muito discutirem e refinarem a ideia junto aos órgãos competentes, chegaram à conclusão que firmar a tradição exigia ficar dentro do local demarcado e não trabalhar e morar em outro local. Então, a reforma que buscavam não seria marcada por loteamentos e sim por perímetro.

Esta concepção foi conseguida depois de muita discussão, tanto com os habitantes do que viria a ser a reserva, com o movimento que ocorria no Acre, as autoridades políticas que ocupavam os cargos nas instituições-chave, INCRA, IBDF, MDA, bem como os políticos do estado do Amapá. A organização por colocações manteria a tradição e asseguraria o que já vinham fazendo. O conhecimento adquirido por anos de atuação junto às atividades econômicas “ajudou-nos apoiar no conceito dos assentamentos, juntamos com o de reservas extrativistas e no conceito de reserva indígena” (Informação verbal, 2016<sup>176</sup>). Estes entendimentos deram base à RERC.

Portanto, as atividades econômicas como, por exemplo, agroextrativistas e pastoris, já eram uma prática, mesmo que introjetada. A economia gerada pela RERC é ponto de atenção de todas as lideranças que movimentam este processo

[...] existe um vazio de atenção à economia extrativista e ao que gera trabalho para o estado do Amapá. [...] dos produtos existentes na RERC arrisco a dizer que o açaí gera mais empregos que a indústria de mineração no estado do Pará (informação verbal, 2016<sup>177</sup>).

As políticas públicas econômicas e ambiental tem dificuldade em serem conectadas aos projetos de tais atividades, as quais proporcionam a sustentabilidade das comunidades locais.

Assevera o interlocutor que “o açaí está na economia informal é uma economia que dá sustentação a estrutura econômica do Amapá, mas é marginal no processo [...] temos açaí,

---

<sup>176</sup> Dados fornecidos pelo senhor Pedro Ramos, vice-presidente do CNS. Entrevista concedida em 03 de fevereiro de 2016.

<sup>177</sup> Joaquim Belo, presidente do CNS. Entrevista concedida em 03 de fevereiro de 2016.

borracha, castanha, óleos, essências e outros” (Informação verbal, 2016<sup>178</sup>). O conjunto destas economias é que faz com este segmento defenda seu território e seu meio de produção. Aí a visão da região como uniforme, entende-se, que está se desmistificando. Contudo, as políticas públicas, especialmente a econômica, atrelada a ambiental, visto que os recursos naturais são parte da economia, mesmo que periférica, não são tratadas de maneira adequada no tocante às reservas.

A crítica que o CNS faz é a visão turva do governo em insistir em fazer políticas universais para a Amazônia, não conseguem alcançar as pessoas e a reserva com toda a sua especificidade constituída de vários ecossistemas, o que dificulta a sustentabilidade e interfere na biodiversidade, que têm a responsabilidade de conservar. Mas esses não são os únicos problemas que censuram, a visibilidade que os extrativistas não têm, os incomoda, asseveram que “o governo quer é atender o que ele tem na agenda, o que ele vai focando para a reserva que se transforme nos seus interesses políticos” (Informação verbal<sup>179</sup>).

Percebe-se que a RERC, com 26 anos de existência, com relação a sua história, os resultados da luta para sua formação e consolidação pautam-se no Plano de Uso, que aponta para o emprego dos recursos naturais, mediante planejamento de manejo. Além de desatualizado, no documento existe grande defasagem, mencionada pelos próprios interlocutores que ajudaram na elaboração, como o senhor Lopes da comunidade Tapereira ou Itapereira. Além de tudo, os jovens não conhecem as regras estabelecidas e muitas são descumpridas. As políticas públicas chegam à RERC, devido à força do CNS e da ASTEX-CA. Esta avaliação é evidente quando se percorre a reserva.

Algumas situações são semelhantes, mas existem grandes diferenças na RNAM. Essa tem como fim a exploração somente para o consumo dos recursos naturais, além do que o uso do manejo é recomendado. A despeito de ter menos tempo de existência, 13 anos, não existe associação forte que os ajude com a burocracia<sup>180</sup> junto às instituições e que consiga captar projetos e recursos para dentro da reserva. As regras do plano de utilização não são obedecidas e se entende a impossibilidade do cumprimento de tais regras. Na RNAM este fato implica em ficar sem ter como se manter somente com o que podem utilizar do lugar.

A exploração dos recursos naturais e a sustentabilidade têm características distintas, porque utilizam somente para seu uso e consumo e o que conseguem é pouco para assegurar

---

<sup>178</sup> Idem.

<sup>179</sup> Idem.

<sup>180</sup> Silva e Simonian (2015, p 164) já mencionavam a dificuldade que estas populações têm em lidar com a burocracia e em resolver seus problemas junto às instituições “as dificuldades dessas populações para proceder a uma conduta balizada em marcos legais, o que exige conhecimento, habilidade argumentativa e edificação de uma cultura organizada”. Este é o ponto que em especial a RNAM ainda tem um longo percurso a fazer.

qualidade de vida, que garanta o mínimo de condições. Na RNAM os recursos naturais e paisagísticos são prioridades. O resultado da formação da RNAM garante a posse da terra e o uso dos recursos naturais aliada à relação tradicional, visto que os mesmos são moradores antigos e detêm o conhecimento do manuseio da biodiversidade. Contudo, o Plano Mestre da reserva oficializou a responsabilidade de conservar os bosques de varillales e chamizal sobre areia branca, porém não lhes dão condições de assegurar a sustentabilidade.

O processo de construção desta identidade *comuneros* de reserva nacional não foi algo construído por eles, dentro de um processo orgânico histórico, e sim veio de fora para dentro. Foi construído por interesses relativos à conservação da natureza e por pessoas que não conheciam o modo de vida das comunidades que nela vivem. A atenção à conservação da biodiversidade fica acima de tudo. Aos *comuneros* cabe ser os guardiões desta riqueza. Quer-se dizer que sempre foram, mas agora a responsabilidade é dupla. A ausência de processo por eles construído e da inexistência de entidade jurídica que construa projetos e capte recursos prejudica as comunidades.

É certo que participaram do processo de discussão da construção da reserva, pelo menos é o que revelam os documentos (PERU, 1999; 2004; 2005; IIAP, 2007a). Contudo, o entendimento que eles têm fica expresso nas conversas e não o que está nos documentos

Os motivos por ter sido criada a RNAM foram os bosques de varillales, sistema de lagos, aves, insetos, mamíferos [...] os cientistas viram que os bosques são especiais com características muito específicas que não se encontra em outro tipo de solo, que se levantou sobre areia branca (informação verbal<sup>181</sup>).

A descoberta deixou os cientistas, que estudavam a área bastante preocupados e, ao mesmo tempo, entusiasmados com o achado.

A geomorfologia do solo confere ao ecossistema “uma forma de oásis onde estas manchas indicam bosques de varillales e chamizales. No momento da descoberta ficou sem tomada de decisão dos habitantes” (Informação verbal<sup>182</sup>). O que é importante neste momento é perceber o impacto do processo construído de fora para dentro, ou seja, os *comuneros* já vivem aqui e têm sua identidade local assegurada no mínimo de 46 a 80 anos de existência neste espaço. A informação mexe com toda a organização sociocultural e psicológica das comunidades que precisam repensar sua forma de ser *comunero* e pensar o lugar onde vivem.

---

<sup>181</sup> Dados fornecidos por Benjamin Rodrigues Flores, comunidade Mishana, rio Nanay. Entrevista concedida em abril de 2016.

<sup>182</sup> Idem, 2016.

Em todas as entrevistas ficou evidente a insatisfação com as regras que os deixava sem ter como usufruir o que a natureza lhes oferecia e o modo de vida que lhes era imposto, com exceção dos guarda-parques<sup>183</sup> moradores do lugar. No entanto, outros falavam com orgulho de sua responsabilidade nos cuidados com o ecossistema, diversos demonstraram que foi grande o encargo que assumiram **“cuidamos, protegemos os bosques pelo Estado também [...] todos que estão dentro da reserva sabem manejar fauna, flora, rios, lagos [...] em princípio víamos a reserva como um caos, [...] hoje já não mais”** (Informação verbal. Grifo da autora<sup>184</sup>). Note-se que alguns mudam de opinião, conforme sua posição de funcionários do estado ou não.

Algumas comunidades mesclaram a identidade anterior com a de guardiões dos bosques, bem verdade sempre foram, mas podiam utilizar com suas regras, sem pedir permissão, sem serem fiscalizados e até punidos, conforme expressa o Plano Mestre, agora o fazem pelo Estado. Saber utilizar, conhecer os bosques é intrínseco à identidade dos que vivem na floresta, portanto o manuseio dos recursos naturais é comum no dia a dia de suas vidas. A chegada do Estado na figura das instituições e cientistas criou regras, que os levou a ver que antes havia o caos e somente agora está “organizada”. As regras os reprimem e os colocam em situação de escassez de víveres para suprir as necessidades das famílias, já que falta planos de manejo frequentes.

A “organização” na reserva trouxe, além do impacto da identidade que os dividiu, “[...] não era para nos separarmos e sim fazer alianças, temos acordos comunitários **temos ideia de onde vem a depredação dos bosques estamos atentos e lutando** [...] há pessoas que não se conscientizam em conjunto [...]” trouxe inimizade com os vizinhos de Samito, por exemplo (Informação verbal. Grifo da autora<sup>185</sup>). A divisão das comunidades, especialmente das que vivem ao norte, trouxe mais impacto e divisão entre as demais, onde algumas se tornaram marginais devido não terem acatado as regras quanto à derruba de árvores e sua negociação.

A quebra das regras estende-se à fauna, à flora e aos rios com a pesca ilegal nas *cochas*. Tal atitude implica na identidade atual imposta. Diante disso, as normas estabelecidas impactam na cultura político-econômica e ambiental local e a sustentabilidade é posta em cheque de diferentes maneiras nas duas reservas. Esta diferença é perceptível nos dois lugares

---

<sup>183</sup> Estes profissionais, mesmos filhos da terra, são agora funcionários do SERNANP e têm um compromisso com sua profissão, em que o papel que exercem de “guarda” é fiscalizar os delitos e punir as infrações. Lidam com antigos conhecidos, mas são responsáveis pela proteção dos bosques, então possuem outra lógica que não é a dos *comunero*.

<sup>184</sup> Dados fornecidos por Alicia Piña, comunidade Mishana, rio Nanay. Entrevista concedida em abril de 2016.

<sup>185</sup> Dados fornecidos por Alicia Piña, comunidade Mishana, rio Nanay. Entrevista concedida em abril de 2016.

quando se obtém informações quanto a sustentabilidade das famílias e como conseguem garantir o sustento.

Na RERC

Esses seguimentos extrativistas se relacionam com o seu próprio meio, o seu próprio território em função da economia que eles têm. O que faz a relação dele é o modo de vida do meio de produção que ele tem nas mãos. [...] aqui na região no médio Cajari o carro-chefe é o açaí, então a relação é diferente do Acre que é a borracha, em outro lugar, como no alto Cajari é a castanha (informação verbal<sup>186</sup>).

O extrativista e o ambiente em que vive são indissociáveis e esta tarefa é parte da cultura econômica local.

O mesmo pode-se dizer do *comunero* da RNAM em que a relação com o meio ambiente é a mesma, pois depende do ambiente em que vive. No entanto, a ausência de trabalho de preparação para o momento de mudanças, possivelmente ocorreu apenas no início, pois não sabem precisar se os projetos descritos no Plano Mestre da reserva foram postos em prática. Pelos relatos dos que foram entrevistados não há ONG alguma trabalhando com as comunidades ou que os projetos elencados no plano tenham sido postos em prática, deixam transparecer que não saiu do papel o planejamento. A situação é de carência em boa parte das comunidades.

Contudo, o estudo realizado por Morey e Montalván (2013) menciona que as ONG Fundação Peruana para a Conservação da Natureza (ProNaturaleza), Diversidad Biológica de la Amazonia Peruana (BIODAMAZ) e o IIAP têm desenvolvido projeto de educação ambiental em parceria com o SERNANP junto às comunidades do interior da reserva e da área de amortecimento. Contudo, o trabalho não é o suficiente para promover o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida necessária para as comunidades da reserva.

Na RNAM a economia gira em torno da pesca e da agricultura. Pode ocorrer de realizarem algum trabalho como pedreiro, carpinteiro e obterem algum recurso que some. “Somos pescadores e agricultores, mas estas atividades não garantem boa quantidade de alimento que sustente toda a família. Plantamos banana, mandioca, papaia, cítricos [...] ocorre de realizarmos a retirada de Irapay, na época que o manejo prevê, caçamos pouco, mas não é o suficiente [...] precisamos de mais apoio” (Informação verbal<sup>187</sup>).

Bem a propósito as palavras de membro do CNS do Amapá lembra que

---

<sup>186</sup> Dados fornecidos por Joaquim Belo, presidente do Conselho Nacional de Seringueiros (CSN). Entrevista concedida em fevereiro de 2016.

<sup>187</sup> Artemio Mañez Ruiz, tenente governador Ninarumy. Entrevista concedida em abril de 2016.

Dependendo de onde está a unidade, um olhar geral não consegue ver, se a gente não for aos detalhes e vê cada um dos que vivem no território, onde ele está colocado. Então isso é uma dificuldade que se enfrenta quando se trata de política pública. **Porque os governos adotam políticas universais achando que vão alcançar as pessoas.** E não alcançam, ficamos sempre penalizados. Quando você faz o mapa de qualquer política pública de qualquer região do Brasil, existe um vazio em função dessa realidade que o meio impõe e ninguém o desafia (informação verbal<sup>188</sup>. grifo nosso).

Prova desta política generalizante pode ser observada nas reclamações dos moradores das reservas, onde se fez o *survey*, certamente cada uma com suas peculiaridades.

No caso da RNAM existe ausência de políticas públicas que preencham as lacunas abertas pelas restrições feitas as populações nativas, diferente da RERC. Os relatos dos interlocutores da RNAM deixam ver que a questão não passa, para eles, apenas em ver a região Amazônica de forma geral ou a adoção de políticas universais, mas da ausência delas. Tem-se entendimento que o Estado Peruano falta avançar em muito quanto ao atendimento dos direitos da cidadania, a qual se percebe desde o trabalhador que está na cidade, que dirá o que está no meio rural, e ainda morador de reserva. Este fica esquecido é o que se depreende.

Diante do descaso e da ausência de políticas que os atendam, apontam como

[...] o problema grande as comunidades que não estão conscientizadas, como Samito, Anquilla, Santa Maria de Nanay e Santa Maria [...] comunidades grandes que se tivessem conscientizado no tema de conservação estariam seguras se viesse projetos que eles trocariam a extração de recursos naturais (informação verbal<sup>189</sup>).

Os demais comuneros, os que procuram cumprir com as regras, como a não exploração dos recursos naturais veem o problema na falta de conscientização das comunidades citadas, justo as que ficaram fora do limite norte da reserva, já mencionado, a culpa da situação é atribuída às comunidades e Samito é a mais visada, pois quebra todas as regras quanto a exploração dos recursos.

Adiante continua na busca de encontrar saída e acrescenta, “mas de repente é uma forma de parar um pouco menos a extração [...] se houvesse projetos de política pública”. Na sequência expõe o que realmente entende “[...] agora não há trabalho nos estamos sem outra coisa ao que nos dedicarmos de onde vamos trazer para o estudo de nossos filhos, eles querem estudar, mas não há das autoridades do município, da prefeitura não se preocupam de ver uma

---

<sup>188</sup> Idem, fevereiro de 2016.

<sup>189</sup> José Pizango Magalhaes, guarda-parques, comunidade San Juan de Raya. Entrevista concedida em abril de 2016.

forma de trazer projetos que beneficiem estas populações” (informação verbal, 2016<sup>190</sup>). Finalmente, expressa o que realmente se passa dentro de sua comunidade e o que pensam.

As comunidades “transgressoras” das regras foram mencionadas por todas as demais que se teve acesso, pois sabem que têm potencial para a derrubada da floresta, visto que há de 30 a 40 pessoas que sabem manusear motosserra e possuem este equipamento. O açaí é sempre mencionado nas entrevistas como um recurso que entendem poder ser explorado, mas voltam ao ponto inicial, não existe projeto para desenvolver esta atividade. Então usa-se o que dizia o presidente do CNS do Amapá, Brasil, o que falta é uma visão mais minuciosa sobre o local e políticas não universais, que possam atender as especificidades.

O que se percebe é a ausência na RNAM dos direitos do cidadão, reforça-se, mesmo que esteja na Constituição do país, na prática não ocorre. Há de se considerar que se todos estes problemas acontecem juntos não somente dificulta o trabalho dos guarda-parques, como a RNAM pode estar fadada a deixar de existir, independente do que preconiza a CDB, e as metas estabelecidas pelas COP adotadas pelo Peru. Precisa-se de políticas públicas que assegurem alimento, água potável, educação formal e saúde. E que no mínimo, possam amenizar o que muitas comunidades, incluindo as da área de amortecimento, vêm passando.

Na RERC estas questões já estão bem adiantadas, os dirigentes das associações têm o conhecimento de causa e sabem a quem recorrer e como fazer, especialmente, a discussão política. Certo que existem outros problemas a serem resolvidos, como, por exemplo, energia, apesar de o linhaõ passar dentro da reserva, internet de qualidade, telefone, falta de capacidade de conhecimento técnico e de gerenciamento. Além disso, a maior fragilidade está na perda de credibilidade das lideranças de algumas associações por parte das comunidades. Esta fragilidade é um fato e todos os interlocutores mencionaram a questão

Ao captarem recursos e acessarem os projetos, que vem para a reserva, incorrem em desconfianças quanto ao recurso ser realmente utilizado nos projetos e não ser desviado para atender os interesses dos diretores das associações. Veja-se o que diz o senhor Domingos, do médio Cajari

As lideranças de hoje funcionam diferente daquele tempo a gente administrava uma associação transparente, para o povo, com o povo, hoje ninguém sabe o que acontece fica só entre eles por isso quando chega uma hora dessa não tem como explicar [...] olha dos presidentes das associações aqui dentro do Cajari o que está mais pobre sou eu, até brincam comigo, mas já disse vou morrer assim mesmo, o cara só tem interesse próprio (informação verbal<sup>191</sup>).

---

<sup>190</sup> Idem.

<sup>191</sup> Manoel Domingos Lopes, liderança da comunidade Itapereira ou Tapereira no médio Cajari. Entrevista concedida em fevereiro de 2016.



Tais comentários são recorrentes e um problema que preocupa a ASTEX-CA.

Notou-se que este é um problema que algumas lideranças de associação têm como necessário ser resolvida ao promover a transparência. Ozaney aponta saídas como:

[...] tivesse um seminário todo ano das organizações locais para que cada associação preste conta. É necessário ter mediador para resolver problemas de a associação tirar do meio pessoas que não tem capacidade e nada a ver com as associações, pessoas que só colocam a associações debaixo do braço (informação verbal<sup>192</sup>).

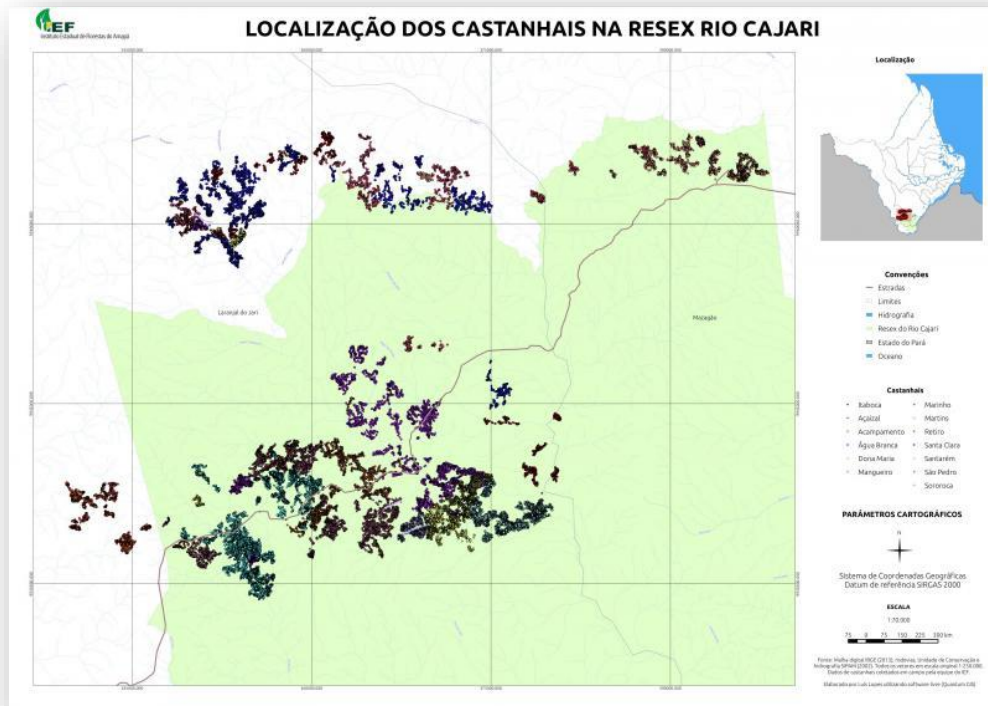
Em sua gestão, Ozaney para evitar a perda de credibilidade, trabalhou junto às escolas promovendo palestras para conhecerem a ASTEX-CA.

O CNS e a ASTEX-CA têm acesso ao Governo do Estado, ingressam nos sites que mostram os projetos oferecidos por instituições governamentais ou não governamentais. Os projetos que conseguem têm forte repercussão e resultados que lhes assegura atividade de importância dentro da reserva, como o projeto Carbono Cajari voltado para o Alto Cajari. Ouviram-se críticas, mas viu-se resultados interessantes. Mas, apesar disso, a gestão do recurso financeiro não deixou de ser objeto de desconfiança por parte das comunidades.

---

<sup>192</sup> Ozaney Ribeiro Pinto, presidente da ASTEX-CA em final de mandato, comunidade Água Branca no Alto Cajari. Entrevista concedida em fevereiro de 2016.

**Imagem 2-** Amostra da população de castanhais



**Fonte:** IEF (2013).

O projeto teve como escopo ampliar a conscientização ambiental dos moradores, por meio de programa de Educação Ambiental participativo e integrador. Segundo o documento, o respeito e o modo de vida das comunidades e sua relação com a floresta, lugar de morada, foram considerados. A iniciativa previu impacto positivo de longo prazo na conservação da “população de castanheiras” ao fortalecer o extrativismo e a cadeia produtiva da castanha do Brasil. Isso tudo aliado ao desenvolvimento que tem como meta a sustentabilidade e a conservação dos recursos naturais.

O Projeto Carbono Cajari passou pelas seguintes etapas: a) mapeamento dos castanhais, com o propósito de quantificação da produção e do potencial de emissão de gases de efeito estufas evitadas; b) fixação de carbono por meio da expansão da população de castanheiras nas áreas de roçado; c) melhoria da infraestrutura e processos de coleta, armazenamento, beneficiamento e transporte da produção; d) capacitação ambiental, produtiva e gerencial; e) capacitação e treinamento gerencial administrativo-financeiro. As mesmas foram trabalhadas para que todos participassem, o senhor Manuel Rodrigues alerta

para as “intrigas entre as associações, que os divide ainda mais” (Informação verbal, 2016<sup>193</sup>). Fato comum de ocorrer.

A realização do projeto foi feita pelas associações existentes na RERC, como pelas instituições de pesquisa e ensino. Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva Cajari (ASTEX-CA), Associação de Mulheres do Alto Cajari (AMAC), Cooperativa Mista dos Trabalhadores Agroextrativistas do Alto Cajari (COOPERALCA), Embrapa Amapá, Instituto Estadual de Florestas (IEF), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), Escola Família Agroextrativista do Maracá (EFAEX-MA), Escola Família Agroextrativista do Carvão (EFAC) e Conselho Nacional de Seringueiros dentre outros. O projeto foi patrocinado pela Petrobras Ambiental.

Note-se que a situação das duas reservas é bem distinta, mas se encontra semelhanças. No bojo desta discussão a biodiversidade e a sustentabilidade destas comunidades da Pan-Amazônia está sempre em jogo na agenda governamental. Neste sentido, o sustento das famílias necessita ser trazido à pauta, principalmente da RNAM visto ser prejudicado, devido não haver como negar a lacuna das ações públicas.

O distanciamento do Estado Peruano, somente presente via SERNANP, necessita ser definida e não somente com reuniões esporádicas. Mas, não se pode deixar de mencionar o sucateamento desta instituição, que precisa de recurso financeiro para seu estabelecimento e para ter mais pessoal qualificado que atue tanto na sede em Iquitos quanto junto às comunidades. Os governantes sabem pouco sobre o que esperar da reserva para o futuro e menos os *comuneros*. Veja-se é neste ponto que a sustentabilidade e a biodiversidade local são postas em cheque, bem como a qualidade de vida de todas as comunidades tanto dentro quanto na área de amortecimento.

Note-se como ocorrem as atividades econômicas em Ninahumy e Llançama. Elas são comunidades tampão, quando se entra na reserva pelo rio Nanay, vindo de Iquitos. A primeira tem em torno de 900 habitantes, dos quais somente quatro possuem empregos na UNAP ou em pequena empresa privada que acabou de se deslocar para Pucallpa. Llançama tem 400 pessoas e 78 famílias. As demais pessoas estão envolvidas com as atividades de agricultura, carpintaria, marcenaria e atuam como pedreiros. Quando aparece a oportunidade, constroem casas para os estrangeiros que possuem terrenos e se estabelecem no local.

Mencionam que antes havia programas, mas foi se acabando na medida que os anos passaram, bem como as ONG<sup>194</sup> foram embora. A seguir o que restou de um projeto de

---

<sup>193</sup> Dados fornecidos por Manoel Carlos Rodrigues, que já foi extrativista, e hoje é vigilante da Escola Estadual Água Branca do Cajari. Entrevista concedida em fevereiro de 2016.

criação de peixe em cativeiro. O tanque onde disseram ter havido o criadouro de alevino, mas que não deu certo. Existe pelo menos mais um tanque na mesma situação.

**Fotografia 7-** Tanque para criação de alevino desativado



**Fonte:** Imagem obtida na comunidade Ninarumy, por Marlinda M. Patrício (2016).

De todo modo, a necessidade por projetos sustentáveis é expressa nas conversas. “Pedimos ao governo capacitações para trabalharmos com turismo, peixes ornamentais, mas o que veio, logo não foi adiante, pois precisamos de técnicos para nos orientar nesta atividade, de novo, não fomos ouvidos” (Informação verbal<sup>195</sup>). Disseram que existe plano de manejo somente em San Juan de Raya, San Martin, Mishana, Porvenir e Yuto. O apoio veio por dois

---

<sup>194</sup> Dados fornecidos pelo senhor Wilder Torres, agente municipal, diz que existe uma ONG chamada de Luz e Vida, que está dando apoio com artesanato. Outra ONG, mas que não sabe o nome, comandada pelo senhor Walter Misho está se movimentando para resolver problemas de água potável para a comunidade de Ninarumy, mas sem sucesso.

<sup>195</sup> Dados fornecidos por Artemio Mañez Ruiz, tenente governador, comunidade Ninahumy, rio Nanay. Entrevista concedida em abril de 2016.

anos do SERNANP, com biólogos e engenheiros. Atualmente, o plano não é bem-conceituado pelas três primeiras comunidades<sup>196</sup>.

Então, apesar de terem mencionado projetos de piscicultura, não se encontrou a atividade em andamento. As comunidades mencionadas disseram não conseguir viver com o que obtém com a tentativa de plano de manejo com alevinos. Os entrevistados em San Martin mencionaram que pesca desportiva nas *cochas* seria mais interessante. Estas foram as possibilidades que mencionaram poder dar certo. O que se percebeu é que os estudos<sup>197</sup> que se levantou, já realizados na RNAM, estão voltados para a fauna e a flora local para mostrar a riqueza de biodiversidade e a fragilidade do lugar. Mas, a fragilidade da população que vive neste lugar não foi mencionada.

Em todas as comunidades visitadas dentro da reserva e as informações que passaram sobre a situação das demais, os problemas de saúde (malária, diarreia, tuberculose e gripe), água (não há água potável, mas contaminação), educação (as escolas que existem nas comunidades têm problemas com carência e ausência de professores, prédios em péssimo estado de conservação, sem merenda, dentre outros), falta de emprego e alimento são recorrentes. Mesmo que haja o manejo de *aguaia ou aguaje e irapay*, não é o suficiente para a manutenção das famílias.

É importante acrescentar políticas públicas para o acesso à água potável, dados obtidos pelo UNICEF, em 2010, informam que no meio rural peruano o total melhorado foi de 65%, o que alcançou somente 23% da população. A mesma porcentagem populacional conseguiu 46% de canalização do esgoto. A melhoria da sanitização foi de 27%, compartilhado 3% e esgoto aberto 28% (WHO; UNICEF, 2011). De acordo com o Instituto Nacional de Estatística e Informática (INEI<sup>198</sup>), 73% da população tiveram acesso ao abastecimento de água potável em 2009, enquanto que 57% tiveram acesso ao esgoto.

---

<sup>196</sup> Mesmo que tenham mencionado todos estes lugares, com projetos de piscicultura, conheceram-se os vestígios do que sobrou destes em Ninarumy. Os de San Juan de Raya, San Martin e Mishana não se conheceram, mas disseram não ter ido adiante.

<sup>197</sup> A maioria dos estudos estão voltados para a área da biologia. A RNAM é percebida como um lugar paradisíaco e a presença humana um problema. Existe um estudo sobre piscicultura, mas voltado para as comunidades da rodovia Iquitos-Nauta.

<sup>198</sup> O Centro Nacional de Planejamento Estratégico (CEPLAN) e do Instituto Nacional de Estatística e Informática (INEI) apresentaram o monitoramento e rastreamento Indicadores de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável “Metas para transformar nosso país”, sistema projetado pelo INEI, que servirá como uma ferramenta de apoio para rastrear e monitorar o progresso de metas de desenvolvimento sustentável (CEPLAN, 2011, INEI, 2009).



**Fotografia 8-** Água consumida na comunidade de San Martin



**Fonte:** Imagem obtida em abril de (2016) por Marlinda M. Patrício, comunidade San Martin (2017).

No âmbito do plano de desenvolvimento denominado “Plan Bicentenario” do INEI prevê aumentar para 85% até 2021 a satarização. Note-se que estes dados são para o meio rural, isso em 2009, mas as populações que vivem em reservas não são mencionadas nos levantamentos estatísticos. O reservatório de água para uso diário em San Martin é o que se está vendo na imagem exibida acima mostra as precárias condições de água para consumo na RNAM. Para atenuar a situação, dizem acrescentar hipoclorito de sódio, mas isto não é o suficiente.

Estas condições dificultam a melhoria das condições de vida nas comunidades e o alcance da qualidade de vida. O que pedem como política pública está mais voltado para uma sustentabilidade de médio prazo, do que de longo prazo. Veja-se que um dos objetivos da ENDB, mesmo que não se tenha mencionado comunidades tradicionais em reservas, não é estruturante e menos envolve o bem espiritual, físico, psicológico e emocional, além de relacionamentos sociais, saúde, educação, emprego, longevidade e poder de compra –

critérios para a qualidade de vida que meçam o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e proporcionem o bem-estar social.

O IDH, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), é uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação, expectativa de vida, natalidade e outros fatores para os diversos países. É uma maneira de padronizar a avaliação e medir o bem-estar de uma população, especialmente o bem-estar infantil, todavia existem outras interpretações. Segundo o Mapa Mundi baseado em dados de 2014, publicado em 2015, o índice do Peru é de 0,700-0,749 e no Brasil o índice é de 0,750-0799, então, (RELATÓRIO..., 2017) o IDH nesta base é considerado alto.

Entre 2002 a 2004 o governo peruano decidiu implantar ações de Segurança Alimentar e Nutricional, com a criação da Comissão Multisetorial de Segurança Alimentar, a qual formulou uma Estratégia Nacional de Segurança Alimentar (ENSA). Para tal, no conjunto das ações relativas aos programas sociais, 55% foram aplicados, contudo para a alimentação o recurso usado foi somente de 4%. Alguns problemas foram apontados, como o recurso financeiro destinado ao alimento ficar atrelado aos de outras políticas sociais. Diante de tal desorganização torna-se difícil cumprir com programas sociais voltados para o atendimento da desnutrição infantil (ALCAZÁR, 2007; SOUZA; BELIK, 2012). Outra dificuldade é a sobreposição de programas que não corrobora com a eliminação da fome.

No caso brasileiro tem sido observado um esforço para a adoção de uma política de alimentação baseada em ações multidimensionais e transversais entre as quais os órgãos executores dos diferentes programas se encontrem. No entanto, ainda assim há prevalência, especialmente em termos orçamentários, dos programas que visam facultar o acesso aos alimentos em detrimento das demais dimensões do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), a qual passa pelo acesso, disponibilidade, oferta e uso. Exibe-se no Quadro 15 os programas que se encontraram nos dois países.

**Quadro 15-** Programas da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN)

Acesso aos programas brasileiro	Acesso aos programas peruano
1) Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Agricultura Familiar e Companhia de Abastecimento (CONAB) distribuição de cestas de alimento; 2) Programa para aquisição de cisternas; 3) Programa de apoio à agricultura urbana; 4) Programa rede de equipamentos; 5) Programa de abastecimento água; 6) Programa cozinha comunitária; 7) Programa Banco de Alimentos; 8) Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); 9) Programa Bolsa Família.	1) Programa Vaso de Leite; 2) Programa Comedores Populares; 3) Programa Pequeno-Almoço Escolar 4) Programa Almoço Popular; 5) Programa Jantar Infantil; 6) Programa de Complementação Alimentar para Grupos em Maior Risco (PCAGMR); 7) Programa de Alimentação e Nutrição de Famílias em Alto Risco (PANFAR); 8) Programa de Alimentos para o Trabalho.

**Fonte:** Dados obtidos de Souza e Belik (2012) e organizados por Marlinda M. Patrício (2017).

O propósito é mostrar que as políticas públicas governamentais têm em sua agenda programas para o atendimento das populações, porém na maioria das vezes estão voltados no máximo para alcançar o meio rural, mas sem considerar as áreas prioritárias. No caso brasileiro, dos programas elencados boa parte alcançou a RERC, e no caso peruano, não alcançaram a RNAM.

No 4º Congresso Mundial de Reserva da Biosfera realizado, em março de 2016, em Lima aprovou-se a Declaração de Lima e Plano de Ação de Lima para o Programa MAB e sua Rede Mundial de Reservas da Biosfera (2016-2025), a qual será como um roteiro para os próximos dez anos. O papel principal das reservas da biosfera foi discutido na Agenda 2030 e seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), bem como o Acordo do Clima de Paris. O valor das reservas da biosfera para avançar nas questões como educação, alimento, água potável e trabalho para o desenvolvimento sustentável foi tratado. Aqui se selecionam os que precisam com urgência para a RNAM.

Assim, dos 17 objetivos, apresentam-se seis: no objetivo 1 – acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares; no objetivo 2 – acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição, bem como promover a agricultura sustentável; no objetivo 4 - assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, como promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; e no objetivo 6 - assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos. Se forem aplicados é possível amenizar a realidade atual.



Ainda, no objetivo 7 - assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos; e no objetivo 8 - promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos. São finalidades que ajudariam as comunidades da RNAM a sair da situação que se encontram (ONUBR, 2016). Quer dizer, os problemas são bem sérios e o que está sendo solicitado pede maior tempo até que consigam obter ganho para se manterem com suas famílias.

Mas entende-se imprescindível que o “Plano de Ação de Lima para o homem e o Programa da Biosfera (MAB) da UNESCO e sua Rede Mundial de Reservas da Biosfera (2016-2025)”, que saíram deste encontro, relacionem-se com as questões que necessitam ser levadas à efetivação nas duas reservas. Seleccionaram-se alguns dos objetivos e os possíveis resultados apresentados naquele documento, pontos encontrados nas reservas e que podem ser tratados na perspectiva da amostra em tela.

**Quadro 16-** Amostra de pontos de interesse das reservas

Objetivos	Resultados
A1. Reconhecimento de Reservas da Biosfera (RB) como modelos que contribuem para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (DPS) e Acordos Ambientais Multilaterais (AAM).	<p>Contribuições perceptíveis na RB para a realização dos ODS, que podem ser repetidas e ampliadas;</p> <p>Estabelecer parcerias pelo MAB e RB para a conservação da biodiversidade e para o benefício da população local e dos povos indígenas;</p> <p>Emprego RB como sítios prioritários e observatórios para a ação contra as alterações climáticas baseada nos ecossistemas.</p> <p>Criação de iniciativas inclusivas que integram o desenvolvimento sustentável e o meio ambiente. Etiquetas para produtos e serviços que refletem as metas da RB.</p>
A2. Seleção, planejamento e implementação aberta e participativa do RB.	<p>Desenvolvimento de diretrizes operacionais que fornecem um quadro global que leva em conta as diferenças regionais e as particularidades nacionais;</p> <p>Planos de produção e designação arquivo de implementação RB e gestão RB por meio de uma abordagem participativa que leva em conta as práticas, tradições e culturas locais e indígenas, e que se baseia na ciência;</p> <p>Desenvolvimento de planos e mecanismos de comunicação da RB para garantir a comunicação entre os gestores e RB ambas as partes interessadas e redes MAB.</p>
A4. Investigação, aprendizagem prática e oportunidades de formação para ajudar a gestão da RB e promover o desenvolvimento sustentável em si.	<p>Criação, manutenção e reforço de colaborações. Implementação de cursos e programas de formação e aprendizagem;</p> <p>Por meio de pesquisa para identificar boas práticas e aquelas insustentáveis, e compartilhar as lições aprendidas para informar os gestores RB;</p> <p>Realização de projetos de investigação em colaboração. Integração dos resultados da investigação em planos de gestão.</p>
A5. Sustentabilidade econômica do RB.	Publicação de um compromisso por parte das autoridades nacionais ou para financiar sub RB.
A6. Funcionamento eficaz da Rede Mundial de Reservas da Biosfera, com o cumprimento de todos os seus RB Marco Estatutário	Implementação de um processo de avaliação periódica, tal como estabelecido no quadro legal.
B.6. Cooperação transnacional e fronteira entre RB	Criação de acordos de geminação operacionais.
B.7. Uma rede interdisciplinar ativa e aberta de cientistas portadores / conhecimento com uma visão de MAB e uma missão comum.	Desenvolvimento de um programa de pesquisa conjunta e partilha de conhecimentos.
C2. Reconhecimento do Programa MAB como um parceiro fundamental da UNESCO e outras organizações internacionais e convenções relevantes.	Criação, manutenção e reforço das relações entre programas e entidades da UNESCO MAB e outros. Referência ao MAB e o RB no C / 4 e C / 5 Unesco.
C4. Reconhecimento do Programa MAB como um parceiro-chave do setor privado	Criação, manutenção e fortalecimento das relações com o setor privado.
C6. Contribuição para as atividades do RB por empreendedores e empresas sociais	Novas ideias, mecanismos de colaboração e de participação em RB para empreendedores e empresas sociais.

**Fonte:** Plan de Acción de Lima (2016). Organizado por Marlinda M. Patrício (2017).

Tanto a RERC e especialmente a RNAM precisam que seus gestores percebam que o emprego da RB como sítios prioritários e observatórios para a ação contra as alterações climáticas, baseada nos ecossistemas, possivelmente é uma saída. A aparente “ausência de possibilidades” encontradas na RNAM podem ser resolvidas. Reflete-se que o local é um reservatório não exclusivamente de fauna e flora de bosque frágil, mas que o serviço ambiental que o local presta aos turistas, bem como a soma para as demais RB no planeta precisam ser consideradas e um retorno aos *comuneros* garantido. Refere-se mais a RNAM devido à ausência de políticas públicas econômicas ambientais voltadas para aquelas comunidades, pois o que existe é escassamente socializado.

Entende-se que este ponto apresentado envolve os demais, os quais foram ressaltados no quadro 16. Os objetivos, possivelmente a partir do mencionado acima, mobilizarão os demais. Evidente que os objetivos organizados pelo Plano de Ação de Lima foram dispostos com esta finalidade, porém como se organizaram, estão voltados para atender duas particularidades, em que uma delas considera-se crítica. Então, gerir a RB na RNAM, com atenção ao clima, ao oxigênio que a floresta libera, é considerar que as comunidades possivelmente tenham saídas para promover melhores condições, qualidade de vida e bem-estar, sem mexer nos recursos naturais. Esta é outra possibilidade que a RERC também pode usar.

Por outro lado, o SERNANP tem a tendência de ver algumas reservas como lugares para o turismo e neste sentido se mobiliza para tal. Percebe-se que outras possibilidades ventiladas nestes vários encontros da COP e voltados para a melhoria do planeta não são levados para dentro das comunidades e discutidos com os *comuneros*. Os interlocutores mencionaram repetidas vezes as possibilidades apresentadas de retirada da madeira, folhas de palmeira, peixes, mas nenhuma destas atividades lhes dá o sustento seguro, que permita a qualidade de vida. Então, se vê que é preciso assegurar outras.

Todavia, os *comuneros* compreendem a possibilidade de projetos que envolvam o turismo recreativo, os quais querem ser treinados para trabalhar, bem como projetos para plantas medicinais e frutos silvestres. Outro ponto importante que se deram conta é a “[...] mitigação relativa à mudança climática, a importância do bosque, fauna e flora, as *cochas*, a fragilidade do lugar que guardamos e conhecemos todo o ciclo ambiental que envolve o ambiente maior [...]” (Informação verbal<sup>199</sup>). Justo o que se mencionou anteriormente. Esta é

---

<sup>199</sup> Julio Sanchez Perez, tenente governador, comunidade Llanchama, rio Nanay. Entrevista concedida em abril de 2016.

uma possibilidade que precisa ser trabalhada pelo SERNANP, bem como apoiar a formação de comunidades e associações fortes que desenvolvam e sejam legalmente representativas.

Ainda pode-se acrescentar outros problemas

[...] indicamos uma assembleia para resolver com o sr. Carlos, mas há problemas deste tipo em todas as outras comunidades da reserva. Em Lhanchama tem albergue, empresa privada, onde trabalham 20 pessoas, *comuneros*, de segunda a sábado. Eles fazem limpeza, compras, dão apoio ao cultivo na rodovia, mototaxiam, não há um posto, são diferentes tarefas, de dia é uma, de noite é outra [...]. Com o que ganham não dá para sustentar uma família de cinco filhos [...] **a única fonte de trabalho e ganho era a madeira, ficamos sem nada [...] ficamos com o recurso da pesca que conseguimos** de 20 a 30 sóis para comprar, arroz, açúcar, ajudar as crianças a ir para a escola (grifo nosso, informação verbal.<sup>200</sup>).

As revelações são comuns as comunidades que estão dentro da reserva, como as que estão na área de amortecimento, por isso é necessário se pensar além.

A comunidade mais estruturada é Mishana, com 182 pessoas e 16 famílias. A formação da reserva trouxe impactos significativos como a saída de famílias que não aceitaram as novas regras e sanções, como a ruptura com outras comunidades ao norte dos limites da reserva, devido as normas estabelecidas e o controle do Estado. Veem que a saída pode ser o turismo ecológico, mas como as outras comunidades, mencionaram que precisam de capacitação.

Esta situação afeta as comunidades desde a formação da reserva, pois não veem as políticas públicas chegarem de maneira efetiva.

[...] em Mishana temos um albergue, é propriedade particular, mas não nos beneficiamos [...] o turismo está entrando e nós estamos fora, vem de Iquitos gente para trabalhar, artesanato, guias e nós estamos aqui, me pergunto por que isto é permitido? Por que somos ignorados? [...] foi firmado o convênio para o porto principal, onde municipalidade e SERNANP conversaram para ser feito em Mishana, Santa Clara, Ninahumy até 2018, mas não conversaram com a gente (informação verbal, 2016<sup>201</sup>).

As oportunidades para que haja políticas públicas voltadas para o atendimento das comunidades diante das regras da reserva são poucas e não são socializadas.

San Martin é uma comunidade dentro da reserva e tem 65 pessoas com 12 famílias. A comunidade tem artesãos que constroem barcos e anseiam por projetos que os orientem em novas atividades que traga retorno financeiro. Manejam irapay e madeira roliça, açai, extraem seringa, plantam banana, mandioca e tem algumas frutas, mas os produtos não são o suficiente

---

<sup>200</sup> Idem.

<sup>201</sup>Jairo Ramirez Piña, morador de Mishana, rio Nanay. Entrevista concedida em abril de 2016.

para levar e vender na feira. Caçam poucos animais no bosque, o que não é o suficiente para manterem suas famílias. Falaram das dificuldades para a sobrevivência de suas famílias.

Para isso, sugerem a capacitação para o turismo vivencial, outro formato de turismo, pois acreditam ser uma forma de negócio, o qual possam obter recurso financeiro, porém as capacitações não saem. Projetos para semear as áreas de varillales também são mencionados pelo órgão gestor, mas não obtêm retorno para o andamento do trabalho. Todos têm seus setores e procuram não invadir os domínios do outro. Aguardam que o SERNANP mude a situação.

Apesar de não concordar com a formação da reserva, ajudam em sua manutenção e no trabalho dos guarda-parques. A construção da rodovia Iquitos-Nauta trouxe sérios problemas, pois ajudam a cuidar e estão atentos às invasões

[...] a formação da RNAM trouxe melhoras, mas não adianta muito, pois somos cuidadores da reserva e não ganhamos nada com isso, nem bote, lanterna, trabalhamos, mas sem nenhum apoio [...] precisamos de apoio para a associação que estamos formando, para a educação, para o trabalho que precisamos, mas não chega nada disso, por isso a maioria está descontente e pedem que eu mencione no seu trabalho (informação verbal, 2016<sup>202</sup>).

Estas observações quanto a ajudarem como guardiões da reserva foi encontrada em algumas comunidades tanto dentro da RNAM quanto na área de amortecimento e a constante solicitação por ajuda.

Em San Juan de Raya trabalham com manejo de madeira, mas afirmam não haver motivação

[...] não há projetos para saúde, educação, cuidados com a água que bebemos, somos 75 pessoas e 20 famílias, existimos há 50 anos, não temos apoio para levar qualquer produto para o mercado, não recebem capacitação para artesanato e trabalham somente com o SERNANP [...] a municipalidade não nos apoia pois diz não ter dinheiro temos pessoas que fazem botes, o valor depende do tamanho, um custo mais ou menos de 500 a 800 soles, depende do tamanho [...]. Plantam nas chácaras [...] e assim levamos nossas vidas (informação verbal, 2016<sup>203</sup>).

Os problemas são os mesmos, não se vê que tenham opiniões diferentes quanto a saídas para as questões existentes na reserva.

Diante do que foi exposto, o MINAM apoia o Plano de Uso Turístico e Recreativo da Reserva Nacional Allpahuayo-Mishana 2013-2018. O SERNANP está à frente deste empreendimento, o que já foi comentado pelos interlocutores não terem sido consultados

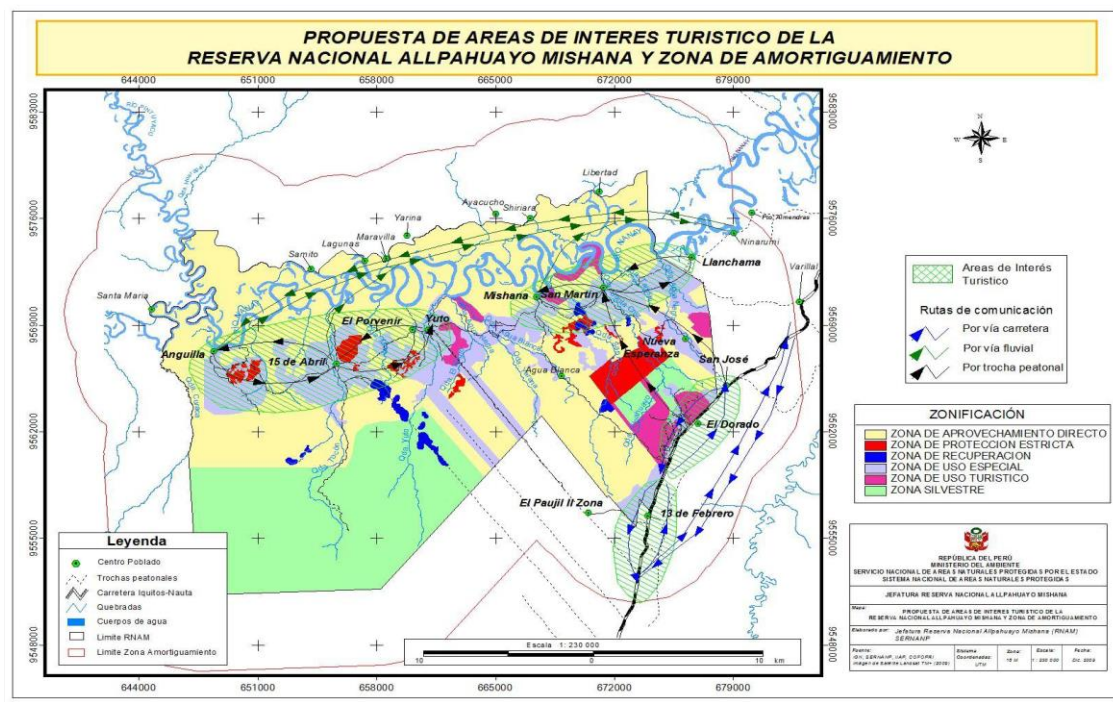
---

<sup>202</sup> Alex Lomas, Hitler Pezo, agente comunitário, Rafael Aijo, Rafael Donhes, comunidade San Martin, rio Nanay. Entrevista concedida em abril de 2016.

<sup>203</sup> Idem.

quanto à elaboração do empreendimento. As áreas de interesse turístico priorizadas aparecem no Mapa 4

**Mapa 4-** Propostas de turismo para a RNAM e seu entorno



**Fonte:** MINAM (2013).

As áreas de interesse dentro da reserva estão todas na margem direita do rio Nanay e incluem as comunidades Anguilla, 15 de abril, El Porvenir, Yuto, Mishana, San Martin, Llanchama. As rotas abrangem as vias fluvial e terrestre. As comunidades de El Dorado e 13 de Febrero, na área de amortecimento, passam pela rodovia Iquitos-Nauta. As rotas de turismo abarcam as zonas de proteção restrita (ZPR), zona de aproveitamento direto (ZAD), zona de uso especial (ZUE) e zona de turismo (ZT). Com esse planejamento entendem incluir a RNAM na rota do turismo de Loreto.

Além desta rota apresentada já existe no km 26,8, da rodovia Iquitos-Nauta, local de turismo dentro da reserva, como pode ser visto na Figura 9, onde há alguns atrativos locais já consolidados. Veja-se o Orquidário, Frog Pond e trilhas em florestas primárias ou florestas de areia branca varillal, floresta secundária, as quais têm folhetos, material interativo com referências e vários painéis. O SERNANP procura promover outra reserva objeto de conservação, tais como florestas inundáveis, localizado do outro lado da terra. O Centro de Investimento Allpahuayo (CIA), em terrenos adjacentes, uma parcela que alcança as comunidades de Mishana e San Martin.



Figura 9- Cartaz ilustrativo do Caminho do Biocircuito da CIA



Fonte: IIAP (2013).

O cartaz acima apresenta, bem como o mapa anterior, a ideia do turismo na reserva. Na fronteira deste empreendimento funciona o Instituto Nacional de Inovação Agrária (INIA) e o Centro Experimental “El Dorado” o que forma um complexo turístico e de investigação, bem como um centro de turismo já em funcionamento. Então, parte do turismo está funcionando e o que falta é o que está previsto como proposta de áreas de interesse para turismo, o qual é mais amplo, conforme mostra o mapa da reserva já mencionado (Mapa 4).

Na RERC o turismo não é o ponto forte, mas também não está descartado. O ICMBIO tem se preocupado em preparar as APNU para receber visitantes, com qualidade e segurança, - uma das prioridades do MMA e do ICMBIO. Os esforços das instituições para a consolidação da visitação têm resultado em crescimento do número de visitantes. As lideranças das associações, como o senhor Chiquinho da ACIOBIO mencionaram que o médio e baixo Cajari, incluindo a região do Ajuruxi são lugares belíssimos e que o turismo de

convivência é o que mais interessa, porém diz ainda não estarem preparados para receber, pois falta preparação para muitas famílias.

Esta é uma alternativa para projetarem as APNU, as comunidades terem recurso financeiro que não seja somente o extrativismo ou a espera por projetos de políticas públicas econômicas ambientais. No caso da RERC os projetos relativos ao plano de manejo têm assegurado as comunidades que adotaram, mas não se pode descartar a existência do desmatamento que afeta tanto a sustentabilidade futura da RERC quanto a biodiversidade. Vale olhar para a área de amortecimento das reservas, que apesar desta área ter relações estreitas com o interior, como a que ocorre na RNAM e menos próxima, no caso da RERC. Portanto, nestes lugares o desmatamento é uma maneira de ocupação e avanço sobre a APNU.

Antes é necessário lembrar que dois empreendimentos dentro da RERC causaram forte impacto, a abertura da BR-156 e o linhão para a transmissão de energia, o qual até a data da pesquisa, fevereiro de 2016, ainda não havia “baixado” a energia para o alto Cajari<sup>204</sup>. Este último empreendimento trouxe problemas ambientais sérios, em vista do desmatamento na área ter sido feito as proximidades dos igarapés e os ter secado. O processo que leva a mitigação ou compensação para as comunidades atingidas, como Santa Clara e Água Branca, não foram feitos, menos para as demais comunidades por onde passa o referido linhão.

O histórico da reserva mostra o recuo da empresa Jari e a resistência em não querer mais acordo. Contudo os interlocutores informam que houve várias tentativas de retornar com projetos, segundo eles “duvidosos”, os quais não permitiram a aprovação nas assembleias. De toda maneira, a tentativa de expansão para o interior da reserva está sempre sob vigilância quanto ao que emitem de propostas para a ASTEX-CA.

Mas se observar melhor a área de estudo do projeto abrange de noroeste a sudoeste da RERC, bem como os mesmos limites da área de amortecimento. Vale lembrar o que se tratou acima sobre a Reserva da Biosfera, o que se entende o projeto não levar em consideração. Neste sentido, o contato bastante próximo, visto que as comunidades desta área mantêm relação com o município de Laranjal do Jari e, portanto, com o interior na RERC. Aqui não se

---

<sup>204</sup> O programa Luz para Todos não chega para a reserva sob a desculpa de que no momento do levantamento o Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado (IEPA), responsável pela elaboração do EIA/RIMA não cumpriu com alguns requisitos exigidos do Termo de Referência (TR). Houve a intervenção do ICMBIO que multou, mas já deu licença para a construção do poste de fixação e desmatamento. Falta o Estado se movimentar. Fez-se o pedido para a Casa Civil (CC) da Presidência da República e o Ministério de Minas e Energia (ME). A alegação para não baixarem a energia para a região do Alto Cajari é que há controvérsias quanto a subestação ficar no Maracá a 80 km, acham melhor ficar no Laranjal do Jari a 60km. Então, se Laranjal do Jari trouxer fica sob a responsabilidade da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e da ELETRONORTE. No entanto, a prefeitura de Laranjal do Jari não interfere e aguar a contrapartida do estado CEE e da Casa Civil do estado.



está colocando em cheque o projeto, mas analisando se seus objetivos serão postos em prática em favor da biodiversidade e da sociodiversidade existente na região do estudo.

O projeto tem como escopo também a atenção para evitar o desmatamento

O Projeto REDD+Jari/Amapá concilia duas atividades altamente sinérgicas: o manejo florestal certificado e as atividades complementares para a Redução de Emissões de gases de efeito estufa provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal, através da inclusão social e desenvolvimento socioeconômico local, monitoramento do desmatamento e degradação florestal, segurança fundiária e vigilância patrimonial (O PROJETO REDD+JARI AMBIENTAL, 2013, p. 44).

Percebem-se os objetivos bastante instigantes, mas quando se conhece que o Plano de Utilização da RERC vê-se que está desatualizado. As recentes discussões sobre o tema sobre a redução dos Gases de Efeito Estufa (GEE) necessitam ser incorporadas ao documento.

Segundo o estudo, as atividades do projeto foram desenhadas e concluídas de modo a promover o uso responsável dos recursos da floresta, sua conservação, redução do desmatamento e da emissão de gases efeito estufa, e relacionadas à proteção da biodiversidade, e dos recursos de água, e à promoção da investigação científica aplicada. A proposta está dentro da política ambiental que os *stakeholders* buscam ter, uma conduta condizente com as expectativas da sociedade. Contudo, não se pode perder de vista o que as mesmas obtêm como retorno de tais investimentos e se o prometido é cumprido.

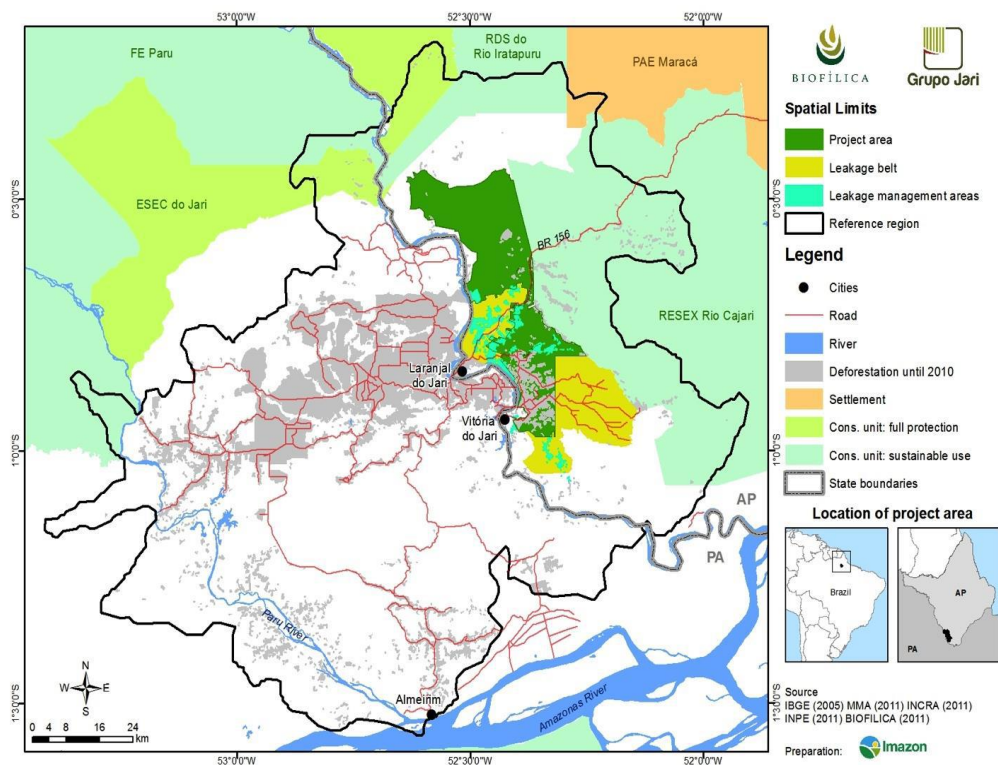
As comunidades alegam que não seriam beneficiadas pela intervenção, na medida em que o projeto abre um “[...] buraco nos limites da reserva [...], outra é que “[...] as famílias não seriam beneficiadas com assentamento [...],” além disso, “[...] haveria retirada de madeira no plano de manejo que defendiam ser de caráter empresarial, e ainda, não haveria emprego para as famílias, pois defendemos o manejo comunitário [...]” (Informação verbal<sup>205</sup>). De todo modo, o tema está na pauta da discussão e precisa ser tratado nas reuniões das associações.

Veja-se no Mapa 5 os contornos da área do empreendimento e as propostas.

---

<sup>205</sup> Informações concedidas por Adamor, presidente da COPERALCA. Entrevista concedida em fevereiro de 2016.

**Mapa 5-** RERC, área de amortecimento e os projetos que a envolvem



**Fonte:** Dados obtidos do relatório da BIOFÍLICA Investimentos Ambientais S/A (2013).

Nesta figura é possível verificar na legenda os espaços que abrangem o projeto e a parte da área de amortecimento da RERC, ao que eles denominam de “área de vazamento, cinto de vazamento” (BIOFILICA, 2013). Essas são as áreas de manejo que foram definidas por critérios acertados para serem desmatadas até 2010, localizadas próximas às comunidades de atuação do Projeto REDD+Jari/Amapá. Outro ponto a ser considerado é que no interior da RERC está contabilizado no referido projeto, como constituição de unidade de uso sustentável, ou seja, a área do empreendimento inclui a reserva, que tem seus próprios planejamentos.

Afora este projeto existe sobreposição de ações, como o Plano Maracanaquara ao norte da reserva, portanto dentro das UC já existentes. Mas além destes projetos existe o da Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (RENCA) que se sobrepõe a todos estes e abrange o noroeste e sudoeste da RERC. A sobreposição de projetos, caso não haja fiscalização dos órgãos competentes o mesmo pode perder o controle da situação, bem como seus moradores, que na maioria das vezes não têm conhecimento dos planos, menos de seus objetivos e das empresas sobre o local. A questão é se estes projetos abrem para o

desmatamento e mineração na área comprometendo a RERC. Ao que tudo indica a questão inspira constante instabilidade na área.

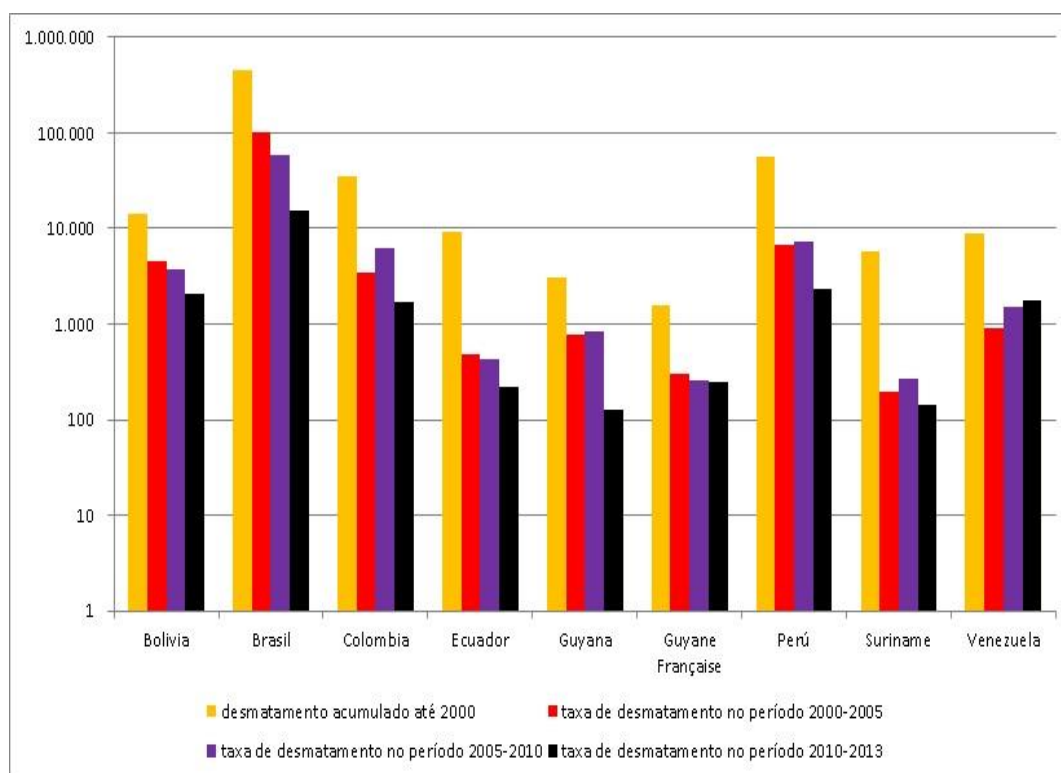
Decisões governamentais podem mudar o futuro das APNU. De toda maneira, não se pode deixar de atentar que o desmatamento na Pan-Amazônia tende a diminuir, visto a pressão internacional. Em vista disso, ainda é alto, diz estudo da Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG). Os dados mostram que entre 2000 e 2013 foram desmatados cerca de 222.249km<sup>2</sup> na região. Não obstante, a RAISG (2015) revela que entre 2000 e 2013 ocorreu uma desaceleração na perda da cobertura original da Amazônia em relação ao período 1970-2000. Apesar disso,<sup>206</sup> reforçam que os números continuam altos na região para os três períodos analisados (2000-2005, 2005-2010 e 2010-2013).

A publicação do Desmatamento na Amazônia (1970-2013) analisa as tendências históricas e recentes do evento ocorrido em todos os países da Pan-Amazônia e conclui que o acumulado até 2013 corresponde a 13,3% da cobertura florestal original da Amazônia. Estima-se que a maior perda de floresta (9,7%) ocorreu principalmente entre 1970 e 2000, enquanto que entre 2000 e 2013 a perda ficou em 3,6%. Percebe-se claramente a tendência para a desaceleração do desmatamento que se apresentou no intervalo de treze anos, o qual corresponde de 2000 a 2013, com clara conexão entre Brasil, Bolívia e Equador.

Na Colômbia, no Peru, no Suriname, na Guiana Francesa e na Guiana houve aumento em períodos medianeiros ou evidências de estabilização. O único país que mostra uma tendência oposta é a Venezuela, onde se evidencia a aceleração na perda florestal segundo a avaliação da RAISG. As atividades agropecuárias e as obras de infraestrutura como estradas e hidrelétricas estão entre os fatores que exercem maior pressão sobre as florestas de toda a região. Entretanto, para cada país existem pressões e ameaças específicas, entre as quais se podem citar a mineração ilegal, a exploração petroleira e os cultivos ilícitos, como a plantação de coca, entre outros.

---

<sup>206</sup> O estudo da RAISG compara a extensão mencionada como equivalente ao território do Reino Unido.

**Gráfico 6-** Desmatamento recente na Pan-Amazônia (em km<sup>2</sup>)

**Fonte:** Dados obtidos da RAISG (2015).

Contudo, depreende-se que o desmatamento acumulado até 2000 mostra o Brasil, o Peru e a Bolívia com alto índice de perda vegetal. Nos anos de 2000 a 2005, o Brasil, o Peru, a Bolívia e a Colômbia permanecem à frente dos países que mais desmataram suas florestas. De 2005 a 2010, o Brasil, o Peru e a Colômbia, respectivamente, permanecem como os países que ainda não consideraram a importância de suas florestas. De 2010 a 2013 três países permanecem na frente, sempre o Brasil em primeiro e o Peru em segundo lugar, e em seguida, a Bolívia e a Colômbia. Estes dados são significativos quando se consideram queimadas, desmatamento e o mercado de *commodities*.

Relembra-se que a agricultura mecanizada, especialmente a soja, também tem um forte impacto nos estados do Pará e de Mato Grosso, no Brasil, rumo ao interior da Amazônia. Enquanto que no caso do Peru e da Colômbia, e do noroeste do Equador, o cultivo da palma africana com métodos mecanizados também começou a ser causa de desmatamento. A produção desses *commodities* - produtos agrícolas/pecuários - na Amazônia responde a demandas internacionais, o que leva ao desmatamento.

De 2000 a 2005 todos os países tiveram taxas significativas de desmatamento. Contudo, nos anos de 2010 a 2013 a Guiana e o Suriname foram os que menos desmataram, seguidos pelo Equador. Apesar desta avaliação, na Amazônia brasileira o ritmo diminuiu a partir de 2006. Mesmo assim, entre 2000 e 2013 se perderam 174 mil km<sup>2</sup> de florestas, ou seja, 5% da superfície florestal original, segundo os dados da RAISG (2013). Esta perda está associada principalmente à agricultura e à pecuária.

Note-se que a Amazônia peruana apresenta a quarta maior perda acumulada de florestas na região (9,1%), entre 2010 e 2013. A agricultura e a pecuária são importantes causas diretas de desmatamento, mas a partir de 2009 as plantações agroindustriais de cacau e palma são ameaças crescentes, já que demandam de concessões cada vez maiores sobre floresta primária (RAISG, 2013). Todavia, necessita-se trazer informações sobre a floresta em outra perspectiva.

O engenheiro peruano Henrique Toledo, na defesa dos interesses comerciais, diz que a floresta na perspectiva de indústria florestal é a única atividade econômica que está interessada que as florestas continuem em pé. Assevera que a floresta sustentada possibilita um equilíbrio dinâmico entre a conservação e o desenvolvimento. O MINAM, por meio da Direção Geral do Ordenamento Territorial, iniciou em 2009 a organização territorial da floresta amazônica peruana. Dentro do espaço de tempo do período analisado acima.

Para tal tarefa tiveram que passar por processo, como capacitações do corpo técnico e aprender analisar os dados da floresta; melhorar o sistema de exame de imagem de 2000 a 2009; desenvolver protocolos de avaliação e validação dos julgamentos; realizar campanhas utilizando voos do Observatório Aéreo de Carnegie (CAO<sup>207</sup>). Esta ação permitiu conhecer a realidade da floresta. O programa usou outras tecnologias, o que permitiu a análise de atualização e quantificação da cobertura e do desmatamento, entre 2009 e 2011.

Desta maneira, a Direção Geral do Ordenamento Territorial com apoio do MINAN dizem ser possível construir integração devido os sistemas de informação com software CLASlite 3.0 e de imagens das estações espaciais programas LANDSAT 5 e 7 e MODIS. Estudou-se 78.469.220 ha que abrangeram os departamentos Amazonas, San Martín, Junín, Loreto, Pasco, Ucayali, Huánuco e Cusco. Conseguiu-se cobrir uma vasta área e conhecer a situação dos bosques peruanos. O que se concluiu, quanto a Loreto, é que a construção da

---

<sup>207</sup> Faz descobertas científicas, apoia a conservação e galvaniza ações para proteger o meio ambiente em grandes escalas geográficas. Com avançada tecnologia de imagem da Terra, analisam dados inovadores e treinam cientistas em todo o mundo. Com abordagem altamente visual trabalham para preencher as lacunas existentes entre a ciência, tomada de decisões e a sociedade.

rodovia Iquitos-Nauta significa a perda de vegetação natural na ordem de 50.000 hectares antes do fim do século passado.

Outra é a atividade da mineração nas terras baixas, a qual tem obtido minério, mas não têm permitido acúmulo de riquezas na região. O impactado da atividade é desfavorável a melhoria da qualidade de vida da população. Em contrapartida o governo tem investido na produção de alimentos, como arroz, milho, os quais tiveram considerável aumento nas últimas décadas, bem como produtos regionais de consumo, como banana, mandioca e feijão, nutrientes essenciais na dieta regional.

Além destes problemas, as duas reservas mencionaram a questão do lixo. No caso da RERC a ASTEX-CA, segundo os interlocutores, não encontra saída para a resolução do problema. Queimam o lixo em suas “colocações”, o que causa incêndios, principalmente no verão. No caso da RNAM não existe ocorrência de incêndio, pelo menos dizem, até o momento. Os *comuneros* informam produzir muito pouco lixo industrializado, o pouco é levado para a cidade pelos guarda-parques, contudo a reserva está sendo utilizada como depósito de lixo vindo da cidade, o qual está prejudicando o ecossistema.

A segunda reserva mais importante do departamento de Loreto está sendo invadida, na altura do km 35 da rodovia Iquitos-Nauta, onde toneladas de lixo são despejadas diariamente sem autorização (RESERVA, 2014). O SERNAMP tem o conhecimento da situação, mas existem os entraves burocráticos entre a empresa Brunner, que usa o local, e as instituições governamentais responsáveis. As evidências do delito podem ser encontradas quando se vai até o local ou pelas reportagens feitas pelos meios de comunicação que mostram a situação (Figura 10).

**Figura 10-** Depósito de lixo na RNAM km 35.8



**Fonte:** Programa Panorama de Panamericana Televisión (2014).

Todas as questões mencionadas estão relacionadas com a sustentabilidade das comunidades das duas reservas. Pode-se observar que os problemas estão inter-relacionados, são interdisciplinares e estão nas fronteiras do universo de estudo que se definiu. As políticas públicas, em especial a ambiental, perpassa pelas decisões políticas e os impactos que estas causam. A economia dos dois países permeia a agenda política dos governos tanto de Loreto quanto do Amapá, portanto tratar da sustentabilidade, biodiversidade e populações tradicionais é lidar com um sistema aberto, onde a sinergia é constante.

Adiante apresenta-se um quadro comparativo, onde semelhanças e dessemelhanças são elencadas. A ideia não é abranger a totalidade do que se pode ver nas fronteiras do universo de estudo, mas o que foi possível encontrar dentro do que se propôs a responder.

**Quadro 17-** Análise Qualitativa Comparativa

<b>Reserva Extrativista do Rio Cajari</b>	<b>Reserva Nacional Allpahuayo Mishana</b>
Vivem comunidades tradicionais;	Vivem comunidades tradicionais;
A categoria da reserva é de subsistência das populações tradicionais, extrativista;	A categoria da reserva é de conservação da biodiversidade e atenção as populações tradicionais;
Dependem do ecossistema para viver;	Dependem do ecossistema para viver;
Experiência na lida com a cultura burocrática;	Sem experiência na lida com a cultura burocrática;
Existência de política pública ambiental;	Escassez de política pública ambiental e as que existem a socialização é precária;
Fiscalização não é realizada por indivíduos específicos destinados a essa função, e a responsabilidade é tanto individual quanto coletiva. Fiscais colaboradores, representantes de núcleos comunitários, Conselho Deliberativo da ASTEX-CA ICMBIO e que cuidam;	Existem guarda-parques contratados pelo SERNANP com um ano de treinamento, sem remuneração, quando se tornam conhecedores do trabalho passam a ser funcionários do órgão;
Postos de vigilância não existe, apesar de haver menção da necessidade nas conversas;	Existem postos de vigilância e guarda-parques que trabalham diuturnamente na fiscalização da reserva;
Contextualizado a política pública econômica e ambiental;	Contextualizado a política pública econômica e ambiental;
Agenda ambiental busca estar em consonância com os avanços das decisões políticas tomadas durante as COP.	Agenda ambiental não está em consonância com os avanços das decisões políticas tomadas durante as COP.
O processo decisório para a formação da reserva partiu das comunidades, processo construído internamente;	O processo decisório para a formação da reserva partiu da comunidade científica, processo construído de fora para dentro;
O impacto é inevitável, contudo o processo histórico de exploração, de longas datas, das populações exigia atitudes impactantes.	O impacto é inevitável, visto que o processo histórico era de independência quanto a vivência e subsistência no local;
As mudanças promoveram novo estilo de vida socioeconômico e ambiental, a sustentabilidade parte do extrativismo e da captação de recursos para o desenvolvimento de projetos comunitários;	As mudanças promoveram novo estilo de vida socioeconômica e ambiental, dependência compulsória do ecossistema e risco quanto a sustentabilidade das comunidades; ausência de conhecimento para captação de recursos e elaboração de projetos para o desenvolvimento comunitário;
Biodiversidade relativamente considerada no processo extrativo sabem da responsabilidade em conservar;	Biodiversidade forçosamente considerada no processo de coleta para subsistência sabem da responsabilidade em conservar;
Comunidades tradicionais respaldadas por instituições fortes por elas construídas e dirigidas. Forte presença das instituições orgânicas no processo participativo.	Comunidades tradicionais sem instituições por eles construídas e dirigidas, estão sob o comando de OG ou ONG. Relativa ausência no processo participativo.
Descrédito e ausência de transparência nas atividades financeiras das associações voltadas para dentro da reserva.	Descrédito e ausência de transparência nas atividades financeiras das ações do governo voltadas para dentro da reserva.

**Fonte:** Dados obtidos da pesquisa e organizados por Marlinda M. Patrício (jul. 2017)

Apesar das duas serem APNU, possuem categorias diferentes. A subsistência das comunidades tradicionais por meio do extrativismo é diferente da reserva que prevê a



conservação e a atenção às comunidades que nela vivem, mesmo que considerem o manejo. A ausência de associações fortes que conheçam os códigos sociopolíticos para negociar com as instituições responsáveis pela reserva impede, que comunidades como a RNAM, consigam ter participação ativa nas decisões. O mesmo não ocorre com a RERC, neste sentido, a análise comparativa mencionada por Rihoux (1987) e Ragin (2009) ajudam a ver as combinações e tipologias na situação das duas APNU.

Devido haver organização externa e interna das associações na RERC e faltar esta experiência na RNAM, a participação e o conhecimento de como acontecerá a agenda do governo permitem melhor trânsito para captar projetos e recursos e serem incluídos. Esta diferença entre as duas reservas serve para mostrar como a sustentabilidade, conforme Redclift (2000) passa pela sobrevivência diante da globalização, que é o resultado do desenvolvimento do modelo político-econômico vigente e das ideias que o geram. Assegurar a biodiversidade na reserva do Amapá e na reserva de Loreto parece ser o principal, contudo há mais mobilidade das comunidades em uma que em outra.

O desenvolvimento e a sustentabilidade estão assentados no tripé de uma economia viável, sociedade justa e meio ambiente equilibrado, segundo Nascimento e Vianna (2010). O conhecimento das regras e a locomobilidade, em prol de sua manutenção e capacidade de negociação para acessar tais normas, permite que as decisões que têm sido tomadas nos eventos das COP, bem como de outros que ocorrem em paralelo nos quais tratam do efeito estufa, aquecimento global, a importância das florestas para o ecossistema, bem como a água, pobreza extrema, parecem não terem sido incorporados pelos gestores governamentais destas reservas. Assim fica difícil a sustentabilidade dentro deste modelo.

Diante disso, observa-se que tais informações não são levadas para as comunidades, que tem o conhecimento, pois o saber fragmentado não o permite. Isto também serve para os projetos, pois precisam estar condizentes com as recentes discussões. Esta defasagem na elaboração e no desenvolvimento dos mesmos fortalece os impactos que podem ser caracterizados principalmente, no caso das reservas, pela diminuição da qualidade de vida das comunidades, especialmente na RNAM. Tais fatores geram conflitos nas duas reservas perceptíveis nos discursos dos extrativistas quanto nos comuneros.

Já se mencionou que o processo decisório que deu origem às duas reservas tem diferentes origens, o que faz grande diferença. Isto porque mostra um processo que foi conduzido pelos interesses internos, mas certamente externos, e outro processo que vem de fora para dentro sem que as comunidades locais tivessem participação ativa no mesmo. As duas formas geraram diferentes impactos e comportamentos distintos frente as instituições

governamentais, ONG e nas relações conflituosas entre membros das comunidades. O plano de vida não construído fica a reboque do que o governo decidir, menos na reserva do Brasil e mais na do Peru. Em seguida passa-se ao Capítulo 7, Conclusões a que se chegou neste estudo e algumas recomendações.

## 7 CONCLUSÕES

Os projetos PROBIO e a Estratégia e Plano de Ação do Peru foram os projetos que se achou importante examinar neste estudo e considerar o período da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) em 1992, bem como os desdobramentos desses projetos até 2016. Os mesmos são o resultado de políticas públicas ambientais elaboradas a partir de um conjunto de decisões de Estado, expressos no documento jurídico internacional – CDB - tomadas em prol do meio ambiente e da relação que o homem estabeleceu com o meio em que vive. Os mesmos foram preparados no âmbito das instituições governamentais brasileira e peruana num contexto econômico, ambiental e ideológico.

Para tal empreendimento, busca-se o exame da política pública na empiria, nas ações institucionais, bem como são aplicadas em locais como nas APNU ou ainda, nas Reservas da Biosfera. Tais processos e seus conteúdos estão carregados de ideologias, conforme diz Frey (2000). Embora, a política pública organizada como sistema aberto assegure a relação entre formulação, resultados e o ambiente, nem sempre é constituído como esperado. Na interação com os subsistemas, os quais são relativamente estáveis, segundo Eastone (1965), a articulação dos acontecimentos internos e externos ocorrem permanentemente, mesmo que aconteçam rupturas.

Neste sentido, Sabatier e Jenkins-Smith (1993) refletem sobre os fatores culturais, como crenças, valores e ideias na elaboração das políticas públicas, que necessitam ser consideradas. Ao tratar das mesmas, assegurou-se de categorias relacionais, como sustentabilidade, biodiversidade e populações tradicionais. Sustentabilidade compreendida como um discurso ambiental, o qual tem na globalização, tecnologia da informação e a genética em geral forte influência na cultura da sociedade (APPADURAI, 2002; REDCLIFT, 2002). O discurso viu-se apropriado para diferentes atores sociais e institucionais público e privado.

Sobre a biodiversidade assegurou-se do entendimento que se construiu, a partir da abertura dos espaços nas fronteiras disciplinares das Ciências Humanas, Biológicas, Ambientais e Sociais. Quis-se compreendê-la como processo em constante modificação da natureza, das relações socioculturais e das populações tradicionais que vivem nos ecossistemas e buscou-se nestes autores (GOMEZ-POMPA; KAUS, 1992; ESCOBAR, 1999; DIEGUES et al., 2001) explicações e entendimento.

O mesmo se fez para compreender as populações tradicionais, historicamente relacionadas com movimentos para a formação de reservas extrativistas e sua regularização e assegurou-se em Silva e Simonian (2015), assim como em Viana (2008), num exercício de assimilar a dinâmica das comunidades com o fenômeno da política pública ambiental que vise sustentabilidade, tanto no que se leu nos projetos, como no que se viu *in loco*.

Buscou-se no evento Conferência da Terra (Rio-92) o auge da luta pela atenção ao planeta, ao meio ambiente, o qual exigiu uma série de planos, programas e projetos, como já se disse, e apropriou-se dos mesmos para examinar. Os planejamentos para este estudo se desdobraram, bem como os próprios projetos em suas aplicações, visto que necessitou-se ver seu bom emprego, uma amostra de seus resultados, sua consolidação nas APNU. A RERC no estado do Amapá, Brasil, e a RNAM no departamento de Loreto, Peru.

A primeira reserva tem inúmeros estudos realizados, se considerar o Decreto de criação em 12 de março de 1990, nº 99.145, são 26 anos de existência. Este tempo deu inúmeras oportunidades para vários tipos de estudos sobre a RERC serem realizados por diversos cientistas. A segunda reserva criada por meio do Decreto Supremo de 16 de janeiro de 2004, nº 002-2004-AG, são 12 anos de existência da RNAM, apesar de ser discutida sua formação desde 1999. Este tempo é exíguo e falta ainda muito a se estudar sobre o lugar.

Mesmo com os estudos realizados, não se intimidou em achar que os questionamentos levantados sejam desnecessários para a ciência. Pelo contrário, os projetos suscitaram questionamentos diversos, como: (i) as populações tradicionais participam do processo de decisão para a implementação dos projetos? (ii) a decisão ou a ausência de decisão é fator preponderante para que as ações dos projetos provoquem impacto? Isso é o que se respondeu ao longo da tese ora apresentada.

Das hipóteses que foram levantadas, algumas foram confirmadas outras são relacionais. Primeira resposta às conjecturas, alguns idealizadores institucionais dos projetos realmente percebem que a opinião das comunidades tradicionais em nada contribui. Isso, especialmente, quando se trata de conservação de áreas prioritárias em que a biodiversidade precisa ser assegurada para o futuro. O mesmo serve quando se trata de garantir a sustentabilidade das comunidades.

Segundo a ideia que as mesmas impedem o “desenvolvimento” da sociedade é em parte assertiva, notadamente quando se depara com a aplicação de projetos em que o governo tem grande interesse, ou ainda, quando interesses econômicos são enaltecidos a ponto de desfazer acordos, quebrar regras de uso nas APNU para promover a mineração. Como exemplo, em agosto deste ano o presidente Michel Temer decidiu sem consulta as

comunidades tradicionais extinguir a Reserva Nacional de Cobre e seus Associados (RENCA<sup>208</sup>).

Terceiro, a agenda governamental tem um tempo para que os projetos sejam postos em prática, portanto tomar decisão sem consulta prévia acaba por ser mais rápido para o governo. Contudo, pode-se afirmar que a atitude complica a implementação do projeto que à administração pública quer. Note-se que a consulta prévia é uma conquista e reuniões para a tomada de decisão leva tempo, e o tempo das comunidades precisa ser considerado nos planejamentos. Neste cenário, a maioria das comunidades são assessoradas por ONG nacionais e internacionais, em que algumas intervenções nem sempre defendem os interesses dos comunitários, mas interesses ideológicos de suas próprias bases. Então, em vez de um auxílio que oriente a refletirem e tomarem suas próprias decisões força-os a decisões alheias aos seus interesses reais.

A quarta resposta está no âmbito dos impactos que a ausência de decisões pode causar. A falta de conhecimento sobre o assunto e menos a participação nas decisões basilares sim os leva à submissão das regras exógenas de convívio na região com as OG ou ONG. Tal fato inibe, em especial, as atividades econômicas tradicionalmente realizadas, como a proibição da retirada de qualquer bem da natureza para uso comercial em pequena escala e não somente para uso da comunidade. Se não houver política pública ativa e atuante o impacto direto ou indireto e de diferentes magnitudes é inevitável, tanto para os moradores, quanto para o ecossistema.

Nesta resposta cabe o impacto da expectativa que as disputas políticas geram de tal maneira junto às organizações internas, como entre as lideranças comunitárias, que não conseguem erguer suas associações na RNAM. Além disso, a perspectiva criada com a entrada e a aplicação do projeto desmonta a vida comunitária tanto as que participam e conduzem o processo quanto mais as que têm participação periférica. Assim, chegou-se à conclusão que, de acordo com os projetos selecionados para estudo, ficou evidente a ausência de clareza nos documentos, se houve consulta prévia e se o formato que utilizaram para se expressarem foi realmente participativa.

---

<sup>208</sup> A Renca engloba nove áreas protegidas: o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque, as Florestas Estaduais do Paru e do Amapá, a Reserva Biológica de Maicuru, a Estação Ecológica do Jari, a **Reserva Extrativista Rio Cajari**, a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru e as Terras Indígenas Waiãpi e Rio Paru d'Este. Segundo o governo, a medida não coloca em riscos as reservas naturais e as tribos indígenas. A área possui alto potencial de ouro, ferro manganês, tântalo e outros metais preciosos e fica entre o Pará e o Amapá com 46.450 quilômetros quadrados. (UOL Notícias, 2017). Finalmente em 26 de setembro o Governo anunciou a extinção total do decreto que previa a abertura da Renca, o que não significa que o assunto para por aqui.

Diante disso, as categorias “decisão” e “impacto”, no cerne do processo que envolve os projetos, assim como no conteúdo das entrevistas realizadas foi o caminho que se escolheu para chegar a tais resultados. Com esse procedimento entendeu-se obter frutos que elucidam as dúvidas levantadas nesta pesquisa. Tomou-se como metodologia a interdisciplinaridade e em Jantsch (1972), apoia-se na axiomática comum de grupos de disciplinas associadas, bem como em Japiassu (1976) uma linguagem comum enriquecedora e matizada.

De posse desta metodologia, analisou-se o PROBIO, que mostrou a relativa participação e decisão das comunidades, mas não deixa claro o nível de participação e tomada de decisão das mesmas. Então, para saber o nível do processo decisório verifica-se que a metodologia adotada nos 142 subprojetos, relação no Capítulo 5, utilizou as condizentes com as respectivas disciplinas necessárias a dar conta do tema eleitos pelos mesmos. Logo, se pode dizer que a tomada de decisão por parte das comunidades foi parcial, visto que a maioria dos temas têm maior enfoque na área das Ciências Biológicas e escasso diálogo com as demais ciências. Note-se que a questão da interdisciplinaridade já vem desde a década de 1970, como já se mencionou.

No entanto, observou-se que na RERC o processo foi conduzido pela maioria das comunidades, desde o início. O plano de uso da reserva conta com a participação das lideranças que dirigiram o processo, em parceria com o IBAMA e o CNPT. Então, se tem menções dos interlocutores quanto a suas participações e decisões.

Quanto ao projeto Estratégia e Plano de Ação do Peru, a presença das comunidades tradicionais, viu-se que foi muito inferior. O projeto menciona os departamentos que participaram como pontos focais espalhados, mas não deixa claro a quantidade das comunidades presentes. Menciona-os, mas não explica se são lideranças comunitárias ou representam associações. Então, a representatividade destas pessoas não fica esclarecida. Menos é possível perceber o conhecimento que possuem do processo burocrático que o procedimento envolve.

Quanto à RNAM, o processo não foi conduzido pelos *comuneros*, mesmo que o projeto Estratégia e Plano de Ação e o Plano Mestre da RNAM os mencione, há uma carência de participação e decisão tomada por eles, ainda que os documentos digam que lá estavam. Os interlocutores do interior da reserva quanto os da área de amortecimento mencionaram que participaram de algumas reuniões, mas não tinham clareza da importância de procedimentos, como a consulta prévia, e pouco se tratou com eles.

Então, conclui-se que os projetos em pauta, analisados não representam o que foi realizado junto com as populações tradicionais, mas sim o resultado das demandas

governamentais. Mostra o que foi para a agenda governamental dos países signatários da CDB e o que foi tirado como diretrizes a serem seguidas por todos os participantes diante do artigo 6º do referido documento. Neste sentido, viram-se os resultados e a consolidação dos mesmos, bem como a aplicação de algumas decorrências na APNU tomadas como o *locus* exemplo do que se viu nos projetos e determinações da convenção, assim como os avanços do que foi discutido e decidido nas COP.

Um ponto a se considerar é que os governos precisam dar conta de atender aos interesses quanto à conservação da biodiversidade, das populações humanas nos ambientes, isto é inquestionável. O mesmo serve para as OG ou ONG que se instalaram e desenvolveram os programas e projetos solicitados. Nas APNU em questão, a presença tem sido do ISA, do WWF, do PNUD, da UNESCO, do PNUMA, da IUCN, dentre outros. Todos envolvidos para que os programas sejam postos em prática. Contudo, quando se chega aos locais os projetos em desenvolvimento não estão a contento, não se tem acompanhamento e nem avaliação interna e muito menos externa em boa parte dos casos.

Destarte, depreende-se, que na fase da avaliação do projeto nem sempre a característica ritualística orientada para a política é condutora de mudanças. Percebe-se que se forma uma lacuna que pode ser resultado da falta de planejamento, tanto dos planejadores governamentais quanto dos não governamentais. Esta é uma resposta que pode explicar os projetos não estarem satisfatórios para as comunidades tradicionais. O exame de documentos relativos ao descontentamento das populações tradicionais junto aos organismos financiadores não foi o foco desta tese, mas deverá ser alvo de pesquisa em futuro próximo.

Outro ponto é relativo à grande parte dos estudos existentes sobre Allpahuayo-Mishana voltados para a biodiversidade, onde fauna, flora e a geomorfologia do local são dissecados. Em trabalho desenvolvido sobre educação ambiental, já mencionado, é que se encontram informações de programas a serem postos em prática, os quais estão previstos no Plano Mestre da RNAM, mas somente na comunidade de San Martin. No que se refere à RERC, muitos estudos foram realizados tanto voltados para a reserva quanto para as comunidades, isso em diferentes domínios das ciências.

O fato é que alguns pontos, quanto a RERC, foram mencionados e reforçam-se as respostas aos questionamentos a partir das constatações e possibilidades apontadas nesta finalização:

a) A ASTEX-CA tem o comando do Alto Cajari e as decisões são tomadas pela direção da associação, algumas vezes em discussão com o CNS.

b) Nem todos os projetos que a associação escreve e busca recurso financeiro são discutidos com as comunidades.

c) As associações adquiriram autonomia, conhecimento burocrático, traquejo político e construíram sua identidade no alto Cajari.

d) Devido haver representações fortes, as comunidades têm relativo envolvimento com as questões, as quais precisam fazer parte em vez de deixar sob a responsabilidade da associação as resoluções.

Percebeu-se nestes pontos que as possibilidades de equidade de decisão restringem-se às associações e não passam pelo envolvimento das comunidades. A responsabilidade está nas mãos da segunda geração, os que participaram do processo de formação da reserva quando eram bem jovens, hoje se trabalha com os resultados e a consolidação com a terceira geração. Então, apesar de algumas vezes ouvirem os antigos, que deram origem ao processo, não estão sabendo como passar o significado da conquista para a próxima geração e menos como gerenciá-la. Ou seja, novas lideranças precisam ser preparadas e um novo leque de decisores necessita ser construído.

Assim, a divisão do poder, transparência nos negócios da associação e difusão do conhecimento é importante para o fortalecimento das associações, especialmente a ASTEX-CA, que precisa passar adiante a diretoria para pessoas preparadas. A experiência de um dos presidentes da associação levou até as escolas a associação com o propósito dos jovens conhecê-la e saberem qual sua história, função etc. Os resultados iniciais foram preocupantes, pois a credibilidade da organização precisava ser restabelecida, com decisões que incluam a opinião dos moradores do alto Cajari.

e) Os empreendimentos do estado e dos municípios impactam as comunidades.

f) Os empreendimentos abrem brechas para que os recursos naturais sejam explorados sem a observância das associações.

Os empreendimentos fazem parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) I e II, como Luz para Todos, Linhão para a transmissão de energia. A Legislação Ambiental proíbe o desmatamento às margens de afluentes de rios. Tais ações causam alguns impactos que poderiam ser mitigados ou compensados, mas ficam na situação de ausência de resposta às ações da ASTEX-CA, junto às instituições públicas responsáveis por dar um retorno à questão. As associações tanto do alto quanto médio e baixo Cajari necessitam se aproximar das comunidades para decidirem sobre os problemas que se apresentam.

g) A ASSCAJARI e a ACIOBIO, que estão no médio e baixo Cajari, têm suas decisões tomadas pelos membros da diretoria. As reclamações dos interlocutores vão no



mesmo caminho que se vem discutindo, as decisões e desenvolvimento dos projetos devem ser compartilhados e haver o envolvimento da maior parte possível da comunidade.

A desconfiança quanto à honestidade das associações é recorrente. A ausência de transparência quanto ao que entra de recurso financeiro e o que é usado os preocupa, dizem os interlocutores não haver prestação de contas junto às comunidades. A mesma situação encontrou-se no alto Cajari. Conclui-se que existe a urgência de se trazer os jovens para as reuniões, onde se discute os projetos do médio e baixo Cajari. As decisões carecem de ser compartilhadas pelos membros das comunidades. Este é um desafio para as associações de toda a RERC.

O conflito de interesse está presente e viu-se como problema, pois acarreta situações aparentemente dissociadas, como a exclusão de algumas famílias, bem como a formação de novas lideranças. Os projetos elaborados atendem aos interesses das lideranças e de algumas famílias. Possivelmente tais atitudes impactam nas relações políticas de trabalhos e de envolvimento nos projetos que conseguem aprovar.

h) A sustentabilidade das comunidades é assegurada conforme a consciência dos moradores quanto ao uso dos recursos naturais na observância do estatuto de utilização da área, mas não apenas isso.

Existe o imperativo de os jovens conhecerem o que prevê o instituto de utilização da reserva para reconhecerem a responsabilidade que têm sobre os cuidados relativos à biodiversidade da área. A decisão de como utilizar tais recursos é resultado das reuniões e acertos comunitários desde o início. Nem todos acolhem na prática o que é decidido nas reuniões e/ou desconhecem o que diz o documento. O plano de utilização adequada e da conduta dos extrativistas sobre os recursos naturais implicam na sustentabilidade a longo prazo, assim como na existência da reserva por mais tempo<sup>209</sup>.

Ao concluir, reafirma-se a existência de condições para o bem viver na reserva, não no modelo boliviano ou equatoriano, ou mesmo sem se dar conta que tais lugares podem ser atingidos pelas mudanças de diferentes aspectos sob a reserva e suas vidas, mas dentro da realidade que o país vive e em que situação a América Latina se encontra. O presumível é que o bem viver passe pela qualificação profissional dos jovens de toda a RERC e do compromisso ético com todos da reserva. Os dirigentes do CNS, bem como da ASTEX-CA ou ASSCAJRI e ACIOBIO sabem disso.

---

<sup>209</sup> Vale lembrar o que se mencionou na nota anterior acerca da decisão presidencial tomada à revelia dos interesses locais e em favor dos interesses do sistema econômico.

Quanto à RNAM ajuda a fazer um contraponto a situação da RERC, visto haverem semelhança, mas dissemelhanças acentuadas.

i) As ocupações antigas nas margens do rio Nanay e nas terras adjacentes que formam a RNAM foram a princípio de baixo impacto quanto ao uso dos recursos naturais, o que não ocorre na atualidade. Quanto à ocupação das terras motivadas pela construção e asfaltamento da rodovia Iquitos-Nauta, aumentou a pressão sobre os recursos naturais, visto que a relação dos *comuneros* tem motivações diferentes e ocorrerem em épocas distintas. Neste sentido, a conservação da diversidade biológica e dos recursos naturais está posta em cheque, ao que se conclui.

j) Tanto a área da RNAM quanto a área de amortecimento sofrem com a ocupação e extração dos recursos naturais. Portanto, há a necessidade de assegurar a capacidade de carga local. A atuação dos guarda-parques oficiais e voluntários não tem sido suficiente para deter a extração ilegal dos recursos naturais, seja por falta de meios de controle, de pessoal e ou conflitos de interesses acentuados. Defende-se a necessidade de aproximação das instituições junto à população local, especialmente com aquelas que são vistas como depredadoras dos recursos naturais e não as perceber como o problema.

k) Acredita-se que se mudará a situação com a participação assegurada e ativa das populações envolvidas – os que estão dentro da reserva e os que moram na área de amortecimento. Ou seja, falta identificação de algumas comunidades, com a área na condição de protegida, visto que a população precisa assegurar o lugar, na medida em que a participação da população local inclui o meio rural e o urbano, devido à rodovia Iquitos-Nauta.

l) Outra questão dentre estas é que os *comuneros* não veem compensação ao cuidar da reserva. É imprescindível o apoio permanente para assegurar a qualidade de vida e o bem viver. Para isso a população, que não se considera ouvida sobre suas necessidades, precisa ter este quadro modificado, mesmo que os interesses divergentes dentro da reserva existam. As comunidades reclamam de não ter como se manter sem o uso dos recursos naturais. Portanto, é imperioso que haja a participação na elaboração de programas em cada comunidade que os temas por eles apontados atendam seus interesses numa relação de reciprocidade com o local onde vivem.

m) Reforça-se que o fortalecimento das comunidades precisa ser realizado e há necessidade de emponderamento das lideranças comunitárias, reuniões internas discussões para decidirem seu rumo. Por enquanto tem sido conduzido pelo que as instituições do

governo decidem, e as forças são assimétricas e desfavoráveis aos *comuneros*. A visão de que somente o turismo seja a única saída, seja de que categoria for, percebe-se restrito demais.

Por fim, os projetos PROBIO e Estratégia e Plano de Ação do Peru existem a partir de decisões que são resultados de ações provindas de documentos jurídicos internacionais. Seus desenvolvimentos e aplicações tanto no Brasil quanto no Peru se adéquam às agendas políticas dos dirigentes de cada país. A interação entre os sistemas e seus subsistemas na elaboração dos planos, programas e projetos transita nas regras sociocultural, política, econômica e ambiental dos mesmos. Evidentemente houve inter-relações, visto serem signatários da CDB e seguirem suas diretrizes, mas também, ao possuírem acordos políticos e econômico, como se viu nos Capítulos 3 e 4, existe relativa maleabilidade de decisões.

Quanto às APNU tomadas para ver as aplicações, percebeu-se a fragilidade das comunidades tradicionais, quando se observa o nível de políticas públicas ambientais e os direitos dos cidadãos. Este viu-se ser fator preponderante, juntamente com o nível de educação política dos sujeitos, bem como a educação formal. Quer dizer que o principal impacto está na ausência de preparo educacional e político dos indivíduos, que pode vir a ocorrer quando se posicionam como agentes do processo de mudança, no qual estão inseridos ou porque se deixam ficar à revelia do processo. Essa no sentido de quem deixa de comparecer quando deve expressar sua defesa ou mesmo não contesta uma ação imposta.

O que se conclui é que as duas reservas estão fora do que vem se discutindo sobre os objetivos a serem atingidos tanto no que se refere às COP quanto às discussões resultantes das RB, da Agenda 2030, dos ODS e dos ODM e no que preconiza a CDB. As comprovações de corrupção e o aumento das denúncias e recrudescimento da política e da economia nos países da América Latina obscurecem as tratativas internacionais em busca de pôr em prática os objetivos que visam a sustentabilidade e o bem-estar do cidadão e mesmo a seguridade destas APNU. Diante disso apresenta-se algumas sugestões no quadro a seguir.

**Quadro 18-** Recomendações

Sugere-se
1-Maior envolvimento da população e conhecimento da história local para terem base e tomarem decisões.
2-As lideranças precisam ser preparadas e o leque de decisores necessita ser ampliado.
3- Consulta as comunidades pelas associações ou pelas instituições governamentais para decidirem sobre mitigação e/ou compensação dos impactos causados as populações e ao meio ambiente.
4-As associações ou lideranças comunitária necessitam levar os resultados das consultas aos órgãos governamentais e as empresas envolvidas com as reservas.
5-Os jovens participem das reuniões, visto ser local de aprendizado.
6-As decisões faltam ser compartilhadas pelos membros das associações ou lideranças comunitárias.
7-É imprescindível que os jovens conheçam o que prevê o Estatuto de Utilização ou Planos Mestre de Ação das APNU.
8- Atualização do Estatuto da RERC e por em prática os Programas previstos no Plano Mestre da RNAM.
9-É imperioso que reconheçam a responsabilidade que têm sobre os cuidados quanto a biodiversidade e busca de melhorias da qualidade de vida.
10-Urgência de políticas públicas para atender as demandas da RNAM, bem como a qualificação profissional dos jovens e adultos.
11-Urgência na qualificação profissional dos jovens da RERC.
12-Preparar equipe de fiscalização para atuar em pontos estratégicos da RERC e garantir a vigilância da mesma.
13-Urgente que todas as comunidades da RNAM façam parte do processo que o SERNAMP tem para área, tanto de dentro quanto da área de amortecimento. Inclusão social para promover a qualidade de vida para todo.
14-Todas as associações da RERC precisam reunir e discutir o que querem para o futuro. Preparar um Plano de Vida. Os <i>comuneros</i> da RNAM precisam discutir o futuro precisam unir-se e formar associações fortes para haver equidade entre os interesses do Estado e das comunidades que estão dentro e da área de amortecimento.

**Fonte:** Elaborado pela autora (2017).

Diante das recomendações o que se pode asseverar é que a educação formal, como a vivência na prática durante as discussões comunitárias ou nas associações é que possivelmente vá garantir futuros decisores capazes, pois estarão instruídos e preparados para lidar com a complexidade das situações nas APNU e lembra-se que precisam estar em consonância, com os avanços e as conquistas alcançados pela Convenção-Quadro da CNUMADH.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Socioeconomia: para a competitividade, mais que um exercício de boa cidadania. Sugestões de sustentabilidade para uso com fins lucrativos. *Jornal Valor Econômico*, São Paulo, nov. de 2009.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento sustentável? *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 87, p. 97-113, jul. 2010.

ABRANTES, Joselito Santos. *(Des)envolvimento local em regiões periféricas do capitalismo: limites e perspectivas no caso do Estado do Amapá (1966 a 2006)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

ABREU, A. A. *O ISEB e o desenvolvimentismo*. São Paulo: FGV; CPDOC, 2012. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>>. Acesso em: 13 fev. 2015.

AB'SÁBER, A. *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ACUÑA, C. Novo descobrimento do grande rio das Amazonas. In: ESTEVES, Antônio R. (Ed.). *Descobrimento do rio das Amazonas*. São Paulo: Cia ed. Nacional, 1941. p. 125-294. (Brasiliiana, série 2, v. 203).

ACUÑA, Cristóbal de. *Novo descobrimento do grande rio das Amazonas*. Rio de Janeiro: AGIR, 1994, p. 181.

AGÊNCIA Senado Notícias. Parlamaz inicia discussão sobre plano estratégico para a região. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/07/14/parlamaz-inicia-discussao-sobre-plano-estrategico-para-a-regiao>>. Acesso em: ago. 2017.

\_\_\_\_\_. Papaléo defende importância do Parlamento Amazônico Brasileiro. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2008/04/14/papaleo-defende-importancia-do-parlamento-amazonico-brasileiro>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

AGÜERO, F. *La responsabilidad social empresarial en America Latina: Argentina, Brasil, Chile, Colombia, México y Peru*. Escuela de Estudios Internacionales, Universidad de Miami, 2002.

AGUILAR, C. Los subalternos como limitantes del poder. Hegemonía, legitimidad y dominación, en *Contribuciones a las Ciencias Sociales*, 2009. Disponível em: <[www.eumed.net/rev/cccss/04/craa.htm](http://www.eumed.net/rev/cccss/04/craa.htm)>. Acesso em: 3 maio, 2016.

ALBA, E. M. La producción de petróleo en la Selva Norte y Central. Retos y oportunidades. *Harvard Review of Latin America*, 2015. Disponível em: <http://revista.drclas.harvard.edu/book/la-producci%C3%B3n-de-petr%C3%B3leo-en-la-selva-norte-y-central-retos-y-oportunidades>. Acesso em: 2 fev. 2017.

ALCÁZAR, L. ¿Por qué no funcionan los Programas Alimentarios y Nutricionales en el Perú? Riesgos y oportunidades para su reforma. In: Grade (Ed.). *Investigación, políticas y desarrollo en el Perú, Grupo de Análisis para el Desarrollo*. Lima: GRADE, 2007. p. 185-234.

ALHO, C. J. R. The consumptive and commercial use of Amazon Wildlife: implications for management and conservation. Santiago, Chile: Informe FAO, 1995. 70 p.

ALLEGRETTI, M. H. Reservas Extrativistas: uma proposta de desenvolvimento florestal na Amazônia. R. *Pará Desenvolvimento, Extrativismo vegetal e reservas extrativistas*, Belém, n. 25, p. 3-29, jan./dez., 1989.

\_\_\_\_\_. *Plano de Desenvolvimento da Reserva Extrativista do Rio Cajari*. Brasília, DF: CNPT; IBAMA, 1998.

\_\_\_\_\_. *A construção social de políticas ambientais: Chico Mendes e o Movimento dos Seringueiros*, 827f. Tese. (Doutora em Desenvolvimento Sustentável: Gestão e Política Ambiental), Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2002. CDS

ALLONSO, J. A. *Imágenes del paraíso. La Reserva Nacional Allpahuayo Mishana*. Iquitos: IIAP, 2006.

ALMEIDA, A. W. B. de. Terras tradicionalmente ocupadas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Recife, v. 6, n. 1, 2004.

\_\_\_\_\_. A reconfiguração das agroestratégias: novo capítulo da guerra ecológica. In: SAUER, Sérgio e ALMEIDA, Wellington. *Terras e Territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas*. Brasília, DF: UNB, 2011.

\_\_\_\_\_. Pragmatismo por necessidade: os rumos da reforma econômica no Brasil. *Dados*, v. 39, n. 2, 1996.

ALONSO, J. A. *Imaginés del Paraíso. La Reserva Nacional Allpahuayo-Mishana*. Iquitos: IIAP; WUST, 2006.

ALONSO, J. A.; NORDBERG, P. S. *Propuesta de un plan de manejo y conservación de la fauna silvestre en el área de la zona reservada Allpahuayo-Mishana*. Iquitos: [s. n.], 2000. (Não publicado).

ALTVATER, E. Ilhas de sintropia e exportação de entropia custos globais do Fordismo fossilístico. *Cadernos do NAEA*, Belém, n. 11, nov. 1993.

ALVARENGA, A. T. de; SOMMERMAN, A.; ALVAREZ, A. M. de S. In: CONGRESSOS INTERNACIONAIS SOBRE TRANSDISCIPLINARIDADE: REFLEXÕES SOBRE EMERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS DE IDEIAS E IDEAIS NA DIREÇÃO DE UMA NOVA CIÊNCIA MODERNA. *Saúde soc.* São Paulo, v. 14, n.3, set./dec. 2005.

AMANA. Disponível <<http://www.amana-key.com.br/index.html>> Acesso em: 9.jun. 2016.

AMANA-KEY. *Preparando a organização para um futuro muito diferente*. Disponível em: <http://www.amana-key.com.br/sobre.html>. Acesso em: 29 dez. 2016.

AMAPÁ. Rodovia. Macapá, 2016. Disponível em: <http://www.pac.gov.br/>. Acesso em: ago. de 2016.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <http://www.amapa.gov.br/programa/1409/desenvolvimento-social>. Acesso em: 3 jun. 2017.

AMAZONIASOCIOAMBIENTAL. Disponível em: <https://www.amazoniasocioambiental.org/mapas/#floresta>. Acesso em: 10 mar. 2017.

ANDRADE, V. C. *Repensando o documento histórico e sua utilização no ensino*. CPII. 2016. Disponível em: <http://ojs.fe.unicamp.br/ged/FEH/article/download/5388/4299>. Acesso em: 31 maio, 2017.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2002.

\_\_\_\_\_. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2006.

APPADURAI, A. Disjuncture and difference in the global cultural economy. In: INDA, J. X; ROSALDO, R. *The anthropology of globalization: a reader*. Oxford, UK: Blackwell Publishing, 2002. p. 46-64.

AQUINO, R.; CORREJO, F. M.; HEYMANN, E. W. Abundância de primatas e preferências de habitat nos rios mais baixos de Urubamba e Tambo, primatas da Amazônia peruana do centro-leste. *Jornal de Primatologia. Primates*, v. 54, n. 4, p. 377-383, 2013. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3790251/>. Acesso em: 14 maio, 2017.

ARAGON, L. E. *Migração internacional na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA; UFPA, 2009.

\_\_\_\_\_. *Amazônia, conhecer para desenvolver e conservar: cinco temas para um debate*. São Paulo: Hucitec, 2013.

\_\_\_\_\_. Introdução ao estudo da migração interna na Pan-Amazônia. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Migração interna na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA; UFPA, 2013. p. 9-27.

ARAS, V. Breves considerações acerca do Incidente de Deslocamento de Competência - IDC. *JUS.COM.BR*, 2013. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/24267/breves-consideracoes-acerca-do-incidente-de-deslocamento-de-competencia-idc>. Acesso em: 8 fev. 2017.

ARCE, G. A economia mundial no século XXI. *Universitas Relações Internacionais*, Brasília, v. 12, n. 2, p. 1-35, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/relacoesinternacionais/article/download/2585/2485>. Acesso em: 9 fev. 2017.

ARCGREEK. *Tagua, o marfim vegetal*. 2016. Disponível em: <<http://acolita.com/la-tagua-phytelephas-aequatorialis>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

ARÉVALO, F. La ira de Simón Bolívar contra los pastusos un día de Navidad. *Las 2 Orillas*. 2016. Disponível em: <<https://www.las2orillas.co/la-ira-de-simon-bolivar-contra-los-pastusos-un-dia-de-navidad/#>>. Acesso em: 5 jul. 2017.

ARNT, Ricardo. *Jânio Quadros: o prometeu de Vila Maria*. 1. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004. 278p.

ARVORE. Disponível em: <<http://www.arvores.brasil.nom.br/paumulato/index.htm>> Acesso em: 23 de jul. 2017.

ASOCIACIÓN COCAMA DE DESARROLLO Y CONSERVACIÓN DE SAN PABLO DE TIPISHCA -ACODECOSPAT. *Informe borrador de pasivos ambientales en la Reserva Nacional Pacaya Samirya*. Iquitos, 2012.

ASSIS, E. C. Territórios indígenas e fronteiras na Amazônia: a Guiana ameríndia. In: NASCIMENTO, D. M. (Org.). *Relações internacionais e defesa na Amazônia*. Belém: NAEA; UFPA, 2008.

AVALIAÇÃO e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros. Brasília, DF: MMA; SBF, 2002. 404 p.

BACHRACH, P.; BARATZ, M. S. Two faces of power. *American Political Science Review*, v. 56, 1962.

BALDEÓN, J. *Apuntes de historia del derecho minero peruano* 2017. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.minam.gob.pe/biam/bitstream/handle/minam/1737/BIV01508.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> Acesso em: 2 fev. 2017.

BALLÉ, W. The Ka'apo indian wars of lower Amazonia, ca. 1825-1928. In: RANDOLPH, R. R.; SCHNEIDER, D. M.; DIAZ, M. N. (Ed.) *Dialectics and gender: anthropological approaches*. Boulder, CO: Westview Press, 1988. p. 155-169.

\_\_\_\_\_. People of the fallow: An historical ecology of foraging In Lowland South America. In: REDFORD, K. H.; PADOCH, C. (Ed.) *Conservation neotropical forests: building on traditional resource use*. New York: Columbia University Press, 1992. p. 35-37.

BANCO DO NORDESTE. *Manual de impactos ambientais: orientações básicas sobre aspectos ambientais de atividades produtivas*. DIAS, M. do C. O. (Coord.). Fortaleza, 1999.

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO-BIRD. Banco Mundial. *Diretrizes para aquisições no âmbito de empréstimos do BIRD e crédito da AID*. Washington, D.C. 2004.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.



BARROSO C. *Metas de desenvolvimento do milênio, educação e igualdade de gênero*. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-15742004000300004](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742004000300004)>. Acesso em: 28 dez. 2016.

BARRUCHO, L. G.; COSTA, C. Brasil acolhe mais sírios que países na rota europeia de refugiados. *BBC Brasil*, 2015. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150904\\_brasil\\_refugiados\\_sirios\\_comparacao\\_internacional\\_lgb](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150904_brasil_refugiados_sirios_comparacao_internacional_lgb)>. Acesso em 6 de abr. 2016.

BATALHA, M. A. The Brazilian cerrado is not a biome. *Biota Neotrop.* 11, p. 21-24, 2011.

BAUMANN, Z. *Globalization*. Cambridge, UK: Polity Press, 1988.

BAUMFELD, C. M. *Como fazer movimentos ecológicos e defender a natureza e as liberdades*. 2. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1985.

BEAMS, N. Soros warns of “market fundamentalism”. *WSWS: News & Analysis: World Economy*, 1998.

BECKER, B. K. *Amazônia: geopolítica na virada do III milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. p. 172.

BECKER, H. A. Social Impact Assessment. *European Journal of Operational Research*, v. 128, n. 2, p. 311-321, 2001.

BELIZÁRIO, F. B. *Apropriação do cinismo e alienação no discurso da responsabilidade social: um estudo da recepção dos beneficiários de projetos sociais de empresas*. 2008. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Prática de Consumo) - Escola Superior de Propaganda e Marketing, São Paulo, 2008.

BENCHIMOL, S. A Amazônia e o Terceiro Milênio. *Revista Parcerias Estratégicas*, n. 9, p. 22-34, out. 2000.

BENDAYAN, A. N.Y. *Influencia socioeconómica de la fauna silvestre como recurso alimentario en Iquitos*. Tesis título Biólogo. Universidad Nacional de la Amazonía Peruana, Iquitos. Perú, 1991. 82 p.

BIOFILICA Investimentos Ambientais. *Projeto REED Jari Amapá*. Descrição do projeto versão 3. Macapá, AP: Celulose Jari; Jari Florestal; Biofílica, 2013.

BLACKMAN, A. BlackmanCan voluntary environmental regulation work. In: Developing countries? Lessons from case studies. *The Policy Studies Journal*, v. 36, n. 1, p. 119, 2008.

BOBBIO, N. Política. In: BOBBIO, N.; PASQUINO, G. *Dicionário de política*. 12. ed. Brasília: Ed. UnB, 2002. v. 2.

BORRACHA Natural Sintética. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/quimica/borracha-natural-sintetica.htm>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

BRACK E., A. Biodiversidad Amazónica y Manejo de Fauna Silvestre. *Manejo de Fauna Silvestre en la Amazonía*, Bolívia, v. 3, p. 14., 1997.

BRASIL. *Decreto Lei n° 23.793*, de 23 de janeiro de 1934. Código Florestal de 1934. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23793-23-janeiro-1934-498279-norma-pe.html>>. Acesso em: 9 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. (1946) *Constituição Federal de 1946*. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/?ref=navbar>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. *Legislação Informatizada. Lei n° 4.212*, de 11 de fevereiro de 1963. Dispõe da autorização do Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Agricultura Instituto de Química Agrícola. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4212-11-fevereiro-1963-353987-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

\_\_\_\_\_. *Lei n.º 4.771* de 15 de setembro de 1965 alterada pela lei n.º 7.803, de 18 de julho de 1989, e pela Medida Provisória n.º 1605-30, de 19 de novembro de 1998. Disponível em: [serradojapi.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/10/Federal-Brasil-1965-Lei-4771-Código-Florestal.pdf](http://serradojapi.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/10/Federal-Brasil-1965-Lei-4771-Código-Florestal.pdf)>. Acesso em: 9 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério das Minas e Energia. Departamento Nacional de Produção Mineral (1973-1987). *Projeto Radambrasil. Levantamento de recursos naturais*. Rio de Janeiro, 1973. 34 v

\_\_\_\_\_. *Lei Federal n° 6.938* de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 2 set. 1981. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm)>. Acesso em: 5 maio, 2016.

\_\_\_\_\_. *Lei n° 6.938/81* Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA. 1981. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6938.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6938.htm)>. Acesso em: 14 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. *Lei n° 7.347/85*. Dispõe sobre a disciplina e a ação civil pública. Brasília, 1985. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7347orig.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7347orig.htm)>. Acesso em: 15 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. *Decreto n° 98.897*, de 30 de janeiro de 1990. Dispõe sobre as reservas extrativistas e dá outras providências. Brasília, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/antigos/d98897.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d98897.htm)>. Acesso em: 22 maio, 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA. *Resoluções do Conama*: resoluções vigentes publicadas entre setembro de 1984 e janeiro de 2012. Brasília, 2012.

\_\_\_\_\_. *Portaria n° 22-N*, de 10 de fevereiro de 1992. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sóciobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT). *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo*, Brasília, DF, Disponível em: <<https://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/04/.../pdf>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. *A Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB*. Cópia do Decreto Legislativo no. 2, de 5 de junho de 1992. Brasília, DF, 2000. (Biodiversidade 1)

\_\_\_\_\_. *National Biodiversity Project/Brazilian Biodiversity Fund Project*. Project Document. nov., Report n.14523-BRA, 1995.

\_\_\_\_\_. MMA; IBAMA; CNPT. *Plano de Utilização da Reserva Extrativista do Rio Cajari*, Macapá, 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal. *Primeiro relatório nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica: Brasil*. Brasília, DF, 1998, p. 283.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Decreto nº 2.652* de 1º de julho de 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D2652.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2652.htm)>. Acesso em: 22 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998. Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 22 de agosto de 2002. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2002/d4339.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4339.htm)>. Acesso em: 5 maio, 2016.

\_\_\_\_\_. *Lei Federal nº 9.985*, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o artigo 225 da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e da outra providência. SNUC, Art. 18. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/o-snuc/o-que-%C3%A9-o-snuc>>. Acesso em: 22 maio. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. *Política Nacional de Biodiversidade: roteiro de consulta para elaboração de uma proposta*. Brasília, DF, 2000. 48 p. (Biodiversidade, 1).

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. *Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros*. Brasília, DF, 2002. 404 p.

\_\_\_\_\_. Ministério da Integração Nacional. Ministério do Meio Ambiente. *Plano Amazônia Sustentável (PAS): diagnóstico e estratégia*, Brasília, DF, 2004. v. 1.

\_\_\_\_\_. Diretoria do Programa Nacional de Conservação da Biodiversidade - DCBIO. *Segundo relatório nacional para a convenção sobre diversidade biológica*: Brasília, DF, 2004. (Biodiversidade, 10)

\_\_\_\_\_. Política Ambiental Integrada para o Desenvolvimento Sustentável. *Relatório de Gestão 2003-2006*. MMA. Brasília, DF, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. *Diretrizes e prioridades do Plano de Ação para implementação da Política Nacional de Biodiversidade (PAN-BIO)*. Brasília, DF, 2006. (Biodiversidade, 22).

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comercio Exterior. *Prêmio Professor Samuel Benchimol*: resultados de 2006. Ministério de Comércio e Indústria Exterior, Federação das indústrias do estado de Roraima. Brasília, DF: MDIC – STI: FIER, 2006.

\_\_\_\_\_. MMA; SBF. Terceiro Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica. Brasília, DF, 2006. (Série Biodiversidade 21).

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. *CENSIPAM*. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/guia-de-recolhimento-da-uniao/40-lei-de-acesso-a-informacao/13907-censipam-anuais-de-contas>> Acesso em: 14 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo*, Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)>. Acesso em: 06 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. *Consultoria Legislativa. Estudo*, Brasília, DF, jun. 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério das Relações Exteriores. *América do Sul*. Brasília, DF: FUNAG, 2007. Disponível em: <[http://funag.gov.br/loja/download/358-America\\_do\\_Sul\\_-\\_Segundo\\_Semestre\\_de\\_2006.pdf](http://funag.gov.br/loja/download/358-America_do_Sul_-_Segundo_Semestre_de_2006.pdf)>. Acesso em: 14 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Áreas Prioritárias para Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira: Atualização - Portaria MMA nº 9, de 23 de janeiro de 2007. Brasília, DF, 2007a. (Biodiversidade, 31).

\_\_\_\_\_. *Projeto de avaliação de proposta*: Fundo de Crédito de Desenvolvimento Global/ Caixa Econômica Federal/Fundo Brasileiro para Biodiversidade. Brasília, 2007b.

BRECHIN, S. R. et al. Resident peoples and protected areas: a framework for inquiry. In: WEST, P. C.; BRECHIN, S. R. (Ed.) *Resident peoples and national parks: social dilemmas and strategies in international conservation*. Tucson: The University of Arizona Press, 1991. p. 5-28.

BRITO, D. C. de. *A modernização da superfície*. Belém: NAEA; UFPA, 2001.

BRITO, L. do S. B. Transformações espaciais no planejamento do desenvolvimento: o virtual e o real nas terras do estado do Amapá. *Anais do Seminário Internacional: Amazônia e Fronteiras do Conhecimento*, Belém, UFPA, 9 - 11 dez. 2008. Disponível em: <<http://www.naea.ufpa.br/-siteNaea35/anais/html/geraCapa/FINAL/GT11>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

BURGA, M. et al. *Sobre la nueva Historia del Perú*. Lima: [s.], 1992.

CALIXTO, L. A divulgação de relatórios de sustentabilidade na América Latina: um estudo comparativo. *Revista de Administração*, São Paulo, v. 48, n. 4, out./nov./dez. 2013. Disponível

em: <http://www.cepad.net.br/linguisticaelinguagem/edições/09/arquivos/02.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2016.

CÂMARA, I. de G. *Análise comparativa as estratégias nacionais para biodiversidade de diversos países*. Documento elaborado para o projeto 'Estratégia Nacional de Biodiversidade e Relatório Nacional - BRA 97/G31. Brasília: MMA; SBF, 1999.

CÂMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. *Revista Interinstitucional de Psicologia*, v. 6, n. 2, p. 179-191, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/gerais/index.php/gerais/article/viewFile/306/284>> Acesso em: 12 abr. 2017.

CÂMARA, I. de G. *Análise comparativa as estratégias nacionais para biodiversidade de diversos países*. Documento elaborado para o projeto 'Estratégia Nacional de Biodiversidade e Relatório Nacional - BRA 97/G31. Brasília, DF: MMA. SBF, 1999.

CAMARGO, E.C.G. *Desenvolvimento, implementação e teste de procedimentos geostatísticos (krigeagem) no sistema de processamento de informações georreferenciadas* (Spring). São José dos Campos, 1997. 116 f. Dissertação (Mestrado em Sensoriamento Remoto) – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

CARDOSO, F. H. *Avança Brasil: proposta de governo*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Anexo: os projetos de infra-estrutura e o desenvolvimento regional. 2008. p. 162-172. ISBN: 978-85-99662-68-7. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/62rp6/pdf/cardoso-9788599662687-07.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

CARDOSO, D. M. *O processo decisório de políticas públicas para o desenvolvimento local*: Rio Arraiolos, Almeirim, PA: [s.n.], 2006.

CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependencia y desarrollo en América Latina: ensayo de interpretación sociológica*. 2. ed. México: Siglo XXI, 1970. 166 p.

CARNOY, M. *Estado e teoria política*. 2 ed. Campinas-SP: Papirus, 1988. p. 19-62.

CARROLL, A. B. A three-dimensional conceptual modelo f corporate social performance. *Academy of Management Review*, v. 4, n. 4, p. 497-505, 1979.

CARVAJAL, G. de. *Descobrimento do rio de Orellana*. [1542] Trad. C. de Mello-Leitão. São Paulo: Nacional, 1941.

CARVALHO, G. Histórico e impacto das políticas públicas na Amazônia. In: BARROS, A. C. (Org.). *Cadernos temáticos: sustentabilidade e democracia para as políticas públicas na Amazônia*. Rio de Janeiro: FASE; IPAM, 2001. (Projeto Brasil Sustentável e Democrático).

CARVALHO, P. E. R. *Espécies florestais brasileiras*. Recomendações Silviculturais potenciais e uso da madeira. Colombo-PR: EMBRAPA-CNPq; Brasília: EMBRAPA-SPI, 1994. 640 p.

CARVALHO, I. S.; SILVEIRA JÚNIOR, O. Uma análise do empreendimento FRUTA SÃ (Carolina - MA, Brasil) à luz da Economia Solidária. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA - RELATOS DE EXPERIÊNCIAS. São Paulo, 2005. *Anais...* São Paulo, 2005.

CARVALHO, E. P. T. de. *Consulta Prévia Brasília, 1ª de fevereiro de 2017*. Normas que regulamentam a consulta prévia. Procuradoria Regional da República – 1ª Região. 6ª Câmara de Coordenação e Revisão. Disponível em: <[http://consulta-grandesobras.gvces.com.br/wp-content/uploads/2016/12/seminarioparticipativo\\_diagnos](http://consulta-grandesobras.gvces.com.br/wp-content/uploads/2016/12/seminarioparticipativo_diagnos)>. Acesso em: 5 ago. 2017.

CASSIOLATO, J. E.; SZAPIRO, M. *Arranjos e sistemas produtivos e Inovativos locais no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

CASTELOROGER <<http://casteloroger.blogspot.com.br/2011/06/areas-protegidas-quadro-geral-no-amapa.html>> Acesso em: 12 abr. 2017.

CASTELLS, M. Material for an exploratory theory of the network society. *British Journal of Sociology*, v. 51, n. 1, 2000.

CASTILLO, A.; QUEVEDO, M. La actividad maderera en Ucayali. *Revista Bosques Amazónicos*. Sección Actualidad. may./jun., 2002.

CASTRO, E. Transformações ambientais na Amazônia: problemas locais e desafios internacionais. In: MENDES, A. D. *Amazônia, terra e civilização: uma trajetória de 60 anos*. 2. ed. Belém: Banco da Amazônia, 2004.

\_\_\_\_\_. Dinâmica socioeconômica e desmatamento na Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 8, n. 2, p. 5-39, dez. 2005.

CASTRO, F. E. R. de. Notas acerca de la investigación social en la Amazonia Peruana. En: *Primer Seminario de Investigaciones Sociales de la Amazonia*. Iquitos, 1988.

CASTRO, N.; REVILLA, J.; NEVILLE, M. Carne de monte como una fuente de proteínas en Iquitos, con referencia especial en monos. *Rev. For. del Perú*. 6: 19-23. Lima, 1976.

CATÁLOGO de Publicações do Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil: 17 anos de atuação na Amazônia e Mata Atlântica /PPG7. Brasília, DF: MMA, 2009. Disponível em: <[http://www.mma.gov.br/estruturas/168/\\_publicacao/168\\_publicacao\\_15102009043435.pdf](http://www.mma.gov.br/estruturas/168/_publicacao/168_publicacao_15102009043435.pdf)>. Acesso em: 15 jul. 2017.

CAVALCANTE, T. CEPAL debate propostas de igualdade social e sustentabilidade na América Latina e no Caribe. *Agência Brasil*. Disponível em:<<http://www.ebc.com.br/2012/08/cepal-debate-propostas-de-igualdade-social-e-sustentabilidade-na-america-latina-e-no-caribe>>. Acesso em: 5 ago. 2016.

CENTRO NACIONAL DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - CEPLAN. *Plan Bicentenario*. El Peru hacia el 2021. Aprobado por el Acuerdo Nacional. Lima, 2011.

CEPEDA, V. A. Inclusão, democracia e novo desenvolvimento: um balanço histórico. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 77-90, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v26n75/06.pdf>>. Acesso em: 6 mar. 2016.

CHINEN, M. O. Ficha estándar de familia del catálogo de bienes, servicios y obras del MEF. *Ficha Estándar n. 88 Familia 20720015 madera utucuro*. Gobierno Nacional, Gobierno Regional y Gobierno Local. Lima, 2016. Disponível em: <[https://www.mef.gob.pe/contenidos/doc\\_siga/catalogo/ctlogo\\_familias\\_madera\\_utucuro.pdf](https://www.mef.gob.pe/contenidos/doc_siga/catalogo/ctlogo_familias_madera_utucuro.pdf)>. Acesso em: 22 fev. 2017.

CINDEBRASIL. <<http://www.cindesbrasil.org/>> Acesso em: 15 de ago. 2016.

CLARK, N. *Na contramão de Dilma, as áreas protegidas*. Disponível em: <<http://www.oeco.com.br>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

CLEMENTS, F. E. The development and structure of biotic communities. *J. Ecology* 5:120–121, 1917. (Abstract of a talk in 1916).

CLIFFORD, J. Sobre a autoridade etnográfica. In: \_\_\_\_\_. *A experiência etnográfica*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998.

COIMBRA-FILHO, A. F., HOUAISS, A. *Ecosistemas Brasileiros: brazilian ecosystems*. Rio de Janeiro: INDEX, 1988.

COMISSÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS - CNPCT. 2013. Disponível em: <<http://www.mds.br/acesso-a-informação/orgãos-em-destaque/cnpct>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

CONAM. Aprobación de la Estrategia Nacional sobre Diversidad Biológica D. S. N° 102-2001-PCM. *Perú: Estrategia Nacional sobre Diversidade Biológica*. 1. ed. out. 2001.

CONCEIÇÃO, M. F. C.; MANESCHY, M. C. A. Tradição e mudança em meio às populações tradicionais. In: COSTA, M. J. J. (Org.). *Caminhos sociológicos na Amazônia: reflexões teóricas e de pesquisa*. Belém: EDUFPA, 2002. p. 147-171.

CONDAMINE, C. La. Journal du voyage fait par ordre du Roi a l'èquateur servant d' introduction historique a la mesure des trois premiers degreès du Meridien. París: Imprimiere Royal (1751). In: PERÚ. *Historia ambiental del Perú. Siglos XVIII y XIX* / Ministerio del Ambiente. Lima: MINAM, 2016.

COOLEARTH. Disponível em: <<https://www.coolearth.org/stories>> Acesso em: 5 maio, 2016.

CONSTANZA, R. Economia Ecológica: uma agenda de pesquisa. In: MAY, P; MOTTA, R. S. (Orgs). *Valorando a natureza: análise econômica para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

CONVENÇÃO OIT. Disponível em:<<http://www.oit.org.br/>>. Acesso em: 6 de jan. 2017.

CONVENÇÃO nº 169 da OIT e os Estados Nacionais. Deborah Duprat (Org.). In: Audiência pública, oitiva constitucional e consulta prévia: limites e aproximações Brasília, DF: ESMPU, 2015.

CONVENÇÃO nº 169 da OIT e os Estados Nacionais. Deborah Duprat (Org.). In: DIREITO, Ambiente e Recursos Naturais (DAR). *No podemos retroceder con lo avanzado en transparencia y acceso a la información*. 25 de enero de 2017. Disponível em: <[http://www.dar.org.pe/noticias/np250117\\_tallerlima/](http://www.dar.org.pe/noticias/np250117_tallerlima/)>. Acesso em: 30 abr. 2017.

COPETTI, E. Máquinas e implementos semeadoras: prontas para o próximo plantio. *Jornal Dia de Campo*, 2017. Disponível em: <<http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=21647&secao=M%E1quinas%20e%20Implementos>> Acesso em: 1 mar. 2017.

CORDERI, D. Deforestación and Property Rights: A comparison between Former British and Spanish Colonies. *Economic Analysis Working Papers*, v. 7, n. 7, p. 1-14, 2008.

COREA, M. E.; FLYNN, S.; AMIT, A. *Responsabilidad social corporativa em América Latina: una vision empresarial*. Chile: CEPAL – División de desarrollo sostenible y asentamientos humanos. [S.l.:s.n.], 2004.

CORRÊA, L. F. S. A política externa de José Sarney. In: *Crescimento modernização e política externa*. 2017. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/326816/mod\\_resource/content/1/A%20Política%20Externa%20de%20José%20Sarney.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/326816/mod_resource/content/1/A%20Política%20Externa%20de%20José%20Sarney.pdf)> Acesso em: 13 jul. 2017.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE - CNUMA. *Declaração de Estocolmo sobre o Ambiente Humano*. 1972. Disponível em: <<http://portal.iphhan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Estocolmo%201972.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2016.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES. Interdisciplinaridade como desafio para o avanço da ciência e tecnologia. In: FILIPPI JUNIOR, A. et al (Org.). *Coordenação de área interdisciplinar: catálogo de programas de pós-graduação, mestrado e doutorado*. Brasília, DF, 2008, p. 2 [CD-ROM].

COUTINHO, L. M. O conceito de bioma. *Acta Bot. Bras.*, v. 20, n. 1, p. 13-23, 2006.

CREVAUX, Jules. *Voyages dans l'Amérique du Sud*. Paris: Hachette et Cie., 1883.

CUÉLLAR, J. P (Org.). *Nossa diversidade criadora*. Campinas,SP: Papirus; Brasília, DF: UNESCO, 1997.

CUNHA et. al. História dos índios no Brasil. (Organização Manuela Carneiro da Cunha). São Paulo: Companhia das letras Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP. 1992. Biblioteca Digital Curt Nimuendajú. Disponível em: <<http://www.etnolingüística.org/historia>>. Acesso em: 11 jul. 2017.

DANCOURT, O.; MENDONZA, W.; VILCAPOMA, L. *Fluctuaciones económicas y shocks externos*, Perú 1950-1996. 1997. p. 1-38. Disponível em:



<<http://www.departamento.pucp.edu.pe/economia/iimages/documentos/ddd135.pdf>> Acesso em: 5 maio, 2016.

DE ANGELIS. Globalisation, New Internationalism and the Zapatistas. *Capital and Class*, 70, Spring, 2000.

DEL CASTILLO, L. ¿Tienen futuro las comunidades campesinas? *Debate Agrario* n. 14. Lima: CEPES, 1992. Disponível em: <[http://www.cepes.org.pe/debate/debate14/04\\_articulo.pdf](http://www.cepes.org.pe/debate/debate14/04_articulo.pdf)> Acesso em: 1 fev. 2017.

DESLAURIERS, J. P. *Recherche qualitative: guide pratique*. Montreal: McGraw-Hill, 1991.

DEUSTUA, J. Guano, salitre, minería y petróleo en la economía peruana, 1820-1930. In: *Compendio de historia económica del Perú*. Lima: BCR, 2011. p. 165-226.

DESMATAMENTO DA RESERVA ALLPAHUAYO MISHANA. Produção de Luiz Ramos. Iquitos: CONTRALUZ, 2017. Disponível em <<https://youtube.be/G3G7tLKO4Ls>>. acesso em: 30 jun. 2017.

EL DIARIO DE ECONOMIA Y NEGOCIOS DE PERÚ. Seção Tendencias. *¿Dónde está la Marca Perú?* Uma estratégia para enfrentar la conyuntura. 2016. Disponível em: <<http://gestion.pe/tendencias/donde-esta-marca-peru-estrategia-enfrentar-coyuntura-2160059>>. Acesso em: 9 fev. 2017.

DIAS, O. C. Análise Qualitativa Comparativa (QCA) Usando Conjuntos Fuzzy - Uma Abordagem Inovadora Para Estudos Organizacionais no Brasil. In: Encontro da Associação Nacional De Pós-Graduação e Pesquisa em Administração – ANPAD, 35. Rio de Janeiro, 2011. *Anais...* Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<https://gpcgp.wordpress.com/2011/.../xxxv-enapad-rio-de-janeir...>>. Acesso em: 16 jul. 2016

DIAS, B. F. de S. *Implementação da Convenção sobre Diversidade Biológica no Brasil: Desafios e Oportunidades*. Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1995. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/publicacoes/textos/a-implementacao-da-convencao-sobre-diversidade-biologica-no-brasil-desafios-e-oportunidades>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

DICIONÁRIO Político. *Plano Marshal*. Disponível em: <[https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/p/plano\\_marshall.htm](https://www.marxists.org/portugues/dicionario/verbetes/p/plano_marshall.htm)>. Acesso em: 5 nov. 2016.

DIEGUES, A. C. El mito moderno de la naturaliza intocada. *Hombre y Ambiente*, Quito, Abya-Yala, n. 57-58, 2000.

DIEGUES, A. C.; ARRUDA R. S.V. (Org.). Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. *Biodiversidade 4*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

DIEGUES, A. C. S. “Populações tradicionais” e biodiversidade na Amazônia: levantamento bibliográfico georreferenciado. In: CAPOBIANCO, J. P. R. et al. *Biodiversidade na Amazônia*

*brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios.* São Paulo: Estação Liberdade: ISA, 2001.

D'INCAO, M. C. Fome e reforma agrária. *Teoria e Debate*. Ed.24, mar. de 1994. Disponível em: <<http://teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/mundo-do-trabalho/fome-e-reforma-agraria&page=0,1>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

DINIZ, E. *Crise, reforma do Estado e governabilidade*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

DISTRIBUCIÓN de las especies forestales del Perú. OSINFOR, 2013. Disponível em: <<http://www.osinfor.gob.pe/portal/destacados.php?id=23>>. Acesso em: 22 fev. 2017.

DYE, T. D. *Understanding Public Policy*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall. 1984.

DOMÍNGUEZ, M. *El sistema de intendências en el Río de la Plata y su influencia en la hacienda (1782)*. Sevilla: Universidad Pablo de Olavide de Sevilla. (2017.). Disponível em: <[http://www.aeca.es/vii\\_encuentro\\_trabajo\\_historia\\_contabilidad/pdf/04\\_Dominguez\\_Orta.pdf](http://www.aeca.es/vii_encuentro_trabajo_historia_contabilidad/pdf/04_Dominguez_Orta.pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2017.

DOUROJEANNI, M. J. Sistemas de áreas protegidas em America Latina: teoria y práctica. In: NUNES, Maria de Lourdes; TAKAHASHIO, Leide Yassuco; THEULEN, Veronica (Org.). *Unidades de Conservação: atualidades e tendências 2007*. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2007.

DOUROJEANNI, M. J.; PÁDUA, M. T. J. *Biodiversidade: a hora decisiva*. 2. ed. Curitiba: UFPR, 2007.

DOUROJEANNI, M. *Loreto sostenible al 2021*. Lima: DAR, 2013.

EASTONE, D. *A framework for political analysis*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1965.

ECO. Notícias. *O que são as metas de Aichi?* Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28727-o-que-sao-as-metas-de-aichi/>>. Acesso em: 17 abr. 2017.

EMPERAIRE, L. (Org.). *A floresta em jogo: o extrativismo na Amazônia Central*. São Paulo: Editora UNESP; Imprensa Oficial do Estado, 2000, p. 233.

\_\_\_\_\_. A biodiversidade agrícola na Amazônia brasileira: recurso e patrimônio. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 32, 2005. ( Organização: CUNHA, M. C. da C. Publicada pelo IPHAN, Ministério da Cultura, Brasil. 2005).

ESCOBAR, A. Imagining a Post-Development era? Critical thought, Developmrrnt and social movement. *Social text*, n. 31-32, 20-56, 1999.

\_\_\_\_\_. Imagining a post-development era? In: EDELMAN, M.; HAUGERUD, A. (Ed.). *The anthropology and globalization: from classical political economy to contemporary neoliberalismo*. Malden: Blackwell Publishing, 2005. p. 431-351.

EASTONE, D. *A Framework for Political Analysis*. Englewood Cliffs: Prentice Hall. 1965

ESTADO DO AMAPÁ. Disponível em: <<http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista4-mat11.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

ESTEVA, G. The Zapatista's and People's Power. *Capital and Class*, 68, Summer, 1999.

EVANS, P., RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. *Bringing the State Back*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

FARIA, C. A. P. Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 21-30, 2003.

FARIA, C. C. *Bioma*. InfoEscola. 2016. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Bioma>>. Acesso em: 4 nov. 2016.

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 7. ed. Rio de Janeiro: Globo, 1987. v. 2

FACHIN, P. Estado brasileiro apoia desmatamento, apesar de políticas setoriais de controle. Instituto Humanitas Unisinos ( IHU), 2017. Disponível em: <<https://gz.diarioliberalidade.org/artigos-em-destaque/item/117812-estado-brasileiro-apoia-desmatamento-apesar-de-politicas-setoriais-de-controle.html>>. Acesso em: 18 jan. 2017.

FERNANDES, M. Desenvolvimento sustentável: antinomias de um conceito. In. FERNANDES, M; GUERRA, L. *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. 2. ed. Belém: UNAMAZ, 2006.

FERREIRA, A. B. H. *Novo Dicionário da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1986. p. 294.

FIASCHI, P.; PIRANI, J.R. 2009. Review of plant biogeographic studies in Brazil. *Journal of Systematics and Evolution*, v. 47, p. 477-496. Disponível em: <[http://www.researchgate.net/publication/249500929\\_Review\\_of\\_plant\\_biogeographic\\_studies\\_in\\_Brazil](http://www.researchgate.net/publication/249500929_Review_of_plant_biogeographic_studies_in_Brazil)>. Acesso em: 20 mar. 2017.

FILOCREÃO, A. S. M. *Agroextrativismo e capitalismo na Amazônia: as transformações recentes no agroextrativismo do sul do Amapá*. 2007. 541 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

FINER, M. et al, *Oil and gas projects in the western Amazon: threats to wilderness, biodiversity, and indigenous peoples*. 2008. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1371/journal.pone.0002932>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

FLORENCE, H. *Viagem fluvial do Tietê ao Amazonas: 1825 a 1829*. Trad. Visconde de Taunay; prefácio Mário Guimarães Ferri. São Paulo: Cultrix, 1977.

FLORESTAS do Brasil no período colonial. Em Discussão. Disponível em: <<https://www.senado.gov.br/noticias/Jornal/emdiscussao/codigo-florestal/senado-oferece-um->>

projeto-equilibrado-para-o-novo-codigo-florestal-brasileiro/florestas-do-brasil-no-periodo-colonial.aspx>. Acesso em: 8 jul. 2017.

FONSECA, J. J. S. *Metodologia da pesquisa científica*. Fortaleza: UEC, 2002. (Apostila).

FONSECA JÚNIOR, W. C. Análise de conteúdo. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio (org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006. p. 280-315.

FRANCHETTO, B. As línguas indígenas. In: Secretaria de Educação a Distância, Secretaria de Educação Fundamental. *Índios do Brasil* 2. ed. Brasília, DF: MEC; SEED; SEF, 2001.

FRANCO L. de A. A história ambiental no Brasil e seus clássicos. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 18, n. 1- 2, p. 389-394, jan./dez. 2003.

FRACHETTO, B. O conhecimento científico das línguas indígenas da Amazônia no Brasil. In: Queixalós, F.; Renault-Lescure, O. (Org). *As línguas Amazônicas hoje*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.

FREITAS, E. de. *Localização do Brasil no mundo*. Disponível em: <<http://brasilecola.uol.com.br/brasil/a-localizacao-brasil-no-mundo.htm>>. Acesso em: 9 jul. 2017.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI. Distribuição espacial da população indígena 2010. Disponível em: <[http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2013/img/12-Dez/encarte\\_censo\\_indigena\\_02%20B.pdf](http://www.funai.gov.br/arquivos/conteudo/ascom/2013/img/12-Dez/encarte_censo_indigena_02%20B.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2016.

FUNDAÇÃO DE ENGENHARIA DE MEIO AMBIENTE - FEEMA. *Manual do Meio Ambiente*. Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras (SLAP). Rio de Janeiro, 1979.

FUNDAÇÃO Nacional do Índio. Notícias. IBGE divulga resultado do censo 2010 sobre população indígena, 2012. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/1757-ibge-divulga-resultado-do-censo-2010-sobre-populacao-indigena>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

FUNDAMENTALISMOS neoliberal, 2017. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Fundamentalismo\\_de\\_livre\\_mercado](https://pt.wikipedia.org/wiki/Fundamentalismo_de_livre_mercado)>. Acesso em: 15 fev. 2017.

FUNDO BRASILEIRO PARA A BIODIVERSIDADE -FUNBIO. *Nossos projetos*, 2012. Disponível em: <<https://www.funbio.org.br/>>. Acesso em: 4 de abr. 2017.

FURLANETTO E. C. Interdisciplinaridade: um conhecimento construído nas fronteiras. *International Studies on Law and Education*, CEMOrOc-FEUSP / IJI-Univ. do Porto, 2011.

FURTADO, L. G. et al. *Repertório Documental para Memória da Pesca Amazônica*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2002. 241 p. (Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira).

FURTADO, L. G. Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: D'INCAO, M. Â.; SILVEIRA, J. M. (Org.). *Amazônia e a crise da modernização*. Belém: MPEG, 1994.

GÁLVEZ, H.; ARBAIZA, Teresa; CARCELÉN, F.; LUCAS, O. Comunicaciones valor nutritivo de las carnes de sajino (*tayassu tajacu*), venado colorado (*mazama americana*), majaz (*agouti paca*) y motelo (*geochelone denticulata*). *Revista de Investigaciones Veterinarias del Perú*, v. 10, n. 1, jan./jul. 1999. Disponível em: <[http://sisbib.unmsm.edu.pe/bvrevistas/veterinaria/v10\\_n1/valnutcar.htm](http://sisbib.unmsm.edu.pe/bvrevistas/veterinaria/v10_n1/valnutcar.htm)>. Acesso em: 30 maio, 2017.

GARDNER, K.; LEWIS, D. The anthropology of development. In: EDELMAN, M.; HAUGERUD, A. (Ed.). *Anthropology, development and the post-modern challenge*. London: Pluto Press, 1996. p. 50-76.

GEOGRAFIA DO BRASIL. Disponível em: <[https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/3c/Clima\\_do\\_brasil.png](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/3/3c/Clima_do_brasil.png)>. Acesso em: 15 jul. 2017.

GEOGRAFIA Opinativa. Biomas terrestres, 2016. Disponível em: Disponível em: <<http://www.geografiaopinativa.com.br> > Biodiversidade > Vegetação>. Acesso em: 25 fev. 2017.

GEOGRAFIAEANARQUIA. Disponível em:<<http://geografiaeanaquia.blogspot.com.br/2015/11/breve-historico-do-amapa-area-que-hoje.html>>. Acesso em: 20 ago.2017.

GOOGLE. Disponível em: <<<https://www.google.com.br/search?q=Linhão+na+reserva+extrativista+rio+Cajari&tbm=isch&imgil=i5PMQKVZ6KILKM%253A%253BQXD96EN5EENUqM%253Bhttp%25253A%25252F%25252Ffilosofiadomarczero.blogspot.com%25252F2014%25252F11%25252F>>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

GEOSERVIDOR. Disponível em: <<http://www.geoservidor.minam.gob.pe/geoservidor/deforestacion.aspx>>. Acesso em: 15 ago. 2017.

GIFFORD, J. C. *Living by the land*. Coral Gables, Florida: Glade House. 1945. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Conservacionismo\\_\(movimento\)#cite\\_ref-1](https://pt.wikipedia.org/wiki/Conservacionismo_(movimento)#cite_ref-1)>. Acesso em: 25 maio, 2017.

GIOVANNI, G. di. Políticas e política social. In: \_\_\_\_\_. *Sociologia, crítica social, comentários e reflexões sobre sociedade e cultura-políticas públicas*. Campinas, SP: UNICAMP, 2008.

GLOBAL ENVIRONMENT FACILITY - GEF. *Estrategy and Action Plan for the Conservation and sustainable use of biological diversity in Peru*. CONABIO/CONAM/GEF, Lima, jul, 1997.

\_\_\_\_\_. *Terminal Evaluation* - Review Form, n. 23 aug., 2006.

\_\_\_\_\_. *Projects*. country: participant profiles. Brasil e Peru. Disponível em: <<https://www.thegef.org/country>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

GLOBO.com G1. *Novo secretário-geral da ONU pede que paz seja prioridade em 2017*. 1º de jan. 2017. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/mundo/novo-secretario-geral-da-onu-pede-que-paz-seja-prioridade-em-2017-20716725#ixzz4c5Fla8mo>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

GODOY A. S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, 1995a.

\_\_\_\_\_. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, v. 35, n. 4, p. 65-71, 1995b.

GÓES, I. *Movimentos ambientalistas: trajetória histórica 2010*. Disponível em: <[http://www.juvenioterra.com.br/virtual/texto\\_ambientalistas.doc](http://www.juvenioterra.com.br/virtual/texto_ambientalistas.doc)> Acesso em: 14 jun. 2012.

GOLDMAN, M. *Imperial nature: the world bank and struggles for social justice in the age of globalization*. [S.l.]: Yale University Press, 2005. p. 52–54.

GOMES, M. M. Borracha de Butadieno Estireno - SBR. *Rubber Pedia*, 2017. Disponível em: <<http://www.rubberpedia.com/borrachas/borracha-butadieno-estireno.php>>. Acesso em: 20 fev. 2017.

GOMEZ-POMPA, A.; KAUS, A. Taming the wildemess myth. *Bioscience*, v. 42, n. 4, 1992.

GOMES-POMPA, A.; VASQUES-YANEZ, C. The tropical rainforest: a non renewable resource. *Science*, v. 177, p. 762-5, 1972.

GONÇALVES, C. W. P. *Os (des)caminhos do meio ambiente*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 1993.

GONZÁLEZ-FERNÁNDEZ, A. J. *La Zoocría*. UNELLEZ, Guanare, Venezuela. Material didáctico. 2011, 29 p.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Sistema Ambiental Paulista. *PROCLIMA. Conferência das Partes COP*. Disponível em: <<http://proclima.cetesb.sp.gov.br/conferencias/negociacoes-internacionais/conferencia-das-partes-cop/>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

GOVERNO REGIONAL DE LORETO – GOREL. *Mapa de áreas naturales protegidas de la región Loreto*. Publicado en noviembre de 2012. Sistema de Información Ambiental Regional (SIAR). Disponível em: <<http://www.siar.regionloreto.gob.pe/index.php?accion.ver=elemento>>. Acesso em: 5 jan. 2016.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ. *Programa de governo: programa social*, 2014. Disponível em: <<http://www.amapa.gov.br/programa/1409/desenvolvimento-social>>. Acesso em: 26 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. *Programa de Desenvolvimento Sustentável*. Macapá, 1995. Disponível em: <<http://www.bibliotekevirtual.org/index.php/2013-02-07-03-02-35/2013-02-07-03-03-11/1179-biota/v04n03/12249-acoes-de-educacao-e-saude-e-percepcao-sobre-a-transmissao-da-malaria-na-comunidade-de-sao-francisco-do-uiratapuru-laranjal-do-jari-amapa.html>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

GONZÁLEZ, F. E.; RUIZ, M. J.; ACOSTA, F. M. Tutorial do Sensoriamento Remoto. *TELECAN* 2013. Disponível em: <[http://www.grss-ieee.org/wp-content/uploads/2014/07/PT\\_TUTORIAL\\_COMPLETO.pdf](http://www.grss-ieee.org/wp-content/uploads/2014/07/PT_TUTORIAL_COMPLETO.pdf)> Acesso em: 12 fev. 2017.

GRANERO, F. S. Avances y limitaciones de la historiografía Amazônica 1950-1988. In: SEMINARIO DE INVESTIGACIONES SOCIALES EM LA AMAZONIA, 1., 1988, Iquitos. *Anais...Iquitos*, 1988.

GREEN ME. Jatobá. 2016. Disponível em: <<https://www.greenme.com.br/remedios-caseiros/4519-jatoba-arvore-nativa-medicinal-uso-da-casca-e-das-sementes>>. Acesso em: 20 maio, 2017.

GRUPO do Rio. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Grupo\\_do\\_Rio](https://pt.wikipedia.org/wiki/Grupo_do_Rio)>. Acesso em: 2 mar. 2017.

GUDYNAS, E. Buen vivir: Today's tomorrow. *Development*, v. 54, n. 4, 2011. Disponível em: <<http://www.palgrave-journals.com/development/journal/v54/n4/pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2016.

GUERRA, L.; FERNANDES, M. (Org.). *Contra-discurso do desenvolvimento sustentável*. Belém: NAEA; UFPA, 2006.

GUERRERO, O. Políticas Públicas una resurrección de la ciencia de la policía. *Revista de Teoría e Praxis Administrativa – Racionalidad de la administración pública en México* 1989.-1990, v. 2 ; 4, n. 11- 13, jul./mar.1989; 1990.

GUIA Geográfico da América do Sul. Brasil. Disponível em: <<http://www.guiageo.com/brasil-mapa.htm>>. Acesso em: 9 jul. 2017.

GUIMARÃES, F. R. Um novo olhar sobre o objeto da pesquisa em face da abordagem interdisciplinar. In: FERNANDES, A.; GUIMARÃES, F. R.; BRASILEIRO, M. do C. E. (Org.). *O fio que une as pedras: a pesquisa interdisciplinar na pós-graduação*. São Paulo: Biruta, 2002. p. 13-25.

GUSFIELD, J. R. *Community: a critical response*. New York: Harper & Row Publisher, 1975.

GUTIERREZ, R., E JONES, A. *Effects of corporate social responsibility in Latin American communities: a comparison of experiences*, 2005. Disponível em: <[http://www.papers.ssm.com/sol3/papers.cfm?abstract\\_id=1018680](http://www.papers.ssm.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1018680)>. Acesso em: 26 dez. 2016.

GUTIÉRREZ, C. Aportes desde la agrobiodiversidad a la dieta andina: una breve mirada a la historia y el presente. In: RUIZ, M., *Agrobiodiversidad, seguridad alimentaria y nutrición: ensayos sobre la realidad peruana*. Lima: SPDA, 2015. P. 53-68

GUTIERREZ-ESPELETA, E. E. Indicadores sociales: uma breve interpretação de su estado de desarrollo. In: Carlos Sojo (Org.). *Desarrollo social en América Latina: temas y desafíos para las políticas públicas*. FLACSO: Banco Mundial; San José; Costa Rica, 2002.

HABER, W. Sustainable development from the perspective of human ecology. In: \_\_\_\_\_. *Inconvenient ecological truths: a perspective on sustainability in the 21st. century*. Munich: OEKOM, 2010. p. 47-64. (Hans Carl Von Carlowitz Series, 1)

HAZRAE, B. *O desastre político ambiental do governo Dilma Rousseff. Observatório de impactos ambientais*. 2013. Disponível em: <<https://politicaambiente.wordpress.com/2013/11/26/o-desastre-politico-ambiental-do-governo-dilma-rousseff/>> Acesso em: 18 jan. 2017.

HÉBETTE, Jean. *O cerco está se fechando*. Rio de Janeiro: Vozes, 1991.

HEIMANN, P.; PIRES, P. de T. de L.; POSONSKI, M. Novos desafios da certificação ambiental na América Latina. *Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas*. Macapá, n. 7, p. 115-127, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/planeta>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

HILLE, J. *The concept of environmental space: implications for policies, environmental reporting and assessments, expert's corner n. 2*, 1997. Disponível em: <<http://reports.eea.eu.int/92-9167-078-2/em/page003.html>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

HIRAOKA, M. Mudanças nos padrões econômicos de uma população ribeirinha do estuário amazônico. In: FURTADO, L.; LEITÃO, W.; MELO, A. (Org.). *Povos das águas: realidades e perspectivas na Amazônia*. Belém: MPEG, 1993.

HIRSCHMAN, A. *The Strategy of Economic Development*, New Haven, Yale University. 1958.

HÖFLING, E. de M. Estado e políticas (públicas) sociais. *Cadernos CEDES*, São Paulo, n. 21, nov. 2001.

HOGHOOD, B.; GUNN, L. *Policy analysis for the real world*. Oxford: Oxford University Press. 1984.

HOLANDA, S. B. *Monções*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

HUBER, J. *Arboretum Amazonicum*. Iconographia dos mais importantes vegetaes espontaneos e cultivados da região amazonica. 4- Década. Belém: Museu Paraense de Historia Natural e Ethnographia, 1906.

IBGE. Material Técnico de vegetação brasileira, 1993a. Disponível em: <[biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63011.pdf](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv63011.pdf)> Acesso em: 13 abr. 2017.



\_\_\_\_\_. *Diagnóstico Ambiental da Amazônia*. Rio de Janeiro, 1993b.

\_\_\_\_\_. *Mapa de Biomas do Brasil. Primeira Aproximação*. Escala 1:5.000.000. Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <<http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/index.php/estantes/mapas/563-mapa-de-biomas-do-brasil>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. *Pesquisa nacional por amostra de domicílio*, 2005. Disponível em: <<http://ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2005/default.shtm>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. *População*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. População brasileira às 12h53min, em 10 de julho de 2017. <Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default\\_resultados\\_universo.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_resultados_universo.shtm)>. Acesso em: 9 jul. 2017

\_\_\_\_\_. DOU nº 124, de 30 de junho de 2017. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default\\_territ\\_area.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm)>. Acesso em: 9 jul. 2017

ICMBIO. <<http://www.icmbio.gov.br/parnaitatiaia/>> Acesso em: 29 de jul. 2016.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<https://www.icmbio.gov.br/.../pesquisa...pesquisa.../41-como-obter-autorizacao-de-pesquisa>>. Acesso em: fev. 2016.

INFOAMAZONIA. *Mineria*. Mapa interativo das áreas de extração mineral na estrada Iquitos-Nauta e desmatamento-RNAM, 2017. Disponível em: <<https://infoamazonia.org/es/maps/mining-2/#!/story=post-16587&loc=-4.236856059768947,-73.399658203125,7>>. Acesso em: 6 fev. 2017.

IMIGRANTES. *Por que alguns imigrantes conseguem refúgio na Europa e outros não?* *BBC Brasil*, 2015. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150910\\_imigrantes\\_recusa\\_tg](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/09/150910_imigrantes_recusa_tg)>. Acesso em: 10 ago. 2016.

INSTITUTO GEOLÓGICO MINERO Y METALÚRGICO- INGEMMET. Disponível em: <[http://www.ingemmet.gob.pe/funciones\\_ambiental\\_riesgo](http://www.ingemmet.gob.pe/funciones_ambiental_riesgo)>. Acesso em: 2 fev. 2017.

INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS- IEB 2011. Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/sobre-o-ieb/institucional/>>. Acesso em 5 maio. 2016.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA. Base parlamentar de Temer abre florestas ao desmatamento e à grilagem. *Notícias Socioambientais*. 17 de maio de 2017. Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/base-parlamentar-de-temer-abre-florestas-ao-desmatamento-e-grilagem>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. *Sobre os retrocessos do governo Dilma*. 2012. Disponível em: <[https://www.socioambiental.org/banco\\_imagens/pdfs/SOBRE\\_OS\\_RETROCESSOS\\_DO\\_GOVERNO\\_DILMA\\_final\\_6mar2012.pdf](https://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/SOBRE_OS_RETROCESSOS_DO_GOVERNO_DILMA_final_6mar2012.pdf)>. Acesso em: 15 dez. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE FLORESTAS - IBF. *Espécies nativas brasileiras*. 2017. Disponível em: <<http://www.ibflorestas.org.br/lista-de-especies-nativas.html>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

INSTITUTO GEOGRÁFICO NACIONAL - IGN. Lima, 2016. Disponível em: <<http://www.ign.gob.pe/>>. Acesso em: 4 mar. 2017.

INSTITUTO DE INVESTIGACIONES DE LA AMAZONÍA PERUANA - IIAP. Plano Maestro de la Reserva Nacional Allpahuayo Mishana, Iquitos, agosto de 2007a.

\_\_\_\_\_. *Varillal - Bosques que dan para vivir*. Cartilha para el manejo adaptativo com comunidades de la RNAM, INRENA/BIOMAZ. Iquitos, 2007b.

\_\_\_\_\_. *Bases Biofísicas y propuestas de zonificación y de programas para el Plan Maestro de la Zona Reservada Allpahuayo Mishana* - Documento Técnico n. 10, BIOMAZ – Peru Finlândia/UNAP, Iquitos, 2004.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA E INFORMÁTICA – INEI. Disponível em: <<https://www.inei.gob.pe/estadisticas/indice-tematico/poblacion-y-vivienda/#url>>. Acesso em: 21 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. *Provincia de Maynas*. 2007. Disponível em: <<https://www.inei.gob.pe/estadisticas/indice-tematico/poblacion-y-vivienda/#url>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

\_\_\_\_\_. *Peru em cifras*. Lima, 2008. Disponível em: <<https://www.inei.gob.pe/>>. Acesso em: 24 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. *Censo populacional*. Lima, 2017. Disponível em: <<https://www.inei.gob.pe/>>. Acesso em: 24 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. *Censo populacional*. Lima, 1993. Disponível em: <<https://www.inei.gob.pe/>>. Acesso em: 24 fev. 2017

INSTITUTO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO DO BRASIL - IEB. *Avaliação de impactos sociais de áreas protegidas no Brasil: caminhos e desafios*. Brasília, DF, 2011.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO . *Unidades de Conservação*. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

INSTITUTO DE QUÍMICA DE SÃO CARLOS. Serviço de Biblioteca e Informação. Biblioteca Prof. Johannes Rüdiger Lechat. Manual simplificado de normas para elaboração de teses e dissertações. 3.ed. São Carlos, 2011. 48 p.

INSTITUTO DE INVESTIGACIONES DE LA AMAZONÍA PERUANA - IIAP. Centro de Investigações Allpahuayo (CIA). Iquitos, 2013.

\_\_\_\_\_. *Varillal - Bosques que dan para vivir. Cartilha para el manejo adaptativo com comunidades de la RNAM*, INRENA/BIOMAZ, Iquitos, 2007.

\_\_\_\_\_. *Irapay – Cosechando hojas hoy y mañana. Cartilla educativa para el manejo adaptativo del irapay*. IIAP-BIOMAZ, 2007.

\_\_\_\_\_. *Estrategia Regional de la Diversidad Biológica de Loreto - Comisión Ambiental Regional de Loreto*. GOREL/BIOMAZ, Iquitos, 2006.

\_\_\_\_\_. *Plano Maestro de la Reserva Nacional Allpahuayo Mishana*, Iquitos, agosto de 2007a.

\_\_\_\_\_. *Bases Biofísicas y propuestas de zonificación y de programas para el Plan Maestro de la Zona Reservada Allpahuayo Mishana - Documento Técnico n. 10*, BIOMAZ – Peru Finlândia/UNAP, Iquitos, 2004.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE - IUCN. *Guidelines for Protected Area Management Categories*. Cambridge, IUCN Publications Services Unit, 261p., 1994

INTERNATIONAL TROPICAL TIMBER ORGANIZATION - ITTO. *Utilización industrial de nuevas especies forestales en el Perú*. Fase I. Cámara Nacional Forestal. Dirección General Forestal y Fauna. Proyecto 1996. ITTO PD/37/88. Lima-Perú. 46, 58, 8-3, 93. Disponível em: <http://www.itto.int/>. Acesso em: 23 maio 2017.

INTER PRESS SERVICE - IPS. Agência de Notícia Tierramérica - Seção Meio Ambiente e Desenvolvimento, 2009. Disponível em: < <http://www.ipsnoticias.net/portuguese> >. Acesso em: 7 fev. 2017.

INTERNATIONAL UNION FOR CONSERVATION OF NATURE -IUCN. Disponível em: <<https://www.iucn.org/about> >. Acesso em 4 de abr. 2016.

ISAACK, V. J.; ARAÚJO, A. R., SANTANA, J. V. *A pesca no Estado do Amapá: alternativas para seu desenvolvimento sustentável*. Macapá: SEMA; GEA-BID, 1998.

ITAMARATY. Disponível em: <<http://dc.itamaraty.gov.br/imagens-e-textos/revista4-mat11.pdf>>. Acesso em: fev. 2016

JAGUARIBE, H. Brasil e o mundo na virada do século. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 3, 39, 1996.

JAMES, I. M. *History of topology*. Elsevier, 1999.

JANTSCH, E. Vers l'interdisciplinarité et la transdisciplinarité dans l'enseignement et l'innovation. In: APOSTEL, L et al. *L'interdisciplinarité: problèmes d'enseignement et de recherche dans les universités*. Paris: CERI; OCDE, 1972. p. 98-125.

JAPIASSU, H. *Interdisciplinaridade e patologia do saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.

JORDÁN, P. G. Vías de penetración y métodos de conquista del territorio e indígenas amazónicos. Una lectura del informe Urrutia (1808) sobre el mejor acceso a la selva peruana, y una reflexión sobre su utilidad y vigencia en 1847. *Boletín Americanista*, v. 37, n. 47, p. 127-141, 1997.

JORDÁN, P. G. En el corazón de las tinieblas... del Putumayo, 1890-1932. Fronteras, caucho, mano de obra indígena y misiones católicas en la nacionalización de la Amazonía. *Revista de Indias LXI*, n. 223, p. 591-617, 2001.

\_\_\_\_\_. *Cruz y arado, fusiles y discursos. La construcción de los Orientes en el Perú y Bolivia, 1820-1940*. Lima: IFEA; IEP, 2001.

\_\_\_\_\_. A propósito de redes sociales, económicas y políticas en el Iquitos de inicios del siglo XX. *Boletín Americanista*, n. 56, p.103-118, 2006.

JORGE, S. P. de S. *Política Fundiária como instrumento de ordenamento territorial*. 2003. 139 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

JORNAL CORREIO DO POVO. Ecologia perde José Lutzenberger, Porto Alegre, 15 maio, 2002. Disponível em: <<http://www.fgaia.org.br/lutz/>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

KAGEYAMA, P. Y; SANTOS, J. D. Aspectos da política ambiental nos governos Lula. *Revista FAAC*, Bauru, SP, v. 1, n. 2, p. 179-192, out./mar. 2011; 2012.

KALLIOLA, R.; MÄKINEN, R.; SALO, J. Regeneración Natural de Selvas en la Amazonía Peruana I: dinámica fluvial y sucesión ribereña. *Memorias Mus. Hist. Nat. Javier Prado*, Lima, 1987. p. 18-102.

KALLIOLA, R.; PUHAKKA, M.; DANJOY, W. (Ed.). *Amazonía Peruana. Vegetación húmeda tropical en el llano subandino*. Proyecto Amazonía, Universidad de Turku, Gummerus, Finlândia, 1993. p. 265.

KAPP, K. W. *Wolkswirtschaftliche kosten der privatwirtschaft*. Tübingen; Zürich [s.n.], 1958.

KENEYSIANA. Disponível em: <[https://www.economiabr.net/teoria\\_escolas/teoria\\_keynesiana.html](https://www.economiabr.net/teoria_escolas/teoria_keynesiana.html)>. Acesso em: 10 ago. 2016.

KINZO, M. D. G. A democratização brasileira um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 15, n. 4, 2001.

KNOEPFEL, P; SUBIRATS, J.; LARRUE, C. y VARONE, F.; Análisis y Conducción de las Políticas Públicas. *Ciência Política Análisis y gestión de políticas públicas*, Barcelona: Ariel, v. 18. n. 2, segundo Semestre, 2009.

KPMG. *International survey of corporate responsibility reporting*. 2005. Disponível em: <<http://www.kpmg.com>>. Acesso em: 25 dez. 2016.

KUHN, T. S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LARAQUE, A.; et al. *Sediment budget of the Napo River, Amazon basin, Ecuador and Peru*. Lima, Hydrol. Process, n. 23, p. 3509-3524, 2009.

LAUSCHE, B. *Guidelines for Protected Areas Legislation*. Gland: IUCN, 2011. (IUCN Environmental Policy and Law Paper, n. 81).

LASWELL, H. D. *Politics: who gets what, when, how*. Cleveland: Meridian Books, 1936; 1958.

LEANDRO, L. A. et. al. O futuro da gestão socioambiental: uma análise crítica sobre a crise ambiental brasileira. *Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS*, v. 4, n. 2, 2015.

LEFF, E. *Ecologia, capital e cultura: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável*. Blumenau: EdFURB, 2000. 381 p.

LEGISLAÇÃO florestal e fauna silvestre. Disponível em:  
<<https://www.legislacionforestal.org/category/legislacion-forestal-nacional>> Acesso em: 2 fev. 2017.

LE GOFF, Jacques. Documento: monumento. In: \_\_\_\_\_. *Enciclopédia einaudi. Memória e história*. Lisboa: DIFEL, 1984. p. 103.

LEITÃO, P. W.; ALBAGLI, S.; LEITE, F. *Políticas públicas e biodiversidade no Brasil*. MMA/SBF, Brasília, DF, 2002.

LÉNA, P.; OLIVEIRA, A. E. de (Org.). *Amazônia. A fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: MPEG; Orstom, 1991.

LEONARDI, V. *Entre árvores e esquecimentos: História social nos sertões do Brasil*. Brasília, DF: UnB; Paralelo 15, 1996.

\_\_\_\_\_. *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*. Brasília, DF: UnB; Paralelo 15, 1999.

LÉVI-STRAUSS, C. A crise moderna da antropologia. *Revista de Antropologia*, v. 10, n. 1-2, p. 19-26, 1962.

LESCURE, J.-P.; PINTON, F.; EMPERAIRE, L. Novos produtos da floresta na Amazônia Central: o enfoque multidisciplinar do extrativismo. In: VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques (Org.). *Gestão de recursos naturais de recursos naturais renováveis e desenvolvimento*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 433-438.

LIMA, M. D. de et. al. Perspectiva sobre os artefatos de capim dourado e a cultura do povoado Numbuca: levantamento em pesquisas acadêmicas. *Enciclopédia Biosfera*. Centro Científico Conhecer, Goiânia, v. 8, n. 15, 2012.

- LIMA, E. C. de. Erros repetidos: a pavimentação da BR-364 e os Katukina. *Textos Informativos*, 2001. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/campos/article/viewFile/1559/1307>>. Acesso em: 26 jul. 2017.
- LINDBLOM, C. E. Still muddling, not yet through. *Public Administration Review*, n. 39, p. 517-526, 1979.
- LINS, C. *A Jarí e a Amazônia*. Rio de Janeiro: DATAFORMA, 1997. 160p.
- \_\_\_\_\_. *Jarí: 70 anos de história*. 3 ed. Rio de Janeiro: DATAFORMA, 2001. 304p.
- LIPIETZ, A. *Miragens e milagres: problemas da industrialização do terceiro mundo*. São Paulo: Nobel, 1988.
- LYNN, L. E. *Designing public policy: a casebook on the role of policy analysis*. Santa Monica, Calif.: Goodyear, 1980.
- LOCALIZAÇÃO geográfica Peru. Disponível em: <<http://www.peru.travel/pt-br/sobre-o-peru/localizacao-geografia-e-clima.aspx>>. Acesso em: 2 mar. 2017.
- LOPES, J. S. L. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre: PPGAS;UFRGS, 2006.
- LOSSIO, J. *Acequias y gallinazos. Salud ambiental en Lima del siglo XIX*. Lima: IEP, 2003.
- LOUREIRO, V. R. *Estado, homem, natureza*. Belém: CEJUP, 1992.
- LOWI, T. J. Four Systems of Policy, Politics and Choice. *Public Administration Review*, v. 32, n. 4, p. 298-310, 1992.
- LORENZI, H. Árvores brasileiras. *Manual de Identificação e cultivo de plantas arbóreas nativas do Brasil*. Nova Odessa. Ed. Plantarum. 1992. 352p.
- LUMBRERAS, L. G. *De los orígenes de la civilización en el Perú*. Lima, 1971.
- MACHADO, P. A. L. *Direito ambiental brasileiro*. 12. ed. São Paulo: Malheiros, 2004.
- MACHADO FILHO, C. A. P. *Responsabilidade social corporativa e a criação de valor para as organizações: um estudo multicaseos*. 2002. Tese (Doutorado em Administração) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- MADISON, A. *Two crises: Latin America and Asia. 1929-38 and 1973-83*. [S.l.]; OECD Development Centre, 1985. p. 53
- MAGALHÃES, S. B.; HERNANDEZ, F. D. M. Ciência, cientistas, democracia desfigurada, licenciamento ambiental sob constrangimento: o caso Belo Monte. In: ZHOURI, A. (Ed). *As tensões no lugar*. Belo Horizonte :EDUFMG, 2011 (no Prelo).

MAGALHÃES, L. F. A. MEUCCI, I. D. P. *O Marxismo na América Latina*. Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo, Universidade Federal de Campinas. NIEP/MARX, Universidade Federal Fluminense, 2011.

MAGALHÃES M. A. *Sustentabilidade política e a política ambiental federal no Brasil, 1989-1994*. 1996. (Mestrado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, DF, 1996.

MAIA, R. L. da C. Peru: um país possível. *Revista Eletrônica Boletim do Tempo*, v. 6, n. 1, Rio, 2011. Disponível em: <file:///G:/2-doutorado/doutorado/material\_COLETADO/2\_HISTORIA%20BRASIL\_PERU/Peru%20.%20um%20pa%C3%ADs%20poss%C3%ADvel.html>. Acesso em: 13 fev. 2017.

MANTEGA, G. *A economia política brasileira*. São Paulo: Poli/Vozes, 1984.

MARX, K. Posfácio da 2ª. Ed. In: \_\_\_\_\_. *O Capital: o processo de produção do capital*. 12. ed. Tradução: Reginaldo Sant' Anna. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A. [1890] 1988. v. 1

MANUAL de Execução Financeira. (ver.). Brasília, DF: *PROBIO I*. MMA; SBF/DCBIO, 2004.

MARQUETTE, C. M.; BILSBORROW, R. Population and the environment in developing countries: literature survey and research bibliography. New York: United Nations Population Division, 1994.

MARTINES, G. O lugar do espaço na equação população/meio ambiente. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 181-190, 2007.

MARX, K. *Manifesto do Partido Comunista* 1848. O. Coggiola (Org.). 1. ed. rev. São Paulo: Boitempo, 2010.

MATHIS, A. et al. Estruturas de poder, atores sociais e políticas territoriais no Tocantins. In: MATHIS, A. et al. (Org.). *Poder local e mudanças socioambientais*. Belém: NAEA; UFPA, 2007. p. 7-19.

MARTINEZ, P. H. História ambiental: um olhar prospectivo. *Cad. Pesq. Cdhis*, Uberlândia-MG, v. 24, n. 1, jan./jun. 2011.

MCAFEE, K. Selling nature to save it? *Biodiversity and green Deveipomentaiism. Environment and Planning: Society and Space*, v. 17, University of California at Berkeley, Berkeley, 1999 p. 133 154. Disponível em: <<http://epd.sagepub.com/content/17/2/133.abstract?id=d170133>>. Acesso em: 22 dez. 2016.

MCNEILL, J. Naturaleza y cultura de la historia ambiental. *Nómadas*, Bogotá, n. 22, p. 12-25, abr. 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/1051/105116726002.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

MEAD, L. M. Public policy: vision, potential, limits. *Policy Currents*, fevereiro 1-4. 1995.

MELÉNDEZ, S. La historia ambiental: aportes interdisciplinarios y balance crítico desde América Latina. *Cuadernos de publicación electrónica en historia, archivística y estudios sociales*, v. 7, n. 19, p. 1-22, 2002.

MELO, M. A. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, S. (Org.). *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)*: Ciência Política. São Paulo; Brasília, DF: SUMARÉ; CAPES. 1999.

\_\_\_\_\_. As sete vidas da agenda pública brasileira. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.): *Avaliação de Políticas Sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez, 1998. p. 11-28.

MENEZES, Mário. As Reservas Extrativistas como Alternativa ao Desmatamento na Amazônia. In: Anderson A. et al (Org). *O destino da floresta: reservas extrativistas e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia*. Rio de Janeiro: Relume, Dumará ; Curitiba, Pr: Instituto de Estudos Amazônicos, 1994.

MERCADO COMUM DO SUL - MERCOSUL. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Mercado\\_Comum\\_do\\_Sul](https://pt.wikipedia.org/wiki/Mercado_Comum_do_Sul)>. Acesso em: 15 fev. 2017.

MERCURIO *Peruano*. Edición facsimilar. Lima: Biblioteca Nacional del Perú, 1964.

MILLER, K.R.; LANOU, S.M. *National Biodiversity Planning: Guidelines Based on Early Experiences around the World*, World Resources Institute, Washington, DC, United Nations Environment Programme, Nairobi, Kenya and The World Conservation Union, Gland, Switzerland, 1995.

MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2007. 406 p.

MINERAL. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Carv%C3%A3o\\_mineral](https://pt.wikipedia.org/wiki/Carv%C3%A3o_mineral)>. Acesso em: 15 fev. 2017.

MINERAL. Carvão fóssil e mineral. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Carv%C3%A3o\\_mineral](https://pt.wikipedia.org/wiki/Carv%C3%A3o_mineral)>. Acesso em: 2 mar. 2017.

MINISTERIO PÚBLICO FEDERAL - MPF. Convenção nº 169 da OIT e os Estados Nacionais. DUPRAT, D. (Org.). Brasília, DF: ESMPU, 2015.

MINISTERIO DEL AMBIENTE DEL PERÚ - MINAM. Brasília, DF: MMA; SBF; DCBIO, 2000.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *O Brasil e a Convenção sobre Diversidade Biológica*. Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=72&idMenu=2337#>>. Acesso em: 20 fev. 2009.



MINISTERIO DEL AMBIENTE – MINAM; SERNANP. *Plan de uso turístico y recreativo de la reserva nacional allpahuayo mishana 2013-2018*. Iquitos: [s.n.], 2013.

MINISTERIO DEL AMBIENTE DEL PERÚ - MINAM. *Diez pasos para conocer más sobre ciudades sostenibles*. 2014. Disponível em: <<http://www.minam.gob.pe/ciudades/diez-pasos-para-conocer-mas-sobre-ciudades-sostenibles/>>. Acesso em: 30 jan. 2017.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. *IBAMA conclui mapeamento das ecorregiões brasileiras*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/informma/item/1132-ibama-conclui-mapeamento-das-ecorregioes-brasileiras>>. Acesso em: 9 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. *Reservas da Biosfera*. Disponível em: <[Unesdoc.unesco.org/imagens.0024/002449/24497M.pdf](http://Unesdoc.unesco.org/imagens.0024/002449/24497M.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente -SINIMA. *Inciso VII do artigo 9º da Lei nº 6.938/81*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/informacao-ambiental/sistema-nacional-de-informacao-sobre-meio-ambiente-sinima>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. *Conferência das partes*. 2015. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/clima/convencao-das-nacoes-unidas/conferencia-das-partes>>. Acesso em: 21 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Sistema de Informações Gerenciais do Meio Ambiente - SIGMA. *Portaria nº 312, de 06 de agosto de 2003*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/governanca-ambiental/informacao-ambiental/sistema-de-informa%C3%A7%C3%B5es-gerenciais-do-meio-ambiente>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. *Subprojetos*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade/projetos-sobre-a-biodiversidade/projeto-de-conserva%C3%A7%C3%A3o-e-utiliza%C3%A7%C3%A3o-sustent%C3%A1vel-da-diversidade-biol%C3%B3gica-brasileira-probio-i/subprojetos-apoiados>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. UNASUL. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/.../688-uniao-de-nacoes-sul-americanas>>. Acesso em: 1 fev. 2017.

MIRANDA, E. de. O processo de modernização e o desafio da democracia brasileira. *Pensamento Plural*, Pelotas-RS, n. 8, p. 91-106, jan./jun. 2011.

MOREIRA NETO, D. de F. A nova classificação de funções essenciais para uma democracia eletiva e seletiva pós-moderna. In: *Advocacia Pública Federal: afirmação como função essencial à justiça*. Brasília-DF: Conselho Federal da OAB. 2016.

MOREY, M. Y; MONTALVÁN, L. P. V. *Plan de educación ambiental comunitario para la conservación y uso sostenible de la diversidad biológica en la comunidad de San Martín, Reserva Nacional Allpahuayo-Mishana*. 2013. Magíster en Ciencias en Planificación y Manejo de Áreas Naturales Protegidas. Iquitos, 2013.

MOSLEY, P.; HARRIGAN, J.; TOYE, J. *Aid and Power: the World Bank and Policy-Based Lending*. London: Routledge, 1991

MUNKRES, J. R. *Topology*. Prentice Hall, Incorporated, 2000.

NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL - ONUBR. *Relatório apoiado por agências da ONU lista oito principais desafios das cidades latino-americanas*, 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/relatorio-apoiado-por-agencias-da-onu-lista-oito-principais-desafios-das-cidades-latino-americanas/>>. Acesso em: 5 maio, 2016.

NASCIMENTO, E. P. do.; VIANNA, J. N. O desenvolvimento sustentável nos estados da região Norte. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 5. Florianópolis, 2010. *Anais...* Florianópolis, 2010.

NASCIMENTO, M. I. B. do et al. Financiamento de campanhas e reforma política no Brasil: análise comparativa de propostas extraparlamentares. *E-legis*, Brasília, DF, n. 21, p. 85-99, set./dez. 2016.

NASCIMENTO, E. P. do. E VIANNA, J. N. O desenvolvimento sustentável nos estados da região norte. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 5., 2010, Florianópolis, SC. *Encontro...* Florianópolis, SC 2010.

NASCIMENTO, C. V. dos S. *Concepções sobre meio ambiente e desenvolvimento e o seu uso nas políticas ambientais implementadas no Amapá (1995-2010)*. 2014. 116 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2014. Disponível em: <<http://www2.unifap.br/ppgmdr/files/2016/03/Vers%C3%A3o-Definitiva.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2017.

NAVARRO, C.; RUIGÓMEZ, C. La ordenanza de intendentes y las comunidades indígenas del Virreinato peruano: una reforma insuficiente. *Revista Complutense de Historia de América*, v. 19, p. 209-231, 1993. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/RCHA/article/viewFile/>>. Acesso em: 25 jan. 2017.

NEOCLASSICA. Disponível em: <[http://www.economiabr.net/economia/1\\_conceitos2.html](http://www.economiabr.net/economia/1_conceitos2.html)>. Acesso em: 10 ago. 2016.

NETO, R. C. Reflexões sobre o marxismo na América Latina nos anos 1920: José Carlos Mariátegui, Haya de la Torre e Julio Antonio Mella. Reflexões sobre o marxismo na América Latina nos anos 1920. *Temporalidades – Revista Discente UFMG*, Belo Horizonte, 2012.

NOLETO, J. A. *A fábrica é dos Mehin: desenvolvimento sustentável e povos indígenas vistos a partir do caso da Fruta Sã*. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

NORPERUANO. Disponível em: <<http://www.petroperu.com.pe/portalweb/VentanasEmergentes.asp?IdVentana=10&Idioma=1>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

NOVAK, F.; NAMIHAS, S. *Evolução e perspectivas da relação Peruano-Brasileira*. 2008. Disponível em: <[http://www.kas.de/wf/doc/kas\\_33772-1522-1-30.pdf?130318191002](http://www.kas.de/wf/doc/kas_33772-1522-1-30.pdf?130318191002)>. Acesso em: 2 fev. 2017.

OBSERVATORIO DE CONFLICTOS MINEROS DE AMÉRICA LATINA- OCMAL. Mapa de conflictos mineros, proyectos y empresas mineras en América Latina. 2015. *Base de datos webapp*, v. 1, 2,7. Disponível em: <[http://basedatos.conflictosmineros.net/ocmal\\_db/](http://basedatos.conflictosmineros.net/ocmal_db/)>. Acesso em: 8 fev. 2017.

OBSERVATÓRIO AÉREO DE CARNEGIE - CAO. Disponível em: <<https://cao.carnegiescience.edu/>>. Acesso em: 3 jul. 2017.

OJASSTI, J. Utilización de la fauna silvestre en América Latina. Situación y perspectivas. Guía FA. Conservación, Lima, n. 25: 1248, 1993.

OLIVEIRA, O. M. de. *Os descaminhos do Brasil nuclear*. Florianópolis: FUNCITEC; Imprensa Oficial, 1998.

OLIVEIRA FILHO, J. J. de. Reconstruções metodológicas de processos de investigação social. *Revista de História*, São Paulo: FFLCH; USP, n. 107, v. 54, n. 107, p. 263-276, jul./set. 1976.

\_\_\_\_\_. *Curso de metodologia das Ciências Sociais*: notas de aula. São Paulo, 1987. [Curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo].

ORDINOLA, A. R. C. *Proceso de Elaboración de la Estrategia Regional de Diversidad Biológica Amazónica (ERDBA)*. Diversidad Biológica de la Amazonia Peruana : BIODAMAZ Cooperación Técnica Internacional Perú.Finlandia. *Lyonia*, v. 4, n. 2, p. 115-130, 2003.

ORGANIZAÇÃO DE COOPERAÇÃO E DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-OCDE. In: \_\_\_\_\_. *Enciclopédia livre*. Disponível em: <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o\\_para\\_a\\_Coopera%C3%A7%C3%A3o\\_e\\_Developmento\\_Econ%C3%B4mico](http://pt.wikipedia.org/wiki/Organiza%C3%A7%C3%A3o_para_a_Coopera%C3%A7%C3%A3o_e_Developmento_Econ%C3%B4mico)>. Acesso em: 10 ago. 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS DO BRASIL – ONUBR. 2015. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. *Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável*. 2015. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/vagas/>>. Acesso em: 30 set. 2016.

\_\_\_\_\_. *Transformando nosso mundo: A Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em: 4 jun. 2017.

O QUE É A IUCN? Disponível em: <<http://www.worldatlas.com/articles/what-is-the-iucn-red-list-what-are-the-iucn-red-list-categories.html>>. Acesso em: 17 maio, 2017.

ORDINOLA, A. R. C. *Proceso de Elaboración de la Estrategia Regional de Diversidad Biológica Amazónica (ERDBA)*. Diversidad Biológica de la Amazonia Peruana : BIODAMAZ Cooperación Técnica Internacional Perú. *Finlandia. Lyonia*, v. 4, n. 2, p. 115-130, 2003.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA -UNESCO). *Acaba de publicarse el nuevo mapa 2016-2017 de la Red Mundial de Reservas de Biosfera*, 2016. Disponível em:

<[http://www.unesco.org/new/es/natural-sciences/about-us/single-view/news/discover\\_the\\_new\\_2016\\_2017\\_map\\_of\\_the\\_world\\_network\\_of\\_biosp/](http://www.unesco.org/new/es/natural-sciences/about-us/single-view/news/discover_the_new_2016_2017_map_of_the_world_network_of_biosp/)>. Acesso em: 03 jun. 2017.

PABLO, M. *História do Peru*. Lima: [s.n.], 1971.

PAC. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/>>. Acesso em: fev. de 2016.

PÁDUA, J. A. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: \_\_\_\_\_. *Ecologia e política no Brasil*, [S.l.], IUPERJ; Espaço e Tempo, 1987.

PÁDUA, J. A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

PALACIOS, J. D. et al. *Ministerio del Ambiente*. Historia ambiental del Perú. Siglos XVIII y XIX. Lima: MINAM, 2016. 464p.

PALACIOS, J. D. Desarrollo sostenible de la Amazonía y proyecto Nacional. *Amazonia hoy: políticas públicas, actores sociales y desarrollo sostenible*. Lima: M. R. Achung editora, IIAP/ UNAP/PUCP, 1994. p.199.

PATRICIO, M. M; SIMONIAN, L. T L. S. Diferentes possibilidades de discurso sobre sustentabilidade em projetos da CDB. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL AMÉRICA LATINA: POLÍTICAS E CONFLITOS CONTEMPORÂNEOS – SIALAT. Belém, 2015. *Anais...* Belém, 2015. p. 658.

PEINADO-VARA, E. Corporate social responsibility in Latin America. *Journal of Corporate Citizenship*, 21, p. 61-69, 2006.

PEÑA, L. N. Z. *Visão histórica de la Amazônia peruana: introdução a História e a Geografia*. Iquitos: [s.n.], 1971.

PEÑAFIEL, A. P. P. *Desenhos, relações e desenvolvimento: conflitos em torno da mineração na Região Andina de Cajamarca*. 2016. 229f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/temas/teses/2016\\_ADRIANA\\_PENAFIEL.pdf](http://www.ufrgs.br/temas/teses/2016_ADRIANA_PENAFIEL.pdf)>. Acesso em: 3 mar. 2017.

PERALTA, C.A.I. El Convenio sobre la diversidad biológica en el Perú. Análisis de su aplicación y avances em el Perú. Lima: MINAM, 2010.

PERÍODOS e fases do direito ambiental no Brasil. Ambiente ecológico. Disponível em: <<https://flavionogueira.wordpress.com/meio-ambiente/periodos-e-fases-do-direito-ambiental-no-brasil/>> Acesso em: 9 jul. 2017.

PERU. Ministerio del Ambiente. Constitución Política del Peru. *Diario oficial el Peruano*. Lima, 1993.

\_\_\_\_\_. Ministerio del Ambiente. *Programa de Adequação e Manejo Ambiental (PAMA)*, 1994. Disponível em: <[http://www.legislacionambientalspda.org.pe/index.php?option=com\\_content&view=article&id=644&Itemid=4417](http://www.legislacionambientalspda.org.pe/index.php?option=com_content&view=article&id=644&Itemid=4417)>. Acesso em: 2 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. *Primeiro Relatório Nacional sobre Diversidade Biológica no Peru*. Lima, dec. 1997.

\_\_\_\_\_. *Primer taller de consulta*. Processo de categorização de la zona reservada Allpahuayo Mishana. DS nº 006-99-AG, Iquitos, 4 out.1999.

\_\_\_\_\_. Decreto Supremo nº102/2001-PCM, de 5 de setembro de 2001. *Diario Oficial El Peruano*, Normas Legales, Lima, v. 19, n. 7745, p. 209567, 5 set. 2001

\_\_\_\_\_. *Estratégia Nacional sobre Diversidade Biológica*. Lima: CONAM, 2001.

\_\_\_\_\_. Aprueban Estrategia Nacional de la Diversidad Biológica del Peru. *Diario Oficial El Peruano*: normas legales decreto supremo nº102/2001-PCM, Lima, set. 2001.

\_\_\_\_\_. Ministerio del Medio Ambiente. *Plan Maestros de la Reserva Nacional Allpahuayo Mishana*. Finlandia, Iquitos, Perú: BIODAMAZ, 2004.

\_\_\_\_\_. El Peruano. Normas legales. Poder Ejecutivo, Seção Agricultura. *Decreto Supremo nº002-2004-AG*. Lima, p. 259841-2, 16 ene. 2004.

\_\_\_\_\_. Ministerio del Medio Ambiente. *Plan Maestro de la Reserva Nacional Allpahuayo Mishana*., Lima: INRENA; IIAP, 2005.

\_\_\_\_\_. *Plan Maestro de la Reserva Nacional Allpahuayo Mishana*. Lima: INRENA; IIAP, 2005.

\_\_\_\_\_. Informe N° 029-2006-CG/MAC. *Contraloría General de la República del Perú-Gerencia de Medio Ambiente y Patrimonio Cultural*: auditoria de gestión ambiental reserva nacional pacaya samiria. Lima, 2006.

\_\_\_\_\_. *Decreto Supremo nº 007-2007-AG*. Modifican el D. S. N° 016-82-AG, en extremo referido a ubicación del Hito N° 2 de la Reserva Nacional Allpahuayo Mishana, 2007.

\_\_\_\_\_. *Ministerio del Ambiente*: Decreto Legislativo nº 1013, Lima, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministerio del Ambiente. *Reglamento de la Ley Marco del Sistema Nacional de Gestión Ambiental* : Decreto Supremo nº 008 – 2005 – PCM, Lima, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministerio del Ambiente. *Ley Marco del Sistema Nacional de Gestión* : ley nº 28.245, Lima, 2008.

\_\_\_\_\_. Ministerio de Energía y Minas. *Tramo Oleoducto Norperuano*. 2008. Disponible em: <<http://www.petroperu.com.pe/portalweb/VentanasEmergentes.asp?IdVentana=10&Idioma=1>>. Acceso em: 2 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério de Agricultura. Dirección General Forestal y de Fauna Silvestre. *Perú Forestal em números año 2008*. Lima, 2009. Disponible em: [http://www.serfor.gob.pe/wp-content/uploads/2016/03/ANUARIO\\_PERU\\_FORESTAL\\_2008.pdf](http://www.serfor.gob.pe/wp-content/uploads/2016/03/ANUARIO_PERU_FORESTAL_2008.pdf). Acceso em: 22 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministerio del Ambiente. *Diversidad Biológica: Herramientas para su gestión en el Perú*. Lima, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministerio del Ambiente. Compendio de la Legislación Ambiental Peruana. *Diversidad Biológica y Áreas Naturales Protegidas*. Lima, 2011. v. 9.

\_\_\_\_\_. *Cuarto Informe nacional sobre la aplicación del convenio sobre la diversidad biológica*. Decenio de las Naciones Unidas sobre Biodiversidad, 2011 – 2020, Lima, 2012.

PERU. Ministério do Meio Ambiente. Resolução Presidencial, n. 112, de 2013. Decreto Supremo n°002-2004-AG, Lima, jun.2013.

\_\_\_\_\_. Aprueban Disposiciones Complementarias al Reglamento de Uso Turístico de Áreas Naturales Protegidas. *Resolución presidencial n° 23-2014-SERNANP*. Enero de 2014. Disponible em: <<http://legislacionanp.org.pe/aprueban-disposiciones-complementarias-al-reglamento-de-uso-turistico-de-areas-naturales-protegidas-3/>>. Acceso em: 2 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Centro Nacional de Planeamiento Estratégico -CEPLAN. Perú al 2030: avances a diciembre del 2016. Disponible em: <<http://www.ceplan.gob.pe/portfolio/peru-al-2030-avances-a-diciembre-del-2016/>> Acceso em: 2 jun. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministerio de Medio Ambiente - *Mapa base del SERNANP*, Escala 1: 175,000 (2015). SERNANP, Iquitos, Perú, 2016.

\_\_\_\_\_. Diálogo Oficial El Peruano. Resolución Ministerial, de 21 de setembro de 2015. Lima, 2015.

\_\_\_\_\_. *Historia ambiental del Perú*. Siglos XVIII y XIX. Lima: MINAM, 2016.

\_\_\_\_\_. 21. *Oleoducto Norperuano es clave para el abastecimiento del país*. Seção Economía. Miércoles 11 de enero 2017. Disponible em: <<http://peru21.pe/economia/oleoducto-norperuano-clave-abastecimiento-pais-senala-gremio-hidrocarburos-2267506>> Acceso em: 2 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. *Oleoduto Norperuano*. Disponible em: <[https://es.wikipedia.org/wiki/Oleoducto\\_Norperuano](https://es.wikipedia.org/wiki/Oleoducto_Norperuano)>. Acceso em: 15 fev. 2017.

\_\_\_\_\_. Disponible em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/appendix/appendix-f.html>>. Acceso em: 2 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Instituto Geográfico Nacional del Peru. *Cartografía*. Disponível em: <<http://www.ign.gob.pe/>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Localização, geografia e clima do Peru. <<http://www.peru.travel/pt-br/sobre-o-peru/localizacao-geografia-e-clima.aspx>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. *Travel*. Disponível em: <<http://www.peru.travel/pt-br/sobre-o-peru/localizacao-geografia-e-clima.aspx>>. Acesso em: 1 mar. 2017.

PETERS, B. G. *American Public Policy*. Chatham, N. J.: Chatham House, 1986.

PIERANTI, O. P.; SILVA, L. H R da. A questão Amazônica e a questão da política de defesa nacional. *Cadernos EBAPÉ.BR*, Rio de Janeiro: FGV, v. 5, n. 1, mar. 2007. Disponível em: <<http://www.ebape.fgv.br>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

POLANCO ALCÁNTARA, T. *Bolívar: vida, obra y pensamiento*. Bogotá, Colombia: Círculo de Lectores, 2001.

POLÍTICA NACIONAL DE BIODIVERSIDADE. *Roteiro de consulta para elaboração de uma proposta*. Brasília: MMA/SBF, 2000. 48p. (Biodiversidade, 1).

PORTO, J. *Amapá: principais transformações econômicas e institucionais-1943 a 2000*. Macapá, GEA; SETEC, 2003, p. 198.

PASSOS, R. D. F. dos. A propriedade intelectual na Convenção sobre Diversidade Biológica. *Prisma Jurídico*, São Paulo, v. 5, p. 327-342, 2006. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93400520>>. Acesso em: 20 dez. 2015.

PEIRANO, M. Etnografia não é método. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832014000200015>> Acesso em: 8 maio, 2016.

PIAGET, J. L'épistemologie des relations interdisciplinaires. In: APOSTEL, L. et al. *L'interdisciplinarité: problèmes d'enseignement et de recherche dans les universités*. Paris: CERI/OCDE, 1972. p. 131-144.

PLAN de Acción de Lima aprobado durante el 4º Congreso Mundial de Reservas de Biosfera el 17 de marzo de 2016, y aprobado por la 28ª Reunión del CIC del MAB el 19 de marzo de 2016, Lima, Perú. UNESCO-MAB, 2016.

PLAN de Uso Turístico y Recreativo de la Reserva Nacional Allpahuayo Mishana 2013 – 2018. SERNANP, Iquitos, 2013.

POUPART, J. Entrevista do tipo qualitativo: considerações epistemológicas, teóricas e metodológicas. In: *Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

PORTALBRASIL. Disponível em: <[https://portalbrasil.net/estados\\_ap.htm](https://portalbrasil.net/estados_ap.htm)>. Acesso em: 3 jun. 2017.

PORTO, J. L. R.; BRITO, D. M. C. A formação territorial e gestão ambiental no estado do Amapá. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10. São Paulo, 2005. *Anais...* São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015.

PORTO, J. L. R. *Transformações espaciais e institucionais do Amapá: conflitos e perspectivas*. Projeto Percepções do Amapá. Macapá: Jadson Porto, 2005.

PRITTWITZ, Volker von. *Politikanalyse*. Opladen: Leske Budrich, 1994.

PROBIO: *dez anos de atuação* - PROBIO: *tenyearsofactivities* / Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Brasília, DF: MMA, 2006a. p. 156

\_\_\_\_\_. Subprojeto 106/2004. *Uso e cobertura da terra na floresta Amazônica*. Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais – FUNCATE, São Paulo, 2006b.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS ASSENTAMENTOS HUMANOS - ONU-HABITAT). Relatório América Latina e Caribe: Desafios, Dilemas e Compromissos de uma Agenda Urbana Comum, 2016. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/agencia/onuhabitat/>>. Acesso em: 15 dez. 2016.

PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA -ARPA. *Atualização das Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade* – Bioma Amazônia, MMA/ARPA. Disponível em: <<http://programaarpa.gov.br/wp-content/uploads/2013/01/AAPC-port.pdf>>. Acesso em: 05 maio. 2017.

PROGRAMA Áreas protegidas da Amazônia. *Atualização do Mapa de Áreas Prioritárias*. Disponível em: <[http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/mma\\_arpa.pdf](http://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/mma_arpa.pdf)>. Acesso em: 4 maio. 2017.

PROJETO Millennium. Global Futures Studies & Research by The Millennium Project Millenium. *Think tank of futurists, scholars, business planners, and policy makers*. Disponível em: <<http://www.millennium-project.org>>. Acesso em: 28 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. *Projeto Millenium, da ONU, projeta o futuro de um mundo superpopuloso*. Disponível em: <<http://www.revistaconexaorural.com.br/2014-10-projeto-millenium-da-onu-projeta-o-futuro-de-um-mundo-superpopuloso-14903>> Acesso em: 28 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. *Millennium Development Indicators: Country and Regional Progress Snapshots*. Disponível em: <<http://www.peruviantimes.com/20/peru-ahead-on-u-n-millennium-development-goal-targets-for-2015/20269>> Acesso em: 28 dez. 2016.

PORTAL Action. *Sistema de medição*. Disponível em: <<http://www.portalaaction.com.br/analise-dos-sistemas-de-medicao/11-sistema-de-medicao>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

POSEY, D. A. A preliminary report on diversified management of tropical forest by the Kayapo Indians of the Brazilian Amazon. In *G. T. Prance and J. A. Kallunki*, eds. *Ethnobotany in the Neotropics*. Adv. Econ. Bot. 1: p. 112-126, 1984.



\_\_\_\_\_. Manejo da floresta secundária: capoeira, campos e cerrados (Kayapó). In: RIBEIRO, B. (Org.). *Suma etnológica brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1987. v. 1.

POSEY, D. A. et al. Ethnoecology as applied anthropology in Amazon development. *Hum. Organ*, n. 43, 1984. p. 95-107.

PULIDO, C. V. El uso, el valor, el manejo y la conservación de la fauna silvestre. *Informe FAO*, Lima, 1995, 82 p.

PUTNEY, A. La dimensión mágica de las áreas protegidas. *Revista Parques*, n.1, 2007. Disponível em: <[http://revistaparques.net/uploads/media/putney\\_01.pdf](http://revistaparques.net/uploads/media/putney_01.pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2017.

RAGIN, C. C. *The Comparative Method: moving beyond Qualitative and Quantitative Strategies*. Berkeley: University of California Press, 1987.

RAINTREE. Tropical. Plant Database. *Chuchuhuasi*, 1996. Disponível em: <<http://www.raintree.com/chuchuhuasi.htm#.WSSHN-vyuUk>>. Acesso em: 22 maio, 2017.

REDCLIFT, M. R. Introduction. In: \_\_\_\_\_. *Sustainability: life changes and livelihoods*. London; New York, Routledge, 2000. p. 1-13.

\_\_\_\_\_. Pós – sustentabilidade e os novos discursos de sustentabilidade. *Raízes - Ensaios*. Vol. 21, n.1, jan-jun, 2002. p. 124-136.

\_\_\_\_\_. Pós-sustentabilidade e os novos discursos de sustentabilidade. *Raízes – Ensaios*, v. 21, n.1, p. 124-136, jan-jun, 2002.

REDE Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada (RAISG). *Desmatamento na Amazônia (1970-2013)*. São Paulo: ISA, 2015. Disponível em: <[www.raisg.socioambiental.org](http://www.raisg.socioambiental.org)>. Acesso em: 3 jul. 2017.

REDE de Cooperação Alternativa (RCA). *Proposta de Diretrizes para a Regulamentação dos Procedimentos de Consulta Livre, Prévia Informada aos Povos Indígenas no Brasil*. Brasília, out. 2011.

REDFORD, K. H. A floresta vazia. In: C. VALLADARES-PADUA; BODMER, R.E. (Ed.). *Manejo e conservação de vida silvestre no Brasil. Mamirauá*, Sociedade Civil, 1997. 283 p.

REIS, E. Reflexões leigas para a formulação de uma Agenda de Pesquisa em Políticas Públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 21-30, 2003.

RELATÓRIO Brundtland. *Nosso futuro comum*. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/12906958/Relatorio-Brundtland-Nosso-Futuro-Comum-Em-Portugues>>. Acesso em: 10 maio, 2016.

RELATÓRIO Estado do Futuro. *Resumo Executivo*. 2009. Disponível em: <<http://www.millennium-project.org/millennium/SOF2009>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. *Resumo Executivo*. 2010. Disponível em: <<http://www.millennium-project.org/millennium/SOF2009>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. *Resumo Executivo*. 2011. Disponível em: <<http://www.millennium-project.org/millennium/SOF2009>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. *Resumo executivo*. 2012. Disponível em: <<http://www.millennium-project.org/millennium/SOF2009>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

\_\_\_\_\_. *Resumo Executivo*. 2015. Disponível em: <<http://www.millennium-project.org/millennium/SOF2009>>. Acesso em: 27 dez. 2016.

RELATÓRIO de Insustentabilidade da VALE, 2015, Seção Perfil e atuação global. Disponível em: <[http://www.pacs.org.br/files/2015/04/Relatirio\\_pdf.pdf](http://www.pacs.org.br/files/2015/04/Relatirio_pdf.pdf)>. Acesso em: 1 fev. 2017.

RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - RDH. *Lista de países por índice de desenvolvimento humano*. PNUD, 2015. Disponível em: <<http://www.org.br>> Acesso em: 23 jun. 2017.

RELATÓRIO de atividades PROBIO 2002-2004. Ministério do Meio Ambiente. Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira. Brasília, DF, 2004.

RESERVA do Cajari. Disponível em: <<http://www.uc.socioambiental.org>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

RESERVA Y BASURAL EM IQUITOS: *toneladas de desperdícios em Allpahuayo Mishana*. Produção de Carla Luz. Iquitos: Programa Panorama de Panamericana Televisión, jun de 2014. Disponível em: <<http://ptv.pe/158278>> Acesso em: 4 jul. 2017.

RIHOUX, B.; RAGIN, C. C. *Configurational comparative methods*. Qualitative Comparative Analysis (QCA) and related techniques (Applied Social Research Methods). Thousand Oaks and London: Sage, 2009.

RIZZINI, C. T. *Tratado de fitogeografia do Brasil: aspectos ecológicos, sociológicos e florísticos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural Edições, 1997.p. 7-11.

ROBLES, R. M. *Legislación peruana sobre comunidades campesinas*. Lima: Fondo Edit. de la Facultad de Ciencias Sociales, Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2002. Disponível em: <[http://sisbib.unmsm.edu.pe/bibvirtual/libros/2007/legis\\_per/contenido.htm](http://sisbib.unmsm.edu.pe/bibvirtual/libros/2007/legis_per/contenido.htm)>. Acesso em: 1 fev 2017.

ROBINSON, J. G.; REDFORD, K. H. Sustainable harvest of neotropical forest mammals. In: *Neotropical wildlife use and conservation* (J. G. Robinson e K.H. Redford (Ed.)). University of Chicago Press, Chicago, 1991. p. 415-429.

ROCHA, R. A gestão descentralizada e participativa das políticas públicas no Brasil. *Revista Pós-Ciências Sociais*, São Luis, v. 1, n. 11, 2009.

RODOVIAS federais do país. BR-364. 2017. Disponível em: <<https://pt.wikipedia.org/wiki/BR-364>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

- ROMERO, E. *Compendio de historia económica del Perú*. Lima: UNMSM, 1946.
- ROSTOW, W. W. *Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não comunista*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1960.
- ROTH DEUBEL, A. N. *Políticas públicas: formulación, implementación y evaluación*. 1. ed. Bogotá: Aurora, 2002. 232 p.
- RUA, M. das G. *Políticas públicas*. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília, CAPES: UAB, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos*. In: RUA, M. G; Valadão, M. I. *O estudo da Política: tópicos selecionados*. 1. ed. Brasília: Paralelo 15, 1998. p. 1-19.
- SABATIER, P.; JENKINS-SMITH, Hank. *Policy Change and Learning: The Advocacy Coalition Approach*. Boulder: Westview Press. 1993.
- SACHS, I. *Rumo à ecossocioeconomia*. São Paulo: Cortez, 2004.
- SACHS, Ignacy. Palestra proferida no Seminário Internacional de Ciência e Tecnologia para uma Moderna Civilização Baseada em Biomassa. Rio de Janeiro, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Desenvolvimento, includente, sustentável sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- SAEZ, M. T. El análisis de las políticas públicas. *En La Nueva Administración Pública*. Rafael Bañón y Ernesto Carrillo. Madri: Alianza Editorial, 1997.
- SALAS, M. A. Reforçando o sistema de conhecimento Andino e o papel da etnologia. *Desenvolvimento Antropologia*, v. 1, n. 1, p. 12-21, 1992.
- SALA, N. Andes y Selva: ¿dos modelos de propiedad territorial en el Perú? *Documento preliminar para la Conferencia Internacional Oldand new worlds: The Global Challenges of Rural History*. 2015. Disponível em: <<https://lisbon2016rh.files.wordpress.com/2015/12/onw-0047.pdf>>. Acesso em: 30 jan. 2017.
- SALAZAR, M. Destruyen vehículos de minería ilegal cerca de la Reserva Allpahuayo Mishana. *Sociedade Peruana de Direito Ambiental-SPDA*. Atualidade Ambiental, jul. 2016. Disponível em: <<http://www.atualidadeambiental.pe/?p=38749>>. Acesso em: 6 fev. 2017.
- SAMONEK, Francisco. *A borracha vegetal extrativa na Amazônia: um estudo de caso dos novos encauchados de vegetais no estado do Acre*. 2006. 160f. Dissertação (Mestrado em Ecologia e Manejo de Recursos Naturais) – Universidade Federal do Acre, Rio Branco, 2006.
- SANJAD, N. *A Coruja de Minerva: o Museu Paraense entre o Império e a República, 1866-1907*. Brasília: Instituto Brasileiro de Museus; Belém: MPEG; Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2010b.

SANTILLI, J. Política Nacional de Biodiversidade: o componente intangível e a implementação do artigo 8 (j) da Convenção da Diversidade Biológica. In: \_\_\_\_\_. *Terras Indígenas & Unidades de Conservação da Natureza: o desafio das sobreposições*. 2004.

SARAIVA, N. A; SAWYER, D. R. Potencial econômico e socioambiental do artesanato do buriti em comunidades tradicionais. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA, 7. Fortaleza, 2007. *Anais...* Fortaleza, 2007. Disponível em: <<http://www.ecoeco.org.br/>>. Acesso em: 04 abr. 2016.

SANTOS, B. de S. *Um discurso sobre as ciências*. 2. ed. Porto: Afrontamento, 1988. p. 1-35.

SANTIAGO, E. *G8 (Grupo dos Oito)*. InfoEscola, Seção Geografia, s.d. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/geografia/g8-grupo-dos-oito/>>. Acesso em: 2 mar. 2017.

SANTISO, J. Hirschman's view of development, or the art of trespassing and self-subversion. *CEPAL REVIEW* 70, abr. 2000.

SANTOS, F. Templos y herrerías: Utopía y recreación cultural en la Amazonía peruana. *Boletín del IFEA*, v. 17, n. 3-4, p. 1-22, 1988.

SANTOS, F. Templos y herrerías: utopía y recreación cultural en la Amazonía peruana. *Boletín del IFEA*, v. 17, n. 3-4, p. 1-22, 1988.

SANTOS, M. C. Governabilidade, governança e democracia: criação de capacidade governativa e relações Executivo-Legislativo no Brasil pós-constituente. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, 1997.

SANTOS, A. B. et al. Sobre a botânica, a etnofarmacologia e a química de *Calycophyllum spruceanum* (Benth.) Hook. f. ex K. Schum. *Rev. bras. plantas med.* Botucatu-SP, v. 18 n. 1 supl. 1, 2016. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1590/1983-084X/15\\_152](http://dx.doi.org/10.1590/1983-084X/15_152)>. Acesso em: 22 fev. 2017.

SANTOS, B. de S. *Um discurso sobre as ciências*. São Paulo: Cortex, 2003.

SANTOS, F. Templos y herrerías: utopía y recreación cultural en la Amazonía peruana.

SCHMITTER, P. C. Reflexões sobre o conceito de política. *Curso de introdução à ciência política, unidade 1, 2*. ed. Brasília, DF: UNB, 1984. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/214265764/Schmitter-Reflexoes-sobre-o-conceito-de-politica>>. Acesso em: 10 maio, 2016.

SCHRÖDER, P. A antropologia do desenvolvimento. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v. 40 n. 2, 1997.

\_\_\_\_\_. Antropologia e 'desenvolvimento': Balanço crítico de uma relação problemática. In: II Conferência do Desenvolvimento CODE 2011, Pernambuco. *Anais...* Pernambuco: IPEA, 2011. p. 1-17.

SECCHI, L. *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos*. Cengage Learning. São Paulo, 2011. 133p.

SEMINARIO, B.; ZEGARRA, M. A. Las tendencias de largo plazo de la desigualdad regional em el Perú, 1827-2007. *Cuarto Congreso Latinoamericano de Historia Económica*. Lima: UP, 2014. Disponível em: <[http://srvnetappseg.up.edu.pe/siswebciup/Files/DD1403%20Desigualdad%20del%20ingreso%20en%20el%20Per%C3%BA%201827-2007\\_Seminario\\_Zegarra.pdf](http://srvnetappseg.up.edu.pe/siswebciup/Files/DD1403%20Desigualdad%20del%20ingreso%20en%20el%20Per%C3%BA%201827-2007_Seminario_Zegarra.pdf)>. Acesso em: 24 jan. 2017.

SERNANP. Disponível em:< <<http://www.sernanp.gob.pe>> Acesso em: 25 de jul 2016.

\_\_\_\_\_. *Mapa Base da RNAM* [map]. 1:60 000. Departamento de Loreto, Peru., 2004.

SERRANO, C. *Historia de la minería boliviana (Siglos XVI-XX)*. Informe final para la UNESCO, Paris, 2004. Disponível em: <[http://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4\\_uibd.nsf/6EF6AA-797C1749E905257EFF005C](http://www2.congreso.gob.pe/sicr/cendocbib/con4_uibd.nsf/6EF6AA-797C1749E905257EFF005C)>. Acesso em: 24 jan. 2017.

SERVIÇO NACIONAL FLORESTAL E DE FAUNA SILVESTRE - SERFOR. *Reflorestamento*. 2016. Disponível em: <<https://www.legislacionforestal.org/legislacion/portemas/legislacion-forestal/reforestacion/>>. Acesso em: 4 mar. 2017.

\_\_\_\_\_. Misión, visión y funciones, 2016. Disponível em: <http://www.sernanp.gob.pe/home>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

SILBERLING, L. *Relatório de diagnóstico sociológico e técnico*. Reserva Extrativista do Cajari. Ithaca, NY: Cornell University, 1996.

SILVA, C P. da. *Aspectos históricos do desenvolvimento da pesquisa matemática no Brasil*. Livraria da Física, 2009.

SILVA, J. B. da.; SIMONIAN, L. T. L. População Tradicional, reservas extrativistas e racionalidade estatal na Amazônia brasileira. *Desenvolvimento e Meio Ambiente-DMA*. v. 33, p. 163-175, abr. 2015.

SILVA, J. B. da. Populações tradicionais sul-amapaense de unidades de conservação: valores, condutas e o papel da pedagogia da alternância. In: *Políticas Públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá*. Lígia T. L. Simonian (Org.). Belém: NAEA; MPEAP, 2010, 516 p.

SIMON, Herbert. *Comportamento administrativo*. Rio de Janeiro: USAID. 1957.

SIMONIAN, L. T. L. Relações de trabalho e de gênero nos balatais da Amazônia Brasileira. In: SCHERER, Elenise; OLIVEIRA, José Aldemir de (Org.). *Amazônia: Políticas Públicas e Diversidade Cultural*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. p. 195-232.

\_\_\_\_\_. Introdução. In: \_\_\_\_\_ L. (Org.). *Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá*. Belém: NAEA; MPEAP, 2010. 516 p.

\_\_\_\_\_. *Políticas públicas, desenvolvimento, unidades de conservação e outras questões socioambientais no Amapá*. Belém: NAEA; MPEAP, 2010.

\_\_\_\_\_. Tendências recentes quanto a sustentabilidade no uso dos recursos naturais pelas populações tradicionais amazônicas. In: ARAGÓN-VACA, I. e. (Org.). *Populações e meio ambiente na Pan-Amazônia*. Belém: NAEA/UNESCO, 2007. p. 25-44.

\_\_\_\_\_. Políticas Públicas e Recursos Naturais em Áreas de Reserva na Amazônia Brasileira. In: COELHO, M. C. N.; SIMONIAM, L. T. L.; FENZL, N. (Org.) *Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão de recursos naturais*. Belém: Cejup, 2000. p. 09-53.

SIQUEIRA, J. D. P. A legislação florestal brasileira e o desenvolvimento sustentado. In: CONGRESSO FLORESTAL PANAMERICANO, 1.; CONGRESSO FLORESTAL BRASILEIRO, 7. Curitiba, 1993. *Anais...* Curitiba, 1993.

SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA –SIPAM. 2007. Disponível em: <<http://www.sivam.gov.br>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

SISTEMA DE VIGILÂNCIA DA AMAZÔNIA –SIVAM . Disponível em: <<http://www.sipam.gov.br>>. Acesso em: 13 jan. 2017.

SMITHSONIANMAG. <<http://www.smithsonianmag.com/smartnews/history-archaeology/>> Acesso em: 6 de mai. 2016.

SISTEMAS DE INFORMAÇÃO GEOGRÁFICA - SIG. *Você sabia que o Google está revolucionando o GIS tradicional?* Disponível em <<http://www.geoambiente.com.br/gis-sig-geoambiente.html>>. Acesso em: 1 abr. 2017.

SOCIEDADE PERUANA DE DIREITO AMBIENTAL - SPDA. Seção atualidades, 2016. Disponível em: <<http://www.atualidadeambiental.pe-?p=38749>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

\_\_\_\_\_. Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. *Rev. Bras. de Ciênc. Soc.*, São Paulo, v. 18, n. 51, fev. 2003. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092003000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 16 mar. 2016.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: questões temáticas e de pesquisa. *Caderno CRH*, Salvador, n. 39, p. 11-24, jul./dez. 2003.

SOUZA, L. R. de; BELIK, W. O planejamento da política de alimentação: uma análise a partir dos casos do México, Brasil e Peru. O planejamento da política de alimentação na América Latina. *Segurança Alimentar e Nutricional*, Campinas-SP, v. 19, n. 2, p. 111-129, 2012.

SPANGENBERG, J. *How the environmental space for Europe was calculated*. s/d. Disponível em <<http://www.foeeurope.org/sustainability/europe/study/quantify.htm>>. Acesso em: 09 jun. 2016.

STALLIANCE. <<http://www.stalliance.org/>> Acesso em: 22 de jun 2016.

SUMÁRIO *Executivo do Terceiro Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica*: Brasília: MMA; SBF, 2006.

SUSTAINABLE-DEVELOPMENT. Disponível em: <<http://www.iisd.org/topic/sustainable-development>> Acesso em: 20 de set.2016.

TANSLEY, A. G. The use and abuse of vegetational terms and concepts. *Ecology*, v.16, n. 3, p. 284–307, 1935.

TERRAMÉRICA. *Seção Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Conserve o Peru e conservará o mundo, 2009. Disponível em: <<http://riosvivos.org.br/a/Noticia/Conserve+o+Peru+e+conservaras+o+mundo/13792>>. Acesso em: 6 fev. 2017.

TERMO DE REFERÊNCIA. Disponível em: <<http://www.pra.ufpr.br/.../QUAL-A-IMPORTANCIA-DO-TERMO-DE-REFERENCIA.doc>>. Acesso em: 16 jul. 2016.

TELLO, H.; JUVONEN, S.-K. Proyecto BIODMAZ. Perú: Avances en la conservación de la diversidad biológica de la Amazonia peruana y lecciones aprendidas en la ejecución del proyecto. *Revista Científica Folia Amazônica*, Iquitos, v. 14, n. 1, p. 177-191, jan./jun.2003.

TORRES, R. E. et. al. Estudio del suelos del jardín botánico de plantas medicinales de Allpahuayo. *Documento técnico*, Iquitos, n.19, out. 1995.

UOL Notícias Ciência e Saúde. *Temer extingue reserva e libera mineração próxima a tribos e área ecológica*. 2017. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/redacao/2017/08/23/governo-extingue-reserva-de-cobre-para-atrair-investimentos-em-mineracao.htm?cmpid=>>>. Acesso em 26 ago. 2017.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE TIJILLO - UNT. *Plan Estratégico de Desarrollo Institucional UNT 2012-2024*. Tujillo, 2012. Disponível em: <<http://www.planbic.unitru.edu.pe/>>. Acesso em: 4 mar. 2017.

UNESCO. *Reservas de Biosfera* 2016. Disponível em: <Disponível em <<http://www.unesco.org/uy/mab/es/areas-de-trabajo/ciencias.../reservas-de-biosfera.html>>. Acesso em: 15 abr. 2017.

VANDELLI, D. Memória sobre as produções naturais do reino, e das conquistas, primeiras matérias de diferentes fábricas, ou manufacturas. In: NUNES, M. J.; CARDOSO, J. L. *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa, para o Adiantamento da Agricultura, das Artes, e da Indústria em Portugal, e suas Conquistas (1789-1815)*. Arquivo e Biblioteca. [s. d.]. Disponível em: <[http://www.fmsoares.pt/aeb/biblioteca/indices\\_resumos/indices/007484.htm](http://www.fmsoares.pt/aeb/biblioteca/indices_resumos/indices/007484.htm)>. Acesso em: 16 jul. 2017.

VARGAS, C. S. *Las políticas públicas*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 1995.

VASQUEZ, M. R. O. Animales de caza en la zona reservada Allpahuayo-Mishana. *Revista Científica Folia Amazônica*, Iquitos, v. 14, n. 1, p. 7-16, jan./jun.2003.

VIANNA, L. P. *De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008.

VEIGA, P. da M.; RIOS, S. P. *Comércio e Desenvolvimento*. A crescente importância do desenvolvimento sustentável na agenda comercial da América do Sul. [S. l.];CINDES; IISD, 2009.

VEIGA, J. E. da. Cooperar para transformar. *Análise*. jun. 2013. Disponível em: <<http://www.cebds.org.br/static/ebook/>>. Acesso em: 09 jun. 2016.

VELÁSQUEZ R. Hacia una nueva definición del concepto “política pública”. *Revista Desafíos*, Bogotá, Colômbia, n. 20, p. 149-187, 2009.

VEIGA, J. E. da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

\_\_\_\_\_. *A desgovernança mundial da sustentabilidade*. 1. ed. São Paulo: 34, 2013.

VELÁSQUEZ V. A. *Notas sobre el estado y las políticas públicas*. 1. ed. [s.l.]: Almodena, 1999. 196 p.

VELOSO, H. P. et. al. *Classificação da vegetação brasileira, adaptada a um sistema universal*. Rio de Janeiro: IBGE; DRNEA, 1991. 124 p.

VERA, C. G. El atributo amazónico del Perú. La construcción de una soberanía 1903-1942. *História Crítica*, Bogotá, n. 39, p. 238, sep./dic. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0121-16172009000300008](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0121-16172009000300008)>. Acesso em: 1 fev. 2017.

VERHELST, T. G. Culture: the forgotten dimension. In: \_\_\_\_\_. *No life without roots: culture and development*. London: Zed Books, 1990. p. 17-23.

VIGEVANI, T. Meio ambiente e relações internacionais: a questão dos financiamentos. *Ambiente e Sociedade*, São Paulo, v. 1, n. 1, 1997.

VIOLA, E. A. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBERG (Org.) *Ecologia, ciência e política*. Rio de Janeiro: Revan, 1992.

\_\_\_\_\_. A multidimensionalidade da globalização, as novas forças sociais transnacionais e seu impacto na política ambiental do Brasil, 1989-1995. In: FERREIRA, L.; VIOLA, E. (Org.). *Incerteza de sustentabilidade na globalização*. Campinas-SP: UNICAMP, 1996.

\_\_\_\_\_. A globalização da política ambiental no Brasil, 1990-1998. In: INTERNATIONAL CONGRESS OF THE LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 21. Panel ENV 24, Social and Environmental Change in the Brazilian Amazon. Chicago, USA, 1998. *Anais...* Chicago, 1998.



VIOLA, E.; LEIS, H. A Agenda 21 diante dos desafios da governabilidade, das políticas públicas e do papel das organizações não governamentais. In: MARCOVITCH, U. C., J.; SALATI, E. (Org.) *Rio 92 cinco anos depois*. São Paulo: EDUSP, 1997.

VISENTINI, P. F.; OLIVEIRA, G. Z. de. A política interna e a diplomacia do Peru: da incerteza à estabilidade do Projeto de Integração da América do Sul. *Revista Conjuntura Austral*, v. 3, n. 13, ago./set. 2012. Disponível em: <<http://oaji.net/articles/2015/2137-1438382321.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

VISSER, W. Corporate social responsibility in developing countries. In: CRANE, A. et al. (Ed.). *The Oxford handbook of corporate social responsibility*. Ney York: Oxford University Press, 2008.

WALSH, C. Development as Buen Vivir: institutional arrangements and colonial entanglements. *Development*, v. 53, n. 1, 2009. Disponível em: <<http://www.palgrave-journals.com/development/journals/v53/n1/pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

WEST, P. C.; BRECHIN, S. R. National parks, protected areas, and resident peoples: a comparative assessment and integration". In: P. C. WEST e S. R. BRECHIN (Ed.), *Resident Peoples and National Parks: Social Dilemmas and Strategies in International Conservation*. Tucson: The University of Arizona Press, 1991. p. 363-400.

WHETTEN, D. A.; RANDS. G.; GOGFREY, P. What are the responsibilities of business to society? In: PETTIGREW, A.; THOMAS, H.; WHITTINGTON, R. (Ed.). *Handbooks of strategy and management*. London, 2002.

WIKIPEDIA. Disponível em: <<[https://es.wikipedia.org/wiki/Iquitos\\_Metropolitano](https://es.wikipedia.org/wiki/Iquitos_Metropolitano). Iquitos Metropolitano>. Acesso em: fev. de 2016

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<https://es.wikipedia.org/wiki/Iquitos>. Iquitos>. Acesso em: fev. de 2016.

\_\_\_\_\_. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Bioma/>> Acesso em: 24 de ago. 2017.

WINDHOFF-Héritier, A. *Policy-Analyse: eine Einführung*. Frankfurt am Main/New York: Campus, 1987.

WORLD Health Organization (WHO). The United Nations Children's Fund. *Joint Monitoring Program for Water Supply and Sanitation (UNICEF). Coverage Estimates Improved Drinking Water*; 2011. Disponível em: <[https://www.wssinfo.org/fileadmin/user\\_upload/resources/PER\\_wat.pdf](https://www.wssinfo.org/fileadmin/user_upload/resources/PER_wat.pdf)>. Acesso em: 2 jun. 2017.

WOLFART, G. K. *Atividades de mineração em unidades de conservação: uma análise jurídica*. ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS ENTIDADES DE PRODUTORES DE AGREGADOS PARA CONSTRUÇÃO (ANEPAC). 2017. Disponível em: <<http://www.anepac.org.br/agregados/artigos/item/173-a-atividade-de-mineracao-em-unidades-de-conservacao-uma-analise-juridica>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

WOLFF, S. *A adequação da legislação ambiental à Convenção sobre Diversidade Biológica*. MMA/SBF, Brasília, DF, 2000. (Biodiversidade 4).

WOLLMANN, Helmut. Policy-Forschung - ein Kernbereich der Politikwissenschaft. Was denn sonst? In: Hans-Hermann Hartwich (Org.): *Policy-Forschung in der Bundesrepublik Deutschland. Ihr Selbstverständnis und ihr Verhältnis zu den Grundfragen der Politikwissenschaft*. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1985.

WORLDATLAS. O que é a IUCN? 2016. Disponível em: <<http://www.worldatlas.com/articles/what-is-the-iucn-red-list-what-are-the-iucn-red-list-categories.html>>. Acesso em: 25 maio, 2017.

WOOD, D. J. Corporate social performance revisited. *Academy of management review*, 16(4), p. 991-718, 1991.

ZIBECHI, R. Na crise da mineração, chance para a América Latina. *Boletim OnLine Outras Palavras*, out. 2015. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/mundo/america-latina/mineracao-em-crise-oportunidade-para-a-america-latina/>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

## **ANEXOS**

ANEXO A- Projeto Brasileiro

Imagem 1- Relação dos projetos aprovados pelo GEF, PROBIO n° 58

ID	Title	Countries	Focal Areas	Agencies	Type	GEF Grant	Cofinancing	Status
338	Biomass Power Generation: Sugar Cane Bagasse and Trash	Brazil	Climate Change	United Nations Development Programme	Full-size Project	3,750,000	2,770,000	Completed
337	Climate Change Enabling Activity	Brazil	Climate Change	United Nations Development Programme	Enabling Activity	1,500,000	0	Project Approved
128	Energy Efficiency Project	Brazil	Climate Change	The World Bank	Full-size Project	20,000,000	105,500,000	Completed
126	Brazilian Biodiversity Fund	Brazil	Biodiversity	The World Bank	Full-size Project	20,000,000	5,000,000	Completed
63	Biomass Power Commercial Demonstration	Brazil	Climate Change	The World Bank	Full-size Project	40,000,000	82,000,000	Cancelled
58	National Biodiversity Project (PROBIO)	Brazil	Biodiversity	The World Bank	Full-size Project	10,000,000	10,000,000	Completed
6	Hydrogen Fuel Cell Buses for Urban Transport	Brazil	Climate Change	United Nations Development	Full-size Project	12,274,000	9,169,000	Completed

Imagem 2- Financiamento

**Financials**

Project Preparation Grant Amount	0 USD
GEF Project Grant	10,000,000 USD
Co-financing Total	10,000,000 USD
GEF Agency Fees	0 USD
Total Cost	20,000,000.00 USD

**Project Timeline**

- Received by GEF

Imagem 3- Tempo inicial do projeto

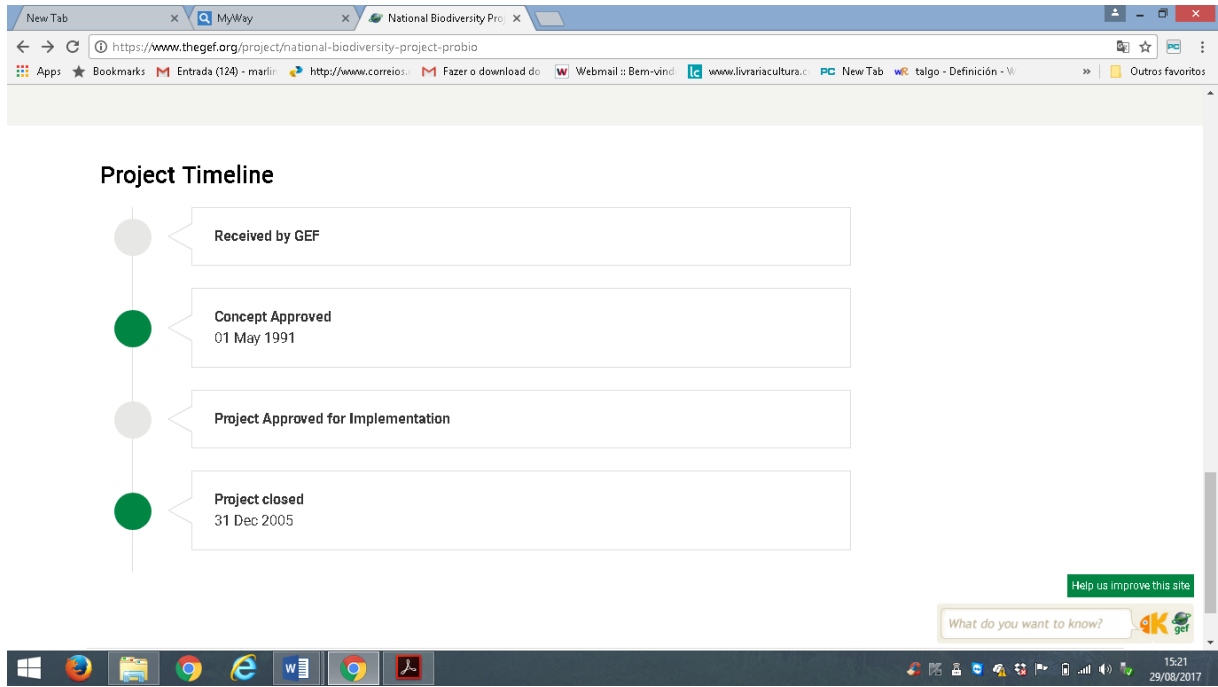


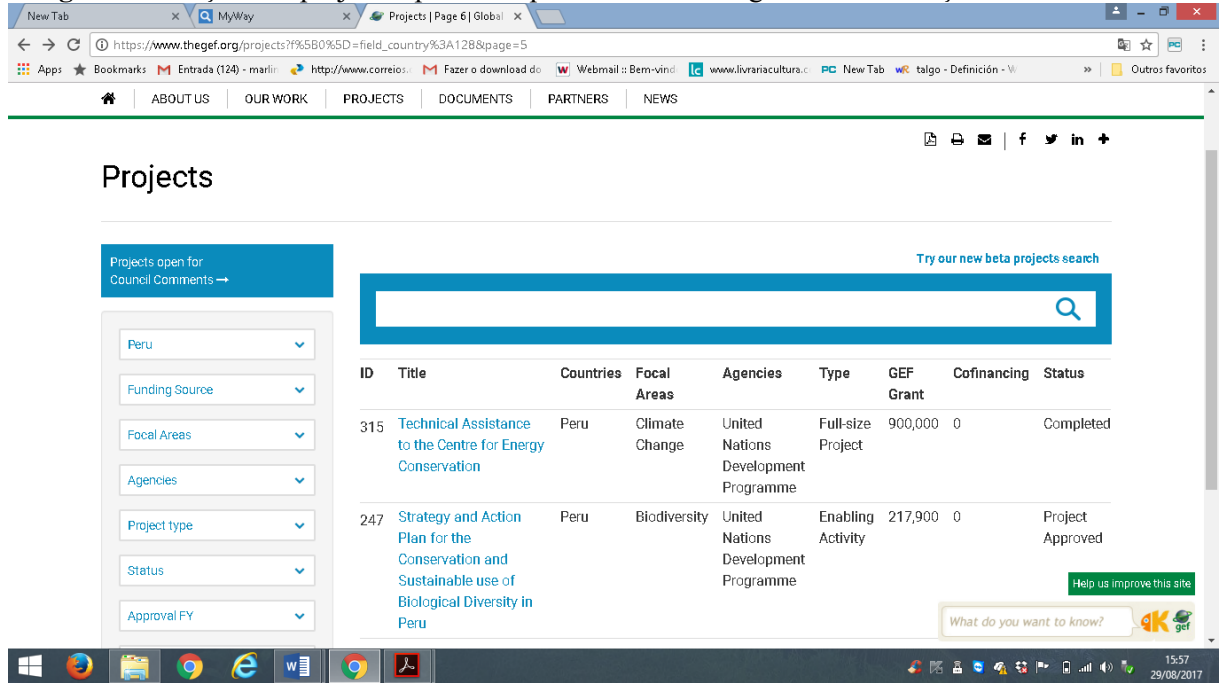
Imagem 4- Identificação do PROBIO

GEF-EO Terminal Evaluation Review Form				
1. PROJECT DATA				
GEF Project ID	58	Review date at endorsement	10/16/06	at completion
IA/EA Project ID	WB_SAP: 6210, WB_PO: 16	GEF financing	10 (Another \$0.275Mn in PRIF)	No information
Project Name	National Biodiversity Project (Probio)	IA/EA own	No information	No information
Country	Brazil	Government	Government Of Brazil, Brazilian Institute for the Environment and Renewable Natural Resources IBAMA	No information
		Other*	Private & Public Entities	No information
Operational Program	STRM	Total Cofinancing	10	No information
IA	World Bank	Total Project Cost	20	19.53
Partners involved		Dates		
		Work Program dates	1-May-91	
Prepared by	Reviewed by	Closing Date	Proposed	Actual
Divya Nair	Antonio del Monaco	Duration between effectiveness date and original closing: 5 yrs and 1 month	12/31/2001	12/31/2005
Author of TE		TE completion date: 06/21/2006	Duration between effectiveness date and actual closing: 9 yrs and one month	Difference between original and actual closing: 4 yrs
Adriana Moreira		TE submission date to GEF OME: 07/27/2006	Difference between TE completion and submission date: 1 month	

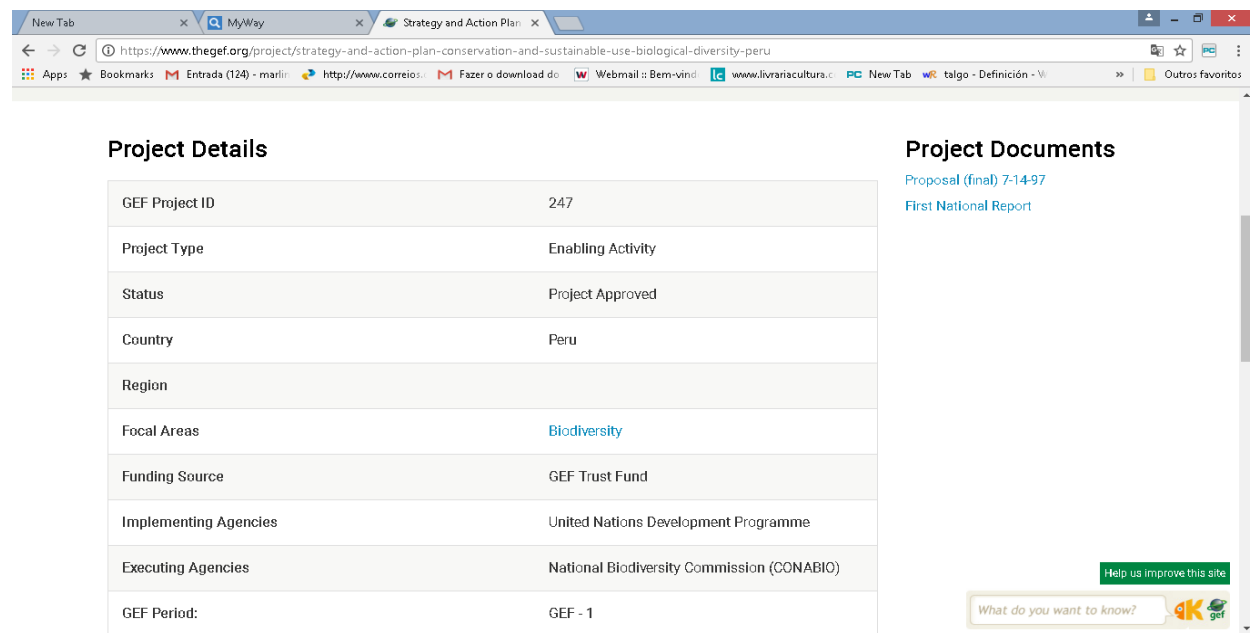
\* Other is referred to contributions mobilized for the project from other multilateral agencies, bilateral development cooperation agencies, NGOs, the private sector and beneficiaries.

**ANEXO B- Projeto Peruano**

**Imagem 1- Relação dos projetos aprovados pelo GEF - Estratégia e Plano de Ação do Peru nº247**



**Imagem 2- Situação do projeto no GEF**



GEF Period:	GEF - 1
Approval Fiscal Year:	1998

### Financials

Project Preparation Grant Amount ⓘ	0 USD
GEF Project Grant	217,900 USD
Co-financing Total	0 USD
GEF Agency Fees	0 USD
Total Cost	217,900.00 USD

### Imagem 3- Tempo de duração do projeto

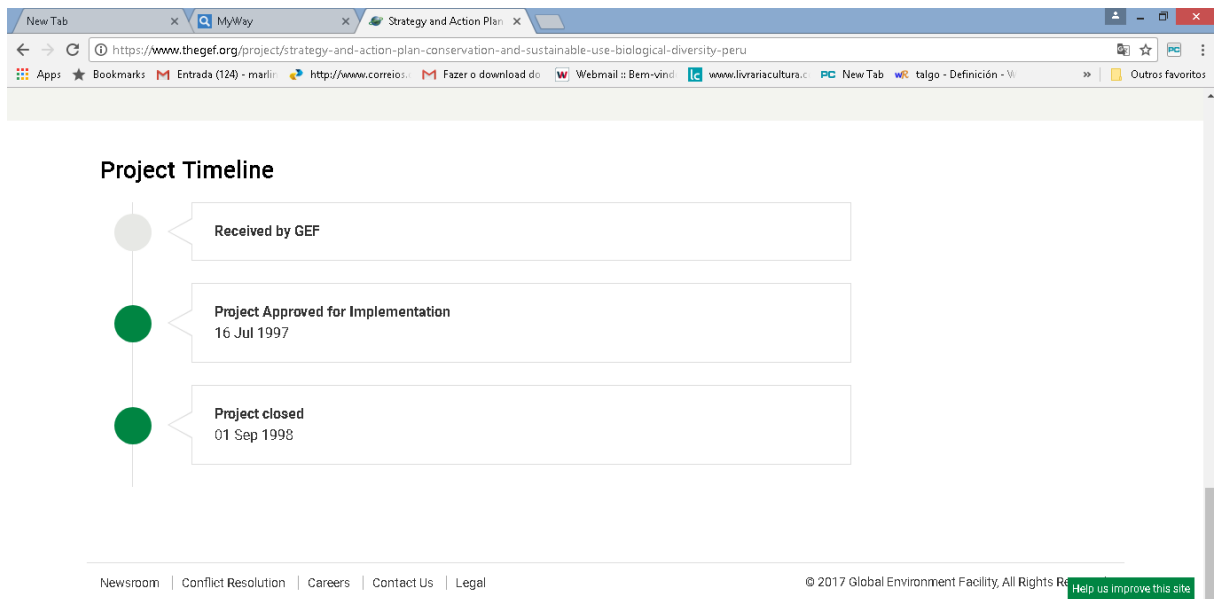


Imagem 4- Identificação do projeto peruano

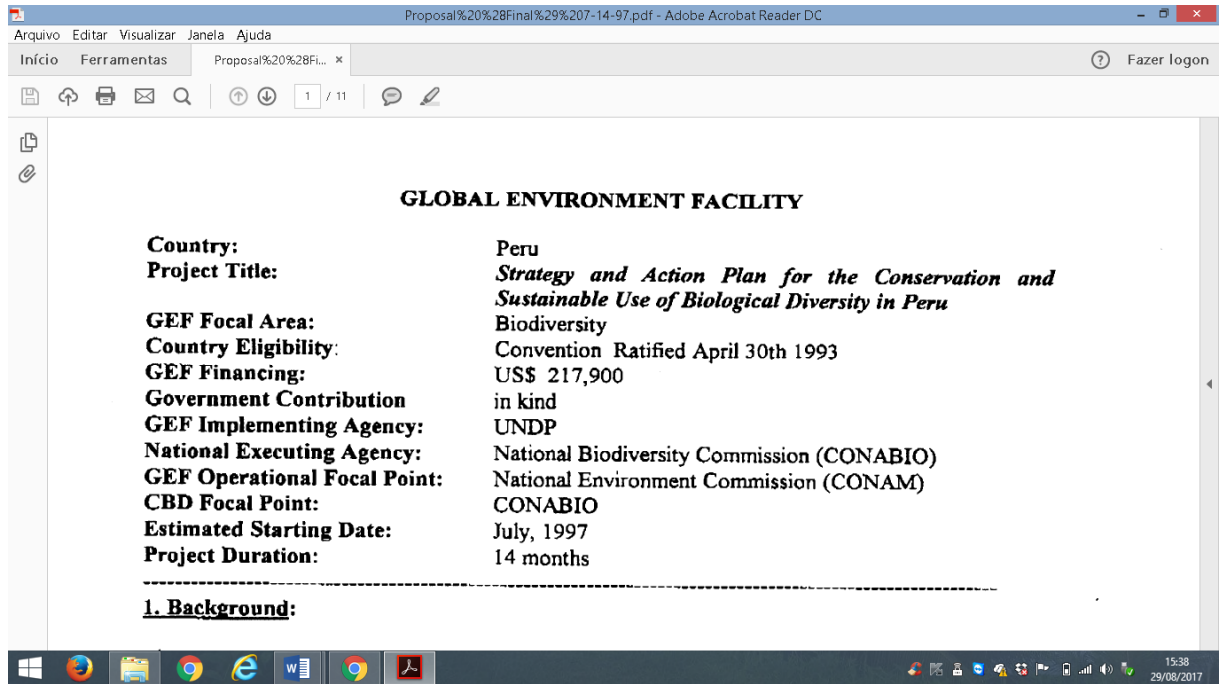


Imagem 5- Custos do projeto

**5. Budget**

	Product	Process	Total
<b>Stocktaking and Inventory Existing Information</b>	<b>10,000</b>		<b>10,000</b>
1. National Consultants	8,000		
2. Documentation and miscellaneous.	2,000		
<b>Identification and Analysis of Options</b>	<b>42,000</b>	<b>70,750</b>	<b>112,750</b>
1. Co-ordinators macro-zone initiatives (4x4 mths-16MM)	32,000		
2. Media Workshop and design of awareness-building campaign		10,000	
3. Biodiversity Planning Instruction session		5,000	
4. International Consultant (for planning session)	5,000	5,000	
5. Facilitators-co-ordination workshop		2,000	
6. 15 regional consultations		45,000	
7. Workshop facilitator consultants (3 MM)		3,750	
8. Travel, misc.(inc. international cons.)	5,000		
<b>Preparation of a Strategy and Action Plan (NBSAP)</b>	<b>29,500</b>	<b>34,000</b>	<b>63,500</b>
1. Preparation of draft regional strategies (4x 3,000)	12,000		
2. National Meeting to review and align regional drafts (100 participants)		15,000	
3. First draft NBSAP (consultants, preparation, dissemination etc.)	6,000	5,000	
4. Consultations on draft NBSAP (private sector and political-level)		8,000	
5. Preparation of Final NBSAP (editing, printing)	4,500	4,000	
6. Preparation and dissemination of "popular" summarised version	3,000	2,000	
7. Travel and misc.	4,000		
<b>First National Report</b>	<b>9,000</b>	<b>6,500</b>	<b>15,500</b>
1. Preparation and translation	6,000	2,000	
2. Publication and dissemination	3,000	4,500	
<b>Co-ordination and Management</b>	<b>12,150</b>	<b>4,000</b>	<b>16,150</b>
<b>TOTAL</b>	<b>102,650</b>	<b>115,250</b>	<b>217,900</b>